



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 117ª SESSÃO À 120ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 41
25 JUL. A 31 JUL.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ARTIGO DE IMPRENSA			
Transcrição do artigo intitulado “Vale nada, a vida”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição do dia 25 de julho de 2006. Senador Alvaro Dias.	117	Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , intitulada “PCC manda matar políticos do PFL e PSDB mostra escuta”. Senador José Jorge.	190
Registro do editorial intitulado “Discriminação oficial”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006. Registro da matéria intitulada “BNDES oferece crédito à Bolívia”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de julho de 2006. Senador Alvaro Dias.	138	Registro de carta da Senhora Ana Maria Bucini Rose e do artigo intitulado “A travessia do Jordão”, de autoria do Frei Betto, sobre a adoção de um novo critério para a fila de transplantes de órgãos humanos. Senador Eduardo Suplicy.	197
Comentários sobre a matéria intitulada “Selvagens”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 22 de junho de 2006. Senador Luiz Pontes.	140	Comentários sobre a matéria intitulada “TCU questiona dados federais”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de julho de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	226
Comentários sobre a matéria intitulada “Boas idéias superam as divergências”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 22 de junho de 2006. Senador João Tenório.	142	Registro da matéria intitulada “Lula dobra patrimônio em 4 anos”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de julho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	228
Registro da matéria intitulada “Um tesoureiro encrencado demais”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 12 de julho de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	144	Registro da matéria intitulada “Supersafra de derrotas”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 5 de julho de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	229
Registro da matéria intitulada “Tio Mário pagou dívida, diz tesoureiro de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de julho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	145	Registro da matéria intitulada “PFL diz que governo do PT é ‘corja’ e que Lula é ‘ladrão’”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de junho de 2006. Registro da matéria “Lula veta reajuste de 16,7% a aposentados”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , do dia 11 de julho de 2006. Senador Alvaro Dias.	229
Registro da matéria intitulada “Sem diretores, agência reguladora bloqueia licitação de portos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	146	Transcrição da matéria intitulada “Governo casa liberação de verbas com a viagem de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , do dia 29 de julho de 2006. Senador Antonio Carlos Magalhães.	387
Comentários sobre o editorial intitulado “O PT apresenta aos eleitores uma lista de ‘mensaleiros’”, publicado no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 19 de julho de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	148	Registro da matéria intitulada “Carga tributária atinge 38,8% do PIB”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 12 de julho de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	398
Transcrição da entrevista concedida pelo professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o Senhor Carlos Roberto Jamil Cury, publicada na revista <i>CartaCapital</i> do dia 23 de julho de 2007. Senadora Ideli Salvatti.	178	Comentários sobre o artigo intitulado “Agricultura ameaçada”, publicado na seção Notas &	

	Pág.		Pág.
Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de julho de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ...	400	mento das instituições. Elogios à ação da Polícia Federal. Senadora Ideli Salvatti.	170
Registro da matéria intitulada “PT confirma candidatura de mensaleiros”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de julho de 2006. Senador Sérgio Guerra.	401	Apresentação de dados sobre a execução orçamentária e questionamentos sobre a CPI dos “Sanguessugas”. Senadora Heloísa Helena.	184
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Questionamentos e considerações sobre a CPI dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Heráclito Fortes.	185
Agradecimentos aos seus pares pelas referências a respeito de S.Exa. Senador José Sarney. ..	115	Questionamentos e considerações sobre a CPI dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Antônio João.	186
Impacto dos pronunciamentos de parlamentares na sociedade. Aparte ao Senador José Jorge. Senadora Ideli Salvatti.	192	Questionamentos e considerações sobre a CPI dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy.	187
Relato da participação na Reunião Conjunta Parlamentar do MERCOSUL, na cidade de Córdoba, Argentina. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	376	Referências às palavras da Senadora Ideli Salvatti a respeito da inclusão do nome do Deputado Paulo Magalhães entre os “Sanguessugas”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	209
COMÉRCIO INTERNACIONAL		Referências às palavras da Senadora Ideli Salvatti a respeito da inclusão do nome do Deputado Paulo Magalhães entre os “Sanguessugas”. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	213
Lamento pela interrupção da rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio. Senador Alvaro Dias.	151	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
(CPI)		Registro da participação de S.Exa. em audiência pública com o Ministro da Justiça e representantes das empresas da Amazônia que detêm o controle da distribuição e abastecimento de combustíveis, que estão sendo vitimados por constantes assaltos. Senador Luiz Otávio.	122
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Marco Maciel.	30	DROGAS	
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Ideli Salvatti.	30	Alerta para o perigo das drogas não consideradas ilícitas, como o álcool. Senador Paulo Paim.	365
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Roberto Saturnino.	31	ECONOMIA	
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Romeu Tuma.	31	Desaprovação às declarações do Governo Lula de que houve melhora na economia nacional. Senador Leonel Pavan.	383
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Heloísa Helena. ..	33	EDUCAÇÃO	
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador João Batista Motta.	34	Considerações sobre o Manifesto dos Senadores pela Educação, seus objetivos, e destaque para a necessidade de se converter a educação em prioridade. Senador Paulo Octávio.	121
Observações relativas à ética na política e o combate efetivo à corrupção, através do fortaleci-			

Pág.	Pág.
<p>Relato dos avanços alcançados pelo programa Interlegis. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Efraim Morais.</p> <p>Considerações sobre o sistema educacional brasileiro, grande problema estrutural ainda não resolvido. Destaque para a criação do Fundef, que teve grande importância no alavancamento do ensino básico no País. Os Centros Experimentais de Ensino no Estado de Pernambuco. A recuperação das instalações do antigo Ginásio Pernambucano. Senador Marco Maciel.</p> <p>A recuperação das instalações do antigo Ginásio Pernambucano. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Considerações sobre o sistema educacional brasileiro. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Considerações sobre o sistema educacional brasileiro. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Análise do resultado da “Prova Brasil”, o maior exame realizado no país para avaliar o ensino fundamental do Brasil. Senador Papáleo Paes.</p> <p>Destaque para alguns pontos da entrevista concedida pela Sra. Viviane Senna, à revista <i>IstoÉ</i>, da semana do dia 31 de julho de 2006, sobre o ensino fundamental e o alto índice de repetência. Senador Geraldo Mesquita Júnior.</p> <p>ELEIÇÃO</p> <p>Considerações sobre as eleições 2006. Senador Luiz Otávio.</p> <p>Considerações sobre as eleições 2006. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senador Flexa Ribeiro. ..</p> <p>Considerações sobre as eleições 2006. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senadora Heloísa Helena.</p> <p>Ênfase ao tom que os candidatos à Presidência da República vêm dando durante a campanha eleitoral. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Elogios à TV Globo por imparcialidade no noticiário eleitoral. Senador Luiz Otávio.</p> <p>Referências elogiosas à Senadora Heloísa Helena, candidata que vem surpreendendo na disputa pela Presidência da República; alerta à Senadora com relação aos marqueteiros. Questionamentos sobre a presença do Presidente Lula nos debates com os candidatos à Presidência da República. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Registro do apoio do ex-Presidente Itamar Franco à candidatura de Geraldo Alckmin, para a</p>	<p>Presidência da República. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Registro da visita do candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, no dia 29 de julho de 2006, ao Espírito Santo. Críticas às notícias que alguns setores da imprensa têm explorado, sobre a possibilidade de que José Serra ou Aécio Neves traíam Alckmin. Senador João Batista Motta.</p> <p>Comentários sobre a pesquisa realizada pela CNT/Sensus, acerca da credibilidade da população nas instituições brasileiras. Senadora Iris de Araújo.</p> <p>Alerta para o uso da máquina federal e de recursos públicos com vistas à reeleição do Presidente Lula. Senador César Borges.</p> <p>Alerta para o uso da máquina federal e de recursos públicos com vistas à reeleição do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p> <p>Comentário sobre o crescimento nas pesquisas eleitorais do candidato Geraldo Alckmin, à Presidência da República. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>ÉTICA</p> <p>Reflexão sobre a motivação que leva as pessoas a se engajarem na vida pública. Senador Ney Suassuna.</p> <p>EXPLICAÇÃO PESSOAL</p> <p>Contrariedade em razão das tentativas constantes de envolverem S.Exa. com a máfia dos sanguessugas. Senadora Serys Slhessarenko.</p> <p>GOVERNO ESTADUAL</p> <p>Repúdio ante o uso da polícia política para a invasão da privacidade dos cidadãos e à espionagem de estado. Senador José Sarney.</p> <p>GOVERNO FEDERAL</p> <p>Críticas aos gastos excessivos do governo com o programa Bolsa Família e com publicidade. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Críticas aos gastos excessivos do governo com o programa Bolsa Família e com publicidade. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Antero Paes de Barros.</p> <p>Defesa do Governo Federal contra as acusações do Senador Antonio Carlos Magalhães. Aparte</p>
137	283
173	286
175	386
176	393
176	394
370	396
376	381
122	29
123	
124	
151	115
207	
219	149
	150

IV

	Pág.		Pág.
ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy.	210	MENSAGEM	
HOMENAGEM			
Registro do cinquentenário do poema Morte e Vida Severina, da autoria de João Cabral de Melo Neto. Homenagem ao Doutor Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores, pela posse na Academia Brasileira de Letras. Senador Marco Maciel.	38	Mensagem nº 571, de iniciativa do Presidente da República, que submete ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$5.834.330,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.	19
Registro do cinquentenário do poema Morte e Vida Severina, da autoria de João Cabral de Melo Neto. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Roberto Saturnino.	39	Mensagem nº 73, de 2006, do Congresso Nacional (nº 586/2006, na origem), de autoria do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2006.	155
Homenagem ao Doutor Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores, pela posse na Academia Brasileira de Letras. Senador Romeu Tuma. ..	40	Mensagem nº 190, de 2006 (nº 562, na origem), que submete à consideração dos Senhores Membros do Senado Federal, o nome do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.	155
Registro da comemoração do sexagésimo primeiro aniversário da Associação Comercial do Estado do Amapá. Senador José Sarney.	188	Mensagem nº 191, de 2006 (nº 591, na origem), que submete à apreciação dos Senhores Membros do Senado Federal, o nome do Senhor Michel Dib Tachy para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	158
Exaltação do candidato ao governo do Estado de São Paulo, José Serra, pela sua nobre conduta em relação às eleições. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	212	Mensagem nº 192, de 2006 (nº 622, na origem), que informa aos Senhores Membros do Senado Federal, que o Presidente da República se ausentará do País nos dias 27 e 28 de julho de 2006, a fim de participar da solenidade de posse do novo Presidente do Peru, em Lima.	162
HOMENAGEM PÓSTUMA		(MERCOSUL)	
Voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula. Senador Arthur Virgílio.	202	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento registrando que o Senador Sérgio Zambiasi assumiu a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Senadora Ideli Salvatti.	34
Justificação de requerimentos apresentados, de votos de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez e do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri. Senador Eduardo Suplicy.	224	Interação entre o Estado do Acre e o MERCOSUL. Expectativa com a instalação do Parlamento do MERCOSUL. Senador Geraldo Mesquita Júnior. .	126
IMPrensa		Comentários sobre a ampliação do MERCOSUL, com a finalidade de criar um único bloco sul-americano. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Sérgio Zambiasi.	128
Revolta em razão da invasão de privacidade de que estão sendo vítimas o Senador José Sarney e a Senadora Roseana Sarney. Senador Romeu Tuma.	110	Considerações acerca da interação entre o Estado do Acre e o MERCOSUL. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Romeu Tuma.	129
Revolta em razão da invasão de privacidade de que estão sendo vítimas o Senador José Sarney e a Senadora Roseana Sarney. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Alvaro Dias.	111	Relato da vigésima sétima Reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, re-	
INFRA-ESTRUTURA			
Alerta sobre a aplicação de recursos em infraestrutura pelo governo Lula. Comentários sobre a situação da infra-estrutura no Estado do Paraná. Senador Alvaro Dias.	117		

	Pág.	V	Pág.
alizada em Córdoba, Argentina. Expectativa com a instalação do Parlamento do MERCOSUL até o final de 2006. Senador Sérgio Zambiasi.	134		
OFÍCIO			
Ofício nº 313, de 2006 que encaminha em anexo os originais de três propostas de emenda à Constituição; quatro projetos de lei; um projeto de lei complementar e um projeto de resolução apresentados como conclusão do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.	55		
ORÇAMENTO			
A corrupção no País, destacando o Orçamento como uma de suas causas principais. Proposta de um Orçamento exclusivo da União, sem prejuízo para Estados e Municípios. Senador Almeida Lima.	371		
PARECER			
Parecer nº 996 de 2006, (da Comissão de Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 97, de 2001, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 337, de 2001-TCU, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, do Ministério Público de São José dos Campos – SP, a respeito de autorização concedida pela DNER à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio em Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC–014.824/2000-8). Senador Wellington Roberto.	301		
Parecer nº 997 de 2006, (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 97, de 2001, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 337, de 2001-TCU, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, do Ministério Público de São José dos Campos – SP, a respeito de autorização concedida pela DNER à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio em Jacareí/SP, suposta-		mente em desacordo com o contrato de concessão (TC–014.824/2000-8). Senador Amir Lando.	343
		Parecer nº 998 de 2006, (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 97, de 2001, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 337, de 2001-TCU, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, do Ministério Público de São José dos Campos – SP, a respeito de autorização concedida pela DNER à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio em Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC–014.824/2000-8). Senador Valdir Raupp.	348
		Parecer nº 999, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso (nº 32/2002 nº 822-sgs-TCU) do Tribunal de Contas da União e Controle, que encaminha cópia da Decisão nº 367, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a informações solicitadas pela Câmara dos Deputados, encaminhadas por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas (TC – 002.059/2002-3). Senador Ney Suassuna.	350
		Parecer nº 1.000, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2006, (nº 962/2006/SGM/P, de 27-4-2006), do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país (CPI da Biopirataria), criada na Câmara dos Deputados. Senador Sibá Machado.	353
		Parecer nº 1.001, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005 de auditoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”. Senador José Maranhão.	355
		Parecer nº 1.002, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado aos valores éticos e de cidadania. Senador Cristovam Buarque.	358

	Pág.		Pág.
(PETROBRÁS)		instalação de uma Escola Técnica de Construção Naval no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	280
Questionamentos sobre a fragilidade dos argumentos usados pelo Presidente da PETROBRÁS, na entrevista do dia 27 de julho de 2006, concedida à jornalista Miriam Leitão. Senador Heráclito Fortes.	283	Suporte às propostas elaboradas pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior sobre programas de primeiro emprego. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador João Batista Motta.	282
POLÍTICA AGRÍCOLA		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Relato dos problemas que estão ocorrendo com os repasses do Pronaf, que dependem da entrega de projetos pelos governos estaduais. Senadora Ideli Salvatti.	25	Indignação com a demissão em massa de funcionários da Varig. Senador Paulo Paim.	365
Apelo a favor do perdão das dívidas dos pequenos e micro produtores rurais do Brasil, sobretudo os do Nordeste, ameaçados de perder suas terras. Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, de autoria de S.Exa., que trata do perdão das dívidas de pequenos agricultores. Senador Efraim Moraes.	129	POLÍTICA ECONÔMICA	
Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, que trata do perdão das dívidas de pequenos agricultores. Aparte ao Senador Efraim Moraes. Senador José Agripino.	130	Preocupação com o ocorrido no superávit primário do primeiro trimestre de 2006, reduzindo a qualidade da gestão pública. Senador Garibaldi Alves Filho.	223
Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, que trata do perdão das dívidas de pequenos agricultores. Aparte ao Senador Efraim Moraes. Senador Flexa Ribeiro.	132	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Críticas à política agrícola “inexistente”, do Governo Lula. Senador Alvaro Dias.	151	Alerta ao fato de até o momento não ter sido dado início à construção do gasoduto Urucu/Porto Velho. Senador Valdir Raupp.	392
Alerta sobre o risco que ronda a agricultura familiar, especialmente no Estado de Santa Catarina. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Leonel Pavan.	382	POLÍTICA EXTERNA	
Considerações sobre a crise da agricultura brasileira, em particular no Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	383	Registro de viagem feita em 2005 por S.Exa. a Taiwan. Sugestão de parcerias comerciais bilaterais do Brasil com o governo daquele país. Senador João Batista Motta.	37
Defesa de um equilíbrio no preço de produtos agrícolas. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Valdir Raupp.	384	Registro do pleno êxito alcançado na realização da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, na cidade argentina de Córdoba, com a participação de seu mais novo sócio, a Venezuela. Senador Roberto Saturnino.	52
Questionamentos à falta de incentivos governamentais à agricultura e pecuária. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador César Borges. ..	384	Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Senador Romeu Tuma.	110
POLÍTICA DE EMPREGO		Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Paulo Octávio.	112
Defesa da aprovação da PEC 25/2006, de autoria de S.Exa., que propõe a contratação, através de processo seletivo público, de jovens entre 16 e 24 anos, para auxiliar na assistência técnica e extensão rural em comunidades rurais. Anúncio da intenção da apresentação de um projeto, visando a		Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Roberto Saturnino.	113
		Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Sérgio Zambiasi.	113

Pág.	Pág.
	PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Considerações sobre a guerra no Líbano e a importância de que o governo brasileiro se empenhe na busca de esforços para o fim do conflito naquela região. Senador Eduardo Suplicy.	292
193	
Considerações sobre a guerra no Líbano e a importância de que o governo brasileiro se empenhe na busca de esforços para o fim do conflito naquela região. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Arthur Virgílio.	293
194	
Registro da atuação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com relação à crise no Líbano. Senador Luiz Otávio.	294
207	
POLÍTICA MINERAL	
Considerações a respeito da produção de barrilha no Brasil. Senador José Agripino.	295
132	
POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Comentários sobre os debates entre o PT e o PFL. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Eduardo Suplicy.	296
191	
Informação de que nunca soube de qualquer ação do PT para retirá-lo do partido. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy.	297
219	
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Preocupação com as ações de campanha do presidente Lula, que S.Exa. compara ao Decálogo de Lênin. Senador Flexa Ribeiro.	10
27	
Crítica às mudanças no discurso do Presidente Lula, ocorridas após sua eleição em 2002. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Heráclito Fortes.	10
287	
Críticas ao Presidente Lula pela desmoralização das instituições nacionais. Senador Antonio Carlos Magalhães.	10
387	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Expectativas da queda do denominado “fator previdenciário”, na reforma previdenciária. Registro de comparecimento à reunião da Cobap, a fim de instruir a derrubada do veto presidencial ao reajuste dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	1
365	
	PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL
	Projeto de Lei nº 5, de 2006, do Congresso Nacional, proveniente da Mensagem nº 71, de 2006, do Congresso Nacional (Nº 571/2006, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$5.834.330,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.
	10
	PROJETO DE LEI DO SENADO
	Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2006, que altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal”, para que seja disciplinada a interceptação de comunicações de qualquer natureza. Senador Romeu Tuma.
	1
	Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, que altera a redação da alínea g

	Pág.		Pág.
do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade. Senador Romeu Tuma.	4	Requerimento nº 856, de 2006, que requer voto de pesar pela morte, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, de Jorge Antonio Seffair Bulbol, mais uma vítima da violência no País. Senador Arthur Virgílio.	167
Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, que altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios. Senador Efraim Morais. ...	9	Requerimento nº 857, de 2006, que requer voto de aplauso ao fotógrafo Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro “Árvores da Amazônia”, publicado pela Editora Empresa das Artes. Senador Arthur Virgílio.	167
REFORMA CONSTITUCIONAL		Requerimento nº 858, de 2006, que requer voto de aplauso ao ex-volante Dunga, por ter aceitado o convite para assumir o cargo de Técnico da Seleção Brasileira de Futebol. Senador Arthur Virgílio.	168
Apio à proposta da Ordem dos Advogados do Brasil para a implantação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para a votação das reformas necessárias ao País. Senadora Iris de Araújo.	386	Requerimento nº 859, de 2006, que requer voto de aplauso para a pesquisadora Noemi Viana e ao jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia. Senador Arthur Virgílio.	168
REQUERIMENTO		Requerimento nº 860, de 2006, que requer voto de aplauso para o ex-Ministro Celso Lafer, por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, como sucessor do jurista Miguel Reale. Senador Arthur Virgílio.	169
Requerimento nº 850, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 18 de julho de 2006, do ator Raul Cortez, bem como apresentação de condolências às suas filhas Ligia e Maria e às netas Vitória e Clara. Senador Eduardo Suplicy.	164	Requerimento nº 861, de 2006, que requer voto de aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”. Senador Arthur Virgílio.	169
Requerimento nº 851, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 22 de julho de 2006, do ator Gianfrancesco Guarnieri, bem como apresentação de condolências aos seus familiares. Senador Eduardo Suplicy.	165	Requerimento nº 862, de 2006, que requer Voto de Aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas. Senador Arthur Virgílio.	169
Requerimento nº 852, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, ocorrido no dia 24 de julho de 2006, no Município de Guapimirim - RJ. Senador Arthur Virgílio.	166	Requerimento nº 863, de 2006, que requer voto de aplauso para a estudante Suene Moraes. Senador Arthur Virgílio.	170
Requerimento nº 853, de 2006, que requer voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova promissora revelação do Caratê no Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	166	Requerimento nº 864, de 2006, que requer Voto de Aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006. Senador Arthur Virgílio.	170
Requerimento nº 854, de 2006, que requer voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu inclusive uma pequena deficiência física. Senador Arthur Virgílio.	167	Requerimento nº 865, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do advogado José Wagner do Amaral, ocorrido em 24 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	170
Requerimento nº 855, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do ator e dramaturgo Giafrancesco Guarnieri, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio. .	167	Requerimento nº 866, de 2006, que requer autorização para visitar o Chile, com a finalidade de identificar a melhor forma de institucionalizar o intercâmbio e a cooperação na área do Turismo, entre o Brasil e aquele País. Comunica ainda que estará ausente do Brasil no período de 28 de julho a 4 de agosto de 2006. Senador Paulo Octávio. ...	290

	Pág.		Pág.
Requerimento n° 867, de 2006, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado n° 201, de 2006, que estabelece o fim do fator previdenciário para o cálculo do salário-de-benefício do Regime Geral de Previdência Social. Senador Paulo Paim.	298	Requerimento n° 871, de 2006, que requer licença para tratamento de saúde, no período de 25 a 29 de julho de 2006. Senador Gilvam Borges. ..	298
Requerimento n° 868, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento n° 675, de 2006, de autoria do requerente, no qual é solicitado, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma relação com a inscrição de ocupantes de áreas demarcadas como terrenos de marinha, no Estado do Amapá. Senador José Sarney.	298	Requerimento n° 872, de 2006, que requer licença dos trabalhos da Casa, pelo prazo de 118 dias, a fim de tratar de interesses particulares, a partir do dia 30 de julho de 2006. Senador Gilvam Borges.	298
Requerimento n° 869, de 2006, que requer licença para tratamento de saúde no período de 1° a 8 de agosto de 2006. Senador José Maranhão.	298	SEGURANÇA PÚBLICA	
Requerimento n° 870, de 2006, que requer licença para tratar de interesse particular no período de 9 de agosto a 30 de novembro de 2006. Senador José Maranhão.	298	Ausência de propostas concretas, de parte dos candidatos aos principais cargos da República, para melhorar a segurança no País. Senador Romeu Tuma.	110
		Ausência de propostas concretas, de parte dos candidatos aos principais cargos da República, para melhorar a segurança no País. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senadora Heloísa Helena. ..	112
		Apelo em favor das medidas necessárias para o fim da "guerra civil" que reina no Brasil, especialmente em São Paulo. Senador Eduardo Suplicy. .	193

Ata da 117ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de julho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Alvaro Dias, da Srª Heloísa Helena,
e dos Srs. Romeu Tuma e Flexa Ribeiro*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa Projeto de Lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2006

Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal”, para que seja disciplinada a interceptação de comunicações de qualquer natureza.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei objetiva alterar a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal”, para que seja disciplinada a interceptação de comunicações de qualquer natureza.

Art. 2º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 8º e 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A interceptação de comunicações de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigredo de justiça.

Parágrafo único. O disposto nesta lei aplica-se à interceptação de comunicações de qualquer natureza. (NR)

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações de qualquer natureza quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

..... (NR)

Art. 3º A interceptação das comunicações de qualquer natureza poderá ser determinada pelo juiz, de ofício, no caso de clamor público, ou a requerimento:

..... (NR)

Art. 4º O pedido de interceptação de comunicação de qualquer natureza conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

..... (NR)

Art. 8º A interceptação de comunicação de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

..... (NR)

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações de qualquer natureza, ou quebrar sigredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

..... (NR)”

Art. 3º A Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 90-A A prova produzida a partir da interceptação de comunicações de qualquer natureza, que não observe as prescrições desta lei, será nula de pleno direito e, portanto, incapaz de produzir qualquer efeito jurídico-processual.

.....

Art. 10-A O art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 323.

.....

VI – no crime de interceptação de comunicações de qualquer natureza ou quebra de segredo de justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei. (NR)”

Art. 4º A ementa da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Disciplina a interceptação de comunicações de qualquer natureza”.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei objetiva alterar a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal”, para que seja disciplinada a interceptação de comunicações de qualquer natureza.

Encontra-se, lamentavelmente, disseminada na sociedade brasileira, a espúria prática de filmar, gravar ou por qualquer outro meio registrar clandestinamente reuniões, encontros ou outros eventos em que haja a comunicação entre duas ou mais pessoas.

Vivemos, no País, um clima policialesco de investigação, espionagem, delação, montagem de dossiês e extorsão, extremamente nocivo ao bom desenvolvimento das relações pessoais e institucionais.

Em diversas ocasiões, esses registros transformam-se, no momento seguinte, em poderoso instrumento de extorsão destinado a obter vantagens ilícitas daquele que teve sua privacidade devassada.

A Constituição Federal de 1988 é contundente na defesa da privacidade, da imagem e da honra das pessoas. Nesse sentido, seu art. 5º, inciso X estabelece que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Essa proteção estende-se ao campo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, consoante o disposto no art. 5º, inciso XII da CF de 1988, que declara inviolável o sigilo dessas formas de comunicação. A parte final do dispositivo constitucional mencionado estatui ressalva em que a inviolabilidade das comunicações pode ser mitigada: somente por ordem judicial e naquelas estreitas hipóteses em que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução do processo penal.

A Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, veio regulamentar a parte final do art. 5º, inciso XII da CF. Seu art. 2º estabeleceu hipóteses em que não seria

admitida a interceptação das comunicações telefônicas, nem mesmo com autorização judicial: quando não houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal; quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis ou quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

É imperioso pois, a bem da organicidade do ordenamento jurídico nacional, que se estabeleça um paralelo normativo entre as comunicações telefônicas, telegráficas e de dados de que trata o inciso XII do art. 5º da CF e as hipóteses albergadas no inciso X do art. 5º.

Nada justifica que, no primeiro caso, somente admita-se a interceptação das comunicações por autorização judicial nas hipóteses permitidas em lei e no segundo caso, não haja qualquer espécie de regramento.

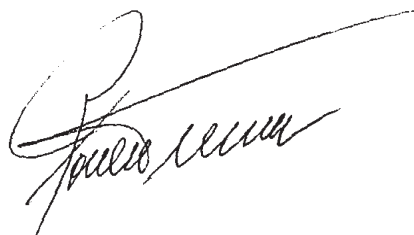
Registre-se, ademais, que o estágio atual de desenvolvimento tecnológico da indústria de microeletrônica tem o poder de transformar em letra morta a tutela constitucional da privacidade e da imagem, caso não haja uma disciplina normativa efetiva da interceptação das comunicações de qualquer natureza, objetivo da presente iniciativa.

Propugna-se, pois, com o presente projeto, a extensão da proteção do Estado a todas as formas de comunicação não previstas no inciso XII do art. 5º da CF, de modo a permitir que a interceptação e o registro de conversas, reuniões, palestras ou qualquer outro evento, em que haja a comunicação entre duas ou mais pessoas, somente se faça com o consentimento dos interlocutores ou com autorização judicial nas hipóteses previstas em lei.

As medidas propostas neste projeto têm como objetivo central preservar o direito fundamental de todos à privacidade, à honra e à imagem, sem contudo, impedir, quando preenchidos os requisitos legais, sejam esses direitos mitigados em prol do bem-estar coletivo e da moralidade pública.

Pelo exposto, pleiteio a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2006.



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

**Regulamenta o inciso XII, parte final,
do art. 5º da Constituição Federal.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.

Parágrafo único. O disposto nesta lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I – não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;

II – a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;

III – o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Art. 3º A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

I – da autoridade policial, na investigação criminal;

II – do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

Art. 4º O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

§ 1º Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

§ 2º O juiz, no prazo máximo de vinte e quatro horas, decidirá sobre o pedido.

Art. 8º A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

Parágrafo único. A apensação somente poderá ser realizada imediatamente antes do relatório da autoridade, quando se tratar de inquérito policial (Código de Processo Penal, art. 10, § 1º) ou na conclusão do processo ao juiz para o despacho decorrente do disposto nos arts. 407, 502 ou 538 do Código de Processo Penal.

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar sigilo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Pena: reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

.....
 Art. 323. Não será concedida fiança:

I – nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 2 (dois) anos; (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

II – nas contravenções tipificadas nos arts. 59 e 60 da Lei das Contravenções Penais; (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

III – nos crimes dolosos punidos com pena privativa da liberdade, se o réu já tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado; (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

IV – em qualquer caso, se houver no processo prova de ser o réu vadio;

V – nos crimes punidos com reclusão, que provoquem clamor público ou que tenham sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Altera a redação da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a redação da alínea **g** do inciso I do Art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Art. 2º A alínea **g** do inciso I do Art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I –

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, salvo decisão judicial transitada em julgado, proferida antes da impugnação do registro da candidatura, em ação que obje-

tive desconstituir a decisão que rejeitou as contas;

..... “(NR)

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei Complementar nº 64, de 1990, foi publicada com o intuito de regulamentar e integrar o subsistema das inelegibilidades, consoante previsão do § 9º do art. 14 da CF, nos termos da Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994.

O objetivo da lei complementar mencionada é proteger a probidade e a moralidade administrativa, bem como a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência perversa do poder econômico e do poder político.

Nesse contexto, é de extrema relevância a norma contida na alínea **g** do inciso I do art. 1º da LC nº 64, de 1990, que declara inelegíveis aqueles que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados a partir da data da decisão.

Contudo, a ressalva contida na parte final do dispositivo que se objetiva alterar – “salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário” – joga por terra todo o esforço empreendido pelas cortes de contas e casas legislativas de todas as esferas da federação no sentido de impedir que aqueles que tenham os recursos públicos tenham a possibilidade de novamente exercer cargos eletivos.

É que a corrente jurisprudencial que se consolidou no Egrégio Tribunal Superior Eleitoral sobre a matéria considera que a mera propositura de ação desconstitutiva da decisão que rejeitou as contas de um dado agente público tem o condão de suspender sua inelegibilidade para as próximas eleições.

A matéria foi sumulada – Súmula nº 1 do TSE – nos seguintes termos, **verbis**:

“1. Proposta a ação para desconstituir a decisão que rejeitou as contas, anteriormente à impugnação, fica suspensa a inelegibilidade (Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, I, **g**).

Referências:

Lei Complementar nº 64/1990, artigo 1º, I, **g**;
Recursos Especiais nº 9.816, 10.136, 10.626 e 10.503.”

É apropriado, neste momento, trazer à baila a declaração do Exmº Sr. Ministro Marco Aurélio, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, quando recebeu, em 3-7 próximo passado, das mãos do Presidente do Tribunal de Contas da União, a relação dos 2.900 (dois mil e novecentos) agentes públicos declarados inelegíveis para as eleições de 2006 pelo fato de terem tido suas contas rejeitadas, consoante notícia veiculada no sítio do TSE:

Brasília, 3-7-2006 – O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Marco Aurélio, recebeu nesta segunda-feira, do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Adylson Motta, a relação de gestores públicos, ocupantes de cargos ou funções, que nos últimos cinco anos tiveram suas contas julgadas irregulares.

A íntegra da relação pode ser conferida na **home page** do TSE (www.tse.gov.br), no centro da página, no ícone Eleições 2006, abaixo de normas, em relação de responsáveis por contas julgadas irregulares para fins de inelegibilidade.

Da relação constam os nomes de 2.900 pessoas, sendo 1.500 ex-prefeitos, além de cinco ex-governadores e nove juizes de Direito, segundo informou ao final do encontro o presidente do TCU. Essa lista, disse o Ministro Adylson Motta, irá subsidiar o TSE no registro das candidaturas nas próximas eleições. “Cabe à Justiça Eleitoral declarar ou não a inelegibilidade”, afirmou. Os pedidos de registro de candidaturas devem ser homologados pela Justiça Eleitoral até o dia 23 de agosto.

Para o Ministro Marco Aurélio, o ideal seria que as pessoas que estão na lista não se apresentem como candidatos nas eleições de outubro. “Se alguém que esteja na lista se

apresentar, nós teremos como consequência o indeferimento do registro”, afirmou.

Os dois presidentes ressaltaram, contudo, que a Lei Complementar nº 64/90 (conhecida como Lei das Inelegibilidades) permite que o gestor público que estiver na lista do TCU e for declarado inelegível pela Justiça Eleitoral, ingresse com ação na justiça comum para que os efeitos da decisão do TCU sejam suspensos.

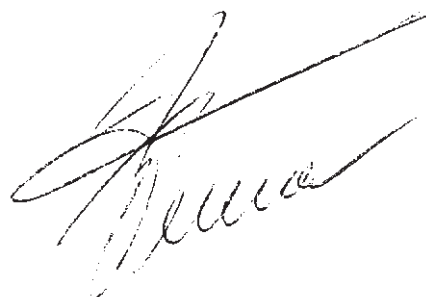
“Esvazia-se um trabalho seriíssimo feito quando se viabiliza, mediante uma norma, o afastamento da eficácia da decisão pelo simples ingresso em juízo, pouco importando a relevância do que articulado na ação proposta,” disse o Ministro Marco Aurélio.

O Presidente do TCU salientou que a lista é pública e que “a sociedade tem o direito de saber”, porque a maioria dos nomes que compõe a lista já participou de eleições. Segundo o Ministro Adylson Motta, as irregularidades mais comuns cometidas pelos gestores que estão na relação são licitações irregulares, desvio de recursos, aplicação e pagamento de preços acima do mercado.

De acordo com a Lei nº 9.504/97, o TCU deve encaminhar essa relação à Justiça Eleitoral até o dia 5 de julho do ano em que se realizarem eleições.

Assim, objetivando eliminar brecha na legislação que dá ensejo à prática deletéria que afronta a probidade e moralidade administrativa, que mitiga a normalidade e legitimidade do processo eleitoral e que desnatura todo o esforço fiscalizatório empreendido no âmbito do controle externo de que trata o art. 71 da Constituição Federal e dispositivos simétricos nas Constituições estaduais e Leis Orgânicas municipais, submeto à apreciação do Senado Federal o presente projeto de lei, certo de contar com sua rápida apreciação e aprovação.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2006.



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Pre-

sidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade;

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

.....
Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daquelas que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V – fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII – prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 64,
DE 18 DE MAIO DE 1990

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

gibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

a) os inavistáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura; (Redação dada pela LCP 81, de 13-4-94)

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes;

e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena;

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

II – para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

1. os Ministros de Estado;
2. os chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República;
3. o chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República;
4. o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
5. o Advogado-Geral da União e o Consultor-Geral da República;
6. os chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
7. os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica;
8. os Magistrados;
9. os Presidentes, Diretores e Superintendentes de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas e as mantidas pelo poder público;
10. os Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios;
11. os Interventores Federais;
12. os Secretários de Estado;
13. os Prefeitos Municipais;
14. os membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;
15. o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;
16. os Secretários-Gerais, os Secretários-Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes;

b) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal;

c) (Vetado);

d) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

e) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tenham exercido cargo ou função de direção, administração ou representação nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

f) os que, detendo o controle de empresas ou grupo de empresas que atuem no Brasil, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da lei citada na alínea anterior, não apresentarem à Justiça Eleitoral, até 6 (seis) meses antes do pleito, a prova de que fizeram cessar o abuso apurado, do poder econômico, ou de que transferiram, por força regular, o controle de referidas empresas ou grupo de empresas;

g) os que tenham, dentro dos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social;

h) os que, até 6 (seis) meses depois de afastados das funções, tenham exercido cargo de presidente, diretor ou superintendente de sociedades com objetivos exclusivos de operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas e da empresa ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo poder público, salvo se decorrentes de contratos que obedeçam a cláusulas uniformes;

i) os que, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou em empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão do Poder Público ou sob seu controle, salvo no caso de contrato que obedeça a cláusulas uniformes;

j) os que, membros do Ministério Público, não se tenham afastado das suas funções até 6 (seis) meses anteriores ao pleito;

l) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais;

III – para governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea a do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação

ou empresas que operem no território do Estado ou do Distrito Federal, observados os mesmos prazos;

b) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos ou funções:

1. os chefes dos Gabinetes Civil e Militar do governador do Estado ou do Distrito Federal;

2. os comandantes do Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea;

3. os diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos municípios;

4. os secretários da administração municipal ou membros de órgãos congêneres;

IV – para prefeito e vice-prefeito:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 4 (quatro) meses para a desincompatibilização;

b) os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais;

c) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no município, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito;

V – para o Senado Federal:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea **a** do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado, observados os mesmos prazos;

b) em cada Estado e no Distrito Federal, os inelegíveis para os cargos de Governador e Vice-Governador, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VI – para a Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa e Câmara Legislativa, no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VII – para a Câmara Municipal:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização;

b) em cada município, os inelegíveis para os cargos de prefeito e vice-prefeito, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização.

§ 1º Para concorrência a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito

Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

§ 2º O vice-presidente, o vice-governador e o vice-prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

§ 3º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes, consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2006

Altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.

.....
§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos:

.....
h) edição de literatura de cordel.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A literatura de cordel é uma das mais significativas formas de expressão da cultura brasileira. Também conhecida como folheto, a literatura de cordel – assim chamada por sua tradicional forma de exibição, estendida em cordas, pelas feiras do Nordeste – remonta à Antigüidade Clássica. Posteriormente introduzida na Península Ibérica, por volta do século XVI, recebeu, na Espanha, a designação de **pliegos sueltos** e, em Portugal, de folhas soltas ou volantes. Trazida para terras brasileiras, o cordel fincou raízes, particularmente no Nordeste, estabelecendo uma genuína identidade com a região.

Objeto de análise de importantes estudiosos da cultura e da literatura, daqui e do estrangeiro, essa espécie de poesia popular impressa passou a ser valorizado entre nós por volta dos anos 1950, quando o valor que ela sempre ostentou passou a ser reconhecido em todo o País. Tal importância pode ser atestada por textos de Câmara Cascudo, no Brasil, e de Raymond Cantel, na França, por exemplo. Atualmente, o interesse por essa produção ultrapassa as nossas fronteiras, enquanto o seu cultivo mantém o mesmo viço, especialmente nas comunidades interioranas do Nordeste.

Entretanto, o mercado para a literatura de cordel tem sofrido, atualmente, uma expressiva redução, por conta das dificuldades encontradas pelos autores para sua publicação: por um lado, os conhecidos obstáculos a edições impressas, de qualquer natureza, em nosso País; por outro, o fato de os cordelistas serem, geralmente, pessoas simples, de reduzido poder aquisitivo. O objetivo deste projeto de lei é minorar e, mais ainda, reverter essa situação.

A Lei nº 8.313, de 1991 (a chamada Lei Rouanet ou Lei de Incentivos Fiscais à Cultura), ao contemplar com seus efeitos a literatura brasileira e a cultura popular, inclui, implicitamente, a poesia de cordel entre seus beneficiários. No entanto, os segmentos enumerados no § 3º do art. 18 não incluem a literatura de cordel, conquanto a seus patrocinadores e mecenas é facultado, para efeitos sobre o Imposto de Renda, o abatimento integral das quantias efetivamente – investidas naquelas atividades ou expressões culturais.

A presente proposição visa o fomento dessa atividade cultural, ao propor uma nova redação para o dispositivo mencionado, como forma de atrair o interesse dos patrocinadores e dos beneméritos do setor cultural.

Convictos da relevância da iniciativa, solicito o acolhimento do projeto de lei pelos ilustres pares.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2006. – **Efraim Morais.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

“Art. 18.

.....
 § 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos:

- a) artes cênicas;
- b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;

- c) música erudita ou instrumental;
- d) exposições de artes visuais;
- e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;
- f) produção de obras cinematográficas e videofotográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e
- g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial.” (NR)

.....
(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, cabendo a última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2006-CN **MENSAGEM Nº 71, DE 2006-CN** (Nº 571/2006, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$5.834.330,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$5.834.330,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta reais) para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2004-2007 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0553		ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS							1.310.000
		PROJETOS							
01 122	0553 1A17	CONSTRUCAO DE SUBSTACAO ELETRICA E RESERVATORIO D'AGUA NO COMPLEXO AVANÇADO DA CAMARA DOS DEPUTADOS							1.310.000
01 122	0553 1A17 0101	CONSTRUCAO DE SUBSTACAO ELETRICA E RESERVATORIO D'AGUA NO COMPLEXO AVANÇADO DA CAMARA DOS DEPUTADOS - EM BRASLIA - DF							1.310.000
		SUBSTACAO ELETRICA E RESERVATORIO D'AGUA CONSTRUIDO (M²) 130	F	4	2	90	0	100	1.310.000
TOTAL - FISCAL									1.310.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.310.000

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0569		PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL							3.055.000
		PROJETOS							
02 122	0569 1D76	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA SUBSECAO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE							55.000
02 122	0569 1D76 0103	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DA SUBSECAO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE - NO MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE							55.000
		IMOVEL ADQUIRIDO COM 500 M² (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100	55.000
02 122	0569 11RQ	REFORMA DO FORUM DE EXECUCAO FISCAL EM SAO PAULO - SP							3.000.000
02 122	0569 11RQ 0101	REFORMA DO FORUM DE EXECUCAO FISCAL EM SAO PAULO - SP - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP							3.000.000
		IMOVEL REFORMADO COM 12.804M² (% DE EXECUCAO FISICA) 55	F	4	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.055.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.055.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
											F
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											55.210
PROJETOS											
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS									55.210
02 122	0570 5439 0145	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM									55.210
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100			55.210
TOTAL - FISCAL											55.210
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											55.210

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
											F
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											75.120
PROJETOS											
02 122	0570 1D80	CONSTRUCAO DE IMOVEL PARA CARTORIO ELEITORAL, CENTRAL DE ATENDIMENTO E ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRONICAS NO MUNICIPIO DE BARREIRAS - BA									75.120
02 122	0570 1D80 0101	CONSTRUCAO DE IMOVEL PARA CARTORIO ELEITORAL, CENTRAL DE ATENDIMENTO E ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRONICAS NO MUNICIPIO DE BARREIRAS - BA - NO MUNICIPIO DE BARREIRAS - BA									75.120
		IMOVEL CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100			75.120
TOTAL - FISCAL											75.120
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											75.120

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							426.000
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							426.000
02 122	0570 5439 0385	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE PINHAIS - PR							80.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	80.000
02 122	0570 5439 0587	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE MEDIANEIRA - PR							300.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	300.000
02 122	0570 5439 0719	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE - PR							46.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	46.000
		TOTAL - FISCAL							426.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							426.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							15.000
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							15.000
02 122	0570 5439 0717	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE GARANHUNS - PE							15.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	15.000
		TOTAL - FISCAL							15.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							15.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0570		GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							788.000
PROJETOS									
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							788.000
02 122	0570 5439 0721	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE ARAPOEMA - TO							394.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	394.000
02 122	0570 5439 0723	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE GOIATINS - TO							394.000
		CARTORIO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	394.000
TOTAL - FISCAL									788.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									788.000

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0581		DEFESA DA ORDEM JURIDICA							110.000
PROJETOS									
03 122	0581 1H27	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTICA EM SANTA MARIA - DF							110.000
03 122	0581 1H27 0053	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTICA EM SANTA MARIA - DF - NO DISTRITO FEDERAL							110.000
		PREDIO CONSTRUIDO COM 4.600 M² (% DE EXECUCAO FISICA) 1	F	4	2	90	0	100	110.000
TOTAL - FISCAL									110.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									110.000

ORÇÃO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS									1.310.000
PROJETOS									
01 122	0553 1110	CONSTRUCAO DE GALPAO DESTINADO AO DEPOSITO DE MATERIAIS							1.310.000
01 122	0553 1110 0101	CONSTRUCAO DE GALPAO DESTINADO AO DEPOSITO DE MATERIAIS - EM BRASILIA - DF							1.310.000
		GALPAO CONSTRUIDO COM 6.500 M2 (% DE EXECUCAO FISICA) 22	F	4	2	90	0	100	1.310.000
TOTAL - FISCAL									1.310.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.310.000

ORÇÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									3.055.000
PROJETOS									
02 122	0569 1136	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL							3.055.000
02 122	0569 1136 0001	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL							3.055.000
			F	4	2	90	0	100	3.055.000
TOTAL - FISCAL									3.055.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.055.000

ORÇÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									375.120
ATIVIDADES									
02 122	1570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							300.000
02 122	1570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	300.000
PROJETOS									
02 126	070 7832	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEITOR							75.120
02 126	070 7832 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEITOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	75.120
TOTAL - FISCAL									375.120
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									375.120

ORÇAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									55.210
ATIVIDADES									
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							55.210
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	55.210
TOTAL - FISCAL									55.210
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.210

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	I	F	VALOR
070 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											126.000
		ATIVIDADES									
02 122	070 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA									126.000
02 122	070 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100			126.000
			F	4	2	90	0	100			80.000
											46.000
TOTAL - FISCAL											126.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											126.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	I	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											15.000
		ATIVIDADES									
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA									15.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100			15.000
											15.000
TOTAL - FISCAL											15.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											15.000

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							788.000
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							788.000
02 122	0570 5439 0469	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL - TO							313.000
02 122	0570 5439 0473	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE GURUPI - TO	F	4	2	90	0	100	313.000
02 122	0570 5439 0475	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE ARAGUAINA - TO	F	4	2	90	0	100	380.000
			F	4	2	90	0	100	95.000
TOTAL - FISCAL									788.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									788.000

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0581		DEFESA DA ORDEM JURIDICA							110.000
		PROJETOS							
03 122	0581 1A51	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTICA NA CEILANDIA							110.000
03 122	0581 1A51 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTICA NA CEILANDIA - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0	100	110.000
TOTAL - FISCAL									110.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									110.000

ANEXO III

Piano Plurianual 2004 - 2007
Anexo Crédito - Ações Plurianuais

Valores em R\$ 1,00

Megaobjetivo *Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia*

Desafio *Combater a corrupção*

Programa 0581 Defesa da Ordem Jurídica Órgão Responsável 34000 Ministério Público da União (MPU)

Tipo *Finalístico*

Objetivo *Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis*

Público-alvo *Sociedade*

AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL

Projetos

Ação	Unidade	Local	Valor	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento
1H27	Construção do Edifício-Sede da Promotoria De Justiça em Santa Maria - DF	MPU	Sede Construída (% de execução física)	10/2006	Centro-Oeste	9.255.200	-	110.000	3.380.800
				03/2009		100		1	39

MENSAGEM Nº 571

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$5.834.330,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Brasília, 19 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 120/2006/MP

Brasília, 6 de julho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), crédito especial no valor global de R\$5.834.330,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta reais), em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, e dá outras providências.

2. A solicitação visa à inclusão de categorias de programação na Lei Orçamentária vigente para adequar os orçamentos dos referidos Órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	R\$1,00	
	Suplementação	Cancelamento
Câmara dos Deputados	1.310.000	1.310.000
Justiça Federal	3.055.000	3.055.000
Justiça Eleitoral	1.359.330	1.359.330
Ministério Público da União	110.000	110.000
Total	5.834.330	5.834.330

3. O crédito à Câmara dos Deputados permitirá a construção da Subestação Elétrica e do Reservatório d'Água em seu Complexo Avançado, com vistas ao atendimento do crescimento do consumo de água e energia elétrica decorrente, principalmente, da ampliação de seu espaço físico.

4. Segundo a Justiça Federal, o crédito viabilizará a reforma da infra-estrutura lógica e telemática dos pavimentos do Fórum de Execução Fiscal em São Paulo, a aquisição e a instalação de ambiente de segurança de equipamentos de informática de grande porte, destinados à guarda de todo o processamento eletrônico das varas de execução fiscal; e o pagamento de parcela complementar relativa à aquisição

de imóvel para a Sede da Subseção de Juazeiro do Norte no Ceará.

5. No caso da Justiça Eleitoral, a alteração proposta possibilitará a continuidade ou conclusão de obras relativas à construção de imóveis para o funcionamento de cartórios eleitorais e para o armazenamento de urnas eletrônicas nos Estados do Amazonas, da Bahia, do Paraná, de Pernambuco e de Tocantins.

6. De acordo com o Ministério Público da União, o crédito permitirá a elaboração, por parte do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do projeto básico para a construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça em Santa Maria, no Distrito Federal, uma vez que ocupa, atualmente, um espaço inadequado, cedido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, além de atuar com um volume expressivo e crescente de processos dadas as características da região envolvida.

7. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias dos próprios Órgãos, e está em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Os remanejamentos de dotações propostos não trarão, segundo os Órgãos envolvidos, prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

9. Ressalta-se, a propósito do que determina o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, LDO-2006, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamento entre despesas primárias para priorização das novas programações.

10. Cabe destacar, finalmente, que integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 5º § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação 1H27 – Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça em Santa Maria – DF, que passa a integrar o Plano Plurianual 2004-2007.

11. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

(Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente e na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2006.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida; ou

III – precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da lei orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta lei.

§ 10. Nos casos de créditos á conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a**, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2006 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2005 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 15. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, após três dias do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação, com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 16. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

Art. 5º A alteração ou a exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 9º, 10 e 11. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 2º É vedada a execução de ação orçamentária constante do Plano, cuja alteração esteja sendo proposta, antes da aprovação do respectivo projeto de lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programa, conterà, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I – diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II – demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano: (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III – estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício de sua apresentação e nos três exercícios subseqüentes. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 4º A estimativa de que trata o inciso III do § 3º, no caso de proposta que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, será considerada na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias

e das leis orçamentárias. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterà exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 6º Considera-se alteração de programa: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I – alteração do megaobjetivo ou do desafio associados ao programa; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

II – adequação de denominação ou do objetivo do programa e modificação do seu público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

III – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

IV – alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

V – alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 7º As alterações no Plano deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta lei. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações orçamentárias do Plano serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 9º As alterações de que trata o inciso IV do § 6º poderão ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 10. A inclusão de ação orçamentária, quando decorrente de fusão e desmembramento de atividades do mesmo programa, poderá ocorrer por meio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, hipótese em que, a partir do exercício de 2006, deverão ser apresentados, em anexo à mensagem que encaminha o respectivo projeto de lei: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I – o alinhamento da série histórica das alterações decorrentes da fusão ou do desmembramento das atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II – os atributos dessas atividades; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III – as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial

ou extraordinário, desde que esses apresentem, a partir do exercício de 2006, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

§ 12. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, no que se refere aos programas constantes do Plano: (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

I – o órgão responsável; (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

II – os indicadores e os índices; e (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

III – os órgãos responsáveis pela execução das ações orçamentárias. (Incluído pela Lei nº 11.318, de 2006)

.....
LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 15-7-2006

Até 30-7 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 7-8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 12-8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 22-8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 186, de 2006 (nº 570/2006, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de

Lei da Câmara nº 16, de 2006 (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Birturbina para Armada da República Oriental do Uruguai, sancionado e transformado na Lei nº 11.323, de 19 de julho de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o Aviso nº 28, de 2006 (nº 287/2006, na origem), encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório da Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no mês de junho de 2006, bem como informando que não foram realizadas emissões de títulos no segundo trimestre de 2006.

O expediente, juntado ao processado da Resolução nº 20, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que disciplina os alimentos gravídicos e a forma como será exercido e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, concedendo adicional de periculosidade aos eletricitários; e

– Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre utilização de mão de obra de menores de dezesseis anos).

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência defere os Requerimentos nºs 848 e 849, de 2006, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, em virtude

de a próxima sessão deliberativa estar prevista para o dia 1º de agosto vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência recebeu as Mensagens nºs 187 e 188, de 2006 (nºs 572 e 574/2006, na origem), encaminhando, respectivamente, a Programação Monetária e o Relatório de Execução para o terceiro trimestre de 2006.

Com referência às Mensagens que acabam de ser lidas, a Presidência comunica ao Plenário que as matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.”

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 205/GABSAV/2006

Brasília, 25 de julho de 2006

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tendo em vista minha participação na Audiência Pública sobre a limitação provisória das áreas do entorno da Rodovia BR-163, bem como ações relativas à implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, no dia 24 de julho de 2006, em Humaitá-AM, solicito a Vossa Excelência considerar como missão oficial, tendo em vista a relevância do assunto para a região amazônica, dentro da competência do Senado Federal como Casa representativa dos estados.

– Senador **Arthur Virgílio Neto**, Líder do PSDB no Senado Federal.

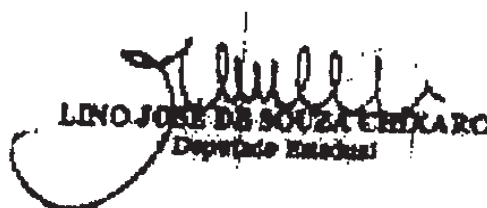
Manaus, 18 de julho de 2006.

Imo, Sr.
ARTHUR VIRGILIO
SENADOR

Diá 24 de julho, pela ocasião ocorrerá em Humaitá uma dentre tantas Audiências Públicas acerca da limitação provisória da área ao entorno da BR 315. Dada participação oficial, contudo o embate dar-se-á entre ONGs ambientalistas e produtores locais.

A área atingida pela limitação supera 16 milhões de ha, prejudicando 16 municípios do sul e centro sul da Amazônia.

Atenciosamente


LINO JOSÉ DE SOUZA CHIKATO
Deputado Estadual

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Sem prejuízo da lista de inscrições, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a dispõe de quinze minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo no sul do País uma situação extremamente delicada. Há uma conjugação de situações que submete parcela significativa da economia dos Estados da região Sul do Brasil, mais especificamente na área da agricultura, a momentos graves, delicados.

Estamos no quarto ano consecutivo de estiagem, sendo que, no ano passado, tivemos a estiagem mais violenta das últimas décadas. Apesar desses quatro anos difíceis para a agricultura, principalmente para a agricultura familiar em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em boa parte do Paraná, houve um aporte significativo de recursos para a região e foram adotadas políticas pelo Governo Federal da mais absoluta relevância.

O Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, praticamente foi multiplicado por quatro: de R\$2,4 bilhões passou, este ano, para R\$10 bilhões, valor disponibilizado para os nossos pequenos agricultores. Além disso, o Pronaf foi diversificado e agora oferece financiamento para o jovem que reside com os pais. Se ele tem algum projeto que necessite de financiamento específico, além daquele que a sua família já tem, pode lançar mão dos recursos oferecidos pelo Pronaf Jovem. Há o Pronaf Mulher, para que as mulheres agricultoras familiares possam ter acesso a financiamento para os seus projetos. Há também o Pronaf Pesca.

Além da ampliação significativa dos recursos destinados ao programa – os recursos quase quadruplicaram – e da diversificação implementada pelo Governo Lula, conseguimos instituir um seguro para a agricultura familiar. Essa era uma reivindicação de décadas. Em Santa Catarina, a propósito, tivemos momentos emocionantes. Depois da fortíssima estiagem do ano passado, pela primeira vez, o seguro da agricultura familiar cobriu os prejuízos que os agricultores tiveram. Eles mal podiam acreditar!

Temos o programa da compra direta da agricultura familiar, que garante mercado, preço, e a compra antecipada da produção desse segmento da agricultura.

No meu Estado temos uma importante linha de financiamento, algo que possui uma grande repercussão até pelo volume: nada mais nada menos do que dez

mil moradias começaram a ser construídas a partir da abertura de linhas de financiamento, subsidiadas em sua maior parte, para que os agricultores pudessem construir ou reformar suas residências. Tínhamos uma situação estranhíssima: os agricultores podiam contratar financiamentos junto ao sistema bancário para custear alojamentos para os porcos, para os frangos e para o gado, mas não tinham recursos a sua disposição para a construção de suas próprias moradias, para a moradia de sua família, de seus filhos.

Lamentavelmente, apesar desse volumoso aporte de recursos e do alcance ampliado de programas e de iniciativas extremamente positivas, principalmente para a agricultura familiar, vivenciamos atualmente uma situação dramática. Os quatro anos de estiagem consecutivos foram implacáveis e quase anularam os benefícios trazidos por esse dinheiro e por esses programas. Dizemos que tudo isso quase virou pó apesar dessas políticas. O fundamental é produzir e poder colher o que se produziu, e a estiagem desmonta efetivamente todas essas políticas, que acabam se transformando, na prática, em pó.

Se juntarmos a isso o embargo da carne suína; a gripe aviária, que prejudicou de forma significativa as exportações e, de forma muito ostensiva, as exportações de frango em Santa Catarina; e os problemas sanitários, que não têm origem em Santa Catarina, mas, pela vizinhança, afetam o Estado – é o caso da doença de Newcastle no Rio Grande do Sul –, chegaremos à conclusão de a situação da agricultura em Santa Catarina é uma situação muito grave.

Senador Saturnino, com o quarto ano consecutivo de estiagem, ficou claro que seria necessário adotar medidas emergenciais de socorro para fazer frente à calamidade. Tivemos, então, no início de maio, a visita do Ministro da Integração Nacional, o Ministro Pedro Brito, que fez reunião com o Governador, mostrou-se receptivo à gravidade da situação e comprometeu-se com o repasse emergencial de R\$10 milhões para socorrer as vítimas da estiagem, principalmente para a execução de obras necessárias.

Está cada vez mais claro que estamos num processo de mudança climática no sul do País. Isso, por uma série de situações que não gostaria aqui de aprofundar, mas aquela cena, que inclusive foi capa de vários jornais, do solo do Rio Grande do Sul e de algumas áreas de Santa Catarina, rachado, como se do Nordeste fosse, nunca imaginávamos presenciar no sul do País. Esse fato nos leva, obviamente, a ter uma preocupação efetiva, porque a mudança climática, toda a situação vivenciada não é uma mera coincidência. Foram quatro estiagens graves, seguidas, causando prejuízos.

Quando o Ministro esteve lá e se comprometeu com os R\$10 milhões, todos nós entendemos que era necessário somar esforços para que esse recurso efetivamente viesse. Todos nós estamos mobilizados para isso. Eu, particularmente, busquei acompanhar as negociações com o Governo do Estado e com o Ministério da Integração para que esse recurso pudesse ser liberado o mais rapidamente possível, porque o objetivo desses recursos é a construção de cisternas, de açudes, de poços artesianos. Ou seja, ele está principalmente voltado para obras que tenham capacidade de enfrentar as estiagens, que sabemos vão continuar acontecendo, porque esse é o cenário, infelizmente, do sul do Brasil e essa é a perspectiva que está colocada.

Infelizmente, mais uma vez, estamos submetidos a uma guerra político-partidária em cima da desgraça da população. Não bastasse uma série de declarações infelizes, levianas, de alguma forma até fascistas sob alguns aspectos, como tivemos a oportunidade de, lamentavelmente, ter que ouvir e ler com relação aos episódios da segurança pública em São Paulo, tentando, inclusive, fazer ilações de envolvimento do Partido dos Trabalhadores com o PCC, em Santa Catarina há um fato assemelhado. A desgraça da estiagem, o sofrimento dos agricultores está, neste momento, infelizmente, servindo de disputa político-partidária. O Governo do Estado e as principais lideranças argumentam que o Governo Federal se recusa a cumprir a promessa do repasse dos R\$10 milhões. Dizem que o dinheiro não veio, que não vai vir, que é uma burocracia, que estão exigindo documentos, que estão exigindo não-sei-o-quê e que, portanto, os agricultores vão continuar sofrendo, porque o Governo Lula não está atendendo e não está cumprindo com os seus compromissos e com as suas deliberações.

O fato é interessante, porque vimos monitorando o caso passo a passo. Liberação de recursos, mesmo em casos emergenciais, deve seguir a lei, até porque R\$10 milhões não são R\$10,00 e não existe nenhuma possibilidade de haver repasse de recurso se não houver todo o cumprimento da legislação. Ou seja, devem ser apresentados os documentos, deve ser apresentado o plano de trabalho, deve-se dizer onde vai ser aplicado, em qual Município; há determinadas questões que necessitam de licença ambiental, senão, nada se pode fazer. Não adianta mandar o dinheiro, porque, se não houver a licença ambiental, nada pode ser feito. Então, há uma série de exigências que são da legislação.

Essa exigência seria recomendável e óbvia e absolutamente necessária em qualquer ano, mas, em plena época de eleições, pior ainda, porque estão todos sendo monitorados, e o ordenador primário do recurso

é nada mais, nada menos do que um Ministro. É ele quem vai repassar R\$10 milhões, que não é pouco dinheiro. Talvez não seja necessário, talvez acho até que não seja suficiente para cobrir tudo o que temos de demanda no Estado. Mas, se não se cumprir a lei, se o Governo do Estado não mandar a documentação, não disser onde vai ser aplicado, não se pode mandar o dinheiro, não há como mandar o dinheiro.

Estamos lá, em Santa Catarina, com essa polêmica.

A documentação que o Ministério da Integração me repassa mostra que o plano de trabalho – está aqui, em mão –, encaminhado por *fax*, só foi enviado no dia 20 de julho de 2006. O Ministro esteve em Santa Catarina no dia 12 de maio; e o Governo do Estado manda no dia 20 de julho, mais de dois meses depois, o plano de trabalho! E o faz errado, solicitando que o Ministério da Integração o devolva para ser corrigido – e, para que não haja dúvida, o Ministério manda direitinho como deve ser preenchido, inclusive quem deve assinar.

Vamos parar de brincadeira! É o quarto ano, só no Governo Lula, de calamidade com estiagem em que há recursos no Ministério da Integração a serem repassados para Santa Catarina. Em quatro anos, não aprenderam? Não aprenderam a preencher a documentação e a mandá-la?

O que me deixou mais pasma foi o fato de, depois de levar mais de dois meses para mandar o plano de trabalho, por *fax*, com erros, não terem solicitado R\$10 milhões. O Ministro se comprometeu com R\$10 milhões, mas o plano de trabalho é de R\$5 milhões – portanto, a metade.

Enquanto isso, o Governador anuncia que vai fazer concentração em São Miguel do Oeste e não-sei-mais-onde para denunciar que o Governo Federal, que o Governo Lula não está cumprindo os compromissos, não tem responsabilidade com os agricultores.

Não fazem a lição de casa e transformam a desgraça dos agricultores em guerra político-partidária.

Não preciso dizer de quem é o palanque de nosso principal adversário em Santa Catarina. É da reeleição do atual Governador do PMDB.

Estou falando deste assunto da tribuna porque é um exemplo. Não é a primeira vez. Podemos ver o que ocorre em outros Estados. Na hora de utilizar os recursos federais, como se dinheiro dos Estados fosse, para executar obras e aparecer bem na foto, nos “samus” da vida, nas penitenciárias da vida, nos financiamentos e nas inaugurações de conjuntos habitacionais, o que tem de Governador adorando! Dessa forma, se apropriam do recurso e não concedem o crédito!

Agora, quando não fazem a lição de casa, não cumprem com suas obrigações, não apresentam a

documentação correta, necessária, que a lei exige, a responsabilidade não é deles, a responsabilidade é do Governo Federal!

Estamos muito atentos, porque a situação é grave. Estive pessoalmente em São Miguel do Oeste, Concórdia, Joaçaba e Chapecó nesse final de semana – coincidentemente, nos mesmos dias em que nosso principal adversário esteve lá. E não reuniu quase ninguém. A capa dos principais jornais de Chapecó anunciava que seriam quase 10 mil pessoas aguardando Alckmin, mas não chegaram a 300.

Como pude circular pelo oeste, quero dizer, de forma concreta: há possibilidade de o recurso sair? Há. Há possibilidade de o recurso sair rapidamente? Há. Há disposição do Governo de editar medida provisória, de imediato, para que o recurso possa chegar aos agricultores em Santa Catarina. O que precisa acontecer? O Governo de Estado precisa fazer a lição de casa, fazer aquilo que eles já fizeram em outras oportunidades, algo que não é nenhuma novidade. Precisam apresentar corretamente o plano de trabalho, a documentação. Quem vai assumir o compromisso deve assinar o documento, não pode colocar outro para fazê-lo, até porque se trata de convênio entre Governo Federal e Governo Estadual e quem assina é o Governador, não é o Secretário.

Então, se houver rapidez nesta semana – estamos torcendo para que isso aconteça –, em vez de eles gastarem tempo fazendo concentrações para responsabilizar quem responsabilidade não tem, teremos condições de ter rapidamente os recursos. Não sei se serão liberados os R\$10 milhões, porque, depois de mais de dois meses, eles chegaram à brilhante conclusão de que eram necessários apenas R\$5 milhões.

De qualquer forma, estaremos acompanhando, **pari passu**, que a lição de casa seja feita pelo Governo de Santa Catarina, para que possamos monitorar o recurso, que deve ser liberado o mais rapidamente possível por meio de medida provisória.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela liderança do PSDB, ao Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a dispõe, regimentalmente, de cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, hoje, para registrar uma preocupação despertada há mais de seis meses, quando li um artigo escrito por um político e jornalista do meu querido Estado do Pará, o ex-Governador e ex-Senador da República, meu amigo Hélio Gueiros. Refiro-me ao artigo intitulado “Decálogo para a vaca ir para o brejo...”.

Nesse artigo, Hélio Gueiros cita o famoso decálogo escrito por Lênin, em 1913, e diz que, hoje, em tempos de Governo Lula, esses mandamentos escritos pelo ditador russo são mais cumpridos do que o decálogo da Bíblia, entregue por Deus a Moisés.

Ao reler o artigo e confrontá-lo – e este é o motivo do meu pronunciamento – com o Governo petista e com o decálogo do Lula ou “Os dez mandamentos da reeleição”, como foram denominadas as recomendações que deverão ser seguidas pelo próprio Lula, pelos coordenadores petistas de sua campanha e pelos integrantes do Governo, constato que a crise política em que vivemos não se trata de uma questão de incompetência, de despreparo ou mesmo desmazelo para com a coisa pública. Não se trata apenas de um caso de deslumbramento com o poder. Trata-se Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de um projeto para desmoralizar a democracia e o Estado de Direito. O que não é novidade para ninguém, pois é um projeto há muito acalentado pelas tendências leninistas que compõem o PT.

Afinal, é ingenuidade acreditar que alguém vá partir para um aparelhamento descarado do Estado, só para “ocupar” espaços políticos e participar do jogo democrático.

A estratégia do Governo Lula, Presidente Alvaro Dias, é garantir a hegemonia do Partido dentro do aparelho do Estado com fins escusos. Quer dominar a máquina e o dinheiro público em proveito próprio e de um projeto de poder.

A síntese elaborada pelo articulista Hélio Gueiros apontou os seguintes mandamentos leninistas:

Corrompa a juventude e dê-lhe liberdade sexual;

Infiltre e depois controle os veículos de comunicação de massa;

Divida a população em grupos antagônicos, incitando-os a discussões sobre assuntos sociais;

Destrua a confiança do povo em seus líderes;

Fale sempre sobre Democracia e em Estado de Direito.

Colabore com o esbanjamento do dinheiro público.

Promova distúrbios e contribua para que eles não sejam coibidos.

Incite greves, mesmo ilegais, nas indústrias vitais do País.

Contribua para a derrocada dos valores morais e da honestidade.

Procure catalogar quem possua arma de fogo, para que elas sejam confiscadas no momento oportuno.

Quase todas essas regras foram encampadas de forma sutil pelo PT, algumas quando era Oposição, outras agora, no Governo; e disfarçadamente introduzidas na tal cartilha da reeleição.

Enumeremos: o PT há muito tenta minar a resistência da mídia por meio da infiltração de seus quadros nos meios de comunicação e, mais recentemente, com a tentativa autoritária de criar o Conselho Federal de Jornalismo ou regulamentar a profissão de jornalista. Também é bom lembrar a ameaça fascista de expulsão do correspondente do New York Times, Larry Rohter, só porque ele escreveu que o Presidente Lula gosta de beber. A censura petista mira a revista **Veja**, que quando abordava interesses do PT, era um importante e sério veículo de investigação; mas agora, que o denuncia, trata-se de “jornalismo marrom” a ser combatido e processado.

O “Decálogo do PT” para a reeleição, Sr. Presidente, dentre outros mandamentos, prega o seguinte:

Evitar entrevistas individuais ou coletivas;

Só falar com a imprensa sobre um tema específico e definido pela campanha;

Não comentar assuntos negativos para o Governo;

Não participar de debates e explorar mais a postura de Presidente da República do que de candidato. Ainda ontem, Senador João Batista Motta, na inauguração do Comitê do PT para reeleição do Presidente, espantei-me ao ver a televisão mostrar uma sala com um quadro que a identificava “Presidente da República”, quando a identificação deveria ser a de candidato, porque aquela sala não é do Presidente da República, mas do candidato que exerce o cargo de Presidente da República. Ou seja, o candidato deve ser mudo, só deve abrir a boca o Presidente da República.

Dividir a população em grupos antagônicos é a especialidade do PT e do Presidente Lula, tanto que a responsabilidade do desgoverno do PT é fruto da “conspiração das elites”. Aproveita para destruir a confiança nos líderes da Nação, primeiro quando agia irresponsavelmente na Oposição, emitindo bravatas a torto e a direito. É muito engraçado, aliás, ouvir o Presidente reclamar de denunciismo vazio depois de tê-lo praticado durante anos. Agora, no Governo, o PT comprou consciências e apoio no Congresso Nacional, na sua cruzada para a desmoralização da “democracia burguesa” que tanto abomina, ou seja, o Estado de Direito.

Os cofres nacionais foram sangrados pelas pessoas infiltradas pelo PT dentro do aparelho do Estado, com o único objetivo de servir não ao País, não ao povo, mas ao Partido dos Trabalhadores, ao Presidente

e ao seu plano de perpetuação no poder. Tivemos o mensalão, temos agora os sanguessugas e a responsabilidade da corrupção infiltrada no País, afirmou o Presidente Lula, em Pernambuco, sábado passado, é do “sistema político brasileiro”.

Incitar ou promover manifestações ou invasões, a maioria delas ilegítimas, está no DNA desse Partido. Hoje, a sociedade está refém dos abusos de movimentos com lideranças autoritárias e absolutamente nada é feito para reprimir as práticas, algumas vezes criminosas, efetuadas por alguns líderes e militantes desses movimentos.

Não discuto aqui a justeza das reivindicações desses grupos. Concordo, inclusive, com algumas delas. Apenas não podemos aceitar que se considerem acima da lei e da sociedade e invadam, por exemplo, o Congresso Nacional, destruindo o patrimônio público e agredindo cidadãos brasileiros.

O décimo mandamento é o que fala sobre o controle das armas da população. Alguns apoiaram o SIM no referendo que se realizou por apostar numa cultura de paz...Eu próprio votei pelo desarmamento! Mas, agora, depois de conhecer o decálogo do PT, tenho minhas dúvidas sobre quais eram as reais intenções. A dúvida só aumenta quando eu me pergunto: por que o Presidente Lula tentou desconversar sobre a sua posição, depois de ter declarado o voto pelo desarmamento em jornal de grande circulação nacional, dizendo que seu voto era “segredo”. Com que objetivo? Seria para tentar esconder que a derrota do SIM foi, na verdade, o repúdio da população ao seu Governo e, em especial, a ausência de políticas de segurança.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, verifico que o sexto dos mandamentos le-ninistas citados vem sendo cumprido integralmente. O Governo petista não hesita em esbanjar o dinheiro público com objetivos puramente eleitorais. Não falta em suas tendências quem pregue o gasto descontrolado na máquina pública, a destruição do agronegócio, a negociação preferencial com países de pouca relevância econômica e de poucos compromissos democráticos. Vamos torcer para que este Governo acabe sem que eles consigam alcançar seus objetivos.

Sr. Presidente, finalizo citando a entrevista de um dos fundadores do PT, o ex-petista e sociólogo Francisco de Oliveira, ao jornal **Folha de S.Paulo**, de 24-7-2006, com a esperança de que suas afirmações não se confirmem. Que o legado do PT para o Brasil não seja o do peronismo, como afirma – “criação de grupos gangsterizados que disputariam o espólio da penetração política e simbólica, a partir de programas

sociais, entre os mais pobres”, ou uma “confederação de gangues que se matam entre si”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, à Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador José Jorge, por 15 minutos. Em seguida, eu a concederei ao Senador João Batista Motta, que está inscrito.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar de algo que realmente me contraria profundamente.

Há dois meses, mais ou menos, tentam envolver-me com essa turma de mafiosos, de bandidos: a turma dos sanguessugas.

Em primeiro lugar, quero limpar terreno e dizer que sou superfavorável a essa CPMI. Ela, que tem o objetivo de desvendar a corrupção nessa área, é da maior importância. Então, que se limpe o terreno! Aqui, ninguém é contra isso. Aliás, fui a quarta ou a quinta a assinar o documento para a implantação da CPMI. Meu nome está lá.

Espero que esta seja a última vez que ocupo esta tribuna para falar sobre o assunto, que, realmente, me causa grande repulsa.

Somente ontem, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive acesso, enfim, a um depoimento da tal turma dos sanguessugas, prestado em juízo. Ele se resume a uma página.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, digolhes que já oficieei o documento a quem tinha de oficiar para buscar todos os dados: Ministério da Saúde, prefeituras etc. Eu já tinha os dados das prefeituras, mas ainda estou providenciando mais alguns, assim como todos os documentos do Ministério da Saúde que provem que somos obrigados a colocar 30% das nossas emendas na área da saúde. Quero tudo oficial.

Entretanto, apesar de não poder citar trechos do depoimento, porque ele é sigiloso – tive acesso a ele porque era do meu interesse, sou citada no documento –, o acusado, o acuado, o delator premiado, o bandido falou.

Apesar de tudo isso, alguns fatos e revelações beiram ao absurdo! Primeiro: as investigações eram sobre ambulâncias. Como não houve jeito de me incriminarem por meio dessa investigação, de repente, leio no depoimento do bandido o seguinte – só para citar alguns exemplos; há muitos: “a Senadora é autora de uma emenda de R\$300 mil para um posto de saúde em Pontes de Lacerda”. Imputam a mim essa

emenda! Procurei saber de quem era a emenda e descobri que se tratava de um recurso extra-orçamentário. Eu nem sabia que havia posto de saúde sendo construído lá, muito menos que se tratasse de emenda minha! Isso não tem nada a ver comigo! Não é emenda minha!

Outro exemplo: disseram que o anel viário de Pontes de Lacerda é emenda minha, Srs. Parlamentares! Ela nem passou perto de mim! A emenda é de quatro parlamentares cujos nomes não vou citar, porque não quero que ninguém diga que, para me defender, estou acusando alguém.

Procurem, investiguem, busquem saber! Nem passei por perto dessa emenda! Ela é de autoria, se não me engano, de um grupo de três ou quatro parlamentares; há deputados e, se não me engano, um senador também.

Mas não interessa, não vou citar os nomes. Há como saber quem são os autores. É fácil. A emenda está lá.

Mas para que o bandido diz que é de minha autoria?!

Outro exemplo: asfalto no bairro Pedra 90.

Foram vistoriar minha vida profundamente. Disseram que se tratava de ambulância, mas, aqui, no documento, há asfalto, há ponte, há posto de saúde, há hospital, há tudo sendo atribuído a mim! O delator premiado, acuado e acusado diz que “foi uma construtora ligada a um genro da Senadora, uma tal construtora Dinâmica”.

Essa construtora não existe. Pelo menos, ontem, Mato Grosso pôs-se a vistoriar o assunto, a procurar que construtora é essa, de quem é, que construtora tem esse nome. E pior que isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, disseram que a construtora era do meu genro e que a emenda era minha, no valor de R\$2,5 milhões, para asfaltar o bairro Pedra 90; que esses recursos foram para a construtora. Não se encontra essa construtora. Espero que alguém a encontre.

Em segundo lugar, Sr^{as} e Srs. Senadoras, os R\$2,5 milhões da minha emenda, que caíram lá no dia 31 de dezembro de 2004, voltaram para o Tesouro, porque a prefeitura estava inadimplente.

Como é que posso ter participação em um negócio desse?! A prefeitura estava inadimplente. Minha emenda caiu lá e voltou inteira! A prefeitura é do PSDB. Isso é demonstração de que não faço discriminação.

O Prefeito Wilson Santos, de Cuiabá, que é do PSDB, é testemunha desse fato. Ele lamentou profundamente o ocorrido. Assumi a prefeitura em um sábado, no dia 1º de janeiro de 2005. Na segunda-feira, dia 3, ele me ligou na maior alegria: “Senadora,

V. Ex^a é minha opositora, mas o primeiro recurso que saiu para a prefeitura foi no valor de R\$2,5 milhões, para o asfaltamento de um dos bairros mais necessitados de Cuiabá, é emenda de V. Ex^a. Muito obrigado! Ficarei eternamente grato etc.”. Porém, quando conferiu os fatos, verificou que o prefeito anterior tinha deixado a prefeitura inadimplente. Resumo da ópera: o dinheiro voltou para o Tesouro, e nem ouvi falar nessa história! Agora, dizem que o dinheiro foi para o asfaltamento por meio da empresa Dinâmica, que, supostamente, é do meu genro! Ela não é do meu genro, não existe essa empresa e nem o dinheiro nem asfalto saíram!

Está difícil! Até que enfim consegui ter acesso a este depoimento para poder desmontá-lo.

Pelo visto, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão querendo passar minha vida a limpo como um todo. Mas, em parte, isso é bom. É bom porque as pessoas que me conhecem sabem da minha história, e as que não me conhecem vão ficar me conhecendo.

Já que não há ambulâncias, é preciso buscar outras armações, outras coisas.

Aí, dizem que houve solicitação de dinheiro para o dono da empresa a fim de pagar dívida de campanha minha, um ano depois da campanha.

Senhores, é fácil, é facilímo verificar essa informação. Basta ir ao TRE de Mato Grosso. No dia seguinte à eleição, estava pronta a minha prestação de contas. Sem dever R\$1,00! Eu saí da campanha, apresentei a prestação de contas no prazo e não deixei dívida sequer de R\$1,00. Como é que alguém andava pedindo dinheiro para pagar dívida de campanha minha? Que se confira no TRE. Está lá. É um dado concreto.

Não vou mais negar minha participação ou não nessa coisa imunda. Vou apenas apresentar dados e fatos. Só. Porque é inadmissível quererem colocar meu nome junto a essa turma da bandidagem. São empresários bandidos e parlamentares que comungaram com isso, bandidos também. Não vão me colocar junto não. De tudo que está sendo dito, as provas são evidentes, são concretas. Eu respondo por minhas emendas e pelo meu gabinete.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Serys Slhessarenko, gostaria de, em breve intervenção, dizer que V. Ex^a pratica um ato extremamente importante de esclarecer os fatos. Concorre assim para que, não somente esta Casa, mas também a sociedade saibam da sua conduta. Daí por que eu a cumprimento pela iniciativa das explicações que oferece ao Senado Federal e à Nação.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Serys Slhessarenko, em primeiro lugar, parabênizo V. Ex^a até pela paciência. Conversamos pelo telefone, no final da manhã, e V. Ex^a me relatou que estava bastante indignada – como não pode ser diferente –, e que estava se preparando para vir à tribuna, com toda a calma do mundo, a fim de prestar esclarecimentos. E não é a primeira vez, não é, Senadora? Porque a acusam, e quando fica claro que para aquela acusação não há sustentação, mudam; quando fica claro que, para a segunda acusação também não há sustentação, mudam de novo... É visível a necessidade – neste caso, digo que é necessidade – de incluir no processo de investigação alguém do PT. É uma necessidade. É algo como: se não acontecer, alguma coisa vai estar errada. Eu não quero dizer que não possa ter acontecido, mas, indiscutivelmente, a tenacidade com que V. Ex^a, reiteradas vezes, vem e desmonta uma acusação, e eles montam outra, é digna de nota e de registro nesta Casa. E o interessante, Senadora Serys Slhessarenko, é que essa história dos sanguesugas só veio a público agora em virtude da CPMI, que a está desnudando, o que criou um grande estardalhaço. As pessoas se esqueceram de como isso veio a público. O nosso Ministro Waldir Pires criou um sistema em que seriam sorteados 50 municípios por mês. Foi feita uma varredura, e começaram a surgir, entre 2003 e 2004, as coincidências. Ou seja, toda vez em que se comprava ambulâncias de determinadas empresas, havia superfaturamento. E isso era algo que acontecia, como o trabalho da Planam, desde 1999. A Controladoria-Geral da União – o Ministro Waldir Pires – identificou o fato, e, a partir das auditorias, chamou a Polícia Federal, que instalou toda a escuta para investigar inclusive as ligações com os parlamentares. E, hoje, precisam porque precisam porque precisam colocar no colo do PT essa questão. Isso se transformou em obsessão, e talvez V. Ex^a seja uma das principais vítimas dessa obsessão. Existe a obsessão de transformar a questão, cuja iniciativa de investigação partiu, reafirmo, do Governo, do Ministro Waldir Pires à época em que estava na Controladoria-Geral da União, com a parceria da Polícia Federal, que, aliás, está aí com uma outra operação, cortando na própria carne, prendendo inúmeros funcionários da própria da própria Polícia Federal envolvidos em falcatruas, no Rio de Janeiro, questão de alteração em processos, em uma demonstração de que se está envolvido, se há indícios, vai sofrer as punições... E a mesma obsessão está cada vez mais demonstrada

em outras situações. Por exemplo, fiquei estarelecida quando apareceu o nome do Deputado João Grandão em uma manchete: “Apareceu, finalmente”. É importante mantermos a calma. Que V. Ex^a continue tendo calma e tranqüilidade para desmontar as sucessivas tentativas de colocá-la em situações que não têm vinculação nem responsabilidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – V. Ex^a diz que ficou perplexa quando viu a manchete relacionada ao Deputado João Grandão. V. Ex^a viu apenas uma manchete; imagine eu, que vejo manchetes há 60 dias! Há 60 dias, manchetes repetitivas. Todo dia, manchetes em todos os jornais de Mato Grosso. Quando eles vêem que a coisa fica meio feia, dizem: “Não, ela não está nisso”. No outro dia, manchete de novo. Quer dizer, há uma necessidade ímpar de colocar todo mundo na mesma sacola.

Mas reforço a importância da CPMI. Que outras surjam em outros setores, para acabar com a safadessa e com a corrupção.

Mas é preciso ter cautela. Uma delação premiada é algo muito perigoso, mas, de repente, faz-se necessária. Eu já disse: se for para limpar o País, que seja com minha dor, mas que se limpe!

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Serys Slhessarenko, peço este aparte para dizer o óbvio: não havia necessidade de V. Ex^a vir à tribuna para dar explicações ao Senado Federal, pois, nesta Casa, todos a conhecem e são capazes de garantir, por unanimidade, sua isenção e seu afastamento de todo esse caso de corrupção que se tornou famoso nas últimas semanas e no qual pretendem, de toda forma, incluir o PT. A manchete em um jornal do Rio de ontem era a sentença “afinal, chegamos ao PT”, porque era preciso encontrar alguém. O aparte da Senadora Ideli Salvatti foi muito esclarecedor. V. Ex^a dá essa explicação ao público que nos escuta e que nos vê pela televisão e que não tem conhecimento do propósito firme de encontrar Parlamentares, qualquer pessoa ligada ao PT, nesse imbróglio todo que foi descoberto, como disse a Senadora Ideli Salvatti, por um esforço do Governo Lula, por meio da Controladoria-Geral da União. Nunca, em nenhum outro Governo, pesquisou-se tanto e se desvendou tanta desonestidade, tanto desvio de dinheiro público, como neste Governo, por meio da Controladoria-Geral, do Ministério Público, dos próprios organismos e das CPIs criadas. Que outro governo permitiu criar quatro CPIs durante sua vigência? Isso tudo nos coloca em situação de enfrentarmos todo esse tiroteio, para desmascarmos esse propósito de envolver o PT e o nome de V. Ex^a, que está muito acima de tudo isso que pretendem imputar-lhe.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Roberto Saturnino.

Finalizando, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela extensão do tempo a mim destinado. Antes, porém, quero dizer que nunca, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ninguém da minha família interferiu na minha atuação Parlamentar! Tenho quatro filhos extremamente preparados, pós-graduados, independentes, e nunca ninguém interferiu na minha vida política!

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde, Senadora Heloísa Helena! Parabéns pelo trabalho de V. Ex^a! A Senadora Ideli Salvatti está trazendo algum noticiário, mas o que eu disse pela manhã repito para V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko. V. Ex^a sabe meu posicionamento desde o início. Fui até à CPI para participar de uma reunião e para discutir aspectos administrativos. Estão fazendo acusações a oitenta parlamentares, com provas. Eu as tenho lido nos jornais. Citam três, quatro Senadores. Por isso, quero saber onde está a materialidade dessas citações. Peço que informem à Corregedoria, para não parecer que estamos de braços cruzados. Foi a Corregedoria da União, é claro, que apurou em primeira mão. Isso já faz mais de um ano. Acompanhei, de perto, o trabalho da Polícia Federal, que não entrou no mérito de quem tem o fórum privilegiado. Enfim, Senadora, pedirei as notas taquigráficas do discurso de V. Ex^a. Estou reclamando dessa CPI, que ficou nas mãos de três pessoas. Não estou reclamando, nem suspeitando. Penso que o Deputado Biscaia é um homem sério, correto, decente. Mas os três estão fazendo...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Quais três?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Os três que presidem a CPI. Então, tomamos conhecimento das notícias por intermédio dos jornais.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Exatamente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não sei se a Senadora Heloísa Helena, aqui presente permanentemente, concorda comigo! Às vezes, precisamos discutir. O Plenário é que decide. Não adianta dizer que não vai fazer relatório agora, que o fará depois, ou que não vai chamar fulano... É difícil. Não sei se o que está nos jornais tem fundamento ou não. Requeri, por intermédio do Deputado Biscaia, cópia de todos os depoimentos, já que não adianta falar sobre as acusações que envolvem V. Ex^a ou outrem. É preciso examinar toda a infra-estrutura de baixo para

cima para sabermos até onde se espalhou a sujeira dos “sanguessugas”.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Exatamente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não sei se isso foi posto aí, Senadora Ideli Salvatti. Inclusive, citei V. Ex^a com base no art. 14 do Regimento, mas o fiz com todo o carinho e com todo o respeito, Senadora Serys, mas fico aflito, angustiado. Estou apavorado com o que dizem os jornais! Requeiro, Sr. Presidente, cópia do discurso da Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Antes de conceder o aparte à Senadora Ideli Salvatti, quero dizer ao Senador Romeu Tuma que, é óbvio, V. Ex^a pode requerer cópia da nossa fala. No entanto, posso ajudar mais ainda. Eu quero ajudar!

Senador Romeu Tuma, há pouco, eu dizia à Senadora Ideli Salvatti que, há dois meses, sou vítima das piores manchetes que se possam imaginar.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu vi.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – V. Ex^a viu, V. Ex^a tem acompanhado. A aflição é grande. Como eu disse, minha família, meus filhos, todos estão horrorizados. As manchetes são gigantes-cas. Disputo o Governo do meu Estado contra duas candidaturas difíceis, pois são poderosas, fortes. Todo esse ataque ininterrupto está sendo feito à minha pessoa. Ao surgir uma denúncia, nós a desmontávamos, mostrávamos as provas, mas, depois, surgiam outras. Senador, é incrível, pois são emendas e empresas que não existem, são emendas que nunca fiz. Nunca pensei em fazê-las. São emendas de autoria de outros Parlamentares, mas tudo é jogado nas minhas costas. Finalmente, ontem, tive acesso à página – não posso citar trechos, porque está sob sigilo –, por meio do meu advogado, que trata do depoimento, em juízo, do bandido com delação premiada, acuado, acusado...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Filho do proprietário da empresa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Exatamente.

Tive acesso ao depoimento dele ontem. É um escândalo o depoimento dele! É totalmente contraditório e mentiroso!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Por isso, requeiro esse depoimento, para mostrarmos todo o seu teor.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu o tenho por inteiro, mas ele é sigiloso. Tenho aqui as questões, que já as respondi. Não só V. Ex^a poderá requerê-lo, como faço questão de, ainda

hoje, fazer um relatório com justificativas, para, então, passar às mãos de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, suspendo meu requerimento e aguardo a informação da Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Serys Slhessarenko...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senadora.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Somente quero fazer um registro. O documento é sigiloso, mas, enquanto acontecia o depoimento sigiloso, membros da CPI saíam para dar entrevista de quinze em quinze minutos. Fico admirada: vão abrir processo por que o Senador Sibá Machado foi acusado de infiltrar assessor. Mas foi permitida a entrada de assessores mediante consulta prévia sobre se poderiam ali permanecer. Não foi especificado quem seria o assessor.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senadora, o pior é dizerem que eu infiltrei assessor. Eu nem lá estava! Eu não sabia de nada! Disseram: “A Senadora infiltrou um assessor”. Por que eu iria infiltrar um assessor? Em primeiro lugar, se era proibida a entrada de assessor, não deveriam tê-la permitido; em segundo lugar, se a autorizaram, ponto!

Resumindo: sou totalmente contra o tal sigilo, porque, se não fosse isso, não estaria acontecendo nada disso e tudo estaria esclarecido. Enfim, isso faz parte do processo, e devemos conviver com o sigilo.

Para encerrar, Sr. Senador Alvaro Dias, que preside a sessão, como eu dizia, nunca ninguém da minha família interferiu na minha atuação parlamentar e política! Por que o meu genro interferiria nisso, por intermédio das formas que aparecem? “Empresa Dinâmica é ligada ao genro da Senadora!” Estão procurando até hoje a empresa, e ninguém a encontrou ainda. “Emenda que a Senadora fez para favorecer, de certo, a empresa que era ligada ao genro.” Eu insisto em dizer que ninguém, até agora, achou essa empresa em Mato Grosso.

Minha emenda não foi liberada, porque a Prefeitura estava inadimplente, apenas para citar um exemplo. São questões extremamente difíceis: “Há um cheque na conta do genro”. Todo mundo quebra os sigilos bancário, fiscal e telefônico. Eu, meu ex-marido e todos os meus filhos quebramos, na primeira acusação, os sigilos bancário, fiscal e telefônico, desde criancinha, como dizemos – não é desde quando sou Senadora, não, mas sim durante toda a minha vida! Absolutamente todos os

meus sigilos estão à disposição da Polícia e da Justiça! Não apenas os meus sigilos estão à disposição, mas os dos meus filhos, que são adultos e independentes, como eu já disse aqui. São médicos, advogados, psicólogos, engenheiros, todos pós-graduados, doutores, independentes, donos dos seus destinos, muito melhores na vida do que a mãe deles, economicamente falando. Todos, imediatamente, autorizaram a quebra de seus sigilos. Inclusive, meu ex-marido também o fez, dando prova de extremo bom caráter, porque ele não tinha nada a ver com essa história, mas pode ser que queiram saber de longos tempos. Mande quebrar! Está autorizado a quebrar o meu sigilo também! Eu já não sei mais o que fazer.

Sr. Presidente, agora, aparece essa história surrealista!

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena. Depois, eu o concederei ao Senador João Batista Motta.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senadora Serys Slhessarenko, de fato, V. Ex^a já teve a oportunidade de conversar comigo sobre isso. Conversei com V. Ex^a também. Já tive a oportunidade, inclusive, de aqui dizer que preciso ver provas para não acreditar que V. Ex^a está dizendo a verdade. V. Ex^a é correta quando se restringe, ao contrário de alguns que fazem apartes ou comentários, à sua defesa, porque não adianta tentar desqualificar a CPI, não adianta desqualificar a indicação e a inclusão de um outro nome, porque, como bem disse V. Ex^a, é uma CPI que investiga bandido, marginal. É por isso que bem disse V. Ex^a, desde o início, quando assinou a CPI, que é uma CPI que tem de ir até o fim. Se há Ministro ou ex-Ministro da Saúde, Senador, Deputado, empresário ou prefeito envolvidos, quem quer que seja, é preciso apresentar à opinião pública quem são os verdadeiros envolvidos, para que os inocentes não estejam na generalização perversa e para que os culpados sejam punidos. Às vezes, a pessoa diz assim: “Fulano não está envolvido”. Vá lá ver os cheques, a discussão bancária, tudo certo! Portanto, V. Ex^a está correta em estimular a CPI a trabalhar, em dizer que é importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito vá até o fim nas investigações, porque está apurando bandido que está roubando dinheiro público, como bem disse V. Ex^a em outros pronunciamentos e hoje também.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Está certo. Quero deixar muito claro, mais uma vez, que fui uma das primeiras a assinar a CPI. Acha da maior importância, mas me preocupa quando acontece isso. Talvez, seja por isso que os bandidos estejam querendo me envolver, tanto os bandidos Par-

lamentares, que não são poucos, quanto os bandidos empresários. Essa pode ser uma das situações pela qual querem me envolver.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, abusando da bondade de V. Ex^a e do Presidente, V. Ex^a me permitiria um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Quero referir-me não só a V. Ex^a, mas ao que a Senadora Ideli me falou sobre o Senador Sibá. Ao que eles me perguntaram, eu falei: “Eu não posso abrir nada, porque quem fez a diligência a Cuiabá é que tem de ter a liberdade de representar oficialmente se houve dolo ou não”. Não há problema assessorar alguém, mas, se houve o dolo, se ele levou para tirar informações, eles têm de escrever e mandar para o responsável pela apuração. Foi isso que falei, Senadora. V. Ex^a pediu para que eu esclarecesse, e eu o estou fazendo ao vivo para a sociedade e para os Parlamentares. Agradeço-lhe e peço-lhe desculpas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder o aparte ao Senador Motta, já finalizando, quero dizer que apareceu agora essa história surreal de eu ter infiltrado um assessor meu na sala da CPI para ficar sabendo das coisas. Mas que coisas?! Eu não sabia que ia ser denunciada de algo, que iam falar sobre a minha pessoa. Por que eu iria infiltrar ali um assessor? Houve um telefonema – e aí eu também tenho coisa concreta para dizer – do Senador Sibá, dizendo – eu nem estava em Cuiabá: “Senadora, estamos sem carro. V. Ex^a pode nos emprestar um carro?”. Liguei para os meus assessores – era muito cedo –, dizendo: “Por favor, mandem um carro com motorista para atender os Senadores. Os Senadores e os Deputados precisam de condução”. Mande alguém lá. Foi exatamente isso. Isso é fácil de ver. Quebrem o meu sigilo telefônico e o do Senador Sibá! Gente, eu já estou querendo prova concreta de tudo! As coisas são tão malucas – desculpem-me o termo –, tão absurdas! Se eu pedi para alguém se infiltrar lá, deve haver alguma ligação! A ligação foi clara: “A senhora pode emprestar um carro?”. “Vou providenciar.” Saí correndo. Chamei um, chamei outro, que estava com o telefone desligado, porque ainda era muito cedo. Enfim, conseguimos alguém que fosse ao hotel para auxiliar no que fosse necessário na condução desse veículo com essas pessoas. Ponto final. Isso é fácil de saber: basta que quebrem meu sigilo telefônico! E tenho a certeza de que podem

quebrar também o do Senador Sibá, que conversou comigo. Foi exatamente essa a conversa.

Está virando surrealismo, alucinação, ficção científica.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senadora Serys, quem a conhece está estupefato durante todo esse tempo em que assiste ao seu sofrimento, mas quem está em casa, na poltrona, vendo-nos, está chegando à seguinte conclusão: como o pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro bate certinho com o seu? O que S. Ex^a disse ali, V. Ex^a reclama da mesma coisa aqui. S. Ex^a fala de um projeto de desmoralização do Poder Legislativo. No entanto, diz que esse projeto é do Governo de V. Ex^a, que é do PT, para permanecer no poder, para tirar o foco dos verdadeiros ladrões, dos verdadeiros bandidos, e para espalhar a lama em todos os Parlamentares. É lógico que há bandidos e ladrões em qualquer esfera da nossa sociedade, inclusive dentro do Congresso Nacional. Mas será que há 100, 200 Parlamentares envolvidos? Acredito que não.

Quantos inocentes poderão estar em condição de igualdade com V. Ex^a, mas o projeto de fazer mal a nossa democracia e ao nosso País está fazendo com que incluam também alguns aliados para despistar o interesse e o objetivo dessa gente que não tem pudor nem respeito pelo ser humano, muito menos pelo seu semelhante. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e repito aquilo que sempre digo: o meu Estado de Mato Grosso, todos aqueles que me elegeram e os que não votaram em mim, tenham muita tranquilidade, fiquem muito tranquilos e em paz porque esta Senadora nunca cometeu, não está cometendo e não cometerá nenhum ato, nenhuma ação que possa envergonhá-los. Saibam que nasci com dignidade, entrei na política com dignidade, posso largar a política – claro, algum dia largarei –, mas a minha dignidade nunca será maculada.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Serys.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero deixar registrados, acredito que em nome de todos os que estão no plenário neste momento, os nossos parabéns e desejar sucesso ao Senador Sérgio Zambiasi. S. Ex^a, na última semana, na 27^a reunião plenária da Comissão do Mercosul, assumiu a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Sabemos da importância desse evento, de o Brasil assumir não só a presidência da Comissão – o Presidente Lula assumiu a presidência pelos próximos seis meses –, mas o trabalho que o Senador Zambiasi terá de desenvolver no próximo período. Inclusive, há a perspectiva concreta de início do Parlamento do Mercosul para o ano que vem.

No evento, foi assinado o convênio de cooperação firmado entre o Mercosul e a União Européia, no valor de um milhão de euros, exatamente para ajudar na implantação do Parlamento do Mercosul, que terá sede em Montevidéu, no Uruguai.

Então, não podemos deixar de parabenizar o nosso colega, o Senador Sérgio Zambiasi. Sei que, quando S. Ex^a comparecer a esta Casa, deverá fazer o relato. Lamento que houvesse somente dois parlamentares brasileiros presentes, Senador Motta, num evento dessa magnitude e importância: o Senador Zambiasi e o Deputado Mauro Passos, de Santa Catarina.

Temas importantes foram tratados. Há vários conflitos bilaterais atualmente no Mercosul, como a questão das papeleiras entre a Argentina e o Uruguai, o caso da Bolívia com a Petrobras, a questão do Paraguai com a usina de Itaipu, mas também há uma série de questões desenhadas, extremamente importantes, como a criação do Banco de Fomento, a ligação Atlântico-Pacífico, o programa continental voltado para as energias renováveis, onde o Brasil tem-se destacado na questão do biodiesel.

Portanto, quero deixar meus parabéns ao Senador Sérgio Zambiasi e desejar-lhe todo o sucesso. Com certeza, nos próximos eventos, que não sejamos apenas dois parlamentares brasileiros a participar das reuniões do Mercosul.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IDELI SALVATTI.

Brasil assume a Presidência da Comissão do Mercosul

Aconteceu na cidade de Córdoba, na Argentina, na última semana, a 27ª Reunião Plenária da Comissão do Mercosul e também a Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Estiveram reunidos Chefes de Estado e executivos dos respectivos Estados-Parte do Mercosul (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, além da Venezuela que formalizou o pedido de adesão e inclusão na condição de Membro Pleno). As duas reuniões marcam a transferência da "Presidência Pró-Tempore" da Argentina para o Brasil, tanto no caso do Executivo, quanto do Legislativo. Na sexta-feira (21/07), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Mercosul, que muda a cada seis meses. No caso da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a presidência passou a ser exercida pelo senador Sérgio Zambiasi, presidente da Seção-Brasil da CPCM. O catarinense Mauro Passos foi o único deputado federal brasileiro participante deste encontro. Ele substituiu o deputado Dr. Rosinha (PT/PR), que ficou impossibilitado de participar por questões de saúde. Segundo o parlamentar catarinense, foi muito importante o encontro dos presidentes das nações do Mercosul para reavaliar os acordos e fortalecer o bloco. A presença do presidente da Venezuela, Hugo Chavez, foi essencial para adesão do país ao Mercosul. Debates foram fundamentais para tentar resolver os crescentes conflitos bi-laterais que repercutem na região: a briga entre Argentina e Uruguai por causa das papeleiras, as continuadas reclamações do Paraguai e Uruguai por sentirem-se preteridos no Bloco, o caso Bolívia-Petrobrás e a pressão do Paraguai contra a dívida com o Governo Brasileiro por causa da Usina Itaipu. O deputado Mauro Passos considera que um dos desafios do Bloco será a criação de um banco de fomento que serviria de suporte financeiro para grandes empreendimentos de interesse comum, entre eles o deputado identifica os projetos de integração energética, a ligação Atlântico-Pacífico e um programa continental voltado para as energias renováveis. Uma boa notícia

anunciada no encontro foi o convênio de cooperação firmado entre o Mercosul e a União Européia, no valor de 1 milhão de euros, para ajudar na implantação do Parlamento do Mercosul, que terá sede em Montevideu, no Uruguai.

Reunião do Mercosul apresenta desafio da integração para bloco sul-americano

Alessandra Bastos e Aloisio Milani
Repórteres da Agência Brasil

- ☑
- ☑ Córdoba (Argentina) - A reunião dos chefes de Estado do Mercosul, na Argentina, apresenta os principais obstáculos e desafios para a integração do bloco sul-americano. Os representantes da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Venezuela, Peru, Bolívia e Cuba abriram os debates sobre os temas comuns e discursaram por mais de três horas. Entre os destaques, a necessidade de diminuir as diferenças econômicas entre os membros e de os países mais ricos ajudarem as nações mais pobres do continente.

O bloco sul-americano tem avançado pouco na negociação entre os países e os últimos dois anos registraram impasses bilaterais que influenciaram a negociação conjunta. Atualmente, o bloco se encontra na etapa de união das tarifas alfandegárias, ou seja, definir taxas comuns para trocas comerciais. Os desafios maiores ainda são a ampliação das negociações comuns com outros países ou blocos e uma política estrutural de investimentos para o conjunto da economia.

“O Mercosul é o instrumento para garantir uma integração digna e necessário para enfrentarmos juntos o desafio de um mundo globalizado”, afirmou o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, acrescentando que o bloco não pode ser partidário e precisa ser atrativo para todos. Kirchner disse que Brasil e Argentina, os dois países mais ricos do bloco, devem ser solidários com os menores. E defendeu a entrada da Bolívia e do México no bloco.

Da mesma maneira, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a “reinvenção” do bloco, como forma de ampliar as relações dos países. “O Mercosul tem diante de si o desafio de reinventar-se e atender às expectativas de todos os seus membros. Temos de desenhar mecanismos que equacionem em definitivo as assimetrias, inclusive com o aporte de novos recursos. Devemos aproximar o Mercosul do dia-a-dia dos cidadãos para atender melhor e de forma mais direta as demandas de nossas populações”, afirmou.

A reunião também contou com a presença do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o presidente de Cuba, Fidel Castro. Ambos elogiaram a reunião ao dizer que ela significa uma resposta para quem diz que o bloco está em crise. Os representantes das centrais sindicais do Mercosul também defenderam que os governos coloquem em prática os discursos de integração. As centrais reivindicam uma reforma na estrutura do bloco, que permita a criação de organismos capazes até de intermediar impasse bilaterais. Os sindicatos também querem o Mercosul unido na defesa de interesses dos países junto a Organização Mundial do Comércio (OMC).

"O Mercosul tem avançado na integração das cadeias produtivas de grandes empresas, especialmente as transnacionais, mas tem relegado as cadeias produtivas compostas por pequenas e médias empresas, maiores geradoras de emprego", criticou o secretário-geral da Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul, Valdir Vicente Barros (Brasil).

Atualmente, o bloco possui 250 milhões de habitantes, uma de área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão, 76% do total da América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a será atendido.

Os cumprimentos da Mesa ao Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, por 15 minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma pena que, no momento em que há um debate tão acalorado com relação à política nacional, tenha eu a obrigação e

o dever de reconhecer algo que acontece em um país irmão e que poderia bem ser um exemplo para nós.

No finalzinho do ano passado, estive em Taiwan a convite do Governo de lá. Tive a maior surpresa da minha vida. Pisei um país de apenas 36.000km². Meu Estado, o penúltimo em tamanho no País, tem 46.000km². Para dar um exemplo melhor ao Senador Luiz Otávio, Taiwan possui 1/5 do tamanho do Município de Altamira, no Pará, que possui 179.000km².

Com aproximadamente 23 milhões de habitantes e renda média anual por cidadão taiwanês de US\$14

mil, Taiwan foi criada em 1949, ou seja, há apenas 57 anos, quando o Líder Chiang Kai-shek chegou ao poder, fugindo da Revolução Comunista, chefiada por Mao Tsé-tung.

Pisei um país quase sem violência, sem assaltos, sem seqüestros e homicídios, mas com um povo trabalhador e muito feliz. Eles possuem o maior porto do mundo em contêineres, localizado na cidade de Kaohsiung.

Por que tanto sucesso em tão pouco tempo?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Governo constituído em 1949 deparou-se com um território sem recursos de qualquer natureza. Lá não havia, como não há, petróleo, gás, ouro ou ferro. Não havia nem mesmo terras para o cultivo de cana-de-açúcar, café, milho ou soja.

Tiveram, então, que colocar a cabeça para funcionar, pois só restava apelar e alicerçar o futuro do país em tecnologia e em ciência.

Idealizaram e implantaram um parque científico, Senador Marco Maciel. Entregaram esse parque para as universidades e para os empresários. No centro desse parque, construíram um edifício e para lá levaram todas as repartições públicas. Chegando lá, aqueles que desejavam investir, aqueles que tinham uma invenção para ser aperfeiçoada, foram recebidos de tal maneira que não tinham como deixar de produzir.

Imediatamente seus projetos eram encaminhados aos diversos setores. Não se tratava apenas de setores para licenciamentos fiscais ou ambientais, mas, sobretudo, setores destinados à tecnologia voltada para o mercado exterior.

E foram mais longe, foram em frente. Criaram duas extensões do parque científico: uma, ao norte, na cidade de Shintsu; e outra, ao sul, na cidade de Tainan, ligadas ao centro e ao porto por rodovias e ferrovias. Foi e é assim que um pequenino país se transformou numa grande potência econômica da Ásia, ficando hoje entre o 12º e o 15º lugares dentre as maiores economias do planeta, sendo hoje o 3º país em reservas cambiais de US\$290 bilhões em caixa.

Nós, brasileiros, necessitamos cada vez mais estreitar nossos laços culturais e comerciais com Taiwan. Não somos concorrentes deles em nada. Por isso, podemos ser parceiros em tudo.

Eles praticam o budismo e não consideram Buda como Deus, mas como um ser humano que viveu 500 anos antes de Cristo. Consideram-no também o maior benfeitor da humanidade.

Sr. Presidente, estive numa determinada exposição em que vi coisas maravilhosas de alta tecnologia;

vi também objetos simples, como bijuterias. Vi, por exemplo, uma árvore feita de pedras: as pedras verdinhas representavam as folhas, as amarelas, frutas ainda no caminho da maturação, as vermelhas, frutas já maduras. Era uma árvore maravilhosa com trinta centímetros mais ou menos e que custava US\$5 mil. Como aquela gente sabe transformar o nada em um objeto de grande valor!

Mas o mais importante de tudo eu ainda não disse: tudo daquela arvorezinha vem do Brasil. Pois bem, aquelas pedrinhas preciosas, aquela maravilha de árvore, trabalho onde se confundia tecnologia, ciência e habilidade daquele povo. Se fossem apenas aquelas pedrinhas, elas não representariam nada.

Mas tenho certeza de que, naquela feira, mais de cem produtos extraídos neste País chamado Brasil deveriam estar ali produzindo riquezas e divisas para aquele povo que tão habilmente soube fazer sua independência financeira.

Pena que nosso País, Sr. Presidente, vive remetendo nossas matérias-primas, como o ferro, o ouro, a prata **in natura** para países grandes, enormes que não necessitam de nossa ajuda. Pena que nosso País esteja ainda isentando de tributos grandes empresas na hora em que fazem suas importações. Pena que este país não saiba copiar um exemplo maravilhoso de trabalho, prosperidade, coragem, determinação daqueles pobres que, por não terem riquezas naturais, souberam fazer o comércio e a indústria, souberam aplicar a tecnologia e a ciência e possuem hoje um país lindo, como disse, sem violência, um país feliz, digno de seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Marco Maciel.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, a quem quero saudar na pessoa do Senador Roberto Saturnino, ocupo a tribuna nesta tarde para registrar o cinquentenário de “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto.

O poema trata da pobreza na circunstância nordestina, aliás já versado precedentemente por José Américo de Almeida, em **A bagaceira**, em 1928, Rachel de Queiroz, em **O Quinze**, em 1930 e Graciliano Ramos, em **Vidas Secas**, em 1937, todos em prosa de ficção. De alguma forma, João Cabral, pernambucano, diplomata, poeta e crítico literário bissexto, também já antecipara a preocupação com

o assunto em 1953 com o poema “O rio ou relação da viagem que fez o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife, caminho percorrido pelos retirantes da seca”.

A denúncia de um povo em busca de justiça não se limitava, segundo João Cabral, à questão social: almeja-se, acima de tudo, segundo o autor, o essencial da condição humana; daí a sobriedade requerida pelas profundezas da alma, na tentativa de decifrar o enigma do homem.

A formação intelectual dele era, ao mesmo tempo, recifense e ibérica, essa marcada sobretudo pela sua presença como diplomata na Espanha. É verdade que seu amor estendia-se também a Portugal, e não foi outra razão que o levou a encerrar sua vida diplomática em Portugal, como Cônsul Geral do Brasil na cidade do Porto.

O estudioso português Antônio Saraiva, um dos muitos especializados no estudo de sua obra, a admirava por preferir o ritmo à melodia e com as pedras das palavras construía a arquitetura da poesia, pois o sentimento deveria se submeter ao pensamento. O gosto pela concretude da pintura, revelado pelo fascínio que a obra do catalão Joan Miró lhe revelara, levou, no mesmo sentido, o crítico literário nordestino João Alexandre Barbosa, professor da USP, a afirmar tratar-se de “uma reflexão acerca do equilíbrio atingido pelo pintor entre o rigor da composição e o sentido da liberdade”.

De forma semelhante, expressou-se o professor de literatura, igualmente poeta, Antonio Carlos Secchin, membro da Academia Brasileira de Letras, ao sintetizar sua formação, observando que “o Nordeste e a Espanha, diálogo entre ambos marcado pelo vetor comum de uma condição humana definida pelos signos da carência do menos”, conduziu a poesia cabralina a um grande rigor e dureza.

Realmente, a poesia de João Cabral de Melo Neto, nas suas próprias palavras, era cortante, “uma faca só lâmina”, e áspera como as pedras que também deveriam servir de exemplo à nossa formação intelectual e moral. Ele assim intitula dois de seus principais livros: “A educação pela pedra” e “A escola das facas”. Por aí se vê o apego de João Cabral à concretude, nas imagens da pedra e da faca, também tão nordestinas na paisagem e no caráter do seu povo.

“Eu nunca acreditei em inspiração”, afirmou João Cabral de Melo Neto, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, em maio de 1988. “Para mim, arte é construção... A palavra arte está ligada à palavra artesanato. E a palavra artesanato está muito ligada a trabalho. Eu vejo uma fron-

teira nítida entre arte e artesanato”. E concluiu: “O poeta é um fabricante. Agora, há fabricantes que são bons e outros que são ruins. Os partidários da inspiração dizem que uns são inspirados e outros não”.

Por outro lado, não podemos nem devemos limitar a densa poesia de João Cabral de Melo Neto e muito menos desconhecer a sua profunda dimensão humana. “A palavra humanismo” – disse ele – “tem um significado que é difícil de responder. Entretanto, dentro da minha concepção de humanismo, o poeta é humanista por excelência”. Humanismo social basicamente brasileiro a partir do Nordeste.

João Cabral sabia que para a arquitetura das pedras era preciso o engenheiro ao lado do operário. Ele, certa feita, escreveu: “A luz, o sol, o ar livre/ envolvem o sonho do engenheiro./ O engenheiro sonha coisas claras.../ O engenheiro pensa o mundo justo;/ mundo que nenhum véu encobre”.

Nem sempre o migrante encontra o almejado trabalho. Daí porque João Cabral sempre liga a imagem do engenheiro à do operário. E diz ele: “Então, ao chegar/ não têm mais o que esperar;/ não podem continuar,/ pois têm pela frente o mar./ Não têm onde trabalhar/ e muito menos onde morar”.

Concedo o aparte ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Marco Maciel, agradeço a V. Ex^a o pronunciamento que faz nos 50 de anos de **Morte e Vida Severina**, lembrando e exaltando a figura de João Cabral, um dos nossos maiores poetas, senão o maior, dos últimos tempos. V. Ex^a resalta pontos específicos da sua obra e do seu pensamento, como essa ligação entre o engenheiro e o operário, ambos construtores envolvidos na mesma tarefa de construir. V. Ex^a também lembra aquela asserção, aquela convicção de que a arte é muito mais trabalho do que inspiração, contrariando a imagem popular corrente de que a inspiração é tudo na arte e de que o trabalho é quase nada, é uma simples complementação, quando, na verdade, o que acontece é precisamente o contrário. É claro que há uma centelha de inspiração – e João Cabral certamente a tinha, e muito brilhante –, mas, sobretudo, o rigor do trabalho, a vontade de produzir com o espírito de operário e de engenheiro, de construir uma obra artística e poética do porte de João Cabral. Cumprimento V. Ex^a e, como disse no início, agradeço a oportunidade que nos está dando de relembrar e conhecer muitos dos aspectos tão importantes da vida deste grande poeta que foi João Cabral.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Roberto Saturnino, agradeço, muito sensibilizado, as palavras de V. Ex^a. Tem razão V. Ex^a, quando apóia a asserção de João Cabral, ao afirmar que a arte é sobretudo um trabalho de construção.

João Cabral era, por excelência, um antilírico, alguém que trabalhava com os temas, talvez, áridos, mas que entendia que esse era o caminho de uma autêntica e genuína poesia. Era, portanto, um poeta muito exigente, inclusive com ele mesmo. Não foi por outra razão que deixou uma obra que o coloca entre os grandes poetas brasileiros e como um dos maiores do século XX. Lamento que a morte o tenha colhido antes do reconhecimento internacional que estava prestes a obter: um Prêmio Nobel da Literatura. Ele era um dos nomes sempre lembrados e infelizmente faleceu, sem que esse reconhecimento lhe fosse prestado. Como sabe V. Ex^a, o Prêmio Nobel não é concedido **post mortem**. Talvez o Brasil tenha perdido a oportunidade de ter seu primeiro Prêmio Nobel. Certamente, teve sua obra marcada não somente por um grande rigor poético, mas, em contrapartida, por uma grande sensibilidade social. Daí o fato de ele ser entendido como o poeta que guarda uma grande completeza, se assim posso dizer, em sua obra.

O aparte de V. Ex^a vem ao encontro do que estou afirmando, ao ligar a figura do engenheiro ao operário. Ele via aí, nesse paradoxo, uma união com vistas à construção de um país menos desigual, com o qual tanto sonhamos.

Sr. Presidente, cinqüenta anos após a publicação de *“Morte e Vida Severina”*, no Nordeste a situação melhorou, contudo aquém do que podia e devia. Ainda hoje a renda média **per capita** do nordestino é bem inferior à brasileira, e é menor sua expectativa de vida. As estatísticas apontam que muitos anos serão necessários para que a renda dos habitantes do Nordeste alcance a dos do Sudeste. Tudo isso, apesar das potencialidades geradas pelo nosso próprio sol, que por um lado pune, mas por outro premia, neste caso favorecendo a produção da principal fonte de etanol, a cana-de-açúcar. Sol que traz milhões de turistas às praias nordestinas.

João Cabral, em **Morte e Vida Severina**, não deixa, porém, morrer a esperança, fundamental que é – reconhecamos – para que possamos já, como disse o apóstolo Paulo, “contemplar realidades que ainda não se vêem”, isto é, um País menos injusto e mais homoganeamente desenvolvido capaz de exorcizar a tentação final dos desesperados, pois, nas palavras do poeta: “Que diferença faria/ tomar-se a melhor saída:/ a de saltar, numa noite/ fora da ponte da vida?”. E re-

truca João Cabral: “E não há melhor resposta/ que o espetáculo da vida:/ vê-la desfiar seu fio,/ que também se chama vida,/ ver a fábrica que ela mesma,/ teimosamente, se fabrica”.

Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Presidente Marco Maciel, como apreciador de seus discursos serenos, objetivos, feitos com a literatura escorreita que levou V. Ex^a à Academia Brasileira de Letras, sinto-me orgulhoso de estar não só no seu Partido, mas de me considerar seu amigo, seu afilhado, se assim permitir, na questão política.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, eu me sinto lisonjeado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas, Senador, V. Ex^a está falando sobre o problema de levar o desenvolvimento e de criar condições para que o cidadão se sinta útil à sociedade, produzindo, tendo serviço, trabalho, se não me engano, em conformidade com o objetivo do seu discurso. Peço permissão a V. Ex^a, porque queria apresentar hoje um requerimento de louvor ao Professor Celso Lafer, ex-Ministro de Relações Exteriores, também um homem completo na sua condição de literato, de escritor e de homem público, que hoje faz par com V. Ex^a na Academia Brasileira de Letras. Como V. Ex^a é o nosso querido representante lá, gostaria de cumprimentar o Dr. Celso Lafer por intermédio da figura maravilhosa que é V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu gostaria, Senador Marco Maciel, que V. Ex^a também acrescentasse meu nome ao voto expresso pelo Senador Romeu Tuma de parabéns e cumprimentos a Celso Lafer como novo membro da Academia Brasileira de Letras, tão justamente escolhido.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Romeu Tuma, antes de mais nada, agradeço as generosas palavras que V. Ex^a proferiu a respeito do meu pronunciamento e, de modo especial, destaco o registro que V. Ex^a faz da escolha para a Academia Brasileira de Letras do professor, filósofo, jurista e Embaixador Celso Lafer, que, aliás, é bom salientar, vai ocupar a vaga deixada pelo grande jurista e filósofo Miguel Reale.

E devo aproveitar a ocasião também para agradecer a manifestação do Senador Roberto Saturnino e dizer tanto a S. Ex^a quanto a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que levarei a Celso Lafer, de forma muito eloqüente, os cumprimentos que V. Ex^as apresentaram por sua escolha para ocupar cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, tantas décadas vivendo como diplomata na Europa, África e América hispânica, João Cabral de Melo Neto permaneceu, malgrado toda a dureza e rigor de seus versos, telúrica e amorosamente brasileiro, nordestino, pernambucano e recifense. Costumava escrever “meu Brasil”, “meu Pernambuco”, “meu Recife”. São palavras que dizem tudo de alguém que, conquanto exato e rigoroso, tinha uma recôndita e enorme porção de afeto.

Tive a graça de, como Governador de Pernambuco, nos idos de abril de 1980, conceder-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Mérito dos Guararapes, em cuja solenidade discursou em nome dos agraciados. Na ocasião, afirmou João Cabral, do alto dos montes que simbolizam a vitória contra os flamengos invasores:

“Não tenho dúvida de que a minha escolha para falar em nome dos grandes brasileiros a quem Vossa Excelência, hoje, outorga a Medalha dos Guararapes, vem, não de méritos pessoais, mas sim dessa impressão de que um intelectual é um homem mais capaz para lidar com idéias abstratas, de que um escritor é um homem mais articulado, de que um poeta é um homem mais capaz de explorar a linguagem em todas as suas dimensões: em todo caso, mais do que o escritor que a emprega dia-a-dia, inevitavelmente como moeda corrente, e mais do que o homem de idéias puras, que se acaba, às vezes, ainda à procura de uma linguagem precisa para suas intenções.

Sei que Vossa Excelência, que conhece bem a poesia que venho tentando escrever, sabe que se ela é a poesia de um anti-lírico, é também a de um anti-orador, escrita mais para ser lida em voz baixa do que declamada, mesmo se o cenário que lhe oferecessem fosse o do nosso querido Teatro Santa Izabel.

(...)

Relembremos esses fatos, neste dia, neste lugar, como quem vai rezar a céu aberto: não, numa igreja, e muito menos num cemitério.

Mauriac escreveu que os cemitérios são o único lugar onde estava certo de não encontrar seus mortos. Guararapes não é um cemitério. É um Parque Nacional, aberto aos alíseos e ao terra. E todos sabemos que a preferência dos ventos é mais a de abrir do que a de fechar janelas.

Guararapes não é um cemitério. Não é um museu nem um arquivo. Guararapes aponta na direção contrária: não guarda nem tenta reviver o que morreu. E, se relembramos que aqui muitos morreram, não o fazemos por deleitação mórbida, mas para dizer que morreram por alguma coisa”.

Duas vezes evocou significativamente o Capibaribe, em **O Cão Sem Plumam**, de 1950, e em **O Rio**, já mencionado, que recebeu o Prêmio do Quarto Centenário de São Paulo.

Avesso às exposições, Sr. Presidente, João Cabral de Melo Neto só aceitou concorrer em uma competição sob pseudônimos, por pessoal insistência de seu amigo Vinícius de Moraes. Outros foram Willy Lewin e Joaquim Cardozo dos tempos recifenses, Manoel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade dos tempos cariocas.

À sua revelia, João Cabral de Melo Neto recebeu vários prêmios literários no Brasil, na Espanha, em Portugal e nos Estados Unidos. Em 1968 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, tomando posse no ano seguinte, saudado por José Américo de Almeida, em reconhecimento ao precursor do romance regional nordestino. Em 1990, a Academia Pernambucana de Letras também o elege, embora sua posse se realize em ausência por motivos de saúde que o levaram ao falecimento três anos após.

João Cabral de Melo Neto era de uma família de escritores; era irmão do lúcido e preciso historiador Evaldo Cabral de Melo, também diplomata, e primo do igualmente notável escritor José Antonio Gonçalves de Melo, e de Gilberto de Melo Freyre, nome completo do distinguido sociólogo-antropólogo brasileiro.

Sr. Presidente, jovem ainda, João Cabral de Melo Neto disse estas primeiras palavras, que poderiam ter sido as suas últimas: “O poema final ninguém escreverá/ desse mundo particular de doze horas./ Em vez de juízo final a mim me preocupa/ o sonho final”. Aliás, é verdade que o homem vive muito mais dos sonhos do que das vicissitudes do presente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Peço que V. Ex^a autorize seja transcrito o discurso de João Cabral de Melo Neto proferido ao receber a Medalha do Mérito dos Guararapes.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Marcos Maciel.

GUARARAPES

Discurso
pronunciado pelo Embaixador
João Cabral de Melo Neto
no Monte dos Guararapes, em Pernambuco,
no dia 19 de Abril de 1980,
em nome dos agraciados,
pelo Governo de Pernambuco,
com a Ordem do Mérito dos Guararapes.

Senhor Governador,
minhas senhoras, meus senhores,

é para mim uma grande honra aqui estar, em companhia de brasileiros tão ilustres, para receber a Medalha dos Guararapes.

Senhor Governador: permita-me dizer: na escolha de meu nome houve uma parte de equívoco, decerto causada pela simpatia para com o intelectual, própria do humanista que é Vossa Excelência. Muitos outros pernambucanos, porque mais velhos do que eu, porque numerosos e relevantes serviços prestaram a Pernambuco, mereciam muito mais do que eu, estar aqui neste momento, em meio a este grupo ilustre de agraciados.

Afinal, que fiz por Pernambuco? Como diplomata, o que se faz se faz pelo Brasil inteiro, e a ação diplomática dissolve, no regionalista mais empedernido, sem que ele mesmo se dê conta, qualquer comportamento de campanário.

Haver falado tanto de Pernambuco em minha poesia? Mas neste caso fui eu quem recebeu, e se falo tanto dele é porque fui fortemente marcado por sua atmosfera, não somente a do Recife, onde nasci, mas a de todo o Estado, que procuro sempre viajar e do qual procuro impregnar-me ao máximo. Assim, eu é que devo a Pernambuco: tanto o que me deu e me dá ainda, como matéria de poesia, como, pela insubserviência de sua história, o encorajamento que ele me deu e me dá para tentar a aventura de escrever; do mesmo modo como, por sua paisagem in excessiva, o modelo de dicção que ele me dá para tentar a textura do que eu gostaria de realizar como poesia.

Por outro lado, como a Medalha dos Guararapes não se destina somente a pernambucanos, como não lembrar o superior merecimento de todos os não-pernambucanos que vivem em Pernambuco, e a eleger sua vida, e o que de melhor puderam realizar durante sua existência? E também como não lembrar a todos os não-pernambucanos que vivem em Pernambuco e que, de fora daqui, tanto contribuem para o desenvolvimento do nosso Estado? Atingido esse nível, Senhor Governador, a honra que Vossa Excelência me conferiu me vem com a força de uma quase vertigem.

Quanto à escolha de minha pessoa como intérprete dos agraciados hoje, permita-me, ainda uma vez, que fale com sinceridade. Só agora, ao dizer que Vossa Excelência voltou a equivocar-se, devo contar que, desta vez, esse equívoco foi normal, se se pode falar em normal. Nos nossos países, países em desenvolvimento, a figura do intelectual, a figura do escritor entre os intelectuais, a figura do poeta entre os escritores, tem ainda um certo prestígio mágico. Um intelectual nascido em 1920 pode ainda desfrutar desse prestígio, mas não tantas gerações posteriores à minha poderão tirar partido dessa situação.

Não tenho dúvida de que a minha escolha para falar em nome dos grandes brasileiros a quem Vossa Excelência, hoje, outorga a Medalha dos Guararapes, vem, não de méritos pessoais, mas sim dessa convicção de que um intelectual é um homem mais capaz para lidar com idéias abstratas, de que um escritor é um homem mais articulado, e de que um poeta é um homem mais capaz de explorar a linguagem em todas as suas dimensões: em todo caso, mais do que o escritor que trabalha dia a dia, inevitavelmente como moeda corrente, e mais do que o homem de idéias puras, que se acaba, às vezes, ainda à procura da linguagem precisa para suas intuições.

Sei que Vossa Excelência, que conhece bem a poesia que venho aqui a ler, sabe que, se ela é a poesia de um anti-lírico, é também a poesia de um anti-orador, escrita mais para ser lida em voz baixa do

que declamada, mesmo se o cenário que lhe oferecessem fosse o do nosso querido Teatro Santa Izabel. Além do que, os trinta e cinco anos de carreira diplomática eliminaram de minha dicção qualquer vestígio de entonação tonitroante que, para tantos brasileiros, é característica dos gaúchos e dos nordestinos da Zona da Mata.

No caso do falar-baixo a que obriga o quefazer diplomático, nosso grande conterrâneo e meu dileto colega, o Embaixador Mário Gibson Barboza, se aqui houvesse podido estar, não me deixaria mentir. Se por não ser escritor, mas exclusiva e visceralmente diplomata, Pernambuco e sua vida olindense não são por ele impostas com essa insistência demais, obsessiva, própria dos homens que escrevem livros, ele exerce sua pernambucania por outros meios: por sua discrição, sua simplicidade e seu falar-baixo profissional, sua capacidade para o diálogo, seu cavalheirismo de senhor-de-engenho pernambucano, capaz de mudar-se no cavaleirismo do mesmo senhor-de-engenho pernambucano, coisas essas tão importantes em nossa anônima profissão (e que está quase a ponto de se transformar em subterrânea profissão).

Senhores agraciados,

falei apenas do grande Embaixador-Embaixador e grande Chanceler, e, inevitavelmente, do escritor-Embaixador eu mesmo. Peço que todos os condecorados de hoje me perdoem. Mas para não me deter, demoradamente, na personalidade de cada um de vós, tenho minhas desculpas. Vossa atividade, distinta nisso da de um Embaixador, se desenvolve em público, num debate permanente com a opinião do país, que vos conhece e acompanha vossa vida, e que, cada dia, vos discute e vos julga. Assim, seria de todo ocioso (diria mais ainda: seria ridículo de minha parte), querer dizer aos pernambucanos de vossas personalidades e de vossa ação.

or Governador,
as senhoras, meus senhores,

estamos na própria data da Primeira Batalha dos Guararapes e própria paisagem em que ela se deu, e em que, exatamente nove dias depois, como um filme que se repete, deu-se a Segunda, e definiu o destino. Assim relembremos uns poucos fatos da ocupação holandesa do Brasil. Este brasileiro, não para acrescentar nada a tudo o que sabe, tem, eu não já tido o tempo de escrevê-lo, esse mestre da História peruana que é José Antonio Gonsalves de Melo. Mestre e monge: José Antonio Gonsalves de Melo entrou na História de Peru como outros entram em religião. E muito menos, para, relatados uns poucos fatos, apresentar uma nova interpretação da história e de seu fazer-se História. Para isso, teria sido necessário que este discurso houvesse sido escrito por Evaldo Cabral de Melo que, em seu livro **Olinda Restaurada**, além de nos trazer novos fatos, soube sintetizá-los numa visão aguda que explica muito do que aconteceu, e muito porque de muito do que aconteceu.

Relembremos esses fatos, neste dia, neste lugar, como quem vai ao céu aberto: não, numa igreja, e muito menos, num cemitério.

Mauriac escreveu que os cemitérios são o único lugar onde estamos certos de não encontrar seus mortos. Guararapes não é um cemitério, é um Parque Nacional, aberto aos alíseos e ao terral. E todos sabem que a preferência dos ventos é mais a de abrir do que a de fechar as portas.

Guararapes não é um cemitério. Não é um museu nem um altar.

Guararapes aponta na direção contrária: não guarda nem tenta guardar o que morreu. E, se relembremos que aqui muitos morreram, fazemos por deleitação mórbida, mas para dizer que morreram alguma coisa. Aqui, João Fernandes, André Vidal, Henrique Dias e outros

em Camarão encontrariam, sim, a lembrança de seus mortos, mas não lhes ocorreria rezar por eles como se reza numa igreja ou num ce-

. Rezariam, sim, pelo que pôde, e ainda puder crescer das sementes que esses mortos se semearam. Guararapes, de sol livre e ao bom lugar para se relembrar um passado que não se fez mártir, mas frutificou.

Sabemos que Guararapes foram as batalhas definitivas da primeira, e a mais longa e a mais conseqüente, pela afirmação de identidade própria da gente que habitava o Brasil.

Sabemos que essa luta foi feita contra a vontade do rei restaurador português e do rei espanhol destronado de Portugal e de suas co-

Sabemos que ambos, e cada um a sua vez, para obter a paz com o outro, e sua ajuda a favor de um contra o outro, haviam proposto ao Nordeste brasileiro (está claro que sem cogitar dos possíveis interesses que pudesse ter esse Nordeste brasileiro).

Sabemos que essa foi uma luta dupla, dupla literalmente: guerra no terreno, luta ao ar-livre contra o ocupante estrangeiro, e luta política, abafada, entre os bastidores da Corte de Lisboa, contra a Corte, a que pouco interessava o seu Nordeste brasileiro, queria comprar as boas graças do estrangeiro que ocupava o Brasil que, naquele então, mais rendia à Coroa (O que custa o Brasil o que é o poder senão o tecer desse esforço de se manter no

Sabemos que, do lado espanhol, pelo Tratado de Münster de 1648, quando já havia perdido todo controle sobre a metrópole e suas colônias, o rei espanhol entregou à Holanda o que já não era seu: este

Sabemos que o Padre Antonio Vieira, que se deve venerar como o artífice de nossa língua (língua que ainda é a nossa, a despeito de ter sido aconselhado ao Governo de Lisboa), sabemos que Vieira, na qualidade de confessor do rei, propôs ao trono de Portugal a simples e imerecida herança do que hoje é o Nordeste brasileiro.

Sabemos que isso não impede, no monumento à Restauração da Avenida da Liberdade, em Lisboa, a inscrição das batalhas contra a ocupação holandesa em Pernambuco como exemplos do heroísmo português, e um dos marcos da restauração dos Braganças.

Sabemos, sabemos . . . de muitas outras coisas, hoje, sabemos.

Pois que de tudo isso sabemos, devemos lembrar tudo isso neste dia, não como quem bota flores ao pé de um monumento, mas como quem se formula um projeto renovado de vida: em voz baixa e recolhida, repetindo as coisas sabidas como se tivesse acabado de aprendê-las, com a sempre desconfiança de que esse projeto possa não dar certo, mas com a disposição de fazer com que ele dê certo, quaisquer que sejam as dificuldades a que tenha de fazer frente.

Também sabemos de muitos outros fatos que fizeram única a História de Pernambuco (única entre outras coisas como repertório inesgotável de possíveis símbolos), desde que ela começou como História: desde a chegada, ao que são hoje a Barra do Suape e o Cabo de Santo Agostinho, em janeiro de 1500, do andaluz Vicente Yáñez Pinzón.

Mas existe nas Batalhas dos Guararapes, a começar pela qualidade poética da palavra mesmo, algo do inefável, do indefinível, que tem o dom de transformar em símbolos, certos acontecimentos históricos, certos homens, certas coisas.

Que fez dos Guararapes um símbolo? Teria sido o fato de ter sido a primeira afirmação de identidade do que viria a ser depois o povo brasileiro? Teria sido a convivência mais íntima, na luta comum, das raças em que já estava se fundindo o que veio a ser depois o povo brasileiro? Teria sido a igualdade que nasce naturalmente nas trincheiras, onde a convivência estabelecida debaixo do perigo e da morte, é muito mais niveladora e soldadora do que a convivência nascida do trabalho em comum, onde, sob ou sobre a convivência propriamente, persiste, como nódoa, o sentimento de diferenças e de dependências? Teria havido, nessa convivência nas trincheiras e redutos, um acelera-

dessa “mestiçagem cultural” de que fala o Presidente do Seneca do mundo, Leopold Sedar Senghor? Essa espécie de mestiçagem social que ela é capaz de emitir, descobriu-a ele, segundo mais de dez me confessou, lendo, aos trinta anos, Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre, esse pernambucano que soube dar ao fato histórico um significado simples anedota ou referência de calendário, uma gravidade: não se conhecia na História do Brasil que se escrevia no Brasil. Mas para mim, mesmo diante das minuciosas descrições dos missionários que participaram dos Guararapes; mesmo diante do texto de outros cronistas, hoje fastidiosos; mesmo diante dos quadros dos melhores pintores (se menos fastidiosos, abstraídos demais da realidade pernambucana); mesmo diante desta nova paisagem de Guararapes, que trezentos anos e o progresso superpuseram ao que devia ser a paisagem de 1648 e 49; para mim, já eu dizendo, os Guararapes são, sobretudo, uma guerra na paisagem pernambucana.

Guararapes foram batalhas travadas entre canaviais e coqueirais (e, na época, de certo, também entre matas de cajueiro); ao pé deste campo mais esfolado, quase agrestino ou sertanejo, das colinas arredondadas que, de Olinda até aqui, fechavam do lado da terra, a paisagem era de prato raso, regado por cem rios, onde hoje se assenta a cidade do Recife; batalhas travadas frequentemente dentro de mangues, onde era atraído o inimigo flamengo, dentro da terra ambígua dos mangues, essa terra que, como se diz no poema do pernambucano João Cabral de Melo Neto que foi Joaquim Cardozo, “é preta e morna”, mas “tem vida”; Guararapes foram batalhas em que tropas bivacaram na sombra de um engenho e se amoitaram entre partidos de cana; onde havia um monte chamado dos Oitizeiros e a “abegoaria” de André de Albuquerque, palavra de que perdemos o uso, mas que um recifense de outra geração não terá dificuldade em imaginar como uma dessas casas e acolhedoras vacarias que antes existiam nos arrabaldes do Recife.

A paisagem de uma batalha, e por isso devem ser perdoados os cronistas dos Guararapes, por melhor escritor que seja o historiador que tenta dar a ver, é sempre uma paisagem impessoal, não em colinas em curvas de nível. Pouco tempo faz, dizia-me Rubem Braga, egresso de uma viagem que fez à procura de seu espaço-perdido de espondente de guerra, como lhe pareceu estranha, porque humana era, a paisagem atual daqueles campos da Itália, por onde acompanhava a Força Expedicionária Brasileira.

Era precisamente a normalidade da vida do camponês italiano, volta à sua silenciosa rotina imemorial, que lhe parecia estranha: muito mais estranha do que lhe parecera a paisagem lunar, a paisagem errata de mapa, que ele percorrera trinta anos atrás, e por onde, de um lado de trovoadas de pólvora e aguaceiros de aço, avançavam os soldados brasileiros.

A paisagem italiana que Rubem Braga percorreu trinta anos atrás, é a paisagem dos cronistas de Guararapes. Mas a partir do pouco de concreto eles deixaram cair no curso de suas narrativas, é possível reviver os Guararapes, relê-los em seu contexto, no contexto da paisagem de Pernambuco que Vicente Yáñez, em depoimento ao Conselho das Índias, em Sevilha, quando se tratou de sua chegada a estas bandas, chamou a terra de mais luz da Terra.

o maior Governador,

uma condecoração que se outorga a alguém, por exclusivamente honorífica, como são todas as de nosso tempo, não é nunca, somente uma simples expressão de relações pessoais que possam existir entre quem outorga e esse alguém a quem ela é outorgada.

Uma condecoração tem um sentido social que nem mesmo os historiadores têm sido capazes de localizar em suas origens. Por isso a concessão de distinções está sempre cercada de um cerimonial: de maneira de, cercando-a de um ritual meio mágico, reforçar o que ela tem seu sentido social.

Também por isso, em todas as civilizações, e nas mais distintas estruturas sociais, elas existiram. E por isso em nosso tempo, onde tudo parece querer distinguir-se de tudo, sob qualquer dos regimes políticos existentes, elas vivem; e não só sobrevivem, florescem.

O que caracteriza nosso tempo, a esse respeito, é que as distinções se tornaram puramente simbólicas, e dão tão somente honrarias, e já não mais vantagens materiais aos que são chamados a recebê-las. Mas a verdade é que, nem por serem puramente simbólicas, perderam elas seu sentido de instrumento social: e que mais eficiente instrumento social que o símbolo?

Criando a Medalha dos Guararapes, cuja continuidade, é de se desejar, não será descuidada pelos sucessores de Vossa Excelência, foi criado um vigoroso instrumento de magia social.

Um instrumento de múltiplas utilidades simbólicas: que contribuirá a reforçar o sentimento de pernambucanidade de nossos conterrâneos de dentro e de fora de Pernambuco; de nordestinidade, entre a gente que, do Ceará ao São Francisco, por haver sofrido mais diretamente a exploração que lhe veio da presença estrangeira, vê os Guararapes como símbolo de uma longa luta de liberação de estrangeiros; enfim, de brasilidade, porque nos Guararapes concluiu, praticamente, a primeira luta pela afirmação do sentimento nativista no espaço do que Vinicius de Moraes chamou “a Ilha Brasil, talvez”.

Senhor Governador,

em nome dos eminentes amigos de Pernambuco e dos eminentes pernambucanos por quem Vossa Excelência mandou-me falar, e no meu próprio, queira aceitar nosso melhor **muito obrigado** por nos haver escolhido como depositários desse símbolo, os Guararapes, da medalha desse símbolo, que levaremos na lapela como quem leva no bolso uma coisa inquieta, porque viva.

o Estado de Pernambuco, em 1980, agraciou com a
m do Mérito dos Guararapes, os cidadãos:

tonio Corrêa de Oliveira Andrade Filho
Arno Oscar Markus
Antonio Salles Leite
General Florimar Campello
General Golbery do Couto e Silva
Henrique Brandão Cavalcanti
Heitor Aquino Ferreira
Gen. Ivan de Souza Mendes
João Cabral de Melo Neto
José Lopes de Oliveira
José Muniz Ramos
José Kleber Leite de Castro
João Vitor do Rego Valença
Jureno da Fonseca Barbosa (Capiba)
Mário David Andrezza
Mário Gibson Barboza
Mário Lima de Castro Nunes
Nelson Ferreira de Castro Chaves
Oscar Hector Camilión
Octavio Rainho da Silva Neves
Pedro Ribeiro Malta
Plínio Pacheco
Roberto Magalhães Melo
Valfrido Salmito Filho

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a e, em nome de todos os Srs. Senadores, agradecemos a brilhante e oportuna intervenção que V. Ex^a acaba de fazer.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, realizou-se com pleno êxito, no último fim de semana, a reunião de cúpula do Mercosul na cidade argentina de Córdoba, contrariando tantas previsões que, quase diariamente, eram colocadas em nossa imprensa, na mídia brasileira em geral. Pleno êxito em termos de reafirmação, por parte dos chefes de Estado dos países-membros do Mercosul lá presentes, do empenho em levar avante esse projeto de integração, que começou com os quatro países do Cone Sul, mas já ganhou a adesão plena da Venezuela, o que é muito importante, e tem outros sócios que participam, como a Bolívia e o Chile. Enfim, reafirma-se o propósito de integração e de desenvolvimento de projetos extremamente importantes, projetos de integração física na área de transporte, especialmente na área de energia e com o grande projeto do gasoduto, que interessa a todos os países do nosso continente.

Foi uma reunião especialmente importante porque foi a primeira a ter a participação do novo sócio, a Venezuela, que ingressa no Mercosul como uma força integradora muito grande, na medida em que é um país altamente rico em energia, em petróleo, em gás, e é uma economia em expansão, com condições de oferecer auxílio a economias menores da associação do Mercosul, como é o caso do Paraguai e do Uruguai, que reclamam, com justiça, que Brasil e Argentina não têm sido ainda capazes de atender às expectativas desses países de menor porte que ingressaram no Mercosul.

Foi uma reunião importante que teve uma dimensão que reuniões anteriores não tiveram. É que essa reunião, além da presença dos chefes de Estado, dos representantes oficiais dos governos dos países-membros, dos parlamentares que cuidaram da implementação do Parlamento Sul-Americano – que escolheram para presidir a Comissão de Implementação o nosso colega ilustre, o Senador Sérgio Zambiasi, a quem todos nós prezamos e admiramos –, essa reunião contou com a presença de representantes da sociedade civil organizada desses países-membros, numa demonstração de que, também por parte da população, já há consciência da importância do Mercosul. Houve a demonstração da vontade política de desenvolver esse projeto e levá-lo às suas últimas conseqüências, que são não apenas comerciais, não apenas econômicas, mas transcendem isso: conseqüências políticas, culturais, conseqüências

mesmo de irmanação entre os povos que têm proximidades tão grandes sob o ponto de vista histórico, sob o ponto de vista cultural e, naturalmente, geopolíticos.

Essa reunião, Sr. Presidente, teve tudo para marcar o êxito e a consolidação que se pode dizer definitiva desse projeto. Muito ao contrário de quase tudo o que sai na nossa imprensa, só criticando o Mercosul, anunciando a sua dissolução, anunciando uma crise, anunciando uma decadência, sempre provocando a desmoralização do projeto, com propósitos evidentes de, com a derrocada do Mercosul, promover a entrega de todos os países à grande potência do norte, por meio da Alca.

Esse é o projeto daqueles que querem tanto que o Mercosul fracasse para que possa valer a Alca. Então, usam argumentos sucessivos, mostrando que o Mercosul está-se politizando. É claro que o Mercosul tem uma dimensão política. É evidente que tem. Trata-se de uma transformação política do continente, normal e tradicionalmente voltado para a hegemonia do norte e submisso a ela. Trata-se de um continente que, agora, se está conscientizando e organizando politicamente. Por conseguinte, há uma dimensão política, pois se organiza politicamente para enfrentar a grande pressão econômica e política que vem do Hemisfério Norte. Portanto, é óbvio que há uma dimensão política. Não poderia deixar de haver.

Outras críticas insistem em mostrar que há descontentamento, mas todos sabem que há um certo descontentamento – que é justo e se reconhece como tal – por parte do Uruguai e do Paraguai, que se vêem postos à margem do processo de negociação, que quase sempre envolve Brasil e Argentina, as duas economias maiores, sem a consideração devida aos outros sócios, que são igualmente importantes – igualmente importantes – quando se encara o projeto como um todo.

Agora, com o ingresso da Venezuela, é claro que haverá mais possibilidades e probabilidades de se concretizarem ajudas efetivas a esses dois países menores e de se promover até uma preferência para a colocação de seus produtos e para o atendimento de suas necessidades energéticas, por exemplo.

Sr. Presidente, esse propósito e essa ênfase do Mercosul é uma nova linha política, sim, é uma linha política que caracteriza o Governo do Presidente Lula, dada a ênfase, a prioridade que o Presidente dá – e o Presidente faz questão de enfatizá-lo a todo momento. É uma das prioridades maiores do Governo do Presidente Lula o desenvolvimento da integração sul-americana, com especial atenção ao Mercosul.

Naturalmente, é uma linha política nova, mas não prejudica, em absoluto, ao contrário também do que frequentemente se diz por toda a nossa imprensa, que prejudicaria nossas relações tradicionais, que sempre deram ao Brasil as oportunidades de crescimento econômico, nossas relações tradicionais com os Estados Unidos e com a Europa. Absolutamente! Nossas relações tanto políticas, quanto econômicas e comerciais, tanto com os Estados Unidos quanto com a Europa, não sofreram absolutamente prejuízo algum. Ao contrário, só melhoraram.

Do ponto de vista político, o Brasil hoje é reconhecido pelos grandes do Primeiro Mundo e chamado a todas as principais reuniões. Reconhecem a importância do Brasil exatamente em razão dessa ênfase na necessidade de uma integração mais forte com a América do Sul. O Brasil é reconhecido como o país que mais se empenha nisso. Por isso mesmo, as suas relações políticas melhoraram e ganharam um novo patamar, um novo nível de consideração por parte dos países grandes do mundo, assim como as relações comerciais.

As nossas exportações e o nosso comércio com os Estados Unidos e com a Europa só cresceram nestes últimos anos em que o Brasil se tem empenhado tanto na consolidação do Mercosul.

Sr. Presidente, não procedem absolutamente as críticas, que têm o propósito de desencadear toda uma derrocada do Mercosul e reascender o atrativo da Alca como única salvação, como único caminho. Não é o único caminho. Isso foi pregado durante décadas neste País pelas lideranças que hoje ainda continuam com seus afiliados a pretender prejudicar o Mercosul e dá-lo como condenado.

Sr. Presidente, solicito que conste do meu pronunciamento uma entrevista dada ao **Jornal do Brasil**, na última segunda-feira, pelo grande economista argentino Aldo Ferrer, que foi Ministro da Economia da Argentina, uma grande figura, respeitadíssima internacionalmente. Ele falou sobre a Alca nessa matéria que, curiosamente, é intitulada "Uma crise chamada Mercosul". O título é esse, mas o conteúdo da matéria mostra justamente o contrário.

Segundo o economista Aldo Ferrer, o Mercosul não está em crise. O economista Aldo Ferrer, ex-Ministro da Economia e um dos mais importantes especialistas em globalização do seu país, acredita que "a entrada da Venezuela no bloco e os debates sobre os projetos transnacionais, a exemplo do Gasoduto do Sul, mostram a força do grupo e a capacidade de superar problemas políticos de seus integrantes".

"É possível", diz Aldo Ferrer, "pensar uma política de desenvolvimento comum a partir do encontro dos interesses de cada país." "(...) Se as realidades políticas e sociais são distintas, existem questões convergentes em temas como a infra-estrutura, energia e tecnologia."

"A chave do êxito", diz adiante Aldo Ferrer, "é enfrentar a diversidade e o tamanho dos países e seus níveis de desenvolvimento". "A cooperação das nações maiores às menores pode funcionar, mas dentro de certo limite, pois não há recursos disponíveis como existiram na integração européia."

Ele chama a atenção para o fato de que os países europeus, como Alemanha, França, dispõem de mais recursos para concederem ajuda substancial a países como Portugal, Grécia, com nível econômico mais baixo, para chegarem a uma condição mínima de homogeneização em relação às condições de vida dos outros sócios. No nosso caso, é mais difícil.

Ninguém desconhece que há problemas a enfrentar. Mas as demonstrações sucessivas de vontade política dos governantes e dos respectivos povos, das sociedades civis que estavam em Córdoba representadas, era de implementar esse projeto e de superar as dificuldades. Na Europa, também houve muitas dificuldades e hostilidades seculares que impregnavam a memória e o espírito dos respectivos povos.

Vamos vencer essas dificuldades e vamos implementar o Mercosul. E vamos ampliá-lo para todos os países da América do Sul. É uma necessidade e uma fatalidade. Isso vai ocorrer. Mesmo países como Equador, como Chile, que têm mais dificuldade porque já fecharam acordos de livre comércio, haverão de retornar ao leito natural do seu desenvolvimento econômico, social, cultural e político com o ingresso pleno no Mercosul e a integração de todos os países do nosso continente.

Sr. Presidente, ao fazer essa referência sobre a reunião de Córdoba e sobre o sucesso do Mercosul, eu quero também ressaltar que o que não vai muito bem é exatamente o outro lado, o lado neoliberal, o lado da Organização Mundial do Comércio, que não avança nas negociações da chamada Rodada de Doha, o que também está dentro da lógica, se pensarmos um pouco mais cuidadosamente sobre os interesses e as economias que estão a defender cada uma o seu quinhão.

É perfeitamente compreensível que países ricos não queiram abrir setores de sua economia nos quais são mais fracos. É claro que, no setor agrícola, nós somos mais fortes do que a Europa, a França e mesmo os Estados Unidos. Então, os americanos não querem abrir mão dos subsídios que dão e os franceses não querem abrir mão da proteção que dão aos seus agricultores. Nada mais compreensível. Imaginem milhões de agricultores franceses, sem renda e sem ocupação, invadindo as grandes cidades e inchando Paris de todo tipo de excluídos e marginais da economia! Esse quadro muito ruim é evidente que os franceses e americanos querem evitar. Nós, brasileiros, é que não o evitamos.

Foi no Governo do Sr. Fernando Collor e nos governos subseqüentes que se abriram as fronteiras e as proteções deste País de uma forma indiscriminada, sem nenhuma compensação, de maneira absolutamente tola, vazia e subserviente, que levou ao desemprego centenas de milhares de trabalhadores brasileiros e fechou grandes setores da nossa indústria. Nós abrimos a nossa indústria, abrimos os setores onde eles são mais fortes e nós, mais fracos e deixamos que destruíssem grandes setores. Toda a indústria de autopeças brasileira, por exemplo, naufragou de um momento para o outro por essas decisões impensadas e tolas que os mais ricos e os mais fortes hoje não querem tomar em relação à sua agricultura. Temos de entender que eles têm suas razões fortes. É claro que temos de continuar pressionando, porque é a defesa do nosso interesse, mas é evidente que eles têm suas razões.

Nós é que não soubemos defender as nossas razões no início dos anos 90 e, depois, nos anos subse-

qüentes, até que chegou o Governo do Presidente Lula, que toma consciência disso e, então, promove uma reação exatamente de integração com os países sul-americanos, para formar uma defesa econômica mais confiável e eficaz contra esse assédio das economias fortes que destruíram grande parte da nossa indústria.

O Brasil aprendeu, finalmente, a resistir no momento em que a população, chamada a se pronunciar, rejeitou o neoliberalismo e vai rejeitar mais uma vez na eleição deste ano e mostrar que não quer essa linha política de desenvolvimento, que, no fundo, não nos dá nenhuma oportunidade senão a de nos integrarmos a uma economia maior, sempre na posição subserviente, sempre na posição de caudatário, que é a tradição histórica do nosso País.

É muito importante ressaltar a reunião de Córdoba, o ingresso da Venezuela, a presença popular, a presença de organizações da sociedade civil na reunião

de cúpula, reafirmando a vontade política das nações sul-americanas em consolidar, de forma definitiva, e reafirmar sempre, cada vez mais enfaticamente, a vontade de construir o Mercosul.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer no dia de hoje, deixando essa mensagem de absoluta confiança de que estamos no rumo certo. A população brasileira vai confirmar essa decisão política e o rumo certo na eleição próxima de outubro, e o Brasil tem um encontro marcado com o seu destino em outros termos que não aqueles antigos de subserviência às potências maiores.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

COMÉRCIO ■ Aldo Ferrer sugere integração energética e de saúde para tirar bloco do marasmo

Uma crise chamada Mercosul

Mariana Carneiro

O Mercosul não está em crise. A afirmação, dessa vez, não vem de nenhum integrante do front político ou diplomático e, sim, do economista argentino Aldo Ferrer, ex-ministro da Economia e um dos mais importantes especialistas em globalização de seu país. A seu ver, a entrada da Venezuela no bloco e o debate sobre projetos transnacionais, a exemplo do Gasoduto do Sul, mostram a força do grupo e a capacidade de superar problemas políticos de seus integrantes.

— É possível pensar uma política de desenvolvimento comum a partir do encontro dos interesses de cada país — afirma Ferrer, que chega ao Rio amanhã, onde participa do seminário *Pobreza e desenvolvimento no contexto da globalização*. — Se as realidades políticas e sociais são distintas, existem, porém, questões convergentes, em temas como infraestrutura, energia e tecnologia.

O Mercosul vive hoje um impasse que coloca em xeque seu próprio futuro. Os países mais pobres do bloco, Uruguai e Paraguai, queixam-se da falta de políticas que reduzam a fragilidade de suas economias frente às dos parceiros ricos — Argentina e Brasil — e já ensaiaram aproximação com os

Estados Unidos como retaliação. A Venezuela estréia no grupo e deverá começar a engatinhar na integração, em que pesa a polêmica figura de seu presidente Hugo Chávez. A aproximação dos países, portanto, depende cada vez mais de políticas que vão além da integração econômica experimentada até agora.

— A chave do êxito é enfrentar a diversidade e o tamanho dos países e seus níveis de desenvolvimento — alerta Ferrer. — A cooperação das nações maiores às menores pode funcionar, mas dentro de certo limite, pois não há recursos disponíveis como existiu na integração europeia.

Tentando emitir algum sinal de coesão, os presidentes do bloco comprometeram-se, em documento conjunto assinado na sexta-feira, a ampliar “uma sólida e completa integração regional, que supere as assimetrias e promova a coesão social, considerando as múltiplas dimensões econômicas, políticas e sociais”.

Para Ferrer, a saída para o Mercosul é justamente a integração, a partir da coordenação de políticas de saúde e seguridade social, assim como industriais e de desenvolvimento.

— A disputa em relação à fábrica de papel, por exemplo,

Aproximação de países depende de políticas que vão além da integração econômica

não teria existido se houvesse uma política industrial comum — diz, referindo-se à construção da papelreira na margem uruguaia do Rio Prata, vetado pela Argentina.

Outra sugestão do economista é o acesso preferencial aos produtos paraguaios e uruguaios para entrar na Argentina e Brasil, nos moldes do empregado pela União Européia aos países africanos.

— Temos que desenvolver o “capitalismo mercosulense” e fortalecer as empresas regionais — sugere Ferrer. — O bloco não está em crise, avançou muito desde quando José Sarney e Raul Alfonsín acertaram os primeiros detalhes. E a posição comum em relação à Alca é exemplo disso.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24 horas

“ A chave do êxito é enfrentar a diversidade e o tamanho do bloco e seus níveis de desenvolvimento

Aldo Ferrer, ex-ministro da Economia argentino, professor da Universidade de Buenos Aires

“ Temos que desenvolver o ‘capitalismo mercosulense’ e fortalecer as empresas regionais

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Octávio.

É lido o seguinte:

OF. Nº 313/2006-CN

Brasília, 24 de julho de 2006

Exmº Sr.

Deputado Aldo Rebelo

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Exª, em anexo, nos termos do disposto nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, os

originais de três propostas de emenda à Constituição; quatro projetos de lei; um projeto de lei complementar e um projeto de resolução apresentados como conclusão do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

TIPO DE MATÉRIA	EMENTA
Proposta de Emenda à Constituição	Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o 4º do art. 37.
Proposta de Emenda à Constituição	Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.
Proposta de Emenda à Constituição	Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.
Projeto de Lei Complementar	Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
Projeto de Lei	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Projeto de Lei	Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios.
Projeto de Lei	Altera dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”.
Projeto de Lei	Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.
Projeto de Resolução	Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei destina-se a criar o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção e a Base de Dados de Atenção Qualificada, com o objetivo de aprimorar a política brasileira de prevenção e combate à corrupção, alcançando todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente com a administração pública nacional.

Art. 2º Fica criado o Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC, integrado pelos seguintes órgãos:

- I – Tribunal de Contas da União;
- II – Ministério Público da União;
- III – Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
- IV – Controladoria-Geral da União;
- V – Advocacia-Geral da União;
- VI – Comissão de Ética Pública;
- VII – Banco Central do Brasil;
- VIII – Comissão de Valores Mobiliários;
- IX – Secretaria de Previdência Complementar;
- X – Superintendência de Seguros Privados;
- XI – Secretaria da Receita Federal;
- XII – Departamento de Polícia Federal;
- XIII – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;
- XIV – Tribunais Regionais Federais;
- XV – entidades não-governamentais voltadas ao combate à corrupção.

Parágrafo único. Os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, bem como os Ministérios Públicos Estaduais poderão aderir ao SNCC por meio de convênio.

Art. 3º Fica criado o Conselho Diretivo do SNCC, que se reunirá periodicamente, ao qual cabe planejar, elaborar e propor a política nacional de combate à corrupção, bem como incentivar a formação de entidades de combate à corrupção no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O Conselho Diretivo do SNCC será composto por um representante indicado de cada um dos órgãos, entidades ou grupo de órgãos ou entidades indicados no art. 2º, totalizando quinze membros.

§ 2º O Conselho Diretivo do SNCC reunir-se-á pela primeira vez no prazo de sessenta dias, contados da data de vigência desta lei, para dispor sobre sua organização e regulamentação.

Art. 4º O Tribunal de Contas da União é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC, cabendo-lhe:

- I – a secretaria executiva do SNCC;
- II – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- III – informar, conscientizar e motivar a população através dos diferentes meios de comunicação;
- IV – solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra o patrimônio público;
- V – representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;

VI – solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como orientá-los e auxiliá-los na prevenção e no combate à corrupção;

VII – desenvolver, monitorar e acompanhar a Base de Dados de Atenção Qualificada.

Art. 5º Fica criada a Base de Dados de Atenção Qualificada – BDAQ, a ser implementada pelo Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão coordenador do SNCC, o qual estabelecerá, em conjunto com os demais participantes do SNCC:

- I – as informações necessárias à sua formação;
- II – as instituições responsáveis pelo provimento das informações referidas no inciso I;
- III – a frequência de provimento, bem como o intervalo de tempo para a sua atualização;
- IV – as formalidades técnicas de acesso e registro de acesso das pessoas autorizadas a realizar consultas à BDAQ.

§ 1º As informações disponíveis na BDAQ somente poderão ser consultadas por servidores formalmente identificados e autorizados dos seguintes órgãos:

- I – Tribunal de Contas da União;
- II – Ministério Público da União;
- III – Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
- IV – Controladoria-Geral da União;
- V – Banco Central do Brasil;
- VI – Comissão de Valores Mobiliários;
- VII – Secretaria de Previdência Complementar;
- VIII – Secretaria da Receita Federal;
- IX – Departamento de Polícia Federal;

X – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

§ 2º Todos os acessos à BDAQ serão registrados em nome do servidor referido no § 1º, devendo constar, no mínimo, a data e hora em que o acesso foi realizado, o CPF ou CNPJ do consultado e as informações acessadas.

Art. 6º Fica criada, no Congresso Nacional, a Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção – CMCC, a quem caberá o controle e a fiscalização do Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC, na forma a ser estabelecida em ato do Poder Legislativo.

§ 1º Integrarão a CMCC, no mínimo, um senador e um deputado de cada partido representado nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, com igual número de suplentes.

§ 2º O ato a que se refere o **caput** deste artigo definirá a estrutura e o funcionamento da CMCC, bem como a forma de desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 7º Fica criado o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos – SIFAC, a ser implementado pelo Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão coordenador do SNCC, que consistirá em uma base de dados nacional, acessível a qualquer cidadão, projetada para fornecer resposta às consultas em tempo real.

§ 1º Todos os contratos da administração federal direta e indireta deverão ser registrados no Sifac, assim como o acompanhamento de sua execução, devendo ainda ser estimulada a celebração de convênios com Estados e Municípios para também integrarem seu âmbito de aplicação.

§ 2º As informações contidas no Sifac deverão ser utilizadas para instruir a preparação e o julgamento das licitações no seu âmbito de aplicação, orientando tanto o cálculo das estimativas de preço como de sua eventual inexequibilidade ou avaliação de proposta técnica, podendo também ser utilizadas para definição de contratos a serem auditados pelos órgãos competentes.

§ 3º O Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão coordenador do SNCC, criará grupo de trabalho destinado a desenvolver e implantar o Sifac, bem como regulamentar seu funcionamento, no prazo de dois anos a contar da promulgação desta lei, atendendo às seguintes diretrizes:

I – o Sifac deverá permitir a comparação entre os valores por unidade definida de cada bem ou serviço cujo fornecimento seja contratado no âmbito de aplicação do Sifac;

II – os dados relativos aos contratos inseridos no âmbito de aplicação do Sifac deverão ser imediatamente alimentados após a adjudicação do contrato, ou previamente a qualquer empenho, ordem de pagamento, ou

alteração contratual, sob pena de responsabilização da autoridade competente pela gestão do contrato;

III – o Sifac deverá permitir o controle da qualidade da execução dos contratos, possibilitando a avaliação de cada fornecedor por bem ou serviço fornecido no âmbito de aplicação do Sifac, a fim de que seja possível utilizar a avaliação de qualidade previamente existente no julgamento de futuras licitações e na definição de contratos a serem auditados pelos órgãos integrantes do SNCC;

IV – deverá ser estimulada a adoção de critérios sociais na avaliação de qualidade dos fornecedores, tais como:

- a) preservação do meio ambiente;
- b) desenvolvimento de atividades de estímulo e preservação culturais;
- c) adoção de políticas de inclusão de minorias e ações afirmativas;

V – as informações poderão ser inseridas no Sifac por meio de equipe especialmente destacada para esse fim ou pelos servidores responsáveis pela gestão dos contratos, obedecendo às seguintes diretrizes, sempre que possível:

- a) no julgamento dos critérios de qualidade deve-se buscar a objetividade, diminuindo a possibilidade de variação nas avaliações;
- b) as avaliações poderão ser produzidas pelos destinatários ou usuários finais dos bens ou serviços contratados, cabendo-lhes responder formulários estatisticamente distribuídos, preservada a confidencialidade de suas identidades;
- c) o resultado das avaliações periódicas de um determinado bem ou serviço será comunicado ao seu fornecedor, que poderá requerer acesso aos formulários preenchidos durante o prazo de quinze dias, nos quais igualmente poderá formular recurso, com efeito suspensivo, que deverá ser apreciado pela autoridade superior em até dez dias úteis;

VI – até que possua ao menos cinco avaliações realizadas por no mínimo duas entidades contratantes diferentes, o fornecedor terá sua avaliação de qualidade gerada a partir de algoritmo especialmente desenvolvido para nivelá-lo na média da avaliação de qualidade dos demais concorrentes.

§ 4º A estrutura física, lógica, humana e operacional para implantação e manutenção do Sifac será mantida pela União.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao estudar o fenômeno da corrupção no Brasil, concluímos que uma de nossas ações mais urgentes seria o rápido fortalecimento das instituições já existentes e atuantes na prevenção e combate à corrupção. Entendemos, no entanto, que é preciso ir mais além, criando todo um Sistema Nacional de Combate à Corrupção, de caráter contínuo e que envolva, além dos órgãos e instituições governamentais, cruciais no momento inicial, também o apoio e inestimável parceria da sociedade civil, da mídia e do setor privado. Estes, por sua vez, são imprescindíveis no controle da corrupção, atuando principalmente na fase preventiva, impedindo ou reduzindo, desta forma, sua ocorrência.

Como parte do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, estamos propondo também a criação de uma Comissão Permanente Mista à qual se reporte o órgão central do Sistema, resgatando, desta forma, o papel constitucional de suma importância e da competência exclusiva do Congresso Nacional, qual seja o de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X, CF).

O Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC, deverá ser estruturado sobre pilares de transparência, informação e controle, e deverá reconhecer, incentivar e conferir a devida importância a valores como integridade, liderança e responsabilidade. O acesso à informação deverá ser facilitado e normatizado gradativamente, para que sua utilização seja feita de forma responsável e transparente.

Como ferramenta básica deste Sistema, será necessário criar uma Base de Dados de Atenção Qualificada – BDAQ, sistema informatizado com bancos de dados que abriguem informações provenientes das mais diversas fontes, as quais terão a obrigação legal de alimentá-los. Assim, a Receita Federal, por exemplo, fornecerá as informações fiscais em formatação previamente determinada; o Banco Central, de forma semelhante, com relação às informações bancárias, alimentadas por todo o Sistema Financeiro Nacional. De maneira idêntica proceder-se-á com todos os demais órgãos e entidades que detenham informações pertinentes, os quais serão paulatinamente instados, por via de lei, a fornecer e manter atualizadas as informações solicitadas.

Note-se que não estamos propondo aqui uma quebra de sigilo, mas tão-somente uma centralização de informações em um único sistema, que permitirá sua utilização de forma segura, nos moldes do que se tem em outros sistemas como o Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Nestes sistemas já existentes, há normas e graus diferenciados de acessibilidade, bem como registro dos usuários autorizados e das informações pesquisadas,

obrigando todos que dele fazem uso a se responsabilizar e manter sigilo quanto às informações a que têm acesso. A segurança é, portanto, atributo essencial do sistema.

Criado este sistema informatizado, tem-se em mãos a ferramenta básica de prevenção e combate à corrupção, eliminando-se automaticamente a burocracia dos processos de troca de informações entre órgãos do Governo e os conflitos de propriedade e responsabilidade pela informação. A normatização do sistema definirá, ato contínuo, o grau de acesso a ser concedido a cada órgão, aos níveis hierárquicos ali existentes e de acordo com a exigência de cada função. Teremos, entretanto, um órgão operador deste sistema, que logicamente terá acesso a todas as informações, com as mesmas condições de segurança estabelecidas para os demais.

Definida a ferramenta básica, qual seja o sistema informatizado, há que se definir a estrutura que dele fará uso efetivo no combate à corrupção, ou seja, o Sistema Nacional de Combate à Corrupção a que nos referimos.

Primeiramente, entendemos que o Tribunal de Contas da União – TCU, por sua independência e vocação, constitucionalmente definida como de fiscalização e controle das contas públicas, seja o órgão central do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, responsável por seu planejamento, coordenação e monitoramento, propondo objetivos e metas e deflagrando ou orientando as ações necessárias para aperfeiçoamento e correções do sistema, visando à sua modernização e ao seu desenvolvimento sustentável. Neste sentido, também o TCU será o órgão administrador da Base de Dados de Atenção Qualificada – BDAQ.

Como tal, o TCU será o órgão com acesso pleno a todas as informações disponíveis, delas podendo fazer uso, dentro dos limites constitucional e legalmente estabelecidos, para efetuar as análises necessárias à apuração e recuperação de recursos desviados, estejam eles a cargo de entidades públicas, privadas ou mistas, importando apenas que hajam recursos públicos envolvidos e risco de prejuízo para a administração pública. Diante disto, certamente a estrutura do TCU deverá passar por uma revisão visando à sua adequação às novas atribuições.

Além do TCU, comporão o SNCC o Coaf e o Ministério Público, este último com atuação destacada no Sistema, em parceria com o TCU, e acesso definido às informações necessárias às investigações sob sua responsabilidade, especialmente sua Câmara Temática voltada às questões relacionadas ao Patrimônio Público e Social.

Quanto aos demais órgãos que podem atuar direta ou indiretamente no combate à corrupção, como a Polícia Federal e a Interpol, o Banco Central do Brasil, a Secretaria da Receita Federal – SRF, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, a Controladoria-Geral da União – CGU, a Advocacia-Geral

da União – AGU, e a Comissão de Ética Pública, entre outros, deverão ter sua participação no Sistema e acesso às informações da BDAQ paulatinamente definidos.

Ainda no âmbito do Poder Legislativo estamos sugerindo a criação de uma Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção – CMCC, a ser composta por um senador e um deputado de cada partido representado nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, com igual número de suplentes, todos indicados pelas lideranças partidárias. Essa Comissão deverá ter, em sua estrutura administrativa, servidores com a formação acadêmica adequada e a qualificação profissional necessária para atuar em estudos, pesquisas e elaboração de proposições, todos relacionados à luta contra a corrupção no Brasil e no mundo.

Caberá à nova Comissão, especialmente, apresentar e acompanhar as proposições legislativas necessárias e pertinentes ao aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, tanto surgidas no Congresso Nacional quanto apontadas pelo TCU, que a ela se reportará nas questões relativas ao SNCC, à BDAQ e, de forma geral, no que diz respeito ao combate à corrupção.

Ainda propõe-se a criação de uma ferramenta adicional, batizada de Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos – SIFAC. Como já afirmamos anteriormente, a tônica do combate à corrupção, assim como das técnicas de boa governança corporativa, é a busca da transparência nas contas e contratos firmados. No que se refere à gestão do Estado, a execução dos contratos públicos é o ponto nevrálgico do sistema orçamentário e a principal porta aberta à malversação dos recursos do erário.

O estado-da-arte no que tange à tecnologia de redes já permite há anos a integração de porte nacional de todos os dados referentes aos contratos públicos, ao passo que a demora em sua efetiva aplicação somente dificulta o trabalho dos órgãos de fiscalização, ao ter que buscar às cegas os casos de desvios, sem instrumentos confiáveis que apontem as irregularidades potenciais.

As recentes inovações consubstanciadas no sistema do pregão eletrônico – único no mundo em seu estágio de evolução e refinamento –, o Siga e o sistema de controle de contratos recentemente elaborado pelo Tribunal de Contas da União apontam nessa direção e constituem os primeiros passos no sentido de democratizar o acesso à informação e, conseqüentemente, avançar no controle dos gastos públicos.

A proposta de criação do SIFAC – Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos, que ora apresentamos, é grandemente inspirada em projetos de lei recentemente apresentados pelos Senadores Alvaro Dias e Marco Maciel, bem como em trabalhos acadêmicos e nas audiências realizadas pela Sub-Relatoria de Propostas de Combate à Corrupção. O objetivo desse trabalho coletivo é apresentar importante conjunto de normas para melhorar nosso sistema

licitatório e o controle sobre a celebração e execução dos contratos.

Para tanto, além das definições gerais sobre o funcionamento do sistema apresentadas no presente projeto de lei, fez-se necessário alterar dispositivos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e da Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002), o que será feito em projeto de lei à parte, também apresentado no relatório desta CPMI.

Certamente, além da integração de dados e de uma maior transparência dos contratos públicos, um grande avanço que a adoção desse sistema proporcionaria é a possibilidade de adicionar um juízo de qualidade a julgamento de propostas numa licitação.

A imposição feita pela normativa brasileira de comprar pelo menor preço freqüentemente faz com que o administrador público compre mal. Pensando nisso, propõe-se a criação de um novo critério de julgamento das propostas dos licitantes, batizado de “oferta mais vantajosa”. Esse critério, consagrado recentemente pela normativa da União Européia e integrante há décadas da normativa americana, permite ao órgão licitante adicionar um juízo de qualidade baseado em experiências anteriores com aquele mesmo fornecedor.

Esse critério diferencia-se da licitação de “técnica e preço”, uma vez que na idéia de proposta mais vantajosa está a remissão à experiência anterior, utilizável em qualquer tipo de contrato, enquanto a “técnica e preço” realiza seu juízo de valor sobre a capacidade técnica do licitante no curso do processo, baseando-se tão-somente na documentação apresentada, e, mesmo assim, somente pode ser aplicado a um rol muito específico de contratos, quais sejam aqueles de “serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos” (art. 46 da Lei nº 8.666/93).

Assim, a gestão de qualidade por meio do Sifac teria dois objetivos, um de auxílio ao administrador público e outro para seu controle. O administrador público poderia beneficiar-se dos dados do subsistema de gestão para que instruissem a valoração da “proposta mais vantajosa”. No subsistema de qualidade haveria avaliações quanto ao cumprimento dos prazos para entrega, da qualidade da assistência técnica, da durabilidade e rendimento dos produtos, eventualmente até mesmo certificações de qualidade ISO, e outros. O julgamento de qualidade será realizado pelos usuários dos bens ou serviços que, amparados em consulta estatística, responderão objetivamente a formulários nos quais será preservada a identidade daquele que o preencheu.

Igualmente, será possível beneficiar empresas com responsabilidade social, que busquem a preservação do meio ambiente, a contratação de deficientes físicos, o apoio a programas sociais etc., fazendo com

que sejam beneficiadas nas licitações em que participem, o que é impossível na atual normativa.

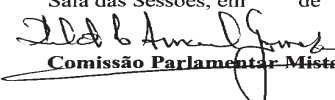
Tais valores constantes das bases de dados seriam multiplicados pelos pesos proporcionais conferidos a cada item pelo administrador público, em razão de sua importância para cada licitação específica e então seriam somados ao critério de preço definido no subsistema de pregão eletrônico para eleger a proposta mais vantajosa. Para as empresas novas, que ainda não possuam avaliação no subsistema de qualidade, será aplicado um artifício matemático que lhes atribuiria uma oportunidade de competição, calculando-se uma média entre os demais concorrentes enquanto a em-

presa não atinja suas cinco primeiras avaliações, por parte de pelo menos dois órgãos diferentes.

Para o controle da Administração Pública, o Sifac poderia contribuir ao mostrar, por exemplo, que uma determinada empresa mal-avaliada por outros órgãos seguidamente recebe aditivos contratuais, prorrogações de contrato e mesmo contratos formulados sob a modalidade de urgência, tudo vinculado a um mesmo órgão ou esfera de gestão pública.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres deputados e senadores para a aprovação desta proposição, a qual pretende mudar o arcabouço institucional de combate à corrupção no País.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2006.

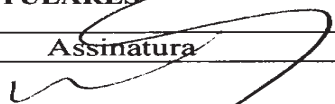
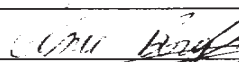



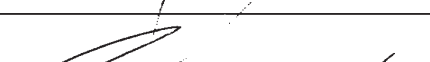
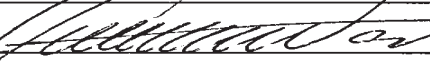

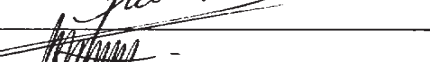

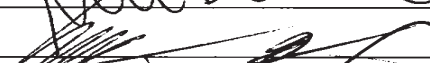

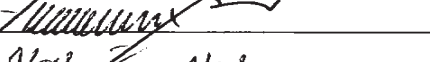




Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI n° _____, de 2006

Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

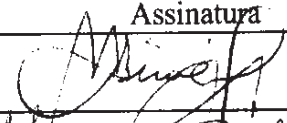
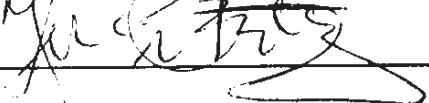
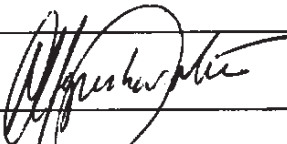
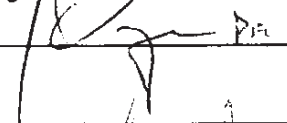
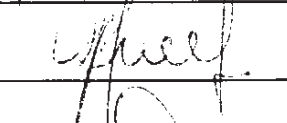
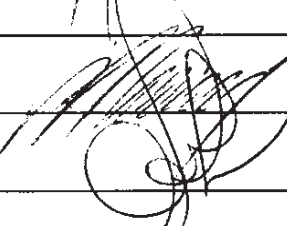
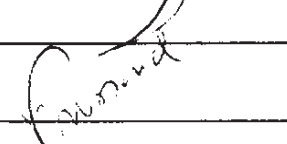
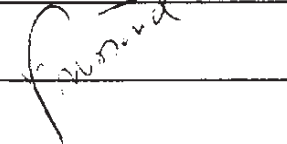
Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PI	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PH	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PSDB	PA	
Valdir Raupp	PSDB	RO	
Ney Suassuna	PSDB	ES	
Gilvam Borges	PSDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PCB	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº , de 2006

Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.

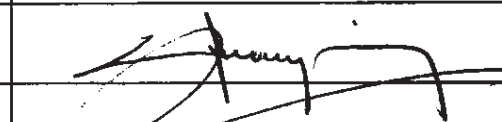
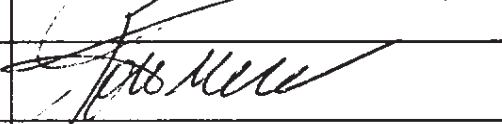

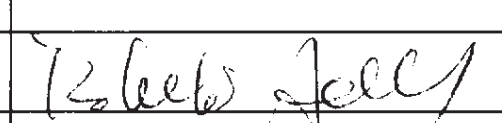


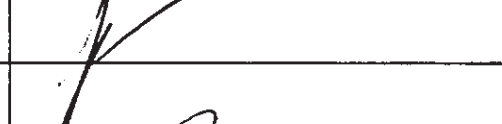
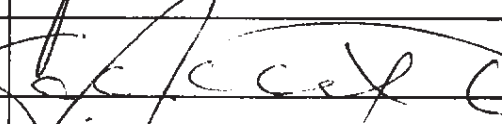
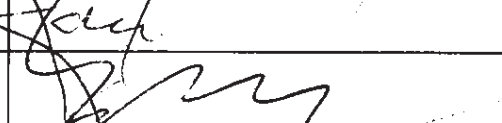

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RS	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PDS	RS	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTE

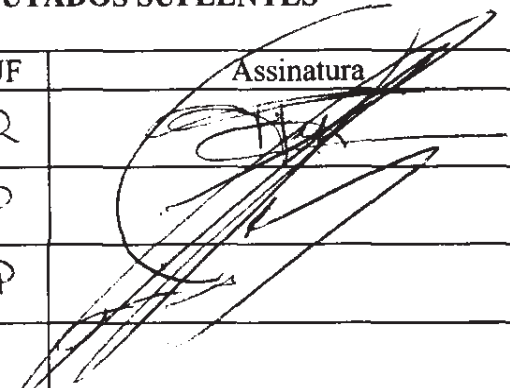
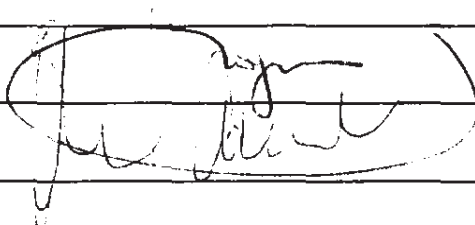
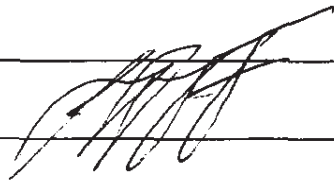
Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PL do B	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	AC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PC do B	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
Paulo Pires	PMDB	PA	
ACIVAN ADAS	PSB		
MARCELO RIBEIRO	PRB		
Luiz Inácio Lula da Silva	PSDB	GO	
SEBASTIÃO	PMDB	PA	
AMIR LAMBO			
MICHEL			

MEMBRO

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Altera dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 10, 12, 13, 17, 19 e 23 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.
.....

XVI – celebrar ou autorizar a celebração de contrato de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, para fim não autorizado por lei ou com desvio de finalidade;

XVII – utilizar-se de recursos públicos para a divulgação de publicidade que contenha:

a) nomes, símbolos, imagens ou quaisquer sinais que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos ou que lhes associem aos atos praticados no exercício da função e no cumprimento de seus deveres legais;

b) agradecimento nominal a autoridades públicas pela realização de obras ou a prestação de serviços públicos;

c) associação do nome ou imagem de autoridade ou servidor público a serviço público ou a programa público de caráter assistencialista;

XVIII – permitir, facilitar ou concorrer para a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei.” (NR)

“Art. 12.

I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de dez a dezesseis anos, pagamento de multa civil de até dez vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de doze anos;

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a doze anos, pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de oito anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de quatro a oito anos, pagamento de multa civil de até trezentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de quatro anos.

..... “ (NR)

“Art. 13.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e deverá ser apresentada

nos três anos subseqüentes à data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

..... “ (NR)

“Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público, por partido político ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de cento e vinte dias da efetivação da medida cautelar, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período pelo juízo competente, mediante pedido fundamentado do Ministério Público, do partido político ou da pessoa jurídica interessada.

.....

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade absoluta.

..... “ (NR)

“Art. 19.

Pena: reclusão, de três a oito anos, e multa.

§ 1º Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

§ 2º A pena é aumentada de terça parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.” (NR)

“Art. 23.

I – até dezesseis anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II – dentro do dobro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios constatou, ao longo de seus trabalhos, a necessidade de alteração de dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a fim de incrementar os mecanismos legais de combate aos atos de improbidade administrativa e facilitar a sua apuração e julgamento.

Por meio dos trabalhos realizados pela CPMI, apurou-se que quantia considerável de recursos objeto das investigações originou-se de contratos de publicidade firmados pelo Poder Público.

É inegável que muitos desses contratos são rotineiramente firmados em contrariedade à norma constante do art. 37, § 1º, da Constituição Federal, que estabelece: “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

Além de serem assinados com o propósito escuso de promoção pessoal de agentes públicos, muitos contratos são firmados em manifesto desvio de finalidade.

Outros, aparentemente, não ofendem às regras acima citadas. Contudo, são assinados com o objetivo de privilegiar particulares, destinatários de enormes quantias que envolvem tais contratações, que terminam por repassá-las a outros, a exemplo dos fatos apurados pela presente CPMI.

De modo a coibir essa prática, propomos a inserção das condutas de celebrar ou autorizar a celebração de contrato de publicidade em desacordo com o disposto no art. 37, § 1º, da Magna Carta, para fim autorizado por lei ou com desvio de finalidade como ato de improbidade administrativa previsto expressamente na Lei nº 8.429, de 1992.

Também sugerimos a inserção da conduta de utilização de recursos públicos para a produção ou difusão de publicidade que contenha nomes, símbolos, mensagens ou quaisquer sinais que caracterizem promoção pessoal ou agradecimento pela realização de obras e serviços públicos.

Propomos o agravamento das sanções para os atos de improbidade administrativa para cada uma das modalidades previstas nos arts. 9º, 10 e 11 da lei. A modificação abrange tanto o tempo de suspensão dos direitos políticos quanto o valor a ser arbitrado a título de multa civil e o tempo de proibição para contratação ou recepção de benefícios ou incentivos do Poder Público.

Acreditamos que os períodos e os valores ora em vigor afiguram-se desproporcionais e ineficazes para a repressão de tão repudiáveis práticas, que crescem a cada dia e adquirem grau de complexidade cada vez maior.

Também formulamos alteração no sentido de obrigar o agente público a atualizar e entregar a sua declaração de bens nos três anos subseqüentes à data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, de modo a intensificar a fiscalização sobre esse agente e coibir a prática de atos de improbidade administrativa nesse período.

Outra alteração proposta é a dilação do prazo para a propositura da ação principal após a efetivação de medida cautelar, que atualmente é de trinta dias, bem como a inclusão dos partidos políticos como possíveis proponentes da ação.

Há de se observar que o prazo é extremamente curto, se considerarmos o volume de trabalho do Ministério Público e a complexidade que as investigações desses atos envolvem. A idéia é ampliar o prazo para a propositura da ação principal, sem deixar de garantir à pessoa que teve bens, direitos ou valores de sua propriedade sujeitos a medidas assecuratórias a brevidade desse procedimento cautelar.

Outra necessidade que se mostra é a alteração da pena prevista na lei para o crime de representação por ato de improbidade administrativa quando o autor da denúncia sabe da inocência do denunciado.

Atualmente a pena cominada é de detenção de seis a dez meses e multa. Há de se assinalar, contudo, que essa conduta é equivalente ao tipo previsto no art. 339 do Código Penal, que tipifica a conduta de “dar causa à instauração de investigação policial, processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente”, cuja pena é de reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Por se tratar de condutas similares e que tutelam o mesmo bem jurídico, as penas não de ser as mesmas, motivo pelo qual se propõe a alteração do art. 19 da lei.

Por fim, também propomos a alteração dos prazos de prescrição das ações para apuração dos atos previstos na Lei de Improbidade Administrativa.

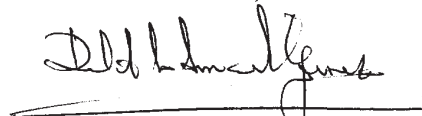
É de se assinalar que as autoridades policiais e o Ministério Público se deparam com um volume de trabalho cada vez maior a envolver o tema da lavagem de dinheiro e crimes antecedentes correlatos.

Contudo, inúmeras restrições como o quadro restrito de servidores tecnicamente habilitados para as investigações e a complexidade da atividade delitiva dificultam a realização de um trabalho de qualidade que consiga atender às demandas da sociedade.

Considerando que o prazo de cinco ainda assegura a impunidade de muitos agentes públicos que causam prejuízos ao erário, propõe-se a dilação dos prazos prescricionais, a fim de garantir a apuração desses atos e a efetiva punição dos culpados.

Em razão da importância e necessidade de implementação das medidas legislativas aqui constantes, contamos com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2006.



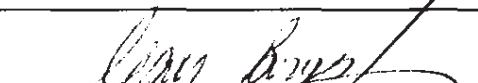




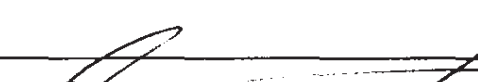
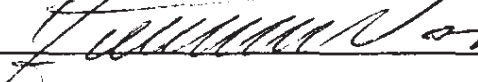
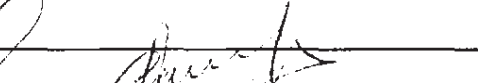




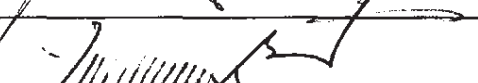
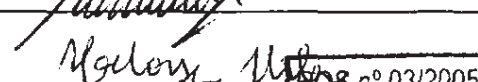
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI n° , de 2006

Altera dispositivos da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências".

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

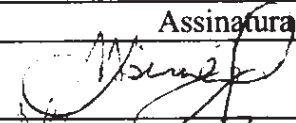
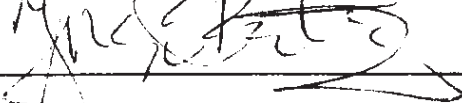
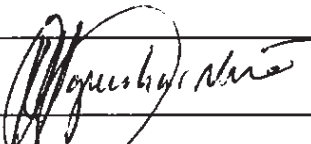

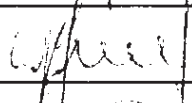
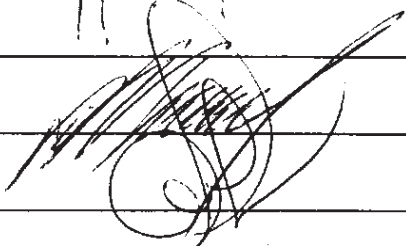
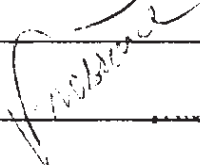
Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PI	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	PA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	PB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

Altera dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências".

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

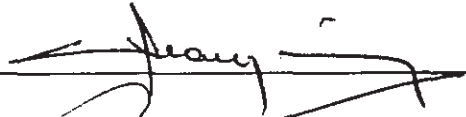



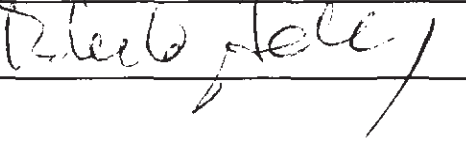
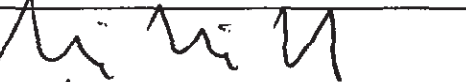
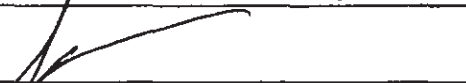

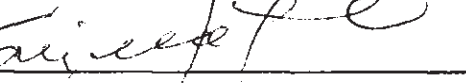



Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RJ	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	DFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PDS	RJ	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

Altera dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências".

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTES

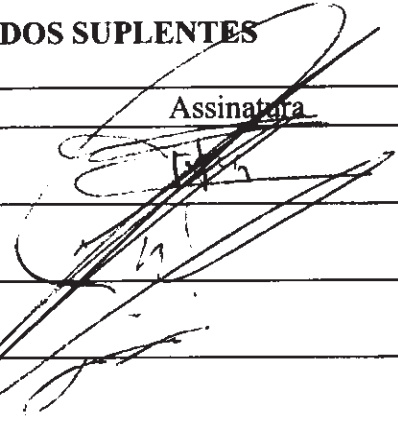
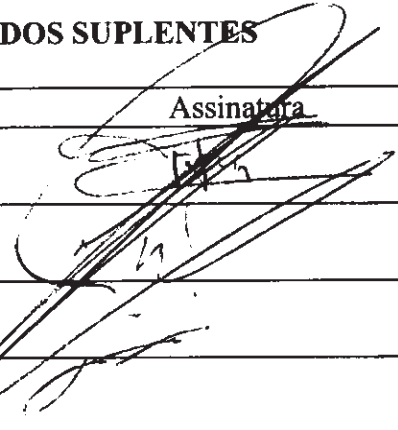
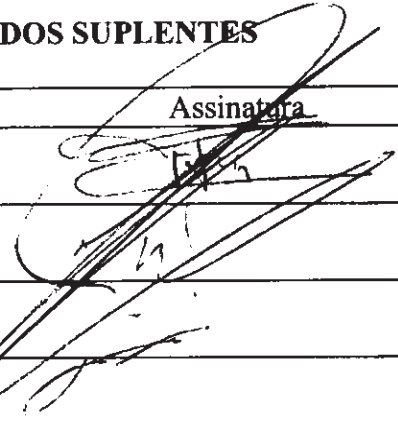
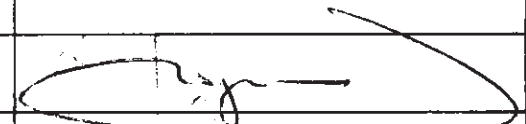

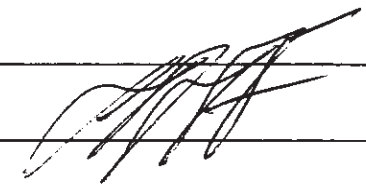
Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PMDB	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	AC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

Altera dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências".

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE

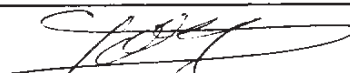




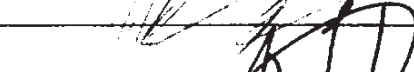

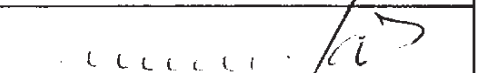

Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PC do B	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº , de 2006

Altera dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências".

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
	PT	RS	
	PSB	SE	
	PRB	RJ	
	PSDB	GO	
	PMDB	RS	
	PMDB	AP	
	PMDB	RO	
<i>Mário Duarte</i>	PMDB	PE	
	PFL	SE	

MEMBRE

PROJETO DE LEI Nº , DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração, observado o disposto no inciso V do § 2º.

§ 2º

V – houver projeto executivo aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em licitatório, quando se tratar de obra ou serviço de grande vulto.

..... ”

“Art. 74-A. É vedado o acompanhamento ou fiscalização da execução de contrato bem como o recebimento de seu objeto, ainda que provisório, por representante que tenha tomado parte do processo de licitação correspondente, em qualquer de suas etapas.”

“Art. 87.
.....

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, bem como do Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo a Lei nº 8.666/93, as obras serão licitadas quando já houver projeto básico aprovado e disponível para exame pelos interessados. A própria lei define projeto básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, os quais assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Os dispositivos deixam claro que o projeto básico da obra não é uma exigência formal, mas uma imposição da própria sistemática de licitação e contratação, pois é ele que retrata a necessidade da administração, e é a partir dos dados dele constantes que serão dimensionados os recursos necessários – materiais, equipamentos, serviços, mão de obra etc., bem como estabelecidos os prazos e preços. Assim, o projeto básico é o parâmetro da aferição da necessidade, da dimensão e do custo da obra.

Nesse sentido é fácil perceber que quaisquer falhas existentes no projeto básico conduzem a uma desvinculação das reais necessidades da administração. Por isso, segundo o Tribunal de Contas da União, muitas irregularidades têm sido verificadas em virtude de projeto básico inepto, ocasionando perdas financeiras e sociais com os atrasos na execução das obras.

Assim, um projeto básico baseado em levantamento desatualizado conduzirá a uma obra que não atenda às exigências atuais da administração; com especificações excessivamente genéricas, conduzirá a um orçamento com estimativas de quantitativos de materiais, equipamentos e recursos humanos pouco acuradas e dificilmente coincidentes com as efetivas necessidades; pouco detalhado ou aprofundado, provocará alterações na etapa de execução, o que pode alterar significativamente as estimativas do prazo e custos inicialmente estabelecidos.

Um projeto básico mal elaborado, nem sempre de boa-fé, resulta em um inadequado orçamento da obra e, por consequência, em licitação e contrato dissonante da realidade. Tal situação possibilita e, muitas vezes, impõe, posteriores alterações contratuais, em regra, em prejuízo da Administração e da sociedade.

O projeto executivo, por conter detalhadamente todas as especificações de serviços, materiais e processos construtivos, pode reduzir significativamente a ocorrência desses problemas, sobretudo em obras de grande vulto, cujo valor já foi definido na própria lei.

Em face do detalhamento a elaboração de um projeto executivo é mais onerosa e mais demorada que a de um projeto básico, mas para obras de maior vulto tais ônus podem ser relevados.

Objetivando reduzir a ocorrência desses problemas sugerimos que seja exigida, para a licitação de obras de grande vulto, a aprovação anterior do projeto executivo, em lugar do projeto básico.

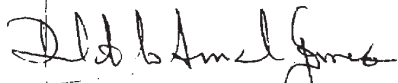
Além disso, há de se convir que a lei foi muito permissiva ao não restringir a participação, na execução dos contratos, de agentes públicos que já atuaram no respectivo processo licitatório. O excesso de discricionariedade é flagrante, haja vista que o mesmo servidor pode atuar em todo o processo, desde a elaboração do edital até a fiscalização da execução do contrato e recebimento do objeto. Com isto, abre-se espaço para o surgimento da improbidade nas licitações.

Por fim, é também de se estranhar que a lei não tenha previsto a possibilidade de as cortes de contas, que efetuam a fiscalização e controle dos processos licitatórios, declararem a inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, daqueles que não executam, total ou parcialmente, os contratos firmados. A nosso ver, o órgão fiscalizador deve ter à sua disposição instrumentos de punição, até mesmo porque, a continuar como hoje previsto, o poder de declarar a inidoneidade encontra-se apenas na competência do agente político do Poder Executivo a que o contrato está vinculado e, como sabemos, o controle é tão mais

eficiente quantos forem os envolvidos em sua aplicação. Assim, para reduzir a discricionariedade dos referidos agentes com relação aos processos de licitação e contratação na Administração Pública, sugerimos também modificação do parágrafo terceiro do art. 87 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres parlamentares, certos de que

sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso País.

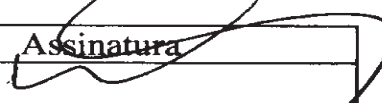



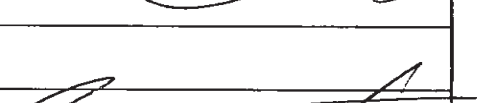
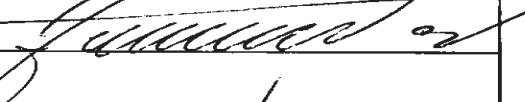
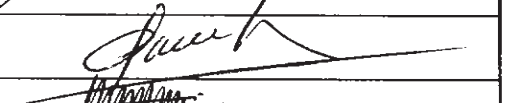
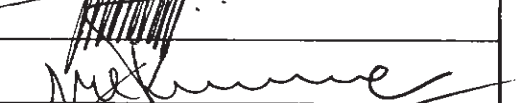
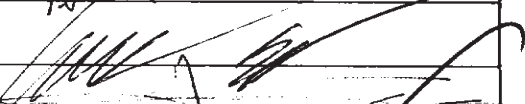
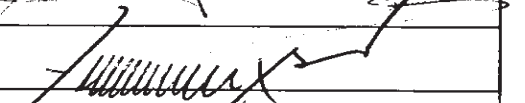
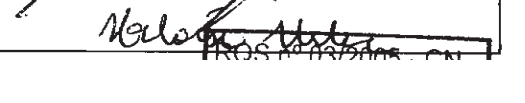

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2006.

 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

"Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios. "

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES



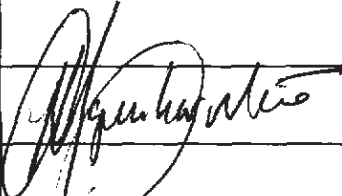

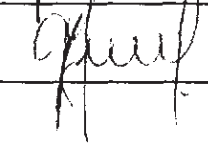
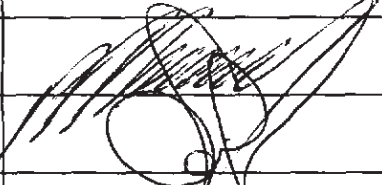
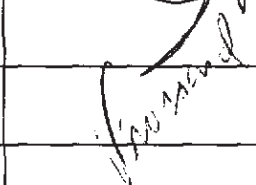

Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PI	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MT	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	BA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	PB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

“Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios.”

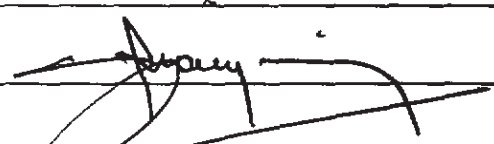


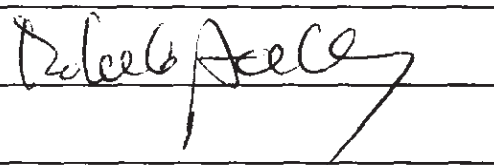


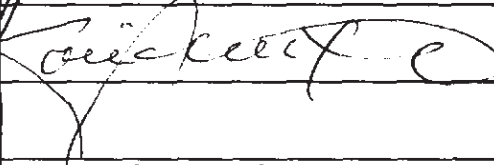

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RJ	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PPS	RJ	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

“Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios.”

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTE

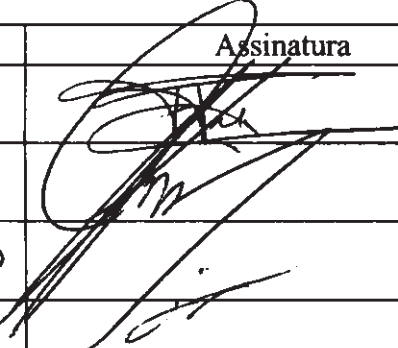
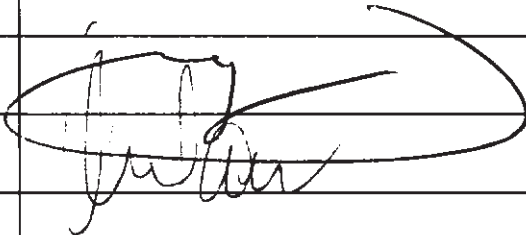
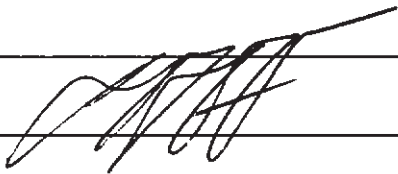
Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PCdB	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	AC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

“Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios.”

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE

Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PCdoB	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

"Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios."

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
Paulo ...	PT	RS	
Antonio ...	PSB	SE	
...	PRB	RJ	
Luiz ...	PSDB	GO	
Pedro ...	PMDB	RS	
...	PMDB	AP	
Amir ...	PMDB	RO	
Mário ...	PMDB	PE	
...	PFL	SE	

PROJETO DE LEI Nº, DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV-A:

“Seção IV-A

Dos Serviços de Publicidade

Art. 13-A. As licitações para a prestação de serviços de publicidade deverão ser precedidas da elaboração e aprovação de **briefing**.

§ 1º O briefing consiste num resumo informativo, padronizado e preliminar ao planejamento e à criação publicitária, e deverá conter, de forma precisa, completa, clara e objetiva, todas as informações que a administração deve fornecer às empresas licitantes para orientar seu trabalho.

§ 2º As propostas técnicas deverão ter embalagens, formatos de leiautes e pranchas padronizados.

§ 3º É vedada a aposição, nas peças das propostas técnicas, de qualquer sinal ou marca que possa permitir a identificação do licitante.

§ 4º O material referente ao portfólio deverá ser entregue em invólucro à parte, padronizado e sem identificação na parte externa.

§ 5º A aposição de qualquer sinal ou marca no invólucro do portfólio ou nas embalagens e peças da proposta técnica que permitam a identificação da empresa licitante implicarão sua imediata desclassificação do processo licitatório.

Art. 13-B. Cada membro da Comissão de Licitação atribuirá notas às propostas técnicas em todos os quesitos analisados, em caráter irrevogável, sem a possibilidade de identificação das empresas licitantes e sem o conhecimento das notas atribuídas pelos demais membros.

§ 1º Serão desprezadas as notas que, na apuração final, distanciareem-se em trinta ou mais pontos percentuais da média de todas as notas atribuídas ao mesmo quesito.

§ 2º Os portfólios serão julgados à parte, antes do julgamento das propostas técnicas.

§ 3º Os membros da Comissão de Licitação deverão ter formação ou qualificação profissional adequada para o julgamento das campanhas publicitárias.

Art. 13-C. A execução dos contratos de publicidade deverá ser acompanhada para garantir a vinculação entre a proposta técnica vencedora e o trabalho publicitário executado.

§ 1º As agências de publicidade contratadas deverão anexar, nas faturas de produção, três orçamentos de fornecedores pré-cadastrados.

§ 2º Os pagamentos a fornecedores, pela agência contratada, deverão ser feitos exclusivamente por transferência bancária direta ou por cheque nominal, cruzado, com indicação expressa de destino somente para depósito em conta corrente do favorecido.

§ 3º Os faturamentos de veiculação apresentados ao órgão ou entidade contratante deverão ser acompanhados do fatura-

mento do veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, onde houver.

§ 4º As agências contratadas deverão manter acervo comprobatório do trabalho realizado e das peças publicitárias produzidas.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 2005, as denúncias de um complexo esquema de corrupção, alimentado por práticas ilegais de agências de publicidade, colocaram sob suspeita os processos licitatórios para contratação deste tipo de serviço, gerando desconforto para todo o setor publicitário.

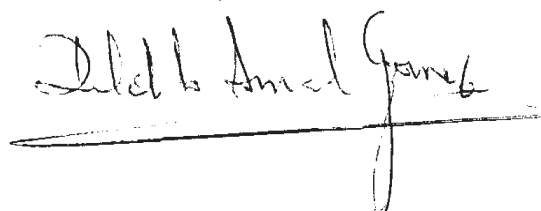
Assim, na busca de soluções que reduzam a subjetividade e a discricionariedade que tanto dificultam o controle destes processos, solicitamos contribuições dos profissionais da área e agentes públicos atuantes em licitações, para elaborar uma proposta que pudesse atender os interesses da administração pública sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Desta forma, adequando proposta da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP, aos ditames do direito administrativo, elaboramos o presente projeto de lei, que visa especificar, na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, normas para licitação e contratação de serviços de publicidade.

Com isto, pretendemos dotar o serviço público de recursos técnicos e jurídicos capazes de reduzir ao mínimo as possibilidades de cometimento de ilícitos e de uma relação promíscua, devido às grandes somas de dinheiro envolvidas, entre a administração pública e a área publicitária em nosso País.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres parlamentares, certos de que sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso País.

Sala das Sessões,


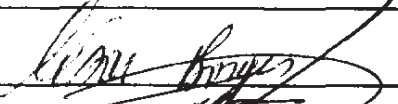



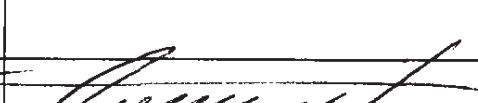

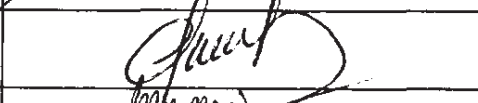



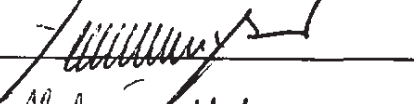
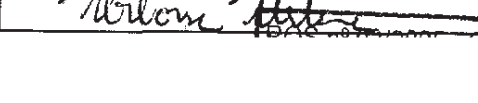



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

“Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.”.

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

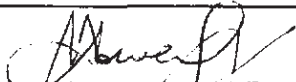
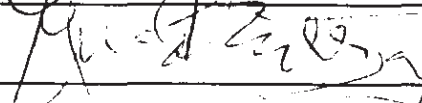


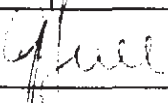
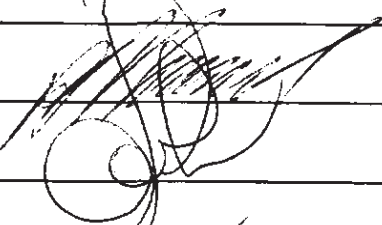
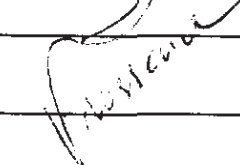
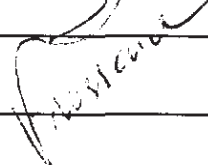
Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PI	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	PA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	PB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

“Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.”.

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

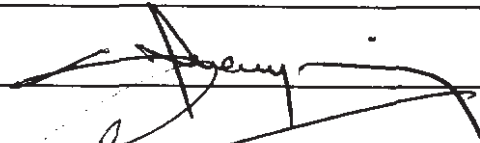






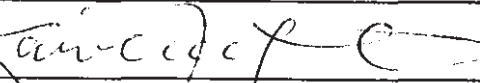


Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RS	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PPS	RS	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI nº _____, de 2006

"Acréscenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública."

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTES

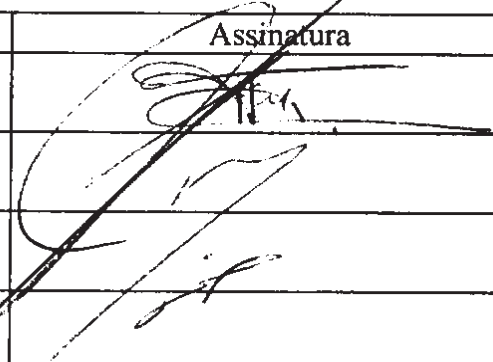
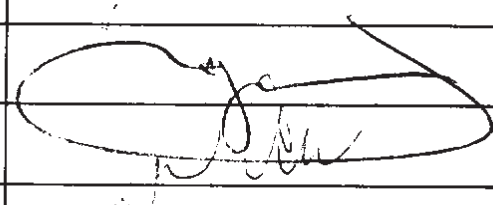
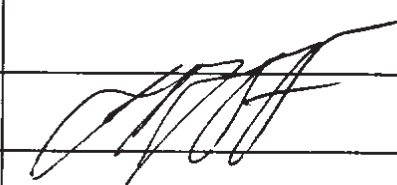
Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PCdB	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	SC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE LEI n° _____, de 2006

“Acrescenta dispositivos à Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.”.

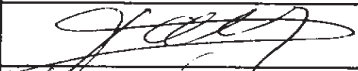




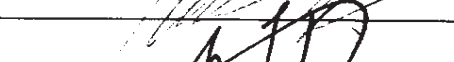

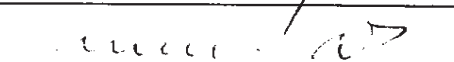

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE

Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PC do B	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE LEI nº _____, de 2006**

“Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. ”.

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
	PT	RS	
	PSB	SE	
	PRB	RJ	
	PSDB	GO	
	PMDB	RS	
	PMDB	AP	
	PMDB	RO	
Mário Amato	PMDB	PI	
	PFL	SE	

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____, DE 2006
(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com o acréscimo da seguinte Seção IV, artigo 24-A:

“Seção IV

Das Despesas com Publicidade

Art. 24-A. É vedada a realização de despesas com publicidade governamental que se destinem a quaisquer outros fins que não a educação, informação e orientação social, limitadas estas, durante o exercício fiscal, aos seguintes percentuais máximos da respectiva

receita corrente líquida verificada no exercício anterior:

- I – 0,2% (dois décimos por cento) no âmbito da União;
- II – 0,5% (cinco décimos por cento) no âmbito dos Estados;
- III – 1,0% (um por cento) no âmbito dos Municípios.

Parágrafo único. Não estão sujeitas aos limites percentuais estabelecidos neste artigo as despesas com publicidade legalmente obrigatória ou necessária à validade de atos administrativos.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É sabido, após os trabalhos de investigação da CPMI dos Correios, que a maior parte dos recursos públicos desviados são provenientes de verbas de publicidade. Isso denota uma evidente migração do foco da corrupção das licitações de obras públicas, quando

surgiram escândalos como o do Tribunal Regional de São Paulo – TRT-SP, para as licitações de campanhas publicitárias, cujo controle é certamente mais difícil devido à grande parcela de subjetividade envolvida.

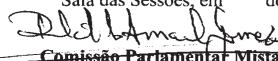
Diante disto, resta-nos impor limites legais que impeçam ou, no mínimo, dificultem os abusos desta natureza. Para tanto, apresentamos o presente projeto de lei complementar, que visa a regular disposições já contidas no art. 37 da Constituição Federal, utilizando-se porém da mesma premissa utilizada para criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, baseada no art. 163, I, da Carta Magna.

Em vista deste cenário, e de posse da informação de que as despesas de publicidade da União,

só no ano de 2004, giraram em torno de R\$1 bilhão (um bilhão de reais), optamos por estabelecer limites plenamente capazes de atender as necessidades de campanhas educacionais, de informação e de orientação social necessárias à população, diferenciados nas três esferas de governo. Cuidamos, ainda, de excluir do limite estabelecido a publicidade de caráter obrigatório, seja por imposição legal ou para a validade de atos administrativos.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres parlamentares, certos de que sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso País.

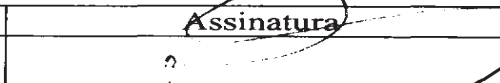
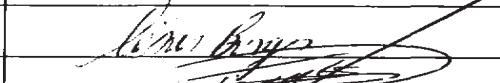


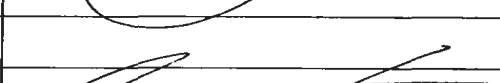
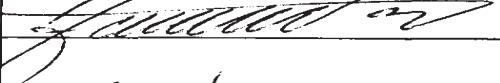
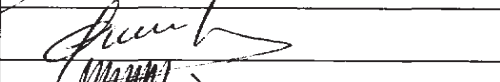
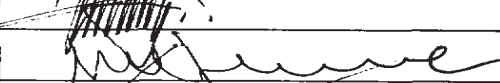
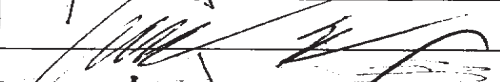
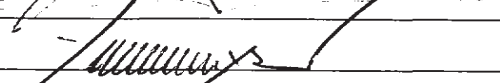
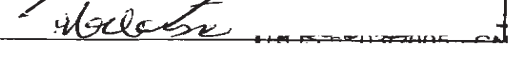


Sala das Sessões, em de de 2006.


Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº de 2006

Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

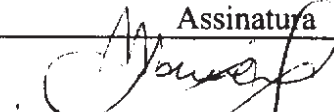
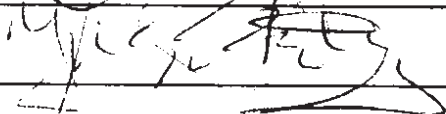
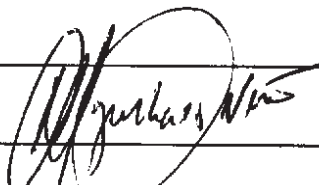

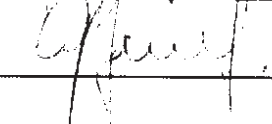
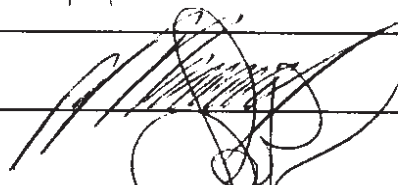
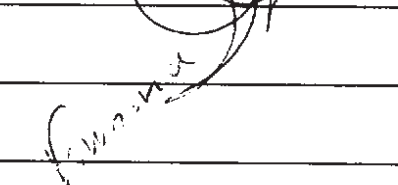
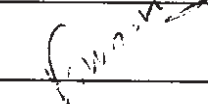
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PE	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	PA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	PB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	POF	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº de 2006

Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

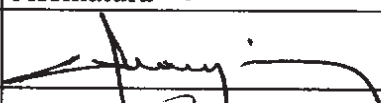







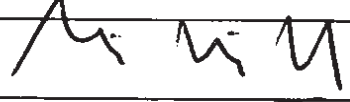


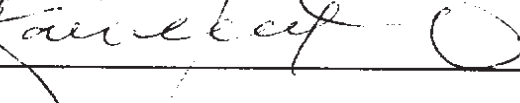

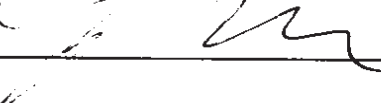


CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RS	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	RR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PPS	RS	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº de 2006

Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

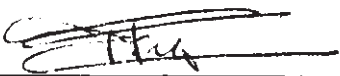


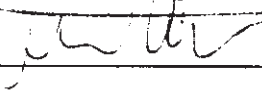
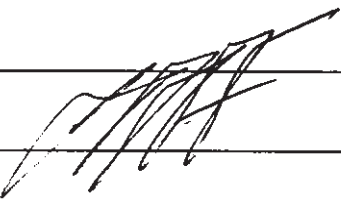
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTE

Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PCdoB	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	SC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº de 2006**

Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

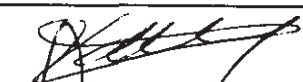






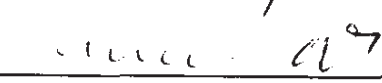
CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE

Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PC do B	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº de 2006

Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
	PT	RS	
	PRB	RJ	
ho	PSDB	GO	
	PMDB	RS	
	PMDB	AP	
	PMDB	RO	
Meio Amet	PMDB	PE	
	PFL	SE	

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº, DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O art. 41 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 41.

VI – indicar Relatores e Sub-Relatores, submetendo seus nomes à aprovação do Ple-

nário, e distribuir-lhes matéria sujeita a parecer;

X – submeter a votos as questões sujeitas à deliberação da Comissão, respeitada a ordem de apresentação dos requerimentos, bem como o requerimento de urgência apresentado pelo Relator, e proclamar o resultado da votação;

.....
XXIII – ...

Parágrafo único. O presidente não poderá funcionar como relator ou relator substituto, mas terá voto nas deliberações da Comissão.

XXIV – cumprir e fazer cumprir as deliberações da Comissão;

XXV – estabelecer condições especiais para acesso de parlamentares ou de qualquer outra pessoa a documentos de caráter sigiloso, sempre que considere tal medida indispensável ao bom andamento dos trabalhos, mediante comunicação à Comissão;

XXVI – conhecer as informações, requerimentos e denúncias que receber, mesmo que anônimas, delas dando ciência à Comissão, indicando as providências que entender cabíveis.” (NR)

Art. 2º O Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 41-A. Ao Relator de Comissão Parlamentar de Inquérito compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento ou no Regulamento das Comissões, a condução do inquérito, devendo:

I – comandar a Assessoria Técnica designada para apoio aos trabalhos da Comissão;

II – designar o Gerente da Assessoria Técnica;

III – indicar os servidores que serão requisitados, na conformidade do que dispõe o inciso I do art. 36;

IV – requerer ao Presidente que submeta à deliberação do Plenário da Comissão a prática de quaisquer dos atos previstos inciso II do art. 36;

VI – conduzir a realização das diligências e sindicâncias que tenham sido aprovadas pelo Plenário da Comissão, com a participação dos membros que este indicar;

VII – requerer ao Presidente o regime de urgência na tramitação de matérias, quando considerar tal medida indispensável para o bom andamento dos trabalhos;

VIII – requerer ao Presidente que submeta à deliberação do Plenário o sigilo para oitiva de depoente, testemunha ou investigado, quando considerar tal medida indispensável para o bom andamento dos trabalhos;

IX – distribuir aos de mais membros da Comissão as Notas e Estudos produzidos pela Assessoria Técnica;

X – informar ao Plenário da Comissão, a cada mês, o andamento das investigações;

XI – estabelecer horário para que a Assessoria Técnica atenda aos pedidos de esclarecimento dos de mais membros da Comissão;

XII – requisitar ao Banco Central do Brasil que informe, com base no cadastro geral de correntistas instituído pelo art. 3º da Lei nº 10.701, de 9 de julho de 2003, as contas bancárias existentes em nome das pessoas cuja transferência de sigilo tenha sido aprovada pela Comissão.

Art. 41-B. Mediante manifestação de um terço de seus membros, o Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito poderá:

I – fixar prazo para o cumprimento de diligências, a realização de oitivas ou a adoção de outras providências, após transcorridas dez sessões da aprovação correspondente nos termos regimentais;

II – requerer ao Presidente que submeta a deliberação a prática de quaisquer dos atos previstos inciso II do art. 36.” (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O presente projeto de resolução tem por objetivo alterar e incluir, no texto do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, normas relativas ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Tal iniciativa tem fundamento na observação dos trabalhos de inúmeras CPI's na Câmara dos Deputados, desde sua criação até a elaboração do relatório final, e visa dotar as Comissões desta natureza de meios para agilizar e simplificar seus trabalhos.

Ocorre que, além da falta de estrutura administrativa observada, também a ausência de normas objetivas e específicas sobre determinados procedimentos atrasa e dificulta a ação do órgão, bem como a tomada de decisão de seus membros.

Diante disto entendemos que, com a aprovação das normas ora sugeridas, certamente tornar-se-á mais ágil e precisa a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito que vierem a ser constituídas.

Estas as razões que nos motivaram a elaborar o presente projeto de resolução, para cuja aprovação contamos com o necessário apoio de nossos nobres Pares nesta Casa do Poder Legislativo.

Sala das Sessões,



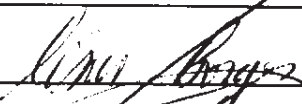
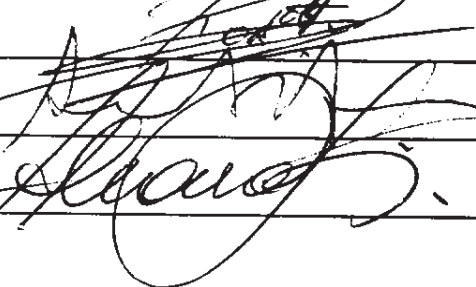
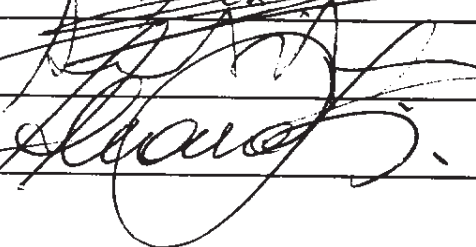
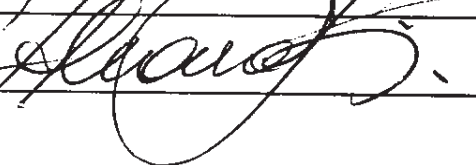
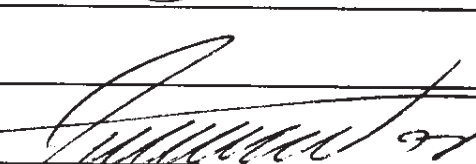


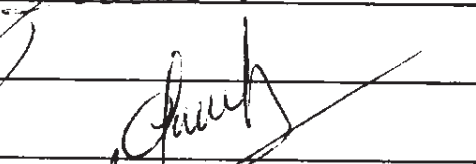
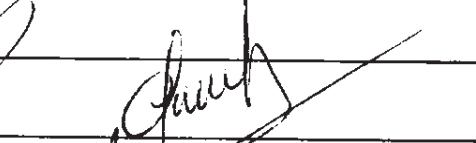

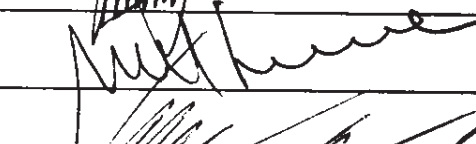

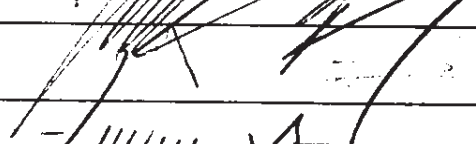
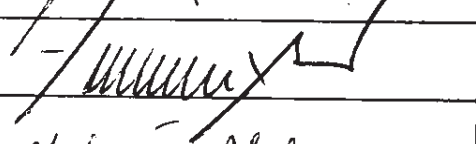

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO n° _____, de 2006

"Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito."

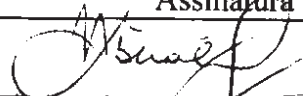
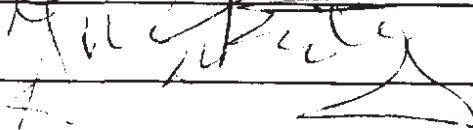
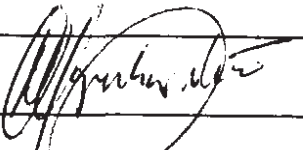
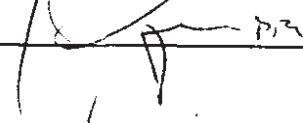
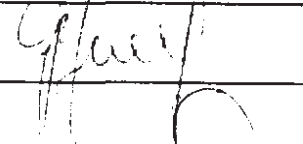
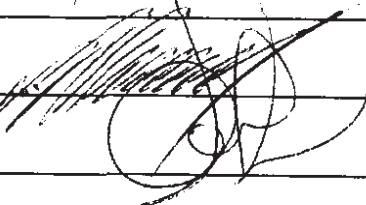
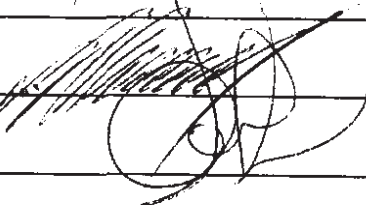
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PE	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	PA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	PB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO nº _____ de 2006

“Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.”

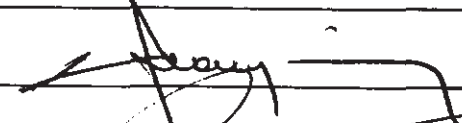
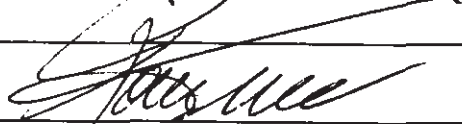

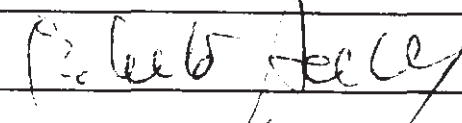
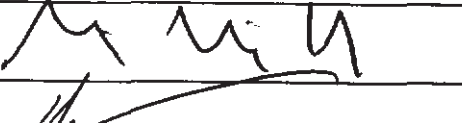
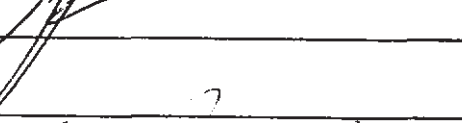
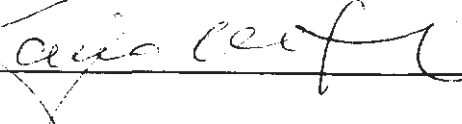
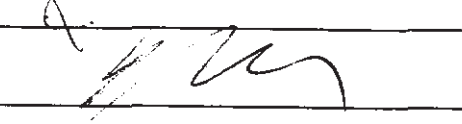

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RS	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard			
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO nº _____, de 2006

“Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.”


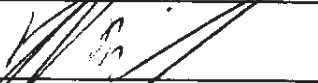

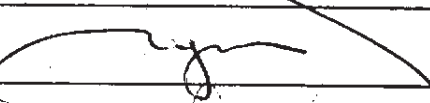
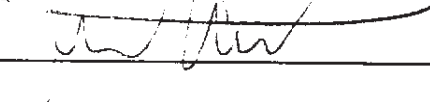
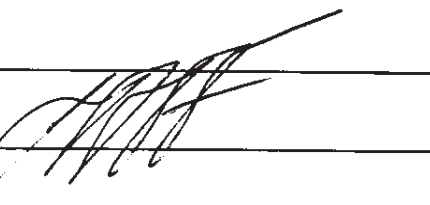
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PCdB	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	SC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROJETO DE RESOLUÇÃO nº _____, de 2006

"Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito."

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE

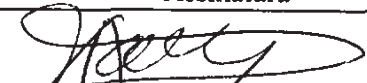






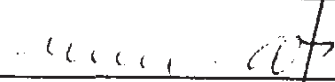
Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PL do B	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	DTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº _____, de 2006

“Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.”

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
	PT	RS	
	PRB	RJ	
	PSDB	GO	
	PMDB	RS	
	PMDB	AP	 MEMBRO
	PMDB	RO	
Mica Acunã	PMDB	PE	
	PFL	SE	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº, DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista
de Inquérito dos Correios)

Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.

.....

V – As funções de confiança e os cargos em comissão, ressalvado o disposto nos §§ 13 e 14 deste artigo, serão exercidos ex-

clusivamente por servidores de carreira, ocupantes de cargo ou emprego permanente do respectivo órgão ou entidade, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

.....
 § 13. Será permitida a ocupação de cargos em comissão por pessoas sem vínculo efetivo com o órgão ou entidade, desde que atendidas as seguintes condições:

I – o cargo em comissão seja integrante de um dos dois primeiros escalões de Ministérios, órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou entidades, ou de suas assessorias imediatas;

II – a formação acadêmica e a qualificação profissional do ocupante sejam compatíveis com as atribuições do cargo em comissão ocupado.

§ 14. Os cargos em comissão e as funções de confiança serão limitados, no âmbito do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas administrações indiretas, a três por cento do número total de cargos e empregos permanentes existentes no Poder Executivo e na administração indireta do respectivo ente da federação.

..... “ (NR)

Art. 2º O Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas administrações indiretas, deverão adequar o número de cargos em comissão e funções de confiança atualmente existentes em seus quadros aos critérios estabelecidos nesta emenda constitucional no período de dois anos, contados da data de sua promulgação, reduzindo o excedente em:

- I – cinquenta por cento no primeiro ano;
- II – cinquenta por cento no segundo ano.

Art. 3º Serão automaticamente extintos, ao final dos períodos estabelecidos nos incisos I e II do art. 2º, os cargos em comissão e funções de confiança excedentes ao limite previsto no **caput** do mesmo artigo.

Art. 4º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Justificação

A presente proposta de emenda à Constituição objetiva reduzir o número de cargos em comissão e funções de confiança existentes no âmbito do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao limite de três por cento dos cargos e empregos permanentes existentes no mesmo Poder do respectivo ente da federação, consideradas suas administrações direta e indireta.

A medida mostra-se necessária, em parte, por seu impacto moralizador, tendo em vista que o número excessivo de cargos em comissão e funções de confiança hoje existentes na administração pública brasileira é fator de verdadeira apropriação da administração como se patrimônio do governo fosse.

A administração pública, assim como seus cargos e funções, é patrimônio do Estado, e não deve, portanto, ser colocada à mercê dos ímpetus nepotistas e clientelistas do governo, sob pena de criar-se ambiente mais que propício para a proliferação da corrupção.

Ao contrário, é necessário investir na profissionalização dos servidores públicos, inclusive para a ocupação dos cargos em comissão em todos os níveis da administração, para permitir que a máquina do Estado esteja em constante funcionamento, com qualidade técnica sempre crescente.

A medida coaduna-se com os esforços de redução do nepotismo em todo o serviço público. Entretanto, percebemos que são necessárias regras específicas para o Poder Executivo, não só porque a maioria dos cargos em comissão e funções de confiança ali se encontra, mas principalmente porque sua estrutura é infinitamente maior que as dos demais Poderes, tornando extremamente difícil o controle e a fiscalização da proliferação dos cargos e funções desta natureza, especialmente em sua administração indireta.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente proposta de emenda à Constituição, para cuja aprovação solicitamos apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.

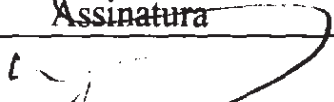


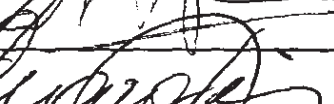



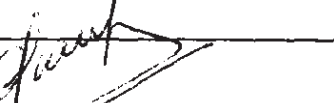

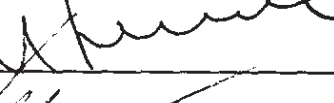

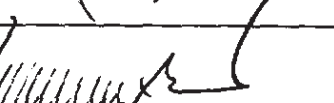
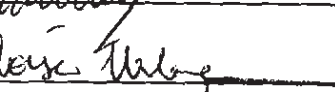

Sala das Sessões, em de de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios C.T.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

"Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo."

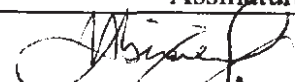
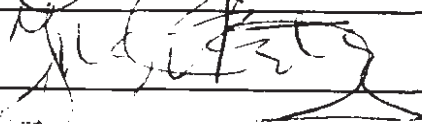
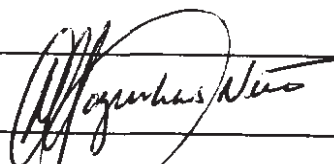
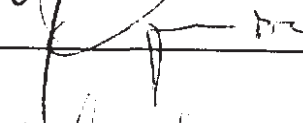
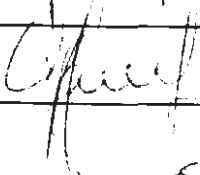
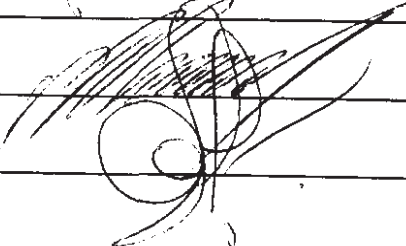

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PE	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	PA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	PB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL n° _____, de 2006

“Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.”

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

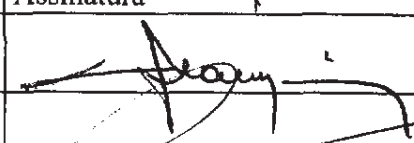

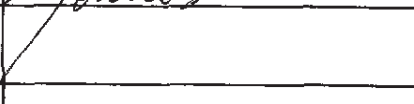

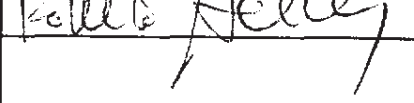


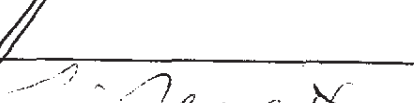
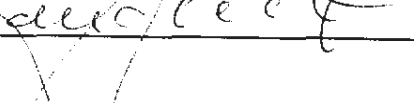


Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RS	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	DTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PPS	RJ	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

"Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo."

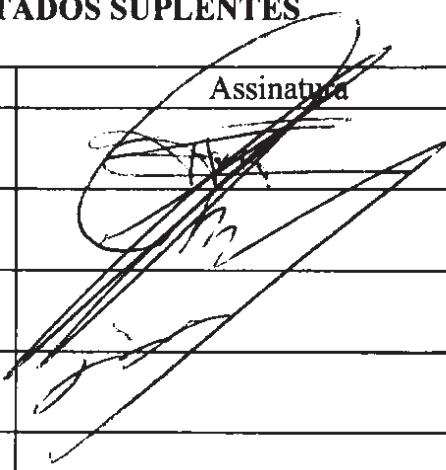
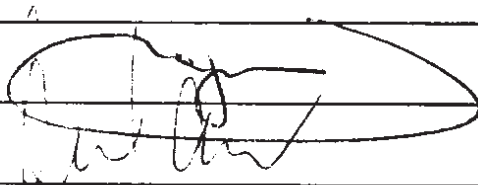
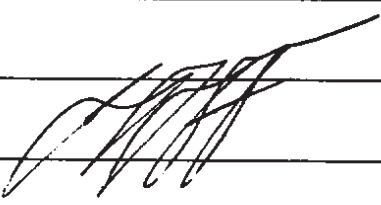
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PMDB	RO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	SC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

“Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.”







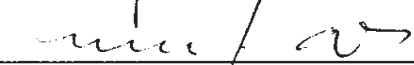
CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE

Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PC do B	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

“Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.”

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
	PT	RS	
	PRB	RJ	
	PSDB	GO	
	PMDB	RS	
	PMDB	RO	
Meia Anel	PMDB	PI	
	PEL	SE	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº _____, DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista
de Inquérito dos Correios)

Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 50 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou de entidades da administração pública federal indireta, como autarquias, inclusive as em regime especial, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importan-

do crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Justificação

A presente proposta de emenda à Constituição objetiva permitir que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, possam convocar os dirigentes de entidades da administração indireta para prestar informações.

De acordo com o texto original, poderiam ser convocados apenas os Ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Isto, porém, não faz sentido, haja vista a distância por vezes existente entre a especificidade das informações solicitadas pelo Poder Legislativo e aquelas de conhecimento direto do Ministro de Estado com relação à administração, por exemplo, de uma empresa pública vinculada à sua Pasta.

Além disso, se como dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo,

incluídos os da administração indireta, é de se esperar que qualquer dirigente de órgão ou entidade da administração direta e indireta possa ser convocado pelo Poder Legislativo para prestar informações relativas à entidade sob sua administração.

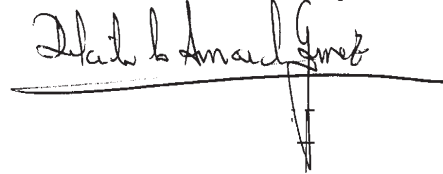
Ademais, como diz o ditado popular, "quem pode mais pode menos". Portanto, o legislador constitucional certamente não teve o intuito de restringir, mas tão-somente de simplificar o acesso às informações. Não obstante, com o crescimento da máquina administrativa e com a necessidade cada vez maior de controle e fiscalização, especialmente sobre as entidades da administração indireta, faz-se mister seja alterada a Constituição para facilitar o acesso dos representan-

tes do povo às informações relativas à administração pública brasileira.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente proposta de emenda à Constituição, para cuja aprovação solicitamos apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de de 2006.

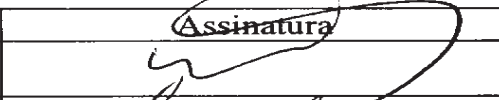


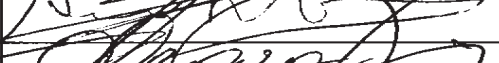

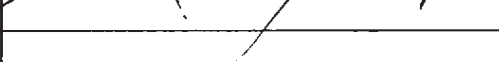

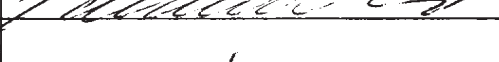



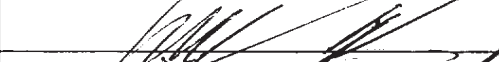
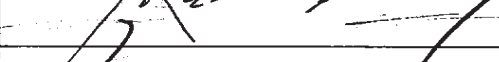

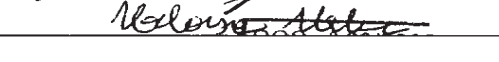

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº , de 2006**

Ementa: "Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações."

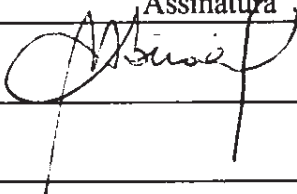
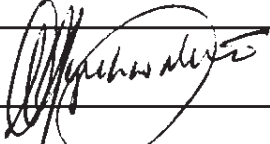

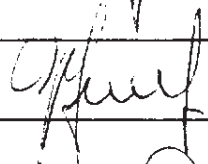
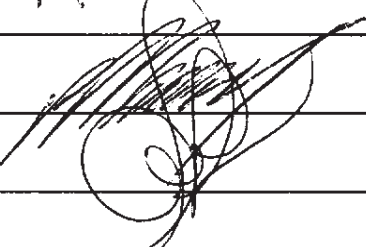
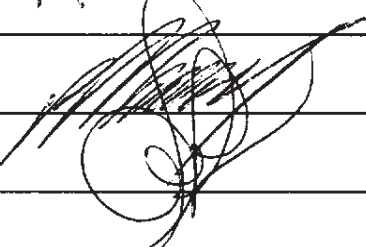
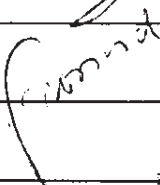
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	PFL	PI	
César Borges	PFL	BA	
Demóstenes Torres	PFL	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	PA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	BB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AL	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

Ementa: "Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações."

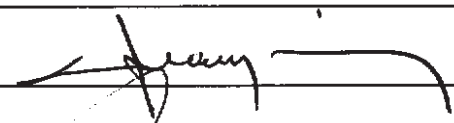


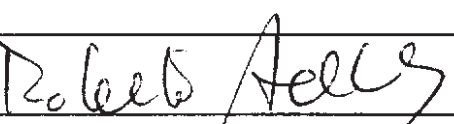
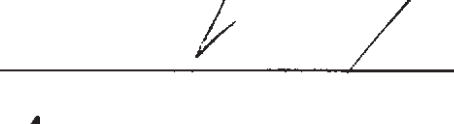
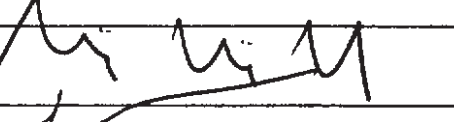

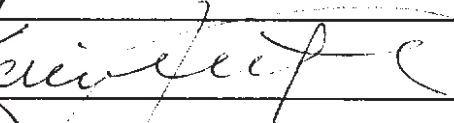
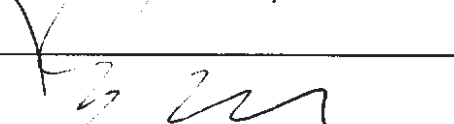
CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar			
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PPS	RS	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

Ementa: "Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações."

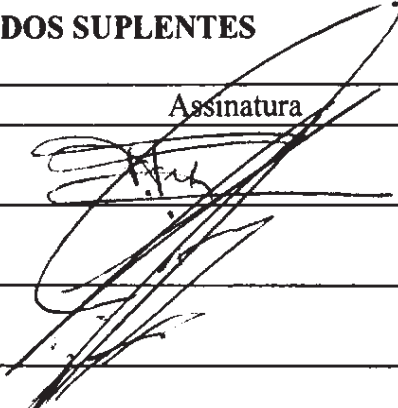
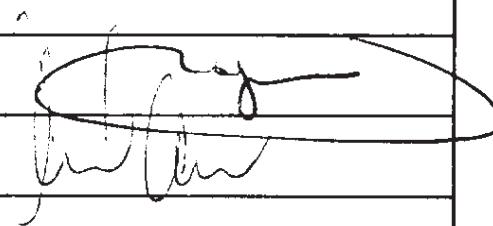
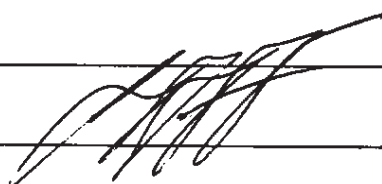
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgilio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PR	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PCdB	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	SC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

Ementa: "Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações."

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE

Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PCdoB	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SP	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006**

Ementa: "Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações."

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
	PT	RS	
	PRB	RJ	
	PSDB	GO	
	PMDB	RS	
	PMDB	AP	MEMBRO
	PMDB	RO	
Maí Acunã	PMDB	PE	
	PFL	SE	

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº _____, DE 2006**

(Da Comissão Permanente Mista de Inquérito dos Correios)

Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o § 4º do art. 37.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.
.....

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal e do processo por crime de responsabilidade, quando cabíveis, sendo imputável:

I – o agente público de qualquer espécie, nível ou hierarquia, seja ele agente político,

servidor público ou particular em colaboração com o poder público;

II – todo aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma, direta ou indireta.

..... “(NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Embora nosso entendimento seja de que não há dúvidas quanto à aplicabilidade da lei de improbidade administrativa a todos os agentes públicos, inclusive os agentes políticos, têm surgido controvérsias com relação à matéria, tendo sido inclusive encaminhada Reclamação ao Supremo Tribunal Federal para evitar sua aplicação a todos aqueles que estão sujeitos ao processo por crime de responsabilidade.

Ao analisar a questão, do ponto de vista constitucional, não vislumbramos qualquer vestígio indicativo de que a aplicação de um dos processos elimine a possibilidade de responsabilização no outro.

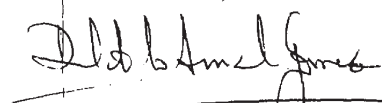
Porém, surgida a controvérsia, nada mais nos resta a fazer senão, em nome da probidade na administração pública brasileira, apresentar proposta de emenda à Constituição que venha a sanar a dúvida, tomando o texto do § 4º do art. 37 explícito o suficiente.

Ademais, a previsão de punições pelo desvio de recursos públicos, sempre estabelecida com base em critérios de justiça, só irá alcançar os agentes públicos corruptos, nenhuma preocupação representando para aqueles que velam pela probidade no serviço público.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente proposta de emenda à Constituição, para

cuja aprovação solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.


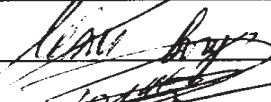
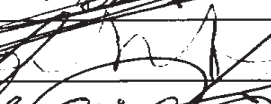
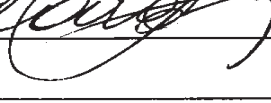

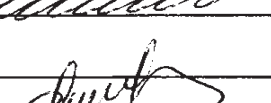
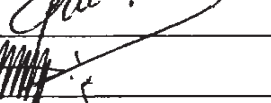


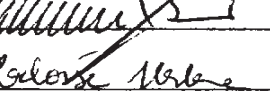


Sala das Sessões, de de 2006.


Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

Ementa: "Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o § 4º do art. 37."

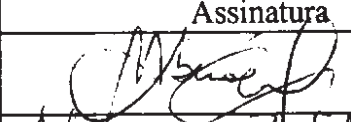
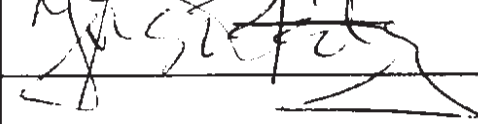
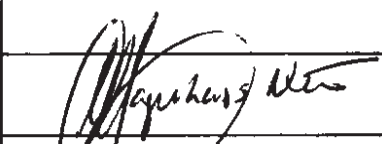

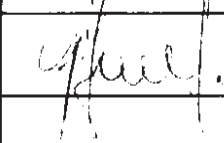
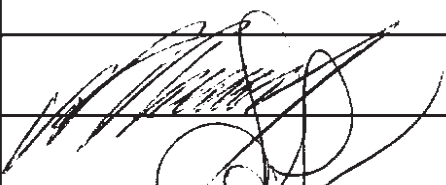
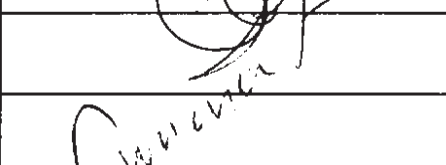
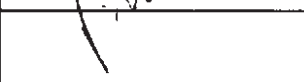
CPMI DOS CORREIOS - SENADORES TITULARES

Nome	Partido	UF	Assinatura
Heráclito Fortes	DFL	DF	
César Borges	PFZ	BA	
Demóstenes Torres	PFZ	GO	
Sérgio Guerra	PSDB	PE	
Álvaro Dias	PSDB	PR	
Delcídio Amaral	PT	MS	
Ideli Salvatti	PT	SC	
Aelton Freitas	PL	MG	
Sibá Machado	PT	AC	
Luiz Otávio	PMDB	PA	
Valdir Raupp	PMDB	RO	
Ney Suassuna	PMDB	PB	
Gilvam Borges	PMDB	AP	
Jefferson Péres	PDT	AM	
Fernando Bezerra	PTB	RN	
Heloísa Helena	PSOL	AZ	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

Ementa: "Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o § 4º do art. 37."

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS TITULARES

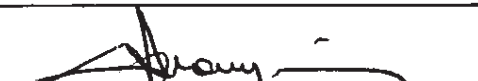





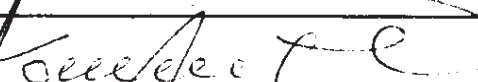
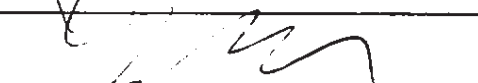
Nome	Partido	UF	Assinatura
Carlos Abicalil	PT	MT	
Jorge Bittar	PT	RS	
Maurício Rands			
Osmar Serraglio			
Carlos Willian			
Asdrúbal Bentes			
Antônio C. Magalhães Neto	PFL	BA	
Onyx Lorenzoni	PFL	RS	
Eduardo Paes			
Gustavo Fruet	PSDB	PR	
Nélio Dias			
Nelson Meurer	PP	PR	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	
Medeiros			
Juíza Denise Frossard	PPS	RJ	
Pompeo de Mattos			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº , de 2006

Ementa: "Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o § 4º do art. 37."

CPMI DOS CORREIOS - SENADORES SUPLENTES

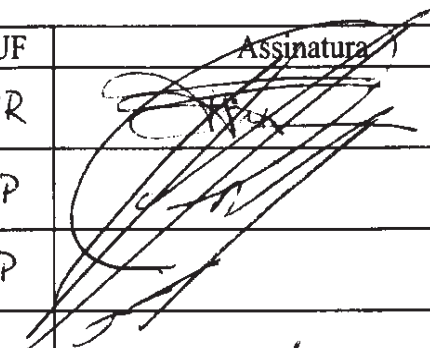
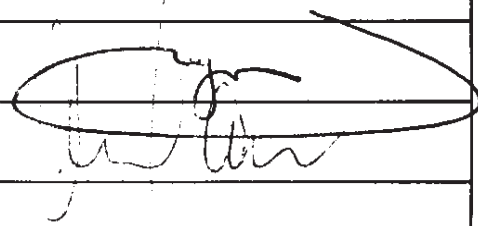
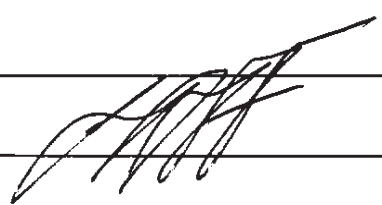
Nome	Partido	UF	Assinatura
Efraim Moraes	PFL	PB	
José Jorge	PFL	PE	
Romeu Tuma	PFL	SP	
Arthur Virgílio	PSDB	AM	
Almeida Lima	PMDB	SE	
Roberto Saturnino	PT	RJ	
Fátima Cleide	PT	RO	
Ana Julia Carepa	PT	PA	
Flávio Arns	PT	PZ	
Wellington Salgado	PMDB	RO	
Gerson Camata	PMDB	ES	
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	
Leomar Quintanilha	PCB	TO	
Juvêncio da Fonseca	PSDB	MS	
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	
Geraldo Mesquita Júnior	PMDB	SC	

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

Ementa: "Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o § 4º do art. 37."

CPMI DOS CORREIOS - DEPUTADOS SUPLENTE









Nome	Partido	UF	Assinatura
Dr. Rosinha	PT	PR	
José Eduardo Cardozo	PT	SP	
Jamil Murad	PC do B	SP	
Gervásio Oliveira			
Marcelo Teixeira			
César Schirmer			
Alberto Fraga	PFL	DF	
Murilo Zauith	PFL	MS	
Silvio Torres			
Antônio Carlos Pannunzio			
Paulo Pimenta			
Ildeu Araújo			
Luiz Antonio Fleury	PTB	SD	
Neucimar Fraga			
Geraldo Thadeu			
João Fontes			

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL nº _____, de 2006

Ementa: "Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o § 4º do art. 37."

CPMI DOS CORREIOS – PARLAMENTARES NÃO-MEMBROS

Nome	Partido	UF	Assinatura
	PT	RS	
	PTB	RJ	
	PSDB	GO	
	PMDB	RS	
	PMDB	AP	 MEMBRADO
	PMDB	RO	
Mao Nente	PMDB	PE	
	PFL	SE	

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao expediente lido, informo que, ontem, foram lidos cinco projetos de lei e duas propostas de emenda à Constituição, que tramitaram no Senado, todos de autoria da CPMI dos Correios.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Tenho a honra de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, agradeço a V. Exª por ter me concedido seu tempo.

Sr. Presidente Renan Calheiros, tenho aqui uma revolta de foro íntimo, porque tenho pelo Senador José Sarney uma admiração filial, se assim me permitir o Senador, não apenas pelo que S. Exª

representou na minha vida profissional, quando me designou Superintendente da Polícia Federal em São Paulo e Diretor-Geral da Polícia Federal, sempre me apoiando na luta contra o crime, na luta contra a corrupção, como em vários fatos que, graças a Deus, me trouxeram a esta Casa. Então, hoje, sinto uma revolta pela traição que vem sofrendo o Presidente Sarney.

Ainda hoje, com o auxílio do Carreiro, fizemos uma proposta de controle do grampo telefônico, pela promiscuidade que se instalou. O Senador José Sarney e sua filha Roseana estão sendo vítimas de uma perseguição que não se pode admitir dentro de uma estrutura de governo. Quem leu a coluna de hoje do jornalista Sérgio Costa, vê no final o “big brother” da apreciação pelos grampos telefônicos que qualquer

um pode fazê-lo. E o Presidente Sarney está sendo vítima disso. É revoltante.

Eu, por exemplo, teria de ter um raio sobre a minha cabeça, Presidente Sarney, se desse uma palavra contrária a V. Ex^a por tudo o que fez por mim. Então, ver aqueles que foram protegidos, apadrinhados, seguindo uma linha de honradez pela sua direção, traírem-no é uma coisa inaceitável.

Já fiz duas representações à Polícia Federal. Ainda hoje, com a ajuda do Dr. Carreiro, mandamos uma fita enviada pela Roseana de tentativa de desmoralizar a figura de S. Ex^a e do Presidente José Sarney.

Então, venho à tribuna para que isso não prosiga. Fiz apelo ao Paulo Lacerda, provavelmente o Superintendente da Polícia Federal virá aqui conversar conosco, pois é inadmissível que isso aconteça contra qualquer homem público, Senador Alvaro Dias, Senadora Heloísa Helena, ainda mais com o Presidente Sarney.

Então, acredito que a nossa luta será vencedora, Presidente. Sei que a Roseana será vencedora, mesmo com todos os obstáculos que tenham sido colocados no seu caminho, pela dignidade com que sempre se conduziu na sua tarefa de administrar o Estado e o seu comportamento nesta Casa.

Sr. Presidente, receba aqui o meu apoio e a certeza de que sairei fiel dessa luta contra a indignidade de comportamento de algumas pessoas.

O Sr. Alvaro Dais (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O Sr. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, também quero manifestar a minha solidariedade ao Presidente Sarney e repudiar essa prática reacionária, retrógrada, que remonta a épocas a que não gostaríamos de retornar, a momentos tristes, melancólicos da vida nacional. Essa tentativa de bisbilhotar a vida alheia afronta a Constituição do País e agride, sobretudo, a sociedade brasileira. Nesse caso, trata-se do Presidente Sarney, uma figura ilustre, de conceito nacional, mas há pessoas mais humildes que também são alcançadas por esse método fascista de invadir a privacidade alheia. A nossa condenação, da forma mais veemente, e a nossa solidariedade ao Presidente Sarney.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O Presidente Sarney teve um papel importantíssimo na redemocratização do País. Em um momento difícil, governou este País e conseguiu trazê-lo aos dias de hoje.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Tuma, tenho apenas de agradecer a V. Ex^a mais uma vez a maneira tão correta com que V. Ex^a, ao longo da vida, tem me tratado.

A gratidão é a memória do coração. No meu coração, essa memória permanece intacta e, cada vez mais, reconhecida a V. Ex^a. Os assuntos sobre os quais V. Ex^a trata neste momento me estimulam a falar. Espero que, depois, o Presidente me conceda a palavra para fazê-lo. Mas o que desejo expressar para ficar nos Anais é, sem dúvida, a grande e profunda gratidão que tenho por V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a será sempre o meu guia, Presidente Sarney. O que eu falar a seu respeito será sempre pouco em relação àquilo que V. Ex^a representou na minha vida.

Senadora Heloísa Helena, sobre o problema da segurança, tenho um discurso a respeito – peço ao Presidente que o dê como lido –, em razão das propostas que estão surgindo dos candidatos a Presidente e do conflito à idéia de se fazer um acordo e não se discutir segurança, o que seria um absurdo. Estou vendo que alguns Colegas estão procurando encontrar um caminho.

Senadora Heloísa Helena, conversei com V. Ex^a e já mandei preparar uma proposta, porque V. Ex^a foi simpática em tentar me apoiar. Há um dispositivo na Lei de Execução Penal, que trata das penas alternativas, no sentido de tirar a sobrecarga dos presídios, ou seja, não soltar bandido perigoso que tenha cumprido um sexto da pena, como estão tentando fazer atualmente, mas apenas aqueles que praticam crimes de pequena monta, de pequeno poder agressivo.

Falamos sobre a fiscalização. Os juízes, às vezes, não querem condenar por penas alternativas. Presidente Renan, V. Ex^a foi Ministro e sabe o que isso representa por falta de fiscalização.

A Senadora Heloísa Helena e eu estamos estudando a forma eletrônica de acompanhar aquele que está em liberdade condicional ou que esteja cumprindo outros tipos de pena alternativa, por meio de satélite e radar. Com isso, poder-se-ia, sem dúvida nenhuma, aliviar a pressão dos presídios, onde há ocorrências graves, como os últimos acontecimentos de São Paulo.

Peço a V. Ex^a que dê o discurso como lido.

Senador Paulo Octávio e Senadora Heloísa Helena, quero dizer também que, hoje, li os jornais, dos quais trouxe vários recortes. Amarguram-me muito os membros da colônia árabe que têm me procurado. Eles estão desesperados pela situação das suas famílias, que foram passar as férias no Líbano e encontram di-

ficuldade em retornar ao País. A soberania do Líbano, praticamente, acabou.

Ontem, fiquei sabendo que um cidadão de Israel está morando em um **bunker**, porque ele tem medo dos foguetes. O chefe do exército de Israel disse que, para cada foguete lançado, eles derrubariam dez casas.

Quer dizer, a vida humana não vale mais nada! Há uma destruição do ser humano, que não tem mais onde se refugiar. Não há água, não há comida. Estão dificultando a saída de comboios de ajuda humanitária. Isso é algo que não se pode aceitar, em se tratando de povos civilizados!

Não quero tomar partido de nada, mas temos de tomar partido da alma, do coração. Temos de proteger as pessoas que estão pagando um preço altíssimo por não deverem nada.

Creio que o Presidente Lula tem feito um esforço nesse sentido, por intermédio do Ministro das Relações Exteriores.

Quem sabe, quando reabrir a Comissão, V. Ex^a possa convidá-lo para explicar a tentativa de retirar com rapidez os brasileiros que lá se encontram, para que possamos ver, sem dúvida nenhuma, o sorriso dos cidadãos, como hoje, pela manhã, no desembarque de um avião da FAB, enviado pelo Brasil! A Força Aérea tem feito um esforço maravilhoso, inclusive registrando os fatos – o que é feito pelos próprios oficiais que estão comandando essas operações.

Senadora Heloísa, concedo-lhe o aparte que solicitou. Logo após, concedo-o ao Senador Paulo Octávio.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Romeu Tuma, primeiro, quero compartilhar a preocupação de V. Ex^a com relação às penas alternativas. Como bem V. Ex^a disse, as penas alternativas são destinadas aos pequenos delitos. Muitas vezes, pessoas que estão nos presídios, que se transformam em verdadeiros campos de concentração, alimentando o crime organizado nas ruas – não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil –, que matam policiais, que matam crianças, mulheres, roubaram um pacotinho de margarina, uma coisa simples. Portanto, é inaceitável que, em vez de serem encarcerados pelo grau de periculosidade e pelo crime cometido, eles passem a ser formados por uma facção criminosa. Então, a possibilidade de se monitorar com uma pequena pulseira seria interessante. Lembro-me de que o ex-Deputado Federal José Costa, do PMDB de Alagoas, por um tempo, trabalhou muito nessa questão; trabalhamos juntos também em relação à possibilidade de apresentar o projeto. Já havíamos pensando nisso em relação às crianças. Muitas pessoas diziam:

“Isso pode gerar um preconceito”. Eu disse: “Não haverá problema”. Nós, que defendemos as penas alternativas para os pequenos delitos, usaremos uma pulseirinha – o Senador Romeu Tuma e eu –, para deixar claro que isso é um mecanismo extremamente importante para se garantir o monitoramento, para que as pessoas não estejam nas ruas, agindo a serviço do crime organizado ou sendo forçados por facções criminosas. Muitas vezes, no indulto de Natal ou no Dia das Mães, Senador Geraldo Mesquita, eles acabam fazendo um serviço sujo para a facção criminosa dentro do presídio. Portanto, estou muito feliz em compartilhar com V. Ex^a a possibilidade da construção desse projeto. É bom que se diga que o custo dele é muito pequeno, é insignificante do ponto de vista do impacto para o sistema prisional, do impacto social, de como essa situação pode estar ligada à questão da escolaridade, da capacitação profissional. Assim, quero dizer da minha alegria de compartilhar com V. Ex^a a construção desse projeto. Eu também não poderia deixar de consignar a minha solidariedade ao povo do Líbano. Do mesmo jeito que tenho amigos judeus, tenho amigos em Israel, tenho amigos na Palestina, tenho amigos no mundo árabe. Mas o que está acontecendo com o Líbano, que tem um povo tão cordial, tão democrático, é algo muito grave. Nós, do P-Sol, inclusive, estamos terminando uma nota para fazer uma visita à embaixada, a fim de deixar a nossa total solidariedade ao povo do Líbano em relação a tudo isso que tem acontecido. Quero compartilhar a angústia e o sofrimento de V. Ex^a e deixar a nossa solidariedade tanto para os familiares e para os muitos imigrantes que hoje vivem no Brasil, como ao povo do Líbano, que passa por uma situação extremamente grave.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a pela sensibilidade dos dois assuntos tratados. Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, como sempre presente e antenado nas grandes questões nacionais, me emocionou muito com a sua consideração e o seu respeito ao nosso queridíssimo ex-Presidente da República, Senador José Sarney, aqui presente, um homem que merece o respeito de todos os Senadores desta Casa. E V. Ex^a, ao manifestar o seu reconhecimento e a sua gratidão por tudo que S. Ex^a fez pelo Brasil e pela sua vida e sua carreira, demonstra que sabe ser grato. O Brasil também sabe ser grato ao Presidente Sarney, a quem todos nós devemos as mais sinceras e reconhecidas homenagens. No que se refere ao Líbano, que V. Ex^a, por sinal, sempre defende, eu inclusive agradeço publicamente, pois, todos os anos, na época do Natal,

V. Ex^a brinda os Senadores com uma pequena caixinha de doces vindos do Líbano. Eu fico pensando se este ano nós teremos a oportunidade de receber esse presente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esperamos que a paz chegue rapidamente.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Espero que a paz chegue urgentemente. Não conheço o Líbano, tenho muita vontade de conhecer. E agora me constrange essa guerra inoportuna. No momento em que o mundo todo clama por paz, vivemos um momento belicoso como este. É muito difícil. Entendo que nós brasileiros temos que também ajudar, estar presentes.

Hoje, o Ministro das Relações Exteriores viajou a fim de buscar os refugiados brasileiros, de encontrar uma forma em que possam sair daquele país em conflito. Entendo que essa é a participação que o Brasil deve ter. O Brasil tem de estar presente nos grandes conflitos, tem de participar mais ativamente e ajudar no que for possível, porque somos um país que vive em paz. Temos de mostrar ao mundo que a paz que vivemos no Brasil deve ser também transmitida a todos os outros países. Parabéns pelo projeto, inclusive porque não podemos mais conviver com a insegurança em nossos telefones. Muito oportuno o projeto hoje apresentado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Paulo Octávio. Espero que sejam incorporadas ao meu pronunciamento as palavras de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Cumprimento V. Ex^a por todos os assuntos que abordou, mas faço especialmente uma referência à questão do Líbano. Na próxima semana, quando teremos sessões deliberativas, convocaremos a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para deliberar sobre um requerimento do Senador Pedro Simon, convidando o Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos referentes à ação do Governo brasileiro nessa questão, que é extremamente importante. O assunto nos preocupa muito e muito profundamente, pelos milhares de brasileiros que lá estão, pelas ligações históricas e culturais que o povo brasileiro tem com o povo do Líbano, por aquele país, que está sendo destruído, e também pela ameaça à paz mundial. Ninguém sabe como o conflito pode se desenvolver e se desenrolar, que dimensão pode tomar. É preciso uma presença mais efetiva da ONU. A Organização das Nações Unidas foi criada para isto: para resolver esse tipo de conflito e não deixar que um país desapareça sob as armas de outro.

Enfim, é importante uma reforma da ONU no sentido de demonstrar mais eficácia, porque aquele organismo está completamente ausente de um problema que pode, sim, se desenrolar até um limite que constitua ameaça à paz mundial, com conseqüências imprevisíveis. Cumprimento V. Ex^a e anúncio à Casa que vamos discutir o assunto na Comissão, porque a situação é extremamente importante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Para encerrar, concedo um aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Cumprimento-o pelo registro. O Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acabou antecipando exatamente a questão que me leva ao aparte. Gostaria apenas de me referir ao fato de que o Senador Pedro Simon, preocupado com a questão, pediu uma reunião extraordinária da Comissão a fim de que o tema seja debatido e o Congresso Nacional possa se somar a todas as ações que venham trabalhar pela paz. O Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, tem um vínculo muito especial com a comunidade sírio-libanesa. Temos naquele Estado uma sociedade muito atuante; aliás, como também são atuantes a sociedade judaica e a sociedade israelita. Lá, como em todo o Brasil, existem paz, harmonia e solidariedade permanentes nas ações. Que os gestos vividos por ambas as comunidades no Brasil possam se refletir no local de conflito. O impacto é profundo a cada noticiário a que temos acesso, especialmente pela televisão, que nos mostra cenas realmente chocantes dessa guerra. Eu o cumprimento e me solidarizo com o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado. V. Ex^a tem razão, a convivência entre as comunidades árabe e israelense no Brasil deveria ser exportada para que se sentisse de perto que os seres humanos são todos iguais, têm a mesma alma e o mesmo coração; podem professar outra religião, mas jamais com ódio para destruir o próximo, como vem acontecendo.

Agradeço pela tolerância, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Pedi a palavra para manifestar ao Senado profunda preocupação com a ausência de propostas concretas, de parte dos candidatos aos principais car-

gos da República, para melhorar a nossa combatida segurança.

Ao mesmo tempo, revolta-me verificar que temas relativos a essa função do Estado moderno, justificadora até de sua existência desde a Revolução Francesa, são explorados de maneira eleitoreira para tentar prejudicar uma ou outra parte na disputa pelo eleitorado. Somente se vê insensibilidade diante do fato de a insegurança, principalmente depois dos atentados praticados pelo crime organizado em São Paulo e outras unidades da Federação, causar cada vez mais aflição ao povo brasileiro.

Chegou-se a noticiar, nesta semana, a existência de um ajuste entre candidatos para manter o tema segurança pública à margem da campanha eleitoral, de maneira a evitar embates mais vigorosos e maior desgaste às vésperas das eleições. Mentira ou verdade, não importa. A absurda notícia foi coonestada pela omissão programática de todos, capaz de dar a sensação de existir realmente tal pacto de não agressão entre candidatos quanto a questões vistas como de vida ou morte pela população ordeira.

Na quinta-feira, dia 19 do corrente, a **Folha de S. Paulo** publicou artigo de minha autoria sobre o que está acontecendo com relação à quadrilha chamada PCC. Lembrei que, nos Estados Unidos, nos anos 30-40, o império do crime organizado pelo mafioso ítalo-americano Charles "Lucky" Luciano, muito mais poderoso que aquele bando caboclo, ruiu graças às ações de forças-tarefas policiais e troca de informações sob uma coordenação central.

Entretanto, o que vemos aqui 70 anos depois? Intenta-se criar uma máfia à brasileira, inclusive com apelo ao terrorismo. A exemplo do que fazia "Lucky" Luciano, um pseudodono do crime em São Paulo declara à imprensa estar procurando inspiração em clássicos literários do tipo A Divina Comédia, de Dante Alighieri, e A Arte da Guerra, do milenar estrategista Sun Tzu.

Ambos os casos comprovam como um punhado de facínoras pode dispor de todo o tempo do mundo por conta do dinheiro público, com casa, comida e roupa lavada de graça, para chefiar da cela organizações criminosas e disseminar nas ruas o terror antes restrito às cadeias. No país de Bia Falcão, chama-se isso de execução da pena e ressocialização.

Ao mesmo tempo, a grande massa trabalhadora começa a jornada ao alvorecer. Viaja durante horas como gado tangido em ônibus ou trens superlotados para ir e voltar do trabalho. Gasta os minguados salários em condução deficiente, alimentação inadequada, roupas sofríveis e alugueis absurdos, sempre rezando

para não precisar contrair dívidas na compra de medicamentos. Chama-se isso de inclusão social.

A rivalidade político-ideológica continua a determinar ações ou inações de governantes e de candidatos a governante. Procuram-se apenas vantagens eleitorais numa situação perversa, orientada para exaurir a força do Estado Democrático de Direito, desorganizar a sociedade e lançar um manto de terror sobre todos os cidadãos de bem.

O governo federal alardeia ter posto à disposição dos governos estaduais recursos que vão da Polícia Federal às Forças Armadas, passando pela incipiente Força Nacional. Mas, põe na conta dos governadores a faculdade de pedir ou autorizar o seu emprego. Tenta assim difundir imagem de fraqueza com relação a quem lhe interesse. Em São Paulo, dirige essa hipocrisia aos seus principais opositores nas urnas.

Na verdade, o combate aos delitos mais graves (narcotráfico e tráfico de armas), dentre os que sustentam o crime organizado, é atribuição direta do governo da União, nos termos constitucionais (Artigo 144). Assim, o PCC já deveria estar sob repressão da Polícia Federal há muito tempo porque independe de quem quer que seja no âmbito estadual. É prerrogativa e obrigação federal.

Por sua vez, as Forças Armadas poderiam ser empregadas eventualmente. Mas, estão longe as circunstâncias que exigiriam o uso de tropas e equipamentos bélicos dessa natureza. São Paulo não é o Haiti, apesar de todo o esforço em contrário, inclusive com o apoio dos bandidos "comuns".

Sob pressão emergencial, a União resolveu liberar R\$100 milhões do Fundo Penitenciário Nacional a favor do governo paulista, que lhe mostrou a necessidade imediata de R\$354 milhões para adequar nosso aparato de segurança. Seria incabível criticar a liberação do dinheiro, embora insuficiente. Todavia, o apoio financeiro quase tardio provém de um dos fundos nacionais existentes para investimentos rotineiros nos Estados, de maneira que a segurança pública não fique a reboque do crime. Os recursos daqueles fundos, entre eles o Penitenciário e o de Segurança Pública, deveriam ter fluído antes de emergências previsíveis como a caracterizada pelos atentados do PCC. Jamais ser liberados às pressas como cortesia ou benesse do governo central.

O governo paulista pediu ao federal que acompanhe e audite as contas bancárias dos integrantes do crime organizado, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça, coisas que também já deveriam estar ocorrendo há tempos por imposição legal. Pediu ainda o incremento das ações de inteli-

gência entre forças federais e as polícias estaduais, assim como o aumento do efetivo da Polícia Federal em São Paulo.

Mas, nada fará sentido sem uma central de informações na qual representantes de todos os segmentos de inteligência civil e militar existentes em São Paulo comunguem dia-a-dia tudo o que sabem. Depende disso a eficácia do combate ao terrorismo agora oriundo do crime chamado comum. A lição está clara em experiências vitoriosas no passado, quando a permanente troca de informações dessa maneira desarticulou o terrorismo político e possibilitou sua extinção.

Afinal, como diria Sun Tzu, a melhor vitória acontece com a derrota aceita pela mente adversária sem necessidade de combate porque só vence quem conhece o inimigo como a si mesmo.

Sr. Presidente, era o que me cabia comunicar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, eu iria abordar rapidamente, desta tribuna, um outro assunto, que seria a descoberta de uma nova província mineral no Brasil, localizada no Amapá. Deixarei, contudo, para fazê-lo quando tiver um espaço maior.

Agradeço ao Senador Alvaro Dias a gentileza de me conceder a prioridade destas palavras e ao Senador Romeu Tuma as referências elogiosas que sempre faz a meu respeito.

De certo modo, o Senador Romeu Tuma me estimulou a proferir estas palavras, que são justamente destinadas a alertar não somente para o que ocorre conosco, mas para o que pode e para o que deve estar ocorrendo em muitas partes do Brasil. Realmente, as novas tecnologias possibilitaram uma invasão de privacidade muito maior.

Há três anos, participei, em Bilbao, de uma Conferência das Nações Unidas justamente sobre a interferência das novas tecnologias nos direitos individuais. Chegou-se à conclusão de que eles quase desapareceram, tornando-nos impotentes diante dos novos métodos de invasão de privacidade. Significa dizer que a nossa liberdade vai desaparecendo em um mundo onde a tecnologia é capaz de invadir todos os setores e não apenas aqueles que as Constituições tratam, como o sigilo da correspondência pessoal e das comunicações. Evidentemente, o que

estamos vendo é a possibilidade de tudo isso desaparecer.

O objetivo da Conferência das Nações Unidas era justamente tratar desse assunto. Tive a oportunidade de participar de uma mesa redonda e de acompanhar todo o transcorrer da Conferência, que, no ano seguinte, foi realizada em Tunis.

Estou cansado, quase desacreditando mesmo, que somente com a denúncia essas coisas possam desaparecer, no Brasil, particularmente, no Maranhão.

Desde as eleições de 2002, tivemos a oportunidade de ver como a polícia política colocou-se a serviço da invasão da privacidade como um instrumento da luta eleitoral. E isso parece que pegou, porque, durante esses dois anos, já por três vezes, dirigi-me tanto a V. Ex^a – e V. Ex^a ao Ministro da Justiça – como ao Ministro da Justiça, o Senador Romeu Tuma procurou também a Polícia Federal, e nós todos não encontramos, até agora, resposta concreta para evitar o que está ocorrendo.

Na realidade, são fatos muitos graves. O Senador Heráclito Fortes, por exemplo, foi ao Maranhão, em uma viagem turística, e o avião mudou o curso da viagem: em vez de pousar em Teresina, pousou em Barreirinha. Nesse ínterim, ele ligou para a Senadora Roseana Sarney, S. Ex^a, à época, não era mais Governadora, informando-lhe que estava pousando em Barreirinha. Imediatamente, ao pousar naquela cidade, foi recepcionado pelo juiz eleitoral, pelo delegado de polícia e por agentes que queriam revistar sua bagagem porque havia uma denúncia de que S. Ex^a participaria da eleição e trazia material e recursos para a campanha de um município do interior do Maranhão. O Senador Heráclito Fortes teve a oportunidade de denunciar o fato ao Corregedor da Casa, que abriu inquérito e constatou que realmente S. Ex^a fora vítima de um grampo telefônico, que então existia.

De minha parte, quero dizer que todos no Maranhão já estamos acostumados a isso, porque o que se conversa hoje ao telefone, no dia seguinte, os jornais transcrevem.

Eu mesmo, muitas vezes, tenho sido seguido por carros com equipamentos de escuta. Outras vezes, até vigiam, permanentemente, todas as movimentações, não apenas as nossas como as dos nossos amigos políticos.

O grave disso tudo é que se coloca a serviço da política o Estado. O Estado se transforma em algo que fica destinado a isso. Calculo que seja isto: antigamente, fazia-se isso por ideologia; hoje, está-se fazendo isso

para a política partidária, para que haja interferência na política partidária.

Ora – estimula-me o Senador Romeu Tuma –, estou com um jornal de hoje do Estado do Maranhão, que diz que, no gabinete do Vice-Governador do Estado, o Sr. Jura Filho, foram encontrados vários aparelhos de escuta telefônica. Esse Vice-Governador tinha sido, por meio de emenda constitucional, destituído de todas as suas funções. O Vice-Governador não podia ter gabinete, não podia substituir o Governador. Isso o Supremo Tribunal Federal colocou em baixa. Quando ele voltou para reassumir o seu gabinete, este estava sendo destruído; disseram que era uma reforma que estava sendo feita. Depois de muito tempo, não foi cumprida a ordem. Agora, quando ele volta para ocupar seu gabinete, o mesmo está cheio de escuta telefônica. Isso foi comprovado. Então, esse é o sistema a que se obedece e que se vê.

Sr. Presidente, esses são pequenos fatos. Inclusive, como ex-Presidente da República e como Senador nesta Casa, fico sem graça ao relatar essas pequenas coisas. No entanto, elas são necessárias, para que vejamos que ainda existe subdesenvolvimento político no Brasil, chegando-se a questões dessa natureza.

Ontem, vinha do Amapá e pousei no Maranhão. Antes de chegar lá, telefonei, rapidamente, para meu filho, dizendo-lhe que iria passar no aeroporto e que ele fosse lá para me receber. De repente, ao chegar ao aeroporto, deparei-me com uma bateria de repórteres, do outro lado, fotografando-me, dizendo que eu havia ido lá para participar de uma reunião política com o candidato que estava visitando o Maranhão e que tem o apoio do Senador Alvaro Dias. No entanto, eu apenas pousava no Maranhão; em seguida, voava para cá. São coisas que acontecem, são essas as surpresas, e todos sabemos por que elas acontecem.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a está denunciando e apresentando um projeto que é muito necessário. Por quê? Quando se condena a tortura praticada pelo Estado para obter confissões, sabemos que, hoje, isso não é mais preciso. Basta o Estado fazer isso – como está sendo feito lá – a serviço da política, praticando, portanto, politicagem. Isso é tão grave, que o Maranhão é o único Estado do Brasil que criou uma Abin. Igual à Abin federal, também temos a Abin do Maranhão, da qual fazem parte os ex-agentes do SNI! Havia uma agência do SNI no Maranhão, cujos agentes formam hoje a equipe que opera a Abin. É o único Estado que a tem. Resultado: o PMDB fez uma representação ao Supremo Tribunal Federal. Infelizmente, até hoje, essa representação ainda não foi

julgada. Mas se está vendo que isso é um sistema, que isso não ocorre por ocorrer. Isso ocorre impunemente, sem nenhuma reserva.

E até mesmo o que se diz hoje – em que não acredito e de que não participo – é que a própria operadora de telefonia e concessionária daquela região também faz parte do esquema de monitorar os adversários do atual Governador. Não acredito que isso possa ocorrer, mas seria o caso de isso ser examinado também pela Agência que fiscaliza as telecomunicações, para que se pudesse apurar se isso é ou não verdadeiro.

Senador Romeu Tuma, as palavras de V. Ex^a muito me sensibilizaram e me obrigaram a vir a esta tribuna falar de fatos de província, que, muitas vezes, podem parecer menores, mas que não o são, porque representam apenas uma coisa, teoricamente, que precisamos defender: a liberdade de cada um de nós, essa liberdade ameaçada, a liberdade que passamos a não desfrutar, porque vivemos sob o império do medo de sermos seguidos, ouvidos, de nossas vidas particulares serem objeto dessa espionagem permanente, que está sendo feita a serviço da política. Isso não pode existir no Brasil, não só no Maranhão como em qualquer lugar do continente!

Tenho autoridade para dizer isso. V. Ex^a foi Diretor da Polícia Federal quando assumi a Presidência da República. A primeira instrução que dei ao chefe do SNI foi a de que jamais houvesse qualquer interferência na vida privada de quem quer que fosse. O primeiro informe que me foi entregue, dois dias depois que assumi a Presidência da República, foi um relato a respeito da vida privada de determinado líder brasileiro. Quando vi o que era, rasguei e joguei no cesto de lixo e disse ao chefe do SNI: “O senhor está proibido de fazer coisas dessa natureza; a partir de agora, não se faz mais nada disso no Brasil”. Foi assim que me conduzi.

Então, neste momento em que se restaura a democracia, estamos submetidos, todos nós, não somente a essa espionagem que existe aí, que todo mundo sabe, a que todos somos vulneráveis, mas também à espionagem de Estado. Esta representa o crime maior que pode existir, porque a outra corresponde à espionagem industrial ou a outras formas de espionagem, das quais ninguém, hoje, com as novas tecnologias, está isento de ser vítima. Mas a espionagem de Estado, constituída pelo Estado a serviço de facções políticas, é um crime odioso que temos de repelir!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção do Senador José Sarney.

A exemplo do que fez o Senador Romeu Tuma, eu gostaria de, em nome da Mesa Diretora do Senado Federal, repudiar essa prática nociva, essa absoluta falta de privacidade a que somos obrigados a viver hoje no Brasil.

A Corregedoria, Senador Romeu Tuma, terá todo o apoio da Mesa para apurar esses abusos que sobrevivem no submundo da política nacional. Conte com meu apoio e com minha solidariedade total!

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, peço à Mesa que registre nos Anais da Casa artigo do editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, sob o título “Vale nada, a vida”. Não o lerei por inteiro, embora fosse oportuno. Apenas lerei as últimas frases desse artigo.

Quando as leis são lenientes ou excessivamente benévolas em relação a pessoas que não sabem valorizar, ao mínimo, a vida humana – a ponto de destruí-la por muito pouco, liquidando de golpe tantos sonhos e projetos do próximo –, a sociedade inteira permanecerá insegura, ao saber, cada cidadão, que sua vida pouco vale, pois pode ser trocada por um “investimento (ou “bom negócio”) a curtíssimo prazo... A forma de resolver um conflito com melhor “custo-benefício” (expressões, aliás, que causídicos do caso Richthofen se permitiram empregar) pode ser a simples eliminação do desafeto. Por outro lado, são as sociedades que punem, com o maior rigor, o desrespeito à vida humana, aquelas em que a vida humana maior valor tem. A leniência da Justiça – a aplicação de penas efetivamente leves – não é um estímulo ao que os especialistas chamam de “ressocialização”. É um incentivo ao crime, uma ameaça à sociedade, um escárnio para as pessoas de bem.

Sr. Presidente, peço que esse editorial seja inserido nos Anais da Casa.

E abordo hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma questão de que, reiteradamente, trato desta tribuna: a ausência de investimentos em infra-estrutura em nosso País. A necessidade de investimento nesse setor é de US\$26,7 bilhões por ano. No entanto, no ano passado, o Governo Federal conseguiu aplicar, efetivamente, somente R\$3 bilhões em infra-estrutura, ou seja, 36,1% do volume autorizado pela equipe econômica. Cerca de R\$1,7 bilhão em restos a pagar também foi

gasto em infra-estrutura em 2005. Os limites – fiscais, operacionais e estruturais – são ostensivos.

O alerta que repetimos é o de que poderá haver, a médio prazo, no País, um verdadeiro apagão logístico, ou seja, conseqüente comprometimento da infraestrutura nacional, nos mais diversos setores.

O que temos visto são promessas de melhorias para a infra-estrutura, mas ninguém aponta onde estarão os recursos no Orçamento.

Venho à tribuna a propósito da campanha eleitoral, dos compromissos que são assumidos pelos candidatos durante a campanha. Há a necessidade de colocarem com clareza os seus projetos para um programa de infra-estrutura capaz de atender a realidade nacional. Análises, estudos e propostas existem, provando e reprovando diagnósticos e caminhos. O que há é o descaso do Executivo e a ausência de visão estratégica na gestão do Estado.

Ao contrário do discurso triunfalista do Presidente Lula, para o Brasil emergir como uma das principais economias mundiais, por meio da inserção competitiva no comércio internacional, é vital que haja crescimento dos setores de energia elétrica, transporte, saneamento, petróleo, gás e telecomunicações. Esses setores estão sendo comprometidos de forma significativa em razão da ausência de investimentos. Aliás, o que o Governo investe nesse setor é, sem sombra de dúvida, prenúncio de comprometermos, a médio prazo, o futuro das exportações nacionais. Poderemos chegar a um tempo em que o produtor brasileiro vá produzir e vender e não conseguir entregar, em razão exatamente da irresponsabilidade administrativa de governos que, sem visão estratégica de futuro, não investem o necessário para atender o crescimento vegetativo do nosso País.

O Presidente Lula, ontem mesmo, até de forma delirante, perdoem-me, ao inaugurar o seu comitê eleitoral aqui, em Brasília, afirmou que deixou o Brasil “arrumadinho” e que não vai permitir que destruam o que ele fez em quatro anos.

Em matéria de infra-estrutura, que hoje é o tema – poderíamos apresentar uma seleção de setores que estão comprometidos em função da incompetência do atual Governo, mas, para Lula, ele está deixando o Brasil arrumadinho –, para ficar só nesse exemplo, o Governo Lula conseguiu ser o mais desastrado das últimas três décadas. Investiu muito pouco e muito mal em infra-estrutura.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo aproveitar o tema para inserir meu Estado, o Paraná, nesse contexto. Eu não poderia deixar de comentar a situação da infra-estrutura do meu Estado, que foi pioneiro em termos de infra-estrutura instalada, um Estado

exemplo em matéria de infra-estrutura. Atualmente, o sistema logístico do Paraná é também um retrato do descalabro nacional. O sistema logístico é obsoleto por conta das péssimas condições de infra-estrutura, com gravíssimos gargalos nas áreas de armazenagem e na malha ferroviária.

Vamos apresentar – especialmente ao nosso candidato Geraldo Alckmin – uma proposta para a reforma do sistema logístico do Estado do Paraná. Vou apresentar aos outros candidatos, como a Senadora Heloísa Helena, o que o Paraná exige em matéria de reforma de seu sistema logístico.

O déficit em armazéns, por exemplo, chega a 33% da produção ou a 8,6 milhões de toneladas de grãos. Esse é o déficit de armazéns no Paraná, um Estado agrícola, que depende essencialmente dos armazéns.

A precariedade das ferrovias eleva os custos no transporte da produção em aproximadamente 75%, obrigando o escoamento a ser feito por caminhão.

Aliás, a Federação da Indústria do Paraná, em parceria com a consultoria canadense Transcom, apresenta um estudo denominado Projeto Paraná Multimodal, em que esses dados aparecem com destaque. Segundo esse estudo, para colocar o “Estado em ordem”, é necessário um investimento superior a R\$1 bilhão. Desse total, mais de um terço, ou seja, R\$350 milhões, deve ser aplicado de imediato para modernizar as ferrovias. O restante seria empregado em armazém.

O diagnóstico é muito claro: custos muito elevados e um dispêndio de tempo demasiadamente longo são as principais características da maioria das operações logísticas realizadas no Paraná.

A deficiência na estrutura de armazenagem provoca uma distorção: caminhões e vagões acabam sendo usados não apenas no transporte, mas também na estocagem da produção, o que acarreta custos extras. Sem armazéns em quantidade adequada, a produção permanece estacionada por muitos dias em rodovias e trilhos.

Há outro agravante: a malha ferroviária precária exige transbordos ao longo do trajeto, o que, além de elevar os custos, torna o transporte muito mais demorado.

Há mais um problema: o Estado não dispõe de um sistema de carga e de descarga eficiente em terminais de transbordo. O tempo médio em terminais atinge 30 horas. Um trem que sai de Maringá com destino a Paranaguá gasta em torno de 55% da viagem com operações em terminais. No percurso entre Cascavel e Paranaguá, elas chegam a 50% do tempo.

O cenário logístico da matriz no modal rodoviário do Paraná é igualmente preocupante: atualmente, 70% das cargas com destino para o porto de Paranaguá são movimentadas por rodovias; e apenas 30%, por ferrovias, quando deveria ser o contrário.

O custo operacional para transportar uma tonelada por rodovia é de oito centavos por tonelada/quilômetro, enquanto na ferrovia o custo pode cair para até dois centavos.

Sabemos que o transporte por ferrovia é pouco utilizado, porque a malha ferroviária é deficiente. Alguns trechos não suportam grandes composições, exigindo o transbordo para composições menores. É o caso da ligação entre Guarapuava – desvio Ribas – próximo à cidade de Ponta Grossa.

O referido trecho tem um traçado muito sinuoso, impedindo o tráfego de composições maiores. Com isso, a capacidade de transporte fica limitada a dois milhões de toneladas por ano, enquanto a demanda é de sete milhões de toneladas.

Sr. Presidente, essa situação será apresentada ao candidato Geraldo Alckmin, e, certamente, os demais candidatos dela tomarão conhecimento. É uma exigência do povo do Paraná a modernização do seu sistema de infra-estrutura, de armazéns, de ferrovias, do trecho ferroviário de Curitiba a Paranaguá, que é centenário, que é um sistema retrógrado de ferrovia. Portanto, a extensão ferroviária que chegou até Cascavel aumentou o volume a ser transportado. Esse trecho, em condições precárias, impossibilita o transporte da produção paranaense e também da produção que poderia advir do Mato Grosso do Sul, do Paraguai, da mesma forma, até o porto de Paranaguá.

Então, a modernização do Corredor de Exportação do Estado do Paraná deve ser prioridade nas propostas que serão discutidas pelos candidatos à Presidência da República. Além da ferrovia e dos armazéns, há necessidade de duplicação de determinadas rodovias, de finalização de contornos em Curitiba ou mesmo na cidade de Maringá, no norte do Paraná, o chamado Contorno Norte.

Enfim, há um elenco de projetos que devem ser assumidos como compromisso de campanha pelos candidatos à Presidência da República relativamente ao Estado do Paraná, no que diz respeito à modernização do seu corredor de exportação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art.210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vale nada, a vida

Há, pelo menos, três motivos para que o assassinato do casal Manfred e Marísia von Richthofen, cometido pela filha Suzane, seu namorado Daniel Cravinhos e o irmão dele, Christian, permaneça com destaque na crônica criminal. O primeiro foi o próprio crime, horripilante por seus meios - ataque com barras de ferro e asfixia enquanto o casal dormia - e a sordidez de sua motivação: herança e dinheiro. O segundo foi o grande espetáculo encenado no julgamento de 50 horas, onde parecia que acusadores e defensores só queriam disputar a parte de protagonistas numa competição em que o crime, os criminosos e sobretudo as vítimas se mostravam elementos de menor importância. E o terceiro foi a constatação - que se sublinhou pela repercussão do caso - do pouquíssimo valor que se dá à vida humana, quando um sistema penal pune tão suavemente aqueles que a destroem.

Após o julgamento, os pais dos jovens Cravinhos foram falar com o juiz, e disse a mãe: "O resultado foi melhor do que eu esperava. Muito obrigada." E ela tinha toda razão, apesar de seu filho Daniel ter sido condenado a 39 anos e 6 meses, e seu filho Christian a 38 anos e 6 meses. É que, certamente, já sabia da possibilidade real (ou da total probabilidade) de seus filhos ficarem presos em regime fechado só mais 2 anos e 7 meses! Essa possibilidade decorre da progressão para o regime semi-aberto, depois de cumprido um sexto da pena, e do fato de os irmãos já terem ficado presos durante 3 anos e 7 meses.

Quanto à jovem Suzane, que antes de deixar o recinto do Tribunal do Júri para ser conduzida ao Centro de Ressocialização de Rio Claro, só parecia preocupada em despedir-se de seu advogado e protetor, indagando "você vai me visitar logo?" (ao que ele respondeu "vou, daqui a algumas horas"), sua permanência em regime fechado pode resumir-se a mais 3 anos e 7 meses (pois já ficou presa 2 anos e 9 meses). Quer dizer, com a idade de 25 anos e alguns meses já estará praticamente livre quem matou (mandou matar ou ajudou os assassinos a cometer o hediondo crime) o próprio pai e a própria mãe.

É verdade que o juiz de primeira instância ou o Tribunal de Justiça podem negar o pedido de progressão antes de completar-se dois terços de

cumprimento da pena - o que seria uma interpretação consentânea à natureza do crime descrito em lei como hediondo. Mas já há jurisprudência, no Supremo Tribunal Federal (STF), contrária à negação da progressão em qualquer tipo de crime, por julgá-la inconstitucional.

Ao bom senso do cidadão comum estarrece a falta de resposta a esta simples indagação: por que o cumprimento da sexta parte de uma punição é suficiente para, na prática, deixá-la sem efeito? Inicialmente, por que um sexto e não um quinto, ou um terço, ou metade? Haverá alguma razão cabalística para assim se quantificar a redução da punição? Além disso, a não correspondência entre a pena fixada e a cumprida, no sistema penal contido no ordenamento jurídico brasileiro, também se traduz na proibição de um condenado ficar mais de 30 anos preso - mesmo que sua sentença se refira, como é freqüente, a números impressionantes, como as muitas centenas de anos de reclusão.

Quando as leis são lenientes ou excessivamente benévolas em relação a pessoas que não sabem valorizar, ao mínimo, a vida humana - a ponto de destruí-la por muito pouco, liquidando de golpe tantos sonhos e projetos do próximo -, a sociedade inteira permanecerá insegura, ao saber, cada cidadão, que sua vida pouco vale, pois pode ser trocada por um "investimento" (ou "bom negócio") a curtíssimo prazo... A forma de resolver um conflito com melhor "custo-benefício" (expressões, aliás, que causídicos do caso Richthofen se permitiram empregar) pode ser a simples eliminação do desafeto. Por outro lado, são as sociedades que punem, com o maior rigor, o desrespeito à vida humana, aquelas em que a vida humana maior valor tem. A leniência da Justiça - a aplicação de penas efetivamente leves - não é um estímulo ao que os especialistas chamam de "ressocialização". É um incentivo ao crime, uma ameaça à sociedade, um escárnio para as pessoas de bem.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Por permuta com o Senador Luiz Otávio, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Luiz Otávio, a quem agradeço pela permuta, o lançamento do “Manifesto dos Senadores pela Educação” foi um marco importante na defesa da educação pública de qualidade como o melhor caminho a ser trilhado por nosso País em busca do desenvolvimento econômico e social.

Por sua grandeza e importância, o Manifesto, que todos nós, Senadores, assinamos, está à altura do Manifesto dos Pioneiros, de 1932, e do Manifesto dos Educadores, de 1959, que já viam na educação a saída mais promissora para a consolidação do Brasil como grande potência econômica e, acima de tudo, como nação-símbolo da justiça social.

Fico feliz de ver neste momento que temos aqui, no plenário, tantos jovens estudantes do nosso País.

Naquele tempo, éramos o país do futuro. O futuro chegou e, infelizmente, ainda não somos o país que gostaríamos. É forçoso constatar que a distância entre o sonho de nossos antepassados e a realidade que hoje vivemos é fruto da falta de investimentos em educação. No discurso, ela sempre foi prioridade. Na prática, a realidade se mostrou bem outra!

O caso da educação é um nítido exemplo de como, na seara da administração pública, as boas intenções, isoladas, não bastam. É preciso que venham acompanhadas de políticas públicas duradouras e eficazes. É preciso que disponham do montante de investimento necessário ao seu êxito, independentemente de cortes orçamentários ou de provisões para a realização de superávits.

Isso só ocorrerá quando o Estado e principalmente a sociedade considerarem a educação como prioridade máxima. Para tal, é preciso compreender que a educação, além de ser o caminho para a prosperidade, é também passaporte para a cidadania e remédio para a violência urbana, pois é a melhor forma de promover distribuição de renda e de gerar inclusão social.

A despeito de todo o esforço feito pelo Governo, os números atuais da educação não são nada animadores. Na educação infantil, para um universo de 22 milhões de crianças entre 0 e 6 anos, pouco mais de 1 milhão e 100 mil, entre 0 e 3 anos, freqüentam as

creches. Entre 4 e 6 anos, a freqüência é de cerca de 5 milhões e 200 mil crianças.

Educação é um processo contínuo. Por isso, a deficiência no ensino infantil se reflete no ensino fundamental, onde grassa o fenômeno da repetência. O número de matrículas no primeiro ano é de quase 5 milhões e 600 mil; no oitavo e último ano, os alunos não passam de 2 milhões e 900 mil. Em outras palavras, quase 50% das crianças que se matriculam no ensino fundamental não concluem o ciclo de estudos!

Apesar dos esforços realizados nos últimos 10 anos, mais de 3 milhões de crianças não possuem acesso à educação obrigatória e mais de 2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola.

A qualidade do ensino também não é satisfatória, e um dos principais motivos é a falta de valorização do professor. De fato, o professor ganha muito pouco no Brasil, muito aquém do que merece. Na educação infantil, a média salarial é de R\$430,00; no ensino médio, de apenas R\$700,00.

Essa realidade precisa mudar, e mudar com urgência. Temos que construir um consenso nacional em que a educação não seja vista como problema, mas como solução. Essa mudança de paradigma é fundamental para converter a educação em prioridade, não apenas do Estado, mas de toda a sociedade brasileira. Só um pacto nacional será capaz de mobilizar a todos, exigindo cumprimento integral das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por este Parlamento no ano de 2000.

Sabemos das enormes dificuldades advindas de nosso frágil pacto federativo, em que as atribuições de Estados e Municípios apresentam um descompasso perene com os recursos disponíveis. Surge, portanto, a necessidade de uma nova reengenharia da educação, que redefina as competências entre as três instâncias da Administração Pública. Também é vital aumentar o volume de recursos disponíveis, racionalizando-se gastos supérfluos e regulamentando-se a responsabilidade educacional.

É preciso que políticos, empresários, pais e educadores, enfim, toda a sociedade brasileira se mobilize para cobrar o cumprimento das metas fixadas no PNE, sempre com o objetivo maior de garantir a tríade acesso, permanência e qualidade nas três etapas da educação básica. Não queremos minimizar os esforços feitos em prol da educação superior, mas não podemos deixar de afirmar que, sem uma educação básica de qualidade, não se constrói uma universidade decente.

Pelo menos 50% das crianças devem ser atendidas por creches e 80% devem freqüentar escolas com um padrão mínimo de qualidade. Todas as crianças e todos os adolescentes em idade própria têm de estar

matriculados no ensino fundamental e, progressivamente, no ensino médio.

Todos os jovens precisam ter acesso universal à educação profissional em nível básico. Pelo menos 50% dos jovens e dos adultos analfabetos deverão estar funcionalmente alfabetizados e integrados à educação básica.

Todas as escolas deverão ter infra-estrutura qualificada, de modo a contar com bibliotecas e com condições de acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação. Todos os professores, com piso salarial próprio, serão remunerados acima da média dos grupos ocupacionais que tenham formação idêntica.

Fiz questão de repetir algumas das metas do PNE, para que fique bem clara a importância do seu inteiro cumprimento. Nossa sociedade precisa acordar, Senador Romeu Tuma, para a necessidade de colocar a educação no seu devido lugar, ou seja, como prioridade número um para a Nação brasileira.

Este é o grande objetivo do “Manifesto dos Senadores”: servir como agente catalisador de toda a sociedade, a fim de encampar uma luta vitoriosa em prol da educação básica. O Manifesto é apenas o primeiro passo, que já foi dado. O caminho é árduo, mas os resultados, com toda a certeza, são compensadores.

Somente com uma educação pública e de qualidade, conseguiremos combater a violência urbana no Brasil.

Somente com uma educação pública e de qualidade, poderemos gerar prosperidade econômica sustentável e duradoura.

Somente com educação pública e de qualidade, seremos capazes de erradicar a pobreza, de promover a inclusão e de assegurar o desenvolvimento social do nosso País.

Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou um privilegiado por ter freqüentado escola pública, não só em Minas Gerais, de onde procedo, mas também aqui, em Brasília. Por sinal, o processo educacional em Brasília implantado por JK foi um dos melhores do Brasil. Aqui, a escola em tempo integral era uma das metas, um dos objetivos da Secretaria de Educação. E, no início da cidade, durante muito tempo, as escolas-classes estavam vinculadas às escolas-parques, e o jovem passava o dia estudando. É o que queremos novamente implementar em Brasília.

Vejo, com muita satisfação, que nosso candidato ao Governo do Distrito Federal, José Roberto Arruda, tem como prioridade a educação, o ensino em tempo integral, a escola em tempo integral. Será essa uma bandeira que vamos assumir em Brasília, tentando resgatar na Capital de todos os brasileiros o compromisso básico com a educação, fundamental para que

possamos dar aos nossos jovens qualidade de ensino e para que possamos prepará-los para o desafio de um mundo cada vez mais competitivo, em que, certamente, as pessoas mais preparadas terão melhor oportunidade de trabalho, de emprego, de renda. É com inteligência e com preparo que colocaremos o Brasil naquele patamar que tanto queremos.

Todos os países desenvolvidos foram alavancados pelo investimento em educação. Os milagres ocorreram justamente nos países que souberam investir em seus jovens. É o que queremos fazer em Brasília e o que precisamos realizar no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Obrigado. Cumprimento V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior; depois, o Senador Sérgio Zambiasi e, o último inscrito, o Senador Efraim Morais.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Senador Geraldo Mesquita, como homem das letras, jurista, tributarista, faz aqui menção às questões eleitorais.

Eu venho à tribuna desta Casa, neste final de tarde e início de noite em Brasília, primeiro para dar conhecimento ao Senado de que estive há poucos momentos em audiência pública com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e com representantes de empresas do Pará e da Amazônia, principalmente as que detêm o controle de distribuição e abastecimento de combustíveis na Amazônia.

Sr. Presidente, temos grandes embarcações na Amazônia; hoje já temos comboios de barcas que transportam até 100 carretas pelos rios da Amazônia, levando inclusive a produção de petróleo do rio Urucu, que era feito por navios e atualmente também é feito por um sistema de barcas. Essas embarcações agora estão sendo assaltadas e têm sofrido violência. As quadrilhas organizadas de assaltos a bancos e redes de supermercados adotaram o assalto à mão armada nos rios amazônicos, nos portos. A Amazônia tem mais de 100 mil embarcações, que fazem o transporte de riquezas e produtos da nossa região, produzidos na zona Franca de Manaus. A exportação de minério de ferro é feita pela Ferrovia de Carajás. Mas transportamos também pelos rios a bauxita, que depois é transformada em alumínio e é exportada principalmente para os países asiáticos. Esses comboios estão sendo assaltados.

Faço este registro porque V. Ex^a, Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, além de ter sido superintendente da Polícia Federal também

foi superintendente da Receita Federal e é um especialista nessa área de segurança.

Com certeza, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, de imediato, encaminhará esta demanda à diretoria da Polícia Federal, ao Dr. Paulo Lacerda, e convocará também o apoio da Marinha do Brasil, por meio do Ministério da Marinha, da Capitania dos Portos do Pará e do Amazonas, do Comando do 4º Distrito Naval, do Governo do Estado do Pará, do Governador Simão Jatene, e de todo o aparato de segurança pública, para não só combater esse tipo de violência, mas principalmente para proteger e defender os nossos trabalhadores da navegação fluvial, nossos marítimos, nossos estivadores e até mesmo a nossa população ribeirinha, que tem tido essa dificuldade no seu dia-a-dia. Além da necessidade de sobreviver com as condições oferecidas na Amazônia, agora também sofremos, como nos grandes centros do Brasil, a violência tanto urbana quanto rural, principalmente nos rios amazônicos. A audiência com o Ministro da Justiça vai modificar esta realidade, porque vamos enfrentar a situação.

O Pará, pela sua dimensão, pela sua capacidade de gerar emprego e renda e viabilizar as exportações brasileiras, também precisa do apoio do aparato da segurança pública do nosso País. O Ministro da Justiça deu importância, e vamos trabalhar para resolver esse impasse.

Estivemos também com o Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, e com o Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, com quem discutimos a questão do AFRMM – Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. As embarcações, os estaleiros e principalmente as exportações brasileiras estão encontrando dificuldades pelo contingenciamento desses recursos. Houve uma reunião aberta com a classe produtora, os estaleiros, os armadores e os trabalhadores de navegação, na qual foi também tratado o descontingenciamento. Fomos depois ao Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, que nos recebeu em comitiva. Com certeza, vou resolver isso, como resolvemos outros problemas da Amazônia, do Estado do Pará, principalmente agora, nesta fase de liberação de recursos.

O Governador Simão Jatene retornou de uma viagem de sucesso a Londres, Inglaterra, onde assinou um contrato, viabilizando recursos, que foram aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário do Senado da República, para a construção de pontes de concreto no Estado do Pará. Vamos continuar a ajudar o Estado, a trabalhar pelo Pará e pela Amazônia e temos certeza de que esta Casa, da mesma forma, possibilitará que trabalhemos juntos, independentemente de questões eleitorais, já que nos

encontramos às vésperas, a pouco mais de 60 dias das eleições.

Há pouco, eu falava à Senadora Heloisa Helena do seu desempenho na campanha política. Ainda não chegamos ao programa eleitoral, mas o desempenho da Senadora é de chamar a atenção.

A população brasileira realmente dá demonstração de apoio à candidatura de S. Ex^a. Pode-se ver pela Internet que, em pesquisa recente, não só da CNT/Census, a que o Senador Flexa Ribeiro fez referência há pouco, mas também do Ibope, a Senadora Heloísa Helena chega aos 10 pontos percentuais, mesmo enfrentando as dificuldades que todos os candidatos enfrentam, principalmente aqueles de partidos menores, como é o caso do P-Sol. Realmente, S. Ex^a demonstra capacidade de crescimento e coragem para enfrentar seus adversários. Esse é um resultado que deixa entrever a definição das eleições no Brasil para o segundo turno e que, com certeza, preocupa a todos, inclusive os candidatos que estão à frente nas pesquisas.

O Senador Flexa Ribeiro faz sinal, também está ansioso para falar. Está em contato com a Senadora Heloísa Helena: não sei se o motivo é o crescimento nas pesquisas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Até mesmo eu gostaria de falar alguma coisa a V. Ex^a, mas como Presidente da sessão...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não sei se é o crescimento nas pesquisas que já está fazendo o Senador Flexa Ribeiro aproximar-se do P-SOL.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Luiz Otavio, em seu pronunciamento, V. Ex^a fala, com bastante propriedade, do trabalho que a Bancada do Pará no Senado desenvolve em prol do nosso Estado; aborda assuntos da maior importância, que dizem respeito aos interesses do Estado do Pará. E apresenta a questão das pesquisas, parabenizando, como todos fazemos, a **performance** da Senadora Heloísa Helena, que obteve um crescimento bastante significativo. Já que V. Ex^a se referiu à pesquisa do Ibope, a tendência natural é a queda vertiginosa do atual Presidente e o crescimento de Geraldo Alckmin e de Heloísa Helena, o que, como V. Ex^a bem mencionou, define o segundo turno nas eleições presidenciais. Mas gostaria de sugerir a V. Ex^a, nobre Senador Luiz Otavio, que fôssemos ao Presidente Renan Calheiros pedir que S. Ex^a solicitasse ao Presidente da República a edição da medida provisória necessária para a liberação dos recursos referentes ao fomento na Lei Kandir. V. Ex^a participou conosco de uma reunião no gabinete do Presidente Renan Calheiros, em que foi firmado

compromisso do Governo, por intermédio dos ministros presentes, com o Presidente do Senado, no sentido de que esses recursos não seriam contingenciados, mas liberados. Lamentavelmente, o que se vê, até agora, é que o Governo Federal liberou apenas o referente à Lei Kandir, que é a menor parte, e a maior parte dos R\$5,2 bilhões aprovados, retirando-se os R\$900 milhões de acréscimo de arrecadação, diz respeito ao fomento. Então, peço a V. Ex^a, que tão bem defende o Estado do Pará em seu mandato como Senador, que juntos possamos requerer ao Presidente do Senado que resgate o compromisso do Presidente Lula de liberar esses recursos importantes – como sabe V. Ex^a – para o equilíbrio das contas do Estado do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, acrescento ao meu pronunciamento a manifestação de V. Ex^a.

Afirmo a V. Ex^a e reafirmo ao povo brasileiro, em especial ao povo do Pará, o compromisso do Presidente Lula com relação a repor essa diferença de R\$900 milhões para compensar a perda dos Estados exportadores, como é o caso do Pará, que exportará mais de US\$3 bilhões a partir deste ano e que importa cerca de US\$300 milhões anualmente, há mais de 12 anos. Trata-se da diferença de ICMS, da isenção para os Estados exportadores de impostos estaduais, a fim de permitir o aumento do superávit na balança comercial. Tenho certeza de que o Presidente Lula cumprirá o compromisso assumido.

A equipe econômica mudou. O Ministro Antonio Palocci agora é candidato a Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, e o Ministro Guido Mantega assumiu o Ministério da Fazenda, com quem já estive. O Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Apy, na última reunião do Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária, deixou claro que será editada uma medida provisória e que serão repassados recursos para os Estados compensarem essas perdas, como é o caso do Pará.

Tenho certeza do compromisso do Presidente, que é um homem de palavra; Sua Excelência tem cumprido sua palavra. Sou da base do Governo, orgulhoso de fazer parte dela. Defendo o Governo. Defendo o Presidente Lula. Sei da sua determinação em cumprir essas metas.

Sei da situação das contas públicas brasileiras, da dificuldade não só do Brasil, mas de outros Países do mundo de repassar os recursos necessários à sociedade. No caso das exportações, quanto aos recursos para repor as perdas, o Pará não pode cobrar os impostos estaduais para beneficiar os exportadores, que beneficiam o Brasil. Realmente, as questões estruturais do Estado – a construção de pontes e de

estradas, a área da saúde, a área social – são muito importantes. Elas devem ser observadas, para que se mantenha o equilíbrio do povo em regiões como Carajás, por exemplo.

Em Carajás, está a maior reserva mineral do mundo. O minério de ferro é explorado pela Companhia Vale do Rio Doce, uma companhia importante que tem sido reconhecida pelo mundo todo. Falo da importância que a Vale do Rio Doce tem como a quarta ou a quinta maior empresa mineradora do mundo, uma empresa transnacional que realmente traz divisas para o Brasil. Ela precisa ser apoiada pelo Governo, como de fato o é. Realmente, há dificuldades de caixa. No entanto, o compromisso do Presidente será mantido, cumprido.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, V. Ex^a me dá licença?

Tenho visto o mascote dos Jogos Pan-americanos. Lembro-me sempre de V. Ex^a. É um solzinho, o símbolo da sua campanha.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Romeu Tuma, quando vi aquele solzinho, lembrei-me na hora. Até os cabelinhos do solzinho são iguais ao do nosso sol.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É o mascote da sua campanha.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Agradeço a delicadeza, a generosidade de V. Ex^a, do Senador Luiz Otavio e do Senador Flexa Ribeiro. Estava dizendo ao Senador Efraim Moraes que, quando convivemos sem hipocrisia, em uma Casa democrática, brigamos, mas nos tratamos de forma civilizada, fazendo as disputas ideológicas necessárias – ferozes, quando as relações políticas são feitas de cinismo e dissimulação. V. Ex^a vota no Presidente Lula; o Senador Flexa vota no Governador Alckmin; está aqui o Efraim, que vota no Alckmin também; Romeu Tuma, espero, votará em mim – e pretendo conseguir o voto da Ângela, a esposa do Efraim, porque o dele está difícil de ter. Quero apenas agradecer a delicadeza do registro de V. Ex^a e dizer que, com certeza, este ano eu estarei no Círio, mas não vou levar o meu querido Edmilson e o Babá para a corda. Senador Tuma, estarei levando estes dois para a corda no Círio de Nazaré, porque quero ver se eles agüentam mesmo. Quem tem pouca saúde sou eu, mas vou colocar os dois na corda no Círio, e V. Ex^as testemunharão, Senador Romeu Tuma e Senador Efraim, os dois andando na corda no Círio. Vou colocá-los lá.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – É bom.

O Senador Flexa insiste em um aparte. Concedo um curto aparte apenas, Sr. Presidente, ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a está no **bis in idem**.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Luiz Otávio, é apenas para dizer à Senadora Heloísa Helena que eu acompanho o Círio na corda há 25 anos. Convidei-a e, no ano passado, ela esteve em Belém. Espero que ela seja minha companheira.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Mas ele vai de carro, Senadora.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Deus vai dar saúde a nós três, porque Luiz Otávio é convidado também para acompanhá-lo este ano.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Ele vai agradecer sempre uma graça muito grande alcançada. Eu vou levar os dois para pagar os pecados pelo grande trabalho que me deram representando a candidatura de um e de outro nesta eleição.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Luiz Otávio, pedi este segundo aparte a V. Ex^a para dizer que os recursos a que me refiro não são os R\$ 900 milhões de excesso de arrecadação, mas os R\$ 4,3 bilhões que estão orçamentados, dos quais ele apenas está liberando R\$ 1,9 bilhão da Lei Kandir; os R\$ 2,4 bilhões referentes ao fomento estão contingenciados, porque há necessidade de uma medida provisória. Pediria a ajuda de V. Ex^a para que pudéssemos obter o compromisso do Presidente de editar essa medida provisória, que, como sabe V. Ex^a, é importante não só para o Pará, mas para 20 outros Estados da Federação brasileira.

O SR. LUIZ OTAVIO (PMDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, também insiro em meu pronunciamento esse último aparte de V. Ex^a e digo-lhe, com toda franqueza, que obtive êxito em todos os desafios que me apresentou o Estado do Pará, desafios que o Governador Simão Jatene apresentou a mim nestes últimos anos, praticamente nos quatro anos de Governo dele, todos. Não vou aqui relacionar todos, mas apenas alguns relativos a recursos para estradas: o BNDES 1, o BNDES 2, o Paraurb – ainda falta o Pará Rural, recursos para as pontes de concreto, para os hospitais, para o Governo de um modo geral. Falta ainda vir do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, o empréstimo do Pará Rural, os US\$ 100 milhões para o Estado do Pará.

Eu disse, e repito, que mudamos uma resolução do Senado para alterar o prazo para a assinatura de contrato.

Anteriormente a Resolução nº 43 do Senado Federal exigia seis meses de prazo para a assinatura do

contrato. Reduzimos para quatro meses – 120 dias. Foi um ato, digo sinceramente, até histórico desta Casa, do Senado Federal, do Congresso Nacional, permitir que esses Estados alterassem, por meio de suas Bancadas, de todos os Senadores, de todos os Partidos, essa resolução do Senado para permitir a contratação desses recursos para Estados como o nosso, tão carentes de recursos, principalmente na área de infraestrutura, na área social do nosso Estado.

Digo-lhe que enfrentarei mais este desafio: vou conseguir junto ao Presidente Lula a edição dessa medida, e o farei pela importância do Pará e de todos os Estados que precisam desses recursos para realmente compensar essas exportações. Essa medida provisória vai ser editada, vai ser assinada pelo Presidente, porque ele tem um compromisso comigo, com o povo do Pará e com o povo brasileiro até o último dia deste mandato. Sua Excelência agora disputa uma nova eleição, que será no dia 1º de outubro, está na frente nas pesquisas, tem tudo para vencer essas eleições, tem, inclusive, a nossa determinação, a nossa luta, a nossa garra, a nossa disposição para isso, mas, antes, vai assinar essa medida provisória para atender a mais este desafio que o Estado do Pará apresenta não a mim pessoalmente, mas à Bancada federal do meu Estado e de todos os Estados da Federação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Luiz Otávio, V. Ex^a tratou de dois assuntos importantes. Para falar sobre um deles, inclusive, eu iria utilizar a tribuna, mas vou fazer aqui um comentário rápido antes de conceder a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

Quero, primeiramente, agradecer à Senadora Heloísa Helena a confiança que vem demonstrando ter em mim com a discussão que fazemos sobre o problema de segurança, inclusive sobre o roubo de carga. Ela tem feito comigo o que nenhum dos meus candidatos tem feito: tem buscado trocar informações sobre a importância da segurança pública hoje na proteção do cidadão e contra o crime organizado.

V. Ex^a falou no roubo de carga. Fui Presidente da CPMI do Roubo de Cargas, e fizemos um projeto propositivo para mudar determinadas condutas na fiscalização e também conseguimos que fosse atribuída à Polícia Federal a responsabilidade no combate ao crime organizado por meio de seu sistema de informações. A Senadora Heloísa tem conversado muito comigo sobre alternativas para melhorar isso, ela está profundamente interessada em melhorar a segurança pública. Sei que os outros não me perguntam porque devem ter grandes filósofos em segurança que estão lhes dando idéias – tenho lido nos jornais. Mas fico feliz

porque, ainda em vida, há uma candidata que confia em meu conhecimento, que pode não ser grande, mas ainda tem alguma valia.

A respeito de outro assunto tratado por V. Ex^a, digo que recebi uma comissão especial de transportadores de carga líquida da Bahia que manifestaram o mesmo sofrimento que V. Ex^a descreveu. O roubo de gasolina é terrivelmente triste. Haverá um congresso para tratar deste assunto e, talvez, alguém de V. Ex^a possa ir à Bahia para representá-lo – no dia 1º vou abrir o congresso.

Gostaria também de fazer um comentário sobre a logística da recuperação dos estaleiros. Domingo estive em Piracicaba, em São Paulo, em um congresso do setor sucroalcooleiro e em uma exposição.

O Presidente da Transpetro, Sérgio Machado, foi fazer uma exposição e referiu-se não somente à recuperação dos estaleiros – acho que o Pará tem vários –, mas também ao problema de investimento nas hidrovias, e pediu que eu falasse com V. Ex^a para que pudesse aprovar o projeto do Fundo da Marinha Mercante no sentido da cessão de alguns espaços, no que provavelmente uma emenda de V. Ex^a poderá ajudar.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Farei isso, farei isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me por interrompê-lo, mas é muito importante o que V. Ex^a fala: a logística tem uma importância vital para baratear o transporte, que hoje é feito praticamente apenas por rodovia.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – E logo que esse projeto chegue à Comissão de Assuntos Econômicos – como V. Ex^a colocou muito bem, atendendo à classe produtora, o setor de açúcar e de álcool também, que precisa desse investimento –, V. Ex^a será designado para relatá-lo. Trata-se, de fato, de projeto muito importante para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado por permitir que eu falasse.

Peço desculpas por ter tomado mais algum tempo do Senador Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido amigo Senador Romeu Tuma, por mim, V. Ex^a poderia passar o restante da tarde falando para todos nós aqui; seria um prazer ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas aí eu perderia a alegria de ouvi-lo!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu diria mais, Senador Romeu Tuma: V. Ex^a me deixou pasmo agora ao revelar que seus candidatos não recorrem a V. Ex^a quanto ao tema que V. Ex^a domina com tanta propriedade. O Senado Federal e o povo brasileiro reconhecem a sua competência e o seu conhecimento profundo na área de segurança. O mérito é da Senadora Heloísa Helena que, inteligentemente, enxergou, pelos conhecimentos que colhe nas conversas com V. Ex^a, elementos para a formulação do seu programa de governo no que diz respeito a essa área tão importante.

Senador Romeu Tuma, pretendo agora, mais uma vez, falar do meu Estado, o meu querido Estado do Acre, e do Mercosul, particularmente do propósito dos países que compõem o Mercosul de instalar muito brevemente o parlamento do Mercosul. Parece que são dois assuntos que não têm relação, mas, ao final dessa equação, mostrarei o contrário.

Começo, Senador Romeu Tuma, revelando um fato que talvez não seja do conhecimento de V. Ex^a. No Acre, já tivemos um Município chamado Brasília. Falando de outra forma, Brasília já foi nome de um Município acreano. Isso se deu pelo Decreto Federal nº 968, de 21 de dezembro de 1938, que criou o Município de Brasília, Município que hoje é Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu o conheço.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não se sabe ao certo a origem, o intento que tiveram os seus fundadores ao lhe darem esse nome. Seja como for, Brasília foi o primeiro nome dado pelos fundadores da vila, hoje Brasília, que perdurou de 1910 a 1943. O Decreto Federal nº 6.163, de 31 de dezembro de 1943, que dava nova organização judiciária ao Território do Acre, extinguiu o nome de Brasília, julgando com mais direito, por ser mais antiga, uma cidade do Estado de Minas Gerais com o mesmo nome. É uma coisa interessante.

Senador Romeu Tuma, esse texto compõe parte da separata relativa ao Município de Brasília, que, no nosso gabinete, tivemos o interesse, o cuidado e a preocupação de incluir na coleção “Enciclopédia dos Municípios Acreanos”.

Nós, no Acre, um Estado com 22 Municípios, que temos uma certa dificuldade em transitar por todo o Estado, por vezes temos dificuldades em saber sobre fatos históricos, geográficos, de Municípios que ficam distantes uns dos outros, e tivemos a preocupação de inaugurar essa pequena coleção. O nome é meio pretensioso, mas, na verdade, a idéia é reunir, numa coleção, informações históricas, geográficas, estatísticas relativas a todos os Municípios do Estado, para

que nós, acreanos, de maneira sistematizada e organizada, possamos travar conhecimento, aqueles que moram em Assis Brasil, sobre o que acontece e sobre as informações relativas ao município de Mâncio Lima, no extremo oeste do Estado, e por aí afora.

A Gráfica do Senado, mais uma vez, de forma competente, diligente, acaba de entregar em meu gabinete a separata relativa ao Município de Brasília e a relativa ao Município de Feijó – Feijó é o Município onde nasceu meu querido pai, nas barrancas do rio Envira.

Assim, fui agraciado com a separata contendo informações relativas a esses Municípios.

Quero, mais uma vez, prestar contas, Senador Romeu Tuma, de uma atividade de que participei e que cada vez mais me chama a atenção, me desperta o interesse, me aguça o prazer inclusive. Fui convidado a participar, no início deste ano, da Comissão Mista do Mercosul no Congresso Nacional. V. Ex^a, se não me engano, também faz parte dessa Comissão presidida pelo nosso querido Senador Sérgio Zambiasi.

Confesso que, naquela ocasião, eu não tinha grandes expectativas. Conforme fui atuando, travando contato com os temas ali tratados, fui despertando cada vez mais para o assunto e fui entendendo cada vez mais que o Acre tinha relação com o Mercosul.

O Senador Sérgio Zambiasi sempre, nas ocasiões em que nos reunimos, fala: “Está aqui o Senador Geraldo Mesquita, do Acre”, para mostrar que o Mercosul não diz respeito somente aos Estados do sul do País.

Essa é uma pequena história que eu utilizo para introduzir mais uma vez este assunto.

Retornando de uma viagem a Caracas, que havia feito há cerca de um mês, quando a Venezuela ingressou no Mercosul, vim prestar contas e disse, naquela ocasião, que ia aproveitar toda oportunidade nesta Casa para falar deste assunto, que precisa ser democratizado no nosso País e popularizado. Eu diria até, Senador Romeu Tuma, que o Mercosul, no Brasil, precisa se tornar tão popular como o futebol, também na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, agora na Venezuela e quem sabe em outros países que poderão brevemente ingressar naquele organismo.

Estivemos na bela cidade de Córdoba, a segunda cidade da Argentina, um centro industrial e de ensino e, segundo fui informado, onde se encontra a primeira universidade da América Latina, a Universidade de Córdoba. Trata-se de cidade agradável, bonita, de um povo cordato e amistoso. Viajei na companhia do querido amigo e Senador Zambiasi e do Deputado Mauro Passos.

Gostaria de fazer referência a pessoas que às vezes trabalham nos bastidores, mas são de importância fundamental para que essas reuniões ocorram com sucesso.

Da parte do Brasil, registro que se fizeram presentes o Antônio, diligente secretário da Comissão Mista do Mercosul no Congresso Nacional; a Dr^a Cláudia, consultora desta Casa especializada em relações internacionais, que sempre nos emociona com a sua inteligência e o seu preparo, uma das pessoas que hoje mais entende de Mercosul; o Fernando, assessor de imprensa da referida Comissão; o Maurício, chefe do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi. Enfim, são pessoas que atuam nos bastidores, mas são, pela sua eficiência, de fundamental importância para que tudo ocorra da melhor forma possível.

Senador Romeu Tuma, registro, particularmente, o meu enorme orgulho – digo isso de coração – de, nessas oportunidades, conviver com o Senador Sérgio Zambiasi, que assumiu a presidência **pro tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e que terá enorme responsabilidade de atuar e criar as condições para que, até o final do ano, possivelmente, estejamos instalando o Parlamento do Mercosul, o que vai ocorrer durante a presidência do Senador Sérgio Zambiasi.

Tenho orgulho em acompanhar o Senador Sérgio Zambiasi, em assistir a sua participação. E o orgulho tem sua razão de ser, Senador Flexa Ribeiro. Vou dar apenas um pequeno exemplo. O Senador Sérgio Zambiasi vai falar em seguida e tenho certeza de que S. Ex^a fará um relato mais circunstanciado do que houve em Córdoba. S. Ex^a, por exemplo, assumiu, decidiu e fala exclusivamente português nessas reuniões, onde o português é minoria, porque os demais países que compõem a Comissão falam espanhol. O Senador Sérgio Zambiasi diz algo que me emociona: se estamos trabalhando pela integração, se nós, do Brasil, fazemos um esforço para entendermos os companheiros que falam espanhol, é razoável que também tenhamos da parte deles o esforço para nos entenderem. Senão não estaríamos tratando de integração.

Acho isso uma afirmação, não gratuita, mas serena e lúcida da importância do Brasil nesse contexto. Por isso o meu orgulho, a minha emoção e o meu prazer de participar sempre com o Senador Sérgio Zambiasi desses encontros e vê-lo representando o País de forma serena, porém firme, colocando a questão da integração como fundamento para a sua atuação, inclusive em um aspecto como este. Alguns poderiam ponderar que só os brasileiros falamos português. Vamos falar português; os companheiros e as companheiras dos

demais países que se esforcem também para nos entender. Acho isso de uma grandeza fantástica.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Zambiasi, com muito prazer.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Com a compreensão e a bondade do nosso querido Senador Romeu Tuma, devo fazer uma prestação de contas da viagem logo após o seu pronunciamento. Porém, não poderia deixar de aproveitar a sua fala para agradecer essas referências com relação ao nosso esforço pela integração, no sentido de trabalharmos por um único bloco sul-americano, com o Mercosul ampliado, como estamos dizendo, com essa perspectiva de tirar o Mercosul da Patagônia e levá-lo ao Caribe, estendê-lo, o que eu acho um grande desafio. Não é apenas um sonho bolivariano; é um sonho de unidade latino-americana, sul-americana acima de tudo. Eu, como gaúcho, teria até, talvez, muito mais facilidade em incorporar o espanhol – ou o “portunhol” – para a comunicação. Mas efetivamente entendo que, nesses encontros, estamos representando um país que fala português com mais de 180 milhões de habitantes. Portanto, é justo que, da mesma forma como nos encantamos com nossos irmãos falando espanhol e fazemos um grande esforço para entendê-los, a integração exige que esses irmãos também se esforcem para entender o nosso idioma. Assim ficaremos de frente um para o outro, e não como a nossa América do Sul se comportou até agora, de costas, separada pelas cordilheiras, uma parte voltada para o Oceano Atlântico, outra para o Oceano Pacífico. Está na hora de fazermos um giro de 180º e nos olharmos de frente, ampliarmos a nossa compreensão a partir da nossa fala. Agradeço de forma muito comovida essa manifestação. Nós incorporamos essa responsabilidade, esse compromisso de levar a questão da integração do continente sul-americano como um dos grandes desafios do nosso Congresso Nacional. Obrigado, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Zambiasi, muito obrigado pelo seu aparte.

Estamos tratando de um tema que é fundamental para todos nós: a integração da América Latina. A Venezuela está ingressando no Mercosul e, como eu disse, espero que, brevemente, outros países deste belo continente também façam o mesmo, para que possamos constituir um grande bloco.

Aliás, fala-se muito, nos últimos tempos, no processo de globalização que vem sofrendo o mundo. Senador Zambiasi, de fato, reconheço que, em vários aspectos, o mundo tem-se globalizado, mas creio que,

em outros, o mundo vem-se “blocalizando” – se é que se pode usar essa expressão. Acho que, no mundo, atualmente, vêm-se constituindo alguns blocos que representam interesses específicos, e a América Latina não pode ficar à margem desse processo. É necessário que de sul a norte da América Latina, incluindo o Caribe, nos constituamos em um grande bloco, para que possamos ter mais autoridade, para que a interlocução com os demais blocos e países possa ser travada de igual para igual e os interesses possam ser confrontados com igual peso, e assim possamos de fato sonhar com a perspectiva de introduzir, particularmente em nossos países e nessa grande região, um desenvolvimento genuíno, que alcance toda a população de nossos países.

Hoje li um artigo de um ex-embaixador brasileiro, que é assessor da Fiesp, em que tece considerações pessimistas com relação à politização do Mercosul e considera fundamental consolidar a questão econômica; segundo ele, essa politização – acredito que em decorrência do ingresso da Venezuela – pode significar algum risco para o Mercosul.

Eu, respeitosamente, Senador Zambiasi, discordo. Creio que devemos, sim, politizar o Mercosul, democratizá-lo e popularizá-lo. E aqui, chego onde iniciei meu discurso.

O Acre tem tudo a ver com o Mercosul. Tenho conversado com os meus conterrâneos e vou sugerir à Comissão do Mercosul em nosso País que retomemos algo que já foi feito, segundo fui informado pelo Antônio, Secretário da Comissão, que é a realização de audiências públicas pelo País afora, sob a sua presidência, para discutirmos com segmentos da sociedade brasileira, trabalhadores, pequenas, micro e médias empresas, ou seja, várias categorias.

Tivemos o privilégio de assistir a uma audiência pública por ocasião da nossa estada em Córdoba, onde a sociedade se fez representar de maneira geral, por meio de sindicatos, confederações, representações, inclusive de patroas, o que é uma coisa curiosa. A sociedade estava lá participando pela primeira vez, segundo V. Ex^a. Isso se deu pela perspectiva de instalação do Parlamento do Mercosul, que V. Ex^a clama e declara que deve ser um organismo austero, enxuto. E diz que não vai permitir – aqui repito as suas palavras – que ele se transforme num cabide de empregos. Acertadamente V. Ex^a diz isso.

O Parlamento do Mercosul deve surgir com esse perfil: enxuto, austero e, aí sim, politizando as questões que dizem respeito aos nossos povos, no sentido de envolver na discussão do Mercosul as nossas populações, representadas seja por organismos, por sindicatos. Os trabalhadores precisam ter participação

ativa no Mercosul, bem como os sindicatos, os micro, os pequenos e os médios empresários. A academia precisa participar do Mercosul; ou seja, o Mercosul não pode mais continuar sendo o clube do Bolinha, que interessa tão-somente, aqui, no nosso País, à Fiesp e a alguns segmentos que têm no Mercosul um nicho de atuação, que o transforma, por vezes, em um mecanismo de acumulação de capital, de concentração de renda, particularmente em nosso País.

Não quero me alongar. Quero fazer apenas esse registro.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Romeu Tuma.

Quis apenas fazer esse registro. O Mercosul, hoje, é um assunto que me interessa cada vez mais. É um tema que deve ser discutido com a população do meu Estado e do meu País, para que todos saibam exatamente do que se trata, para que todos tenham participação ativa nesse organismo de extrema importância para a América Latina.

Senador Tuma, com prazer, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Geraldo Mesquita, peço desculpas por interrompê-lo ao final do seu discurso. Eu estava à mesa prestando atenção na serenidade e na lisura com que V. Ex^a tratou de um assunto tão importante como o do Mercosul. Lembrome ainda que, há pouco tempo, o Presidente Sarney, que foi um dos criadores do Mercosul, foi à tribuna por causa do enfraquecimento que vinha ocorrendo pelas posturas um pouco isoladas de alguns presidentes de países que fazem parte do Mercosul. V. Ex^a se referiu ao Senador Zambiasi. Eu também tenho admiração por ele e pediria permissão para endossar as palavras de V. Ex^a. O seu trabalho tem uma importância muito grande. O Acre faz parte da história do País numa época difícil, quando o Acre foi incorporado ao Brasil em uma disputa com a Bolívia. Conheci Brasília e pediria encarecidamente que V. Ex^a me desse um exemplar, com seu autógrafo, da coleção. E espero, Senador Zambiasi, que seja em Porto Alegre a sede do Parlamento do Mercosul, porque estaríamos no centro de praticamente todo o setor sul. Hoje temos a Venezuela e existe uma expectativa em relação à Bolívia, pelo que o Presidente tem informado. Devemos formar o grupo latino-americano. O Mercosul não mais será o Cone Sul simplesmente, como no início, mas ele começa a tomar vulto. Até o Chile, como observador, estive na última reunião de Córdoba. Acredito que logo teremos um grupo latino-americano que poderá, dentro da globalização, provavelmente, encontrar um

caminho mais adequado para os nossos países dentro dessa conjuntura de difícil penetração, haja vista, recentemente, a rodada de Doha, que não foi bem-sucedida, que paralisou e deixou o Brasil praticamente a reboque dos acontecimentos, principalmente na área do agronegócio. Parabênizo V. Ex^a e agradeço-lhe a oportunidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – V. Ex^a é que me dá a oportunidade de fazer a seguinte reflexão, Senador Tuma: imagine se, nessa oportunidade, tratando-se de Doha, já houvesse um Mercosul constituído de praticamente todos os países da América Latina. Tenho a impressão de que o resultado seria outro, Senador Zambiasi; tenho a impressão de que o sucesso das nossas postulações seria grande, porque o que ocorre em Doha é em razão de tratarmos das questões de forma isolada. Acredito que, se houvesse um grande bloco na América Latina tratando dessas questões, obteríamos o sucesso pelo qual tanto ansiamos, Senador Zambiasi.

Portanto, fica aqui o registro da nossa modesta participação e o prazer de ter estado com o Senador Zambiasi, com o Deputado Mauro Passos e com o pessoal administrativo, que já citei, que faz parte da Comissão e que tão diligentemente nos acompanha e nos presta assessoria, para que possamos colher bons resultados.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes, do PFL da Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa passagem por esta tribuna será rápida. Primeiramente, quero insistir na questão do perdão da dívida para os micros e pequenos agricultores do nosso País, principalmente do nosso querido Nordeste.

No fim desta semana – até o dia de ontem –, estive no sertão do meu Estado, no sertão paraibano, mais precisamente no Vale do Sabugi, minha terra, na cidade de Cajazeiras e na cidade de Cachoeira dos Índios, que já é divisa com o Ceará, última cidade do meu Estado. Tive a oportunidade de conversar com os agricultores do meu sertão, da minha Paraíba. E, ao chegar àquela região, tive oportunidade de discu-

tir com os senhores agricultores – todos eles micros e pequenos agricultores – que se encontram hoje sufocados e ameaçados pelos bancos oficiais, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, que ameaçam tomar-lhes as propriedades.

Senador Flexa, infelizmente, no caso de Cachoeira dos Índios, foi citado, em determinado momento, o exemplo da ameaça de um dos gerentes dos bancos oficiais, que queria cobrar, a todo custo, a dívida de um agricultor. No dia seguinte, amanhece esse cidadão debaixo de um pé de pau, dependurado por uma corda, porque não resistiu à pressão.

Os homens do meu sertão e do sertão nordestino são sérios, trabalhadores e não costumam passar calote em ninguém; são homens que realmente querem trabalhar e querem ter a oportunidade de trabalhar.

Mas parece-me que este Governo, o Governo do Presidente Lula, não tem preocupação com quem quer realmente trabalhar neste País; não tem nenhuma preocupação com esses micros, pequenos e médios agricultores.

Hoje, a minha passagem pela tribuna é exatamente neste sentido: solicitar ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da nossa Casa que dê prioridade, na próxima semana, à votação de um projeto de minha autoria, que é o PLS nº 259, de 2004, que tramita naquela Comissão e que propõe o perdão de dívidas no valor total, originalmente financiado, de até R\$35 mil a agricultores familiares, micros e pequenos produtores rurais, suas cooperativas e associações.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Efraim?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a faz um pronunciamento oportuníssimo, e gostaria de dar uma modesta contribuição ao teor do que V. Ex^a diz. Ontem, estive no Município de Tangará, que fica no Trairi a 85 km de Natal. Em Tangará, participei de uma reunião com lideranças políticas e prefeitos da região do Trairi. Compareceram representantes de cerca de dez Municípios para tratar de questões políticas e administrativas da região. Quando acabou a reunião, houve um almoço, um churrasco, modesto, e um grupo de uns seis presentes me cercou, literalmente, a fim de me abordar a respeito de algo que eles tinham ouvido. Citaram o nome de V. Ex^a e aplaudiram nossa ação ao votarmos a medida provisória, que foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que repactua os débitos do Crédito Rural. Mas repactua em termos pagáveis. O caboclo interlocutor principal

do grupo de seis que me abordou, exaltado, dizia: “Senador, não dá para entender como é que perdoam as dívidas de Angola...” – ele sabia das dívidas de Angola que Lula perdoou –; “Não cabe em minha cabeça, eu, brasileiro do Rio Grande do Norte, nordestino, assistir pela televisão a notícia de que as dívidas de Angola foram perdoadas, e o Presidente da República veta o projeto de lei que me dava a oportunidade de pagar a minha conta”. Ele não quer o calote. Nem ao menos, como V. Ex^a coloca, o perdão para quem deve até uma certa importância, o que é justo, em função das intempéries, da seca que assola a nossa região; é só por esta razão. Ele quer a condição que votamos, que o Congresso Nacional votou, e que Lula vetou. Ele me fez um apelo dramático: que derrubássemos o veto. Ele sabia que havíamos aprovado uma outra medida provisória, um paliativo que não resolve o problema dos agricultores e que é uma enganação. Ele pediu que colocássemos na pauta a apreciação do veto de Lula. Ele só não falou uma coisa: que Lula, da boca para fora, é um primor com os mais pobres, com os mais modestos. Os pequenos agricultores do Nordeste são modestos, nenhum é rico. São todos modestos, mas foram objeto da canetada de Lula, vetando aquilo que nós, Câmara dos Deputados e Senado Federal, apreciamos e votamos em favor da sobrevivência de pessoas que geram o seu próprio emprego e empregam uma, duas ou três pessoas. A última, que ele não citou, foi o veto aos aposentados, ao reajuste de 16,6% aos aposentados. E para completar, agora, o veto ao salário família do empregado doméstico. É esse o Presidente dos pobres, que está caindo nas pesquisas e vai cair mais ainda, porque finalmente a população acordou, deixou de haver aquela propaganda maciça, aquela presença demagógica no “Aerolula”, Estado por Estado, e a população “desanestesiou”, está agora decantando, aumentando a rejeição de Lula, e o quadro ficando equilibrado. Praza aos céus que isso aconteça, em nome daquilo que o Congresso vota de bom e que o Presidente veta, prejudicando pessoas como aquelas a que V. Ex^a se refere: o pequeno agricultor da nossa região, que deseja apenas colocar em dia suas contas; então que se vote um plano que ele possa pagar, não um plano utópico e demagógico como o que foi proposto e que aprovamos, e que se encontra sabe Deus onde. Cumprimentos a V. Ex^a. Tenha o meu absoluto apoio. Vou trabalhar – e sei que V. Ex^a também – pela apreciação do veto, a fim de que o derrubemos, e aquilo que o Congresso votou passe a vigorar, em benefício da sobrevivência do pequeno agricultor da sua Paraíba e do meu Rio Grande do Norte.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço, meu caro Líder, Senador José Agripino. V. Ex^a coloca

muito bem: vamos trabalhar. Sou testemunha da luta e do trabalho de V. Ex^a, da forma como negociou com a Liderança do Governo para chegar ao melhor projeto para os nossos agricultores. Porém, como coloca muito bem V. Ex^a, este Governo tem dinheiro para tudo, só não tem para o pequeno e o médio agricultor do nosso Nordeste e também do Sul do País.

Deixo claro que o nosso projeto é mais modesto. O Presidente da República argumenta que também beneficia os grandes agricultores, o que não é verdade, porque quando existe um débito de tantos milhões de reais não se trata de uma única pessoa, mas da cooperativa de vários agricultores, o somatório das dívidas de vários agricultores ou de associações.

Senador Flexa Ribeiro, faço um apelo ao Presidente desta Casa para que inclua na pauta do mês de agosto – e que seja votado – o PLS nº 259, de 2004, que já tem parecer favorável do nosso querido Senador Demóstenes Torres, candidato a Governador de Goiás, e está pronto para ser votado. Temos de lutar para derrubar o veto e temos de avançar em outro *front*, desta feita com o projeto que está na pauta para ser votado na Comissão. Ele beneficiará somente – observem a modéstia – os agricultores com perda de safra provocada por fenômenos climáticos. Isso ocorrerá nos Municípios em que foi decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do próprio Governo Federal.

Com o parecer favorável do Relator, como disse, o Senador Demóstenes Torres, o projeto também prevê a fixação de condições para a renegociação dos débitos, no valor total originalmente financiado de até R\$75 mil, também em caso de prejuízos causados por problemas climáticos, como secas, inundações e geadas.

Ainda de acordo com a nossa proposta, a partir da data da repactuação da dívida, as operações deverão ficar sujeitas à taxa efetiva de juros de 4% ao ano, para investimentos, e de 3%, para custeio. Essas dívidas poderão ser liquidadas com um prazo adicional de dois anos, a critério do mutuário. Ainda diz o nosso projeto que será oferecido bônus de 30% para os devedores que pagarem em dia, de acordo com o contrato de repactuação.

Devo afirmar que os pequenos e mini agricultores são os mais vulneráveis diante de problemas climáticos como secas, inundações e geadas, que nos últimos anos atingiram até o Sul do País, e não apenas o meu Nordeste.

Portanto, Senador José Agripino, V. Ex^a tem razão quando diz que há recursos para perdoar dívidas de Angola – dívidas de países da África, em geral – e de vários outros países, como o caso recente, em que foram perdoadas dívidas na Bolívia. O Governo tem

dinheiro para investir e construir estradas na Bolívia e recursos para investir na Venezuela, mas não quer dar aquele pequeno empurrão, a mão amiga para dar condições para que o cidadão não abandone seu pequeno sítio, sua pequena propriedade, nem seja ameaçado por gerente de banco. No pronunciamento que fiz, ao discutir essas questões com os agricultores, disse-lhes que não tivessem medo e que não pagassem essa dívida, porque gerente de banco oficial algum vai tomar terra de agricultor! Que tivessem calma, que se unissem. Portanto, nós, Parlamentares brasileiros, a classe política, temos de ter coragem e vergonha para, de uma vez por todas, decidir a questão dessa dívida, senão teremos de trazer da zona rural para as cidades vários agricultores e suas famílias, e que, ao chegarem às cidades, poderão se marginalizar. Ao passo que lá, eles querem a oportunidade para recomeçar suas vidas, para que, com dignidade e honradez, possam dar condições de sobrevivência as suas famílias.

Sr. Presidente, ao encerrar minhas palavras, apelo, primeiramente, ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para que possamos agilizar a votação desse projeto e, concomitantemente, votarmos o veto apostado pelo Presidente Lula. Que tenham cuidado, porque os erros cometidos, o discurso fácil que tiveram nas eleições passadas ao prometerem o que podiam e o que não podiam, o povo está sabendo; que eles tenham cuidado, porque, depois do que aconteceu neste Governo – a corrupção correu do início até o fim com os mensalões, os sanguessugas –, o povo brasileiro, Senador José Agripino, está aberto para decidir nas eleições de 1º de outubro. O meu voto é igual ao de qualquer agricultor, que está esperando a mão amiga do Governo para lhes dar a oportunidade de recomeçarem o trabalho em suas pequenas propriedades. Eles saberão dizer “sim” para um Presidente que prefere dizer para a televisão, para o rádio e para os jornais de hoje que não aceita críticas em relação aos lucros bancários. A rede bancária, os bancos particulares e os oficiais tiveram os maiores lucros da história! E o Presidente Lula acha que isso é normal. Agora, está difícil para o Presidente voltar ao tempo em que era simples, em que era um homem do povo. Sua Excelência, agora, não tem mais o costume de andar pelas ruas do País, até porque sabemos que o Presidente não tem mais coragem de olhar no olho do cidadão brasileiro pelo Governo que fez, por este Governo que não merece mais a confiança do povo e que está em queda livre!

Sr. Presidente, encerro minhas palavras fazendo esse apelo em nome dos pequenos e médios agricultores do meu Nordeste.

Nós, que fazemos a classe política, temos de ter a coragem e convocarmos a todos, Governo e Oposição, para derrubarmos esse veto. Enquanto isso eu vou manter contacto com o Presidente da Comissão de Agricultura para que possamos votar o PLS, de minha autoria, que pleiteia o perdão para a dívida dos pequenos agricultores, prejudicados pelos problemas climáticos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a faz um oportuníssimo pronunciamento. Aborda, com conhecimento de causa, a angústia de centenas de milhares de pequenos agricultores, ao longo deste Brasil enorme, em particular na sua Paraíba, em relação, eu diria, ao total esquecimento por parte do Governo de uma ação concreta de apoio a esses lutadores do interior do nosso Brasil. Lamentavelmente, tanto V. Ex^a como o nobre Líder José Agripino se reportarem ao veto apostado pelo Presidente ao projeto, aprovado, por unanimidade, pelo Congresso, que dava condições reais de pagamento dessa dívida. Quero parabenizá-lo, Senador Efraim Morais, pela proposta feita por V. Ex^a com o objetivo de, realmente, numa ação concreta em apoio ao micro e ao pequeno produtor rural, fazer com que as dívidas de até R\$35 mil possam ser perdoadas. Este Governo perdoou não só a dívida de Angola como a de outros países, na tentativa infeliz de, com isso, ganhar apoio para que o Brasil tivesse assento no Conselho Permanente da ONU. No entanto, vimos o que vimos: a Bolívia, lamentavelmente, desrespeitando o Brasil e o patrimônio dos brasileiros: a Petrobras. Meus parabéns! Quero dizer a todos os pequenos agricultores deste Brasil, os da Paraíba, os do Pará, os do Rio Grande do Norte, que o Congresso Nacional fará pressão para que derrubemos o veto apostado pelo Presidente ao projeto aqui aprovado, e o coloquemos em votação, para que, com isso, esses pequenos agricultores possam ser atendidos. Como V. Ex^a bem disse, o apoio aos pobres está apenas no discurso do Presidente. Na prática, Sua Excelência apóia os banqueiros, exaltando o lucro que todos os bancos tiveram durante o seu Governo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Vou concluir, Sr. Presidente. Antes, porém, faço um último registro: ontem, como disse no início do meu pronunciamento, estive nas cidades de Cajazeiras e Cachoeira dos Índios, oportunidade em que recebi, em reunião com agricultores da cidade de Cajazeiras, que não se conformaram com a não-liberação do

seguro-safra por parte do Ministério da Agricultura, em anexo, um laudo técnico da Emater da Paraíba, dizendo e provando que houve perda, dentro daquilo que foi proposto pelo próprio Ministério, sobre a questão do seguro-safra. Inclusive, estarei encaminhando à Mesa, amanhã, requerimento de informações solicitando ao Ministério da Agricultura que se explique com relação à não-liberação do seguro-safra para a cidade de Cajazeiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder do PFL; em seguida, a concederei ao Senador Sérgio Zambiasi, como orador inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a sabe o que é carbonato de cálcio?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Seria o calcário?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não, não é a cal, é a barrilha.

Pergunto-lhe ainda: por que poucos brasileiros sabem disso? A barrilha é um item industrial primordial para qualquer País que queira ser grande; é indústria de base. V. Ex^a acabou de tomar um gole de água em um copo de vidro. O vidro do copo em que V. Ex^a tomou o gole de água é composto por sílica e boa quantidade de carbonato de cálcio, a barrilha.

Presidente Tuma, V. Ex^a está sentado com os braços debruçados sobre uma poltrona, recoberta de couro, tingido de azul, em que, seguramente, a barrilha está presente no tingimento do couro, no clareamento da sua roupa, no vidro da bancada, na tinta deste prédio. Indústria de base está presente em várias coisas do nosso dia-a-dia.

Senador Geraldo Mesquita, lembra que Lula deitou e rolou com a auto-suficiência do petróleo, que não foi atingida ainda? Mas ele deita e rola falando da eficiência como se fosse dele.

A eficiência da Petrobras vem de anos e anos. Pelo contrário, no Governo Lula, ela caiu de velocidade em matéria de crescimento de produção. Estamos a caminho, é verdade, da auto-suficiência até quase por uma inércia da capacidade de prospecção e produção de petróleo da nossa competente Petrobras, mas também pela mudança no padrão, na matriz energética brasileira, que, em grande parte, engordada pela

produção de álcool anidro, que substituiu milhões e milhões de barris de petróleo do consumo doméstico e do gás que se descobriu, inclusive no meu Estado do Rio Grande do Norte, em Guamaré, de onde sai o gás que vai reabastecer o gasoduto Nordeste, o Gasene. Sai de Guamaré para o Ceará, chega até Pernambuco, interligando-se com Alagoas e vai embora.

Digo isso porque, Presidente Tuma, estou mortificado com o que aconteceu no Governo Lula.

O Brasil foi produtor de barrilha durante anos, por meio da Companhia Nacional de Álcalis.

Senador Sérgio Zambiasi, no Rio Grande do Norte, meu Estado, lamentavelmente, por uma sucessão de azares – e só encontro essa explicação –, perto do Município de Macau, há um grande cemitério que dá dó ver. São os pilares, as peças de concreto, as tubulações, os equipamentos do que seria a fábrica de barilha, a Alcanorte, que daria a auto-suficiência na produção de barilha ao Brasil.

No processo de privatização, lamentavelmente, o adquirente, um homem decente, entrou em dificuldade financeira e dela não saiu. Com a dificuldade financeira do grupo que comprou a Alcanorte, no processo de privatização, ficou sepultado o projeto e o sonho do meu Estado de trazer a auto-suficiência na produção de barilha para o Brasil.

Deixe-me explicar, Senador Geraldo Mesquita, o que é barilha, de que é feita a barilha. A barilha é carbonato de cálcio. É um pó, um granulado. É feito de quê? De calcário, de sal e de calor. A fábrica da Companhia Nacional de Álcalis do Rio de Janeiro, na década de 50, antiqüíssima, obsoleta, mas em funcionamento, no seu começo, buscava o calcário sugando conchas do fundo de uma lagoa. O custo da sucção eram motores elétricos, energia elétrica. Sugavam do fundo das lagoas conchas de calcário que eram depois moídas e transformadas em pó de calcário.

O sal sempre veio do meu Rio Grande do Norte, em navios; sal transportado de mil, dois mil e tantos quilômetros, e o gás, o insumo, o calor é o gás que vem da Bolívia, que vem da região, pago a preço internacional.

No meu Estado, a Alcanorte – veja que feliz coincidência e que azar do meu Estado, de a fábrica ter caído nas mãos de um grupo por quem tenho apreço, mas que faliu – está situada em Macau. Macau é a terra do sal. A 20 Km, não mais do que isso, talvez 15 Km da fábrica de barrilha estão as salinas de Macau – 99% do sal do Brasil está ali. Em vez de se transportar o sal por 2 mil Km, transporta-se por 10 Km.

O calcário aflora, é encostado. E não é 1 Km ou 2 Km; é em cima da fábrica. É em cima; é só cavucar um pouco o solo e está o calcário exposto. O gás está em

Guamaré, a 40 km. Junta-se gás, calcário e sal e produz-se barrilha. Mas minha fábrica está parada. Parada por quê? Parada porque existia a fábrica da Álcalis, em Cabo Frio, que, de qualquer maneira, produzia, importando-se barrilha a um preço razoável. Foi-se levando e, como o grupo que comprou a Alcanorte entrou em dificuldade, o nosso sonho ficou adormecido.

Lula se vangloria da auto-suficiência do petróleo.

Sabe o que aconteceu? Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a sabe que o *agribusiness* está sendo penalizado. Nós estamos com uma bomba acesa na nossa mão, que vai explodir no ano que entra, seja em que Governo for – suponho que no Governo Alckmin –, decorrente do câmbio desfavorável que já fez uma grande vítima: o Ministro Roberto Rodrigues, que, para não assistir à explosão da bomba, pediu demissão.

O *agribusiness*, Senador Romeu Tuma, vai pagar o preço da quebradeira em função da taxa de câmbio, que fez com que a nossa produção chegasse ao exterior por um preço que não remunera o produtor interno e que está quebrando, está na bicicleta, rodando porque não pode parar.

Muito bem, esse mesmo câmbio quebrou a Álcalis. Explico a V. Ex^a. A Companhia Nacional de Álcalis produzia barrilha por um preço X, sugando, num primeiro momento, as conchas do fundo da lagoa, e, mais recentemente, transportando o calcário de Minas Gerais, via rodoviária – imagine que loucura! –, enquanto a minha Alcanorte estava lá, dormindo, aguardando uma solução. De qualquer maneira, produzia e vendia. Por quê? Porque US\$1,00 valia R\$3,00. Então uma tonelada de barrilha era importada com o dólar valendo R\$3,00.

O que aconteceu agora? O dólar caiu para R\$2,20. O comprador de barrilha – produtor de vidro, a indústria vidreira, a indústria de tinta, seja qual for –, evidentemente passou a comprar a barrilha importada porque o preço é muito melhor. Resultado: parou a CNA, a Companhia Nacional de Álcalis, há três meses.

Estão lá os funcionários todos parados, e a auto-suficiência do petróleo, bradada, cantada em prosa e verso pelo Governo Lula, se contrapõe à “zeração”. Em vez de auto-suficiência de barrilha que teríamos condições de ter, que é a indústria de base, nós temos produção zero, o que gera dependência total de uma indústria de base. Estratégico, bem estratégico!

Uma Nação que tenha vergonha na cara não pode deixar de ter a sua produção, se puder tê-la, de barrilha. Pois Lula, que se vangloria da auto-suficiência de petróleo, está assistindo a isso e não dá uma palavra. Não dá uma palavra, uma palavra; está assistindo caladinho à produção de barrilha nível zero no Brasil.

A Companhia Nacional de Álcalis encerrou as atividades, está parada, enquanto, no meu Estado, a Companhia Nacional de Álcalis tem um filhote chamado Alcanorte, com condições de produzir barrilha para competir com barrilha importada a dólar no valor de R\$ 2,20, R\$ 2,10, R\$ 2,00, porque é tudo juntinho, um ao lado do outro. Mas Lula não faz nada. Lula não faz nada; não move uma palha pelo meu Estado, Presidente Romeu Tuma. Lula não faz nada. Levou a refinaria de petróleo embora – ele e Hugo Chávez – e agora assiste caladinho a **débâcle** da produção de barrilha de Cabo Frio, sem tomar uma providência qualquer com relação à barrilha que pode e deve ser produzida no Rio Grande do Norte, meu Estado.

O homem da auto-suficiência do petróleo é o homem da “zeração” da produção de barrilha no Brasil – bem essencial, produto consumido num mundo de coisas do qual o Brasil não pode abrir mão.

Tomei conhecimento deste fato há bem pouco tempo e não me contenho, até porque sou um batalhador pelas coisas do meu Estado. Sou um encantado com o turismo do meu Estado, que construí como Governador. Sou um encantado com a produção de camarão, de fruta tropical, de petróleo e de gás do meu Estado. Sou um lutador em busca do PVC, que algum dia ainda vou ver sendo produzido a partir da energia da Termoçu, do sal de Macau e do eteno do gás do Rio Grande do Norte. Sou um encantado com a perspectiva no meu Estado de produção de barrilha. Mas sou um desencantado com este Governo.

Senador Efraim, ou este Governo acaba, ou nós, do Nordeste, nos acabamos, porque, nessa questão do veto do crédito rural, do veto dos aposentados, do veto dos empregados domésticos, nesse descaso com relação àquilo que temos como vocação natural, a barrilha, que é uma vocação natural do meu Estado, não se está nem aí. Deus nos livre!

Este é o meu brado de protesto, Sr. Presidente, protesto de quem quer ver o Nordeste realmente se soerguendo. Eu já disse – e vou repetir dez mil vezes – que quem quiser presidir este País e quiser soerguer o Nordeste tem de identificar qual é a vocação natural de cada Estado. Por exemplo, da Bahia, qual a vocação mais importante para ser viabilizada agora, depois de tantas que foram viabilizadas? De Alagoas, qual é? De Sergipe, qual é? De Pernambuco, qual é? Da Paraíba? Qual é o grande trunfo que a Paraíba pode oferecer na sua economia ao Brasil, desde que haja investimento? Qual a vocação natural da Paraíba, que está apenas aguardando investimento para se viabilizar e se oferecer ao País? Qual é a grande vocação do meu Estado? Um dos exemplos é a barrilha e o PVC. Qual é o grande atrativo de investimentos – viável; não falo de

favor, mas de algo viável, competitivo – que o Ceará, o Piauí, o Maranhão podem oferecer?

Estamos precisando de um Presidente da República que identifique isso, que identifique essas oportunidades e que tome compromisso com os Estados do Nordeste, não lançando mão daquele negócio de “coitadinho”, de esmola, de favor, que gera dependência. Estamos precisando de um Presidente da República que queira bem, de verdade, ao Nordeste e se dê ao trabalho de identificar essas oportunidades de investimento para que seus Estados possam dar emprego para seus desempregados de forma competitiva e digna, não dependente, não estabelecendo a dependência do brasileiro pobre em relação ao Governo com Bolsa-Família ou com bolsa de qualquer coisa. A Bolsa é importante, sim, mas não pode ser só isso. Tem que haver fundamentalmente a aplicação de recursos, a mobilização de investidores em cima de oportunidades reais de investimento como forma de os Estados oferecerem ao País uma contribuição efetiva ao crescimento nacional. Esta é a minha tese, este é meu desejo e este é meu protesto, que espero que seja ouvido, e que o próximo Presidente, seja quem for – e espero que seja Geraldo Alckmin –, possa atendê-lo de forma a dar, de maneira digna, uma oportunidade real aos nordestinos de contribuírem para o crescimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Parabéns, Senador José Agripino.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a tem a palavra, como inscrito.

Prorrogo a sessão por dez minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Romeu Tuma. Venho à tribuna para produzir um relato da 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada entre os dias 18 e 21 de junho, em Córdoba, na Argentina, e já referida aqui com muito carinho pela Senadora Ideli Salvatti saudando a presidência **pro tempore** da Comissão Parlamentar; o Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, também se referiu à importância do encontro de Córdoba, da semana passada; o Senador Geraldo Mesquita também se manifestou como membro da Comissão e testemunho ocular do evento realizado na cidade Argentina.

Lá tivemos um encontro parlamentar da comissão conjunta, paralelamente à 30ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, que reuniu os chefes de Estado dos países membros do Mercosul. Vale aqui um pequeno registro, aproveitando a presença do Senador Efraim Morais, do significado da integração do Mercosul. O Interlegis, Senador Efraim, Secretaria que V. Ex^a pre-

side nesta Casa, que, em princípio, eleva a integração dos Parlamentos nacional, estaduais e municipais, já integra também os Parlamentos do Mercosul. A cada encontro somos agradavelmente surpreendidos com informações como essa da semana na Argentina, em Córdoba, quando membros da delegação paraguaia nos diziam que através do Interlegis estão recebendo informações para sua formação.

É um fato que merece ser registrado. Proporcionamos inclusive uma reunião inicial com V. Ex^a, na Interlegis, e os Parlamentos do Mercosul porque lá na frente, quando, se Deus quiser, estaremos aprovando o protocolo do Parlamento, permitindo sua implantação efetiva, não tenho dúvida de que o Interlegis terá uma responsabilidade fundamental na integração do processo parlamentar, com a possibilidade da instalação de um parlamento virtual, com reuniões virtuais, de maneira que se persiga, que se alcance, a proposta de um Parlamento transparente, plural, democrático e austero, em que as reuniões tratarão de temas que refletem questões de cidadania mercosulina, Senador Romeu Tuma.

O Senador Romeu Tuma também já foi convidado a participar dos nossos encontros, como membro da Comissão Parlamentar Conjunta. E espero que V. Ex^a possa estar presente no próximo encontro, que poderá ser em Porto Alegre, onde reuniremos Parlamentares dos Estados membros e dos povos de fronteira, porque ali residem questões que nos ensinam a verdadeira integração do cotidiano, do dia-a-dia dos cidadãos e cidadãs.

E são esses exemplos, essas experiências, que podemos reproduzir no Parlamento e, a partir dali, entender a compreensão da importância da integração que nasce no sul, na Patagônia, que vai em frente, às portas do Caribe com a entrada da Venezuela. O Norte integra-se exatamente a partir da Venezuela. E muitas vezes colocamos aqui eventual posicionamento ideológico, com algumas críticas, mas os acordos são feitos com países. A própria União Européia soube superar todas as dificuldades ideológicas para construir esse grande e poderoso bloco que hoje é uma forma de equilíbrio inclusive nas relações globais.

Pois os dois encontros marcaram a transferência da presidência **pro tempore** das duas instâncias da coordenação do Mercosul para o Brasil. A presidência do Conselho do Mercado Comum passou a ser exercida pelo Presidente Lula, e a seção-Brasil da Comissão Parlamentar, da qual sou Presidente, assumiu a direção **pro tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Participaram da reunião dos Chefes de Estado os Presidentes Lula, do Brasil, Néstor Kirchner, da

Argentina, Tabaré Vázquez, do Uruguai, Nicanor Duarte, do Paraguai, e, pela primeira vez na condição de membro pleno Hugo Chávez, da Venezuela. Também estiveram presentes os Presidentes Evo Morales, do México, Michelle Bachelet, do Chile, Fidel Castro, de Cuba, e o vice-Presidente do Equador, Alejandro Serrano Aguilar.

De nossa reunião parlamentar participaram o Senador Geraldo Mesquita, e que já se pronunciou nesta tarde, e o Deputado Mauro Passos. Contamos com a presença de cerca de cinquenta Parlamentares dos Países Membros do Mercosul, associados e convidados.

Pudemos exercer uma primeira experiência de plenário em que inúmeros assuntos foram discutidos, debatidos temas de máxima importância para o processo da integração do continente sul-americano e para o desenvolvimento social e econômico dos povos da nossa região.

Entre as diversas iniciativas adotadas na reunião, na plenária parlamentar, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou, de forma especial, recomendação para que os países-membros do Mercosul coordenem suas ações e seus organismos para um efetivo combate ao trabalho infantil, por exemplo. Nesse sentido, o documento aprovado sugere a harmonização de medidas e também a atualização de dados sobre o problema, com o objetivo de construir uma política regional para o tema.

Aprovamos também uma agenda de trabalho para o segundo semestre, que, entre outras atividades, inclui um seminário sobre integração fronteiriça, que realizaremos em Porto Alegre, durante o mês de agosto, e um outro encontro destinado a debater as assimetrias, em Montevideu, durante o mês de setembro.

A Comissão Parlamentar, em seu aspecto administrativo, também aprovou o Programa da Introdução e Treinamento em Mercosul para parlamentares e técnicos da Venezuela, agora integrados à Comissão. Na mesma reunião, foram realizadas alterações no regulamento da Comissão, para incorporar a Venezuela em fase de adesão, com direito à voz e ainda sem direito a voto.

O Comunicado Conjunto dos Presidentes, divulgado ao final do encontro, por sua vez, comprometeu-se a acelerar a aprovação do Focem – Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, ainda neste ano. O projeto foi aprovado pela nossa Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul* e tramita no Congresso Nacional, aguardando análise e aprovação definitiva.

A mesma declaração também incorporou a proposta argentina de criar um banco de desenvolvimento do Mercosul, para financiar projetos de infra-estrutura

e saldou como positiva a adesão do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia ao projeto do Grande Gasoduto do Sul, que objetiva promover a integração energética da região, fundamental para o seu desenvolvimento.

O Comunicado Conjunto dos Presidentes, entre outras decisões, ainda reafirmou compromisso com o esforço conjunto para acelerar o processo de internalização de normas no âmbito dos países do Mercosul.

Atualmente, 77 normas do Mercosul exigem aprovação parlamentar dos quatro países-membros, para resultar em avanço da consolidação jurídica, política e econômica do bloco.

No Parlamento brasileiro, estamos com a pauta zerada na Comissão do Mercosul e registramos o maior percentual de normas aprovadas, cerca de 50% entre os demais países-membros.

Documento com as informações correspondentes a cada país está sendo enviado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul ao Conselho do Mercado Comum.

A principal decisão dos dois encontros, no entanto, foi a reafirmação do compromisso com a instalação do Parlamento do Mercosul até 31 de dezembro deste ano, de acordo com o Protocolo Constitutivo firmado pelos chefes de Estado, em Montevideu, no Uruguai, em dezembro do ano passado.

Destaco, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, a colaboração imprescindível, a pronta disposição de um cidadão cuja responsabilidade nesta Casa, seguramente, é reconhecida por todos. Trata-se do Secretário-Geral da Mesa Diretora do Senado, Dr. Raimundo Carreiro.

Hoje, houve a primeira reunião, para encaminharmos a aprovação do protocolo, e vimos a dedicação, a memória histórica da construção do Mercosul, desde quando o Presidente José Sarney e o Presidente Alfonsín* – Brasil e Uruguai – apresentaram as primeiras diretrizes para a construção da consolidação desse bloco. E já se vão 15 anos. Fiquei, realmente, emocionado ouvindo alguns relatos históricos, algumas passagens que, muitas vezes, ficam na memória daqueles que participam ativamente e que nem sempre recebem o registro necessário. Aproveitei exatamente os últimos minutos da sessão de hoje, Senador Romeu Tuma, para fazer o registro do reconhecimento do trabalho do Dr. Carreiro, porque é justo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa endossa as palavras de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – A Casa endossa e reconhece. Sob seu comando, realmente ações decisivas acontecem aqui. Fiz questão desse registro, porque, ao encaminhar ao Presidente Renan Calheiros a necessária ação junto ao Presidente da

Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, pois o protocolo está naquela Casa, percebi a garra com que o Dr. Carreiro conduz os assuntos de interesse do Congresso. Fiquei realmente muito emocionado com isso. Aproveitei este momento, para fazer esse registro público de reconhecimento do seu trabalho, de agradecimento.

Como disse, uma das principais decisões do encontro foi exatamente produzir essa ação. É um desafio. E os congressos da Argentina e do Uruguai, principalmente, aguardam a decisão brasileira, seguem os nossos passos. O Paraguai já aprovou. Lá já está resolvida a questão do protocolo. A Argentina e o Uruguai, seguramente, movimentam-se a partir da ação do Brasil. E o Presidente Renan Calheiros também está comprometido, na condição de Presidente do Congresso Nacional, a levar nosso apelo ao Presidente Aldo Rebelo. O Deputado Mauro Passos, que esteve conosco, e inúmeros outros parlamentares e deputados que compõem a Comissão sabem da importância de superarmos esse desafio de tempo, para que alcancemos a data prevista de 31 de dezembro. Muitas vezes tentamos até atropelar a história. Chegou-se a anunciar a possibilidade de se fazer a instalação em novembro, quando da reunião de Presidentes em Montevideu. Seria realmente o máximo. Entendemos que há muitas limitações, porém confiamos no trabalho de todo esse conjunto de pessoas, para que consigamos levar à frente esse desafio.

Registramos também um agradecimento e um destaque especial ao Deputado Dr. Rosinha, atualmente Secretário-Geral da Comissão, que também é uma espécie de memória viva de toda essa caminhada do Parlamento; ao Secretário dos trabalhos técnicos da Comissão, Antônio Costa Filho; à Consultora Maria Cláudia Drummond*, no Brasil; e aos funcionários da Secretaria Administrativa Parlamentar Conjunta, sediada em Montevideu, coordenada pelo Secretário Oscar Casal*.

No comunicado conjunto, os Chefes de Estado afirmaram que a instalação do Parlamento do Mercosul “é um marco fundamental para consolidar a integração e a vigência dos valores democráticos do Mercosul”. Segundo a mesma declaração dos Presidentes, o Parlamento do Mercosul também é decisivo para gerar uma ampla base de participação cidadã e reafirmar a legitimidade, a pluralidade e o equilíbrio institucional do bloco.

Os Chefes de Estado, por fim, expressaram apoio ao trabalho da Comissão Parlamentar para cumprir o objetivo de instalar o Parlamento do Mercosul até o final deste ano.

Nesse sentido, em seu pronunciamento, o Presidente Lula foi enfático, quando afirmou que o Parlamento do Mercosul é um passo histórico para garantir a participação da sociedade no processo de integração.

O Presidente Néstor Kirchner, da Argentina, também reafirmou o compromisso com a instalação do Parlamento do Mercosul, como muito bem registrou a mídia da Casa, que, por meio da Agência Senado, da TV Senado, da TV Brasil e da Rádio Senado, realizou ampla e competente cobertura do evento – trabalho, aliás, que já vem ocorrendo na Agência Senado, em sua versão internacional, e no Jornal do Senado, em suas edições semanais e na edição especial da semana.

Agora, na condição de Presidente **Pro Tempore** da Comissão Parlamentar conjunta do Mercosul, Senador Tuma, retorno ao País e a esta Casa, imbuído da missão de instalar, com a contribuição de todos, o Parlamento do Mercosul dentro do prazo previsto em seu protocolo.

Ainda em Córdoba, apresentamos ao Plenário do Conselho do Mercado Comum, diante de seus respectivos Chefes de Estado, um informe das tarefas realizadas até agora pela Comissão Parlamentar e, ao mesmo tempo, reafirmamos nosso compromisso com a instalação do Parlamento do Mercosul.

Na mesma reunião, com o apoio do Itamaraty, parceiro incansável nessa caminhada, e com a presença do Embaixador Chefe da Delegação da União Européia na Argentina, Gustavo Martins Prada, firmamos uma declaração conjunta em que a União Européia expressa seu apoio ao processo de instalação do Parlamento do Mercosul.

No Brasil, já aprovamos o protocolo na Comissão do Mercosul e também na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. É preciso, ainda, que o protocolo seja aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania* e pelo Plenário da Câmara.

Com essa meta cumprida o mais rapidamente possível, o Protocolo chegará ao Senado Federal em condições de ser aprovado definitivamente em tempo hábil.

Por isso, como já disse, contamos com o esforço ainda mais concentrado da Comissão e dos seus parlamentares e, de forma especial, do presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que sempre apoiaram a luta pela construção do Mercosul e, particularmente, de seu Parlamento.

A instalação do Parlamento é, diante de tudo isso, o mais próximo e mais importante passo que as Nações Sul-Americanas devem dar neste momento para

afirmar de forma irreversível e sustentável a construção de um bloco econômico.

Com o Parlamento, a integração ganha espaço para a interlocução com a sociedade, para o debate das contradições e assimetrias e, principalmente, para a busca das convergências que aproximem os países e povos da América do Sul, separados por séculos de isolamento.

E, mais do que tudo, o Parlamento do Mercosul é a garantia da participação popular, de que os povos terão voz, serão ouvidos. Tivemos uma experiência riquíssima em Córdoba, uma audiência pública onde todos os setores da sociedade tiveram assento junto aos Parlamentares, como lembrou aqui o Senador Mesquita, desde os sindicatos de trabalhadores dos mais diversos segmentos, representantes das minorias, até a presidente do Sindicato das Amas de Casa, sindicato das donas de casa, que, finalmente, viu atendida uma reivindicação. Enfim, foi um momento emocionante, bonito, de integração na audiência pública da qual pudemos participar como parlamentares.

Senador Efraim, ouço V. Ex^a.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Zambiasi, devo dizer a V. Ex^a inicialmente que o Poder Legislativo brasileiro, o nosso Congresso Nacional, deve muito a V. Ex^a por essa conexão que faz entre o nosso Congresso Nacional e o Congresso do Mercosul. Tenho acompanhado os passos de V. Ex^a, que é uma pessoa que se relaciona muito bem com qualquer um desses países e que sabe, acima de tudo, da importância desse estreitamento entre o nosso Congresso, o nosso País, e os países que formam o Mercosul. V. Ex^a referiu-se ao nosso Interlegis, à frente do qual estou temporariamente na condição de Diretor Nacional. Anteriormente, foi dirigido pelo Senador Romeu Tuma, quando 1º Secretário desta Casa. Simplesmente dei continuidade ao trabalho de outros secretários que por lá passaram. Evidentemente, o Senador Tuma deu uma importância bem maior ao Interlegis, divulgando-o. Demos continuidade a esse trabalho e, graças a V. Ex^a e à equipe que foi montada desde a época do Senador Tuma, com algumas modificações, conseguimos ultrapassar fronteiras: estamos recebendo companheiros não só parlamentares, mas professores internacionais que participam dos nossos encontros. Aliás, tenho uma boa notícia, Senador Romeu Tuma e Senador Zambiasi: o protocolo de intenções já está pronto e, até o final deste ano, se Deus quiser, o nosso Presidente Renan Calheiros, com toda a Mesa Diretora, estará assinado o Interlegis II para dar continuidade a esse trabalho, trabalho sério por meio do qual se faz a integração entre os poderes legislativos municipais, estaduais e federal.

Agora, com essa união, conseguimos construir um trabalho que é de todos nós. Falo do ILB, da nossa universidade e do Interlegis. Tenho certeza de que o Brasil, o Congresso Nacional e o Poder Legislativo Brasileiro darão um exemplo ao mundo, já que estamos prestes a colocar em atividade, de uma vez por todas, a primeira universidade do Legislativo do mundo. Esse é um trabalho que merece registro. Queremos, a propósito, lembrar a força e o trabalho dos Senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Magalhães, José Sarney e Renan Calheiros, que se integraram, todos, nesse projeto de tão grande importância. Estamos melhorando a qualidade dos nossos servidores, estamos modernizando nossas ações por meio de um trabalho de todo o Congresso Nacional. Quero destacar o trabalho que V. Ex^a vem fazendo no relacionamento com outros países, países amigos. Numa troca recíproca vamos poder oferecer nossa experiência e receber dos companheiros do Mercosul o que há de bom da parte deles. Quero parabenizar V. Ex^a e dizer-lhe que presta um grande serviço ao Congresso Nacional e ao Poder Legislativo do nosso País.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado pela manifestação, Senador Efraim Morais. Temos profunda admiração pelo trabalho do Interlegis, Senador Tuma, V. Ex^a que, como Secretário da Mesa, da qual eu tive a honra de participar também...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estivemos juntos em Porto Alegre.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – ... estimulou e promoveu um avanço muito grande nesse processo de integração. O Interlegis, seguramente, será uma ferramenta fundamental para que, ali à frente, com o Parlamento do Mercosul instalado, possa-se promover as primeiras reuniões virtuais de um Congresso supranacional, permitindo que seus representantes, em seus respectivos países, possam reunir-se inclusive emergencialmente, tomar decisões e avançar em discussões de interesse da cidadania “mercosulina”.

Essas experiências realmente me têm dado um estímulo especial para continuar esse trabalho de dedicação à frente da comissão, trabalho de que me foi confiado pelo Presidente Renan Calheiros, para que consigamos vencer essa etapa inicial da construção da integração parlamentar.

Agradeço a generosidade do espaço que me foi concedido nesta tarde para fazer um relatório à sociedade, à Casa. É importante que isso seja feito para que todos tomem conhecimento das ações parlamentares que podem trazer vantagens ao nosso convívio com todos os cidadãos de nossos países irmãos da América do Sul.

Concluo, Senador Tuma, com a afirmação do economista argentino Aldo Ferrer, ex-Ministro da Economia e um dos mais importantes especialistas em globalização de seu país, sobre um certo pessimismo que às vezes surge em relação ao Mercosul. Ele diz que o Mercosul não está em crise. Para ele, a entrada da Venezuela no bloco e o debate sobre projetos transacionais, a exemplo do gasoduto do Sul, mostram a força do grupo e a capacidade de superar problemas políticos de seus integrantes.

Para o economista Ferrer, o bloco não apenas não está em crise, mas avançou muito desde quando os ex-presidentes Sarney e Alfonsín acertaram os primeiros detalhes. E a posição comum em relação à Alca é o grande exemplo disso.

Obrigado, Presidente Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Zambiasi, quero cumprimentá-lo novamente – já o fiz por meio do brilhante discurso do Senador Geraldo Mesquita – e manifestar a minha certeza e a minha esperança de que tudo será, até o final deste ano, resolvido e bem resolvido.

Quero agradecer o Senador Efraim pelas referências que fez a meu respeito e a respeito de toda a equipe da Casa. V. Ex^a dá um exemplo sagrado de administração pública. O bom administrador é aquele que segue os bons projetos – que não foram meus, foram do antecessor, e V. Ex^a fez referência a isso. Há governantes que assumem e querem acabar com tudo o que foi feito anteriormente, porque não querem dividir as glórias com ninguém, e o povo é que paga o preço. Parabéns, Senador, pela coragem de dar continuidade a bons projetos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Luiz Pontes, João Tenório, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Flexa Ribeiro, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Discriminação oficial”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 5 de julho do corrente.

O texto destaca “O Estatuto da Igualdade Racial promove um retrocesso ao definir os direitos com base na tonalidade da pele”.

A prioridade do Governo Federal deveria ser o investimento em educação fundamental e média, gra-

tuita e de qualidade. Isto sim seria uma meta valiosa, sem propagandas vazias e jogadas de *marketing*. Infelizmente o governo petista insiste nessa política disfarçada de “motivação democrática”.

Sr. Presidente, como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “BNDES oferece crédito à Bolívia”, publicada no caderno de Economia e Negócios do jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 11 de julho do corrente.

Apesar de não ter ainda resolvido a situação da Petrobras na Bolívia, o governo petista, por meio do BNDES, vem considerando a idéia de financiar para o governo daquele país a compra de equipamentos

agrícolas e a construção de uma rodovia. É grave, um verdadeiro absurdo.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas partes integrantes deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Discriminação oficial

O Estatuto da Igualdade Racial promove um retrocesso ao definir os direitos com base na tonalidade da pele

OS ARGUMENTOS são conhecidos. O Brasil é um país fraturado por um processo colonizador assentado sobre a escravidão. Os efeitos permaneceram após a abolição e em parte se traduzem nas ínfimas taxas de acesso dos negros aos ensino superior e aos postos valorizados no mercado de trabalho. Estabelecer critérios de raça para o preenchimento de vagas nas universidades e nas empresas torna-se, como corolário, um passo decisivo na tentativa de corrigir distorções históricas.

Em linhas sumárias, é nesses termos que os defensores das políticas de cotas costumam se manifestar. E não se pode dizer que o diagnóstico seja impreciso. Segundo dados reunidos pelo Ipea em 2001, por quatro gerações em seguida, negros e pardos têm sido prejudicados no acesso a escola, salário, saúde e emprego. A relação entre cor da pele e condição social infelizmente transcedendo o exercício retórico e revela a perversidade dos mecanismos de exclusão que operam na sociedade brasileira.

A questão está em corrigir o prumo sem ferir os princípios republicanos inscritos na Constituição. À véspera da decisão final do Congresso a respeito dos projetos de lei de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, cumpre reiterar que ambos apresentam desequilíbrios estruturais e põem em risco fundamentos conquistados com dificuldade, ao longo do tempo, pela democracia bra-

sileira. O que está em xeque é o princípio da igualdade de todos perante a lei.

A Lei de Cotas, ao tornar obrigatória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior, ameaça a educação universitária. O mérito acadêmico perde espaço, e a duplicidade de critérios estimula o recrudescimento do racismo nos bancos escolares.

A prioridade do governo federal deve ser o investimento em educação fundamental e média pública, gratuita e de qualidade. O desafio a enfrentar é longo e custoso, mas sem dúvida mais efetivo do que tomar atalhos demagógicos. O Estatuto da Igualdade Racial mira mais longe, e as distorções que pode causar são ainda mais temíveis. O texto prevê uma classificação racial oficial dos cidadãos, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios para empresas privadas que usem cotas raciais para contratar funcionários.

Pelo projeto do estatuto, 20% dos servidores públicos em cargos de confiança da União — que não exigem concurso público — deverão ser compostos exclusivamente por afrobrasileiros. A meta será gradativamente ampliada “até lograr correspondência com a estrutura da distribuição racial nacional ou estadual”. Seria o caso de perguntar por que outras categorias ou grupos, como judeus, orientais ou bissexuais não deveriam merecer o mesmo tratamento.

É um evidente retrocesso que se passe a definir direitos com base na tonalidade de pele dos cidadãos. A perspectiva é trágica e remete mais à famigerada política de segregação consubstanciada no Apartheid da velha África do Sul do que às motivações democráticas supostamente embutidas nos projetos.

BNDES oferece crédito à Bolívia

Banco avalia financiar a compra de equipamentos agrícolas e uma rodovia, desde que insumos sejam brasileiros

Agnaído Brito

Enquanto a Petrobrás discute a sua situação na Bolívia, o maior banco de fomento da América Latina, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), inicia negociações com o governo boliviano para a concessão de financiamentos que permitam à Bolívia importar produtos brasileiros. A mando do Palácio do Planalto, uma missão do BNDES esteve na sexta-feira em La Paz para apresentar as modalidades de financiamentos disponíveis na instituição. Foi o primeiro contato e espera agora o retorno dos bolivianos.

A decisão de enviar diretores do BNDES à Bolívia numa missão de governo foi acertada na reunião entre Evo e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Caracas, ocorrida na noite de terça-feira da semana passada. Evo pretendia politizar a negociação do contrato de gás em curso entre a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPFB) e a Petrobrás. Lula recusou discu-

tir o preço do gás, mas introduziu temas para uma "agenda positiva" entre os países. Ambos participaram, em Caracas, da solenidade que marcou o ingresso da Venezuela como membro pleno do Mercosul.

Segundo uma fonte que participou da reunião em La Paz, a Bolívia busca recursos para adquirir cerca de 300 tratores agrícolas com potência entre 80 e 140 cavalos de força. Entre as máquinas, estão plantadeiras e colheitadeiras.

A comitiva brasileira não era composta exclusivamente por membros do banco. Representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) também participaram do encontro com integrantes do governo da Bolívia. A associação dos fabricantes ficou encarregada de montar o grupo, formado apenas por montadoras de tratores agrícolas. Entre as empresas participantes estavam a New Holland, John Deere, Agrale e a Case.

"A idéia foi não privilegiar

ninguém. Se a Bolívia decidir comprar tratores produzidos no Brasil, terá de escolher entre as várias concorrentes", disse a fonte ouvida pelo Estado.

Uma outra linha de crédito pode vir a ser oferecida pelo BNDES para a construção de uma rodovia no território boliviano. O governo Evo pretende construir uma estrada interligando a cidade de La Paz ao Norte do País, no Departamento de Pando. A estrada tem 800 quilômetros e custo estimado em US\$ 800 milhões.

A reunião de sexta-feira teve caráter meramente explicativo, de detalhamento das modalidades de financiamento, além das condições a que a Bolívia teria de se submeter caso opte por essa fonte de recurso. Uma delas é a vinculação dos eventuais empréstimos à compra de bens e serviços de empresas brasileiras. "Isso é muito comum para instituições vinculadas a um país, como o BNDES. É diferente, por exemplo, no caso da concessão de emprésti-

mos de organismos multilaterais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)", explicou a fonte.

O BNDES informou que ainda não sabe os volumes de recursos envolvidos, mas que isso pode ampliar as exportações de bens e serviços para a Bolívia. ◊

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Selvagens", publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 22 de junho do corrente.

É importante que fique registrada a gravidade da invasão do MLST à Câmara dos Deputados e se conheça o Movimento pela Libertação dos Sem Terra, como age, como se organiza e qual é sua história.

Sr. Presidente, requiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SELVAGENS

Dono de um apartamento duplex de 220 metros quadrados num bairro nobre do Recife, filho de usineiro e político sem voto, o chefe petista Bruno Maranhão teve uma idéia para tirar do ostracismo o seu MLST – Movimento pela Libertação dos Sem Terra, organização que no passado recebeu R\$ 9 milhões do governo federal. Essa idéia foi invadir e depredar o Congresso, como se viu na terça-feira 6, de maneira premeditada e covarde. O plano da invasão começou a ser pensado dois meses atrás, quando Maranhão, então no cargo de secretário de Organização Popular do PT, reuniu cinco chefes do MLST no Recife e concluiu que sua facção precisava ganhar visibilidade, ofuscada pelas freqüentes invasões de terra patrocinadas pelos concorrentes do MST – o Movimento dos Sem Terra. Na semana anterior ao ataque, com o requinte de uma gravação em vídeo, os últimos detalhes foram acertados em Brasília. No melhor estilo dos guerrilheiros, escolheu-se, ali, o papel de cada invasor durante a missão e a estratégia a ser seguida. “Entraremos como um cavalo doido”, definiu um dos soldados de Maranhão. O plano – do ponto de vista dos agressores – foi um sucesso.

sidar o movimento, dando dinheiro para apoiar as invasões. Quando o MLST acampa em suas terras, os proprietários têm apenas o trabalho de pedir indenizações para o governo. **Sem os sem-terra em cima de suas propriedades, esse dinheiro jamais poderia ser requerido. Quando a indenização é paga, sustentam as investigações do Incra, ela é sempre muito maior do que o valor de mercado das terras.** O esquema é tão amigável que familiares do líder Bruno Maranhão, donos da Fazenda Araripe, tiveram suas terras invadidas pelo MLST e já receberam suas indenizações.

Outra faceta desconhecida da organização é sua prática de assaltos à mão armada. O serviço de informa-

Quem são e como agem os baderneiros do MLST, a organização que recebe verbas do governo e fez a maior ação de vandalismo já vista no Congresso Nacional

ALAN RODRIGUES

Atônito, o País assistiu a um agrupamento de 540 homens, mulheres e crianças tomarem de assalto as dependências do Congresso. A partir das duas horas da tarde da terça-feira 6, a turba do MLST forjou uma briga na entrada dos fundos do Congresso, agrediu seguranças com pedradas e golpes de porretes, estilhaçou vidros, invadiu o prédio, revirou um automóvel, decapitou estátuas, danificou equipamentos, enfim, fez de tudo para atingir uma das pilastras do regime democrático. Nada menos que 41 pessoas ficaram feridas. Os prejuízos materiais foram estimados em R\$ 150 mil. Pergunta-se: no governo do PT, o petista Maranhão e seu séquito terão a punição que merecem?

Sabe-se, até agora, que a polícia fez

537 prisões entre os invasores. Era esperada para o final de semana, porém, a libertação da grande maioria. A velocidade do processo é uma incógnita. O certo é que, caso tivesse vontade política, o governo Lula poderia ter abortado o nascimento de mais essa organização. **O Gabinete Militar do governo tem em mãos um documento que prova que a sustentação financeira do MLST vem do caixa de Indenizações fraudulentas pagas pelo governo a donos de terras invadidas.** Segundo registra o “livro branco das superindenizações”, feito pela Corregedoria do Incra, está provado que o MLST promove invasões em Pernambuco em combinação com donos de terras improdutivas. Esses proprietários chegam a sub-

ção do governo já sabe que foi de responsabilidade do MLST o assalto a uma agência do Banco do Brasil no interior da Bahia, seis anos atrás. Depois disso, sempre em nome de promover a reforma agrária, os baderneiros passaram a roubar cargas de caminhoneiros na região Nordeste. No Triângulo Mineiro, outra área de atuação do MLST, depoimentos de militantes colhidos pela Polícia Civil mostram que os que tentam sair do movimento têm a própria vida ameaçada. Nada muito estranho para uma facção que se orgulha de misturar, em sua ideologia, idéias de Mao Tsé-tung e Che Guevara. Um coquetel que, em nome da liberdade, permite roubar e, até, matar. Isso explica a extrema vi-

olência empregada pelos invasores do Congresso contra Normando Fernandes, da polícia legislativa. Agredido à base de pedradas, ele sofreu traumatismo craniano e teve de ser levado às pressas a uma unidade de terapia intensiva.

A julgar pelas primeiras atitudes do governo, o caso, que é único e exclusivo de polícia, poderá ser interpretado como um ato político. Afinal, o MLST diz que sua razão de existir é a reforma agrária. Tem até militância contumaz dentro do PT, o partido em que Maranhão fazia parte da comissão executiva até a semana passada, quando foi afastado – e não expulso com desonra, como caberia. Essa militância se dá por meio da corrente chamada Brasil Socialista. A tendência não tem ne-

nhum parlamentar diretamente identificado com sua cartilha, mas em tempos de eleições muitos petistas atrás de votos visitam os assentamentos do MLST, que, neste momento, somam cinco fazendas, com cerca de mil famílias em cima da terra.

Dentro do MLST, o chefe Bruno Maranhão só divide seu poder com duas pessoas: sua secretária Raquel, que aparece na agenda do líder apreendida na quinta-feira 8 pela polícia de Brasília como a responsável “para fechar os números do PT e o orçamento das passagens para R\$ 6 mil”, e José Aruti, que também aparece na fita de vídeo dizendo que visitou a Câmara durante 15 dias antes do ataque.

Segundo seus amigos, Bruno é um homem educado, vaidoso e centralizador. Experiente na política, ninguém que o conhece acredita que a baderna do Congresso tenha aconte-

cido por falta de controle do movimento. Todos são unânimes, como foi comprovado pelas fitas de vídeo, que a ação foi planejada.

O Palácio do Planalto, após a invasão do Congresso, limitou-se a expedir uma nota com uma condenação do ato. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, durante a invasão evitou até o último instante chamar forças policiais. A pré-candidata a presidente do PSOL, senadora Heloisa Helena, tentou repudiar o vandalismo, mas cometeu o ato falho de dizer que o maior problema estava na troca do endereço da invasão, apontando o alvo certo como sendo o Palácio do Planalto. Bem melhor fez o ultra-esquerdista José Maria de Almeida, presidente do PSTU. “Qualquer pessoa que some um mais um saberia que essa idéia de invadir o Congresso estava errada”, afirmou. “Isso é tudo o que a reforma agrária não precisa.” ■

Colaborou Rodrigo Rangel

Militantes do MLST já assaltaram um banco na Bahia, roubaram caminhoneiros no interior e receberam dinheiro de fazendeiros

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Boas idéias superam as divergências”, publicada no **Jornal do Brasil** dia 22 de junho do corrente.

A matéria destaca que em pré-campanha eleitoral, o ex-governador Geraldo Alckmin, prometeu que preservará programa Bolsa Família, o mais importante programa social do governo do seu principal adver-

sário, o presidente Lula. Alckmin afirmou que não só manterá como ampliará o programa.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES

Boas idéias superam as divergências

EM PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL, o ex-governador Geraldo Alckmin prometeu, segunda-feira, que preservará o programa Bolsa Família, o mais importante programa social do governo do seu principal adversário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Alckmin assegurou que não só manterá o programa como o ampliará. Do candidato do PSDB não se poderia esperar outro gesto. Conforme argumentou, embora não mantenha as características iniciais, o Bolsa Família tem o DNA tucano. Nasceu no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em nações maduras — as sim vem insistindo o *Jornal do Brasil* em sucessivos editoriais — boas idéias costumam prolongar-se por décadas, independentemente do inquilino instalado no poder. Não importa a coloração partidária que abriga o governante. Bons programas transformam-se em política de Estado. Preservados, são aperfeiçoados pelos sucessores mais sábios — convicções de que dividendos sociais daí originados se traduzirão em benefícios eleitorais para os próprios gestores.

Assim agiu o presidente Lula, ao dar continuidade a muitas iniciativas do seu antecessor. Lamente-se que, desde a posse, o petista e seus principais porta-vozes se refiram a Fernando Henrique Cardoso e ao PSDB como artífices de uma herança maldita. Sabem que não é verdade. A despeito dos equivocados retóricos, conceda-se o mérito do governo do PT de preservar idéias como o Bolsa Família, o programa Luz para Todos e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela musculosa popularidade e pela liderança nas pesquisas, constata-se a importância de tal continuidade. Lula colhe robustos dividendos eleitorais.

Fusão de quatro predecessores — três dos quais, insista-se, criados no governo anterior — o Bolsa Família paga benefícios a mais de 8 milhões de famílias pobres. Análises sugerem que este número pode chegar a 10

milhões. O programa tem ajudado a assegurar dinamismo econômico a regiões pobres e a ampliar a renda de multidões de brasileiros em más condições de vida. Para a concessão de benefícios exige contrapartidas, como a presença das crianças nas escolas.

Diante das conquistas exibidas nos anos de existência e aperfeiçoamento do Bolsa Família, será praticamente impossível um candidato à Presidência da República refutar sua permanência. Essa convicção torna-se ainda maior se tal candidato pertence ao partido que criou o programa. De nada adiantará aos aliados de Alckmin, portanto, reclamar da apropriação petista das idéias tucanas. Lamente-se o fato de que o presidente Lula costuma sublinhar que nunca se

A retórica governista tem tendência a exagerar feitos e omitir fragilidades

fez tanto pelos pobres quanto seu governo. A retórica governista tem tendência a exagerar os feitos e a omitir as fragilidades, vício do qual padece a maioria dos governantes.

Assim devem agir os tucanos durante a campanha: revelar aos eleitores a origem das boas idéias, as eventuais falhas dos programas no presente e as exigências de mudança para o futuro. Como o mais importante partido oposicionista do país, precisa evitar o perigoso terreno que mescla a ausência de uma agenda real de mudanças com a tentativa de promover ataques gratuitos ao governo Lula. Os debates eleitorais saudáveis cumprem a função de demarcar as trilhas de similitude e dissonância entre partidos e candidatos. E mesmo se o assunto for o Bolsa Família — principal glória da gestão petista — os tucanos também têm algo de relevante a dizer e a mostrar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Um tesoureiro encarencado demais”, publicada na revista **IstoÉ** em sua edição de 12 de julho do corrente.

A matéria destaca que o novo responsável pelas finanças do PT também está metido em irregularidades. José de Filippi Júnior vai ocupar o posto que já foi de Delúbio Soares.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um tesoureiro ENCRENCADO demais

Parece uma sina do PT, mas o novo responsável pelas finanças do partido também está metido em irregularidades

HUGO STUDART

José de Filippi Júnior é um senhor de 49 anos, casado, dois filhos, jeito simplório e simpático. Na manhã da quarta-feira 5 ele voava de São Paulo para Brasília quando foi abordado, dentro do avião, por um empresário do setor de cosméticos, um dos maiores do País. “Parabéns!”, foi logo dizendo o empresário. “Precisamos marcar uma reunião para falar da campanha”, acrescentou, diante dos demais passageiros. Até a vés-

pera daquela abordagem, aquele senhor era o prefeito de Diadema, em São Paulo. Ao desembarcar em Brasília, tomou posse como o tesoureiro oficial da campanha do presidente Lula à reeleição. Chegou para ocupar o posto que já foi de Delúbio Soares. Por isso foi abordado pelo esfuziante empresário, ávido para lhe oferecer dinheiro.

Assim que Filippi chegou ao Comitê de Campanha de Lula foi cercado por jornalistas – e envolvido em papéis e muitos constrangimentos. Isso porque ele tem que se explicar ao Ministério

Público de São Paulo, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal Regional Eleitoral – tudo ao mesmo tempo – por causa de uma série de rolos que arremou na Prefeitura de Diadema. “Já estão me chamando de substituto do Delúbio e até de PC do PT”, desabafou Filippi a ISTOÉ, numa referência ao falecido PC Farias, ex-tesoureiro de Fernando Collor. “Esse cargo não é bom. Eu disse que não era o nome ideal.”

Ele tem razão. **O PT tem 350 mil militantes ativos, milhares deles de indiscutível proibidade. Mas intriga en-**

DEFESA EM PAPÉIS

Durante entrevista, Filippi mostra o comprovante da doação de um de seus 28 amigos e o depósito judicial feito com dinheiro do tio Mario para que pudesse devolver a verba da prefeitura gasta irregularmente com outdoors

The image shows a stack of checks on the left and a judicial document on the right. The checks are from 'Mário Moraes' and 'José de Filippi' to 'Filippi Júnior'. The judicial document is a 'Petição' from the 'Tribunal Regional Eleitoral' of São Paulo, dated 11/22/04, regarding the 'Campanha Eleitoral' of José de Filippi Júnior.

tender por que o presidente Lula escolheu como seu tesoureiro justamente um dos mais enrolados. Do passado de Filippi não salta nenhum caso de acintosa corrupção, como as que envolvem Delúbio ou PC Farias. Mas esse engenheiro civil, fundador do PT, colecionou em suas três passagens pela Prefeitura de Diadema uma série de diatribes administrativas. Numa delas, Filippi está sendo investigado pelo MP de São Paulo para explicar “a licitude da origem” de R\$ 183,3 mil, dinheiro este que ele usou para quitar uma dívida judicial. Em 1995, quando prefeito pela primeira vez, usou dinheiro público para fazer propaganda da CUT e contra o governo FHC. Foi condenado pela Justiça, em segunda instância, a devolver o dinheiro. Seus bens, assim como os de sua esposa, acabaram bloqueados. Ele quitou a dívida em dezembro de 2003.

O promotor agora abriu inquérito para saber de onde veio o dinheiro. Na quarta-feira 5, em Brasília, Filippi se expli-

cou: “Tio Mário me emprestou.” Segundo ele, Mário Moreira, tio de sua mulher e comerciante na avenida Cupecê, zona sul paulistana, sacou R\$ 150 mil de uma poupança. Ele mostrou o cheque. Quanto ao restante, 28 amigos se cotizaram. Ele promete apresentar cada um. Até aí, tudo bem. O problema é que se descobre agora que o novo tesoureiro de Lula vai passar pela incômoda situação de movimentar gastos previstos de R\$ 89 milhões devendo ao tio Mário 0,2% disso.

Há mais rolos na vida do bom Filippi. Um deles diz respeito a uma causa judicial milionária que ele entregou em 1996 ao companheiro deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Trata-se de uma cobrança de R\$ 20 milhões em créditos tributários devidos pelo Estado à Prefeitura. Greenhalgh levou a causa sem licitação – ganhou o processo e recebeu R\$ 1,2 milhão de porcentual sobre a causa. “A lei permite a contratação por notória especialização”, justifica Filippi. Curioso é que o escritório de advocacia de Greenhalgh

tem notória especialização em causas contra a ditadura militar. A contratação é contestada pelo MP, numa ação de 2001 ainda não julgada. Os procuradores acusam Filippi de improbidade administrativa e pedem que os envolvidos devolvam o dinheiro. **O tesoureiro de Lula também está tendo que se explicar ao TSE. As contas de sua eleição para prefeito em 2004 não batem.** Ele diz que arrecadou R\$ 1,36 milhão e que gastou R\$ 1,49 milhão. Por fim, Filippi está enroscado com o Tribunal de Contas de São Paulo. O TCE rejeitou parte de suas contas e julgou irregulares seis contratos de sua gestão na Prefeitura de Diadema. Num deles, no valor de R\$ 2,2 milhões com uma empreiteira local, a prefeitura promoveu a “alteração contratual irregular” para reajustar o valor da obra. O TCE o condenou a devolver a diferença aos cofres públicos. De fato, é intrigante entender por que, afinal, Lula está indo para a segunda campanha com um tesoureiro quase tão enrolado quanto o anterior. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Tio Mário pagou dívida, diz tesoureiro de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 6 de julho de 2006.

Segundo a matéria, o novo tesoureiro do PT, José de Filippi Júnior, prefeito de Diadema-SP, afirma que pagou a multa judicial a que foi condenado a pagar com dinheiro de amigos e com um cheque emprestado por um tio no valor de R\$150 mil.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'Tio Mário pagou dívida', diz tesoureiro de Lula

Parente teria emprestado R\$ 150 mil para Filippi quitar multa judicial de R\$ 183 mil

Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Na primeira entrevista como tesoureiro da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o prefeito licenciado de Diadema, José de Filippi Júnior, deu uma explicação singela para a origem dos R\$ 183 mil com os quais pagou uma multa judicial, em dezembro de 2003: a generosidade do "tio Mário". Trata-se do comerciante paulista Mário Moreira, morador de Diadema e dono de um mercado na capital. Tio da mulher de Filippi,

Inês Maria, o comerciante emprestou R\$ 150 mil. "É o tio mais rico da minha mulher. Ele tinha uma poupança de quase R\$ 400 mil e emprestou R\$ 150 mil. Agora (a dívida com tio Mário) já está em R\$ 190 mil", disse Filippi.

O tesoureiro afirmou ter tirado R\$ 15 mil de recursos próprios. O amigo e deputado estadual petista Mário Reali emprestou mais R\$ 10 mil. O restante foi obtido graças a contribuições de 28 amigos que, juntos, doaram R\$ 6,9 mil e a uma festa organizada pelo PT de Diadema que arrecadou R\$ 1,4 mil,

segundo o prefeito. Filippi mostrou os comprovantes de cada depósito feito em uma conta judicial, onde ficará o dinheiro até que o processo por improbidade, hoje no Supremo Tribunal Federal (STF), seja concluído.

Filippi explicou que pagou a multa para liberar seus bens. "Convivi um ano e meio com meus bens bloqueados pela Justiça. É um constrangimento, um transtorno." Em 1995, Filippi foi acusado pelo Ministério Público paulista de ter usado a publicidade oficial da prefeitura em benefício próprio e do PT.

O logotipo trazia três estrelas e o slogan "Diadema, prefeitura municipal: cada dia melhor." "O Ministério Público entendeu que as três estrelas eram uma referência à terceira gestão seguida do PT em Diadema. Eu era o prefeito", disse, negando ter feito propaganda pessoal.

Na época, a prefeitura também foi acusada de ter patrocinado outdoors e um show da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em homenagem ao 1.º de Maio. Segundo Filippi, a CUT provou na Justiça que usou recursos próprios e esta

parte do processo foi encerrada. Paga a multa, o MP questiona agora a origem dos recursos, já que os R\$ 183 mil são incompatíveis com a renda do prefeito.

Assim como o presidente do PT, Ricardo Berzoini, Filippi estranhou que o MP tenha decidido investigar a origem do dinheiro semana passada, "dois anos e meio após o pagamento". "Recebi na segunda-feira um ofício incompleto, com páginas faltando. Todas as explicações serão dadas, com os nomes das pessoas que colaboraram", disse Filippi, eleito em 1992, em

2000 e reeleito em 2004.

O empréstimo de tio Mário foi motivo de risos até de Berzoini, na entrevista dos dois petistas. "Pede ao tio Mário", brincou, quando o assunto era arrecadação de recursos para a campanha. Berzoini reiterou "total confiança" em Filippi.

Com outros dois ex-prefeitos de Diadema, Filippi é alvo ainda de uma ação do MP pela contratação sem licitação do escritório do advogado e deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh, entre 1983 e 1996, quando a cidade foi governada pelo PT. Filippi também comentou o julgamento do Tribunal de Contas do Estado que considerou irregulares as contas da prefeitura de 2001 e 2002, por não cumprir a lei de aplicações mínimas em educação. "O tribunal está certo e eu acho que estou certo." ●

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apatramento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Sem diretores, agência reguladora bloqueia licitação de portos", publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 18 de julho do corrente.

A matéria trata do descaso do atual governo com as agências reguladoras e cita o exemplo da Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que não tem diretores suficientes para formar **quorum** mínimo para tomada de decisões. Segundo a matéria, "O caso é um exemplo da política federal para agências reguladoras: além dos cortes orçamentários, comuns

a todas as agências, a diretoria do órgão ficou abandonada de fevereiro até o último dia 6".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento, para que a mesma passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem diretores, agência reguladora bloqueia licitação de portos

Antaq não delibera há 7 meses e impede investimentos privados e surgimento de empresas de navegação; governo levou 11 meses para indicar membro

SEM AÇÃO

Agência que regula portos e hidrovias não toma decisões

ANTAQ - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

- ➔ **Criação 2001**
- 💡 **Objetivo**
Implantar as políticas de governo nas áreas de portos e hidrovias e regulamentar o setor de forma a permitir investimentos privados. Os portos marítimos são responsáveis por 95% do comércio exterior do Brasil
- 🔍 **Principais atividades**
Fiscalizar o cumprimento das regras do setor, permitir a licitação de áreas em portos para exploração por empresas privadas e outorgar permissão para empresas de navegação
- 📅 **Última reunião de diretoria**
Novembro de 2005
- 📊 **Principais consequências para a economia**
 - ➔ Sem autorização da agência, os portos não podem arrendar áreas para empresas privadas construir terminais ou fazerem outras melhorias
 - ➔ Não há emissão de autorização para empresas de navegação operarem
 - ➔ Falta aprovação de normas
 - ➔ Não há autorização de parcerias e financiamentos para empresas investirem em portos

Fontes: Antaq e ABTP (Associação Brasileira de Terminais Portuários)

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Novos investimentos privados em portos aguardam, há mais de sete meses, que a diretoria da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) volte a se reunir e possa liberar outorgas e licitações que permitam a construção de novos terminais portuários ou a entrada em funcionamento de empresas de navegação.

A Antaq não delibera porque desde novembro não tem diretores suficientes para formar quórum mínimo para tomada de decisões. O caso é um exemplo da política federal para agências reguladoras: além dos cortes orçamentários, comuns a todas as agências (leia matéria abaixo), a diretoria do órgão ficou abandonada de fevereiro até o último dia 6. Por cinco meses, a agência encarregada de fiscalizar e regulamentar portos, setor responsável pelo fluxo de 95% do comércio exterior do país, ficou sem diretor.

Criada em 2001 e instalada em 2002, a Antaq tem três diretores, mas poucas vezes funcionou com todos os membros. Em fevereiro de 2004 acabou o mandato de um diretor e o governo levou 11 meses para indicar outro. Em janeiro do ano passado, a agência contou com a diretoria completa. Mas em fevereiro voltou a ficar com

dois diretores, em novembro ficou com um e, em fevereiro deste ano, com nenhum.

Como o quórum mínimo para reunião de diretoria é de dois membros, desde novembro não há decisão. O governo só indicou os nomes para análise do Senado em fevereiro (dois) e em maio (um, o atual diretor-geral). Desses, só um já tomou posse. Os demais foram aprovados semana passada e devem tomar posse nos próximos dias.

"Processos que demandam decisões colegiadas foram prejudicados. Foram prejudicados os principais processos de atração de investimentos", avalia Fernando Antonio Brito Fialho, diretor-geral da Antaq. Ele disse que as atividades rotineiras, como fiscalizações, continuaram a acontecer, ainda que prejudicadas pelos cortes orçamentários. Mas as permissões para investimentos privados em portos e para funcionamento de empresas de navegação requerem aprovação da diretoria, que ainda não se reuniu.

"Até a primeira quinzena de agosto estaremos com a pauta liberada, vamos fazer um esforço concentrado", prometeu.

Posição do governo

A Folha procurou o Ministério dos Transportes e a Casa Civil para ouvir a posição do governo, mas ambos se recusaram a falar sobre o assunto.

Exemplos

➔ Empresas privadas querem investir no porto de Santos, mas não conseguem financiamento porque não há liberação da Antaq

Exemplos de áreas não arrendadas para o setor privado

➔ Terminal pesqueiro em Recife (PE)
➔ Terminais de grãos líquidos em Vitória (ES)
➔ Terminais de minério de ferro em Itaguaí (RJ)
➔ Armazém de carga geral em Porto Alegre (RS)

Estimativa de investimentos privados que não foram feitos

➔ US\$ 800 milhões suspensos nos últimos dois anos
➔ US\$ 3 bilhões podem ser investidos nos próximos cinco anos, com a normalização da agência

Governo reduz recursos de órgãos no Orçamento

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Assim como as demais agências reguladoras, a Antaq tem sua atuação restringida por cortes orçamentários impostos pelo governo. Do orçamento aprovado pelo Congresso para este ano, de R\$ 56,5 milhões, houve corte de 32,2% e a agência ficou com R\$ 38,3 milhões.

"Falta estrutura para esse pessoal [funcionários] trabalhar. Estrutura física: mesa, cadeira, computador, telefone, prédios nas unidades regionais. Isso está atrasando um pouco o processo da tomada de posse de

novos concursados", disse Fernando Antonio Brito Fialho, diretor-geral da Antaq.

A tática do governo para reter recursos das agências mudou. Em vez de contingenciar os recursos aprovados na Lei de Orçamento, a retenção começa antes, no envio da proposta para o Congresso. Dessa forma, o contingenciamento caiu, percentualmente, de 2005 para 2006. Mas, na prática, as agências têm menos recursos.

No caso da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), o contingenciamento caiu de 22,7% para 18,2% de 2005 para

2006. A agência, porém, teve menos dinheiro neste ano, porque o retenção dos recursos começou quando o governo cortou o montante de recursos requisitado pela agência ao enviar a proposta de lei orçamentária ao Congresso. Dessa forma, o limite orçamentário caiu de R\$ 409,3 milhões em 2005 para R\$ 80 milhões este ano.

A situação se repete na Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). O contingenciamento caiu de 43% em 2005 para 18,4% em 2006, mas a agência ficou com menos recursos: R\$ 258 milhões em

2005 contra R\$ 191,9 milhões em 2006. Na ANP (Agência Nacional do Petróleo), o percentual de contingenciamento ficou em torno de 12% em 2005 e 2006, mas o volume de recursos disponíveis para gasto caiu de R\$ 230,9 milhões em 2005 para R\$ 205,7 milhões este ano.

Na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), o montante liberado aumentou pouco em relação a 2005, de R\$ 104,1 milhões para R\$ 105,3 milhões. Mas o volume contingenciado aumentou de R\$ 9,9 milhões em 2005 para R\$ 37,5 milhões em 2006.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “O PT apresenta aos eleitores uma lista de ‘mensaleiros’”, publicado no jornal **Valor Econômico** de 19 de julho deste ano.

O editorial destaca que o Partido dos Trabalhadores “parte para nova disputa eleitoral como se nada tivesse acontecido”, apresentando uma lista de candidatos que estão envolvidos no esquema do mensalão. Segundo o editorial, “é certo que o PT, que foi ágil o suficiente no passado para expulsar militantes e parlamentares por delito de opinião, não foi capaz de apurar as suas próprias responsabilidades sobre os desvios éticos. E, como não apurou, apresenta aos eleitores

candidatos sob suspeita que, se eleitos com o referendo partidário, no mínimo manterão o poder da máquina que tornou a ética apenas um princípio relativo”.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PT apresenta aos eleitores uma lista de ‘mensaleiros’

Longe dos holofotes das Comissões Parlamentares de Inquérito e já distante do fogo cruzado das denúncias que jogaram o partido em profunda crise no ano passado, o Partido dos Trabalhadores parte para nova disputa eleitoral como se nada tivesse acontecido. Passado um ano e depois de várias promessas de apuração interna das responsabilidades pelos escândalos, as baixas internas decorrentes de episódios pouco cômodos ou educativos de financiamento de campanha e acordos políticos com partidos menores se contam em poucos dedos: José Dirceu, o dono incontestado da máquina petista até a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, foi vitimado por uma cassação feita pelo Congresso — ninguém no partido ousou apontar-lhe o dedo, aliás; o ex-tesoureiro Delúbio Soares foi expulso do partido numa reunião do Diretório Nacional, por 37 votos a favor e inacreditáveis 16 favoráveis a uma punição mais branda, a suspensão por três anos; e a desfiliação do ex-secretário-geral Silvío Pereira. Além disso, ficam uma carta de desculpas ao país, assinada pela direção petista, e uma promessa de que as investigações internas serão retomadas depois das eleições de outubro.

Até lá, e se o partido não esquecer mais uma vez que esteve sob intenso tiro político por razões de ordem basicamente moral, fica a lista de candidatos oferecida aos eleitores. Em São Paulo, o ex-presidente José Genoíno, presidente do partido quando todo o esquema de caixa 2 foi montado — e que, segundo as evidências, teria pecado por omissão, mais do que pela ação — tenta um outro mandato. Na mesma lista estão os deputados João Paulo Cunha, José Mentor e Professor Luizinho, contra os quais existe documentação de depósitos do “valerioduto” em suas contas. O eleitor também poderá escolher o ex-ministro Antonio Palocci, contra o qual pesa, além de denúncias de irregularidades administrativas na prefeitura de Ribeirão Preto, o episódio também pouco ético de quebra do sigilo fiscal de um caseiro que depôs contra ele.

Fora de São Paulo, o partido faculta a escolha: oferece também como candidatos os deputados

João Magno (MG), Josias Gomes (BA) e Paulo Rocha (PA), também beneficiários de depósitos bancários do esquema ilegal do partido. Entre os coordenadores estaduais da campanha à reeleição do presidente Lula, encontram-se um prefeito cassado por compra de votos, Antonio Nogueira, do Acre, e o ex-secretário da prefeitura de Goiânia Osmar Magalhães, denunciado por facilitar a Delúbio receber salário da rede pública do Estado sem trabalhar.

A favor de todos eles, exceto os cassados, existe o fato de que nenhum ainda foi condenado, embora todos estejam sob investigação na Justiça. Contra o PT, no entanto, existe a evidência de que em nenhum momento aprofundou as investigações sobre as irregularidades. Exceto por Delúbio e Silvío Pereira, nenhum envolvido foi sequer chamado a dar uma justificativa para os depósitos encontrados em suas contas. Apesar de todas as evidências de que o ex-tesoureiro e o ex-secretário-geral eram apenas parte de uma azeitada máquina eleitoral, e de que o dinheiro que a alimentou não necessariamente tinha origem lícita, não se percebeu nenhum movimento de remoção de velhas práticas ou de desmonte de uma estrutura viciada.

Em algum momento, o PT passou a achar que poderia substituir medidas de caráter profilático por um discurso persecutório, segundo o qual quem vê ou denuncia irregularidades necessariamente está comprometido com um complô para derrubar o governo. Seu imobilismo diante do óbvio, no entanto, pode ser interpretado como um novo momento do partido, que transitou de uma situação onde a questão ética era a referência e bandeira para outra, onde a moral é relativa. É certo que o partido não pode condenar os apontados como beneficiários do esquema sem o devido processo, mas é certo que o PT, que foi ágil o suficiente no passado para expulsar militantes e parlamentares por delito de opinião, não foi capaz de apurar as suas próprias responsabilidades sobre os desvios éticos. E, como não apurou, apresenta aos eleitores candidatos sob suspeita que, se eleitos com o referendo partidário, no mínimo manterão o poder da máquina que tornou a ética apenas um princípio relativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

(OS Nº 14561/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 19 DE JULHO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores. Meus agradecimentos à Senadora Ana Júlia pela permuta. Inicialmente, tenho o dever de lamentar mortes ocorridas no Líbano, atingindo famílias paranaenses de Foz do Iguaçu. O Itamaraty confirmou, nesta quarta-feira, a morte de sete brasileiros no Líbano em decorrência dos ataques de Israel contra o sul do país em confrontos com o grupo terrorista Hezbollah, iniciados no último dia 12. Ontem, o Ministério divulgou um comunicado lamentando a morte, no Líbano, de um garoto de sete anos natural de Foz do Iguaçu. Na semana passada, as ações de Israel causaram a morte de uma família brasileira – mãe, pai e duas crianças de quatro e oito anos – também de Foz do Iguaçu, Paraná: o professor Akil Merhi, de 34 anos, sua esposa, Ahlam Merhi, de 28 anos, e os dois filhos brasileiros do casal, que estavam de férias no Líbano e deveriam retornar para casa no fim de julho.

Nossa solidariedade à família e a toda colônia libanesa residente em Foz do Iguaçu, uma colônia extremamente unida e solidária. Os laços fraternos que unem as pessoas certamente fazem com que a dor que atinge a família do professor seja um pouco a dor de toda a colônia libanesa de Foz do Iguaçu e de todo o Paraná. Nossas condolências e a nossa solidariedade.

Sr. Presidente, ontem, o Tribunal Superior Eleitoral informou que o Governo Lula gastou R\$2,6 bilhões em publicidade institucional desde a posse em janeiro de 2003. É preciso estabelecer parâmetros para que se possa avaliar a importância gasta em publicidade pelo Governo. Vamos utilizar como parâmetro o Programa Bolsa Família, que é o carro-chefe da ação social do atual Governo – aliás, carro-chefe no plano eleitoral sobretudo, uma vez que o Programa Bolsa Família tem sustentado índices expressivos

de intenções de voto no Presidente da República até este momento.

O valor máximo do benefício – o teto do benefício – é de R\$95,00 por família. Na verdade, a média aplicada tem sido cerca de R\$60,00. No entanto, vamos tomar como base R\$95,00. Com esse valor gasto em publicidade, daria para o Governo atender – vejam bem – 27 milhões e 300 mil famílias com o valor máximo do benefício, em um mês. Durante um mês, esse valor gasto em publicidade seria suficiente para atender 27 milhões e 300 mil famílias brasileiras. A estimativa para o Programa Bolsa Família este ano é de atender aproximadamente 11 milhões de famílias, com o benefício que, às vezes, chega até a R\$15,00, o valor mínimo aplicado. Não estamos usando a média do benefício conferido pelo Programa Bolsa Família; estamos usando o teto.

E, apesar de utilizarmos como referência o teto do benefício, o que o Presidente Lula gastou em publicidade, R\$2,6 bilhões, seria suficiente para atender 27,3 milhões de famílias durante um mês.

Podemos dizer que o Governo Lula gastou com publicidade 3 meses do Bolsa-Família. É, portanto, um absurdo. O gasto com publicidade equivale a 3 meses do Programa Bolsa Família.

As explicações do Presidente Lula foram exigidas pelo TSE, que, por unanimidade, acatou em 29 de junho último o pedido do PFL e do PSDB, questionando o excesso de gastos em ano eleitoral. Os dados enviados na tarde de ontem pela Advocacia-Geral da União revelam que, no primeiro ano do Governo Lula, as despesas com publicidade atingiram R\$540 milhões, alcançando o patamar de R\$798 milhões em 2004 e, em 2005, R\$771 milhões. Neste ano, a despesa com publicidade oficial foi de R\$476 milhões. Isso equivale a 67,8% da média anual da gestão. Portanto, no ano da eleição o Governo gasta ainda mais com publicidade.

Essas cifras astronômicas são informações de interesse público, assim entendeu o Tribunal Superior Eleitoral.

Como tão bem salientou o Ministro Relator do TSE, Carlos Ayres Britto: “As informações quanto aos gastos da administração com publicidade institucional não só podem como devem ser disponibilizadas ao público, segundo princípio constitucional da publicidade e da impessoalidade”.

O Estado democrático de direito pressupõe, sem dúvida, um Estado “informante” por excelência. Há um imperativo de que se devem primar pela excelência da informação. A transparência deve prevalecer.

Muitos requerimentos de informação estão sem respostas sob a alegação de preservar a segurança

nacional. São exemplos os cartões corporativos da Presidência da República, a reforma do AeroLula etc. Em nome da segurança nacional, o Governo não revela determinadas informações de grande importância para a população brasileira.

Gostaria de mencionar, Sr. Presidente, alguns gastos setoriais com publicidade neste ano eleitoral: o Ministério da Saúde gastou R\$73 milhões em publicidade; o Ministério do Turismo, R\$19 milhões; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, R\$8,3 milhões; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, R\$6 milhões; o Ministério da Agricultura, R\$5,6 milhões.

São gastos estratosféricos com publicidade, especialmente do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eles foram justificados pelo Governo sob a alegação de que os projetos e ações dessas pastas dependem de campanhas educativas.

É bom ressaltar, Sr. Presidente, que o Governo não economizou nos gastos com o Programa Fome Zero, justamente o que engloba iniciativas exploradas pelo Presidente Lula na campanha eleitoral. Há enorme publicidade em torno do Programa Fome Zero, exatamente porque, sem dúvida, é dos programas do Governo que oferece maior dividendo de natureza eleitoral.

Vejam os números. O aumento do número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família de 2004 para 2006 – de seis milhões para onze milhões – foi acompanhado pelo aumento das despesas com publicidade. Os gastos em publicidade com o Programa Fome Zero, no primeiro semestre, superam toda a despesa registrada em 2004, que foi de R\$4 milhões. Em 2005, R\$8,2 milhões; em 2006, até agora, R\$8,3 milhões.

Os bancos públicos também integram a lista dos maiores gastadores com publicidade. De janeiro para cá, o Banco do Brasil gastou R\$55 milhões; a Caixa Econômica, R\$17 milhões. Até o Banco Central gastou com publicidade: R\$480 mil.

A Petrobras, por exemplo, gastou R\$152,43 milhões com publicidade, no ano passado, e, neste ano, já atingiu, em menos de seis meses, R\$94,387 milhões em publicidade.

Portanto, Sr. Presidente, no ano eleitoral sobretudo, não é justo esse desperdício de recursos em publicidade.

Certamente o instituto da reeleição é motivador de ações como esta: faz com que o Governo extrapole os limites do bom senso em matéria de gastança publicitária, já que o beneficiário da promoção oficial é o Presidente de República candidato à reeleição. Essa

é uma das razões, sem dúvida, para se discutir esse instituto no nosso País.

Realmente, se não houver alteração, em profundidade, que moralize o processo eleitoral, estabelecendo uma competição igual e não desigual e desproporcional, como ocorre atualmente, não há como preservar o instituto da reeleição. Enquanto o nosso País não atingir a maturidade política necessária, enquanto os políticos brasileiros, as autoridades não alcançarem essa maturidade política indispensável, não há como sustentar o processo eleitoral sob a égide da reeleição, pois ela, sem dúvida, provoca uma distorção no processo eleitoral.

Os gastos do Governo com publicidade são estimulados exatamente em função da necessidade que tem o governante de conquistar a simpatia popular com vistas a sua reeleição. Se isso ocorre na Presidência da República, com o Governo Federal, da mesma forma vem ocorrendo com os governos estaduais. É só comparar os gastos em publicidade de cada governo em anos anteriores com aqueles verificados no ano eleitoral e concluiremos que os objetivos da publicidade oficial são objetivos eleitoreiros.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, nosso posicionamento desta tribuna é favorável à aprovação da emenda constitucional que acaba com a reeleição no País.

Mas, sem dúvida, o que procuramos destacar aqui é exatamente a aplicação indevida do dinheiro público no ano eleitoral. Essa comparação dos gastos do Governo com o Programa Bolsa Família* com os gastos do Governo em publicidade provoca, certamente, uma grande indignação. Repito: com o que gastou em publicidade, durante esses três anos e meio de Governo, o Presidente Lula poderia atender, com o teto do benefício, 27 milhões e 300 mil famílias durante um mês.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros com muita satisfação.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Alvaro Dias, quero cumprimentar V. Ex^a e fazer um adendo na questão da publicidade, porque a publicidade no veículo de comunicação social ainda dá ao cidadão o direito de assistir ou não, ouvir ou não, ler ou não, ver ou não. Tem sido feita uma...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – ... enxurrada de publicidade onde a população é obrigada a ver.

Os usuários do transporte aéreo não têm como não assistir às publicidades do Governo. O Gover-

no tem lotado os aviões de publicidade. E aí a publicidade não é democrática. Se o cidadão quiser assistir ou não, é obrigado a assistir. Não tem como não assistir. Isso é algo que inclusive precisa ser regulamentado por esta Casa. Quero, na outra situação, fazer um aparte a V. Ex^a e dizer que existem analistas que contestam os dados fornecidos pelo Governo. Eles parecem exagerados, mas a análise é de que o Governo gastou mais, porque precisa colocar as empresas, as autarquias, nesse rol de gastos do Governo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Esse não é o total do gasto.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Esse não é o total do gasto. Então, o número oferecido por V. Ex^a ainda é um número parcial. O Governo deveria ter atendido plenamente à requisição do PSDB e do PFL e à determinação da Justiça Eleitoral e não sonegar algumas informações. A outra questão é cumprimentar V. Ex^a. O instrumento da reeleição – e isso serve até como autocrítica, pois quem propôs a reeleição foi o PSDB –, na nossa avaliação, não serve mais ao País, não serve ao Brasil. Porque uma coisa é reeleição para quem se comporta com ética no poder; outra coisa é a reeleição para quem usa a máquina de forma despudorada, como foi usada por este Governo. Está aí a Visanet, os Correios, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, instituições centenárias do País transformadas em escândalos e na possibilidade de venderem ingresso para informatizar o PT, para arrumar a sede do PT. Quero, então, cumprimentar V. Ex^a e gostaria de sugerir às Lideranças desta Casa para que todos nós juntos – e o Geraldo Alckmin vai ganhar as eleições – lutemos para que a reeleição não mais exista a partir de 2010. Na minha convicção pessoal, o ideal seria que, a partir de 2010, nós tivéssemos um debate com a sociedade para, novamente, num novo plebiscito, propormos o parlamentarismo. Mas, se isso não for possível, pelo menos que nós evoluamos com a Reforma Política, com o financiamento público de campanha e com o fim da reeleição. A reeleição não serve ao Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros. V. Ex^a, inteligente como é, traz luz ao nosso pronunciamento, detalhando um fato importante. Esse não é o total dos gastos do Governo. Essa foi a cifra informada ao TSE e que não revela a amplitude dos gastos, já que não alcança todas as estatais brasileiras que investem muito em publicidade. Portanto, há aí a esperteza de se escamotear a verdade, colocando apenas parte dos gastos. Mas nós entendemos que mesmo essa parcela já é extre-

mamente abusiva e, por isso, nós estamos a tomando, porque é oficial, divulgada pelo TSE, como parâmetro para comparação.

Há pouco eu disse que o Programa Bolsa Família, com esses recursos, atenderia às famílias durante três meses.

Mas é possível atender mais. Se nós usarmos a média do benefício pago no mês de maio último, que foi de R\$61 o benefício, teriam sido atendidas 42,600 milhões famílias, ou seja, aproximadamente quatro meses do programa, com base, evidentemente, nesse dado divulgado pelo TSE no dia de ontem.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso, sim, reforma política como propugnada pelo Senador Antero Paes de Barros. Nós estamos atrasados em relação a essa questão. Nós estamos devendo à sociedade brasileira um modelo compatível com a nossa realidade que possa significar um instrumento capacitado a resuscitar as esperanças nacionais de que é possível construir uma grande nação, onde o povo possa viver com dignidade, onde se possa exercitar na plenitude a democracia social.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, pela condescendência em relação ao tempo, já que extrapolei dos limites do horário a mim concedido.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 24 DE JULHO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Heráclito Fortes.

Hoje, eu até falaria sobre o início da campanha eleitoral com a presença do Presidente Lula no Estado de Pernambuco. O Senador José Jorge abordou o assunto com a maior competência, já que, sendo originário de Pernambuco, acompanhou mais de perto o desenvolvimento das ações do Presidente em campanha no seu Estado. De qualquer forma, este pode ser assunto para o final deste pronunciamento, já que pretendo, Sr. Presidente Heráclito Fortes, também lamentar a interrupção da Rodada de Dorra, da Organização Mundial do Comércio. As grandes Nações, os países mais importantes do mundo, não conseguiram chegar a um entendimento a respeito da necessária reforma para o comércio agrícola mundial. O evento foi interrompido, sem previsão de retomada, e o reinício das negociações pode se dar em meses ou anos.

Alguns países responsabilizam os Estados Unidos, alegando que exigiram uma contrapartida excessiva para reduzir em cerca de US\$20 bilhões os subsídios que aplicam na agricultura. De outro lado, os Líderes norte-americanos afirmam que a contrapartida oferecida não era compensatória.

É difícil para um brasileiro entender como podem nações poderosas agir com tamanho egoísmo, ignorando a necessidade de alavancarem o desenvolvimento de nações emergentes como a nossa. Somos, sem dúvida nenhuma, países que abrigamos – e eu me refiro aos países emergentes, entre eles o Brasil – contingentes populacionais significativos, que naturalmente são alvo do interesse econômico das grandes potências. Mas isso, por si só, não estimula as lideranças mundiais a adotarem uma postura mais solidária. Por que, Sr. Presidente?

Por que, Sr. Presidente, manterem essa política protecionista dos subsídios exorbitantes para a agricultura na Europa ou nos Estados Unidos da América do Norte, as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias estabelecendo uma competição desigual, esmagando países eminentemente agrícolas, como o nosso, que poderiam se tornar mais poderosos, mais ricos, mais prósperos, se não fossem obrigados a competir de forma desvantajosa, desigual e, diria, até perversa, em razão da imposição das nações economicamente mais poderosas do mundo?

Ontem, estive em uma região agrícola no oeste do Estado do Paraná, mais precisamente em Marechal Cândido Rondon, para participar de um grande evento, denominado “Festa do Boi no Rolete”, que reúne milhares de pessoas, e que consta do calendário turístico do meu Estado. Ali, se reúnem também lideranças ruralistas e líderes cooperativistas do Estado, pois é uma região com fortes cooperativas e, ali, ouvimos os reclamos daqueles que são responsáveis pela produção da matéria-prima, transformada em produtos secundários e exportados para várias partes do mundo.

A política agrícola do nosso Governo – inexistente –, proporcionando essa insegurança – que é rotina –, essa política cambial que possibilita as exportações dos produtos primários, transformados em produtos manufaturados; os reclamos, relativamente a essa política protecionista das grandes nações do mundo, reduzindo a possibilidade de lucro do produtor nacional, do exportador brasileiro, são os reclamos que ouvimos a toda hora, em qualquer situação. E, mais uma vez, os ouvimos, reiteradamente, na cidade de Marechal Cândido Rondon, no dia de hoje, coincidindo aquele evento exatamente com essa rodada frustrada, provocando, mais uma vez, decepção, porque não

houve sensibilidade da parte de líderes de governos importantes do mundo para que pudéssemos chegar à reforma do comércio agrícola mundial, como forma de reduzir a pobreza.

Creio que não pode haver ignorância em relação à importância desse entendimento entre as grandes nações, para reduzir os índices de pobreza no mundo. É evidente que um avanço nas negociações significaria muito mais do que bilhões de reais investidos no Bolsa-Família do Governo Federal, no Brasil. Certamente, estaríamos oferecendo oportunidade de trabalho e de vida digna a muita gente.

Quando os líderes mundiais, os governantes das grandes nações, entenderem que o mundo será melhor, e que, certamente, teremos a perspectiva de um ambiente de paz internacionalmente, se o egoísmo for aos limites do que é ínfimo, teremos também avançado para reduzir a pobreza no mundo e, certamente, poderemos substituir esses programas assistencialistas, que são necessários, é verdade, em razão das circunstâncias em que nos encontramos.

Em matéria de subdesenvolvimento, que, lamentavelmente, se alastra – nesse cenário de subdesenvolvimento –, há a necessidade de políticas compensatórias, há a necessidade de se admitir o assistencialismo, mas como proposta eventual, passageira e não definitiva. Essas políticas compensatórias, essa postura assistencialista só poderá ser substituída quando houver esse entendimento entre as nações capazes de proporcionar às nações emergentes avanços mais significativos em matéria de desenvolvimento, com a possibilidade de nações, como a nossa, oferecerem aos cidadãos que nelas vivem amplas possibilidades de trabalho e vida digna.

Portanto, Sr. Presidente, este é um tema recorrente, mas que deve ser alvo das atenções do Brasil durante essa campanha eleitoral. Precisamos conhecer o pensamento dos candidatos à Presidência da República a respeito dessa questão. Precisamos saber o que eles pretendem fazer, de que forma pensam agir, para galvanizar as nações emergentes em apenas um bloco, em favor de superar resistências das grandes nações e promover essa reforma no comércio agrícola mundial, capaz de estabelecer uma competição mais justa, mais igual, a fim de que um país, que tem tanta força no campo como o nosso, possa prosperar e se desenvolver.

Sr. Presidente, devo dar ênfase também ao tom que os principais candidatos começam a determinar para essa campanha eleitoral. Tenho a impressão que, durante a campanha eleitoral, é possível conhecer o perfil, o estilo de cada candidato e, evidentemente, há a possibilidade de se prever o modelo de governo que

pretendem, eles, oferecer ao País. É óbvio que quem já Presidente, é candidato à reeleição, não precisa mostrar mais nada. Já é conhecido.

Apenas gostaria que todo o povo considerasse muito mais importante aquilo que um candidato à reeleição efetivamente realizou do que aquilo que ele possa dizer. Para o eleitor, deveria valer muito mais aquilo que fez do que aquilo que pretenda fazer se reeleito.

Ontem, em Pernambuco, o Presidente Lula deu o tom: usou a linguagem chula e demonstrou despreparo; usou um linguajar de palanque, mas que não cabe para quem é Presidente da República e que não pode ignorar a liturgia do cargo que ocupa, não pode apenar a função. Infelizmente, o Presidente Lula tem sido contumaz na prática de descaracterizar o **status** de Presidente, puxando-o para baixo, demonstrando – repito – despreparo. Nesse episódio, não é apenas o despreparo para o exercício do poder já conhecido por todos nós, mas também o despreparo para o exercício democrático. O Presidente não gosta da crítica; o Presidente agride aqueles que o criticam. Sua Excelência acostumou-se, durante muitos anos na Oposição, a criticar, de forma virulenta, quase sempre. Mas, no exercício do mandato, como Chefe do Executivo Nacional, o Presidente Lula tem demonstrado inaptidão para o exercício da democracia, uma vez que não assimila bem as críticas contra ele assacadas pelos opositores. Foi assim que se comportou, no dia de ontem, em Pernambuco. E agrediu, mais uma vez, o Congresso Nacional.

É fácil agredir o Congresso. A população aplaude as agressões ao Congresso, já que o Congresso tem sido também uma grande decepção. Essa autocrítica nós devemos sempre fazer, em respeito ao povo do Brasil. O Congresso não se tem comportado com altivez, com a decência exigida pela sociedade brasileira e com a competência necessária, não tem produzido o suficiente. Por isso, sua imagem está no chão, absolutamente comprometida pela ação de muitos dos seus parlamentares envolvidos em escândalos de corrupção. Sobretudo porque, na Câmara dos Deputados, não tem, também, ocorrido o julgamento rigoroso que se exige para aqueles que eventualmente estejam envolvidos em corrupção. A Câmara dos Deputados desgraçadamente absolveu mais do que cassou, em relação àqueles que foram apontados como partícipes do escândalo do mensalão. Portanto, é fácil agredir o Congresso.

Para receber aplausos em qualquer auditório, em qualquer praça pública, basta agredir o Congresso Nacional. Mas tem o Presidente da República autoridade para agredir o Congresso? Não me parece que tenha,

já que, sem dúvida, ele é o principal responsável pelo desgaste maior que alcançou o Congresso Nacional.

O “mensalão” nasceu no Executivo. A relação promíscua entre o Executivo e o Legislativo foi patrocinada pelo Presidente da República e exercitada pelos seus principais coadjuvantes no Governo, a partir do ex-Ministro José Dirceu. Se o desgaste do Congresso atingiu o fundo do poço, certamente o Presidente Lula é um dos principais responsáveis, daí por que afirmar desta tribuna que não tem ele autoridade moral para agredir o Congresso Nacional. Falou até em mudar o Regimento do Congresso; queixou-se de que o Orçamento não foi aprovado em tempo por culpa do Congresso. Deveria ter tido a humildade de assumir a responsabilidade maior, porque, se o Orçamento não foi aprovado em tempo, foi por incompetência do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Ou má-fé.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Incompetência ou má-fé, como diz bem o Presidente Heráclito Fortes, já que o Governo não teve a capacidade de articulação política para estabelecer o consenso, envolvendo as unidades da Federação. Os Governadores não se entenderam em relação ao Orçamento proposto pelo Executivo. A Oposição aguardou a oportunidade de deliberar; esperou o momento de votar o Orçamento, mas o Orçamento não chegava para que a Oposição pudesse votá-lo. Não somos nós da Oposição que definimos a pauta do Congresso Nacional. No sistema presidencialista, é o Poder Executivo que impõe verdadeiramente as ações ao Congresso Nacional e que estabelece as prioridades não só mediante o uso abusivo de medidas provisórias, mas também em relação à pauta que deseja. O Presidente da Câmara é ligado ao Presidente da República; o Presidente do Senado é ligado ao Presidente da República; os Líderes do Governo no Congresso comandam a maioria dos Parlamentares e, portanto, não cabe ao Presidente da República, a pretexto de atingir a Oposição, agredir o Congresso Nacional, para enfraquecê-lo ainda mais diante do povo brasileiro.

Eu gostaria de distinguir o comportamento do candidato do nosso Partido e do PFL, o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que tem adotado uma postura altiva, elegante e inteligente, demonstrando preparo e qualificação para o exercício da função de Presidente da República. Embora seja Oposição, em nenhum momento se ouviu do candidato Geraldo Alckmin qualquer agressão despropositada contra os seus adversários; em nenhum momento se ouviu qualquer apreciação menos elevada em relação ao desempenho do atual Governo. Há até quem critique Geraldo

Alckmin pela sua elegância, pela forma com que se coloca ao analisar os problemas do País, sem procurar desmerecer os seus oponentes para demonstrar que está preparado para enfrentar os grandes problemas nacionais.

Mas prossigo, Sr. Presidente, porque Luiz Inácio Lula da Silva disse outras coisas estranhas ontem em Pernambuco. Por exemplo:

A mesma elite que levou Getúlio Vargas à morte, que levou Juscelino Kubitschek ao maior processo de acusação e de mentiras, que tirou João Goulart, esta mesma elite tentou me tirar.

Ora, Sr. Presidente, eu procuro e não acho essa elite que tentou derrubar o Presidente Lula. Quem quase derrubou o Presidente Lula foi a corrupção do seu Governo. Quem certamente vai derrubar o Presidente Lula é a corrupção e a incompetência do seu Governo. Mas será derrubado, certamente, democraticamente, pacificamente, de forma legal nas urnas pelo eleitor brasileiro. Não houve nenhuma elite se posicionando contra o Presidente da República. Eu não vi a Federação das Indústrias de São Paulo ou a Confederação Nacional dos Transportes, eu não vi os grandes empresários nacionais, os banqueiros deste País, que alcançam lucros estratosféricos; em nenhum momento, ouvi de quem quer que fosse qualquer palavra que tivesse por objetivo enfraquecer a figura do Presidente da República e derrubá-lo. O que o Presidente viu eu não consigo ver. Aliás, ele sempre afirma não saber; ele sempre informa não ver. Ele não viu o “valerioduto”, não viu o “mensalão, ele não sabia de nada, mas o que ele vê nós não conseguimos ver: uma elite tentando derrubá-lo. Mas, se a elite é beneficiária em boa parte da postura adotada pelo Presidente da República, não sei por que haveria ela de se articular para derrubá-lo. Portanto, Sr. Presidente, não há como aceitar determinadas acusações do Presidente Lula relativamente a adversários ou a uma suposta elite que ele procura identificar não sei em que esconderijo deste País.

Criticou as empresas brasileiras por não comprarem aeronaves da Embraer, mas foi comprar o “aerolula” onde? “Façam o que eu digo, mas não o que eu faço”. O “aerolula”, por acaso, foi comprado no Brasil ou de uma empresa ou de uma empresa estrangeira, sem concorrência pública? Não houve concorrência pública e pagou-se valor estratosférico pelo Aerolula. Pelo Aerolula pagou-se mais do que se gastou, por exemplo, em saneamento ambiental urbano no ano passado. As prestações – Senador Heráclito Fortes lembra que se pagou adiantado – as prestações saldadas no ano passado se constituíram em valor superior a todo o gasto do Governo em saneamento ambiental urbano no País.

Como se saneamento urbano não fosse importante e não dissesse respeito à saúde da população.

Enfim, eu não poderia deixar de mencionar, também, Senador Amir Lando – que daqui a pouco ocupará esta tribuna –, eu não poderia deixar de mencionar a análise da socióloga Lembruguer, uma das responsáveis pela elaboração do Plano de Governo, na campanha passada, do candidato Lula, no capítulo referente ao Sistema Penitenciário. Eu abordei essa questão há poucos dias, mas eu quero trazer, exatamente, o que ela disse:

“Lula dizia que era o único Presidente que já assumiria com um plano de segurança e começaria a ser implementado no primeiro dia do seu Governo”. E ela diz mais: “E, aí, ele assume e esquece tudo”. Não é a Oposição que está dizendo... O Presidente não pode, neste caso, pedir aos seus opositores que lavem a boca para criticá-lo, como o fez ontem em Pernambuco. Quem o critica aqui é a socióloga, sua companheira de partido, que elaborou parte de seu programa de governo.

E ela diz mais: é verdade, o Presidente Lula tomou posse, esqueceu de tudo, de todas as promessas mirabolantes feitas para se eleger. Caracterizou-se - e aí somos nós que afirmamos, com licença do Presidente Lula, o fato de ter descumprido os principais compromissos e desonrado as principais promessas –, ao vencer, como responsável por um grande estelionato eleitoral, um dos maiores da nossa história.

Vale ressaltar que, no capítulo de segurança, a maioria das 27 propostas para reverter o caos nos presídios e coibir a expansão de grupos criminosos, como o PCC, não foram postas em prática. O contingenciamento de recursos, por exemplo, do Fundo Penitenciário é verdadeiro crime. Pelo menos, R\$140 milhões estão bloqueados do Fundo Penitenciário.

Portanto, Sr. Presidente, não vou abordar outras questões para permitir a V. Ex^a que ocupe esta tribuna. Mas, gostaríamos de ver essa campanha eleitoral desenvolver-se com uma decisão competente dos temas que interessam ao povo brasileiro.

Vamos deixar o linguajar próprio de palanque lá no fim da rua, porque isso pode até se justificar quando estamos iniciando nossa trajetória política como candidatos à Câmara de Vereadores, mas, não tem mais sentido quando se trata de disputar a Presidência da República de um país tão importante como o Brasil.

Creio que o povo brasileiro merece outro modelo, outra postura, estilo diferenciado, para que o debate de todos os problemas nacionais se trave de forma elevada, ativa e competente, pelos nossos candidatos à Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 118ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de julho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Alvaro Dias, Antônio João,
Sérgio Zambiasi e João Batista Motta.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 73, DE 2006-CN

Mensagem nº 73, de 2006-CN (nº 586/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos §§ 5º e 6º do art. 76 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Co-

missão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação ao Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 190, DE 2006

(Nº 562, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e com o art. 5º do Decreto nº 4.652, de 27 de março de 2003, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Brasília, 18 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MILTON BARBOSA CORDEIRO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

- **Estado Civil:** Casado
- **Nacionalidade:** Brasileira
- **Idade:** 55
- **Naturalidade:** Pavão – MG
- **Filiação:** Roque Barbosa Cordeiro e Julina Antunes Viana
- **Endereço:** Trav. Quintino Bocaiúva, 1145 ap. 604
- **RG Nº** 2.188 – OAB-PA – CPF. 026.480.672-72.
- **E-Mail:** mgti@amazon.com.br

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

1978 Pará	Universidade Federal do Pará - UFPA	Belém,
▪	Bacharel em Direito	
1990 Pará	Universidade da Amazônia - UNAMA	Belém,
▪	Bacharel em Ciências Contábeis	
2002 Pará	Universidade do Estado do Pará - UEPA	Belém,
▪	Pós Graduação: Especialização em “Gestão de Agronegócios”.	

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Até agosto de 1969

- Trabalhador rural sob regime de economia familiar em Sobrado – Pinheiro-ES

De agosto de 1969 a dezembro de 1970

- Trabalhador rural sob regime de economia familiar em Rondon do Pará-PA

De dezembro de 1970 a fevereiro de 1971

- Comerciário, em Belém(PA)

Fev/1971 a nov/1972 Banco da Bahia S.A. Belém, Pará

- Investigador de Cadastro

Dez/1972 a Abril/1977 Banco Bandeirantes S.A. Belém, Pará

- Chefe de Cadastro, de Cobrança, de Desconto e de Tesouraria;

Out/1977 em diante - Banco da Amazônia S.A.

- Aprovado em Concurso Público e admitido em 27.10.1977. Até 1991 ocupou as seguintes funções comissionadas, na matriz do Banco na Av. Presidente Vargas, 800, em Belém-PA
 - Chefe de Seção de Captação de Recursos;
 - Especialista em Planejamento;
 - Assessor do Departamento Financeiro e de Contabilidade;
 - Chefe da Seção de Planejamento e Normas Tributárias;
 - Analista de Projetos;
 - Outras funções em caráter interino (Chefe de Divisão de Contabilização, Chefe de Divisão de Conciliação e Estudos Contábeis e Chefe de Divisão de Contabilidade Gerencial).
- A partir de 1992, tendo sido qualificado em curso específico para Administrador de Agência Bancária (Gerente Geral) foi transferido da Matriz para as Agências, tendo ocupado as seguintes funções:
 - Gerência Geral em agência do interior, Bragança(PA) e em Belém-PA ocupou mesma função nas três agências da Capital, sendo que uma delas, a Agência Belém-Centro foi destacada como a maior do Banco.
 - Instrutor da área de RH, na matriz do Banco, em Belém, de matérias relacionadas ao Direito Bancário.
- Eleito, em 17.04.2003, Diretor do Banco da Amazônia S.A, onde ocupa a função de Diretor de Crédito, com atribuição

de coordenar a concessão dos créditos em todos os níveis e modalidades. Durante esses 03 (três) anos o Banco se destacou em todas as áreas de crédito com crescimento recorde em sua história operacional.

- Representante titular do Banco no Conselho Deliberativo do SEBRAE-AM;
- Representante titular do Banco na Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Representante titular do Banco na Câmara de Fiscalização e Promoção do Trabalho Rural – DRT-PA
- Participação ativa, como Diretor de Crédito, em diversos eventos regionais, estaduais/municipais organizados na região amazônica pelo Banco e/ou pela sociedade civil;

CURSOS E EVENTOS MAIS RECENTES

- Curso de Reciclagem na Área de Direito “VI Curso de Preparação à Carreira da Magistratura”.
Realização: Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará
Carga Horária: 300 horas/aula;
- Participação em diversos seminários nas áreas do Direito do Trabalho, Civil e Criminal. Participação de curso “Direito do Consumidor com Ênfase nos Contratos Bancários”.
- Participação em diversos seminários e workshops relacionados às áreas Administração de Recursos Humanos, Habilidades Gerenciais, Concessão de Crédito, Risco Bancário (Acordo de Basileia), Qualidade Total e Globalização, dentre outros.

OUTRAS INFORMAÇÕES

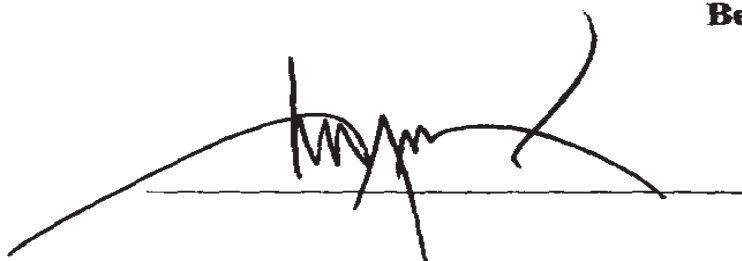
- Aprovado em Concurso Público para o quadro de advogados do Banco, conforme DOU de 19/08/1997.

PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS POPULARES

- Representação discente, por eleição, junto aos Departamentos de Direito Público, da Faculdade de Direito da UFPA – 1976/77;
- Sócio fundador da “Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH” – (Paróquia da Igreja N.S. Aparecida) – Pedreira - Belém-PA - agosto/77, tendo exercido a advocacia em causas coletivas;

- **Participação no Comitê Paraense pela Anistia Política – 1979;**
- **Sócio fundador e integrante do conselho científico do “Centro de Estudos Econômicos Políticos e Sociais do Estado do Pará – CEDEPES” – (Paróquia N. S. da Conceição – Belém-PA), início dos anos 80, hoje extinto;**
- **Sócio fundador da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia – AEBA, 02/87, integrando por dois mandatos a sua Diretoria e participante dos seus encontros nacionais;**
- **Participação nos movimentos vinculados ao Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá;**

Belém (PA), abril de 2006



Aviso nº 793 – C. Civil

Em 18 de julho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Milton Barbosa Cordeiro para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

MENSAGEM Nº 191, DE 2006

(Nº 591, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e pela Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Michel Dib Tachy para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 24 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

DADOS PESSOAIS

Nome: Michel Dib Tachy

Endereço: Rod. Augusto Montenegro, 6000, Green Ville II, Al. Mont Parnasse, 12

CEP: 66.635-110

Nascimento: 02.11.1932– Prainha – PA

Filiação: José Jorge Tachy e Malaquí Dib Tachy

Estado Civil: Casado

Engenheiro Civil, CREA nº 514D – 1ª Região

Advogado: OAB/PA, Nº 6205B

CPF: 000.376.135-53

Identidade Militar Nº 8 G 648935– 8ª RM

Título Eleitor: 247360313/17 Zona: 001 Seção: 0346

2. ESCOLARIDADE

Formação Superior: Escola de Engenharia da Universidade Federal do Pará – Belém – 1956/60

Faculdade de Direito Cândido Mendes – Rio de Janeiro – 1976/80

Extensão: Curso de Refinação de Petróleo – Rio de Janeiro – 1961/62

Cursos Complementares:

- **Administração Contábil e Financeira** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 1963
- **Administração de Produção** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 1963
- **Administração Mercadológica** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 1963
- **Planejamento de Operações da Técnica “Pert”** Escola de Administração da Universidade da Bahia – 08/1964
- **Produtividade Industrial** Região de Produção da Bahia – 03/1965
- **Estatística Industrial** Refinaria Landulpho Alves – Bahia – 1966

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1 PETROBRÁS

- Coordenador Adjunto dos Cursos de Refinação e Manutenção do Nordeste – Bahia – 1963;
- Professor no Curso de Refinação do Nordeste – Bahia – 1963;
- Chefe da Divisão de Áreas do Departamento de Manutenção da RLAN (**REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIPE**) – 11/1963 à 06/1964;
- Chefe do Departamento de Utilidade da RLAN – 07/04/64 à 20/10/67;
- Professor de “Equipamentos Industriais” da Escola Politécnica da Universidade da Bahia – 06/1967 à 02/1969;

- Chefe da Divisão de Engenharia de Produção da RLAM 20/10/67 à 10/12/68;
- Coordenador do Programa que alcançou produção pioneira de óleos lubrificantes e parafinas no Brasil – RLAM – 10/12/68 à 10/09/70;
- Adjunto do Superintendente de Produção da RLAM de 10/12/68 à 10/09/70;
- Superintendente de Produção da RLAM- 10/09/70 à 04/07/74;
- Chefe da Divisão de Pré-Operação da Refinaria de São José dos Campos - 16/12/74 à 31/01/77;
- Superintendente de Produção da Refinaria de São José dos Campos- 01/01/77 à 31/08/77;
- Chefe da Divisão de Acompanhamento Operacional do Departamento Industrial 01/09/77 à 07/10/79;
- Superintendente da Refinaria Duque de Caxias - 08/10/79 à 31.07/81;
- Superintendente Adjunto de Produção do Departamento Industrial – 01/08/81 à 01/03/85;
- Gerente de Engenharia Industrial da **BRASPETRO** – 02/03/85 à 02/01/86;
- Assistente do Superintendente Geral do Departamento Industrial de 03/01/86 à 02/09/89;

3.2 OUTRAS:

- Sócio-Gerente do Estaleiro Rondon Ltda.– 09/89 à 12/90, em Belém/PA;
- Presidente do Diretório Regional do Partido Liberal– PL, Secção do Pará 12/1990 à 2003;
- Membro do Diretório Nacional do Partido Liberal– PL, desde 1995;
- Assessor Especial do Governo do Estado do Pará, no período de março/91 à junho/94;
- Diretor Presidente e Membro do Conselho Administração da Companhia de Mineração do Pará – PARAMINÉRIOS – maio/95 à maio/96 e de 09/01/99 à 26/06/01;
- Advogado militante, em especial no Direito Eleitoral;
- Autor do Livro “A NOVA LEI ELEITORAL COMENTADA”– 1996 Editora CEJUP e do romance “Zir, O Guerreiro”– 1998 Ed. CEJUP;
- Superintendente da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental– AHIMOR – 31.03.2003.....;
- Representante do Ministério dos Transportes no Conselho Executivo Regional da Bacia Amazônica para preparação do Plano Nacional de Recursos Hídricos 05/11/2004.....

3.3 TRABALHOS EM COMISSÃO:

- Membro do GT (Grupo de Trabalho) para estudar o aproveitamento dos hidrocarbonetos da Bacia de Campos– OS nº P-32/76 – **PETROBRAS**;
- Membro do GT para estudar medidas ao implemento das exportações da **PETROBRAS**– OS nº P-06/82;

C

- Coordenador do Programa de Produção de Coque Regular e Agulha na PETROBRAS – 1987 à 1989.

3.4 PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO / SIMPÓSIOS / SEMINÁRIOS:

- Simpósio franco-brasileiro sobre a Indústria Petroquímica, Salvador/BA – 03 à 08/12/72;
- 1º Encontro sobre Engenharia para Indústrias de Petróleo e Petroquímica, Rio de Janeiro – 10/75;
- 1º Congresso Brasileiro de Petróleo, Rio de Janeiro– 05 à 10/11/78;
- 3º Congresso Brasileiro de Petroquímica, Rio de Janeiro– 11/10/84;
- Participação no 1º Seminário Internacional de Direito de Petróleo, Rio de Janeiro– 17 à 19/10/88;
- Participação na 118º Encontro Anual da AIME/TMS, sobre tecnologia de Carbono– Fevereiro/Março de 1989– Las Vegas/EUA.

3.5 MISSÃO NO EXTERIOR

- **Milão/Itália:** acompanhamento do Projeto Técnico da Refinaria de São José dos Campos – maio à dezembro de 1974;
- **Argentina:** recrutamento de profissionais de nível superior para a PETROBRAS– 1977;
- **Trindad/Tobago** negociação com a TRINTTOC para prestação de serviços técnicos na área de refino– BRASPETRO– 1979;
- **Venezuela:** refinaria de Amuay e Cardon – Estudo de adaptação de unidades ao refino de Petróleo com elevada acidez naftênica– agosto à setembro de 1981;
- **Arábia Saudita:** participação em missão para negociar contrato de importação de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo)– 15 à 21/09/82;
- **Egito:** missão para negociar prestação de serviços na área de refino– 12 à 20/09/84;
- **Argélia:** negociação para construção de Unidade de recuperação de propileno para a refinaria Skikd – 1984;
- **Angola:** avaliação da Refinaria de Luanda para oferecimento de Assistência Técnica pela BRASPETRO– 1988;
- **Equador:** avaliação das refinarias da Península Santa Helena para oferecimento de Assistência Técnica pela BRASPETRO– 1988.

3.6 VISITAS TÉCNICAS AO EXTERIOR

3.6.1 EUA

- **Dezembro/1970**
Refinarias de Pearsl Boro – New Jersey
East Chicago – Indiana
Dx Sun Ray – Tulsa
Atlantic Houston – Texas
Esso Research Center – New Jersey

Harvey Research Center – Chicago

- Unidade de Calcinação de Coque de Chalmert em Gramerey – Louisiana – março de 1989.

3.4 ITÁLIA

Refinaria de SANROCK – Sardenha – 1974.

Belém (PA), 11 de abril de 2006.



MICHEL DIB TACHY

Aviso nº 828 – C. Civil

Brasília, 24 de julho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Michel Dib Tachy para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As mensagens que acabam de ser lidas vão às Comissões de Desenvolvimento Regional e de Serviços de Infra-Estrutura, respectivamente.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 192, DE 2006

(Nº 622, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 27 e 28 de julho de 2006, a fim de participar da solenidade de posse do novo Presidente do Peru, em Lima.

Brasília, 26 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 858 – C. Civil

Em 26 de julho de 2006

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 27 e 28 de julho de 2006, a fim de participar da solenidade de posse do novo Presidente do Peru, em Lima.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 189, de 2006** (nº 583/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do **caput** do art. 76 da Lei nº 11.178, de 2005, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria, juntada ao processado da Mensagem nº 9, de 2006, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 313, de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para o fim que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 313

Publicação no DO

26-7-2006

Emendas

até 1º-8-2006

(7º dia da publicação)

Prazo final na Comissão

26-7-2006 a 8-8-2006 (14º dia)

Remessa do Processo à CD

8-8-2006

Prazo na CD

de 9-8-2006 a 22-8-2006

(15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF

22-8-2006

Prazo no SF

23-8-2006 a 5-9-2006

(42º dia)

Se modificado, devolução à CD

5-9-2006

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD

6-9-2006 a 8-9-2006

(43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
9-9-2006 (46º dia)

Prazo final no Congresso

23-9-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2006 (nº 1.586/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José Boiteux, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2006 (nº 1.857/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade do Vale do Itajaí para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2006 (nº 2.084/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vale das Esmeraldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pontalina, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2006 (nº 2.010/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale do Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2006 (nº 2.113/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Britto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anicuns, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2006 (nº 2.117/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Erval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erval Velho, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2006 (nº 2.128/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Minaçu, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2006 (nº 2.008/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural União Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2006 (nº 2.046/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Asa Branca Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2006 (nº 2.024/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Transversal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2006 (nº 2.043/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Carmanhães & Ferreira – Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2006 (nº 2.103/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2006 (nº 2.116/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Virginius da Gama e Melo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2006 (nº 1.965/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Colinas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2006 (nº 1.982/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Integrada Conhecer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2006 (nº 1.990/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2006 (nº 2.020/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Aurora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias, Estado do Maranhão;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2006 (nº 2.027/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Porciúncula a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2006 (nº 1.991/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2006 (nº 2.094/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2006

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 18 do corrente, do ator Raul Cortez, bem como apresentação de condolências às suas filhas Ligia e Maria e às netas Vitória e Clara.

Justificação

Cai o pano. A dramaturgia brasileira está de luto. Perdeu um de seus maiores nomes dos últimos tempos, Raul Cortez um ator cujo legado lembrará alguém que viveu para festejar uma vida de personagens. Vítima de um câncer na região abdominal o ator morreu no último dia 18, aos 73 anos, no hospital Sírio Libanês, na Bela Vista, em São Paulo. Ele estava internado desde o dia 30 de junho. Seu último trabalho foi na minissérie “JK” da TV Globo.

Raul Cortez nasceu na cidade de São Paulo em 28 de agosto de 1932.

Ele tinha uma extensa carreira na TV, no cinema e no teatro. Ator querido por Benedito Ruy Barbosa, participou de diversas tramas do autor como Esperança, em 2002, Terra Nostra em 1999 e O Rei do Gado em 1996.

No teatro, Cortez trabalhou com alguns dos principais diretores, como Zé Celso Martinez, do Teatro Oficina, Antunes Filho, Ziembinski e Oduvaldo Viana Filho. Em 1963, ganhava o Prêmio APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte) de Melhor Ator Coadjuvante pela peça “Os Pequenos Burgueses”, dirigida por Zé Celso.

Mais recentemente, Cortez chamou a atenção ao montar duas peças do dramaturgo contestador Mário Bortolotto, Fica Frio – Uma Road Peça e À Meia-Noite um Solo de Sax em Minha Cabeça.

Não se achava bonito. Mas sim um sedutor. Um homem de charme que fez história no teatro, cinema e televisão. Raul Cortez fez da vida uma história de palco. Ao longo da vida, entrou no corpo de mais de uma centena de personagens.

Em jovem chegou a estudar direito. Mas um encontro com o teatro brasileiro de comédia mudou-lhe as voltas ao destino. O pai não queria um filho ator. O filho venceu as teimosias do pai e tudo fez para ser ator.

As primeiras experiências no palco foram para esquecer, com o nervosismo a falar mais alto. Ainda na década de 50 estreia no cinema. Mas é na televisão que o ator se revelou. A fama começa com as telenovelas brasileiras.

Ficam guardados nos arquivos da Globo e na memória de milhões de pessoas em todo o Mundo os papéis em novelas como “Água Viva”, “Baila Comigo”, “Brega e Chique”, “Mandala”, “Rainha da Sucata”, “Rei do Gado”, “Terra Nostra” e “Esperança”. Uma das personagens mais marcantes foi a de Jeremias Berdinazzi, um imigrante italiano na novela “Rei do Gado”. O último papel foi o de Barão do Bonsucesso, em “Senhora do Destino”.

Irreverente, nunca deixou de surpreender, e não foi com muita surpresa que os brasileiros o viram en-

ganar a doença, quando surge a desfilar, em junho do ano passado, numa semana de moda em São Paulo. Porque a moda também é palco.

A um ano de completar 50 de carreira, disse na última entrevista que ia festejar esta vida de personagens. Mas também queria ser festejado.

Nas últimas palavras que ficam, disse não gostar que o tratassem por senhor. Raul Cortez deixa em entrelinhas que amou menos do que gostaria. Mas não morre sozinho. Duas filhas, uma última companheira que nunca quis revelar o nome e para sempre o palco que o acompanhou em vida.

Sala das Sessões, de 26 de junho de 2006. – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2006

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 22 do corrente, do ator Gianfrancesco Guarnieri, bem como apresentação de condolências aos familiares, sua esposa Vanya Sant'Anna, aos filhos Flávio, Paulo, Cacau, Mariana e Fernando.

Justificação

O palco está vazio. Lá nunca mais vai estar Gianfrancesco Guarnieri, ator e dramaturgo que mudou os rumos da dramaturgia brasileira com a obra.

Eles não Usam Black-Tie. Vítima de insuficiência renal Gianfrancesco Guarnieri, morreu aos 71 anos, em São Paulo. Ele estava internado no Hospital Sírio Libanês desde o dia 2 de junho.

Guarnieri nasceu em Milão, Itália, no dia 6 de agosto de 1934, filho dos músicos Edoardo e Elsa de Guarnieri. Em 1937 seus pais migraram para o Brasil e foram morar no Rio, onde ele morou até 1953, quando mudou-se para São Paulo.

Ainda garoto, Guarnieri debatia-se entre duas vocações – a militância ou a poesia. “Desde cedo sentia-me dividido entre a ação política concreta e o caminho mais contemplativo, da ação cultural e artística”, afirmou em recente entrevista ao estado, em sua casa, em Mairiporã. De certa forma, ele uniu as duas vocações ao estreitar, no palco do Arena, com eles não usam Black-Tie, inaugurando no teatro um novo caminho de investigação da realidade brasileira.

Sua primeira lição como escritor veio aos 13 anos, ainda no Rio, quando começou a escrever para o jornal da **Juventude Comunista**. “Eu achava que escrever para jornal era escrever difícil. Ao ler meu primeiro texto, o editor rasgou a matéria e quase me agrediu fisicamente.”

Mas justamente por ter aprendido como escrever com clareza e concisão, aprenderia outra lição importante na sua primeira “tentativa” de escrever uma peça teatral, no colégio de padres Santo Antônio Maria Zacharias, no Rio. A peça chamava-se “Sombras do Passado” e tinha como “alvo” um vice-reitor prepotente. “Era horrível reavaliaria ele depois de tornar-se autor consagrado. Mas o padre que tomava conta do teatro gostou, e a peça foi montada. O “problema” foi que Guarnieri interpretou o personagem principal e, embora a peça tratasse de um tema que nada tinha a ver com o colégio, ele representou tão bem que os alunos reconheceram no prepotente protagonista de uma casa o odiado “vice-reitor” e começaram a gritar seu nome durante o espetáculo. A peça foi muito aplaudida e Guarnieri foi expulso do colégio.

O duplo talento que explodiu nessa primeira experiência – para retratar uma realidade observada, ou vivida, e para interpretar os personagens dessa realidade – jamais o abandonaria. O episódio escolar seria lembrado mais tarde, em 1961, quando A Semente foi proibida pela censura na véspera de sua estréia no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). O golpe militar ainda não tinha estourado e ele já tinha problemas com o poder.

“O texto constitui claro e audacioso incitamento à subversão da ordem pública, objetivando solapar as suas bases e a estrutura do regime democrático vigente no País”, dizia o parecer do censor. Curiosamente, nesse texto, ele criticava a rigidez do Partido Comunista e a excessiva determinação de líderes da esquerda que atingia a indiferença com o “lado humano” das causas políticas. O forte movimento dos intelectuais e da imprensa acabaram anulando a interdição, e a peça estreou com Cleyde Yáconis, Nathalia Timberg, Leonardo Villar e Guarnieri no elenco.

Assim que chegou a São Paulo, Guarnieri decidiu investir no talento que causou sua expulsão no colégio. Em 1955, ajudou a fundar o Teatro Paulista do Estudante e ganhou seu primeiro prêmio de ator como protagonista da peça Está lá Fora um Inspetor, de Priestley. Um ano depois, em 1956, entrou para o Arena, onde também ganhou um dos mais cobiçados prêmios da época, o APCA de revelação de ator no papel de George na peça Ratos e Homens, de Steinbeck, dirigida por Augusto Boal. Na mesma época foi chamado pelo diretor Roberto Santos para fazer sua primeira atuação em cinema, no filme O Grande Momento.

Depois do estrondoso sucesso de Black-Tie, nunca mais parou. Gimba, A Semente, Ponto de Partida, O Filho do Cão, Marta Saré, Castro Alves Pede Passagem, Arena Conta Zumbi e Arena Conta Tiradentes

– essas duas últimas escritas em parceria com Boal – Um Grito Parado no Ar. Foram muitas as peças, em que ele também integrava o elenco, sempre em boas atuações. E não só no teatro. Guarnieri integra aquela geração de atores que ajudou a televisão a dar os seus primeiros passos, seja no Grande Teatro Tupi ou nas primeiras novelas.

Quem viu, jamais esquecerá sua criação do personagem Tonho da Lua, o maluquinho da novela Mulheres de Areia, mais tarde regravada na Rede Globo, com Marcos Frota vivendo o mesmo papel. Igualmente inesquecível o Jejê, apelido de Jerônimo Machado, o trambiqueiro da novela Cambalacho, na qual contracenava, mais uma vez, com a amiga Fernanda Montenegro. Os muito jovens devem se lembrar de sua participação especial na novela Terra Nostra, como o “pai italiano” da Giuliana vivida por Ana Paulo Arósio.

Guarnieir deixa o palco da vida com o personagem Pepe da novela Belíssima, seu último trabalho.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2006. – Senador **Eduardo Suplicy**.

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, ocorrido no dia 24 deste mês de julho, no Município de Guapimirim - RJ.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento, dia 24 de julho de 2006, no Município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro, do jornalista amazonense Ajuricaba Monassa de Paula, um idealista e antigo batalhador pela liberdade e justiça social.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja levado ao conhecimento de seus familiares.

Justificação

O jornalista amazonense Ajuricaba Monassa de Paula, amigo muito querido e companheiro de luta contra a ditadura, foi brutalmente assassinado na tarde da última segunda-feira. Ele estava à porta da casa de sua sogra, na cidade de Guapimirim - RJ, quando chegou o vereador Osvaldo Vivas, acompanhado de um tio e um sobrinho, e passou a espancá-lo brutalmente. O motivo estaria relacionado com uma disputa judicial em torno daquela casa, mas isso não vem ao caso. O fato é que se tratou de acessão absurdamente covarde, pois segundo a Assinação Brasileira de Imprensa – ABI, o vereador é faixa preta em luta marcial e meu amigo jornalista era homem de 73 anos de idade. Ele não resistiu aos ferimentos e morreu praticamente na hora. Faço este registro com muita tristeza, pois se

tratava de amizade herdada do meu pai. Ajuricaba em amigo dele e também do ex-Deputado e ex-Ministro amazonense Almino Afonso. Sempre esteve muito ligado à vida política do País. Iniciou-se na profissão no jornal **Imprensa Popular**, mantido no Rio de Janeiro pelo antigo Partido Comunista Brasileiro. Era comunista e prestista. Esteve entre as cerca de 500 pessoas que foram ao aeroporto, no Rio de Janeiro, receber Luís Carlos Prestes, em 1979, quando voltava de seu último exílio. Acompanhou-o até sua casa. Eu mesmo, certa vez, fui com ele comemorar um aniversário de Prestes num longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Ele era daquela geração de brasileiros que homenageava o Cavaleiro da Esperança, dando a filhos o nome de Luís Carlos, nome do seu filho mais velho, do primeiro casamento. E manteve-se fiel a seus ideais. Era dogmático inflexível, intransigente com a moralidade pública, intolerante com a corrupção. Preservamos, ao longo dos anos, relação estreita e afetuosa. Frequentemente ele se manifestava sobre minhas posições, desde os tempos de Deputado Federal, primeiro por telegrama, depois por fax e mais recentemente por **e-mail**, ora aplaudindo-as, ora criticando-as, principalmente em matéria econômica, pois era um nacional desenvolvimentista. Por seu idealismo, por sua história de luta pela liberdade, contra a ditadura e por injustiça social, ele se torna merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 853, DE 2006

Requer voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova promissora revelação do Caratê no Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, de apenas 10 anos, faixa preta que desponta como nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Fabrício Gutemberg tem apenas 10 anos, mora em Manaus há um ano e já é vice-campeão amazonense de Caratê (2005), na categoria mirim. É a mais nova e promissora revelação desse esporte, que pratica desde os quatro anos de idade. Nesses últimos seis meses, ele não participou de competições, para se dedicar aos estudos. Apenas treina, para progredir

e chegar a ser o primeiro no Amazonas nessa modalidade. Vai chegar.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2006

Requer voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu inclusive uma pequena deficiência física.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao atleta Alex Taveira, jovem de 20 anos que teve perseverança e força de vontade para vencer pequena deficiência física, tornando-se tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do homenageado e à Federação Amazonense de Jiu-Jitsu.

Justificação

Dedicação, perseverança, força de vontade. Esses três requisitos fazem parte da vida do atleta amazonense Alex Taveira, já tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas. Alex nasceu com a perna direita mais curta e, a despeito do grande desafio que representava a superação de preconceitos, foi em frente e venceu. Hoje é tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu. Ele não para aí. Quer ir adiante para conquistar novos troféus. Vai chegar lá, sem dúvida!

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 855, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pelo falecimento dia 18 de julho de 2006, do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri.

Requeiro também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do ator, em São Paulo - SP, e à Rede Globo.

Justificação

Consagrado como um dos melhores participantes das novelas de televisão, Gianfrancesco Guarnieri foi muito mais. Com uma vida dedicada ao teatro, seu nome inscreve-se definitivamente na dramaturgia brasileira com a peça Eles Não Usam **Black-Tie** por ele

escrita e encenada no Teatro de Arena, de São Paulo, no ano de 1958. Como essa, também são de forte cunho político duas outras peças em que atuou: Arena canta Zumbi, em 1965, e, mais recentemente, A Luta secreta de Maria da Encarnação que foi um de seus últimos textos, em 2001. O ator e um dos nomes de maior relevo do teatro brasileiro e também do cinema e das novelas da televisão. Entre outras novelas, integrou o elenco de Belíssima na Globo, mas teve que sair em virtude do agravamento de seu estado de saúde. Natural de Milão, Itália, em 1934, mas há muito vivia no Brasil. Morre aos 71 anos, deixando cinco filhos e sete netos. A doença o obrigou a recolher-se ao lar, na Serra da Cantareira, Grande São Paulo.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 856, DE 2006

Requer voto de pesar pela morte, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, de Jorge Antonio Seffair Bulbol, mais uma vítima da violência no País.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pela morte trágica, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbol, vítima da violência no País.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares de Jorge Bulbol.

Justificação

Sensibiliza-me a morte do engenheiro Jorge Bulbol, assassinado em seu apartamento, em Manaus. Ele foi mais uma vítima da violência, num cenário que se amplia no País, deixando as famílias sem segurança até mesmo em suas residências. Conheci Bulbol, o Jorginho, como é conhecido na Capital do Amazonas. Engenheiro, ele foi servidor da Prefeitura de Manaus, durante meu mandato como Prefeito, sempre foi uma pessoa trabalhadora, cheio de vida e desportista, amante do futebol. Na noite em que foi morto, havia regressado pouco antes de uma partida de futebol.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 857, DE 2006

Requer voto de aplauso ao fotógrafo Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro “Árvores da Amazônia”, publicado pela Editora Empresa das Artes.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

Anais do Senado, voto de aplauso ao fotógrafo amazonense Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro “Árvores da Amazônia”, publicado pela Editora Empresa das Artes.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da direção da Editora Empresa das Artes.

Justificação

Brasileiro no sobrenome, amazonense no prenome. Assim é Silvestre Silva, o fotógrafo amazonense apaixonado pela natureza exuberante da Amazônia. Como bem registra a colunista Liduína Moura, do jornal **O Estado do Amazonas**, esse notável técnico e artista fotográfico, Silvestre no nome e na sua paixão principal, que é fotografar a natureza amazônica. Nesse novo livro, Silvestre reúne 400 fotos do espetáculo cotidiano da nossa flora; primavera, revelada em **dicks** mágicos com a benção da Floresta, ainda no dizer de Liduína. Ele é, pois, merecedor do voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 26 julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 858, DE 2006

Requer voto de aplauso ao ex-volante Dunga, por ter aceitado o convite para assumir o cargo de Técnico da Seleção Brasileira de Futebol.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao ex-volante Carlos Caetano Bledorn Verri, conhecido pelo nome profissional de Dunga, por ter aceitado o convite para assumir o cargo de Técnico da Seleção Brasileira de Futebol.

Requento, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Direção da Confederação Brasileira de Futebol.

Justificação

Depois da frustração nacional com a pífia atuação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo há pouco realizada na Alemanha, a escolha do ex-volante Dunga para assumir o comando da Seleção foi muito bem recebida no País, como se pôde ver pela repercussão que teve na imprensa. Ele representa exatamente aquilo que pareceu ter faltado à equipe que esteve na Alemanha: garra, vibração, espírito de luta, vontade de vencer. Dunga, nos tempos em que vestiu a camisa da Seleção Brasileira e, como capitão, a comandou dentro do campo, foi exemplo de empenho, de dedicação. Não somente dava tudo de si, como co-

brava dos companheiros igual atitude. Sua passagem pela Seleção ficou tão indelevelmente marcada na memória de todos que acompanhamos o futebol que passou a ser conhecida como a “era Dunga”, sinônimo de garra. Ganhar ou perder faz parte do esporte. Dunga mesmo integrou a Seleção derrotada na Copa de 90, mas procurou corrigir o que identificou como seus próprios pontos fracos e, na Copa seguinte, em 94, comandou em campo a equipe vitoriosa e subiu ao pódio para erguer a Taça do Tetracampeonato. Ele não tem a experiência do técnico de futebol, nunca exerceu essa função, mas traz para a Seleção a vibração que a ela faltou. “Jogador que não vibra e que não faz o torcedor vibrar fica difícil de jogar na Seleção”, foi o recado que ele deu logo depois de anunciada sua escolha como seu novo Técnico. Nascido em Ijuí - RS, em 1963, Dunga, além de ter sido o capitão da Seleção que conquistou o Tetra, nos Estados Unidos, foi integrante dos times que venceram a Copa América por duas vezes (1989 e 1997), a Taça **Stanley Rous** (1987) e a Copa das Confederações (1997). Foi também Campeão Brasileiro de Juniores, Campeão da Copa Kirin no Japão, Tricampeão Gaúcho, Campeão da Taça **Los Angeles**, Campeão da Taça Guanabara, Campeão Carioca, Campeão Japonês. Por sua carreira e pelo espírito de luta que imprimira a Seleção Brasileira de Futebol, ele se torna merecedor da homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 859, DE 2006

Requer voto de aplauso para a pesquisadora Noemi Vianna e ao jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que juntos realizaram um trabalho até então considerado didático e inédito no Brasil, reunindo em uma única obra, um

olhar completo sobre cinquenta e cinco espécies de árvores da Amazônia.

Trata-se de uma pesquisa minuciosa que durou de 1997 a 2005, percorrendo nove Estados da Amazônia, acumulando um enorme acervo fotográfico sobre as diversas espécies de árvores desta região.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 860, DE 2006

Requer voto de aplauso para o ex-Ministro Celso Lafer, por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, como sucessor do jurista Miguel Reale.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para o ex-Ministro Celso Lafer, pela sua eleição, por unanimidade, como sucessor de Miguel Reale na Cadeira nº 14, da Academia Brasileira de Letras.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

Com uma brilhante carreira no meio acadêmico, Celso Lafer é um intelectual de renome internacional, bem como detentor um extenso e valoroso currículo de serviços prestados ao País. Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1992 e, nesta condição, Vice-Presidente ex-officio da Conferência da ONU sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Em 1999 foi nomeado Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante o período de 2001 a 2002 foi novamente nomeado Ministro das Relações Exteriores, momento em que chefiou com maestria a delegação brasileira à Conferência Ministerial da OMC em Doha, que deu início à Rodada de Doha.

É portanto, com grande satisfação, que o País recebe a notícia que a Academia Brasileira de Letras elegeu, por unanimidade, Celso Lafer como sucessor de Miguel Reale, na Cadeira nº 14, que ocupou durante 31 anos até sua morte, em 14 de abril deste ano. A Cadeira nº 14 foi fundada por Clóvis Bevilacqua, que escolheu como patrono Franklin Távora. Teve como ocupantes Fernando de Azevedo e Reale.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 861, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o empresário João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto piloto “Craques do Futuro” que visa fazer de Manaus um grande pólo formador de atletas. Seus atletas já estão treinando em grandes equipes mineiras como o Cruzeiro e o Atlético Mineiro e participarão do Campeonato Brasileiro Infante-Juvenil, que será realizado em Londrina onde estarão presentes os maiores clubes do Brasil.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 862, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para Seleção Amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas da modalidade.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que se sagrou bicampeã brasileira da modalidade no campeonato realizado entre os dias 13 e 16 de julho na cidade de Recife. O lutador Lucivan Araújo foi considerado o melhor atleta da competição tendo recebido o certificado de “destaque” do campeonato.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 863, DE 2006**Requer Voto de Aplauso para a estudante Suene Moraes.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para a estudante Suene Moraes, que como portadora de necessidades especiais tem conseguido se destacar como aluna da 7ª série do ensaio fundamental, em uma escola estadual destinada a alunos normais.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a estudante Suene Silva de Moraes, de 18 anos, que portadora de paralisia cerebral, conseguiu vencer a falta de coordenação motora e a deficiência de dicção, se tornando uma aluna de exemplar na escola e hoje é representante de turma. Além disso, a estudante já venceu um concurso local de redação e foi indicado por uma professora da escola, vencedora do Prêmio Nacional de Alfabetização de Alunos Especiais, como a aluna de destaque.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 864, DE 2006**Requer Voto de Aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o atleta amazonense Jander Cardoso, que durante a realização das Olimpíadas Universitária de 2006, em Brasília, conquistou a medalha de ouro na prova de lançamento de dardo. Ressalte-se ainda que o atleta já tinha brilhado no ano anterior em Recife, conquistando a medalha de prata na mesma modalidade.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 865, DE 2006**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do advogado José Wagner do Amaral, ocorrido em 24 de julho deste ano.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 24 de julho, do advogado e Procurador aposentado da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), José Wagner do Amaral.

Requeiro também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O advogado José Wagner do Amaral, mineiro, natural de Carmo do Rio Claro, foi um dos pioneiros da Capital Federal. Mudou-se para Brasília em 1957 antes da sua inauguração. Como Procurador de 1ª categoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), colaborou para a construção de diversos prédios e ajudou a carregar pedras usadas nas fundações do Palácio da Alvorada.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. - Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao arquivo.

Esta é uma sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, com muita satisfação, à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, refiro-me ao prazer de contar, na abertura da sessão, com a presença do nosso querido Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador Renan Calheiros, nesta semana que está sendo dedicada, no Congresso Nacional, exclusivamente aos debates políticos.

Tenho convicção de que, semana que vem, quando teremos o esforço concentrado – a pauta, inclusive, do Senado está desobstruída, sem medidas provisórias –, possamos realizar votações importantes para o nosso País. Temos uma série de autoridades ainda para serem apreciadas pelo Plenário e outras matérias que, com certeza, ocuparão, de forma muito produtiva, os debates e as votações ao longo de terça, quarta e quinta-feira da semana que vem.

Estou ultimando, inclusive, o relatório de um projeto que vai fortalecer todo o programa nacional referente

à segurança alimentar, institucionalizando a garantia da segurança alimentar para o povo brasileiro como política de Estado e não tão-somente como política de governo. Espero que, semana que vem, com a pauta desobstruída, possamos apreciar o projeto nas comissões e aprová-lo no plenário. Penso que será um grande avanço para todos os que entendem que, sem a garantia da comida, país algum pode ter perspectiva de desenvolvimento.

Venho à tribuna no dia de hoje porque há uma série de matérias a serem tratadas, e, este ano, como no último período, os assuntos ética e combate à corrupção estão pautados. Não temos, obviamente, como deixar de tratá-los, de abordá-los. Principalmente, temos de discutir como aprimorar as instituições para que a corrupção em nosso País tenha um tratamento adequado, tendo em vista que é uma chaga que está instalada não somente na máquina pública, mas, infelizmente, em todas as estruturas da sociedade brasileira.

Pincei algumas matérias para ilustrar o assunto que pretendo tratar. Há poucos minutos, o **Globo Online** informou que a Polícia Federal faz uma megaoperação de combate à corrupção em Brasília, requisitando equipamentos, documentos e executando prisões. Trata-se da Operação Mão-de-obra, que tem como objetivo central combater fraudes em licitações em órgãos federais e que investiga empresas que realizam trabalhos na área de limpeza, de conservação e de informática que se revezavam nos órgãos públicos. Sempre uma das três acabava ganhando as licitações.

Sr. Presidente, antes de iniciarmos a sessão, V. Ex^a informou-me que, ao Senado, foram requisitados equipamentos e documentos, bem como à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), ao Ministério da Justiça e ao Departamento de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Essa é a amplitude que as investigações estão tomando para pegar esse esquema de compartilhamento e de ajuste entre empresas para se beneficiarem nas licitações.

Segunda-feira, os jornais deram grande destaque para uma outra operação da Polícia Federal, também de grande magnitude, denominada Operação Cerol, em que a Polícia Federal, combatendo a corrupção dentro da própria Polícia Federal, realizou a prisão de oito policiais federais, inclusive do alto escalão da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Delegados, advogados e empresários foram presos na sexta-feira passada porque manipulavam inquéritos sobre desvios de altas somas de dinheiro, principalmente da Previdência Social.

Portanto, a nossa combatida Previdência, cujo déficit temos tanta dificuldade de superar, segundo essa Operação Cerol, indiscutivelmente estava sendo

exaurida por inquéritos manipulados, em que as dívidas eram anuladas ou eram desviados os pagamentos. Trata-se de 400 inquéritos referentes ao não-recolhimento de contribuições previdenciárias por parte de empresários.

As pessoas presas que compunham o quadro dos funcionários públicos, detectados envolvidos nessa verdadeira quadrilha, inclusive tentaram assumir o controle até mesmo de inquéritos conduzidos pela força-tarefa previdenciária, mecanismo que já existia de forma muito incipiente no Governo anterior e que foi ampliado pelo Governo Lula, de forma significativa em praticamente todos os Estados, para combater as fraudes na Previdência.

Segundo o relatório, houve tentativas dessa organização de envolver membros do alto escalão do Governo e do Congresso. São quadrilhas que estão instaladas e funcionando de maneira articulada com os setores empresariais.

Além dessas duas notícias, continuamos acompanhando o desencadear da CPMI dos Sanguessugas. Ontem, tivemos oportunidade de debater o assunto no plenário, até porque nomes estão aparecendo, e, se há indícios ou provas, ainda não estão consolidados.

Hoje, a imprensa destaca nomes de dois companheiros nossos, o Senador Magno Malta e a Senadora Serys Slhessarenko. Inclusive, ontem tivemos a oportunidade de acompanhar as explicações da Senadora. É preciso ter todo o cuidado porque, nesse processo, praticamente o ônus da prova está sendo invertido, de forma que as pessoas devem provar que são inocentes em vez de se consolidar aquilo que, no Direito, sempre foi uma pedra angular: o fato de a prova caber ao acusador.

Os destaques que estão sendo dados no noticiário de hoje, além dos nossos dois Senadores – e ontem tivemos aqui o debate e os esclarecimentos da Senadora Serys Slhessarenko –, incluem o Deputado Paulo Magalhães, do PFL da Bahia, talvez por ser sobrinho do Senador Antonio Carlos Magalhães, e o Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, o empresário e ex-Deputado Emerson Kapaz.

Em todas essas investigações em andamento, que vão se consolidar, a tendência, quando se trata da questão da corrupção, é, muitas vezes, ficarmos no debate a respeito das pessoas, das personalidades. Não que isso não deva ser feito, não seja necessário, não se deva aprofundar; precisamos, inclusive, ter todo o cuidado ao fazê-lo, porque, como aqui já tive a oportunidade de realçar, nós invertemos o ônus da prova – agora não é mais do acusador. Infelizmente, cada vez mais, vai-se constituindo que o ônus da

prova é do acusado, numa linha totalmente invertida dentro do Direito.

Algo me preocupa e sobre o que já tive a oportunidade de fazer inúmeros pronunciamentos. Se pegarmos todos os episódios que estamos vivenciando nesses últimos tempos, nas últimas décadas, verificaremos que, nas questões vinculadas a atos de corrupção envolvendo personalidades, servidores públicos, máquina pública, setores empresariais, setores do Judiciário, setores do Legislativo, do Executivo a pergunta que sempre tem de ficar é: como vamos fortalecer as instituições para que elas tenham mecanismos de detectar, identificar e combater a corrupção?

Do meu ponto de vista, esse é o ponto mais importante e, muitas vezes, acaba sendo o acessório nesses debates.

É muito importante realçar a sucessão de operações executadas pela Polícia Federal – são mais de 300, já nem tenho mais o número exato –, só no período deste Governo. São quase quatro mil pessoas presas, das mais diversas esferas, desde funcionário público, inclusive de alto escalão, passando por juiz, empresário, a personalidades do mundo político. Essas operações se dão a partir exatamente da reestruturação da Polícia Federal, nesse último período, de fundamental importância. Quanto mais se descobrem os mecanismos de corrupção, mais ela vai-se especializando. E o combate à corrupção, Senador Luiz Otávio, deve também se especializar, cada vez mais, com instrumentos efetivos de inteligência, para antecipar as ações e não correr atrás do prejuízo.

Portanto, todos os aperfeiçoamentos e a reestruturação da Polícia Federal e essas centenas de operações que se desencadearam ao longo do último período merecem – e deveriam, inclusive, estar merecendo mais – destaque e acompanhamento do trabalho, porque serão ações como estas que irão consolidar as instituições no Estado brasileiro e garantir mecanismos para que possamos, efetivamente, promover o combate à corrupção.

Mecanismos como o que citei aqui das forças-tarefas, que integram setores como Polícia Federal, Ministério Público, Receita Federal, propiciando o compartilhamento de dados, são bem recentes, coisa de dois, três anos. Muitas vezes o Ministério Público tinha a quebra do sigilo e não podia repassar a outras instituições do próprio Estado brasileiro para que, a partir daí, pudesse complementar e interligar as investigações e fazer cruzamentos.

Foram as forças-tarefas no Ministério da Previdência, por exemplo, as responsáveis por uma série de embasamento dessas operações desencadeadas

pela Polícia Federal, semana após semana, e divulgadas pelos noticiários.

A própria investigação sobre a atuação dos sanguessugas – volto a afirmar, como já tive oportunidade de dizer inúmeras vezes – é fruto do resultado de trabalho realizado pela Controladoria-Geral da União, do nosso Ministro Waldir Pires, que instituiu, desde 2003, um sorteio mensal de 50 municípios brasileiros que sofreriam uma auditoria profunda em relação ao repasse e à aplicação dos recursos. E foi exatamente pelo resultado dessa auditoria e do cruzamento dos dados dessa auditoria que foi possível identificar que, por coincidência, todas as vezes que se comprava ambulância de determinadas empresas, havia superfaturamento. Foi exatamente essa consolidação das coincidências que fez com que se identificasse isso, e a Controladoria solicitou à Polícia Federal, que entrou na investigação, fez as escutas telefônicas e, com a atuação do Ministério Público Federal, nas operações desencadeadas no Mato Grosso, realizou as prisões. O próprio nome da CPI em andamento tem origem nessa Operação, chamada de Operação Sanguessuga.

Portanto, todos esses procedimentos deveriam merecer atenção efetiva de todos nós, tanto o empenho das investigações, da apuração para descoberta, e principalmente, o cuidado para não expor à opinião pública o nome de pessoas acusadas sem provas, como se julgadas já estivessem. De acordo com o nosso Direito, é pedra angular que todos são inocentes até prova em contrário. Portanto, enquanto não houver prova consolidada da responsabilidade de qualquer pessoa, deve-se levar isso em consideração.

Mas, em ano eleitoral, Senador Renan Calheiros, sabemos que isso é sempre muito difícil, porque os interesses da disputa eleitoral acabam sempre entrando no jogo.

Para todos nós, é de fundamental importância que tenhamos, primeiro, esse compromisso de levarmos as investigações de forma responsável, até as últimas conseqüências, para obtermos as provas. Mas, volto a dizer, o mais importante é acompanharmos todas essas modificações – e não são poucas, nem são pequenas – que tivemos no comportamento e na estruturação das instituições brasileiras no combate à corrupção.

E estamos sendo sucessivamente municiados e informados sobre operações como estas que listei aqui: Operação Mão-de-Obra; Operação Cerol; Operação Sentinela, uma série de operações em que, semana após semana, a Polícia Federal desmonta quadrilhas que funcionam entranhadas na máquina pública; com articulações dentro de setores da sociedade, há muito tempo. É importante que isso não mascare e não nos tire do foco que, no meu entendimento, é o principal.

A corrupção no Brasil não será reduzida – não acredito na eliminação – até porque, às vezes, acho que faz parte da índole das pessoas o desejo de tirar alguma vantagem. Se a raça humana não fosse tão sujeita a desvios de conduta, talvez o nosso querido Gilberto Gil não tivesse feito uma das músicas mais bonitas que já fez, que diz que, para fazer a raça humana, Deus gastou uma semana de trabalho. Se Deus levou uma semana para constituir a raça humana é porque ela não é algo simples, é algo complexo.

Portanto, para nós, é muito importante, nesse emaranhado de sucessivos fatos que vêm sendo desnudados, descobertos, colocados a público, das corrupções e dos atos fraudulentos, que não percamos o foco central, que é o fortalecimento das instituições, bem como os mecanismos, que, obrigatoriamente, têm de estar cada vez mais estruturados, cada vez mais aperfeiçoados e cada vez mais consistentes, inclusive em termos de tecnologia e de inteligência, para que possamos combater efetivamente a corrupção.

É isso, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna no início da tarde desta quarta-feira.

Agradeço-lhe pela gentileza do tempo a mim concedido, porque creio que já ultrapassei vários minutos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por cessão do Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Renan Calheiros; Sr^{as} e Srs. Senadores, “o sistema educacional brasileiro é uma pirâmide de cabeça para baixo. Por diversas razões – entre as quais tem peso especial a demagogia de planque – as autoridades federais dão mais atenção à ponta do que à base dessa pirâmide”, observou, com propriedade, o jornal **O Globo**, em seu editorial ontem publicado.

Na verdade, a questão do acesso de todos ao ensino básico deve ser uma exigência inafastável, no campo da educação, responde também ao cumprimento de um objetivo de toda uma sociedade verdadeiramente democrática, pois somente com o acesso de todos, a partir da pré-escola, à educação – e de boa qualidade – se consegue assegurar a cidadania plena, que não se obtém senão quando se assegurar a todos os cidadãos o pleno domínio dos códigos básicos da sociedade em que ele vive.

Contudo, a educação continua sendo o grande problema estrutural brasileiro ainda não resolvido. Sem esforço, constatamos que o baixo desempenho do nosso processo de desenvolvimento tem origem nas nossas deficiências educacionais. Aliás, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, muito foi feito, valendo citar entre relevantes iniciativas a criação do Fundef, que teve um significativo papel no alavancamento do ensino fundamental em nosso País e se caracterizou pela existência de apenas um único Ministro da Educação durante os oito anos. Isso também é muito importante, porque a educação no Brasil não deve sofrer descontinuidade.

Pois bem, é bom lembrar que, ao final dos oito anos do seu governo – do seu octoênio, se assim posso dizer –, saímos certos de que havíamos conseguido universalizar o acesso ao ensino fundamental. Mas é importante que continuemos a investir em educação como uma grande prioridade, porque essa é, talvez, a questão central brasileira ainda não resolvida. É óbvio que, embora a educação seja dever do Estado, não se pode dispensar o concurso de instituições da sociedade civil no sentido de disponibilizar meios e recursos para melhorar as nossas carências nesse setor.

Dentro dessa visão, Sr. Presidente, existe uma exitosa experiência em Pernambuco, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, que se efetiva sob os auspícios do Governo do Estado, mas, destaque-se, conta com amplo apoio de entidades privadas e de organizações não-governamentais.

Iniciado há sete anos, na administração Jarbas Vasconcelos–Mendonça Filho, desenvolve-se um excelente projeto de acordo com as atribuições cometidas aos governos estaduais pela Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes básicas da educação nacional, objetivando melhorar o ensino médio.

Trata-se do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Pernambuco, visando a criar e a implementar uma nova escola para jovens do ensino médio e tendo como objetivos gerais: “garantir o planejamento e a execução de um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e qualidade do ensino médio na rede pública do Estado de Pernambuco”.

O projeto, Sr. Presidente, tem como meta a constituição de uma rede regionalizada de centros de ensino experimental, que funcionam como pólos irradiadores

das experiências bem-sucedidas no ensino médio em todo o Estado. Nesses centros, serão procuradas as condições de excelência necessárias à modernização e universalização da educação, graças ao auxílio de esmerada metodologia de ensino, proficiente administração escolar e modernos meios computadorizados. No que se relaciona a meios, a inovação mais importante, na minha opinião: participam do empreendimento importantes organizações privadas, como já chamei a atenção, não só com significativas contribuições para os investimentos e despesas operacionais, mas também com a experiência gerencial corporativa e a visão estratégica do planejamento empresarial.

Infelizmente, no Brasil, Sr. Presidente, ainda há um divórcio muito grande entre a escola e a empresa; e ainda há uma separação entre ciência e tecnologia e seu enlace com instituições da sociedade civil.

Sr. Presidente, voltarei para falar sobre esse programa que se desenvolve em Pernambuco.

O núcleo das organizações privadas que se mobilizaram para dar apoio ao projeto é composto pelo Banco Real, ABN-AMRO, Chesf – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, da Construtora Noberto Odebrecht e da Philips, sob a liderança do Dr. Marcos Magalhães, Presidente da instituição para a América Latina. Com a participação dessas organizações e de outros segmentos da sociedade, foi criado o ICE – Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, atualmente presidido pelo já citado Executivo da Philips.

Dentro da filosofia do projeto, constante do marco regulatório instituído pela Lei Estadual nº 12.965, de 26 de dezembro de 2005, já se encontram em funcionamento vários Centros Experimentais de Ensino, os chamados CEE:

No Recife

CEE Ginásio Pernambucano, instalado no prédio do tradicional educandário da capital, inaugurado em 1824 com a designação de Liceu Provincial. A unidade é apoiada pelo ICE (840 alunos); CEE Boa Viagem, com o apoio do ICE, Ministério da Aeronáutica, Instituto Telemar (176 alunos);

Na Zona da Mata

Abreu e Lima: CEE Maria Vieira Muliterno, com apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); - CEE Cabo de Santo Agostinho, com apoio da Prefeitura Municipal, Porto de Suape e ICE (200 alunos); CEE Ipojuca, com o apoio da Prefeitura Municipal, Porto de

Suape e ICE (320 alunos); CEE Palmares, no prédio da Faculdade de Formação dos Professores, com o apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); CEE Timbaúba, com o apoio do ICE, Schincariol e Associação da Terceira Idade (320 alunos);

No Agreste

CEE de Arcoverde, com o apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); CEE de Bezerros, instalado no mesmo prédio da Escola Técnica do Agreste, com o apoio do Instituto Alcides d'Andrade Lima (240 alunos); CEE de Garanhuns, com apoio da Universidade de Pernambuco e ICE (320 alunos); CEE de Panelas, com apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos);

No Sertão

Serra Talhada: CEE Professor Adauto Carvalho, no prédio da faculdade de Formação dos Professores, com o apoio da Prefeitura Municipal e ICE (320 alunos); - Petrolina: CEE Clementino Coelho, com o apoio do ICE (320 alunos).

Ao longo de todo projeto, o Governo Estadual fez dispêndios de cerca de 14 milhões de reais e as parcerias com a iniciativa privada já propiciaram recursos da ordem de 19 milhões de reais, portanto um montante acima do assegurado pelo Estado e uma forte consciência social e empresarial com relação à importância da educação, principalmente em relação àqueles que não têm acesso à escola. O exemplo do empresariado fez com que as comunidades locais também se engajassem no empreendimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo esse movimento em apoio da educação no ensino médio, em Pernambuco, teve um início semelhante ao costume, digno de muitos elogios, que se vê freqüentemente nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia: a doação de fortunas por milionários para as universidades nas quais estudam ou estudaram. Essas doações geram bibliotecas, institutos de pesquisa, bolsas de estudos para estudantes carentes ou de grande potencial e uma tradição de engajamento da sociedade no destino de suas instituições de ensino.

No Recife, aconteceu algo semelhante com Marcos Magalhães, engenheiro formado no Recife, ex-aluno do Ginásio Pernambucano, escola de excelência desde meados do Século XIX, da qual, como ele, também foram alunos ou professores pessoas da estirpe de Tobias Barreto, Presidente da República Epitácio

Pessoa, Clarice Lispector, uma grande escritora, que, ao vir para o Brasil, morou durante algum tempo em Pernambuco e lá estudou, Agamenon Magalhães, ex-Ministro e ex-Governador, Ariano Suassuna, teatrólogo e dramaturgo de nomeada, o ex-Governador Eraldo Gueiros, o físico Luiz Freire, pai do ex-Senador Marcos Freire, David Capistrano e muitos outros.

Marcos Magalhães, em suas férias de 1999, passando por sua antiga escola, num dia útil, estranha a ausência de alunos e resolve visitar as dependências do vetusto prédio e é surpreendido pelo que vê: as péssimas condições das instalações, incluindo as da biblioteca, que, aliás, possuía um rico acervo de livros raríssimos, e as do Museu de História Natural, com cerca de 4.500 peças.

De imediato, telefona para o Governador Jarbas Vasconcelos, que realizou um trabalho extraordinário em Pernambuco e que acabara de assumir o Governo do Estado. Assim começou a recuperação do Ginásio Pernambucano e, com ele, a criação dos centros experimentais de ensino e do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação.

Indagado, certa feita, por que tomara tal iniciativa que acabo de relatar, o engenheiro Marcos Magalhães, o primeiro brasileiro, aliás, a presidir a Philips no Brasil, foi preciso: “Tenho fixação pela área da educação. Já fui professor, minha mãe foi professora primária durante quase 50 anos. Ela se recusava a se aposentar. Aqui na Philips, no período em que fizemos várias ações pontuais, percebi que isso não resolveria muita coisa se não fôssemos ao cerne da questão. A educação é a única maneira, a única ferramenta, a única forma de fazer com que uma pessoa consiga romper as barreiras sociais: sair da classe E e chegar à classe C, B ou A”.

A Sra Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, Senadora. Mas antes gostaria de fazer uma observação sobre o Ginásio Pernambucano.

O Ginásio Pernambucano é uma instituição criada no Século XIX e que pode ser comparada – se assim posso me referi – ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que, aliás, pelo seu nível de excelência, é uma instituição que foi alçada ao âmbito de tratamento constitucional.

O Ginásio Pernambucano tem para nós, portanto, uma rica história. Seus lentes, seus professores, no passado, eram catedráticos, submetiam-se a concursos

públicos semelhantes aos adotados pela Faculdade de Direito, daí por que juristas de nomeada lá se inscreveram para seus concursos, e alguns chegaram, inclusive, a um papel destacado no plano nacional. Mas, infelizmente, nas últimas décadas, o Ginásio Pernambucano perdeu o seu **status** e o destaque que desfrutara na história do ensino de Pernambuco.

Ouçõ o nobre Senador Heráclito Fortes; depois, a nobre Líder Ideli Salvatti.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Marco Maciel, fiquei muito feliz ao chegar hoje à tarde a este plenário e V. Ex^a estar discorrendo, exatamente, sobre o Ginásio Pernambucano. Sabe muito bem V. Ex^a que, na minha passagem pelo Recife, fui aluno daquela instituição, e acompanhei um dos momentos mais importantes que aquela casa viveu. Dirigida à época pelo Professor Souto Neto, realizávamos ali uma política estudantil firme, intensa. V. Ex^a, já na Faculdade de Direito, fazendo política universitária. Eu, juntamente com um grupo de jovens, João Olímpio Mendonça, Tancredo Loyo Borba, Alcidésio Ramalho, Manuel Alves Maia, e por aí afora, pontificávamos, no Ginásio Pernambucano, uma política estudantil, cada um defendendo suas posições, seus ideais. Muito do que aprendi na vida foi exatamente naquele casario centenário a que V. Ex^a se refere. E lembro bem a V. Ex^a – que à época era Líder do Governador Nilo Coelho na Assembléia – que foi por intermédio de sua participação que conseguimos, com a empresa de tintas Coral, recém-instalada em Pernambuco, as condições necessárias para a pintura do colégio, que há muito estava a necessitar de uma reforma. Fomos ao gabinete de V. Ex^a e, por meio de sua decisiva participação, fomos depois ao gabinete do Governador, e encaminhados ao dirigente da empresa, que fez a doação de todo aquele acervo. Concordo com V. Ex^a. Conheço aquele colégio como a palma da minha mão. Sua biblioteca possui obras valiosíssimas, bem como o museu, de valor histórico para Pernambuco. Passaram por lá alunos que, depois, se transformaram em professores. De Agamenon Magalhães a Mário Gibson Barbosa, uma infinidade de brasileiros tiveram o privilégio, como eu tive, de estudar naquela casa. Os melhores professores de Pernambuco lecionavam no Ginásio Pernambucano, naquela época transformado em colégio estadual. Recentemente, retornou ao velho título de Ginásio Pernambucano. Fico muito feliz por estar presente e testemunhar a homenagem que V. Ex^a presta a essa instituição histórica para Pernam-

buco. Congratulo-me com V. Ex^a e digo que é de inteira justiça o pronunciamento que ora faz nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, nobre Senador Heráclito Fortes, os subsídios que V. Ex^a trouxe ao meu modesto discurso e devo começar corrigindo uma injustiça. Certa vez, Fernando Pessoa disse que citar é excluir. Toda vez que citamos alguém podemos excluir alguma pessoa que mereceria uma referência. E, ao citar os antigos ex-alunos do Ginásio Pernambucano, não incluí V. Ex^a, que merecidamente deve constar dessa listagem de pessoas que, saindo da sua terra, chegaram ao Ginásio Pernambucano e se alçaram aqui, à Câmara alta da República, ao Senado, a Casa da Federação.

Como V. Ex^a lembrou, o Professor Souto Neto, grande intelectual e pensador, deixou entre seus descendentes o Professor Cláudio Souto, um dos maiores estudiosos da sociologia jurídica do nosso País, com uma densa formação intelectual feita no exterior.

V. Ex^a recordou algo que fiz em favor do Ginásio Pernambucano quando governava Pernambuco. Além de termos melhorado materialmente o Ginásio Pernambucano, também começamos a recuperar sua imagem, suas tradições, restaurando inclusive sua banda de música.

Gostaria de agradecer e muito o aparte que V. Ex^a trouxe, enriquecendo, portanto, o meu pronunciamento.

Ouçó, agora, a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Sra Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Senador Marco Maciel. Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela homenagem que V. Ex^a faz a essa instituição educacional, que é tradicional. É sempre importante resgatarmos o papel fundamental que determinadas instituições de educação desempenham em nosso País ao longo de décadas. Na verdade, essas instituições são responsáveis, em parcela significativa, pela formação da elite cultural, artística e política. Inclusive, estão aqui pessoas que tiveram a oportunidade de freqüentar o Ginásio Pernambucano. Senador Marco Maciel, animei-me a apartear-lo, porque V. Ex^a fez uma observação de fundamental importância. Por mais que nos esforcemos – aí estão os dados das pesquisas realizadas por diversos institutos –, por mais que consigamos promover a mobilidade social, por mais que parcelas significativas das classes D e E consigam ascender para outras classes sociais, ou seja, da mesma maneira que as pessoas ascendem

economicamente, em outra situação conjuntural a renda delas pode piorar. Portanto, muito mais importante do que distribuir renda é distribuir o saber, porque aquilo que alguém adquire em termos de conhecimento, de saber e de cultura, ninguém, nada e nenhuma mudança político-conjuntural o retirará. Portanto, animei-me em apartear-lo exatamente porque comungo com essa mesma visão. Todas as nossas ações – é claro que distribuir renda é fundamental, é estratégico – e preocupações têm de estar, prioritariamente, voltadas para a distribuição do saber, da cultura, do conhecimento no nosso País e em todo e qualquer canto do planeta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Líder Senadora Ideli Salvatti, agradeço o aparte de V. Ex^a. Concordo com a observação de que a educação é um grande instrumento de ascensão social. Diria que somente a educação é capaz de propulsar uma pessoa que está lá embaixo na pirâmide social até o seu cume. Parece-me fundamental que não somente os mestres mas também os pais tenham consciência de que a maior herança que podem deixar para seus filhos é uma boa educação. Os bens materiais, a pessoa, às vezes, consegue adquiri-los, mas pode perdê-los ao longo da vida. Já o investimento em educação permanece para o resto da vida e é o instrumento de grande impacto social e também indispensável à plena fruição da cidadania.

Sr. Presidente, tive a satisfação de visitar recentemente um desses Centros de Ensinos Experimentais (CEE), localizado na cidade de Abreu e Lima, na Zona da Mata norte de Pernambuco – aliás, trata-se de Município ligado à região metropolitana do Recife – em que me comoveram a motivação e o entusiasmo do corpo docente, a partir dos seus dirigentes, dos alunos e dos quadros administrativos do Educandário. É óbvio, graças também a suas instalações, nestes Centros a evasão escolar é reduzidíssima, porque o aluno fica motivado para o bom desempenho, porque não somente dispõe de professores qualificados, mas também de laboratórios, de museus, de bibliotecas, melhorando, assim, conseqüentemente, o seu engajamento na escola. Ou seja, evitando a indesejada – e ainda persistente no Brasil – alta taxa de evasão escolar.

Ouçó o nobre Líder, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Marco Maciel, quero cumprimentá-lo pelas reflexões que faz a respeito da vida no Nordeste e da importância de estarmos, sobretudo, garantindo aos jovens e às crianças a melhor educação possível, principalmente

quando V. Ex^a ressalta que, para construirmos uma Nação, a melhor possível, a transmissão de valores como o amor e o respeito, relacionados ao desenvolvimento educacional, é fundamental. Isso combina com aquilo que os pais possam transmitir a seus filhos e filhas, como também com aquilo que se obtém na escola. V. Ex^a faz referência à natureza da pobreza absoluta no Nordeste brasileiro. Quero aqui ressaltar que, ao lado de melhores oportunidades na educação de meninos e meninas e de jovens e de adultos que não tiveram a devida oportunidade quando na infância, ao lado das oportunidades de melhor atendimento à saúde pública, do apoio às formas cooperativas de produção, do microcrédito, da expansão da agricultura, do apoio à agricultura familiar, é muito importante que venhamos a aperfeiçoar o sistema de transferência de renda, que se vem desenvolvendo desde o tempo em que V. Ex^a ocupava o cargo de Vice-Presidente da República, oportunidade em que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu programas como o Bolsa-Escola, cuja origem se dá em iniciativas de Cristovam Buarque e de José Roberto Magalhães Teixeira e no próprio debate havido no Congresso Nacional, assim como o Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e outros. Nessa oportunidade, verificou-se quão importante seria unificá-los em um programa como o Bolsa-Família, que, aliás, poderá ser aperfeiçoado. No entanto, hoje, constitui um Programa que, ao atingir um quarto da população brasileira – 11,1 milhões de famílias –, apresentou resultados significativos. Recentemente, reuniram-se especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que demonstraram, com toda a evidência, que, nos períodos 2001/2002 e 2003/2004 e mesmo em 2005, houve uma diminuição do coeficiente de desigualdade, o Coeficiente de Gini. Como consequência, em boa parte, houve resultados positivos da expansão desses programas, os quais ainda podemos aperfeiçoar. V. Ex^a conhece bem meu empenho nesse sentido. Felizmente, o Bolsa-Família já é lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República. Tomara que o Bolsa-Família se transforme, nos próximos anos, em uma instituição de renda básica incondicional! Também nesta oportunidade, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de haver homenageado, ontem – eu não estava presente –, João Cabral de Melo Neto, extraordinário poeta brasileiro, autor de **Morte e Vida Severina**. A Senadora Heloísa Helena, ao meu lado, associa-se aos meus cumprimentos

a V. Ex^a pela homenagem feita a João Cabral de Melo Neto. Em sua poesia, ele nos transmitiu algo fantástico, quando, há três décadas, Chico Buarque de Holanda musicou a obra **Morte e Vida Severina** e a apresentou no Tuca, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, depois, em outros espaços culturais pelo Brasil afora. Aquilo teve um efeito maravilhoso do ponto de vista da consciência de todos nós. Gostaria de dizer que, para mim – eu era mais jovem àquela época –, a peça **Morte e Vida Severina** foi um abre-janelas para um jovem que, assim, tomou melhor conhecimento daquilo que foi o tema de sua fala hoje: a natureza da pobreza no Nordeste. A obra de João Cabral de Melo Neto muito contribuiu para que pessoas de São Paulo como eu pudessem melhor conhecer a realidade nordestina, pela beleza de seus poemas, como em **Morte e Vida Severina**.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, nobre Senador Eduardo Suplicy, por suas palavras.

Vou começar pelo fim, dizendo que a homenagem que prestamos ao autor de **Morte e Vida Severina**, portanto, a João Cabral de Melo Neto, pelo fato de estar transcorrendo cinqüenta anos do poema feito por ele, é de alguma forma também uma ode para que procuremos corrigir as desigualdades que ainda marcam o tecido social brasileiro.

V. Ex^a tem contribuído para corrigir nossas desigualdades. Entre muitas das suas iniciativas, tomo como referência o seu Projeto de Renda Mínima, como batizado nos fins do século passado, quando V. Ex^a, no seu primeiro mandato, teve a oportunidade de oferecê-lo à consideração do Senado e que, posteriormente, aprovado também na Câmara, se converteu em lei.

Menciono que, desde o primeiro instante, dei apoio à iniciativa de V. Ex^a. Naquela ocasião, era um tabu discutir esses problemas de renda mínima ou de imposto de renda negativo – como depois se chamou. E acredito que iniciativas como a que V. Ex^a adotou concorreram para que se gerasse, mais do que uma consciência, uma decisão no sentido de superarmos esse hiato social que ainda marca o País dos nossos dias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a era Líder do PFL, do Governo, estávamos em 1991, em meu primeiro ano de mandato, e eu havia apresentado um projeto de lei que instituía um programa de garantia de renda mínima na forma de um Imposto de Renda negativo. Foi designado Relator o Senador, Líder do PDT e, posteriormente, Presidente do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa. Na condição de

Relator, ele apresentou algumas modificações para a introdução gradual do programa. Naquela ocasião, fui visitá-lo, e V. Ex^a avaliou que seria importante reunir todo o PFL, a base do Governo do então Presidente Fernando Collor. E tivemos uma reunião em uma sala da biblioteca, com a presença de todos os Senadores do PFL e dos partidos coligados. E, por aproximadamente uma hora e meia, tivemos um diálogo de profundidade, em que pude me expressar e esclarecer dúvidas. Em outubro daquele ano, foi aprovado unanimemente o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Em 16 de dezembro, após quatro horas de debate aqui, das 19h30 às 23h30, aprovamos o projeto, tendo, inclusive, o Líder do PSDB na época, Fernando Henrique Cardoso, expressado que, segundo sua avaliação, tratava-se de uma utopia realista, com os pés no chão, e que o PSDB votaria a favor da matéria. Posteriormente, em 2001, apresentei o projeto de garantia de uma renda para todos na forma da renda básica incondicional. Tive em um colega seu, Senador Francelino Pereira, um extraordinário interlocutor que, na condição de Relator, expôs a idéia da instituição gradual do programa, o que fez com que o Senado e, depois, a Câmara aprovassem unanimemente o projeto, que, finalmente, foi sancionado pelo Presidente. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, agradeço as considerações de V. Ex^a e acolho também o apoio à manifestação em favor da educação.

Devo, Sr. Presidente, antes de encerrar, trazer para conhecimento desta Casa a tão significativa experiência que está sendo feita em Pernambuco, nessa área, por intermédio do projeto a que me referi, dos Centros Experimentais de Educação (CEE). Aproveito a ocasião para elogiar a todos responsáveis pelo sucesso do empreendimento. Menciono especificamente o ex-Governador Jarbas Vasconcelos; o atual Governador Mendonça Filho; a Secretaria de Educação do Governo do Estado, por meio do Ex-Secretário Efrém Maranhão e do atual titular da pasta, professor Mozart Neves, ambos ex-reitores da Universidade Federal de Pernambuco, a Secretária-Executiva, Dr^a Celestina Pontual, a Professora Marilene Montarroyos e sua equipe que gerencia o programa com competência e indispensável dedicação.

Não menor deve ser o nosso reconhecimento ao segmento não-governamental por intermédio de

pessoas e instituições muitas das quais, infelizmente, não me recordo no momento.

Enfim, Sr. Presidente, é indispensável continuar a dar prioridade à educação. Certa feita, o historiador H.G. Wells disse que “o futuro será uma corrida entre a educação e a catástrofe”. Com isso, ele queria chamar a atenção para a importância da educação quase como algo fundamental para a edificação de uma sociedade democrática e justa.

Daí por que concluo minhas palavras, lembrando uma frase de Bernardo Toro, que, não sem razão, sentenciou: “A educação sozinha não faz grandes mudanças, mas nenhuma grande mudança se faz sem educação”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito a transcrição, na íntegra, da entrevista dada pelo Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Carlos Roberto Jamil Cury, publicada na revista **CartaCapital** deste último final de semana. Como o assunto do brilhante pronunciamento do Senador Marco Maciel foi a educação, a entrevista tem muitos elementos fundamentais, inclusive para o debate que terminamos de concluir, pois, com o título “É o Fundeb ou o caos”, coloca exatamente as boas perspectivas que surgem na área educacional no Brasil a partir da esperada aprovação do Fundeb pela Câmara dos Deputados.

A entrevista traz também alguns assuntos relacionados à educação que estão na ordem do dia, como a questão das cotas, que tem movimentado uma série de manifestos contrários e favoráveis. A reportagem como um todo faz uma retrospectiva significativa da educação no Brasil no último período e as perspectivas que temos para os próximos anos.

Então, solicito a transcrição na íntegra da entrevista para que conste dos Anais da sessão de hoje.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CJC: Acho que foi a resolução de enfrentar duas situações problemáticas: a reformulação da educação superior e a transformação do Fundef em Fundeb. A revitalização das universidades federais, que se encontravam em situação muito precária face à pouca garantia de financiamento, foi uma ação muito importante. Isso porque não havia regras claras em relação ao financiamento do ensino superior nem mesmo quanto aos seus objetivos.

CCE: *O que faltava em relação a esse primeiro problema, definições de competência ou dinheiro?*

CJC: Ambos. Na medida em que há um orçamento feito pela universidade e que vai para três ministérios (da Educação, do Planejamento e da Fazenda), existe um fluxo burocrático que nasce na universidade e vai para diversos escalões da máquina pública. Com isso, os reitores nunca sabem com quanto podem contar para investimento, para custeio, para pesquisa. Eles só têm garantidos os salários de funcionários e professores, o resto é indefinido. Tanto que ali pelos meses de março e abril, os reitores se encontram todos com pires na mão, pois o Orçamento do ano ainda não foi votado. Até já virou uma tradição nessa época de se dar atenção à chamada "emenda Andifes", que nasce da associação que reúne os reitores federais. Isso acontece todo ano, por falta de regra e, também, recursos. Afora essa questão de financiamento, havia também a questão de disciplinar o funcionamento das instituições de ensino superior privado.

CCE: *Elas se multiplicaram nos anos 90...*

CJC: De 1997 para cá houve uma expansão formidável do ensino superior privado, que estava cheio de regras pra lá e pra cá. Um verdadeiro cipoal de normativas e leis, contra as quais o MEC propôs um marco regulatório. Alguma coisa que fosse orgânica, que conseguisse reunir desde o processo de autorização de cursos até o de sua posterior avaliação, com regras claras, que regulassem o papel da instituição privada do começo ao fim. Da vontade de resolver esses dois problemas, do financiamento e da regulamentação do setor privado, nasce o projeto de reforma da educação superior que, depois de passar por um amplo e muito interessante debate ao longo de dois anos, acaba de chegar ao Congresso.

CCE: *Se há esse cipoal jurídico, por que as faculdades particulares, em sua maioria, se colocaram contra o projeto de reforma?*

CJC: A Constituição assegura a liberdade de ensino e a coexistência de instituições públicas e privadas, o que permite trabalhar com o conceito de mercado, mas, ao mesmo tempo, exige que essas instituições privadas de ensino se submetam a dois processos, o de autorização e o de avaliação. São dois princí-

pios muito claros e todos aceitam, mas quando se quer fazer um marco regulatório há os que não desejariam que essa regulação fosse tão minuciosa. Na ausência de uma regulação, vale a velha história do "eu sou mais eu". Acontece que educação não é venda de sapato, nem de sanduiche. É um produto que profissionaliza as pessoas, gera diploma, um lugar profissional no mercado e, portanto, a população precisa ter, desses profissionais, uma qualidade garantida. Isso é um dever do Estado, independentemente do papel fiscalizador que também é exercido pela imprensa e por outras instituições.

“ Sob o governo Lula tivemos três ministros, porém apenas dois ministérios ”

CCE: *O Fundeb, é um avanço real, do ponto de vista do financiamento, em relação ao Fundef? O cobertura aumentou mesmo?*

CJC: Acho que sim, mas para que minha opinião seja entendida, é preciso primeiro entender o que foi o Fundef e como se organiza a educação em nosso país. Das três etapas que compõem a educação básica (a educação infantil, o ensino fundamental e o médio), o Fundef resolvia o problema apenas da parte central, deixando de fora as pontas. Nossa Constituição, proclamada em 1989, como todas as outras brasileiras que foram proclamadas e não outorgadas, previa uma vinculação de impostos para a educação, porém sem estabelecer regras claras a esse respeito. Outra coisa a se entender é que havia um consenso de que não era mais possível termos crianças sem vagas nas escolas, sobretudo em relação ao ensino fundamental, tornado obrigatório pela Constituição. Dessa conjuntura nasceu o Fundef, que é um fundo voltado para o ensino fundamental e que tem a característica de subvincular, dentro de um algoritmo complicado, aqueles impostos destinados à educação, sendo 60% para o ensino fundamental, obrigatoriamente. O Fundef surge, assim, com duas grandes prioridades: ampliar o acesso e pagar melhor aos professores.

CCE: *E qual o resultado desses dez anos de vigência do Fundef?*

CJC: Acho que ele conseguiu disciplinar o uso do dinheiro, graças a um controle exercido nas duas pontas. De um lado pelos Tribunais de Contas, de outro pelos conselhos de fiscalização e controle do Fundef, que são municipais. Há, portanto, um controle estatal e um controle civil, o que é muito bom. Este é o primeiro valor positivo do Fundef, de fiscalizar e disciplinar o uso do dinheiro na educação. E o segundo é que ele tem uma parte de seus recursos dirigidos obrigatoriamente ao salário do professor.

CCE: *E o ganho salarial obtido por meio do Fundef foi significativo?*

CJC: O Fundef teve um impacto extremamente positivo nas regiões menos desenvolvidas do País, como Norte, Nordeste e

Entrevista Capital

Centro-Oeste, mas não teve impacto tão significativo no Sul ou no Sudeste. Aquelas aberrações de professor ganhando 50 reais por mês já não existem mais. Esses passaram a ganhar 240 reais por mês, o que dá para imaginar a conseqüência nas regiões mais pobres. O Fundef ajudou a atenuar as disparidades entre os ganhos dos professores, o que não quer dizer que ganhem à altura do que merecem. Um professor da educação básica ganha hoje em torno de 4.800 dólares por ano. Só a título de comparação, um professor na Argentina recebe aproximadamente 6.800 dólares por ano - e se passarmos para os países europeus, então, esse salário come poeira... Mas o problema do Fundef é que, com ele, o Brasil atacou pelo meio, se esquecendo das pontas.

CCE: Como num jogo de futebol...

CJC: Exato, embolamos o meio-de-campo, para continuar na metáfora. Tome-se uma população pobre, uma remediada e outra de alto poder aquisitivo. Para todos, o ensino fundamental é obrigatório, e o Fundef representou uma fórmula muito inteligente de democratizar o acesso. Só que nós, educadores, trabalhamos com três conceitos: acesso, permanência e sucesso. O acesso está universalizado, graças, em boa parte, ao Fundef. Mas ele é insuficiente, pois as pontas ficaram descobertas - e até se ampliaram as carências nessas áreas. Os estados saíram da educação infantil para se dedicarem ao ensino médio e os municípios, que deviam cuidar dessa fase, não tinham recursos para isso. Não era possível, por exemplo, deslocar recursos do Fundef para as creches e escolas infantis. E isso afetou aquele segundo pilar da educação, o da permanência, pois quem fez educação infantil tem mais possibilidades de permanecer no ensino fundamental, por já ter aquilo que antigamente se chamava "prontidão". Ao mesmo tempo, devido ao intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil, desapareceu a figura clássica da avó que cuida dos netos enquanto a mãe trabalha. Com isso, a demanda por creches aumentou consideravelmente e permanece não atendida pelos municípios. Daí nasceu a proposta de se fazer, em cima da experiência do Fundef, um fundo que atendesse toda a educação básica.

CCE: Em que ponto está o Fundef?

CJC: Ele já foi aprovado na Câmara, em dois turnos, e agora está no Senado, parado.

CCE: O Fundef está sob risco de não acontecer?

CJC: Sim, e o que é pior, estamos correndo risco de um tremendo retrocesso, por conta do tempo de vigência do Fundef, que é de dez anos e expira no fim deste. Se o Congresso não votar o Fundef nem a sua continuidade, haverá um caos na educação brasileira.

ACESSO
GARANTIDO:
Desafio agora se
chama permanência

“ Segundo o Ipea, o déficit do Fundef na era FHC foi de 12 bilhões de reais ”

CCE: Mas o cobertor de jato aumentou?

CJC: Aumentou, há dinheiro novo no Fundef. A grande crítica ao Fundef sob os anos FHC, crítica esta absolutamente procedente, inclusive com pareceres contundentes do Tribunal de Contas da União (TCU) e a reclamação geral dos secretários estaduais de educação, foi a contrapartida do governo federal. Isso porque, na composição do Fundef, há uma parte dos municípios e outra dos estados, e um valor mínimo, nacional, a ser pago por aluno ao ano. Quando esse valor ficar abaixo do mínimo, estados e municípios deveriam receber uma complementação da União. Acontece que a fórmula posta no Fundef não foi obedecida pelo governo federal, o próprio autor da lei. Segundo cálculos feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e pelo TCU, o déficit acumulado foi de 12 bilhões de reais nos oito anos de vigência do fundo, que foi aprovado em 1996, testado experimentalmente em 1997 no Pará e expandido aos outros estados em 1998.

CCE: No aspecto do financiamento, o Fundef é diferente?

CJC: Ele tem no seu corpo quanto a União tem de complementar. Está lá na lei que nos três primeiros anos de vigência do novo fundo, a União tem de colocar cerca de 4,5 bilhões de reais anualmente, e isso vai subindo até chegar num determinado teto onde se considera que haverá um equilíbrio entre os recursos federais e os que dependem de estados e municípios. Conta-se também, na perspectiva deste equilíbrio, com a diminuição da evasão escolar, uma melhor adequação idade-série, além da provável diminuição do crescimento demográfico. E este volume de recursos certamente é bem superior ao que sempre houve disponível para a educação. Portanto, haverá mais dinheiro para a educação com o Fundef. Repartir o já existente seria permanecer com a teoria do cobertor curto, que se puxa para os pés (ou educação infantil), falta pra cabeça (entenda-se ensino médio) ou vice-versa.

CCE: E o período integral, por que até agora não "pegou" no Brasil? É só uma questão econômica ou tem a ver com algum aspecto cultural?

CJC: Ambos. O problema cultural remonta às nossas raízes de colonização ibérica, que não propiciou a escola como lugar de aprendizagem da escrita e da leitura. Nossa tradição é predominantemente oral, com a catequese, a homilia do padre, sem que se formasse uma cultura escolar. Nos Estados Unidos e na própria Europa, aonde a modernidade veio acompanhada da reforma protestante ou luterana, o fiel precisava de uma escola para ler a Bíblia. Essa situação só vai mudar quando o Brasil deixa de ser um país agrário e vê surgir a escola de massas, por volta dos anos 60. Como o País não tinha a educação como

Luta secular

POR PHYDIA DE ATHAYDE

A palavra "quilombola" ainda soa estranha para muitos moradores da região de Gorutuba, bem ao norte de Minas Gerais. Eles são lavradores negros, pobres e, com 99% das mais de 2.500 comunidades remanescentes de quilombos do Brasil, vivem no limiar entre o reconhecimento de suas terras ancestrais e a perpetuação de uma miséria secular.

Seu Nicolau Quaresma Franco, de 68 anos, é um dos mais velhos da comunidade Gurutubana. Mora com duas filhas e uma neta em

NOVOS QUILOMBOLAS
Descendentes de escravos lutam para conquistar direitos historicamente negados. Mas os obstáculos que enfrentam têm o tamanho das injustiças nacionais

uma casa de tijolos artesanais, construída em 1972, que acaba de desinfetar por causa de baratas. Um pouco tímido, mas orgulhoso por ser visitado pela reportagem, ele fala do passado:

– Aqui não tinha nada, só os nego fugido, que eram comprados pra trabalhar, mas o castigo era muito e eles fugiam. Quando eu era menino, esse po-

NICOLAU QUARESMA.

"Aqui (em Gorutuba, MG)

não tinha nada, só

os nego fugido"

vo de fora não vinha. Pegava maleta (febre) e morria. Só os nego ficava.

A febre a que Nicolau se refere é a malária, doença que manteve a região isolada até a década de 60, como informa o antropólogo Aderval Costa Filho. Há três anos, convidado a visitar o local por uma ONG que notou semelhanças entre os gurutubanos, Aderval, que é branco de olhos claros, iniciou uma pesquisa de campo. Depois de muito insistir, ganhou a confiança de Nicolau, que foi seu guia em todo o trabalho. É que, em Gorutuba, branco é sinônimo de gente que engana os negros. Nos últimos 50 anos, a expropriação das terras aconteceu tanto com brancos levando os negros, analfabetos, a transferir escrituras sem saber como também através de confrontos armados e ameaças de morte.

Uma realidade que se repete, meio século depois, em outra comunidade remanescente de quilombos. Na praia de Sibáuma (RN), os quilombolas têm recebido ameaças e estão na iminência de um confronto. Estão a apenas 7 quilômetros da paradisíaca praia da Pipa, uma das mais

prioridade, a escola ficou reduzida a um único turno, para dar conta da demanda nova, surgida com a urbanização acelerada. A prioridade era oferecer escola gratuita para todos.

CCE: *Mas houve experiências isoladas, como a Escola-Parque, de Antsio Teixeira, ou os Cieps, de Darcy Ribeiro.*

CJC: O problema é que, quando se programa uma escola de jornada integral, é inevitável que ela seja comparada com as demais escolas, e ela apresenta um custo muito mais elevado, seja de construção, seja de manutenção. É um bom investimento, mas cuja universalização exigiria mudanças na relação educação-PIB. Hoje estamos na faixa de 4%, sem contar a iniciativa privada; penso que precisaríamos chegar aos 7% do PIB para que as atuais escolas pudessem ser ampliadas progressivamente, em termos físicos e funcionais. Uma escola em tempo integral implica refeições, bibliotecas aparelhadas, mais funcionários etc. A confluência dessas duas variáveis, uma escola de massas que não conta nem com uma cultura anterior de valorização da educação, nem com recursos suficientes, deu na escola de turnos. Isso na esfera pública, pois as boas escolas privadas já oferecem turnos opcionais, com inglês, computação, esportes etc, o que amplia o "currículo oculto" nessas escolas. Isso, aliás, colabora para que essas boas escolas privadas consigam colocar seus alunos, que são ínfima minoria, nas melhores universidades públicas.

CCE: *Este tema nos remete à questão das cotas. O senhor é a favor delas?* (Leia matéria republicada nas próximas páginas.)

CJC: Em primeiro lugar, a melhor forma de ser favorável àqueles que foram historicamente impedidos de entrar na escola e àqueles que até hoje são excluídos de uma boa escolaridade é defender uma boa escola pública de educação básica, da educação infantil ao ensino médio. Esta é a melhor forma de inclusão. Com boa qualidade, haverá permanência e sucesso escolar. O segundo elemento é que, apesar de haver uma ênfase sobre a escola pública, há uma justificativa baseada num conceito que é, no mínimo, equivocado, pois transforma uma manifestação epidérmica, a cor da pele, em categoria conceitual. E isso pode produzir um racismo às avessas. Em terceiro lugar, como se trata de uma vontade política do governo de instituir as cotas, que elas sejam implementadas com o menor custo possível para o mérito. Em outras palavras, significaria fazer com que, mesmo no interior das cotas, que não são baseadas no mérito, mas em caracteres socioeconômicos, o mérito continue sendo o fator dominante. Todos nós, que estudamos o sociólogo alemão Max Weber, sabemos da importância que ele deu para a impessoalidade que deveria ter a coisa pública. E no Brasil, que tem uma tradição do favor, do compadrio, do nepotismo, o

VESTIBULAR: *Aqui, o compromisso com o favor, o nepotismo...*

“Cota não pode ser eterna, ela precisa ter um tempo limitado de existência”

que é preciso também lembrar outro aspecto: imagine quanto custa um livro de medicina, além da jornada integral de estudos, alimentação, transporte etc. Seria necessário propiciar a esses estudantes também uma gratuidade ativa, seja na forma de bolsa, de auxílio-alimentação etc. A cota em si só não resolve. E não pode ser eterna, ela precisa ter um tempo limitado de existência.

CCE: *Nós estamos conversando aqui bastante sobre os problemas da educação brasileira. Existe algum acerto notório, em alguma área?*

CJC: A pós-graduação é nossa jóia da Coroa. A partir da década de 60 houve uma ação planejada e consciente do Estado em favor da criação de massa crítica, no sentido de formar cientistas, financiar pesquisas, realizar intercâmbios com outras universidades e criar uma cultura avaliativa. Veja o portal da Capes, que é um programa de assinaturas on-line das revistas científicas mais importantes do mundo, principalmente na área das exatas, das ciências agrárias e da saúde. Esse portal, com mais de 8 mil revistas, está disponível para todas as universidades públicas, o que faz com que um pesquisador no Amapá consiga ter acesso às mesmas revistas que um aluno da USP. Foi uma forma de aparelhar as bibliotecas das universidades públicas a um custo menor do que se tivéssemos assinaturas em papel desses mesmos periódicos e com uma distribuição mais democrática. Mesmo assim, o portal consome em torno de 600 milhões de reais por ano. ■

SAIBA MAIS

CURY, Carlos. *Educação e Contradição*. Cortez. São Paulo, 1985.

CURY, Carlos. *Legislação Educacional Brasileira*. DP&A, Rio de Janeiro, 2000.

CURY, Carlos. *Cidadania Republicana e Educação: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. DP&A, Rio de Janeiro, 2001.

vestibular, por mais imperfeito que seja, é um dos poucos lugares onde essa categoria weberiana da impessoalidade existe.

CCE: *Mesmo com toda sua injustiça social, o vestibular é uma instituição republicana, é isso?*

CJC: Sim, tanto que quando há uma fraude no vestibular, o barulho é enorme, pois isso é uma exceção. Se o projeto de lei das cotas encaminhado pelo governo ao Congresso for aprovado, o melhor é que seja da forma mais recessiva possível. A USP, por exemplo, atribuirá um bônus de 3% na primeira fase para os egressos da escola pública, da mesma forma como já faz a Unicamp. Só

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a.

Sem prejuízo da lista de oradores, tenho a honra de conceder a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar mais uma vez sobre a tal da CPMI dos Sanguessugas. É fato comprovado em depoimento, embora ainda não tenham sido apresentadas todas as provas necessárias, que o esquema de crime contra a administração pública envolvendo ambulâncias acontecia no Governo passado. É fato que o mesmo esquema de liberação de recursos para compra de ambulâncias ocorria no Governo passado. Por isso, espero que tenhamos a oportunidade de, na próxima semana, ao ouvir o empresário, vê-lo disponibilizar todos os detalhes, as provas que nos possibilitem aprofundar as investigações da operação fraudulenta envolvendo essa quadrilha que atuava no Governo passado.

No atual Governo, está mais do que provado quem operou o sistema. Aliás, tem uma coisa que seria, no mínimo, engraçada, se não fosse trágica: a primeira liberação de recursos feita com a intervenção da quadrilha junto ao Ministro da Saúde do atual Governo aconteceu justamente dia 1º de abril de 2003. Nesse dia, a gangue que atuava no Governo passado, já devidamente articulada com o atual Governo, conseguiu a primeira liberação.

Então, os passos são bem organizados. Sendo assim, o depoimento do Sr. Verdoin é muito, muito importante. Claro que seria muito interessante que outros empresários que também se articulam com quadrilhas no Palácio do Planalto ou no Congresso Nacional disponibilizassem informações, para que assim, de fato, pudéssemos superar todas as possibilidades que se criam a cada Governo em relação aos crimes contra a administração pública.

O empresário tem todo o mapa. Senador Luiz Otávio, parecia até que ele sabia tanto que estava lidando com bandido – Ministro da Saúde, assessor de Ministro, Liderança de Partido do Governo, Senador e Deputado – que anotava tudo: todos os cheques, todas as movimentações bancárias e respectivas cópias de cupons bancários, tinha todos os detalhes manuscritos. Tudo está lá devidamente anotado.

E tal qual disse o pai dele no depoimento que tivemos oportunidade de acompanhar, em Cuiabá, a muitas das perguntas que eu fazia – ou o próprio Senador Amir Lando – ele respondia: “Senadora, pergunte ao meu filho, porque o meu filho tem uma memória como a senhora nunca viu alguém ter. Ele vai-lhe dar todos os detalhes dessa operação criminosa”. E real-

mente ele dá. Ele tem exatamente o dia, quem foram as pessoas que lhe encaminharam e o dia em que ele foi se encontrar com o Ministro Humberto, da Saúde. Ele tem exatamente o detalhe da dívida que vinha do Governo passado. No Governo passado, foi disponibilizado em ambulâncias, para alguns municípios, R\$8 milhões. Só que o Governo acabou e o recurso não foi liberado. Inclusive houve uma festa com a presença do Ministro da Saúde do Governo Fernando Henrique no dia da entrega das ambulâncias, só que o Serra não ganhou a eleição. Então, ele foi procurar o Ministro do Governo Lula para pagar as ambulâncias que já tinham sido entregues, mas para as quais não haviam sido empenhados recursos.

Ele tem todos os detalhes: dos nomes dos lobistas, das pessoas que o procuraram; enfim, todos os detalhes preciosíssimos, todos, todos os detalhes. É muito trágico para quem é da área da saúde, como eu, para quem se dedicou, ao longo da vida, à área da saúde – por mais que sejamos apaixonados pelas áreas de educação, de segurança pública, de desenvolvimento econômico ou de inclusão social –, pois a saúde não pode esperar. Não pode esperar porque a estrutura anatomofisiológica das pessoas não pode esperar a democratização da riqueza, das políticas sociais, o socialismo. Foi justamente nessa área que eles operaram de uma forma impressionante.

Quem analisa os recursos disponibilizados começa a achar que mudou completamente o quadro de saúde, porque era liberação em custeio, liberação de medicamentos, de equipamento médico-hospitalar, de recuperação de centros de saúde e das unidades móveis, que são as tais das ambulâncias.

Só para o Acre foram R\$2,260 milhões. Quando lembro da minha querida Alagoas, penso que lá deve ter acontecido o mesmo que aconteceu em todos os Estados brasileiros: os parlamentares da base bajulatória do Governo certamente foram lá com as ambulâncias, com os prefeitos, para manipular a população pobre, batendo no peito e dizendo que eram amigos do Lula e que estavam trazendo recursos para os pobres em Alagoas. Devem ter feito isso em todos os Estados brasileiros. Para a minha Alagoas, foram R\$2,520 milhões só dessas coisas. Não estou falando de recurso extra-orçamentário, de nada, porque vamos chegar a isso.

Para o nosso querido Estado do Amapá, R\$6,890 milhões; para o nosso querido Estado do Amazonas, R\$1,880 milhão. Estou falando só de emenda individual. Para a Bahia, R\$9.007.493,00; Ceará, R\$2.112.100,00; para o Distrito Federal, R\$1,325 milhão; para o Espírito Santo, R\$2,636 milhões; para Goiás, R\$420 mil; para o Maranhão, R\$3,591 milhões; para Mato Grosso,

R\$2,560 milhões; para o Mato Grosso do Sul, R\$720 mil. Aí eu achei até pouco, mas não era isso. O problema é que eram R\$720 mil para o Mato Grosso do Sul em emenda individual, de um parlamentar – eu quase caí dura quando vi quem era.

No entanto, havia um outro esquema: um esquema negociado diretamente dentro do Ministério da Saúde, dentro da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, de R\$10 milhões em equipamento médico-hospitalar, extra-orçamentário. Do mesmo jeito que aconteceu, de forma extra-orçamentária, com alguns municípios do interior do Ceará, de R\$6 milhões. Dois milhões para a empresa do Verdoin e R\$4 milhões para as outras empresas.

O mesmo ocorreu no Estado do Piauí. E o Senador Mão Santa não está aqui para dizer: “o Pi-au-í”. Para Minas Gerais, foram R\$9.008.149,70; para o Pará, R\$5,485 milhões; para a Paraíba, R\$11.340.405,70 só em ambulâncias e equipamentos em emenda individual. Resolveram todos os problemas da Paraíba. Para o Paraná, R\$2.409.950,00; Pernambuco, R\$2,005 milhões; Piauí, R\$600 mil – achei pouco. Só que o problema do Piauí eram os R\$14 milhões extra-orçamentários! O nosso querido Estado do Piauí merece até mais, como todos os Estados brasileiros merecem muito mais, como a minha Alagoas merece muito mais. Mas o que não pode acontecer é que quem tem aparentemente merecido mais são os sanguessugas: Senadores, Deputados, ministros da saúde, assessores, prefeitos e outros mais do “propinódromo” às custas da ausência de possibilidades concretas para o atendimento à saúde das pessoas pobres. No Piauí, foram R\$14 milhões extra-orçamentários. Olhem só: ambulância de resgate, ambulância de remoção, aquisição de medicamento, tudo aquilo que é muito, muito importante para todos os pobres do Brasil. No Rio Grande do Sul, R\$1.725.000,00; no Rio Grande do Norte, R\$4,1 milhões; em Rondônia, R\$75 mil; em Roraima, R\$3,4 milhões; Santa Catarina, R\$700 mil; São Paulo, R\$27.603.500,00; Sergipe, R\$2.841.250,00; Rio de Janeiro, R\$26.972.500,00, e por aí vai.

Nesse esquema eles usavam tudo: de Santas Casas, hospitais de câncer, Apaes até entidades filantrópicas. Usavam várias e várias entidades que prestam serviços tão especiais para pessoas tão especiais e tão despossuídas de tantas coisas. Por quê?

Senador Alvaro Dias, como sabe V. Ex^a, os únicos que precisam do serviço público de saúde são os pobres. Quando eu voltar para a sala de aula posso precisar do serviço público. Quando meu filho foi atropelado aqui, fui para o serviço público. Ele passou por todas as angústias do serviço público, ficou jogado no chão do posto de saúde até que alguém se predispu-

sesse a vê-lo. Depois, foi com o Corpo de Bombeiros para o Hospital de Base, onde não havia medicação adequada para conter a convulsão decorrente do traumatismo craniano, mas, graças a Deus e à competência técnica dos trabalhadores do Hospital de Base, meu filho ficou bem. Entretanto, a maioria não fica. Quem precisa do serviço público de saúde são as pessoas pobres, as pessoas que não têm planos de saúde, as pessoas que não têm amigos nos postos de saúde ou nos hospitais, as pessoas que não podem dar um telefonema na hora da dor do parto, na hora da febre do filho, na hora do câncer do idoso em casa. Essas são as pessoas que precisam do serviço público.

Portanto, é fundamental apresentar ao povo brasileiro quem participou dessa operação criminosa. Se Senador, deputado, empresário, prefeito, ministros da saúde, trabalhadores do setor público, quem está envolvido tem de ser apresentado à sociedade para que o esquema seja desmontado.

Se o esquema já operava no governo passado e agora continua no Governo Lula, com requinte de vigarice política inaceitável, precisamos dizer isso ao povo brasileiro, para poder desmontá-lo.

Como se desmonta esse esquema? Ainda continuo achando que a experiência americana do Orçamento impositivo, que aqui foi aprovado por Senador do PFL da Bahia que apresentou o projeto, minimiza o risco do tráfico de influência, da promiscuidade, do balcão de negócios sujos entre o Executivo e o Legislativo. Mais que isso, é a construção do Orçamento. O planejamento público para construir o Orçamento, quanto mais transparente, quanto mais compartilhado com os vários setores da sociedade, com os trabalhadores ao setor produtivo, diminui o risco da delinquência política, do tráfico de influência, da intermediação de interesse privado, da exploração de prestígio, de tudo aquilo que está no Código Penal e que prevê cadeia.

Antes de concluir, Sr. Presidente, vou conceder um aparte ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a faz um pronunciamento da maior importância pela oportunidade. Concordo, acho que esse é um episódio que tem de ser apurado nas duas pontas. O Executivo e o Legislativo terão de ser responsabilizados pela eventual participação não republicana – termo muito na moda no atual Governo – nesse episódio. Evidentemente, alguns fatos nos deixam intrigados, porque, na realidade, a liberação do recurso é feita no Executivo. A base de preço de veículos, o Executivo a tem, até porque faz compras para outras atividades do Ministério. Isso me parece muito estranho. O próprio Presidente da República,

em vez de simplesmente dizer que foi a Procuradoria da República que apurou, como se isso fosse obra de Governo e como se o Procurador da República estivesse a serviço do Governo e não do Estado, deveria ser a primeira pessoa interessada em que esses casos fossem apurados o mais rapidamente possível, até porque, recentemente, ele deu uma declaração que estarreceu o Brasil todo quando disse que a saúde no Brasil estava perto de chegar à perfeição. Que perfeição é essa? Há perfeição quando os recursos públicos são usados de maneira incorreta ou são desviados? O Presidente, parece-me, dedica-se muito à saúde no Brasil. V. Ex^a se lembra de que, ao visitar o Hospital do Coração, o Incor, em São Paulo, o Presidente disse que o cidadão brasileiro que tivesse a oportunidade de morrer sob os cuidados do Dr. Jatene, mesmo que este tivesse cometido um erro médico, morreria sorrindo. Quantos brasileiros têm acesso a médico? Já não digo acesso ao Dr. Jatene, que é um extraordinário médico; somente pessoas privilegiadas têm acesso a ele. Evidentemente, o Presidente Lula, desde há algum tempo, como líder sindical, faz suas revisões e as da sua família no Instituto do Coração. Mas, no Nordeste, Senadora Heloísa Helena, há brasileiros que nascem, vivem e morrem sem ter acesso a um médico sequer. Dessa forma, o Presidente está agora devendo ao País e à opinião pública um gesto mais firme, no sentido de que esses fatos sejam apurados em sua totalidade e não apenas em parte. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E a apuração profunda é muito necessária até para inocentar quem, de fato, possa ser inocente. Há pessoas que me dizem que juram pelos filhos; há pessoas que me dizem que os filhos estão sendo perseguidos na escola. Não acredito que algumas pessoas iriam me procurar – logo a mim! – para dizer uma coisa dessa e querer apresentar provas e ser ouvidas. É claro que uma pessoa poderia ter apresentado emenda para determinado equipamento. Todos nós, que somos da área de saúde, colocamos 30% de nossas emendas para essa área. Mas, infelizmente, eles só liberavam as dos queridinhos do Governo, não liberavam as de todos. Por exemplo, o Deputado Gabeira, cuja mãe morreu de câncer, fez uma emenda destinando recursos para a compra de um mamógrafo. Tive uma experiência dramática pessoal e também fiz emenda para a compra de mamógrafo, e outras pessoas também o fizeram. Alguém poderia ir lá e fazer alguma vigarice para liberar o mamógrafo e ganhar um dinheiro. É evidente que isso poderia ter acontecido, mas algumas pessoas foram selecionadas para isso. Por quê?

Os depoimentos do Sr. Darci e do Sr. Ronildo, bem como todos os depoimentos que foram feitos na

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – por isso, é muito especial que o dono da empresa venha aqui na próxima semana, para prestar novo depoimento e novos esclarecimentos –, são muito importantes para auxiliar o Poder Público a aprofundar as investigações, identificando onde o crime organizado, a quadrilha atuava, se no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, no Congresso Nacional, no setor empresarial, nas Prefeituras ou nos agentes públicos, de forma geral. Com isso, podem-se desvendar todos os tentáculos dessa operação criminosa. Os depoimentos são muito importantes para reduzir o risco de que uma maldita operação como essa volte a acontecer em outras experiências administrativas e continue a ocorrer em outras áreas do próprio aparelho de Estado.

Concedo um aparte ao Senador Antônio João e ao Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^{as} decidam quem falará primeiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Por favor, V. Ex^a pode falar antes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O Senador Eduardo Suplicy está sendo delicado com V. Ex^a.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – Senadora Heloísa Helena, sou membro da CPML dos Sanguessugas e pouco tenho ido lá, mas tenho conversado com alguns Parlamentares que estão sendo acusados. Tenho um mandato curtinho: há 121 dias, substituo o Senador Delcídio Amaral. Quando cheguei a Campo Grande, depois de tomar posse, as pessoas me perguntavam o que eu achava do Senado, de Brasília. Eu lhes dizia: “Tenho muito medo de amanhã virar corrupto, sem ser corrupto”. E é este o problema que V. Ex^a cita sobre as emendas: os Deputados e os Senadores obrigatoriamente têm de destinar 30% de suas emendas para a saúde, por uma questão de necessidade, realmente, da saúde brasileira. Então, ficamos com medo de não fazer e de deixar que a outra ponta o faça. Sabemos que ninguém cometeu esse crime sozinho. Ele começou no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e envolve Parlamentares de todos os Partidos, o que é pior e mais grave. Todos os Partidos estão envolvidos nisso. Então, isso vem andando, andando, e as coisas vão acontecendo. Conheço algumas pessoas, assim como V. Ex^a, e custa-me acreditar que tenham feito isso, pelo conhecimento que delas tenho no meu Estado. E imagino que, às vezes, nem o fizeram, que podem nem tê-lo feito realmente. E lamentamos que isso, tendo começado no Ministério, passe pela empresa e pelos Parlamentares e acabe indo também para as Prefeituras. Não se faz a malandragem só aqui. Ela é organizada aqui e efetivada lá. É lá que isso acontece, nas secretarias ou nas comissões que preparam

as licitações. Prepara-se, e vem a correspondência: "Bom, já organizei, agora eu pago". É algo lamentável. Fico muito penalizado com o que está acontecendo. A CPMI, na verdade, baseia-se em relatórios da Polícia Federal, mas não está apurando nada, razão pela qual nem compareço muito. Vamos ouvir o Sr. Verdoin, que vai falar o que melhor lhe aprouver. E fica aquele problema de quem é acusado: terá de ter a prova para se defender. Mas, nesse momento em que o político sofre a acusação, em que aparece nessas listas que são divulgadas em todos os locais, sua candidatura praticamente vai para o buraco. "Ele provará depois que era inocente" é o que dizem, mas tudo já terá acabado. Essa é a parte lastimável nesse episódio todo. É uma tristeza que vejamos acontecer isso no País, não somente na área da saúde. Ontem, aqui, no Senado mesmo, invadiram. Há mais ocorrências policiais no País do que não-policiais. Sofremos, sentimos e não sabemos o que fazer. Vou-me dedicar, na semana que vem, a passar um dia na CPMI dos Sanguessugas, para ver, afinal, o que está acontecendo e para poder fazer um juízo final de tudo isso que tenho lido nos jornais e ouvido nos pronunciamentos. Só tenho a lamentar que, lá no meu Mato Grosso do Sul, haja dois Parlamentares apontados como sanguessugas. E há a informação, que a Senadora passa, de dez milhões dentro da Secretaria de Saúde do Estado. Infelizmente, não fiquei sabendo se isso foi efetivado ou não, mas vou olhar. Preciso ver isso, devido à minha responsabilidade aqui. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Realmente, entendo que é muito importante que V. Ex^a analise todos os dados e documentos. É verdade que se trata de um trabalho exaustivo, de revisão constante e de cálculos, para não se cometer injustiças. Não é algo simples fazer isso, pois envolve vidas de muitas pessoas.

Às vezes, não temos pena da pessoa, mas, mesmo assim, sabemos como os fatos repercutem na vida do filho, da filha, da esposa ou dos pais. Muitos vivenciam situações extremamente difíceis com todo esse processo.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a pôde debruçar-se sobre os documentos da CPMI dos Sanguessugas, em especial sobre o depoimento do empresário Verdoin e sobre todos os documentos que foram reunidos pelas autoridades e que contribuem para o desvendamento dessa problemática tão grave, que atinge o Congresso Nacional e um número significativo de colegas nossos, eleitos Deputados Federais, representantes do povo.

Existe, inclusive, a possibilidade de haver, nesse caso, até alguns Senadores envolvidos, e é importante que se dê a cada pessoa a oportunidade completa do esclarecimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A CPMI, Senador Eduardo Suplicy, está fazendo o esforço de ouvir os Parlamentares – talvez, esse nem fosse o nosso papel – antes de encaminhar os nomes ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, porque, depois que se encaminha ao referido Conselho, já há uma situação diferenciada do ponto de vista legal. Assim, a CPMI está notificando os Parlamentares, para que levem suas provas por escrito. Se quiserem analisar os documentos para melhor se prepararem para fazer sua defesa, eles têm todo o espaço necessário para isso. Desculpe-me por tê-lo interrompido, mas eu não gostaria de esquecer esse detalhe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Senador Amir Lando, Relator da CPMI, designou-me para Sub-Relator da área relativa aos procedimentos orçamentários. Gostaria de informar a V. Ex^a, como atuante da CPMI, que me estou debruçando sobre as sugestões que poderão evitar esses problemas. Ressalto que algumas dessas sugestões levarão em conta aquelas que a CPI Mista do Orçamento fez em 1993, que acabaram não sendo plenamente consideradas na prática, desde então, e que estão justamente na direção do que V. Ex^a mencionou. Hoje, diferentemente do que ocorria em 1993, quando não se tinha acesso tão generalizado à Internet como agora, há muito maiores possibilidades de comunicação não apenas para os Parlamentares, mas também para as Assembléias Legislativas estaduais, para as Câmaras Municipais e para a população como um todo. Então, tiradas as lições dos episódios envolvendo a CPI de 1993, poderemos avançar muito e mais agora, com essa CPMI. Trata-se efetivamente de assegurarmos mais transparência a todos os nossos atos como parlamentares de um modo geral quando houver transferência de recursos para os respectivos Governos estaduais e municipais, além de propiciarmos a toda e qualquer pessoa no Brasil o direito de acompanhar de perto como são tomadas as decisões relativas a gastos, a investimentos, à transferência de recursos, dando total transparência aos procedimentos. É nesta direção que acredito que poderemos dar uma contribuição muito significativa nos próximos dias, com o resultado dessa Comissão Parlamentar de Inquérito: prevenindo e evitando os problemas que estão sendo constatados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Não tenho dúvida de que a construção e a execução do Orçamento, que é o coração da Administração

Pública, não podem continuar sendo feitas conforme as conveniências transparentes ou promíscuas das relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

V. Ex^a defende com veemência que o Presidente da República venha ao Congresso Nacional para debater com Parlamentares e com representantes dos trabalhadores ou dos empresários, de todos os setores da sociedade, a construção da peça orçamentária. Aliás, essa é uma proposta que a própria Confederação Nacional dos Municípios defende: apresentou-a no encontro com os presidenciáveis como forma de fazer com que a construção do Orçamento não seja uma atividade de alguns poucos iluminados do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional e com que, conseqüentemente, a execução orçamentária não se dê conforme uma relação de promiscuidade, para que não seja definida a liberação de recursos segundo o grau de subordinação com o Presidente da República. Isso realmente é algo muito grave. É inaceitável que isso continue a acontecer.

Encerro, Sr. Presidente, reafirmando que a construção do Orçamento, que é o coração da Administração Pública, e a execução orçamentária não podem continuar sendo feitas segundo as conveniências dessa relação promíscua envolvendo o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, as prefeituras e setores empresariais. Além disso, é muito importante garantir a punição rigorosa, exemplar e implacável dos criminosos envolvidos numa operação tão grave como essa, que, com certeza, tirou vidas de crianças e de pessoas doentes em todos os Estados brasileiros.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Alvaro Dias, suplente de Secretário, e Antônio João.

O SR. PRESIDENTE (Antônio João. PTB – MS) – Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedemos a palavra ao Senador Alvaro Dias por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSOPRONUNCIADOPELOSSR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADOPELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio João. PTB – MS) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy a gentileza de ter permutado comigo a sua inscrição como orador desta tarde.

Nesta semana, compareci, no Amapá, à comemoração do 61º aniversário da Associação Comercial do Estado. É uma entidade que tem prestado relevantes serviços ao Estado e tem sido não apenas uma entidade para defender os interesses da classe produtora, como também um foro permanente para o debate dos problemas do Estado.

Os portugueses, na aventura dos mares, nas conquistas que fizeram, tinham por norma, ao chegarem em qualquer parte do mundo, constituir três instituições. Os historiadores que falam sobre a aventura portuguesa dos mares dizem que eles criavam, quando chegavam, o Senado da Câmara, que, hoje, é a Câmara de Vereadores, para que a população pudesse, unida, defender os seus interesses. Aqueles que chegavam, os povoadores, podiam se aglutinar em torno de uma associação, que, naquele tempo, chamavam-se de classes produtoras, para defender os interesses da colônia.

Em segundo lugar, eles criavam as Santas Casas de Misericórdia. Hoje, no Brasil, nós as encontramos em quase todo o País. Se chegarmos em Moçambique, Timor ou Angola, encontraremos, nas capitais, as mesmas Casas de Misericórdia que eles faziam aqui, porque, naquele tempo, não existindo nenhuma previdência social – nem se podia falar nisso –, havia o sentimento da caridade aliado ao sentimento religioso.

Em terceiro lugar, fundavam as associações comerciais. Nós vemos, no Brasil, que são centenárias as nossas associações comerciais, porque antecederam as outras federações, que eram setoriais, porque a economia obrigou os países a fracionarem em setor industrial, agrícola, comercial. Então, surgiram as federações. E as associações comerciais, como remontam a um tempo bastante anterior, têm a função de defender o comércio de uma maneira geral. E por quê? Porque o comércio era a única maneira de promoção do progresso.

Na frente, vinha o comércio, como primeiro instrumento de desenvolvimento dessas regiões.

Nesse sentido, a Associação Comercial do Amapá é também precursora, ela está inserida nesse processo, com uma diferença: na realidade, aquela região foi singular no Brasil, porque o Amapá era uma região desconhecida, como quase toda a Amazônia. Não se sabiam onde eram as fronteiras, e elas eram disputadas até mesmo por aventureiros do mundo inteiro: por

piratas, corsários, franceses, holandeses, ingleses. E os portugueses tinham por obrigação e por desejo ocupar aquela área como sendo sua, mas eles não tinham instrumento para isso, a não ser aqueles que, no passado, eram instrumentos clássicos: as fortificações.

Eu já disse desta tribuna que o território do Amapá passou a ser uma parte também disputada e inserida nos mapas que se faziam na Europa, nos acordos que foram feitos em Utrecht, o Acordo de Paris, sobre o fim das guerras, porque eram regiões desconhecidas, mas disputadas por ingleses, franceses e holandeses – Napoleão até dizia que a França vinha até a margem esquerda do rio Amazonas. Foram os franceses os primeiros que, ali, construíram fortificações.

A primeira delas foi a fortificação do Curiaú que era uma vigia na entrada do rio Amazonas. Como o rio possibilitava a entrada de barcos e aventureiros, tudo isso se destinava a evitar que ocupassem as regiões, que eram tomadas como regiões portuguesas.

O período filipino, que vai de 1580 a 1640, corresponde à união das duas Coroas, o que possibilitou que a linha de Tordesilhas fosse abandonada e, então, que fosse possível a expansão daqueles territórios.

Essa colonização começou pela cidade de Macapá, mas a cidade foi planejada. Isso é interessante na história da Amazônia e na história do Brasil, porque se discute nos mapas antigos – e pesquisei um pouco sobre isso na Casa do Tombo – alguns documentos que existiam sobre a cidade, que ela havia sido construída na margem esquerda do Amazonas, para que desse apoio ao forte. Então, o forte determinava que as cidades tivessem os habitantes que o construíssem. Esse forte, atualmente, é uma obra gigantesca e extraordinária de engenharia militar. E, sem dúvida alguma, ele será – e estou empenhado nisso – patrimônio da humanidade, porque por ali se passou a história do homem.

Portanto, a cidade de Macapá foi feita de forma planejada; porém, com um detalhe singular, porque, naquela época, os urbanistas consideravam que as cidades deveriam ser planejadas como uma praça, em torno da qual seria desenvolvido todo o aglomerado urbano.

No momento em que foi feito o planejamento, junto ao forte, da pequena vila, que seria a Vila de Macapá, esse planejamento foi feito com duas praças, o que, na realidade, era uma estrutura muito moderna, em matéria de planejamento urbano. Isso era algo singular, que foi muito discutido – discute-se ainda hoje. Quando se observam os documentos antigos, verifica-se que havia discussão a respeito do projeto de urbanização.

Pois bem, foi em torno dessa pequena vila de duas praças que se constituiu a cidade de Macapá, que, hoje, é a capital do Estado.

Aquela região inteira tornou-se brasileira pelo esforço daqueles que ali residiam, porque sabemos que aquele era um território do Contestado, ocupado pelos franceses; e, em tratados internacionais, considerado uma área que não era brasileira nem francesa, mas do Contestado. Pois bem, foi essa área, que, pelo esforço dos brasileiros – que lutaram, com armas na mão –, tornou-se brasileira. Portanto, com a ocupação dos brasileiros no território, quando recorremos ao laudo de arbitragem com a Suíça, o Brasil tinha o grande argumento de que aquela era uma região ocupada por brasileiros e, por conseguinte, ao longo do tempo, ela era brasileira. Foi isso o que nos deu a vitória no laudo suíço.

Pois bem, essa é uma digressão para apenas dizer que, na história da Associação Comercial do Estado do Amapá, está justamente a tradição da formação das cidades brasileiras, a tradição portuguesa, que presidiu a sua colonização no mundo inteiro.

Hoje, também nessa reunião, tivemos a oportunidade de festejar uma nova abertura para o Estado, que não é somente abertura comercial, porque, na realidade, região isolada vive absolutamente, exclusivamente quase do comércio. Mas estou lutando aqui, dentro do Congresso, para que se transforme a área de livre comércio em área industrial.

Agora, com as descobertas que foram feitas dos estudos mineralógicos do Estado do Amapá, descobriu-se que ele também é uma província mineral, a mais nova província mineral do Brasil. Assim, agora, começamos a ser exportadores de ferro, já começaram as primeiras exportações de ferro. A estrada de ferro que foi feita para escoar manganês, hoje já está escoando ferro para exportação, que passou a ser um mineral também de alto valor em nível internacional.

Essas pesquisas nos mostram também a existência de cromo e de outros minerais raros, como urânio, e outras reservas de manganês, o que possibilitará, sem dúvida, a criação, naquela região, de um grande pólo minero-metalúrgico.

Por outro lado, a bacia sedimentar da Amazônia é a maior possível na costa do Amapá. Ali, sem dúvida alguma, teremos oportunidade de ampliar as pesquisas sobre petróleo.

Eu já disse aqui, outro dia, que apenas foram pesquisados 100 poços, enquanto, em Campos, na área de pesquisa, foram feitas 3.800 perfurações. Desses 100 poços, três foram ainda do tempo em que eu era Presidente. E, em dois deles, foram encontradas ocorrências de gás e de petróleo, o que mostra que, indu-

bitavelmente, aquela é uma área de bacia sedimentar, bacia do cretáceo, e todas as descobertas modernas feitas no mundo a respeito de novas reservas de petróleo pertencem às bacias sedimentares do cretáceo, que são as mais recentes.

Portanto, Sr. Presidente, quero congratular-me com a Associação Comercial do Amapá e dizer, ao mesmo tempo, que essa data é festejada com a ocorrência das descobertas minerais, que vão transformar o Estado num pólo mínero-metalúrgico.

Em relação à área de energia, com a construção das novas hidrelétricas – a primeira delas está sendo iniciada, a de Santo Antônio –; com o levantamento do potencial hidrelétrico do rio Araguari, já com a construção de algumas usinas; e com a concretização da transposição do rio Amazonas, pelo cabo que trará a energia de Tucuruí à margem esquerda do Amazonas, evitaremos aquilo que existe: Manaus, Macapá e outras cidades da margem do Amazonas consumindo óleo *diesel* com grande subsídio, porque ele chega com preço muito elevado. E as tarifas, iguais no País inteiro, fazem com que as companhias elétricas, estatais naquela região, tenham esse prejuízo.

Na realidade, com a energia de Tucuruí e a transposição do rio Amazonas com esses cabos, que vão a Manaus e a toda aquela região, evidentemente essa fase vai ser superada.

Por outro lado, a possibilidade da vinda do gasoduto da Venezuela até o Rio Grande do Sul, que será um gasoduto muito necessário, também terá um tramo que alcançará a cidade de Macapá.

Com isso, ressalto, desta tribuna, que os 60 anos da Associação Comercial foram comemorados com as novas expectativas e as novas descobertas, na certeza que temos de que o Estado passa a ser viável, com recursos próprios capazes de sustentar a sua riqueza.

Na Amazônia, não podemos pensar em distribuir a pobreza, como até hoje tem sido, e sim a riqueza. Mas para distribuir riqueza temos que criar desenvolvimento. E para criar desenvolvimento temos que ter infra-estrutura. E essa infra-estrutura é energia, transporte e comunicação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Antônio João, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, eu seria o próximo, mas o Senador José Jorge, com respeito à sua condição de candidato a Vice-Presidente, me pede

a gentileza de poder falar antes. Como sou candidato apenas à reeleição ao Senado, e S. Ex^a a Vice-Presidente da República, vou conceder-lhe a prioridade.

Por favor, Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Como muito bem registra a Senadora Heloísa Helena, este é o legítimo exercício da democracia. Um democrata age assim.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Ainda que meu candidato seja o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E ainda que o meu seja Guilherme Afif.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra, o Senador José Jorge, sem prejuízo da ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou uma matéria com o seguinte título: “PCC manda matar políticos do PFL e PSDB mostra escuta”. Ninguém do P-Sol, Senadora Heloísa Helena.

Reportagem do jornal Estado de S. Paulo informa que políticos do PFL e do PSDB estão sendo ameaçados de morte pela facção criminosa conhecida como PCC, Primeiro Comando da Capital.

Segundo o jornal, uma escuta telefônica feita pelo Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) flagrou um preso conhecido como Moleque repassando ordens a um bandido que se identifica como Muca. Este pede ao preso que repasse as ordens da cúpula, o chamado salve, para ataques no Estado.

Com caneta e caderno na mão, a conversa começa. Mas, em vez de mandar matar os políticos dos dois partidos, por algum motivo, a ordem é repassada de forma truncada.

Em vez de políticos, o preso manda matar os “policiais da câmara municipal, PFL, PSDB”. Quando o criminoso pede confirmação da ordem, o detento explica: “Esses são os polícias (sic) que ficam nas câmaras, tem os policiais que ficam nas câmaras”.

Um delegado do Denarc disse ao jornal Estado de S. Paulo não ter dúvidas de que o fato de a ordem ter chegado truncada nas ruas fez com que políticos dos dois partidos não sofressem atentados na mais recente onda de violência promovida pela facção. “Em vez de políticos, pensaram que era para matar policiais.”

Um exemplo de que o PCC queria atacar os legislativos municipais ocorreu em Juquitiba, na Gran-

de São Paulo. Ali, bandidos jogaram uma bomba que destruiu o prédio da Câmara...

(...)

A ordem para matar os políticos do PSDB e do PFL – respectivamente os partidos do ex-governador, Geraldo Alckmin, e do atual, Cláudio Lembo – foi interceptada após o começo dos últimos ataques.

Sr. Presidente, há duas semanas, o Presidente Jorge Bornhausen fez aqui uma declaração que chamava a atenção para a questão política no que diz respeito aos ataques do PCC. S. Ex^a relacionou os ataques do PCC a supostas ligações políticas e interesses políticos que existiam naquele momento. Muitos desmentiram a declaração, dizendo que não havia relação política nenhuma, que isso era invenção; mas, agora, essas gravações – e, pelo que se sabe, existem outras – mostram que há um fundo de verdade nisso, e que essas pessoas que estão nos presídios também acompanham o movimento político, e esses movimentos podem beneficiar ou prejudicar o candidato A, B ou C.

No mesmo dia em que o Presidente Jorge Bornhausen fez essa declaração, eu também falei, quando aqui cheguei – a imprensa pediu que eu me pronunciasse a respeito –, que não sabia se havia uma relação, no caso, entre o PCC e o PT, que era o que o Presidente Jorge Bornhausen havia dito. Apenas disse que toda vez em que é veiculada uma pesquisa cujo resultado é favorável a Geraldo Alckmin, o PCC faz um movimento. Pode ser apenas coincidência, mas também pode haver alguma relação. Levantei apenas isso, e era verdade: até aquele momento, todas as vezes em que o candidato Geraldo Alckmin subia nas pesquisas, havia um movimento do PCC. Eu disse: “Pode ser coincidência, mas também pode haver uma relação”. Agora, com a publicação dessa matéria, verifica-se que há uma questão política também envolvida.

Logo depois, foi publicada a seguinte notícia:

O PT apresentou hoje ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um pedido de investigação contra o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, e o Senador José Jorge, candidato a vice-presidente na chapa do tucano Geraldo Alckmin. A notícia-crime é mais uma reação às acusações de que os petistas estariam ligados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). A petição, assinada pelo presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, pede que a proposta seja encaminhada ao Ministério Público e solicita a instauração de uma ação penal contra os dois opositores por crime contra a honra.

No documento, Berzoini ainda afirma que as declarações de Bornhausen e Jorge atentam contra “a honra e a moral do Partido dos Trabalhadores e de

todos os seus filiados”. Além disso, o presidente do PT classifica as acusações como um “ato de nítida conotação eleitoral”.

Aproveito para dizer, já que não tive a oportunidade de fazê-lo antes, que essa notícia-crime que o PT apresentou na Justiça Eleitoral não tem razão de ser. Em primeiro lugar, porque o art. 54 da Constituição Federal garante a nós, Parlamentares, o direito de palavra, de pensamento, de dizer o que acreditamos que aconteceu e dar a nossa opinião. Esse é um direito de parlamentares do mundo inteiro, e não apenas do Brasil. No mundo inteiro, os parlamentares não podem nem devem ser processados por delitos de opinião.

Em segundo lugar, em nenhum momento, particularmente, eu disse que o PT tinha uma ligação com o PCC. A única coisa que eu disse foi que, todas as vezes em que o Senador Geraldo Alckmin subia nas pesquisas, o PCC fazia um movimento, o que pode ser coincidência ou não. Mas não afirmei explicitamente isso.

Esse tipo de processo que se abre é algo que pode ser repetido todo dia, um contra o outro. Se, todas as vezes em que a Senadora Ideli Salvatti der uma opinião contra o PFL, contra A ou B, eu for processá-la, ou ao Senador Suplicy, isso não acabará mais, cada um processará o outro. Esse não é o melhor caminho para a convivência parlamentar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou conceder primeiro ao Senador Eduardo Suplicy, mesmo porque S. Ex^a me cedeu a vez de falar.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – É uma troca de gentilezas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Jorge, V. Ex^a sabe do respeito que tenho por V. Ex^a, respeito que tem granjeado entre todos nós, seus colegas, porque são muitas as ocasiões em que, ainda que tenhamos debates fortes e pontos de vista diferentes, V. Ex^a tem sido um exemplo de Senador que se debruça sobre um assunto em profundidade, como, por exemplo, na reforma do sistema judiciário. Também em questões da reforma tributária e outros exemplos, em que até mesmo o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, reconheceu o empenho de V. Ex^a, inclusive para que pudéssemos chegar, aqui, a um entendimento e aprovarmos matérias de grande repercussão e importância, no interesse maior da Nação brasileira. Com respeito a essas declarações que, por vezes, nos causam espanto e levam companheiros nossos e todos nós, do Partido dos Trabalhadores, a

reagir, seja do Presidente Jorge Bornhausen, seja de V. Ex^a, já que V. Ex^a propõe que tenhamos, como Partido, procedimento o mais respeitoso, adequado, construtivo, V. Ex^a há de convir que, quando membros do PFL ou o seu próprio Presidente, ou Senadores, aqui, simplesmente porque houve um problema com uma pessoa, ou com duas, ou com mais pessoas dentro de um partido que tem mais de 800 mil pessoas filiadas – se essa pessoa errou, daí a generalizar para a instituição toda! –, colocam um adjetivo que é, muitas vezes, ofensivo, então, não é à toa que o Presidente do Partido, Ricardo Berzoini, sintam-se no dever de reagir e solicitar à Justiça que haja um procedimento pelo menos de esclarecimento ou de reação a uma declaração dessa ordem. Quando, por exemplo, em 1992, surgiram aspectos relativos a procedimentos inadequados, incorretos, que foram, inclusive, objeto de julgamento do Congresso Nacional e que levaram à cassação de um Presidente que era apoiado pelo Partido de V. Ex^a, o PFL, não me lembro de termos nós, do Partido dos Trabalhadores, por mais incisivos que fôssemos, por mais assertivos que pudéssemos ter sido – e eu próprio fui um deles –, estendido para o PFL um fato associado a um membro do Governo que o PFL aprovava, um procedimento que, por nós, foi considerado inadequado. Faço esta ponderação porque, se V. Ex^a nos pede um procedimento, digamos, mais civilizado, construtivo, então que possam V. Ex^a e seus companheiros receber uma ponderação nesse sentido.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É claro!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe nossa linguagem possa se tornar mais elevada e melhor. Lembro-me muito bem dos ensinamentos de um dos maiores políticos da história do nosso País, o Presidente da Assembléia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que recomendava a todos – várias vezes, ouvi S. Ex^a fazer esta declaração – que era importante, na vida política, com respeito aos nossos adversários, que sempre fizéssemos observações, adjetivações e qualificações que nos permitissem, sempre, mantermos o diálogo com eles, o que seria quase inevitável na vida política. Considero esse ensinamento muito sábio. Quem sabe ele possa servir para todos nós?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti; depois, encerrarei, Sr. Presidente.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, veja bem como as palavras e as opiniões, que obviamente todos têm o direito de expressar e verbalizar, têm sempre uma repercussão significativa,

senão não seríamos Parlamentares. Portanto, tudo o que falamos e expressamos tem conseqüências. Por exemplo, no início da tarde, fiz um pronunciamento a respeito de uma série de situações, de operações, ou seja, a questão da corrupção como um todo, os mecanismos que são cada vez mais necessários aperfeiçoarmos para podermos, efetivamente, reduzi-la. E citei algumas pessoas que se destacaram no noticiário de hoje, inclusive um Parlamentar, que sequer conhecia, que me abordou. Agora não me vem o nome de S. Ex^a, apenas sei que é sobrinho do Senador Antonio Carlos Magalhães, porque, ao fazer o registro, disse que provavelmente teria sido dado o destaque no noticiário por causa da ligação familiar. Portanto, o destaque havia sido dado para que o nome de S. Ex^a aparecesse no depoimento do Sr. Vedoin. Fiz muita questão, e foi interessante, porque o Parlamentar me abordou para me mostrar a documentação que levava em sua defesa para a CPI das Sanguessugas. Na oportunidade, S. Ex^a fez questão de registrar que, em meu pronunciamento, citei o nome e a situação, com todo o respeito e a tranqüilidade que essa situação, em pleno processo eleitoral, pode desencadear. Portanto, Senador José Jorge, quero dizer que há muita diferença entre opinião e acusação. Inclusive, quando V. Ex^a estabelece – e não é a primeira vez que ouço – que há uma coincidência entre a subida do Alckmin nas pesquisas e os ataques do PCC, quero dizer a V. Ex^a que, apesar de entender isso como opinião, ela extrapola. Ela não é apenas uma opinião; até porque, pela repetição, ela deixa de ser opinião.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, não repeti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Antes de lhe devolver a palavra, queria dizer o seguinte: para mim – não é “eu acho” –, eu estou convencida de que, em relação a determinadas ações do PCC, se houver qualquer determinação nesse sentido, quero aqui lamentar e dizer que todos nós temos de estar, absolutamente, cerrando fileiras para que o PCC não oriente e não execute qualquer ação contra qualquer político do PSDB ou do PFL, o que seria lamentável. Ninguém pode ser conivente ou se regozijar se algo dessa magnitude vier a ocorrer ou estiver sendo engendrado no descontrolo da questão da segurança em São Paulo. No entanto, Senador José Jorge, V. Ex^a vai me desculpar, mas o PCC, se ele está elaborando ou tomando alguma atitude, que, volto a dizer, todos devemos repudiar e devemos cerrar fileiras para impedir que venha a acontecer, acho que aí há uma lógica: a de que, considerando o sistema prisional em que o PCC está embutido, ele reage e toma atitudes absurdas porque o identifica – o PCC, os seus comandantes

– com as autoridades que, há doze anos, governam o Estado de São Paulo, onde eles estão submetidos e aprisionados. Então, os doze anos de governo do PSDB/ PFL...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, V. Ex^a acha que tem lógica?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Entendo que tem, porque quem está preso em São Paulo, qual a autoridade que ele identifica como responsável pela situação que ...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, quem está preso no Piauí deve atacar o Governador do Piauí?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, não deve atacar ninguém. Mas V. Ex^a há de convir que eles identificam com a autoridade diretamente responsável pelo sistema prisional. Senador José Jorge, independentemente de ter ou não lógica, tenho a convicção de que tem lógica eles se direcionarem para as autoridades que administram o sistema prisional de São Paulo. Mas, indiscutivelmente, tem de haver repúdio, além de uma ação conjunta de todos nós – Governo Federal e Governo Estadual. Por isso, penso que foi fundamental a liberação dos R\$200 milhões na medida provisória, sendo R\$100 milhões para o Estado de São Paulo, a fim de prestar socorro, e toda essa conjugação de esforços que o Ministro Márcio Thomaz Bastos permanentemente mantém com o Governador Cláudio Lembo. Lamento que a utilização da Força Nacional de Segurança ou do Exército, em algumas situações, não tenha sido aceita. Mas reconheço e respeito a opinião de quem governa São Paulo, o Governador Cláudio Lembo, que tem a autoridade constitucional de decidir se aceita ou não, já que S. Ex^a é o responsável por comandar em São Paulo a questão da segurança.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – RN) – Eu agradeço.

Na realidade, a segurança não é responsabilizada somente dos Estados. Inclusive, o Presidente Lula tinha toda uma motivação para tratar da questão de segurança pública e não cumpriu praticamente nada daquilo que prometeu à Nação.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, apenas a responsabilidade no sentido de fazer ou não a parceria com o Exército ou com a Força Nacional de Segurança. A não ser que seja decretada uma intervenção, mas, obviamente, ninguém está advogando isso. Portanto, há toda uma parceria entre o Ministro Márcio Thomaz Bastos e o Governador Cláudio Lembo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – RN) – Somente para dar um exemplo, essa Força Nacional de Segurança é virtual. Ela pode ser utilizada quando for necessária para um Estado pequeno, porque mais da metade

é oriunda do Estado de São Paulo. São dois mil, dos quais mil e poucos vêm do Estado de São Paulo. Então, enviá-la para aquele Estado não teria efeito. Foi apenas uma demonstração de querer se aproveitar politicamente do fato, oferecendo uma força virtual, que, na realidade, não existe.

Em segundo lugar, o Presidente Berzoini disse que atacamos a honra e a moral do Partido dos Trabalhadores e de todos os seus filiados. Na verdade, o que eu disse não ataca em nada o Partido dos Trabalhadores. Eu nem citei o Partido dos Trabalhadores. O que eu disse foi que as pesquisas caminhavam no sentido dos processos. Na realidade, jamais quis e não atingi a honra nem a moral do Partido. Pelo contrário, acho que quem atingiu a honra do Partido dos Trabalhadores foi o Ministro José Dirceu, que foi cassado, foi o Ministro Palocci quando quebrou o sigilo do caseiro, foram outros Ministros do Governo e a própria direção do Partido, o Presidente, o Secretário, o Tesoureiro, que recebeu propina. Foram todas essas pessoas que, na verdade, atingiram a honra do Partido dos Trabalhadores e que o PT nunca denunciou no Tribunal Superior Eleitoral. Podia ter denunciado, mesmo sendo seus membros. Atingiram a honra do Partido e nunca ninguém foi punido. Quer dizer, dizem que vão punir depois das eleições. Pouca gente acredita nisso, inclusive eu.

Penso que esse não é o caminho e que o PT, antes de processar, antes de encaminhar para a Justiça Eleitoral notícia-crime contra os adversários, deveria primeiro processar aqueles que efetivamente atingiram a honra e a moral do Partido, que foram esses que citei e muitos outros que não cumpriram aquilo que deveriam ter cumprido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Sérgio Zambiasi, Sr^{as} e Srs. Senadores, quantas mortes precisarão acontecer até que finalmente se perceba que muitas pessoas já morreram? Até quando vamos assistir a esta guerra, tanto em nosso País, a guerra civil que infelizmente tem acontecido, como lá no Oriente Médio? Quanto tempo teremos ainda até que as pessoas se sintam com mais bom senso para resolver os problemas de tanta carnificina, tantas mortes e tanto sofrimento?

É importante que, em São Paulo, possamos todos, tanto na Prefeitura Municipal do Prefeito Gilberto Kassab, no Governo Estadual do Governador Cláudio Lembo, quanto com os esforços do Presidente Lula e do Ministro Márcio Thomaz Bastos, tomar as medidas

necessárias para caminharmos na direção de não haver mais episódios como seqüestros, matanças, queimadas de ônibus, promovidas pelo PCC ou por outras organizações criminosas. Também precisamos evitar a superlotação das casas de detenção e, sobretudo, todos os problemas que têm sido os causadores de tanta criminalidade violenta, dos assaltos, dos roubos, dos assassinatos.

Daí os passos que precisamos dar celeremente para que não haja tanta superlotação nos presídios, Sr. Presidente, para que mais e mais sejam aplicadas penas alternativas e para que também possamos ter ali, nos estabelecimentos penitenciários, oportunidades para que as pessoas de fato sejam reeducadas; que haja cursos necessários para que, ao voltar à sociedade, possam essas pessoas realizar trabalhos, tarefas, atividades profissionais que lhes garantam uma forma de sobreviverem com dignidade. Mas, aqui fora, sobretudo para os jovens e para as crianças, visando a que não trilhem o caminho da criminalidade, é importante estarmos atentos às condições sociais de equilíbrio em nosso País, principalmente provendo oportunidades de educação mais adequadas.

Sr. Presidente, é necessário que falemos hoje um palavra a respeito dos problemas internacionais, dada a dificuldade que está vivendo o Oriente Médio, situação que está repercutindo fortemente em todo o mundo e, em especial em nosso País, onde há milhões de pessoas descendentes de árabes, judeus e israelenses, que estão preocupados com a dificuldade de entendimento naquela região.

Quero aqui dizer o quão importante é que o Governo brasileiro – e incluo tanto o Poder Executivo quanto o Congresso Nacional – esteja empenhado na busca de esforços para o término da violência, da guerra que novamente ameaça se estender por todo o território do Líbano, do Irã, do Iraque, de Israel e dos demais países árabes.

Tenho procurado ler e compreender os diversos pontos de vista. Ainda ontem, li com atenção o artigo da Embaixadora de Israel no Brasil, Tzipora Rimon, publicada na **Folha de S. Paulo**, "Qual a saída?", onde procura argumentar que o combate israelense é justo e a intensidade de sua reação é paralela à ameaça, mas que acredita Israel na via diplomática. Também li o artigo do Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano, Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alfredo Cotait Neto, em que ele ressalta que, estandarte da tolerância religiosa, Beirute renasce de uma guerra interminável e irradiava auto-estima para o país e, entretanto, se vê novamente o Líbano, justamente quando se preparava para receber cerca de um milhão e seiscentas mil pessoas, sendo objeto

de destruição. Para alguns, como a brasileira Valdelice Nunes Leguth, que voltou ontem do Chile, o Líbano acabou, como se não houvesse possibilidade de novamente ver a nação de seus pais e avós retornar à vida normal.

Sr. Presidente, até quando essas coisas vão perdurar? Será que não são capazes os governos, inclusive dos países mais desenvolvidos – seja o governo de Israel, do Líbano ou o Hizbollah –, de chegar a um entendimento?

Saúdo o esforço do Ministro Celso Amorim de, inclusive, hoje estar em Adana, na Turquia, para se solidarizar com centenas de brasileiros e providenciar o resgate deles. Centenas de brasileiros e brasileiras descendentes de libaneses ou até líbano-brasileiros estavam no Líbano e, agora, se vêem instados a sair das principais cidades daquele país, para não serem mortos pelos ataques de armas mortíferas que têm atingido as diversas cidades libanesas, muitas vezes matando pessoas que não têm nada a ver com o Hizbollah. A população civil e mesmo diversos brasileiros que estavam no Líbano, incluindo crianças, foram mortos. Eis, portanto, a razão do meu apelo.

Muitos amigos meus que são judeus, palestinos, libaneses e árabes têm me procurado e dito: "Senador Suplicy, veja lá no Senado como fazermos um apelo mais forte para que essa situação do Oriente Médio não continue com tanta destruição, tanta morte".

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedem um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Fico pensando, Senador Arthur Virgílio, para cada ponte destruída, para cada edifício destruído, para cada sistema de infra-estrutura destruído, seja do lado árabe, no Líbano, na Palestina ou em Israel, quanto vai custar de esforço: Não seria melhor que estivéssemos muito mais empenhados em descobrir os caminhos de realização da paz, baseados na justiça entre os povos árabes e israelenses?

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, o discurso de V. Ex^a carrega um grande apelo. Ainda há pouco, em Manaus, mulheres da colônia libanesa fizeram uma passeata, com toda aquela carga cultural, com todo aquele sentimento de desespero que é próprio de quem conhece a fundo e até familiarmente esse drama do Oriente Médio. Sempre digo que se a gente quer sentir civilização, se a gente quer sentir a dor da construção civilizatória é só a gente olhar bem fundo nos olhos de um velho judeu, de um velho árabe. Os olhos de ambos têm algo que vem da alma e que, talvez, ainda falte a nós, que somos uma nação tão jovens. V. Ex^a tem razão. É

uma querela milenar que precisa, por outro lado, voltar àqueles tempos em que o Presidente Clinton colocou Arafat e Benjamin Netanyahu nos jardins da Casa Branca. Falo da guerra do Iraque, por exemplo. Longe de se absolver aqui a ditadura corrupta e sanguinária – e é pleonasma dizer que é uma ditadura corrupta e sanguinária, pois todas são corruptas, todas são sanguinárias – de Saddam Hussein, já custou ao Tesouro americano, aquela guerra que não tem fim, cerca de metade do Produto Interno Brasileiro.

E, ainda por cima, colabora para aumentar o preço do petróleo, penalizando, portanto, todos os atores, inclusive os Estados Unidos mesmo. Não dá para ser parcial, para ser maniqueísta, porque, de um lado, há aquele lixo que é a Al Qaeda, aquele lixo que tem de ser varrido mesmo da face política do mundo; de outro lado, há o instinto belicoso que precisa ser contido por parte dos Estados Unidos. Em relação aos árabes e aos judeus, sinceramente, muito sinceramente, eu me ponho a olhar as razões de um e vejo razões em um, a olhar as razões de outro e vejo razões em outro. Eu vi, por exemplo, o Hezbollah atacar Israel depois de Israel ter dado algumas demonstrações muito claras de boa vontade: começou a desocupar territórios, a abrir mão de territórios antes ocupados. Porque a esses grupos terroristas não interessa a paz, eles então agrediram quem estava disposto à paz. A resposta foi exagerada, a resposta é cruel, a resposta é terrível em cima do Líbano, de populações civis. Creio que este é um papel para a política externa brasileira: colocar-se como um mediador, colocar-se como alguém que vai efetivamente oferecer alternativas que levem a conversas, a diálogos, a propostas de entendimento. Penso que esses episódios terminarão conflitando, primeiramente, o Oriente Médio e, depois, parte significativa do mundo. Tomara que não estejamos vivendo ou revivendo aquele triste episódio da história recente dos Bálcãs! Tomara! Tomara! Sinto a paz mundial ameaçada e sinto, pelo menos, que grande parte da superfície deste mundo está ameaçada pela animosidade vinda da Coréia do Norte, pela crise do Oriente Médio que se alastra. É uma solidariedade, a meu ver, falsa que a ditadura da Síria dá aos agredidos, porque o que ela quer mesmo é o aumento do nível de incêndio naquela floresta bélica. Enfim, preocupo-me muito e digo-lhe que me entristece ver como está a situação. Por outro lado, urge que países comprometidos com a paz, como é o caso do Brasil, entrem em ação e mediem o conflito. Para mim, esse é o grande papel. É um papel muito mais importante do que ser do Conselho de Segurança da ONU. Importante é mediar essa questão. Quero registrar a passeata das mulheres descendentes de libaneses e de libanesas

em meu Estado e fazer a condenação muito clara de toda e qualquer atitude belicista, parta de onde partir, e a condenação muito clara do terrorismo, das suas facções, das suas deformações, das suas más formações. Tudo que cheire a agressão ao direito da pessoa humana, ainda que a pretexto de defender a pessoa humana, deve ter uma vigorosa condenação por parte do Congresso brasileiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Felizmente, nós, brasileiros, temos observado, em todo o País, na minha própria cidade, São Paulo, mas também em todas as cidades brasileiras, como Manaus e Recife, judeus e árabes convivendo em paz, interagindo e realizando as mais diversas operações de comércio, bem como operações de cooperação nos mais diversos âmbitos. Inclusive, nas nossas universidades, observamos professores judeus e árabes ou suas respectivas descendências capazes de cooperar, de colaborar. Então, nós, brasileiros, temos uma condição muito propícia para propor a realização de mediações, para que, o quanto antes, realizemos aquela que foi a bela recomendação de Martin Luther King, ao expor que sempre utilizemos contra a força física a força da alma, evitando a tentação da violência.

Sr. Presidente, eu gostaria também de falar a respeito da suspensão da Rodada Doha. Nesta semana, foi anunciada a suspensão, por tempo indeterminado, das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Reina um sentimento de fracasso, de decepção. A imprensa no mundo inteiro lastimou o desfecho, falou-se em “fiasco”, em “fim melancólico” e em “colapso” da Rodada Doha, a suposta rodada de desenvolvimento. Os países ricos não querem fazer concessões adequadas no setor agrícola, e os países mais pobres continuarão, por enquanto, submetidos aos efeitos nocivos de subsídios bilionários e a barreiras de acesso aos mercados agrícolas nos países desenvolvidos. O **The Wall Street Journal**, por exemplo, avalia que as negociações entraram em coma. Alguns mais pessimistas falam em desagregação do sistema multilateral de comércio e prevêm uma era de protecionismo e conflitos comerciais crescentes.

Negociadores de diferentes países ou blocos trocam acusações, procurando transferir a outros a culpa pelo insucesso das negociações. A maior parte das críticas dirige-se, neste momento, aos Estados Unidos, que foram, segundo entendimento majoritário, os mais inflexíveis nessa última etapa das negociações da Rodada Doha. O Governo Bush mostrou-se, ao que parece, excepcionalmente relutante em fazer concessões apreciáveis em matéria de redução de subsídios domésticos a seus agricultores, temendo

as repercussões no Congresso e nas eleições parlamentares que se aproximam. Naturalmente, os Estados Unidos apresentam versão diferente, que também tem o seu conteúdo de verdade, e culpam sobretudo a União Européia por não ter posto na mesa uma proposta condizente em termos de abertura dos seus mercados agrícolas.

O Brasil não escapou de críticas dos seus interlocutores na negociação. Mas parece claro que não é do Governo brasileiro a principal responsabilidade pelo insucesso. O Governo brasileiro parecia disposto – disposto demais, segundo alguns críticos aqui no Brasil, especialmente no setor industrial – a fazer concessões expressivas em matéria de diminuição de tarifas sobre importações de bens industriais (as tarifas consolidadas e mesmo as efetivas) e também no que diz respeito a acesso aos nossos mercados de serviços. A impressão que ficou foi a de que o Brasil se esforçou muito, por meio de seus negociadores, com o Ministro Celso Amorim à frente. Houve até mesmo a intervenção direta do Presidente Lula em mais de uma ocasião, para tentar desbloquear a negociação e superar o impasse.

Cabe uma palavra de apoio e reconhecimento ao Ministro Celso Amorim que, desde 2003, vem lutando para fazer avançar a Rodada Doha e manter vivo o espírito com que ela foi lançada, isto é, o de negociar com vistas a superar injustiças e assimetrias do sistema multilateral de comércio e da OMC. Desde 2003, o Brasil assumiu papel de um dos protagonistas da Rodada Doha. É claro que isso não se deve apenas ao papel do Governo e à ação individual do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores. O peso do Brasil, econômico e demográfico, nos confere uma influência natural no curso das negociações na OMC e em outros campos, mas desde 2003 o papel do Brasil cresceu, e o País passou a uma posição de destaque na Rodada Doha. O Brasil foi um dos artífices, talvez o principal, da criação do G-20, um grupo de países em desenvolvimento, que inclui a Índia, a China, a África do Sul, a Argentina, o México e o Egito. Esse grupo passou a atuar de forma coordenada nas negociações da Rodada Doha, com o Brasil e a Índia aparecendo freqüentemente como articuladores e representantes dos demais. Pode-se dizer, sem exagero ou favor, que o G-20 alterou a configuração das negociações, passando a ser reconhecido como um dos principais interlocutores. A existência e o dinamismo do G-20 contribuíram para que a Rodada Doha não tivesse o destino de sua antecessora, a Rodada Uruguai, cujo desenlace foi determinado em larga medida por um acordo bilateral entre os Estados Unidos e a União Européia. Não por acaso, os resultados da

Rodada Uruguai para países como o Brasil foram predominantemente negativos.

Infelizmente, não foi possível chegar a um acordo, mas antes nenhum acordo do que um mau acordo. Uma repetição da Rodada Uruguai, com resultados enviesados a favor dos países mais ricos, seria inconcebível. O Ministro Amorim, tentando ver o lado positivo da situação, declarou que a Rodada Doha não morreu e que a sua suspensão pode funcionar como um choque que desperte as lideranças dos países desenvolvidos, mormente os Estados Unidos e as nações da União Européia, para a necessidade de mudar de postura. A resistência dos países ricos, entretanto, parece muito maior do que se imaginava.

De qualquer forma, os entendimentos continuarão. Os jornais de hoje anunciam uma visita da representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, ao Brasil no sábado. Logo após a suspensão da Rodada Doha, ela pediu para se encontrar com o Ministro Amorim, segundo ele próprio relatou em suas entrevistas publicadas hoje, por exemplo, na **Folha de S. Paulo** e em **O Estado de S. Paulo**. O importante é que o Brasil trabalhe, dentro do possível, para continuar buscando os objetivos de desenvolvimento e comércio justo, preservando e aperfeiçoando a Organização Mundial do Comércio e outros organismos multilaterais.

Sr. Presidente Senador Sérgio Zambiasi, que preside a Comissão Mista do Mercosul, no Senado e no Congresso Nacional, eu gostaria também de assinalar a respeito da relevância da reunião realizada em Córdoba, quando se avançou no diálogo dos países que compõem o Mercosul e se elegeu o Presidente Lula Presidente da Instituição Mercosul. Senador Sérgio Zambiasi, como Presidente da Comissão, V. Ex^a tem um papel muito importante de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Mercosul.

Diante desse impasse na OMC, será importante o desenvolvimento que o Mercosul pode ter, sob presidência, neste ano, do Presidente Lula, no que se refere aos entendimentos com a União Européia. Como membro da Comissão que V. Ex^a preside e da Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria de acompanhar de perto.

Sr. Presidente, requeiro que seja publicada na íntegra carta que estou encaminhando ao Ministro de Estado da Saúde no sentido de cumprimentá-lo pela adoção do novo critério para a fila de transplante de órgãos humanos, de tal maneira a se levar em conta tanto a ordem cronológica, como também a gravidade do potencial beneficiário do transplante. São muitos os casos de pessoas que acabam perdendo a vida por não ter sido realizado o transplante em tempo hábil.

Um desses casos foi o do Sr. Oscar Rosé Filho que faleceu em 2001.

Recebi uma carta da Sr^a Ana Maria Buccini Rosé, esposa do Sr. Oscar, e envio, em anexo, correspondência na qual tece suas considerações sobre o que considerava uma injustiça o antigo critério, adotado em 1997, por essa Pasta.

Na oportunidade, Frei Betto escreveu sobre esse assunto.

Então peço a gentileza de ser transcrita a carta da Sr^a Ana Maria Buccini Rosé, assim como o artigo "A Travessia do Jordão", escrito por Frei Betto sobre o mesmo tema.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

São Paulo, 1º de Julho de 2006.

***Excelentíssimo Senhor
Ministro da Saúde do Brasil
Dr. Agenor Álvares***

Honrado Ministro

A Pena de Morte, embora não integre a Constituição Brasileira, vitimou de 1997 a 29 de maio de 2006 milhares de brasileiros através da ordem cronológica da fila para transplante de fígado.

Nesse período, como é do conhecimento de Vossa Excelência, a urgência médica não foi levada em conta como recomendam os princípios básicos de solidariedade humana e a ética médica.

Essa injustiça do governo brasileiro tirou a vida, em 12 de julho de 2001, após dois anos e meio de imenso sofrimento físico e psicológico, do meu marido Oscar Rosé Filho.

Perplexos, chocados, indignados e impotentes diante de tamanha arbitrariedade eu e meus filhos, ainda adolescentes, tivemos que enfrentar a vida.

Meus filhos perderam um pai amoroso, companheiro, orientador, protetor e amigo.

Eu perdi meu primeiro namorado, meu melhor amigo, cúmplice de todos os momentos felizes que vivemos juntos desde a nossa adolescência.

Não pôde estar na formatura dos filhos, não entrará com a filha na igreja no dia do casamento, não esteve e não estará nos aniversários e quando houver netos, não sentirão o carinho do avô.

O país perdeu um cidadão digno, ético, generoso, profissional competente, engenheiro e professor muito querido pelos seus alunos da Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie.

Sentimos muita falta, senhor Ministro, do seu amor, aconchego e proteção. Morreu lutando pela vida, agarrado à fé em Deus, que sempre alicerçou nossas vidas.

Tentando salva-lo e as outras pessoas que estavam na fila, procurei na época o então Ministro José Serra. Foram cartas, telefonemas, recados, em vão. Não respondeu, ignorou.

Pedi ajuda a Dom Paulo Evaristo Arns, que telefonou para o Ministro e ficou indignado com a resposta. Procurei Frei Betto que conversou com ele, com médicos, escreveu vários artigos para jornais indignado com o fato.

O Ministro Serra talvez se julgasse com direito de arbitrar sobre a vida e a morte e não teve a sensibilidade para perceber a violência da Portaria da Omissão Legalizada, assinada por ele em 1997. A indignação pela injustiça era grande demais. Procurei então ajuda no Senador Eduardo Suplicy.

Às três horas da tarde do dia 27 de março de 2001 entreguei minha carta na sua residência da Rua Grécia.

Às 23:00 horas do mesmo dia o Senador me surpreendeu com o seu telefonema. Ele não me conhecia, mas se importou. Preocupou-se e ficou mais de uma hora comigo ao telefone para saber os detalhes da minha história. Entrou comigo nessa luta. Procurou o Ministro José Serra, o médico do meu marido, o Senador Tião Viana. Estávamos então todos unidos pela vida: Senador Eduardo Suplicy, Senador Tião Viana, Frei Betto, Dom Paulo Evaristo Arns, Prof. Dr. Hoel Sette, meses de intensa luta, mas para meu marido não houve tempo.

Após sua morte, a dor, o sentimento de injustiça e indignação eram grandes demais.

Decidi então não desistir. Pelo meu marido, pelos outros doentes, em sua homenagem, decidi continuar. O Senador Suplicy esteve ao meu lado todo o tempo, até o fim, por isso meu sentimento de gratidão, admiração, carinho e fidelidade por ele estarão sempre presentes no meu coração.

Ao assinar em 29 de maio de 2006 a adoção do novo critério para a fila dos transplantes de fígado, adotado a partir de 1º de julho de 2006, senhor Ministro, o senhor com a sua sensibilidade e generosidade devolveu a milhares de brasileiros e direito à esperança e à vida.

Em nome do meu marido Oscar Rosé Filho e dos meus filhos Paulo Henrique Rosé e Ana Luisa Rosé

Muito obrigada.



Ana Maria Rosé

Prezado Senhor Ministro,

Cumprimento pelo acerto da decisão de Vossa Excelência no sentido de ser adotado novo critério para a fila de transplantes de órgãos humanos de tal maneira a se levar em conta tanto a ordem cronológica como também a gravidade do potencial beneficiário do transplante.

São muitos os casos de pessoas que acabam perdendo a vida por não ter sido realizado o transplante em tempo hábil. Um desses casos foi o do Senhor Oscar Rosé Filho que faleceu em 2001.

Recebi da Senhora Ana Maria Buccini Rosé, esposa do Senhor Oscar, e envio em anexo, correspondência a qual tece suas considerações sobre o que considerava uma injustiça o antigo critério, adotado em 1997, por esta Pasta.

Anexo também artigo assinado pelo Frei Betto, publicado em 30/07/2001, sobre o assunto.

Na oportunidade envio meus votos de estima e consideração.



Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA
Ministro de Estado da Saúde
Esplanada dos Ministérios - Bloco G
70058-900 - Brasília - DF

Carta n.º 01132/2006

Brasília, 13 de julho de 2006.

Prezada **Ana Maria Buccini Rosé**,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria aproveito a oportunidade para encaminhar cópia do Ofício 1130/2006, que enviei ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Azenor Álvares, contendo sua correspondência.

Em tempo remeto meus votos de consideração.

Atenciosamente,



Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**

Ana Maria Buccini Rosé
Rua Roberto Lorenz, 833 Jardim Guedala
05611-050 São Paulo - SP

A travessia de Jordão

Geraldo Jordão Pereira, meu amigo, está na fila do transplante de fígado. Oscar Rosé Filho estava. Morreu há dias, antes de chegar sua vez. Igual risco sofrem os 1.600 receptores. No Brasil, transplante de fígado depende de critério cronológico. O justo seria o da gravidade do paciente. O estado de Jordão é grave. E ele não ocupa os primeiros lugares da fila. Condenados à morte por portaria do poder público, pacientes são induzidos a acreditar que o critério cronológico é transparente, e que o problema reside na falta de doadores e na captação insuficiente. O transplante de fígado é o único meio de salvar a vida de portadores de falência hepática. É uma cirurgia de urgência. Mas o Ministério da Saúde decidiu não ter pressa. E Oscar Rosé morreu.

Escrito e publicado logo após a morte do meu marido

A lista cronológica assemelha-se ao corredor da morte. Foi abolida nos EUA. No Brasil, é adotada pelo Ministério da Saúde. Não importa se o paciente está ou não em estado grave. Recebe um fígado novo, não quem dele precisa com urgência, mas quem primeiro se postou na lista. Hoje, não há dificuldade de se estabelecer com precisão o risco de óbito de cada paciente. Os números fornecidos pela secretaria da Saúde de São Paulo são estarrecedores. Na capital, de julho de 1997 a janeiro de 2001, 2.450 pacientes foram incluídos na lista única para transplante. Destes, 1.395 (56,9%) foram excluídos <http://www.jb.com.br/jb/papel/colunas/trei/indexa.html>

(595 óbitos; 589 transplantados; 211 por outras causas). Permaneceram na lista 1.052 (42,9%). Dos 595 pacientes que faleceram naquele período, 489 (82,2%) morreram dentro de um ano de espera; 224 (37,6%) faleceram entre 0-3 meses; 115 (19,3%) entre 4-6 meses; e 150 (25,2%) entre 7-12 meses após inclusão na lista.

Mais preocupante é que, devido ao óbito dos pacientes mais graves, por causa do longo tempo de espera, passa-se a transplantar quase que apenas pacientes menos graves, condenando-se sumariamente à morte aqueles que necessitam urgentemente do órgão para sobreviver. Como Rosé necessitava e Jordão necessita. É preocupante a portaria da Secretaria da Saúde de São Paulo, de 6/11/2000, que dispõe sobre os critérios mínimos para o cadastramento de receptores potenciais. Permite-se a inscrição de pacientes com queda significativa do estado geral; letargia; prurido (coceira); e deterioração na qualidade de vida, garantindo lugar na fila. O Ministério da Saúde estuda sua aplicação em nível nacional.

Apesar de tudo isto, felizmente não há, ainda, carência de órgãos no Brasil. Mesmo que a recusa familiar à doação permaneça em 50%, como ocorre também nos EUA, há fígados em número suficiente para atender à demanda. O problema reside no critério cronológico. A quem esse esquema privilegia? Seguramente não aos doentes graves que, em última análise, são os que mais necessitam urgentemente do transplante.

Como reformular o sistema? São necessários critérios em conformidade com a ética e o princípio constitucional de igualdade de direitos entre todos os pacientes, também cidadãos. Assim, qualquer normatização deve sempre guardar igualdade na chance de receber um órgão, independentemente de cor, raça, religião ou condição socioeconômica.

A 29/8/2000, o papa João Paulo II reafirmou, no Congresso Internacional de Transplante de Órgão, em Roma, os princípios éticos e morais que devem nortear esses procedimentos. Disse que, do ponto de vista

frei - A travessia de Jordão - 30/07/2001

critérios de alocação de órgãos doados não devam, sob qualquer pretexto, ser discriminatórios (baseados em idade, sexo, raça, religião, situação social etc.) ou utilitários (baseados em capacidade de trabalho, utilidade social etc.). Ao determinar quem deve ter precedência para receber um órgão, o julgamento deve ser feito tendo por base fatores clínicos e imunológicos. Qualquer outro critério seria, comprovadamente, arbitrário e subjetivo.

Resta ao ministro José Serra dar ouvidos ao apelo do papa, possibilitando Geraldo Jordão Pereira e tantos pacientes em estado grave a fazerem a travessia rumo a uma vida melhor e mais longa.

P.S.: O ministro José Serra convocou uma reunião na quarta-feira, em Brasília, com a OAB, CNBB e outra entidade da sociedade civil, quando será realizado um debate entre os doutores Sérgio Mies, que defende a fila segundo o critério cronológico, e Hoel Setti Jr., que advoga a fila pela gravidade dos casos. Há ainda esperança para Geraldo Jordão e outros.

Frei Betto, escritor, é autor de "A obra do Artista - uma visão holística do Universo"

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA.) – Sr. Presidente, estou inscrito para usar da palavra, mas, em momento nenhum, desejo criar embaraço a V. Ex^a. O Senador Heráclito Fortes me oferece a oportunidade de fazer uma troca.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Imediatamente após a manifestação pela ordem do Senador Arthur Virgílio, concederei a palavra ao Senador Luiz Otávio, sem prejuízo da ordem de inscrição.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de pesar e um curto pronunciamento, registrando o falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, meu conterrâneo, porém erradica-

do no Rio há muito tempo, velho militante comunista e prestista, que foi assassinado violentamente. Agredido por um Vereador da cidade onde se deu o evento tão infausto, não resistiu, faleceu.

Figura amiga de meu pai. Herdei essa amizade do meu pai, herdei-a do Ministro Almino Affonso. Alguém que me fazia *e-mails*, ora criticando as posições econômicas que adoto, ora elogiando a nossa luta pela moralidade pública nesta Casa. De repente perdemos Ajuricaba Monassa de Paula. Inovador como foi sua mãe. Sua mãe foi a primeira mulher a dirigir automóvel na cidade de Manaus, mulher corajosa, já trabalhava fora quando as mulheres todas eram pensadas para não agirem assim. E ele, igualmente, aos 73 anos de idade, reagiu à manifestação de prepotência dos seus três agressores; pagou, com isso, o preço da vida. Mas foi com a mesma disposição com que enfrentou a ditadura e sobreviveu a ela.

Esse companheiro de lutas merece ser reverenciado com o voto de pesar e o modesto pronunciamento que encaminho à Mesa, para registro da Nação Brasileira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Registro aqui, consternado, o falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, querido amigo e conterrâneo, companheiro de lutas contra a ditadura.

Monassa, que sobreviveu foi brutalmente assassinado no final da tarde de segunda-feira, dia 24, na cidade de Guapimirim, Rio de Janeiro, onde se radicara depois de aposentado como funcionário do Ministério do Trabalho.

Ajuricaba estava na casa de sua sogra, ~~um~~ imóvel que é objeto de disputa judicial com a família do vereador Oswaldo Vivas, quando chegou esse ~~acompanhado~~ acompanhado de um tio e um sobrinho.

Ajuricaba, que sempre reagiu ~~contra~~ a prepotência, ~~a~~ arrogância e ~~as~~ injustiças, já havia recebido ameaças e até providenciado garantia de vida. Com razão, ^{porque} ~~Porque~~ o vereador, que segundo nota da Associação Brasileira de Imprensa – ABI ^{recebeu ferido} ~~é feita~~ preta em ^{atuação marcial} ~~luta marcial~~, chegou e passou imediatamente a agredi-lo.

O brutal ato de violência só cessou quando Ajuricaba, de 73 anos de idade, tombou praticamente sem vida. Pessoas que estavam nas proximidades usaram técnicas de ressuscitação e o levaram para o Hospital de Parada Modelo, nas vizinhanças de Duque de Caxias, mas ele não resistiu aos ferimentos.

Esse covarde assassinato não pode ficar impune. A ABI já pediu à governadora Rosinha Garotinho que tome as providências necessárias porque, segundo dizem, “a barra em Guapimirim é muito pesada”. Eu não peço. Eu exijo! Exijo da governadora providências enérgicas para a apuração do crime e punição dos culpados. Peço também ao Ministro da Justiça que acompanhe o caso.

Ajuricaba fazia jus ao nome – o do famoso chefe da tribo dos Manaus que entrou na história do Amazonas como um lutador pela liberdade. Essa foi também a marca da vida desse meu amigo, que foi amigo também do meu pai e do

ex-Deputado e ex-Ministro amazonense Almino Afonso. Foi um idealista, tendo iniciado sua atividade profissional no jornal *Imprensa Popular*, diário mantido, no Rio, pelo Partido Comunista Brasileiro.

Era um prestista. Pertencia àquela geração que dava a filhos o nome do *Cavaleiro da Esperança*. Dos quatro filhos que deixou, o mais velho, do primeiro casamento, tem o nome de Luís Carlos.

Ajuricaba estava entre as cerca de 500 pessoas que foram receber Prestes, no aeroporto do Rio, em 1979, quando, com a anistia, voltava de seu último exílio. E enquanto aguardava o desembarque, discutia animadamente com o também falecido cantor Taiguara, para ver quem sabia mais sobre a vida de Prestes. Ele ficou com o pequeno grupo que acompanhou o líder comunista até sua casa. Eu também, certa vez, estive com ele num aniversário de Prestes, num longínquo subúrbio do Rio.

Ao longo desses anos todos, embora não mais identificados por aqueles ideais comunistas, mantivemos relação estreita e afetuosa. Ele acompanhava minha atuação parlamentar e se manifestava sobre minhas posições, primeiro por telegrama, depois por fax e mais recentemente por e-mails. Era intransigente defensor da moralidade pública, intolerante com a corrupção, dogmático inflexível e nacional-desenvolvimentista. De forma que ora ele aplaudia e elogiava minhas posições, ora as criticava, principalmente em matéria econômica.

É com tristeza, portanto, que registro a perda desse amigo, principalmente pelas circunstâncias em que ocorreu.

Sr. Presidente, concluo encaminhando à Mesa requerimento de Voto de Pesar.
Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I
e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº /2006

*Requer VOTO DE PESAR pelo
falecimento do jornalista AJURICABA
MONASSA DE PAULA, ocorrido no dia
24 deste mês de julho, no município de
Guapimirim RJ.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE PESAR pelo falecimento, dia 24 de julho de 2006, no município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro, do jornalista amazonense AJURICABA MONASSA DE PAULA, um idealista e antigo batalhador pela liberdade e justiça social.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de seus familiares.

JUSTIFICATIVA

O jornalista amazonense Ajuricaba Monassa de Paula, amigo muito querido e companheiro de luta contra a ditadura, foi brutalmente assassinado na tarde da última segunda-feira. Ele estava à porta da casa de sua sogra, na cidade de Guapimirim-RJ, quando chegou o vereador Osvaldo Vivas, acompanhado de um tio e um sobrinho, e passou a espancá-lo brutalmente. O motivo estaria relacionado com uma disputa judicial em torno daquela casa, mas isso não vem ao caso. O fato é que se tratou de agressão absurdamente covarde, pois segundo a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, o vereador é faixa preta em luta marcial e meu amigo jornalista era homem de 73 anos de idade. Ele não resistiu aos ferimentos e morreu praticamente na hora. Faço este registro com muita tristeza, pois se tratava de amizade herdada do meu pai. Ajuricaba era amigo dele e também do ex-Deputado e ex-Ministro amazonense Almino Afonso. Sempre esteve muito ligado à vida política do País. Iniciou-se na profissão no jornal *Imprensa Popular*, mantido no Rio de Janeiro pelo antigo Partido Comunista Brasileiro. Era comunista e prestista. Esteve entre as cerca de 500 pessoas que foram ao aeroporto, no Rio de Janeiro, receber Luís Carlos Prestes, em 1979, quando voltava de seu último exílio. Acompanhou-o até sua casa. Eu mesmo, certa vez, fui com ele comemorar um aniversário de Prestes num longínquo subúrbio do Rio de Janeiro. Ele era daquela geração de brasileiros que homenageava o *Cavaleiro da Esperança* dando a filhos o nome de Luís Carlos - nome do seu filho mais velho, do primeiro casamento. E manteve-se fiel a seus ideais. Era dogmático

inflexível, intransigente com a moralidade pública, intolerante com a corrupção. Preservamos, ao longo dos anos, relação estreita e afetuosa. Frequentemente ele se manifestava sobre minhas posições, desde os tempos de Deputado Federal, primeiro por telegrama, depois por fax e mais recentemente por e-mail, ora aplaudindo-as, ora criticando-as, principalmente em matéria econômica, pois era um nacional-desenvolvimentista. Por seu idealismo, por sua história de luta pela liberdade, contra a ditadura e por injustiça social, ele se torna merecedor da homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, de julho de 2006.

Senador ARTHUR VIRGILIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do ator e dramaturgo GIANFRANCESCO GUARNIERI, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006.

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de VOTO DE PESAR, pelo falecimento dia 18 de julho de 2006, do ator e dramaturgo GIANFRANCESCO GUARNIERI.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do ator, em São Paulo/SP, e à Rede Globo.

JUSTIFICATIVA

Consagrado como um dos melhores participantes das novelas de televisão, Gianfrancesco Guarnieri foi muito mais. Com uma vida dedicada ao teatro, seu nome inscreve-se definitivamente na dramaturgia brasileira com a peça *Eles não usam black-tie*, por ele escrita e encenada no Teatro de Arena, de São Paulo, no ano de 1958. Como essa, também são de forte cunho político duas outras peças em que atuou: *Arena canta Zumbi*, em 1965, e, mais recentemente, *A Luta secreta de Maria da Encarnação*, que foi um de seus últimos textos, em 2001. O ator é um dos nomes de maior relevo do teatro brasileiro e também do cinema e das novelas da televisão. Entre outras novelas, integrou o elenco de *Belíssima*, na Globo, mas teve que sair em virtude do agravamento de seu estado de saúde. Natural de Milão, Itália, em 1934, mas há muito vivia no Brasil. Morre aos 71 anos, deixando cinco filhos e sete netos. A doença o obrigou a recolher-se ao lar, na Serra da Cantareira, Grande São Paulo.

Sala das Sessões, de julho de 2006.

Senador ARTHUR VIRGILIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– O Senador Arthur Virgílio será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero hoje fazer um registro da atuação do Ministério das Relações Exteriores no Brasil, especialmente do Ministro Celso Amorim e do Governo Brasileiro, por determinação do Presidente da República, o Presidente Lula, com relação à crise no Líbano. Aquela guerra, com certeza, transforma o mundo e chama a atenção dos meios de comunicação por inteiro.

Famílias brasileiras, pertencentes à colônia libanesa no meu Estado do Pará, que estavam em viagem de turismo ou que moravam no Líbano tiveram de ser transportadas daquele local. O trabalho foi feito pela Força Aérea Brasileira e pelo Comando da Aeronáutica.

Cumprimento a Aeronáutica, na pessoa do Brigadeiro Bueno, pela presteza. Destaco a forma como a Aeronáutica se posicionou, já tendo trazido milhares de refugiados.

Por ser o Pará uma grande colônia libanesa na Região Amazônica, o Consulado e o Clube Monte Líbano têm procurado as autoridades do Estado, como o Governador Simão Jatene, o Prefeito da capital, Ducimar Costa, que ontem esteve comigo em Brasília. Fiz um expediente que foi encaminhado ao Ministro Celso Amorim, que se encontra na Turquia agora.

Falamos com o Ministério das Relações Exteriores e soubemos que as últimas famílias que se encontram no Líbano estão sendo trazidas em vôos da TAM, companhia que foi contratada pelo Governo brasileiro, para trazer, até sexta-feira, se Deus quiser, todos os paraenses e brasileiros que estão no Líbano. Todos estarão brevemente em nosso País e, com certeza, poderão gozar da segurança, da tranquilidade e do convívio da família.

É um momento muito triste que o mundo vive, um momento de muita aflição. O Brasil já foi convocado para também enviar tropa que participará de um movimento de paz no Líbano. São vários Países, e o Brasil já foi contactado. Com certeza, teremos oportunidade de participar dessa força de paz no Líbano, para equacionar esse grave problema que o mundo atravessa.

Sr. Presidente, faço este registro nesta tarde como reconhecimento e agradecimento pela presteza do Itamaraty e pela atenção e determinação do Presidente Lula em atender ao pleito imediatamente, em nome do Governo do Pará e do povo paraense.

Sempre estivemos e estaremos juntos, lutando em prol dos interesses do Brasil, principalmente como representantes do Estado do Pará. Apesar de hoje a Bancada federal do Pará estar ausente, estiveram aqui ontem tanto o Senador Flexa Ribeiro como a Senadora Ana Júlia Carepa. Com certeza, essa é a demonstração maior que damos todos os dias, nesta Casa, no Senado Federal, no Congresso Nacional, da atuação conjunta que fazemos, independentemente de questões político-partidárias e eleitorais.

Em 65 ou 66 dias, haverá eleições no Brasil inteiro: nos 26 Estados e no Distrito Federal, ou seja, nas 27 unidades da Federação. As eleições serão para Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores dos Estados e do Distrito Federal, Deputados Federais. Os 513 Deputados Federais terão a oportunidade de disputar a eleição, além dos novos candidatos que já se apresentaram nas convenções; Deputados Estaduais das 27 unidades da Federação poderão renovar seus mandatos, e outros serão reeleitos para as Assembléias Legislativas e para a Câmara Distrital, no Distrito Federal.

Os candidatos terão oportunidade de se apresentar à população por meio da mídia eletrônica, da televisão, do rádio, dos jornais, a partir do dia 15 de agosto, de acordo com a legislação eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais em todos os Estados, que têm tido o apoio da população.

Reconheço o trabalho das redes de televisão – com as quais me congratulo –, especialmente da Rede Globo, que tem mantido em seus jornais de maior audiência no Brasil um espaço para todos os candidatos se manifestarem, independentemente da questão partidária e de coligação. A Rede Globo determinou o mesmo espaço de tempo para todos os candidatos, independentemente do tempo a mais que terão alguns durante o período eleitoral. Ela tem dado espaço permanente a todos e mostrado a todo o Brasil, em todos os jornais da Rede. Eu tenho visto os candidatos em outras redes, mas não com tanta frequência, e não há tempo determinado para cada um.

Também considero importante, hoje, Sr. Presidente, lembrar que, na próxima semana, voltaremos a Brasília. Todo o Congresso Nacional, os 81 Senadores da República, bem como os 513 Deputados Federais, serão convocados para o esforço concentrado da próxima semana. Independentemente das questões eleitorais e regionais, teremos de vir a Brasília.

Faço aqui um apelo a todos os Senadores, particularmente aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, que presido, e aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que é presidida pelo

Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, para que, nas próximas terça-feira e quarta-feira, tenhamos condições e **quorum** para nos reunir e tratar de inúmeros temas.

A propósito, o Presidente Renan Calheiros hoje lembrou que temos ainda 22 indicações de autoridades a serem apreciadas, fora as autoridades cuja indicação foi feita hoje, como a do Dr. Michel Dib Tachy para o Dnit, que, inclusive, é do Partido Liberal do meu Estado – foi indicado pelo Presidente da República e a sua indicação foi encaminhada hoje pela Ministra Dilma Rousseff a esta Casa. Precisamos ultimar essas arguições e essas votações, que são secretas no âmbito das comissões e do plenário.

Precisamos apreciar principalmente, Sr. Presidente, a questão da Super Receita.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Luiz Otávio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Pois não, Senador Heráclito Fortes, com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Luiz Otávio, para que a Nação entenda bem a justa reclamação de V. Ex^a, é necessário que fique claro que quem não dá número nas comissões é a Base do Governo. Eu presido a Comissão de Infra-Estrutura, V. Ex^a preside a Comissão de Assuntos Econômicos; estou com alguns nomes há alguns dias à espera de votação.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Quando falei em 22 nomes, Senador Heráclito, fazia referência aos que estão na Mesa para serem votados em plenário.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é, mas mesmo os nomes das comissões, Senador...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Ainda há os nomes que estão nas comissões.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E V. Ex^a sabe muito bem que é um deus-nos-acuda. O Senador Zambiasi, que por sorte preside a Comissão, sabe o drama que enfrentamos todas as vezes: temos de apelar ao Governo para que compareça, mesmo quando se trata de matéria de seu interesse. Nessa questão das agências, temos nomes na fila há 60 dias. De forma que V. Ex^a tem toda razão, e é preciso que o Governo se mobilize para mandar seus Parlamentares às comissões para que esses nomes possam ser apreciados. Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PDMB – PA) – Senador Heráclito, agradeço a sua manifestação e insiro também o aparte de V. Ex^a em meu pronunciamento, V. Ex^a, que, com muita confiança e muita garantia, representa não só a Comissão de Infra-Estrutura, que preside, como as outras comissões. O apelo feito sobre a questão do **quorum** realmente é muito importante.

Tenho, ainda no caso do Estado do Pará, um financiamento externo de US\$ 100 milhões para um programa de infra-estrutura rural que está no Ministério da Fazenda, no Tesouro Nacional: o Pará Rural.

A contratação desses recursos, que pertencem à série de recursos aprovados este ano – foram aprovados recursos do Paraurb, do BNDES I e do BNDES II, para o financiamento das pontes de concreto que faremos em todo o Estado do Pará –, foi aprovada na Comissão de Economia e no Plenário do Senado Federal e foi assinada na semana passada pelo Governador do Estado em Londres com esse Banco italiano – em Londres, porque a matriz do Banco fica naquela cidade, embora o Banco opere com recursos do Governo italiano.

A concretização desse negócio permitirá ao Estado receber todos esses recursos. E esses US\$100 milhões, que ainda se encontram no Ministério da Fazenda, puderam ser contratados graças à alteração que fizemos em uma Resolução do Senado há mais ou menos três semanas: mudamos o prazo para a assinatura de contratos de seis para quatro meses antes do término do mandato dos governantes. A Resolução se aplica ao Presidente da República, aos Governadores e a todos os Prefeitos dos 5.564 Municípios brasileiros. Mudamos esse prazo para 120 dias, quatro meses. Agora, temos de correr para o Ministério da Fazenda, para o Tesouro Nacional, trazer o projeto para a Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, votá-lo no plenário do Senado Federal.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero também registrar a aprovação de um projeto de resolução, também da Comissão de Assuntos Econômicos, que permite a todos os Municípios brasileiros a negociação de seus créditos, das contas que possuem. Faço um alerta a todos os Prefeitos brasileiros: agora, com esse projeto de resolução aprovado no Senado Federal, o Município pode negociar os créditos que têm com profissionais liberais, com escritórios de advocacia e com a rede bancária; pode antecipar grande parte desses créditos para empregá-los em infra-estrutura, na área social. É muito importante que todos os Prefeitos brasileiros tomem conhecimento disso e divulguem a notícia. Com essa resolução, poderão receber esses recursos e, com eles, melhorar a vida dos Municípios que governam.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, e aproveitando a presença do Deputado Paulo Magalhães, quero ainda fazer um registro – tenho certeza de que o Senador Antonio Carlos Magalhães também se manifestará a esse respeito.

Conversei com o Deputado Paulo Magalhães, e S. Ex^a me mostrou a declaração do juiz de que foi

ouvido na questão da CPI dos Sanguessugas. Não é só este caso, mas é importante que eu faça especificamente este registro agora. Solidarizo-me com o Deputado Paulo Magalhães, pois conheço S. Ex^a há muitos anos e sei de seu empenho, de sua dedicação, de sua luta em prol do povo baiano e do Partido da Frente Liberal e, por isso, sei também da situação de constrangimento em que S. Ex^a se encontra neste momento. Falei pessoalmente com S. Ex^a há pouco e pude perceber o quanto está abatido por causa dessa denúncia vazia.

Ouvi, hoje à tarde, quando a Senadora Heloísa Helena falou, da tribuna do Senado Federal, que há casos de pessoas inocentes. S. Ex^a não fez generalizações em sua manifestação – há, inclusive, pessoas que procuraram falar com S. Ex^a e com outros Senadores para apresentar explicações.

No caso em questão, há uma declaração clara do proprietário da empresa no sentido de que nunca teve nenhuma relação com o Deputado Paulo Magalhães. Achei importante, portanto, fazer este registro. Peço desculpas por me antecipar ao Senador Antonio Carlos Magalhães, mas o faço de coração, por reconhecimento pessoal, pois conheço o Deputado Paulo Magalhães e sei do seu trabalho.

Nesta hora é importante o apoio não somente das pessoas mais próximas, como é o Senador Antonio Carlos. Mas eu o conheço e sei de seu trabalho.

Esta Casa tem de mostrar ao povo brasileiro que aqui também há pessoas sérias, competentes, capazes. Existem adversários em todos os cantos, principalmente em momento eleitoral. É preciso ter disposição, garra e coragem para enfrentar quem quer que seja. Se querem fazer isso, que façam, mas nós vamos provar que muitas das pessoas que estão sendo atacadas hoje são inocentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra o nosso Senador pelo PFL da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. Logo após, seguindo a ordem de inscrição, falará o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna não é este que vou abordar agora.

A Senadora Ideli Salvatti tratou aqui de acusações, que poderiam ser levianas ou não, mas achando que ninguém deve ser incriminado apenas pela acusação.

Trata-se, portanto, de um Deputado que tem ligações familiares comigo. Não é o ACM Neto, mas o Deputado Paulo Magalhães, que estaria no meio dos sanguessugas.

Estarei sempre contra os sanguessugas, Sr. Presidente. Vou lutar aqui contra o “valerioduto”, sanguessugas, mensalão.

Esclarecida pelo próprio Deputado, a Senadora, em aparte ao Senador José Jorge, deu conhecimento, fazendo a retificação – não foi bem uma retificação, porque ela não chegou a afirmar –, mas dizendo que as pessoas às vezes são imputadas de crimes que não praticaram, como é o caso do Deputado Paulo Magalhães.

Muito ciente deste assunto, a partir de ontem, procurei contato com o Deputado, e já está aqui uma certidão da Secretaria das Comissões do Senado Federal, assinada pelo Sr. José Augusto Santana, em que consta que o interrogando respondeu às perguntas, dizendo que “conheceu o Deputado Magalhães através de Ronivon Santiago” – o que, aliás, não honra ninguém – “no ano de 2004; que o parlamentar já havia apresentado uma emenda genérica em favor de municípios da Bahia, para aquisição de unidades móveis de saúde; que sem qualquer ajuste com o parlamentar, obteve em seu gabinete os nomes dos municípios que seriam beneficiados com os recursos, conforme a planilha de fls. 48 do avulso I; que em nenhum momento o parlamentar solicitou qualquer comissão ou fez contato com os municípios; que foi o próprio interrogando quem procurou os municípios” – quer dizer, aquele Vadoir ou coisa que o valha –, “oferecendo os serviços para a execução das licitações; que desses municípios, apenas os prefeitos de Caatiba e Muritiba aceitaram direcionar as licitações; que o interrogando não se recorda de ter pago qualquer valor aos prefeitos; que para os exercícios dos anos 2005 e 2006, o interrogando não executou nenhuma emenda do Deputado Paulo Magalhães”.

Aqui está um testemunho. Acho que preciso ouvir outros, inclusive do Presidente da Comissão, porque acabar com os sanguessugas todos nós queremos, mas não se deve usar um cargo para uma acusação que não seja verdadeira. Sendo verdadeira, que todos paguem o preço, pertençam a que partido pertencerem, porque isso é que me dá autoridade de estar todos os dias aqui, chamando, como chamo agora, o Governo do Presidente Lula de o mais corrupto do Brasil em todos os tempos.

O Presidente Lula não consegue fazer nada com seriedade, porque sério ele não é; ele é um homem acostumado a essa troca de dinheiro ou coisa que o valha em relação aos seus ministros – nem todos, é claro – e aos membros das estatais.

Isso tem dado resultado? Não. Na Bahia, o dinheiro está indo para o Sr. Jaques Wagner de todas as formas. Sabem qual é o resultado? Votos válidos: Paulo

Souto, 73%; Jaques Wagner, 19%. Pesquisa simples: 56% a 13%. Portanto, não adianta jogar dinheiro na Bahia. Se ele disse que ia me derrotar, estou dizendo a ele o que disse da outra vez: eu vou derrotá-lo na Bahia. Ele vai sofrer o maior revés político na Bahia.

Mas é justo que se saliente que pessoas existem no seu Partido que merecem pelo menos o respeito nas suas afirmações. Ontem, a **Folha de S. Paulo** publicou uma página inteira sobre o Senador Suplicy, que está presente e ocupou nesse instante a tribuna. Manchete: “Para Suplicy, Lula deve explicações sobre o mensalão”. “Em sabatina da **Folha**, Senador diz que espera que o presidente revele o quanto sabia sobre escândalo e que, apesar das críticas, vai se empenhar por reeleição.”

Ele, realmente, acha que houve o mensalão, que o mensalão é um roubo, que o Presidente sabia e deve explicações à Nação, mas, mesmo assim, como bom petista, o Senador vai apoiar Lula. É o que traduzo.

O Senador Eduardo Suplicy pede ainda – e peço também, todos os dias, desta tribuna – que o Presidente Lula fale sobre os R\$15 milhões que a Telemar deu à Gamecorp, firma do seu filho, cujo nome, se não me engano, é Fábio. O Senador Eduardo Suplicy pede também esclarecimentos sobre isso, o que faz com que S. Ex^a tenha uma situação privilegiada em São Paulo. S. Ex^a é do PT, mas não esconde nem bota debaixo do tapete aquilo que considera errado, cujas explicações são devidas à Nação brasileira.

Portanto, saúdo nesta hora o Senador Eduardo Suplicy.

Senador, V. Ex^a cresceu lá em São Paulo para o Senado, mais de uma vez, porque toma atitudes como essa. V. Ex^a não está dizendo que Lula roubou com o mensalão. V. Ex^a não está dizendo que o Presidente foi culpado de haver o mensalão, mas deve explicação à Nação de que não tem nada com isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É claro que vou permitir.

Há também a Gamecorp.

Já passei por São Paulo várias vezes. Ainda ontem estive lá. Posso falar do respeito da população a V. Ex^a devido a essas atitudes. V. Ex^a não falta ao plenário e é querido pelo povo de São Paulo. É querido por quê? Porque tem coragem de dizer essas coisas.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, primeiro, quero expressar que não concordo com V. Ex^a na sua afirmação de generalizar o Governo do Presidente Lula como corrupto ou o mais corrupto da história, porque de

maneira alguma isso corresponde à realidade. É possível que tenham surgido informações, constatações de que houve procedimentos incorretos, erros graves. V. Ex^a sabe o quanto avalio seja extremamente importante que inclusive todos nós, do Partido dos Trabalhadores, venhamos a contribuir para que esses erros sejam superados, corrigidos e para que aqueles que os cometeram sejam responsabilizados. Assim como V. Ex^a, há pouco, se referiu a colega de seu Partido que está sendo objeto de averiguação por problemas constatados na Comissão Parlamentar de Inquérito, também avaliamos como muito importante que sempre haja...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu trago o documento demonstrando o contrário. É diferente. Vamos fazer as coisas como são. Se V. Ex^a quer desistir da bela entrevista que deu, eu aceito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Suplicy desiste da entrevista que deu à **Folha**. Ele não quer mais que Lula explique o mensalão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente, não estou dizendo isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero explicar – por favor, Senador Heráclito Fortes – o sentido daquilo que tenho dito e expressado mais de uma vez, e que V. Ex^a conhece muito bem. Formulei a sugestão pessoalmente ao Presidente Lula e já o fiz por carta. É possível que V. Ex^a, alguma vez, quando foi chefe do Poder Executivo na Bahia, Governador de Estado, tenha se dirigido em visita à Assembléia Legislativa e se disposto a dialogar com deputados estaduais. Não sei se V. Ex^a fez isso, gostaria até de saber.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fiz. Eu leio minha mensagem e debato.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, a sugestão que formulei, que V. Ex^a conhece e que inclusive há de lembrar, até porque V. Ex^a foi uma das pessoas cujo comportamento levou-me a fazer a seguinte proposição, por meio de Proposta de Emenda à Constituição. Lembro-me perfeitamente, era Presidente Fernando Henrique Cardoso, que encaminhou ao Congresso Nacional sua mensagem por intermédio do Ministro da Casa Civil e eis que foi lida pelo Sr. 1º Secretário. Em seguida, V. Ex^a, que era Presidente do Senado e do Congresso Nacional, fez um pronunciamento que ganhou, naquela ocasião, muito maior repercussão do que o Presidente da República. Então, eu ponderei...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero ponderar a V. Ex^a que isso foi na posse do Presidente da República; foi quando dei posse ao Presidente da República.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, nessa ocasião, o Presidente estava presente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, o Presidente estava presente e tomou posse. Fez discurso, e eu fiz também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou me referindo a outra ocasião, quando ele, já Presidente em exercício, não no dia da posse, no dia 15 de fevereiro, encaminhou a sua Mensagem, que foi lida pelo 1º Secretário do Congresso, e, em seguida, V. Ex^a fez um pronunciamento que, naquele momento, até pelos meios de comunicação, e na própria imprensa no dia seguinte, ganhou relevância. E eu pensei comigo mesmo: é muito melhor que o Presidente vá ao Congresso do que pedir para alguém ler, como o 1º Secretário, a atenção é muito maior. Como aconteceu quando, em 15 de fevereiro de 2003, o Presidente o fez. A minha proposta apresentada aqui, em 1995, tinha inclusive um adendo que, após a fala do Presidente, poderiam os líderes falar algumas palavras e, ao final, o Presidente responder. Bom, pensando um pouco nisso, já que a minha proposta acabou sendo aprovada – recebeu recentemente o apoio do Senador Marco Maciel no que diz respeito ao Presidente vir e ele próprio ler a sua Mensagem –, sugeri que o Presidente um dia resolvesse vir aqui para falar sobre qualquer assunto, não apenas para responder a esta ou àquela questão, como V. Ex^a diz aqui. Transmitem ao Presidente quem sabe sobre as políticas externa, econômica ou social, que ele, um dia, pudesse ter um diálogo muito construtivo. Eu transmitem a ele que, em que pese alguns Senadores, como V. Ex^a ou outros aqui presentes, tais como o Senador Arthur Virgílio, o Senador Heráclito Fortes e assim por diante, às vezes, se referirem a ele de maneira muito agressiva, conforme V. Ex^a há pouco fez...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Suplicy, para o que ele tem feito, eu tenho sido bonzinho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu transmitem a ele que, se ele um dia resolver vir, seja neste mandato ou no próximo – porque acredito que ele será eleito –, ele será muito respeitado e se sairá bem no diálogo aqui conosco. Quem se sairá bem será o Brasil. Será em benefício da Nação brasileira um diálogo entre o Presidente da República e nós, congressistas. Então, é a sugestão que eu formulo. É fato que, em situações tais como as mencionadas na **Folha**, eu disse ao Presidente que, se porventura Sua Excelência resolvesse fazer uma visita e colocar-se à disposição

para responder todas e quaisquer perguntas, avançaria muito na sua intenção, uma vez mencionada por ele, de estar cooperando para que a verdade inteira viesse à tona. Tenho a convicção de que o Presidente ia contribuir muito para que inclusive V. Ex^a viesse a se utilizar de outros termos com respeito ao Presidente. Eu tenho o firme propósito de não permitir que problemas, irregularidades e ofensas à ética ocorram em seu Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu mantenho todos os elogios que fiz a V. Ex^a, mas tenho de dizer que V. Ex^a tem uma dose de ingenuidade.

Se o Presidente não aceita debater na televisão com os candidatos à Presidência da República, como V. Ex^a vai entender que ele virá aqui debater com os Senadores? Confesso a V. Ex^a que não posso sequer acreditar, e toda essa platéia a mesma coisa. Agora, quanto ao Governo, V. Ex^a sabe que ele é corrupto. O Governo é corrupto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E isso está sendo provado. Esse sanguessuga começou com quem? Com aquele vampiro que acusei várias vezes desta tribuna, e V. Ex^a e seus colegas defendiam: o Ministro Humberto Costa. Ele foi o vampiro. Foi com ele que começou isso, e eu não admito que correligionários de V. Ex^a queiram comparar a seriedade de Humberto Costa com a do Ministro José Serra.

O Ministro José Serra é um homem digno, incapaz de praticar qualquer desonestidade. Daí porque não quero que se confundam José Serra e Humberto Costa, não. Chamem Humberto Costa, embora José Serra possa vir a qualquer hora, porque não tem nada a dever a ninguém, pelo seu trabalho e pela sua honestidade. Daí porque está com uma grande diferença para o Governo de São Paulo. V. Ex^a está vendo que ou V. Ex^a ou então a D. Marta deveriam ser os candidatos, porque a situação lá está periclitante também.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, muitas vezes, tenho opiniões que podem, em alguns momentos, diferir das do Presidente Lula, mas eu as falo com a maior sinceridade. A minha recomendação ao Presidente Lula é que ele aceite, sim, já no primeiro turno, participar dos debates com os demais candidatos, assim como recomendo ao ex-Ministro, nosso colega e Senador José Serra, candidato ao Governo de São Paulo, que aceite debater com os demais candidatos, inclusive com o Senador Aloizio Mercadante, porque ele, convidado que foi outro dia, para ambos debaterem na Rede Bandeirantes de Televisão, preferiu alegar motivos pessoais. Até agora, ele não aceitou o deba-

te. Então, quero recomendar muito ao nosso colega José Serra que possa também debater com o Aloizio Mercadante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pode ficar calmo, porque o Alckmin está crescendo muito. Fique calmo e não vá perder voto por causa de Lula, não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A minha recomendação é de que o Presidente Lula aceite debater, desde o primeiro turno, com os seus adversários.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, quero elogiar a inteligência do Senador José Serra e o respeito que ele tem principalmente ao PT de São Paulo. Um dos motivos por que Serra se nega, no momento, a um debate com o Senador Mercadante, nosso colega, é porque o PT ainda não engoliu a candidatura do Mercadante e acha que deveria ter sido a ex-Prefeita Marta Suplicy. V. Ex^a participou de uma caminhada agora que foi constrangedora, onde a ex-Prefeita fez mais sucesso que o próprio Senador, fazendo com que ele abandonasse a passeata. Agora, o Serra é um homem inteligente, não vai criar esse constrangimento para os correligionários de V. Ex^a. Quando o seu Partido absorvê-lo como candidato a Governador, com certeza ele vai; ele vai ter de subir um pouco nas pesquisas para poder comparecer aos debates. Senador Antonio Carlos, eu queria tocar em outro ponto. Com todo o respeito e a admiração que tenho pelo Senador Suplicy – sou fã de carteirinha dele –, ele cai na vala comum. O PT não tem argumento, três anos e meio depois, para justificar o atual Governo e começa a atacar governos passados. Daqui para o final dessa campanha, vamos ver membros importantes do Partido dos Trabalhadores, aqui, acusarem D. Pedro II daquele baile da Ilha Fiscal! O baile da Ilha Fiscal vai ser motivo de pedido de apuração por parte do Governo atual, que não tem outro argumento a não ser falar do passado. Se querem voltar ao passado – permita-me, Senador Suplicy –, o Lula deveria ser candidato a diretor de museu, e não a Presidente da República! A Presidência da República precisa de alguém que pense no futuro, que recupere o crescimento da Nação, para que não obtenhamos taxas de crescimento humilhantes, abaixo das do Haiti. Eu queria pedir a V. Ex^a – e só o faço se V. Ex^a concordar –, com a ajuda do Senador Arthur Virgílio, que autorize o candidato Alckmin a adotar a entrevista de V. Ex^a como cartilha

de orientação para a nossa campanha. V. Ex^a bateu no Presidente Lula exatamente nos pontos em que a Nação brasileira quer bater. Mas, se V. Ex^a acha que o Presidente Lula vai mudar e vai lhe atender, isso é outra questão. Porém, como cartilha de orientação, Senadora Heloísa Helena, a entrevista do Suplicy é fantástica, o que mostra que ele é suprapartidário! Ele está no PT porque não tem outro jeito. Mas é cabisbaixo! Só espero que V. Ex^a não faça como seus colegas, inclusive o Presidente da República, que jogou a estrela fora, a cor vermelha no mato e, agora, quer ser azul, verde, amarelo! É um multicolorido! Acho que isso é o subconsciente. Querem lembrar um pouquinho a cauda, o rabo da velha Transbrasil, aquele colorido que o Roberto Teixeira defende com tanto afincio. Muito obrigado, Senador Antonio Carlos!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado a V. Ex^a, que, como sempre, aparteia com muita propriedade e sobretudo...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Tudo o que ali falei foi muito construtivo em relação ao Presidente Lula, que continua sendo o meu candidato.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Peço um aparte a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estarei nas ruas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas V. Ex^a estava na passeata? Na última passeata, sobre a qual falou o Senador Heráclito?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Na de ontem, eu estava em Registro e no Vale do Ribeira. Não pude estar em Itaquera porque era impossível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Hoje, estou aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E no dia que o nosso...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas estarei muitas vezes com o Senador Aloizio Mercadante. Amanhã, espero estar com ele na parte da tarde.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenha cuidado. Peça a ele para não cumprimentar mais manequim!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu ia falar isso!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aquele manequim é para ele treinar a cumprimentar as pessoas, mas num ambiente fechado. Na rua, ele tem de cumprimentar pessoas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a não cumprimenta manequim. A isso faço justiça!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ali foi uma brincadeira!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Brincadeira do manequim ou dele?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dele. Ele fez uma brincadeira...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Mercadante, sério como é, brincando com o povo de São Paulo? É grave o que V. Ex^a está dizendo, é outra face que eu não conhecia dele. Não aceito que V. Ex^a... Eu quero defender o Senador Mercadante. Ele não brinca com coisa séria, haja vista o comportamento dele aqui.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, muitas vezes, sabe agir...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, não, não! Protesto. Não concordo, não é brincadeira. O Senador Mercadante não brinca com coisa séria. O povo de São Paulo não merece brincadeira dessa natureza!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes de mais nada, Senador Antonio Carlos, em relação ao Deputado Paulo Magalhães, do PFL do seu Estado, com ele me solidarizo e entendo que a atitude que ele tomou é precisamente aquela que deveria ser adotada por todos aqueles que são ou acusados ou colocados sob suspeição em algum momento e de alguma forma: é vir prontamente com a resposta e abandonar os escapismos. Portanto, parabeno o Deputado depois de ter ouvido atentamente a explicação que foi dada na ação por V. Ex^a, e certamente ele haverá de ter feito a mesma coisa na Câmara. Em relação ao debate com o Senador Suplicy, eu, ao contrário, tenho certeza de que S. Ex^a manterá a responsabilidade sobre a entrevista. A idéia do Senador Heráclito é muito boa, de virar uma espécie de cartilha para um candidato ético como Geraldo Alckmin adotar – o que, na verdade, não deixa de ser um libelo impiedoso contra o Governo Lula. Devo registrar algo que, para mim, está muito nítido: o Senador Suplicy se sente desconfortável neste Governo, e o Governo se sente desconfortável com ele. O Senador Suplicy termina sendo uma espécie de biombo atrás do qual o Governo se esconde para mostrar que também há pessoas de bem por lá. E o Senador Suplicy não pode, a esta altura, dizer que há uma diferença de opinião simples ou fútil entre ele e o Presidente, como se ele dissesse para o Presidente Lula: “Lula, você gosta de manga?” E ele respondesse: “Não, prefiro melancia. E você, Suplicy?” “Prefiro figo, e não pêra”. Não. O Suplicy cobra respostas éticas que o Governo não pode dar. Então, não é optar entre manga e pêssego; é optar entre o estilo de vida dentro da lei, dentro do respeito, dentro da seriedade, e o outro estilo, que transgredir, delinquir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Coqueiro não dá caju, não é?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não dá caju, é verdade. Por outro lado, sobre esse fetiche, V. Ex^a fez uma defesa, que agradeço, da figura do candidato a governador José Serra, ex-Prefeito de São Paulo, ex-Ministro, ex-Senador. Figura que, por onde passou, passou bem e saiu incólume do ponto de vista ético, do ponto de vista do respeito a ele e aos seus atos administrativos e parlamentares. Não dá nem para se pensar nisso! Quando houve aquele caso dos tais sanguessugas, alguns olhinhos aqui brilharam, porque eles pensavam que as denúncias eram referentes ao governo anterior. E foram para a tribuna, açodadamente, um atrás do outro – parecia aquele revezamento olímpico do bastão. Depois, começaram a ser presos nos tais sanguessugas. Como é praxe no Brasil, os de cima não foram presos; e como, na verdade, é praxe no Brasil, os de baixo foram presos. Os acusados não-presos eram deste Governo; e os presos, por serem mais humildes, eram deste Governo também. Ou seja, os olhinhos brilharam e depois murcharam, porque o episódio dos vampiros pertencia ao Governo que aí está. Quanto ao tal debate, vamos, então, largar os fetiches, as fantasias! Fetiche e fantasia cabem em outro lugar, não cabem aqui. Vamos largar os fetiches e as fantasias. Sinceramente, Senador Suplicy, Senador Heráclito, Senadora Heloísa, Senador Luiz Otavio, o que pode acontecer de mau com o Dr. José Serra se ele comparecer a um debate com o Senador Aloizio Mercadante, meu prezado amigo? Se eu for receber um tostão por cada vez que debati com ele, resolvo todos os meus problemas de dinheiro! Já debati com ele mais de um milhão de vezes e estou aqui com os dez dedos do pé, da mão, com o meu pescoço inteiro, com as minhas duas orelhas e com o meu nariz, Senadora Heloísa. Então, o que pode, sinceramente, acontecer de mau? Ou seja, o fetiche agora é: se o Serra for debater com aquela querida sumidade, que é Aloizio Mercadante, ele vai arrasar o Serra! Pelo amor de Deus, vai debater com o Serra o quê? Economia? Vai debater conhecimento sobre a cidade de São Paulo com o Serra? Vai debater os dados do Estado de São Paulo com o Serra? O que pode acontecer de mau?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Saúde!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Saúde, genérico, o que for! Ou seja, sem retirar um milímetro do valor do candidato Mercadante, ao contrário, mas ressaltando o peso intelectual do Sr. José Serra, sou tentado a fazer uma aposta. Não sou dado a apostas, sou avesso a apostas. Não aposto. Já fiquei hospedado em um hotel que tinha cassino e não me dei ao trabalho

de ir até lá porque não gosto de apostas, mas sou tentado a fazer uma aposta em relação a esse debate. Sou Serra e estou dando alguma vantagem! Vamos acabar com os fetiches de que Serra fugiu. Quem está fugindo do debate é o Lula. E não está fugindo por despreparo, não, Senador Antonio Carlos! Despreparado como é, ele não fugiu de debates anteriores, quando estava com sua reputação incólume, com sua biografia intocada. Ia a todos os debates, para perder ou para ganhar. Enfrentou Collor duas vezes, enfrentou Brizola não sei quantas, enfrentou Covas. Como é que tem medo de debate o Lula, aquele Lula? Aquele não tinha medo! Era a figura limitada intelectualmente que é. Então, não é por isso. É que hoje ele não pode se apresentar com respostas convincentes às acusações que sofre, que o seu Governo tem recebido, enfim, que não são fáceis de ser respondidas, até porque são respostas como: “Não sei de nada”. Imaginem chegar a um debate em cadeia nacional: “Não sei de nada, não ouvi, não sabia, não estava lá, estava de costas, estava de lado, estava de rebola, estava de carambola, estava de frente, estava do avesso...”. Não dá. Portanto, não é despreparo. Porque, despreparado como é, enfrentava e bem os debates, até porque é inteligente – é despreparado, mas é inteligente –, e está em déficit em relação ao que dele esperava a opinião pública. É isso. Ou seja, o Senador Serra, nem sei por que não vai ao debate. Eu, francamente, se fosse ele, iria, porque debati com o meu prezado amigo Aloizio Mercadante mais de um milhão de vezes aqui e, francamente, o que aconteceu? O que foi que me aconteceu de mau? Qual foi a vez em que fiquei sem argumento aqui? Qual foi a vez em que V. Ex^a ficou sem argumento? Qual foi a vez em que alguém ficou sem argumento, entalado? Ou seja, Demóstenes, Cícero, e mais Carlos Lacerda, e mais Vieira de Melo, todos juntos, calados, porque o Mercadante teria vindo com argumento. Não é isso. Vamos acabar com essa bobagem então. Eu queria até saber. Vou ligar para o Serra e saber: Serra, por que você não vai a esse debate? Se eu fosse você, eu iria. O que vai acontecer? Vai sair de lá com sua pele inteira ou não vai?. Ou será que existe alguém no PT que acha que não? Que o Serra, que está 200 mil pontos na frente, vai ficar 300 mil pontos atrás, porque vai deixar de soletrar o alfabeto com correção ou, então, vai se sair mal em economia? Pelo amor de Deus!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nesse ponto, até temos que perdoar o Lula, porque ele já confessou que nasceu analfabeto. Isso foi a maior coisa que eu já vi na vida.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E é uma coisa que me aproxima dele, porque eu também nasci analfabeto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Exatamente, nasceu analfabeto e continuou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nem falava sequer, não é?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Ele não falava, nem eu; ele não tinha dentes, nem eu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/ PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E também não sabíamos andar os dois, nem eu nem ele sabíamos andar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu apenas quero terminar o meu discurso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite, então, sugerir...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu quero ainda mostrar a corrupção no Governo e quero mostrar também que já está assegurado o segundo turno, embora alguns institutos diminuam a votação de determinados candidatos. Naquela coisa de dois para mais, dois para menos, sempre somam para o Lula, tirando dos outros candidatos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, quero apenas desfazer uma dúvida, porque sou muito curioso, e fiquei muito preocupado com a brincadeira que o candidato Aloizio Mercadante fez com o manequim na rua. Quero perguntar ao Senador Eduardo Suplicy se quando o candidato Aloizio Mercadante se negou a apertar a mão da Deputada Ângela Guadagnin, a dançarina da pizza, na Câmara, em público, foi brincadeira também ou foi sério? São dois cenários diferentes: um correligionário de partido, de muitas lutas, que errou porque dançou na hora errada, dançou quando era para chorar, e o manequim é inerte. Eu queria saber quando ele estava brincando, quando estava dizendo a verdade, quando estava sendo sério e quando estava sendo candidato. Porque isso, a partir de agora, deve preocupar muito o povo paulista na hora de escolher em quem votar. Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, com respeito ao episódio do manequim, o próprio Senador Aloizio Mercadante me informou que fez aquilo em uma situação de bom humor, de brincadeira, e V. Ex^a aqui sempre está procurando criar situações de bom humor. Com respeito ao episódio da Deputada Ângela Guadagnin, o que li na imprensa, mas não posso aqui detalhar, é que ambos não estavam juntos e, portanto, não houve qualquer negativa de cumprimento depois da situação em que ambos estavam juntos e se cumprimentaram civiliza-

damente. Mas eu gostaria, Senador Antonio Carlos Magalhães, que as reflexões do Senador Arthur Virgílio a V. Ex^a pudessem ser um estímulo forte para que José Serra aceite debater com Aloizio Mercadante, pois quem vai ganhar com isso é o povo de São Paulo, é o aperfeiçoamento da democracia. Assim como reitero a minha recomendação ao Presidente Lula. E, conforme a própria Senadora Heloísa Helena aqui lembrou, o Presidente Lula não afirmou, até o presente, que deixará de comparecer a debates. A Senadora Heloísa Helena espera que ele compareça. A minha recomendação é de que ele compareça. Ainda hoje, li na imprensa que a Ministra Dilma Rousseff chegou a observar que não precisaria que ele aparecesse em debates senão para o segundo turno, como aliás fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se recusou a participar de debate durante o primeiro turno. Mas a minha recomendação, Senador Arthur Virgílio e Senador Antonio Carlos Magalhães, é a de que, diferentemente do que fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se recusou a participar de debates no primeiro turno, só o fazendo no segundo, o Presidente Lula participe, desde o primeiro turno. Participar de debates é uma maneira de permitir a nós, candidatos e partidos políticos, gastarmos menos na campanha eleitoral, porque é a melhor maneira de a opinião pública conhecer...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Será que, no debate, o Presidente Lula vai esclarecer os mensalões, os valeriodutos, os sanguessugas?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É claro que todas as perguntas poderão ser formuladas, seja pelos jornalistas, seja pelos adversários.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O dólar na cueca?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que esse assunto, até hoje,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Será que ele vai esclarecer tudo isso?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... não está inteiramente esclarecido. Então, é uma oportunidade para...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Será interessantíssimo ele esclarecer isso. A população vai ficar felicíssima de ele dizer se sabe ou não sabe sobre o valerioduto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... o Presidente esclarecer todo e qualquer episódio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que V. Ex^a acha? Ele sabia do valerioduto?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, um adendo às preocupações do Sena-

dor Suplicy. Permita-me. Os marqueteiros inventaram, nessa ditadura que eles tentam exercer sobre certas mentes políticas, a idéia de que candidato que está na frente não deve debater. Isso é um absurdo, porque o debate não é feito para quem está na frente ou para quem está atrás. É para ser debatido. O debate é para ser simplesmente debatido. Desta vez – e aí vem uma questão crucial –, o Presidente Lula não está atingindo, alcançando uma verdade, uma necessidade histórica a de que ele não pode faltar, porque, se o fulano de tal, que estava na frente, por comodidade, não queria ir – e não ia –, se isso aí já deve ser cobrado, como ele está cobrando justamente do Presidente Fernando Henrique, ao outro que está sendo acusado de mil coisas, que tem de explicar tudo que V. Ex^a disse aqui agora, ao outro não resta outro caminho a não ser o de dizer – o Presidente Lula, Senador Suplicy –, como cidadão: “Eu, cidadão Lula, eu, que fui acusado, eu, que julgo que fui acusado injustamente, vou aproveitar este debate para, diante do Sr. Geraldo Alckmin, da Sr^a Heloísa Helena, do Sr. Cristovam Buarque, do senhor fulano de tal, desmontar tudo o que dizem de mim”.

Ou seja, era para ele chegar lá e dizer o seguinte: “Hoje, Marisa, é o dia. Hoje vou acabar com a Heloísa Helena, vou acabar com o Alckmin, vou acabar com todo mundo, porque eu tenho razão, e vou mostrar o homem de bem que eu sou”. Ou seja, ele não devia ser tangido para o debate como se faz com o gado no curral. Deveria ele buscar, porque essa seria a grande chance de ele poder, diante de seus supostos detratores, mostrar que não passavam de detratores, e que, aí sim, ele se habilitaria a retomar aquele conceito que fazia dele o homem respeitado por todo o País. No mais, é não empanarmos o brilho da entrevista do Senador Suplicy. Por isso é que eu queria pedir vênica a V. Ex^a para abusar de V. Ex^a e solicitar a inserção em seu discurso e, portanto, para os Anais da Casa, do inteiro da entrevista concedida pelo Senador Suplicy.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a se antecipa ao meu desejo, e de forma muito brilhante.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E já peço a transcrição dessa entrevista, porque, se amanhã o Senador Suplicy desistir, fará uma entrevista idêntica, e eu virei à tribuna, da mesma maneira que estou pedindo a transcrição desta, para pedir a transcrição da outra, negando. Mas enquanto não negar, está mantida.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita, Senador Antonio Carlos Magalhães, registrar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas me deixe falar!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, mas eu gostaria, porque V. Ex^a... Em nenhum momento falei que ia desistir dos termos da minha entrevista. Ao contrário, quero registrar que os jornalistas da **Folha** agiram comigo com a maior isenção, reproduziram com fidelidade o que falei, e gostaria até que tivessem reproduzido mais ainda, porque falei mais ainda do que o que aí está, mas entendi...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então conte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...que estava muito bem colocado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se sabe mais coisa, conte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a quiser que eu desenvolva toda a argumentação, por exemplo, do porquê acreditar que, no próximo Governo, instituir-se-á uma renda básica de cidadania, aliás, lei que V. Ex^a também ajudou a aprovar, posso aqui fazê-lo. Mas a **Folha** não deu espaço completo sobre isso. Também quero registrar que o Presidente Paulo Frateschi, do Partido dos Trabalhadores, presente à entrevista, assim como o Senador Aloizio Mercadante, elogiou a entrevista na página do Partido dos Trabalhadores estadual, inclusive dizendo que todas as perguntas feitas para tentar incompatibilizar-me, ora com o PT, ora com o Presidente Lula, foram adequadamente respondidas por mim. Isso na avaliação do próprio presidente estadual do Partido dos Trabalhadores – e já está inserido na página do PT em São Paulo, o meu Estado. Caso V. Ex^a queira inseri-la, eu agradeço. Acho positivo que assim o faça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu quero inseri-la nos Anais da Casa, que V. Ex^a tão dignamente representa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço-lhe a inserção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero finalizar o meu discurso mostrando a adesão do Presidente Lula aos invasores da Câmara dos Deputados – daqui –, que são os mesmos invasores da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, que destruíram pesquisas valiosíssimas para o País. Esses homens estão recebendo todo o apoio do Presidente Lula! E já ficou claro que não pagaram os R\$5,6 milhões que a ONG de Bruno Maranhão recebeu para, evidentemente, fazer as desordens que vem fazendo no País. O Presidente Lula, além de permitir a corrupção, joga nas ONGs o dinheiro do povo, para que o povo seja sacrificado.

Venho, mais uma vez, à tribuna e virei, na próxima semana, todos os dias, Senador Eduardo Suplicy. Não falte, porque a sua Bancada está faltando. Ninguém quer defender Lula. Defenda-o, faça essa cari-

dade, já que ninguém quer defender o Presidente do seu Partido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agora, confesso que...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a fez uma observação sobre o Presidente Lula estar apoiando ações de agressão a pessoas e ao patrimônio. Tais ações não são, de maneira alguma, aceitas e aplaudidas pelo Presidente Lula. V. Ex^a mencionou algo que foi responsabilidade da Via Campesina como sendo misturado com as ações do MLST. Discordei de ambas, da maneira como foram feitas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Inclua aqui registrei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Era o mesmo grupo! É o mesmo grupo que veio de um lado e de outro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – De qualquer maneira, a recomendação, que sei ser também do Presidente Lula, é a de que jamais utilizem procedimentos violentos, para alcançarem objetivos, por mais justos que sejam.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Governo Lula descobriu que a Abin está comprando com licitações falsas! A Abin, o órgão de inteligência do Governo! Estão roubando na Abin! Meu Deus!

Será possível! A Abin!? Não, Senador Eduardo Suplicy, isso aí passa dos limites. No órgão que deve fiscalizar o Governo, o órgão de inteligência do Governo, as licitações são falsas. Se aqui são, vamos puni-las. Mas no órgão de inteligência do Governo, Sr. Presidente, é demais! Demais é o Governo Lula. Demais é o Presidente Lula, é o Doutor Lula! O Doutor Lula que é capaz, realmente, de desmoralizar a Nação brasileira, agora também internacionalmente, porque a presença de Sua Excelência em São Petersburgo foi realmente lamentável! Sua Excelência ficou em uma posição secundaríssima, e o nosso País ficou muito mal! Eu gostaria de levar a minha solidariedade ao Presidente Lula pela maneira como Sua Excelência foi tratado – foi tão feio! – em São Petersburgo pelos chefes de Estado de outras nações. Tive pena, confesso, porque tenho pena do Brasil, como tenho pena do seu Presidente em não querer honrar, com dignidade, o trabalho que os brasileiros mandaram que Sua Excelência fizesse em favor da nossa Pátria.

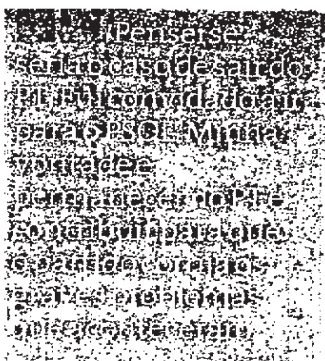
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

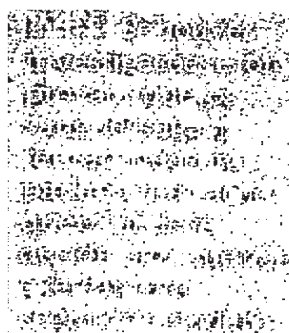
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / CANDIDATOS NA FOLHA

■ ■ Nada como dizer a verdade como ela é. Eu não conheço a extensão do conhecimento do presidente. (...) Nada melhor que ele próprio vir ao Congresso e ter um diálogo aberto



■ ■ Acho importantíssimo dar oportunidades para os presos trabalharem. Votei favorável ao endurecimento do Regime Disciplinar, mas tenho dúvidas se isso vá adiantar



Para Suplicy, Lula deve explicações sobre o mensalão

O senador Eduardo Suplicy, 65, candidato do PT à reeleição, cobra explicações mais transparentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre qual o grau de conhecimento que ele de fato teve sobre o escândalo do mensalão. Na abertura do ciclo de sabinas a **Folha**, ontem, o petista disse que se empenhara pela reeleição de Lula, ainda que permaneça um crítico contumaz. Ele acredita que Lula criou as condições para crescimento com distribuição de renda no país.

DA REPORTAGEM LOCAL

Mesmo se sentindo "um peixe dentro das águas do PT", Eduardo Suplicy admitiu que em 2005 cogitou deixar a legenda. A candidata do PSOL à Presidência, senadora Heloisa Helena, ganha elogios do colega. Mas só levaria o voto de Suplicy num cenário ainda improvável: o segundo turno com Geraldo Alckmin (PSDB). Após ser questionado por duas horas

sobre os desvios éticos do PT, o senador encerrou a sabinata atendendo a um pedido: cantou "Blowin' in the Wind", de Bob Dylan. Leia abaixo os principais trechos da sabinata:



LULA E MENSALÃO

"Qual o grau de extensão que ele [Lula] sabia é justamente isso que eu gostaria e ele pudesse nos transmitir e da forma mais aberta e transparente. Nada co-

mo dizer a verdade como ela é. Eu não conheço a extensão do conhecimento do presidente de todos os fatos. Tenho a convicção que ele certamente também ficou surpreso [com a extensão dos fatos], não imaginava que fosse uma coisa dessa natureza. Mas em que medida ele sabia, nada melhor que vir ao Congresso e ter um diálogo aberto. O governador de Goiás [Marconi Perillo] mencionou que um dia revelou ao presidente um episódio que poderia ser próximo do que veio a se chamar mensalão. Em que medida tomou conhecimento de fato, que diálogos teve com seus ministros sobre esse episódio... acho que seria bom para o presidente dizer as coisas como elas são."

GAMECORP-TELEMAR

"Seria bom o presidente Lula um dia ter a disposição de explicar tudo o que aconteceu [ao

Em sabatina na Folha, senador diz que espera que presidente revele o quanto sabia sobre escândalo e que, apesar de críticas, vai se empenhar por reeleição

Congresso). O esclarecimento olho no olho seria benéfico.”

GOVERNO LULA

“Eu tenho a convicção de que muitas coisas foram feitas e Lula tem extraordinários méritos, como arrumar a economia para podermos esperar um crescimento sustentável da economia combinando com melhoria da distribuição da renda e erradicação da pobreza absoluta.”

FIÇAR OU SAIR DO PT

“Pensei se seria o caso de sair do PT. Fui convidado a ir para o PSOL. Minha vontade é permanecer no PT e contribuir para que o partido corrija os graves problemas que aconteceram. Se estou dentro de uma família, e porventura alguém comete um erro, não vou sair. Me sinto um peixe dentro das águas do PT, confortável.”

JOSÉ DIRCEU

“Ele tem e terá o direito de esclarecer sobre a sua responsabilidade em cada um dos episódios. Como está inserido na denúncia do Procurador Geral da República, caberá ao ex-deputado apresentar a sua defesa [no STF]. Acho que ainda não foi conclusiva a explicação relativa a cada um dos episódios. O esclarecimento cabal, no meu entender, ainda não houve.”

HELOÍSA HELENA

“Tenho pela senadora Heloi-

sa Helena muito carinho, respeito e amizade. Fui dos que argumentaram para ela não ser expulsa. Tive ali [em 2003] divergências difíceis, inclusive com o ministro José Dirceu. Eu preferiria tê-la ainda dentro do PT, fazendo as críticas.”

SEGUNDO TURNO

“Não descarto a possibilidade de que possa até acontecer o segundo turno entre o Lula e a Heloisa Helena. Voto no Lula. Se ocorrer segundo turno — e vou me empenhar pela vitória no primeiro turno —, o mais provável é entre Lula e Alckmin. Com toda certeza votarei em Lula. Se ocorrer segundo turno entre Lula e Heloisa, votarei no presidente Lula. Se for um segundo turno entre Alckmin e Heloisa, aí eu revelo que meu voto será em Heloisa.”

PRESIDÊNCIA EM 2010

“Eu não sei o que vai ocorrer em 2010. Se eu estiver bem de saúde, se estiver tendo bom desempenho no Senado, dependendo das circunstâncias, eu posso até considerar essa possibilidade. Mas é muito cedo.”

BOLSA-FAMÍLIA

“O Bolsa-Família pode ser visto como um passo na direção da renda básica de cidadania. Trata-se de um programa administrado pelo Executivo, mas em convênio e cooperação com os 5.561 prefeitos municipais, de todos os partidos.

“A grande qualidade da renda básica de cidadania é nós estarmos vendo o direito de todos partilharmos da riqueza da nação, como direito universal. [O projeto] foi aprovado por todo o Congresso Nacional.”

SEGURANÇA PÚBLICA

“Acho importantíssimo haver oportunidades para os presos trabalharem e se preparem para o dia em que receberem a liberdade. E que venhamos a desenvolver mais a oportunidade da aplicação de penas alternativas. Votei favorável ao endurecimento do Regime Disciplinar, mas sinceramente tenho as minhas dúvidas que isso vá adiantar tanto mais.”

SANGUESSUGAS

“Se houver investigações e for provado que feriram o decoro parlamentar, acho que o TSE deve decidir, sim, que não exerçam um segundo mandato.”

REFORMA POLÍTICA

“Se eu pudesse fazer uma recomendação ao presidente, seria que ele diga com clareza a cada parlamentar: ‘Cada deputado e senador deve votar de acordo com interesses maiores, o interesse público e não pela liberação de verbas, para emendas ou indicação a cargos’. Ele poderia usar seu respaldo junto ao povo para persuadir os parlamentares. Falta ainda esse tipo de procedimento. Lula conseguirá mais apoio, da opinião pública se tiver essa atitude, mesmo que porca algumas votações. É possível que em alguns momentos tenha havido uma tal pressão da parte de parlamentares para obter tais tipos de vantagens, que isso de alguma maneira foi admitido no âmbito do governo.”

➤ NA INTERNET - Leia mais sobre a sabatina de Edtardo Suplicy
www.folha.com.br/062006

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Esta Presidência se congratula com o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães pela importância.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes do término da sessão, após a fala de todos os oradores inscritos, eu gostaria de falar algumas palavras sobre Raul Cortez e Gianfrancesco Guarnieri, uma vez que encaminhei requerimentos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido, oportunamente.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito bom que a Senadora Heloísa Helena esteja neste plenário. S. Ex^a tem sido a grande surpresa positiva desta eleição, crescendo nas pesquisas mais do que o PT gostaria, porque, à medida que S. Ex^a cresce, mostra ao Brasil que o seu discurso é mais consistente e a sua coerência é mais lógica do que o que se pregou por toda parte.

Mas quero, Senadora Heloísa Helena, chamar a atenção de V. Ex^a para um fato: cuidado com os marqueteiros! São caros e raros. O marqueteiro lhe plastifica, tira-lhe do natural, tenta lhe jogar na cabeça pensamentos que não são próprios, deforma-lhe e, muitas vezes, consegue também enganar a população brasileira.

Em São Paulo, terra do Senador Eduardo Suplicy, houve a eleição de um candidato que, numa concepção moderna de um trem rápido, que era um fura-fila, ganhou, de maneira fácil, a eleição para prefeito. Tivemos a eleição de um Presidente da República que, como uma enxurrada, 18 anos após o Brasil não conviver com o processo direto de escolha para Presidência da República, e com uma propaganda bem feita, bem maquiado, tecnologia importada, elegeu-se Presidente da República, e deu no que deu.

O Senador Eduardo Suplicy, com sua sinceridade e franqueza, mostrou, agora, que não se deve mudar a natureza do homem ao citar o episódio ocorrido com o

nosso querido amigo, Senador Aloizio Mercadante, e o manequim. Aquele cumprimento, aquela peça inerte na porta de uma loja e, depois, negar-se cumprimentar a sua colega Angela Guadagnin, aquela que dançou no plenário da Câmara! S. Ex^a diz uma coisa e o subconsciente mostra o que aconteceu na realidade. Vai ver que o marqueteiro mandou o Mercadante treinar cumprimentos – coisa que S. Ex^a não gostava de fazer, todos sabemos disso – em um local fechado, com um manequim, e cumprimentar as pessoas na rua; e S. Ex^a inverteu.

Segundo o Senador Eduardo Suplicy, S. Ex^a cumprimentou a Deputada, a “da pizza e da dança”, em um recinto fechado, e negou-se a lhe cumprimentar na rua, e não cumprimentou o manequim no recinto fechado e o fez na rua. É exatamente a deformação que o marqueteiro impõe às pessoas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, eu não estava lá. No entanto, eu não mencionei que S. Ex^a cumprimentou a Deputada Angela Guadagnin em recinto reservado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a disse que, após o encontro que tiveram em um recinto fechado, cumprimentou.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pelo que li na imprensa, porque não estava presente, ele esteve...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a não sabe e não viu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu li nos jornais que ele estava presente com ela e conversou. Na hora de sair, ela não estava junto dele e, portanto, não houve aquele cumprimento que a imprensa registrou. Não aconteceu, e um estava distante do outro na saída do evento. De maneira que não posso falar do que não conheci inteiramente. V. Ex^a é que está inferindo e alegando uma série de coisas sem também ter estado presente. Sugiro a V. Ex^a que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O jornal que noticia o episódio é a **Folha de S.Paulo**, para o qual V. Ex^a sistematicamente escreve, um jornal de credibilidade. E, a partir do momento em que o jornal publica uma matéria dessa natureza, eu não tenho motivo para deixar de acreditar. Tenho certeza de que V. Ex^a não vai colocar em dúvida o que a **Folha de S.Paulo** publicou a respeito. V. Ex^a é um homem que tem...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não vou ficar aqui debatendo sobre algo que não pude testemunhar e nem conhecer em profundidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. Ex^a acredita no que a **Folha de S.Paulo** coloca em suas páginas? Acredito inclusive que a entrevista de

V. Ex^a é perfeita. Então, estou me baseando no que foi publicado.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um estranho no ninho. Não defenda com tanta ênfase essas causas do PT, que não ficam bem para V. Ex^a. Agora mesmo V. Ex^a defendeu, de maneira indireta, o Bruno Maranhão. V. Ex^a é um homem generoso, bom e tenho certeza de que não concorda com a violência que foi praticada.

Mas passemos a um ponto fundamental, Senadora Heloísa Helena, que foi tratado aqui: a presença ou não do Lula nos debates.

É evidente que, se o Presidente da República participar do debate, poderemos até fazer um acordo, se os candidatos concordarem. Do tema corrupção do atual Governo é proibido falar. Teríamos, então, um tema no qual ele não se sustenta, que são as promessas de governo não realizadas.

Imagine, Senadora Heloísa Helena, se alguém no debate pergunta: Lula, você não disse que iria romper com o FMI? Você não disse que a Alca era coisa do demônio e juntou-se com a Igreja para combatê-la no Brasil? Que o brasileiro pagava um alto custo porque a prioridade da política monetária do País era exatamente para o serviço das dívidas e V. Ex^a rompeu com tudo isso e está nadando de braçada com os banqueiros? Como será respondido isso? Se perguntarem ao Presidente Lula sobre a transposição das águas do rio São Francisco, que Sua Excelência pregou durante três anos e que seu Governo, contraditoriamente, não conseguiu fazer sequer um quilômetro de irrigação para o projeto ali existente, no qual todos os governos de 30 anos para cá fizeram alguma coisa – uns mais, outros, menos –, como ficaria? Presidente Lula, cadê o Fome Zero, que foi motivo de...? O que o Presidente Lula vai responder a esse respeito? O gasoduto do Nordeste, a refinaria? Vai responder o quê? E se alguém pergunta pelas eclusas de Tucuruí, que vem prejudicando o Estado do Pará? O que será respondido? E o computador escolar para o estudante de família de baixa renda? As estradas brasileiras, de repente transformadas em tapa-buracos? Penso que quem tem um contencioso desses de promessas para com a Nação brasileira e que não foram honradas não tem realmente condições de ir para o debate. Se examinarmos, a campanha não começou, e o Governo está permanentemente na defensiva. Que não se fale dos “sanguessugas”, do dólar na cueca. O debate é acordo, ele pode mandar o negociador dele acertar com as outras partes: só vou se não falar de corrupção. É um negócio chato, mas a Nação brasileira, que é inteligente, que está em casa, vai saber que aquilo é um fato combinado.

Mas, Senadora Heloísa Helena, e se alguém perguntar: Mas, Lula, vocês botaram para fora do PT a

Heloísa Helena, e os outros? Por que não botaram os dos dólares na cueca, os do valerioduto? Onde está a ética do PT? O que é a ética do PT pregada durante 20 anos? O que ele vai responder num debate?

Senador Suplicy, V. Ex^a, para mim, no PT, é como aquela figura do João-teimoso, aquele boneco que foi criado na época do Getúlio, uma invenção genial: deruba e ele levanta. Por mais força que o PT tenha feito para tirá-lo do Partido, para se livrar de V. Ex^a, V. Ex^a teve a mesma força do João-teimoso de antigamente e mostrou por quê. Porque a força da gravidade é real e mais forte do que a força dos interesses inconfessáveis que tentaram enfrentá-lo. Quando V. Ex^a teve a coragem de defender a instalação de uma CPI, vi os momentos de tristeza e de angústia que viveu neste plenário.

Mas V. Ex^a tinha certeza – e aí o Eclesiastes tem razão, Senadora Heloísa Helena: mais cedo ou mais tarde quem triunfa é a virtude – e pode hoje, no auge de uma campanha, acuar o Presidente da República na parede e fazer as perguntas que V. Ex^a está fazendo. Eu imagino como deixa cabisbaixos os companheiros de V. Ex^a a desmoralização que é um companheiro que não tem “rabo preso” fazer isso e questionar, exigir do Presidente da República explicações feitas por meio da imprensa. V. Ex^a é um estranho no ninho, daí por que é tratado com tanto carinho por São Paulo. Se alguém o maltrata neste País são os seus, Senador Suplicy. V. Ex^a vem conquistando espaços porque tem ao seu lado algo indestrutível, que é o respeito e a opinião pública. V. Ex^a não se misturou. Eu não vi retrato de V. Ex^a ainda ao lado daqueles que foram acusados. E aí V. Ex^a peca em querer defender, ser solidário com quem não lhe é. Nada ficou provado. Está bem. Concordo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou só concluir para dar a V. Ex^a mais argumentos para sua brilhante defesa.

Se nada é verdade, por que o presidente do partido renunciou? Por que ministros foram afastados? Por que, de vários parlamentares, alguns renunciaram e outros tiveram de armar aquele circo, cuja apoteose foi a “dança da pizza?” Será que foi um conto-de-fadas, uma novela bufa, montada às custas da boa-fé do povo brasileiro? Ou tudo isso aconteceu baseado em fundamentos irrespondíveis?

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, informo a V. Ex^a que nunca soube de qualquer ação de pessoas do Partido dos Trabalhadores querendo me retirar do partido. Então, V. Ex^a fez uma afirmação que não tem fundamento,

na realidade. Em nenhum momento, pessoas do PT quiseram me afastar do partido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O olhar da Senadora Heloísa Helena para V. Ex^a responde tudo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pode ter havido pessoas no PT que divergiram de opiniões minhas, de atos que realizei, que teriam recomendações no sentido de que eu não dissesse algumas coisas. Mas tenho certeza do respeito e do apoio do Partido dos Trabalhadores, inclusive de todos os filiados. Posso até transmitir a V. Ex^a que, durante os debates, todas as reuniões que foram realizadas – e veja que o Partido dos Trabalhadores em São Paulo resolveu escolher o seu candidato ao Governo do Estado depois de serem realizados os debates entre Marta Suplicy e Aloizio Mercadante. Sessenta e sete mil pessoas compareceram, e Aloizio Mercadante obteve uma vitória expressiva. Marta obteve mais de 30 mil votos; Aloizio Mercadante também, três mil a mais. Ela o apoiou, como ontem a imprensa registrou. Está nas ruas o acompanhando e apoiando. Logo que se deu o resultado, transmitiu que faria campanha por S. Ex^a –, eram dez reuniões nas macrorregiões do Estado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a estava nessa caminhada?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Já expliquei que ontem eu não estava. Estive e estarei em outras. Nos próximos dias eu estarei em outras, juntamente com ambos. Quero dizer que estive nas reuniões, nas macrorregiões, conversando com todos os filiados. Após cada exposição sobre o que tenho feito e o que pretendo fazer neste Senado Federal, peço sempre ao coordenador que formule a seguinte pergunta aos presentes: “Quem aqui gostaria que fosse outro o candidato ao Senado, pelo PT?” E nunca ninguém levantou a mão dizendo que gostaria que fosse outro. Em seguida, o coordenador pergunta se desejam que seja eu o candidato. Praticamente sempre levantam a mão. V. Ex^a pode ficar tranqüilo que serei, aqui, se novamente reeleito, candidato com o apoio dos filiados do Partido dos Trabalhadores e quicá de pessoas dos mais diversos partidos e de não filiados, se os paulistas considerarem que continuo merecendo apoio para permanecer no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, peço a colaboração de V. Ex^a. Os Senadores Garibaldi Alves Filho, Arthur

Virgílio e Heloísa Helena estão inscritos. V. Ex^a estebeceu um diálogo que é contra o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu gostaria de terminar agora, porque eu colaborei com o aparte do Senador Suplicy, que foi um discurso. Mas eu gosto de ouvir o Senador Suplicy, pois S. Ex^a engrandece minha biografia. Imaginem V. Ex^as um piauiense, saído daquelas brenhas, sobrevivendo e chegando até aqui, nesta Casa, sendo apartado por um paulista quatrocentão, de família nobre, que deixou tudo para defender uma causa, que não é tão compreendida pelos seus companheiros?

Olha, Senador, sei que V. Ex^a é um homem tão coerente que, amanhã, vou pegar recortes de jornal da época em que um Ministro muito importante do Governo pede, com todas as letras, que V. Ex^a peça o boné e saia. Aí tenho certeza de que V. Ex^a vai ler dessa tribuna. Vou trazer amanhã.

Se não fosse isso, por que na entrevista que V. Ex^a deu à **Folha de S. Paulo**, em determinado momento, diz que – foi até convidado –, em alguns momentos, pensou em deixar o PT pelo P-SOL? Quem diz é V. Ex^a, não sou eu. Agora, V. Ex^a dizer que...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu disse que fui convidado por Plínio de Arruda Sampaio, Ivan Valente e Orlando Fantazzini para participar da reflexão que fizeram relativamente a deixarem o PT. Eu fui convidado e transmiti a eles, naquele momento, que considerava importante continuar no Partido dos Trabalhadores, porque, digamos, se pertença a uma família e alguém nesta família comete uma ação errada, eu vou sair desta família? Da mesma maneira, se eu estou numa organização constituída de seres humanos, que têm propósitos comuns, com os quais eu estou de acordo e, porventura, alguém comete um erro grave, eu me sinto na responsabilidade de procurar corrigir, superar esse erro, mas não necessariamente sair. Uma coisa é o que aconteceu com a Senadora Heloísa Helena, que, não por vontade própria, acabou tendo de deixar o Partido dos Trabalhadores, mas não foi o que aconteceu comigo. Por essa razão, transmiti àqueles companheiros que preferia continuar lutando pelo que acredito e que são os anseios que me fizeram ingressar no PT, Partido que ajudei a fundar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão, Senador Eduardo Suplicy. Há pessoas com tanto apego ao partido que, muitas vezes, deixam a família, mas não deixam o partido. V. Ex^a não deve re-

petir essa história que dá a entender à população que a sua convivência com o PT é um mar de rosas.

Tenho ouvido em São Paulo – e V. Ex^a sabe que São Paulo hoje é uma parada obrigatória para nós – centenas e centenas de pessoas dizerem que votam em V. Ex^a exatamente pelos maus tratos que o seu partido lhe impôs, pelos sofrimentos de V. Ex^a no PT, pelas injustiças que o PT fez com V. Ex^a. Não contrarie esses eleitores! Garanto que esse é um contingente muito forte que é solidário com V. Ex^a nos seus momentos mais difíceis; no momento em que V. Ex^a quer ser aquele homem que não muda o discurso de vinte anos, que combate à corrupção, que combateu o FMI... V. Ex^a não mudou, pois não mude também nisso. Seja solidário com os que estão sendo solidários com V. Ex^a.

Os votos que V. Ex^a recebe também são pelo sofrimento, e V. Ex^a não pode dizer que sua convivência no Partido dos Trabalhadores foi um mar de rosas e não vem sendo. V. Ex^a é muito machucado por este partido. Agora, V. Ex^a é o João-teimoso, aquele João-teimoso do Getúlio, Senador Arthur Virgílio.

Quando éramos meninos, o João-teimoso foi lançado, era empurrado e voltava. Não há quem o derube.

E V. Ex^a tem uma arma que eles não têm hoje: a condição de olhar de cabeça erguida. V. Ex^a é um dos homens que pode ir a qualquer debate porque nunca mudou.

O Senador Arthur Virgílio fez uma comparação sobre um debate entre o Serra e o Mercadante. Eu tenho o maior respeito e admiração pelo Mercadante, sou fã do Mercadante. Senador Arthur Virgílio, o Mercadante vai debater que tipo de economia com o ex-Senador José Serra? A que ele defendia quando era Oposição ou a que ele defende agora quando Governo? Aquela economia fechada de defender o social, de defender o “fora FMI”, ou aquela da boa convivência?

É isso. V. Ex^a não mudou. Portanto, não entre na defesa de quem não o defende, Senador.

Infelizmente, Sr. Presidente, vou ter que encerrar. Tive que me desviar do assunto do meu discurso, mas acho que estamos vivendo um momento muito propício para essa questão, para esse debate, para essas discussões.

O que se vê é exatamente o desespero do Partido dos Trabalhadores quando ainda nem começou a fase decisiva da eleição, que é o debate na televisão, ocasião em que os candidatos terão mais ou menos

oportunidades iguais: um, com menos tempo; outro, com mais tempo, por conta da legislação eleitoral. Mas não vamos ter mais aquela lengalenga de 70% do espaço ser dirigido prioritariamente ao Governo, principalmente no que diz respeito à propaganda paga, na qual o Governo diz que o Brasil é suficiente em petróleo, e importa petróleo todo ano; na qual faz a propaganda de um biodiesel que não existe, e quando existe é a preços impraticáveis, financiado pelo Governo não para atender à demanda social, mas para atender aos que exploram esse novo combustível.

Essas questões, Senador Suplicy, é que precisam ser debatidas, e o momento é este. Deveríamos fazer dois tipos de debate: um, em que o candidato à reeleição vai ter de se justificar por que não fez, por que deixou de fazer o que prometeu ou, acima de tudo, por que mudou. Por que defendeu o social e o seu primeiro gesto foi comprar um avião de R\$168 milhões – não sou contra a compra, sou contra a maneira como ele foi pago, adiantado, numa modalidade que não existe para esse tipo de compra em lugar nenhum. São explicações que precisam ser dadas.

Um homem, quando o subconsciente o trai – e é constante –, fala no filé dos grandes jantares e esquece os ossos da sua origem, esquece o trabalhador do Nordeste sofrido, de onde ele veio, que muitas vezes tem o osso e o guarda como uma peça preciosa, que o mergulha dia após dia na água quente apenas para dar um pequeno sabor àquela comida para sustento dos seus filhos. É isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que precisa ser mudado.

O Presidente Lula foi a Brasília Teimosa, cenário de miséria em Recife, com o maior aparato de policiais, de seguranças já visto e, no palanque, tendo de se defrontar com companheiros de Governo que são acusados, não sei se culpados ou não, mas que estão no foco do noticiário por mal comportamento na gestão pública.

O melhor que ele tinha a seu lado gastou; os melhores do time do PT foram caindo de um em um. Imaginem se o Brasil tiver a infelicidade de o PT vencer esta eleição! Com quem iríamos ver Lula governar nos próximos quatro anos? Deus nos livre deste mal!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho.

Prorrogo a sessão por trinta minutos para que possam falar os demais oradores inscritos.

Logo em seguida fará uso da palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que o debate político é muito mais fascinante do que o debate administrativo, o debate dos problemas propriamente administrativos, e venho justamente na noite de hoje falar o que aconteceu com o superávit primário no primeiro semestre de 2006, que foi de 3,87% do PIB, valor inferior aos 4,18% obtidos no mesmo período em 2005. Essa diminuição do aperto fiscal do Governo poderia até significar, Sr. Presidente, um fato positivo se fosse consequência do maior volume de investimentos em infra-estrutura.

No entanto, é um dado preocupante, visto que é resultante do aumento das despesas governamentais em 14% em relação ao semestre anterior. Esse aumento ultrapassou os 11% da expansão das receitas no mesmo período, diminuindo a capacidade de investimento do Estado brasileiro e, conseqüentemente, a qualidade da gestão pública.

Somos um País ainda em construção. A nossa malha rodoviária é insuficiente e mal conservada. Agora que estamos em campanha política, percorrendo o nosso Estado, vemos que as BRs estão em situação lamentável, em petição de miséria, como se diz. A rede ferroviária é praticamente inexistente. Os nossos portos não atendem de maneira suficiente à demanda e, o que é mais grave, nós temos deficiências no abastecimento de água, de saneamento e um déficit habitacional de mais de sete milhões de residências.

A discussão econômica em torno do superávit econômico em confronto aos gastos públicos precisa ser reavaliada. Não se pode falar em cortar gastos sem discutir a qualidade desses gastos. As despesas da União com custeio, folha de pagamento e Previdência estão sempre em uma curva crescente e os investimentos nunca atingiram um patamar tão baixo, inferior a 1% do PIB.

É inadmissível, portanto, neste País com tantas carências e um crescimento econômico baixo, que se invista tão pouco em áreas vitais, que fomentariam o desenvolvimento socioeconômico como também se constituiriam em uma importante ferramenta no combate ao desemprego.

Por que, então, Sr^{as} e Srs. Senadores, não discutir a gestão pública e os mecanismos existentes para que tenhamos uma maior eficiência nos gastos?

Vem de Minas Gerais o exemplo do Governador Aécio Neves, que implantou uma forma de gerenciamento da máquina estatal que implica cobrança sistemática a cada administrador, a cada gestor. E é no interesse de levar uma proposta dessa natureza na nossa luta política-eleitoral que estamos, na verdade, buscando subsídios e informações junto à Administração Pública mineira.

Gostaria, portanto, de abordar esse problema numa hora como essa, diante dos apelos a respeito da falta de investimentos em saneamento e água.

A cobertura urbana da rede coletora de água é de 91,4% e da rede coletora de esgotos, de apenas 53,4%, segundo a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais.

É uma questão, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não pode ser adiada. É imprescindível sejam reservados recursos orçamentários – e sabemos que existe uma série de programas, mas que não são suficientes para efetuar essa cobertura – para ampliar essas redes, pois a grande maioria das doenças que levam a inter-nação é ocasionada pela falta d'água de qualidade e saneamento. São doenças como a cólera, a dengue, a esquistossomose, a malária, a febre tifóide que poderiam ser evitadas se nos voltássemos com mais atenção para esse problema.

Não adianta, contudo, Sr. Presidente, reservar os recursos necessários para investir nessas áreas, se o Governo não executá-los. Algumas áreas prioritárias devem ser preservadas desses contingenciamentos orçamentários que se sucedem anos após anos. O que se deve buscar em contrapartida é maior eficiência da máquina pública e um Orçamento que fique incólume, como é o caso do Orçamento Impositivo, à tesoura utilizada pelo Ministério da Fazenda.

A cada real investido em saneamento, poupam-se de R\$4 a R\$5 em saúde intensiva. É um dado importantíssimo diante da situação alarmante da saúde pública no Brasil. Deve-se, obviamente, melhorar ao máximo a qualidade do atendimento à saúde; porém, é imprescindível que se invista na melhoria da qualidade de vida da população em áreas como saneamento básico e habitação. Não resta dúvida.

Eu não falo apenas como candidato nessa campanha política à sucessão governamental no meu Estado, mas como um cidadão que tem se deparado com essas situações durante esta campanha política. Posso assegurar que outros candidatos como eu estariam

aqui trazendo o mesmo depoimento de que a situação nessas áreas é verdadeiramente insustentável.

Para termos uma idéia, no ano de 2005, somando os recursos do Orçamento-Geral da União e do FGTS, somente foram investidos 0,04% do PIB em saneamento básico, enquanto temos pouco mais da metade de nossas habitações saneadas. Será que a falta de saneamento, com as terríveis conseqüências que acomete, não se constitui problema a ser atacado com investimentos maciços?

São respostas positivas que a sociedade espera, que a sociedade está cobrando, na medida em que passamos de casa em casa. Esta é uma campanha diferente, meu caro Senador João Batista Motta. V. Ex^a sabe que os grandes comícios não estão sendo realizados.

A Senadora Heloísa Helena está rindo. Não estão sendo realizados, porque não há como se fazer comício. Primeiramente, alguns não têm dinheiro, e aqueles que possuem não têm condições de atrair a multidão, se não têm a seu lado um artista, se não têm como patrocinar uma banda e fazer aquela festa, transformando o comício em showmício. E isso está levando, meu caro Presidente em exercício, a que passemos a exercitar uma campanha de porta em porta, momento em que as pessoas se dirigem diretamente aos candidatos, esperando que eles digam o que farão com relação ao saneamento da rua, do bairro, da cidade e, ao mesmo tempo, em menor dimensão, com relação à água e à habitação.

Quem pensa que poderá desencadear um debate sem passar por isso está redondamente enganado. Terão todos de enfrentar esses desafios, principalmente os candidatos a postos no Executivo; no caso do Legislativo, talvez não se exija deles um compromisso tão taxativo e direto. Mas aqueles que estão pleiteando um voto para o Executivo, como a Senadora Heloísa Helena, terão de assumir compromissos – e não de fazer promessas – na área do saneamento, que engloba, por exemplo, água de boa qualidade, ou da habitação e, conseqüentemente, fazer com que o superávit primário não termine sendo uma verdadeira obsessão no campo da administração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao nobre Senador, Líder do PSDB, Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Batista Motta, apresento requerimento de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez, bem como de condolências às suas filhas Lígia e Maria e às netas Vitória e Clara.

Apresento também requerimento de pesar pelo falecimento do ator Gianfrancesco Guarnieri, bem como de condolências aos seus familiares, sua esposa Vanya Sant’Anna, aos filhos Flávio, Paulo, Cacau, Mariana e Fernanda.

Cai o pano. A dramaturgia brasileira está de luto, perdeu um de seus melhores nomes dos últimos tempos, Raul Cortez, ator cujo legado lembrará alguém que viveu para festejar uma vida de personagens.

Vítima de câncer na região abdominal, o ator morreu no último dia 18, aos 73 anos, no Hospital Sírio-Libanês, na Bela Vista, em São Paulo. Ele estava internado desde 30 de junho. Seu último trabalho foi na minissérie “JK”, na TV Globo.

Raul Cortez nasceu na cidade de São Paulo, em 28 de agosto de 1932. Tinha uma extensa carreira na TV, no cinema e no teatro. Ator querido por Benedito Ruy Barbosa, participou de diversas tramas do autor, como “Esperança”, em 2002; “Terra Nostra”, em 1999; e “O Rei do Gado”, em 1996.

No teatro, Cortez trabalhou com alguns dos principais diretores, como Zé Celso Martinez Corrêa, do Teatro Oficina; com Antunes Filho; com Ziembinski e Oduvaldo Viana Filho. Em 1963, ganhava o prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte) de melhor ator coadjuvante em “Os Pequenos Burgueses”, dirigida por Zé Celso, a que eu tive a felicidade de assistir.

Em 1963, eu era Presidente do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas e costumava organizar a reserva de peças de teatro no Teatro Oficina, no Teatro de Arena, no TBC e em tantos outros, e levava professores, alunos e funcionários para assistirem àquelas peças a 50% do preço. Lotávamos o teatro e, depois, fazíamos debates. Entre as peças, estava essa tão bonita, dirigida por Zé Celso, com a participação brilhante de Raul Cortez.

Mais recentemente, Raul Cortez chamou a atenção ao montar duas peças do dramaturgo contestador Mário Bortolotto: “Fica Frio – Uma Road Peça” e “À Meia-noite um Solo de Sax em Minha Cabeça”.

Não se achava bonito. Mas sim um sedutor. Um homem de charme que fez história no teatro, no cinema e na televisão. Raul Cortez fez da vida uma história de palco. Ao longo da vida, entrou no corpo de mais de uma centena de personagens.

Em jovem, chegou a estudar Direito. Mas um encontro com o teatro brasileiro de comédia mudou-lhe as voltas ao destino. O pai não queria um filho ator. O filho venceu as teimosias do pai e tudo fez para ser ator.

As primeiras experiências no palco foram para esquecer, com o nervosismo a falar mais alto. Ainda na década de 50, estréia no cinema. Mas é na televisão que o ator se revelou. A fama começa com as telenovelas brasileiras.

Ficam guardados nos arquivos da Globo e na memória de milhões de pessoas em todo o mundo os papéis em novelas como “Água Viva”, “Baila Comigo”, “Brega e Chique”, “Mandala”, “Rainha da Sucata”, “Rei do Gado”, “Terra Nostra” e “Esperança”. Uma das personagens mais marcantes foi a de Jeremias Berdinazzi, um imigrante italiano na novela “Rei do Gado”, da qual tive a honra de ser convidado a participar da cena final do enterro do então Senador Caxias, um dos personagens. O último papel foi o de Barão do Bonsucesso, em “Senhora do Destino”.

Irreverente, nunca deixou de surpreender, e não foi com muita surpresa que os brasileiros o viram enganar a doença, quando surge a desfilas, em junho do ano passado, numa semana de moda em São Paulo. Porque a moda também é palco.

A um ano de completar 50 anos de carreira, disse, na última entrevista, que ia festejar essa vida de personagens. Mas também queria ser festejado.

Nas últimas palavras que ficam, disse não gostar que o tratassem por senhor. Raul Cortez deixa em

entrelinhas que amou menos do que gostaria. Mas não morre sozinho.

Duas filhas, uma última companheira que nunca quis revelar o nome e para sempre o palco que o acompanhou em vida.

Permita-me, Sr. Presidente, que eu fale também uma palavra sobre Gianfrancesco Guarnieri.

O palco está vazio. Lá nunca mais vai estar Gianfrancesco Guarnieri, ator e dramaturgo, que mudou os rumos da dramaturgia brasileira com a obra “Eles não Usam Black-Tie”. Vítima de insuficiência renal, Gianfrancesco Guarnieri morreu aos 71 anos, em São Paulo. Estava internado no Hospital Sírio-Libanês desde o dia 2 de junho. Foi no último sábado que ele nos deixou.

Tive lá a oportunidade de justamente encontrar os seus filhos, Senador João Batista Motta, porque eu tinha acabado de fazer essa pequena cirurgia na testa, que causou esse edema e felizmente estou muito bem, mas acabei cumprimentando os filhos de Gianfrancesco, que tinham acabado de saber de seu falecimento.

Guarnieri nasceu em Milão, Itália, no dia 6 de agosto de 1934, filho dos músicos Edoardo e Elsa de Guarnieri. Em 1937 seus pais migraram para o Brasil e foram morar no Rio, onde ele morou até 1953, quando se mudou para São Paulo.

Ainda garoto, debatia-se entre duas vocações: a militância ou a poesia. “Desde cedo me sentia dividido entre a ação política concreta e o caminho mais contemplativo da ação cultural e artística”, afirmou em recente entrevista ao **Estado**. De certa forma, ele uniu as duas vocações ao estreitar, no palco do Arena, com “Eles não Usam Black-Tie”, inaugurando no teatro um novo caminho de investigação da realidade brasileira.

Sua primeira lição como escritor veio aos 13 anos, ainda no Rio, quando começou a escrever para o jornal da Juventude Comunista. “Eu achava que escrever para jornal era escrever difícil. Ao ler meu primeiro texto, o editor rasgou a matéria e quase me agrediu fisicamente”.

Mas justamente por ter aprendido como escrever com clareza e concisão, aprenderia outra lição importante na sua primeira “tentativa” de escrever uma peça teatral, no colégio de padres Santo Antônio Maria Zacharias, no Rio. A peça chamava-se “Sombras do Passado” e tinha como “alvo” um vice-reitor prepotente. “Era horrível”, reavaliaria ele depois de tornar-se autor consagrado. Mas o padre que tomava conta do teatro gostou, e a peça foi montada. O “problema” foi

que Guarnieri interpretou o personagem principal e, embora a peça tratasse de um tema que nada tinha a ver com o colégio, ele representou tão bem que os alunos reconheceram no prepotente protagonista de uma casa o odiado “vice-reitor” e começaram a gritar seu nome durante o espetáculo. A peça foi muito aplaudida e Guarnieri foi expulso do colégio.

O duplo talento que explodiu nessa primeira experiência – para retratar uma realidade observada, ou vivida, e para interpretar os personagens dessa realidade – jamais o abandonaria. O episódio escolar seria lembrado mais tarde, em 1961, quando “A Semente” foi proibida pela censura na véspera de sua estréia no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). O golpe militar ainda não tinha estourado e ele já tinha problemas com o poder.

“O texto constitui claro e audacioso incitamento à subversão da ordem pública, objetivando solapar as suas bases e a estrutura do regime democrático vigente no País”, dizia o parecer do censor. Curiosamente, nesse texto, ele criticava a rigidez do Partido Comunista e a excessiva determinação de líderes da esquerda que atingia a indiferença com o “lado humano” das causas políticas. O forte movimento dos intelectuais e da imprensa acabou anulando a interdição, e a peça estreou com Cleyde Yáconis, Nathalia Timberg, Leonardo Villar e Guarnieri no elenco. Foi uma peça a que assisti feliz.

Assim que chegou a São Paulo, Guarnieri decidiu investir no talento que causou sua expulsão no colégio. Em 1955, ajudou a fundar o Teatro Paulista do Estudante e ganhou seu primeiro prêmio de ator como protagonista da peça “Está lá Fora um Inspetor”, de Priestley. Um ano depois, em 1956, entrou para o Arena, onde também ganhou um dos mais cobiçados prêmios da época, o APCA de revelação de ator no papel de George na peça “Ratos e Homens”, de Steinbeck, dirigida por Augusto Boal. Na mesma época foi chamado pelo diretor Roberto Santos para fazer sua primeira atuação em cinema, no filme “O Grande Momento”.

Depois do estrondoso sucesso de “Black-Tie”, nunca mais parou. “Gimba”, “A Semente”, “Ponto de Partida”, “O Filho do Cão”, “Marta Sare”, “Castro Alves Pede Passagem”, “Arena Conta Zumbi” e “Arena Conta Tiradentes” – essas duas últimas escritas em parceria com Boal – “Um Grito Parado no Ar”. Foram muitas as peças em que ele também integrava o elenco, sempre em boas atuações. E não foi só no teatro. Guarnieri integra aquela geração de atores que ajudou a televisão a dar seus primeiros passos, seja no Grande Teatro Tupi ou nas primeiras novelas.

Quem viu, jamais esquecerá sua criação do personagem Tonho da Lua, o maluquinho da novela “Mu-

lheres de Areia”, mais tarde regravada na Rede Globo, com Marcos Frota vivendo o mesmo papel. Igualmente inesquecível o Jejê, apelido de Jerônimo Machado, o trambiqueiro da novela “Cambalacho”, na qual contracenava, mais uma vez, com a amiga Fernanda Montenegro. Os muito jovens devem se lembrar de sua participação especial na novela “Terra Nostra”, como o “pai italiano” de Giuliana vivida por Ana Paula Arósio.

Guarnieri deixa o palco da vida com o personagem Pepe da novela “Belíssima”, seu último trabalho.

À querida Vanya Sant’Anna, minha colega, como professora na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e aos seus filhos, deixo aqui o meu abraço e a expressão da alegria do povo brasileiro, por ter tido a oportunidade de, tantas vezes, apreciar Gianfrancesco Guarnieri e Raul Cortez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, esta Mesa se soma a V. Ex^a quanto ao Voto de Pesar pelo passamento dos dois atores: Gianfrancesco Guarnieri e Raul Cortez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

A Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “TCU questiona dados federais”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 17 de julho do corrente.

A matéria mostra que o TCU apontou falhas e incoerências nos balanços orçamentários e financeiros do governo. Segundo a matéria, “Dos R\$ 17,3 bilhões de investimentos contabilizados como liquidados em 2005, R\$ 10,7 bilhões referem-se a serviços que não se efetivaram e, por isso, foram inscritos como ‘restos a pagar não processados’”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORALÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU questiona dados federais

Investimento pode ter sido inflado para uso eleitoral

Sérgio Gobetti

BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai cobrar explicações do governo federal sobre os critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para contabilizar os investimentos da União. O relatório preliminar do TCU sobre as contas de 2005 aponta falhas e incoerências nos balanços orçamentários e financeiros do governo e, no caso de “investimentos inflados”, poderá resultar numa auditoria especial, dependendo dos esclarecimentos do Ministério da Fazenda.

Entre 2000 e 2005, de acordo com levantamento realizado pelo Estado, 52% dos investimentos classificados pelo governo como “liquidados” ao final do ano não haviam sido efetivamente realizados até aquele momento, o que contraria a legislação. Na prática, parte dos investimentos foi realizada nos anos posteriores, outros cancelados

e há os que estão à espera de realização ou pagamento.

Pela natureza desse ciclo orçamentário, a legislação estabelece conceitos diferentes para cada uma das fases da despesa: o empenho é a autorização inicial para que se contrate um serviço, a liquidação refere-se à verificação de que o serviço foi realizado e o pagamento é o último passo. Na contabilidade do Tesouro, entretanto, não há diferença entre valores empenhados e liquidados.

Dos R\$ 17,3 bilhões de investimentos contabilizados como liquidados em 2005, R\$ 10,7 bilhões referem-se a serviços que não se efetivaram e, por isso, foram inscritos como “restos a pagar não processados”.

Após usar o número cheio para tentar provar que os investimentos realizados no governo Lula em 2005 superaram a melhor marca da gestão anterior, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que havia distorções nas estatísticas, mas ne-

gou a ilegalidade dos procedimentos. Disse que as distorções são um reflexo de uma lei de 1964 que trata das normas orçamentárias e que não pode fazer nada enquanto a lei não mudar.

Ostênicos do TCU consultados pelo Estado discordam. Eles não querem fazer um julgamento sem antes ouvir o Ministério da Fazenda, mas são categóricos: a lei não permite que o governo liquide uma despesa referente a um serviço que não tenha sido executado. O artigo 63 da lei 4.320, citada por Mantega, é claro ao dizer que “a liquidação da despesa terá por base os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço”.

É justamente por isso que o TCU deverá convocar o Ministério da Fazenda para explicar por que vem promovendo a chamada “liquidação forçada”. O procedimento polêmico já é adotado pelo Tesouro desde 1995, mas nunca havia chamado tanto a atenção quanto agora. ●

Lula dobra patrimônio em 4 anos

Presidente tem R\$ 839 mil contra R\$ 422 mil em 2002; poupança de parte do salário aumentou capital

João Domingos

BRASILIA

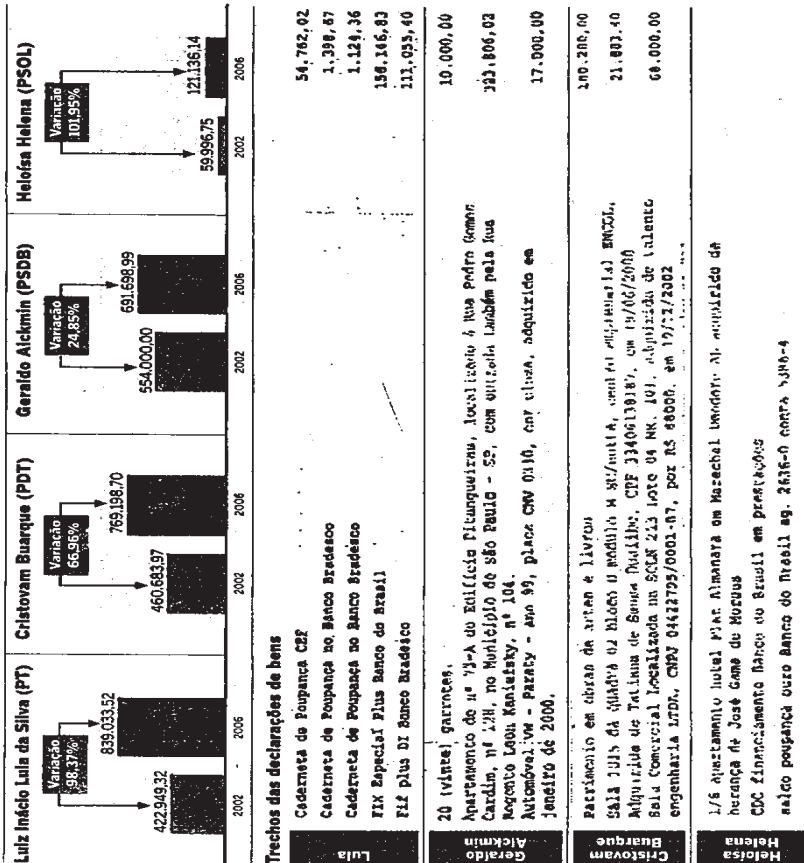
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva dobrou seu patrimônio desde a última campanha eleitoral. Em 2002, Lula declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - quando derrotou José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições presidenciais e se credenciou para suceder ao tucano Fernando Henrique Cardoso - patrimônio de R\$ 422.949,32. Ontem, ele entregou ao órgão que supervisiona o processo eleitoral no País declaração de bens de R\$ 839.033,52. O Palácio Planalto informou que Lula optou por aplicar parte do salário de R\$ 8,8 mil mensais (que ele pode guardar integralmente, pois todos os seus gastos são bancados pelo contribuinte) em fundos de investimentos. O PTL também emitiu nota na qual afirma que a evolução patrimonial de Lula "deve-se à poupança de parte do salário como presidente e aposentadoria, bem como rendimentos de aplicações anteriores a 2002". De fato, a cópia da declaração de rendas de Lula mostra

O tucano Geraldo Alckmin declarou bens no valor de R\$ 691.698,99

que, depois de eleito, ele aplicou R\$ 156.146,88 no Flix Especial Plus do Banco do Brasil, R\$ 110.055,40 no Flix Plus DI do Bradesco, R\$ 63.304,46 no Fundo de Investimentos do Bradesco e pequenas quantias nos fundos de ações de Petróbras, da Vale do Rio Doce e do Banco do Bra-

Patrimônio dos Candidatos

EM REAIS



Trechos das declarações de bens

Lula
 Caderneta de Poupança no Banco Bradesco
 Caderneta de Poupança no Banco Bradesco
 Flix Especial Plus Banco do Brasil
 Flix Plus DI Banco Bradesco

Alckmin
 20 (vinte) garantes.
 Apartamento de uso próprio no Edifício Pitangueiras, localizado à Rua Pedro Amador, nº 214, no Município de São Paulo - SP, com utilidade locatícia pelo Ius Rogoem Loup Katsitzky, nº 104.
 Automóvel VW - Paraty - ano 99, placa CMV 0110, cor lilás, adquirido em janeiro de 2000.
 Patrimônio em obra de arte e lavras
 SALA JULY DA QUADRA 02 BLOCO 01 MODULO M 307/011A, com 01 apartamento 01 BNCZL, Aluguel de Taciana de Souza Dossilho, CPF 33406130187, em 19/06/2000
 Sala Comercial localizada na SOCLA 213 lote 04 NK. 101, adquirida de Valente Engenharia Ltda, CNPJ 04422729/0001-07, por R\$ 80000, em 17/7/2002

Helena
 1/5 (quintavaria) hotel Park Alameda em Maracá, Unidade Al. Alameda nº 4 herança de José Gama do Moura
 CDC financiamento Banco do Brasil em prestação
 saldo poupança ouro Banco do Brasil sg. 2636-0 contra 330-4

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apatramento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula dobra patrimônio em 4 anos”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo de 6 de julho de 2006.

Segundo a matéria, o Presidente Lula dobrou seu patrimônio desde a última campanha eleitoral, passando de R\$422 mil, em 2002, para R\$839 mil.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
 Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

mento com duas entradas na Rua Pedro Gomes Cardim, em São Paulo, por R\$ 223.806,02; uma casa em Pindamonhangaba de R\$ 52.822,98; aplicação de R\$ 93.835,65 no Fundo DI Clássic, do Banespa; duas chácaras e um prédio comercial em Pindamonhangaba, que valem R\$ 168 mil; e um automóvel Paraty 1999, além de parte de um terreno herdado do pai.

Cristovam Buarque (PDT) tem bens avaliados em R\$ 769.198,70. De seu patrimônio constam R\$ 180.200,00 em obras de arte e livros; um apartamento na Rua Vanderlei, em São Paulo, no valor de R\$ 160.000,00, um apartamento em Brasília que vale R\$ 125.000,00; dois lotes também em Brasília, com valor de R\$ 6.709,00, além de três salas comerciais que totalizam R\$ 179.800,00, entre outros bens. A senadora Heloisa Helena (PSOL) declarou patrimônio de R\$ 121.135,14. Ela tem 1/6 de um apartamento em Maracá/Deodoro, Alagoas, recebido por herança, no valor de R\$ 4.176,66; dois carros, um Fiat Palio (R\$ 23.248,68), um jipe Suzuki (R\$ 62.860,88) e R\$ 51,05 em poupança do Banco do Brasil.

O segundo candidato, mais rico entre os sete é José Maria Eymael (PSDC). Seu patrimônio é de R\$ 996.892,96. Entre seus bens constam um apartamento em Porto Alegre no valor de R\$ 119.867,21; três terras, quatro carros e quatro casas (umas em Bertoga e três em Santana do Parnaíba).

Entre todos os concorrentes, o mais pobre é Rui Pimenta (PCO), embora tenha triplicado seu patrimônio em relação a 2002, quando disse ter bens no valor de R\$ 30 mil. Agora, tem R\$ 100 mil. ●

bens o candidato declarou um revólver Taurus calibre 38, avaliado em R\$ 590.

TUCANO

O tucano Geraldo Alckmin declarou bens no valor de R\$ 691.698,99. Entre eles, 20 garantes por R\$ 10 mil, um aparta-

aplicador em fundos de investimentos no mundo todo e em imóveis no Brasil, que incluem 5 apartamentos e 2 casas, em Pernambuco e São Paulo. Ele é também presidente do Sport Clube Recife. Bivar tem patrimônio de R\$ 8.775.519,14. A curiosidade é que, entre seus

em possuir 2002. CAMPEÃO Entre os sete candidatos, Lula tem o terceiro maior patrimônio. O campeão absoluto é Luciano Bivar, do partido Social Liberal (PSL). Bivar, mesmo perua Blazer que decla-

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Supersafra de derrotas”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 5 de julho do corrente.

A matéria trata do anúncio de que o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, está deixando o cargo a menos de 6 meses do final do governo Lula. Segundo a matéria, Roberto Rodrigues deixa o cargo “Cansado do atraso do PT e da inação oficial diante da crise”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SUPERSAFRA DE DERR

Cansado do atraso do PT e da inação oficial diante da crise, Rodrigues vai embora — e priva o governo de um de seus melhores nomes

Alexandre Oltramari

54 5 de julho, 2006 **veja**

Faltando seis meses para o fim do governo Lula, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, anunciou que está deixando o cargo. “A minha colaboração está terminada. Saio com o sentimento do dever cumprido.” A estranheza de um pedido de demissão — por “dever cumprido” — a tão pouco tempo do fim do mandato produziu uma supersafra de explicações. Uma delas informa que Roberto Rodrigues, que não é filiado a nenhum partido político, sentia-se desconfortável com as pressões veladas para que participasse da campanha re-

leitoral de Lula. Outra explicação para sua demissão é a intenção do governo de aumentar o índice mínimo de produtividade para desapropriar uma fazenda para fins de reforma agrária — medida concebida apenas para elevar o volume de desapropriações e agradar ao MST, o que contava com a oposição tenaz do ministro. Uma terceira versão seria a falta de reação do governo diante da monumental crise que atinge a agricultura, a pior dos últimos quarenta anos. A saída do ministro, contudo, não se deve a nenhuma razão específica. Deve-se ao conjunto da obra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PFL diz que governo do PT é ‘corja’ e que Lula é ‘ladrão’”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 22 de junho do corrente.

A matéria destaca que em convenção, pefelistas formalizam apoio a Alckmin em meio a ataques ao Presidente. A convenção foi marcada por um discurso onde os pefelistas chamam o Presidente, Lula Inácio Lula da Silva, de “ladrão” e que seu governo é de “corja”. O Senador Antonio Carlos Magalhães finalizou dizendo que o Palácio do Planalto precisa ser higienizado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Registro a matéria “Lula veta reajuste de 16,7% a aposentados”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 11 de julho do corrente.

A matéria destaca o veto do Presidente Lula ao reajuste de 16,7% concedido aos aposentados e pen-

sionistas do INSS, que ganham mais de um salário mínimo. O presidente Lula, que é mais candidato do que nunca a reeleição, disse que a medida é “politiqueira”. Ora, o presidente e candidato usa o veto. Lula tenta parecer um homem responsável, preocupado com as contas do país e ao mesmo tempo usa a máquina pública em seu próprio benefício.

Senhor Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.) Presidência vai encerrar os trabalhos.

Roberto Rodrigues, em seu gabinete, e a baderna de militantes do MLST dentro do Congresso: em meio à maior crise do setor agrícola, o ministro não teve a atenção de Lula

ROTAS

Desde que assumiu o cargo, no início do mandato de Lula, Roberto Rodrigues vinha travando sucessivas batalhas contra os setores mais atrasados do governo petista. Na discussão sobre os transgênicos, engalfinhou-se publicamente com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, contrária ao plantio e à comercialização desses produtos. A muito custo, o ministro conseguiu imunizar o governo contra o vírus ideológico que contaminava a discussão. Venceu a batalha, não a guerra. De lá para cá, Rodrigues vinha perdendo todas as disputas em que se envolveu.

O orçamento de seu ministério mergulhou em plena crise da febre aftosa. A desvalorização cambial, associada à estiagem, produziu uma monumental quebradeira no campo — e o ministro colheu apenas vento quando tentou convencer a área econômica a socorrer os agricultores falidos. Conforme cálculos do próprio governo, as perdas na agricultura chegam a 30 bilhões de reais nos últimos dois anos. “A crise será a marca da minha gestão”, resumiu o ministro ao anunciar sua saída.

Recentemente, o ministro Roberto Rodrigues ficou ainda mais constrangido ao ver a reação titubeante do governo em relação à baderna promovida no Congresso Nacional por militantes do PT vinculados ao MLST. Rodrigues já pedira demissão a Lula em pelo menos três oportunidades. Em todas, Lula conseguiu demovê-lo. Na semana passada, o desfecho foi diferente em decorrência da conjunção de dois fatores. Um deles: o desânimo crescente do ministro. “Ele estava cansado, abatido. Ele simplesmente desistiu de continuar arrumando uma briga atrás da outra no governo”, diz um amigo, que esteve com Rodrigues durante duas horas, logo antes de ele anunciar publicamente sua saída. A outra razão é que, aparentemente, Lula não se esforçou tanto para mantê-lo no cargo. “Se tivesse recebido o apoio do presidente, acho que ele ficaria. Mas Lula, ao ouvir as queixas do Roberto, limitou-se a

marcar a data de sua saída”, conta o amigo do ministro. Especulou-se que a mudança de atitude de Lula decorria da intenção do governo de adular o PMDB, oferecendo ao partido a anexação da pasta da Agricultura ao seu latifúndio político. Era pura fumaça. Na sexta-feira passada, o presidente nomeou o novo titular do cargo. É Luís Carlos Guedes Pinto, amigo de Rodrigues e o segundo homem na hierarquia do ministério.

A saída de um quadro como Roberto Rodrigues, além de fragilizar ainda mais um setor que responde por 30% do PIB nacional, é uma nova evidência do cenário desolador em que se transformou o primeiro escalão do governo Lula. Com a saída de Rodrigues, o presidente perde um de seus últimos ministros com estatura técnica e respeito político. Atualmente, a galeria de ministros de Lula é uma paisagem de desconhecidos, coisa que tende a acontecer em todo final de governo e não é necessariamente ruim. Os ministros técnicos muitas vezes fazem administrações bastante superiores às dos ministros políticos. O problema, no caso de Lula, é que, além de ter de enfrentar a diáspora eleitoral comum em fim de mandato, ele está abrindo mão dos poucos quadros de inquestionável competência de seu governo. Fazendo assim, com quem será que Lula pretende governar se ganhar nas urnas um segundo mandato? ■

FOLHA DE S.PAULO
TERÇA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2006 * B1

Justiça impede cessão de área no porto de Santos ao Opportunity

Pág. B6

Exportações têm a melhor semana da história - Pág. B1

Lula veta reajuste de 16,7% a aposentados

Presidente classifica medida de "política de direita"; se fosse aprovado, aumento traria despesa extra de R\$ 6,973 bi neste ano

Numa crítica indireta ao Congresso, Lula diz que reajuste era 'irresponsável' por não estar previsto no Orçamento para este ano

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou ontem o reajuste de 16,67% para os aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganhavam mais de um salário mínimo. O principal argumento para vetar o reajuste, classificado por Lula de "político de direita", foi seu custo, calculado em R\$ 6,973 bilhões neste ano.

Em rápida entrevista ontem, Lula disse que não se preocupava com eventuais repercussões políticas do veto. "Problema político não me interessa, o que interessa é o problema orçamentário. Não posso ser irresponsável, e não havia previsão no Orçamento para essa despesa", comentou o presidente.

Lula disse não temer reação dos aposentados. "É uma coisa política que os aposentados nem estavam reivindicando isso", completou. Ao tachar o aumento de "político de direita" e "irresponsável", Lula fez uma crítica indireta ao Congresso Nacional, que aprovou o reajuste de 16,67% numa operação articulada pela oposição e que contou com o apoio de parte da bancada governista.

O governo defende reajuste de 5% para as aposentadorias e pensões acima do salário mínimo, percentual que consta de medida provisória em tramitação no Congresso.

Em coro com Lula, o ministro da Previdência, Nelson Machado, apontou que o reajuste vetado não fazia parte do acordo

"Objetivamente, todo mundo sabia que vetaríamos os 16,67%. Queremos cumprir o acordo que fizemos com as centrais sindicais, os aposentados e os pensionistas. Esperamos que o Congresso permita o cumprimento desse acordo", justificou o ministro.

A extensão do aumento de 16,67% foi incluída pelos parlamentares na votação da medida provisória que promoveu o aumento do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350, sancionada ontem por Lula.

Nas razões do veto à extensão do reajuste a todos os aposentados, o governo alega que o artigo aprovado pelo Congresso só se dá Constituição, porque nenhum benefício ou serviço de previdência e assistência social pode ser "criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio".

Além disso, os ministros da Previdência, da Fazenda e do Planejamento argumentam que a extensão do reajuste tem um "reflexo negativo" sobre as metas fiscais fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A extensão do aumento, segundo os ministros, ainda fere a Lei de Responsabilidade Fiscal porque cria uma despesa sem estimativa de impacto financeiro e sem apontar a origem de recursos para pagamento de recursos para paga-



Não posso ser irresponsável, e não havia previsão no Orçamento para essa despesa [com o reajuste de 16,7% a aposentados]

mento. A LRF estabelece que toda elevação de despesa precisa ser compensada por aumento permanente de receita ou corte de outras despesas.

Veto anunciado

Nas últimas semanas, vários ministros já haviam anunciado a intenção do Planoalto de vetar a extensão do aumento. Agora, a estratégia do governo é impedir que os parlamentares incluam, os 16,67% na medida provisória que fixou em 5% o reajuste para os aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. Acordo nesse sentido foi fechado ontem (leia texto abaixo).

Os ministros Luiz Marinho (Trabalho) e Machado chegaram a convocar, na semana passada, uma reunião com representantes dos aposentados para alertá-los sobre o risco de eles ficarem apenas com a redução da inflação, caso o Congresso incluisse o percentual de reajuste do mínimo na MP ainda em tramitação.

Isso porque, se tivesse que vetar a extensão dos 16,67% também nessa MP, dependendo da redação dada pelo Congresso à medida provisória, o governo será obrigado a derrubar o reajuste de 5% hoje em vigor. Nesse caso, seria aplicada aos benefícios previdenciários acima do mínimo apenas a variação da inflação, de 3,14%.

Desde o encontro, sindicais passaram a pressionar os parlamentares a fim de evitar o prejuízo. Das entidades que representam os aposentados, apenas a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) tem se manifestado contra o reajuste de 5%. Em carta aberta, a confederação pede aos parlamentares que derrubem o veto de Lula

A NOVELA DO REAJUSTE DO INSS

Lula veta reajuste de 16,67% para beneficiários acima do mínimo

1 Lula aprova reajuste

O salário mínimo foi reajustado em 16,67% em abril, de R\$ 300 para R\$ 350. Naquele mesmo mês, foi anunciado reajuste de 5% para os beneficiários acima do mínimo

R\$ 11 bi
Custo

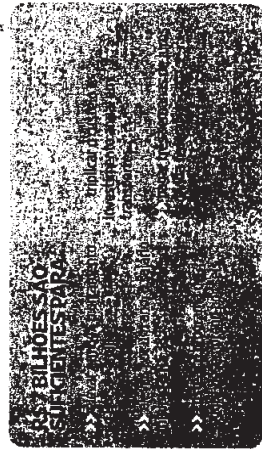
2 Congresso amplia a medida

Em votação, Congresso altera MP e estende o reajuste de 16,67% a todos os beneficiários pagos pela Previdência

R\$ 7 bi
Custo adicional

3 Lula veta a medida do Congresso

Lula veta reajuste de 16,67% porque ele causa gastos adicionais de R\$ 7 bilhões para a Previdência. Para que os 5% iniciais sejam mantidos, Congresso tem que aprovar MP 201, que trata do assunto, sem alterá-la



7,7 milhões de pessoas recebem benefícios (aposentadoria ou pensão) acima de um salário mínimo

1,8% é o aumento real dos benefícios considerando os 5% de reajuste dados pelo governo

Fonte: INSS, Orçamento de Lula e Folha

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB - ES) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB - ES) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.)

Ata da 119ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de julho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Sérgio Zambiasi e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo

Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 6, DE 2006-CN MENSAGEM Nº 76, DE 2006-CN (nº 592/2006, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.472.929,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.472.929,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais), para atender às programações indicadas no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, no valor de R\$ 22.332.454,00 (vinte e dois milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 75.140.475,00 (setenta e cinco milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORCAO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
 UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	R P D	M O D	I O D	F O D	U T E	VALOR
		0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS								700.000
		PROJETOS								
01 122	0553 7696	CONSTRUCAO DE CENTRO DE TREINAMENTO E FORMACAO - CEFOR								700.000
01 122	0553 7696 0103	CONSTRUCAO DE CENTRO DE TREINAMENTO E FORMACAO - CEFOR - EM BRASILIA - DF								700.000
			F	4	2	90	0	100		700.000
TOTAL - FISCAL										700.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										700.000

ORCAO : 02000 - SENADO FEDERAL
 UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	R P D	M O D	I O D	F O D	U T E	VALOR
		0553 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL								229.980
		OPERACOES ESPECIAIS								
01 302	0551 0002	APOIO A INSTALACAO DE POSTO AVANÇADO DO INCOR EM BRASILIA								229.980
01 302	0551 0002 0103	APOIO A INSTALACAO DE POSTO AVANÇADO DO INCOR EM BRASILIA - EM BRASILIA - DF								229.980
			S	3	2	50	0	100		229.980
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										229.980
TOTAL - GERAL										229.980

ORCAO : 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
 UNIDADE : 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	D	G	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
8558 CONTROLE EXTERNO																	600.000
PROJETOS																	
01 122	0550 3177	CONSTRUCAO DE SEDE DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NOS ESTADOS															600.000
01 122	0550 3177 0001	CONSTRUCAO DE SEDE DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NOS ESTADOS - NACIONAL															600.000
																	600.000
TOTAL - FISCAL																	600.000
TOTAL - SEGURIDADE																	0
TOTAL - GERAL																	600.000

ORCAO : 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 UNIDADE : 10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	D	G	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
8545 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL																	6.419.400
ATIVIDADES																	
02 331	0565 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS															19.400
02 331	0565 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL															19.400
																	19.400
02 131	0565 2549	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL															3.000.000
02 131	0565 2549 0001	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL - NACIONAL															3.000.000
																	3.000.000
02 061	0565 6359	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL															3.000.000
02 061	0565 6359 0001	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - NACIONAL															3.000.000
																	3.000.000
1032 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL																	400.000
PROJETOS																	
02 722	1032 7134	IMPLANTACAO DO CANAL DE TELEVISAO INTERNACIONAL															400.000
02 722	1032 7134 0001	IMPLANTACAO DO CANAL DE TELEVISAO INTERNACIONAL - NACIONAL															400.000
																	400.000
TOTAL - FISCAL																	6.419.400
TOTAL - SEGURIDADE																	0
TOTAL - GERAL																	6.419.400

ORGÃO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	L	T	
			F	D	D	D	U	E	
0548 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA									1.344.000
ATIVIDADES									
02 331	0548 2083	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							23.000
02 331	0548 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	23.000
02 722	0548 2056	DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS À JUSTIÇA - TV JUSTIÇA							1.321.000
02 722	0548 2058 0001	DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS À JUSTIÇA - TV JUSTIÇA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.321.000
TOTAL - FISCAL									1.344.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.344.000

ORGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
 UNIDADE : 12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	L	T	
			F	D	D	D	U	E	
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL									34.393.254
PROJETOS									
02 122	0569 1A95	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM GARANHUNS - PE							550.000
02 122	0569 1A95 0101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM GARANHUNS - PE - NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS - PE	F	4	2	90	0	100	550.000
02 122	0569 1B87	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SALGUEIRO - PE							195.000
02 122	0569 1B07 0101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SALGUEIRO - PE - NO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO - PE	F	4	2	90	0	100	195.000
02 122	0569 1D78	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP							4.600.000
02 122	0569 1D78 0101	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP - NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP	F	3	2	90	0	100	4.600.000
02 122	0569 1Q2Q	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CARUARU - PE							800.000
02 122	0569 1Q2Q 0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CARUARU - PE - NO MUNICÍPIO DE CARUARU - PE	F	4	2	90	0	100	800.000
02 122	0569 1Q2Y	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM RIO GRANDE - RS							500.000
02 122	0569 1Q2Y 0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM RIO GRANDE - RS - NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE - RS	F	4	2	90	0	100	500.000
02 122	0569 1Q2Z	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM MACAÉ - RJ							630.000
02 122	0569 1Q2Z 0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM MACAÉ - RJ - NO MUNICÍPIO DE MACAÉ - RJ	F	4	2	90	0	100	630.000
02 122	0569 1Q3B	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM IMPERATRIZ - MA							253.469
02 122	0569 1Q3B 0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM IMPERATRIZ - MA - NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA	F	4	2	90	0	100	253.469
02 122	0569 11YQ	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CARUÍ - RN							200.000
02 122	0569 11YQ 0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CARUÍ - RN - NO MUNICÍPIO DE CARUÍ - RN	F	4	2	90	0	100	200.000
02 122	0569 11YK	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SERRA TALHADA - PE							250.000
02 122	0569 11YK 0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SERRA TALHADA - PE - NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE	F	4	2	90	0	100	250.000
02 122	0569 11YQ	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SOBRAL - CE							750.000
02 122	0569 11YQ 0101	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SOBRAL - CE - NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - CE	F	4	2	90	0	100	750.000

		ATIVIDADES						
02 306	0569 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						6.745.660
02 306	0569 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						6.745.660
			F 3	1	90	0	100	6.745.660
02 722	0569 2058	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA						302.580
02 722	0569 2058 0001	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA - NACIONAL						302.580
			F 3	2	90	0	100	302.580
		PROJETOS						
02 126	0569 3757	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL (E-JUS)						458.784
02 126	0569 3757 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL (E-JUS) - NACIONAL						458.784
			F 4	2	90	0	100	458.784
		ATIVIDADES						
02 061	0569 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES						3.500.000
02 061	0569 4224 0001	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NACIONAL						3.500.000
			F 3	2	90	0	300	3.500.000
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL						14.559.761
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL						14.559.761
			F 4	2	90	0	100	14.559.761
		PROJETOS						
02 122	0569 7952	CONSTRUCAO DO EDIFICIO II PARA A JUSTICA FEDERAL EM SALVADOR - BA (JULZADOS ESPECIAIS FEDERAIS)						97.000
02 122	0569 7952 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO II PARA A JUSTICA FEDERAL EM SALVADOR - BA (JULZADOS ESPECIAIS FEDERAIS) - NO MUNICIPIO DE SALVADOR - BA						97.000
			F 4	2	90	0	100	97.000
		TOTAL - FISCAL						34.392.254
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						34.392.254

ORGAO : 12008 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	U	F	VALOR
			F	D			D			T	
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL											1.440.618
ATIVIDADES											
02 301	0569 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES									220.000
02 301	0569 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100			220.000
02 365	0569 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS									26.000
02 365	0569 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100			26.800
02 306	0569 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS									757.800
02 306	0569 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100			757.000
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL									437.618
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100			437.618
TOTAL - FISCAL											1.220.618
TOTAL - SEGURIDADE											220.000
TOTAL - GERAL											1.440.618

ORGAO : 12008 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	U	F	VALOR
			F	D			D			T	
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL											1.479.341
ATIVIDADES											
02 301	0569 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES									241.000
02 301	0569 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100			241.000
02 306	0569 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS									878.800
02 306	0569 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100			878.000
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL									360.341
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	4	2	90	0	100			360.341
TOTAL - FISCAL											1.238.341
TOTAL - SEGURIDADE											241.000
TOTAL - GERAL											1.479.341

ORGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
 UNIDADE : 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL									7.312.102
ATIVIDADES									
02 301	0569 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							2.171.300
02 301	0569 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	2.171.300
02 306	0569 2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.100.000
02 306	0569 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	1.100.000
PROJETOS									
02 122	0569 3600	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO EM SÃO PAULO - SP							4.040.802
02 122	0569 3600 0101	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO EM SÃO PAULO - SP - NO MUNICIPIO DE SÃO PAULO - SP	F	4	2	90	0	100	4.040.802
TOTAL - FISCAL									5.140.802
TOTAL - SEGURIDADE									2.171.300
TOTAL - GERAL									7.312.102

ORGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
 UNIDADE : 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª. REGIÃO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL									1.017.000
ATIVIDADES									
02 301	0569 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							284.000
02 301	0569 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	284.000
02 306	0569 2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							733.000
02 306	0569 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	733.000
TOTAL - FISCAL									733.000
TOTAL - SEGURIDADE									284.000
TOTAL - GERAL									1.017.000

ORGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
 UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL									315.000
		ATIVIDADES							
02 301	0569 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							289.000
02 301	0569 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	289.000
02 306	0569 2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							26.000
02 306	0569 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	26.000
TOTAL - FISCAL									26.000
TOTAL - SEGURIDADE									289.000
TOTAL - GERAL									315.000

ORGÃO : 13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
 UNIDADE : 13101 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR									2.017.420
		ATIVIDADES							
02 301	0566 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							2.017.420
02 301	0566 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	1.550.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 2014	S	3	2	90	0	300	467.420
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.017.420
TOTAL GERAL									2.017.420

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										1.107.108
ATIVIDADES										
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES								1.107.108
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL								1.107.108
			S	3	2	90	0	100		1.107.108
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										1.107.108
TOTAL - GERAL										1.107.108

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										27.304
ATIVIDADES										
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS								27.304
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL								27.304
			F	2	1	90	0	100		27.304
TOTAL - FISCAL										27.304
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										27.304

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											207.754
ATIVIDADES											
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS									61.578
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100			61.578
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS									146.176
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100			146.176
TOTAL - FISCAL											267.754
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											207.754

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											221.757
ATIVIDADES											
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS									25.431
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100			25.431
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS									6.326
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100			6.326
PROJETOS											
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS									198.000
02 122	0570 5439 0609	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE EIRUNPE - AM	F	4	2	90	0	100			95.000
02 122	0570 5439 0611	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE COARI - AM	F	4	2	90	0	100			95.000
TOTAL - FISCAL											221.757
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											221.757

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R F D	M O D	J O D	I U T	F T E	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								1.090.132	
ATIVIDADES									
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							408.784
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	7	90	0	100	408.784
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							681.348
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3		90	0	100	681.348
TOTAL - FISCAL								1.090.132	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								1.090.132	

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R F D	M O D	J O D	I U T	F T E	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								143.006	
ATIVIDADES									
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							125.694
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	125.694
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							17.312
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	17.312
TOTAL - FISCAL								143.006	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								143.006	

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14100 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

PUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									133.542
ATIVIDADES									
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							188.272
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	188.272
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							37.264
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	37.264
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							8.006
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	8.006
TOTAL - FISCAL									45.270
TOTAL - SEGURIDADE									188.272
TOTAL - GERAL									233.542

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14100 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

PUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									363.593
ATIVIDADES									
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							161.025
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	161.025
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							133.301
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	133.301
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							69.267
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	69.267
TOTAL - FISCAL									202.561
TOTAL - SEGURIDADE									161.025
TOTAL - GERAL									363.593

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S N F	G R P D	R P D	M O D	I O D	F U T E	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL									1.068.193
ATIVIDADES									
02 365	0570 2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							52.250
02 301	0570 2010 0001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	52.250
02 331	0570 2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							71.926
02 331	0570 2011 0001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	71.926
02 306	0570 2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							844.017
02 306	0570 2012 0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	844.017
PROJETOS									
02 122	0570 5439	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS							100.000
02 122	0570 5439 0525	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS - NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA	F	4	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									1.068.193
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.068.193

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

4

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S N F	G R P D	R P D	M O D	I O D	F U T E	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL									138.458
ATIVIDADES									
02 365	0570 2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							65.804
02 365	0570 2010 0001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	65.804
02 331	0570 2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							72.654
02 331	0570 2011 0001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	72.654
TOTAL - FISCAL									138.458
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									138.458

ORGAO : 14880 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								903.637
ATIVIDADES								
02 301	0570 1004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						562.328
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0 100	562.328
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						209.103
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	P	3	2	90	0 100	209.103
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						132.206
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	132.206
TOTAL - FISCAL								341.309
TOTAL - SEGURIDADE								562.328
TOTAL - GERAL								903.637

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								1.096.862
ATIVIDADES								
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						419.705
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0 100	419.705
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						47.743
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	47.743
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						629.414
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	629.414
TOTAL - FISCAL								677.157
TOTAL - SEGURIDADE								419.705
TOTAL - GERAL								1.096.862

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									166.500
ATIVIDADES									
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							30.008
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	30.008
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							26.045
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	26.045
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							110.447
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	110.447
TOTAL - FISCAL									136.492
TOTAL - SEGURIDADE									30.008
TOTAL - GERAL									166.500

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									11.462
ATIVIDADES									
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							11.462
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	11.462
TOTAL - FISCAL									11.462
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.462

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.401.599
ATIVIDADES									
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							970.120
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							970.120
			5	3	2	90	0	100	970.120
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							431.479
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							431.479
			F	3	2	90	0	100	431.479
TOTAL - FISCAL									431.479
TOTAL - SEGURIDADE									970.120
TOTAL - GERAL									1.401.599

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									115.775
ATIVIDADES									
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							15.029
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							15.029
			5	3	2	90	0	100	15.029
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							100.696
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							100.696
			F	3	2	90	0	100	100.696
TOTAL - FISCAL									100.696
TOTAL - SEGURIDADE									15.029
TOTAL - GERAL									115.725

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M O D	I L D	F U T E	VALOR
0570		GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL							195.935
ATIVIDADES									
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							195.935
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							195.935
			F	3	2	90	0	100	195.935
TOTAL - FISCAL								195.935	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								195.935	

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M O D	I L D	F U T E	VALOR
0570		GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL							591.740
ATIVIDADES									
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							591.740
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							591.740
			F	3	1	90	0	100	591.740
TOTAL - FISCAL								591.740	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								591.740	

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										763.470
PROJETOS										
02 122	0570 3368	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-ANEXO II DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL								763.470
02 122	0570 3368 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-ANEXO II DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS								763.470
			F	4	2	90	0	100		763.470
TOTAL - FISCAL										763.470
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										763.470

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										69.208
ATIVIDADES										
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS								29.208
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL								29.208
			F	3	2	90	0	100		29.208
PROJETOS										
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS								48.000
02 122	0570 5439 0559	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE CEREJEIRAS - RO								20.000
02 122	0570 5439 0563	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE VILHENA - RO								28.000
			F	4	2	90	0	100		20.000
			F	4	2	90	0	100		20.000
TOTAL - FISCAL										69.208
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										69.208

ORÇAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N F	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL									1.711.426
ATIVIDADES									
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							341.023
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	341.023
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							200.524
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	200.524
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							43.390
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	43.390
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.126.489
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	1.126.489
TOTAL - FISCAL									1.370.403
TOTAL - SEGURIDADE									341.023
TOTAL - GERAL									1.711.426

ORÇAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N F	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL									345.321
ATIVIDADES									
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							345.321
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	345.321
TOTAL - FISCAL									345.321
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									345.321

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								45.174
ATIVIDADES								
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						29.652
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	29.652
02 306	0570 2011	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						15.522
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	15.522
TOTAL - FISCAL								45.174
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								45.174

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								533.404
ATIVIDADES								
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						1.880
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	1.880
02 306	0570 2011	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						216.524
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	216.524
PROJETOS								
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS						315.000
02 122	0570 5439 0573	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE COLINAS DO TOCANTINS - TO	F	4	2	90	0 100	315.000
TOTAL - FISCAL								533.404
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								533.404

ORCAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO 1

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
											F
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA											65.800
ATIVIDADES											
02 331	0571 2031	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS								65.800	
02 331	0571 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL								65.800	
			F	3	1	90	0	100		65.800	
TOTAL - FISCAL											65.800
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											65.800

ORCAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO - PARAAMAPA

ANEXO 1

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
											F
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA											150.949
PROJETOS											
02 122	0571 7874	INSTALACAO DO DEPOSITO E ARQUIVO PUBLICO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIAO								150.949	
02 122	0571 7874 0101	INSTALACAO DO DEPOSITO E ARQUIVO PUBLICO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIAO - NO MUNICIPIO DE BELEM - PA								150.949	
			P	4	2	90	0	100		150.949	
TOTAL - FISCAL											150.949
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											150.949

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO - PARANA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U E	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								1.800.000
		PROJETOS						
02 122	0571 11EX	CONSTRUCAO DE FORUM TRABALHISTA EM LONDRINA - PR						1.800.000
02 122	0571 11EX 0856	CONSTRUCAO DE FORUM TRABALHISTA EM LONDRINA - PR - NO MUNICIPIO DE LONDRINA - PR						1.800.000
			F	4	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.800.000

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO - PARAIBA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U E	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								138.000
		PROJETOS						
02 122	0571 11BZ	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM SANTA RITA - PB						63.000
02 122	0571 11BZ 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM SANTA RITA - PB - NO MUNICIPIO DE SANTA RITA - PB						63.000
			F	4	2	90	0	100
		ATIVIDADES						
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO						75.000
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL						75.000
			F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								138.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								138.000

ORCAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO - GOIAS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								1.819.605
ATIVIDADES								
02 306	0571 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						200.000
02 306	0571 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F 3	90	0	100		200.000
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO						1.619.605
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F 4	2	90	0	100	1.619.605
TOTAL - FISCAL								1.819.605
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.819.605

ORCAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO - PIAUI

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								43.116
ATIVIDADES								
02 301	0571 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						10.116
02 301	0571 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S 3	2	90	0	100	10.116
02 128	0571 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS						33.000
02 128	0571 4091 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	F 3	2	90	0	100	33.000
TOTAL - FISCAL								33.000
TOTAL - SEGURIDADE								10.116
TOTAL - GERAL								43.116

ORGAO : 16008 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
 UNIDADE : 16101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0567 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL									7.000.000
PROJETOS									
02 122	0567 3060	REFORMA E MODERNIZACAO DO BLOCO "A" DO FORUM DA CIRCUNSCRICAO JUDICIARIA DE BRASILIA - DF							7.000.000
02 122	0567 3060 0101	REFORMA E MODERNIZACAO DO BLOCO "A" DO FORUM DA CIRCUNSCRICAO JUDICIARIA DE BRASILIA - DF - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0	300	7.000.000
TOTAL - FISCAL									7.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.000.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20104 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1032 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL									3.790.000
ATIVIDADES									
04 722	1032 2670	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (ACERP - OS)							3.790.000
04 722	1032 2670 0001	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (ACERP - OS) - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	3.790.000
TOTAL - FISCAL									3.790.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.790.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0580		DEFESA JURIDICA DA UNIAO						7.000.000	
		ATIVIDADES							
03 121	0580 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							5.000.000
03 122	0580 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F 3	2	90	0	300		5.000.000
			F 4	2	90	0	300		4.000.000
									1.000.000
03 092	0580 2674	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO							2.000.000
03 092	0580 2674 0001	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO - NACIONAL	F 3	2	90	0	300		2.000.000
		TOTAL - FISCAL						7.000.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						7.000.000	

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1087		INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO						162.500	
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 422	1087 09EV	APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA DAS MULHERES							162.500
11 422	1087 09HV 0001	APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA DAS MULHERES - NACIONAL	F 4	2	40	0	100		162.500
		TOTAL - FISCAL						162.500	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						162.500	

ORGAO : 20009 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20155 - SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS										1.600.000
OPERACOES ESPECIAIS										
14 845	0154 0003	PAGAMENTO DE INDENIZACAO A FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS EM RAZAO DA PARTICIPACAO EM ATIVIDADES POLITICAS (LEI N° 9.140, DE 1995)								1.600.000
14 845	0154 0003 0801	PAGAMENTO DE INDENIZACAO A FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS EM RAZAO DA PARTICIPACAO EM ATIVIDADES POLITICAS (LEI N° 9.140, DE 1995) - NACIONAL								1.600.000
			F	3	2	90	0	300		1.600.000
TOTAL - FISCAL										1.600.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.600.000

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34002 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
0501 DESPESA DA ORDEM JURIDICA										450.000
PROJETOS										
03 122	0501 115F	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR EM BRASILIA - DF								450.000
03 122	0501 115F 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTICA MILITAR EM BRASILIA - DF - EM BRASILIA - DF								450.000
			F	4	2	90	0	100		450.000
TOTAL - FISCAL										450.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										450.000

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	F	D		E	
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									2.924.534
ATIVIDADES									
03 331	0581 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							65.500
03 331	0581 2011 0619	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EM BRASÍLIA - DF	F	3	1	90	0	100	65.500
03 062	0581 4261	DEPESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS							2.859.034
03 062	0581 4261 0101	DEPESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS - EM BRASÍLIA - DF	F	3	2	90	0	100	2.859.034
			P	3	2	90	0	300	94.000
TOTAL - FISCAL									2.924.534
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.924.534

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	F	D		E	
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									709.000
PROJETOS									
03 122	0581 1293	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOÃO PESSOA - PB							404.000
03 122	0581 1293 0101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO EM JOÃO PESSOA - PB - NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB	F	4	2	90	0	100	404.000
03 122	0581 12BQ	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDE PARA IMPLANTAÇÃO DE OFÍCIOS JUNTO AS VARAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO							155.000
03 122	0581 12BQ 0251	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDE PARA IMPLANTAÇÃO DE OFÍCIOS JUNTO AS VARAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA - MT	F	5	2	90	0	100	155.000
03 122	0581 3E94	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE PARA INSTALAÇÃO DE OFÍCIO JUNTO AS VARAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO							150.000
03 122	0581 3E94 0076	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE PARA INSTALAÇÃO DE OFÍCIO JUNTO AS VARAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE	F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									709.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									709.000

ORCAO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
 UNIDADE : 01001 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO III

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	F	VALOR
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS										780.000
PROJETOS										
01 122	0553 1110	CONSTRUCAO DE GALPAO DESTINADO AO DEPOSITO DE MATERIAIS								780.000
03 122	0553 1110 0101	CONSTRUCAO DE GALPAO DESTINADO AO DEPOSITO DE MATERIAIS - EM BRASILLIA - DF								700.000
			F	4	2	90	0	100		700.000
TOTAL - FISCAL										700.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										780.000

ORCAO : 02000 - SENADO FEDERAL
 UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	F	VALOR
0554 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL										229.980
OPERACOES ESPECIAIS										
01 302	0551 0002	APOIO A INSTALACAO DE POSTO AVANÇADO DO INCOR EM BRASILLIA								229.980
03 302	0551 0002 0103	APOIO A INSTALACAO DE POSTO AVANÇADO DO INCOR EM BRASILLIA - EM BRASILLIA - DF								229.980
			S	4	2	50	0	100		229.980
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										229.980
TOTAL - GERAL										229.980

ORCAO : 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
 UNIDADE : 03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M D	I U	F T E	VALOR
0550 CONTROLE EXTERNO									600.000
ATIVIDADES									
01 032	0550 4018	FISCALIZACAO DA APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS FEDERAIS							600.000
01 032	0550 4018 0001	FISCALIZACAO DA APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS FEDERAIS - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ORCAO : 10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 UNIDADE : 10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M D	I U	F T E	VALOR
0565 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL									6.419.400
ATIVIDADES									
01 306	0565 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							19.400
02 306	0565 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	19.400
01 331	0565 2549	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL							3.000.000
02 331	0565 2549 0001	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	3.000.000
01 061	0565 6359	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL							3.400.000
02 061	0565 6359 0001	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	3.400.000
TOTAL FISCAL									6.419.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.419.400

ORCAO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
 UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D		E	
0548 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA									1.344.000
PROJETOS									
02 126	0548 5360	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA (E-JUS)							1.344.000
02 126	0548 5360 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA (E-JUS) - NACIONAL	F	2	2	90	0	100	1.344.000
TOTAL - FISCAL									1.344.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.344.000

ORCAO : 11000 - JUSTICA FEDERAL
 UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D		E	
0559 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									40.561.315
PROJETOS									
02 122	0569 1D37	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE PARA FUNCIONAMENTO DE SUBSECAO JUDICIARIA EM AMERICANA - SP							3.000.000
02 122	0569 1D37 0101	AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE PARA FUNCIONAMENTO DE SUBSECAO JUDICIARIA EM AMERICANA - SP - NO MUNICIPIO DE AMERICANA - SP	F	5	2	90	0	100	3.000.000
02 122	0569 102V	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM SOUSA - PB							200.000
02 122	0569 102V 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM SOUSA - PB - NO MUNICIPIO DE SOUSA - PB	F	4	2	90	0	100	200.000
02 122	0569 103D	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM SAO JOSE DOS CAMPOS - SP							1.600.000
02 122	0569 103D 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM SAO JOSE DOS CAMPOS - SP - NO MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	F	4	2	90	0	100	1.600.000
02 122	0569 110K	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM FORTALEZA - CE							250.000
02 122	0569 110K 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA SECAO JUDICIARIA EM FORTALEZA - CE - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE	F	4	2	90	0	100	250.000
02 122	0569 1136	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL							1.320.143
02 122	0569 1136 0001	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	1.320.143
ATIVIDADES									
02 303	0569 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							340.937
02 303	0569 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	340.937
02 365	0569 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							10.673.479
02 365	0569 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	S	4	2	90	0	100	10.673.479
02 331	0569 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.071.544
02 331	0569 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	1.071.544
02 722	0569 2058	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA							272.580
02 722	0569 2058 0001	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	272.580
PROJETOS									
02 122	0569 3755	IMPLANTACAO DE VARAS FEDERAIS							20.759.583
02 122	0569 3755 0001	IMPLANTACAO DE VARAS FEDERAIS - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	20.759.583
ATIVIDADES									
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							1.053.051
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	2	2	90	0	100	1.053.051
TOTAL - FISCAL									40.200.378
TOTAL - SEGURIDADE									340.937
TOTAL - GERAL									40.561.315

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL								350.000
ATIVIDADES								
02 365	0569 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						260.000
02 365	0569 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	260.000
02 331	0569 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						90.000
02 331	0569 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	90.000
TOTAL - FISCAL								350.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								350.000

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL								605.000
ATIVIDADES								
02 365	0569 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						530.000
02 365	0569 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	530.000
02 331	0569 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						75.000
02 331	0569 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0 100	75.000
TOTAL - FISCAL								605.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								605.000

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0569		PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL							610.000
		ATIVIDADES							
02 365	0569 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						120.000	
02 365	0569 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	
								120.000	
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL						508.000	
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	
								500.000	
		TOTAL - FISCAL							620.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							620.000

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SA. REGIAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0569		PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL							320.000
		ATIVIDADES							
02 365	0569 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						295.000	
02 365	0569 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	
								295.000	
02 331	0569 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						25.000	
02 331	0569 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	
								25.000	
		TOTAL - FISCAL							320.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							320.000

ORGAO : 13000 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO
UNIDADE : 13101 - JUSTICA MILITAR DA UNIAO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	M	R	M	I	F	VALOR
0566 PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR										1.550.000
PROJETOS										
02 122	0566 12EC	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA PATRIMONIAL DA JUSTICA MILITAR DA UNIAO								750.000
02 122	0566 12EC 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA PATRIMONIAL DA JUSTICA MILITAR DA UNIAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		750.000
02 122	0566 12ED	MODERNIZACAO DAS INSTALACOES DA JUSTICA MILITAR DA UNIAO								100.000
02 122	0566 12ED 0001	MODERNIZACAO DAS INSTALACOES DA JUSTICA MILITAR DA UNIAO - NACIONAL	F	4	2	90	0	100		100.000
ATIVIDADES										
02 061	0566 4225	PROCESSAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA MILITAR DA UNIAO								700.000
02 061	0566 4225 0001	PROCESSAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA MILITAR DA UNIAO - NACIONAL	F	4	2	90	0	100		700.000
TOTAL - FISCAL										1.530.000
TOTAL - SEGURANCA										0
TOTAL - GERAL										1.550.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO III

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	M	R	M	I	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										12.197.310
ATIVIDADES										
02 123	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								10.984.432
02 123	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		10.984.432
PROJETOS										
02 126	0570 7129	IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL								837.998
02 126	0570 7129 0001	IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		837.998
02 126	0570 7832	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEITOR								374.880
02 126	0570 7832 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEITOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		374.880
TOTAL - FISCAL										12.197.310
TOTAL - SEGURANCA										0
TOTAL - GERAL										12.197.310

ORCAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	P	M	I	I	VALOR
			F	D	D	D	D	D	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									40.000
ATIVIDADES									
02 122	0570 22T2	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							40.000
02 122	0570 22T2 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA NACIONAL	F	3	2	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									40.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000

ORCAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	P	M	I	I	VALOR
			F	D	D	D	D	D	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									315.000
PROJETOS									
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							315.000
02 122	0570 5439 0473	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE GURUPI - TO	F	4	3	90	0	100	315.000
TOTAL - FISCAL									315.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									315.000

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA									75.916
ATIVIDADES									
02 306	0571 2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							65.800
02 306	0571 2012 0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	P	3	1	90	0	100	65.800
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							10.116
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	10.116
TOTAL - FISCAL									75.916
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.916

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIÃO - PARA/AMAPA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO									150.949
PROJETOS									
02 122	0107 103Q	IMPLANTACAO DE VAGA DO TRABALHO ITINERANTE NO PARA - PA							150.949
02 122	0107 103Q 0015	IMPLANTACAO DE VAGA DO TRABALHO ITINERANTE NO PARA - PA - NO ESTADO DO PARA	F	3	2	90	0	100	150.949
TOTAL - FISCAL									150.949
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.949

ORGÃO : 15800 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO - PARANÁ

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.800.000
PROJETOS									
02 122	0571 11DJ	CONSTRUCAO DE FORUM TRABALHISTA EM FOZ DO IGUAÇU - PR							1.800.000
02 122	0571 11DJ 0101	CONSTRUCAO DE FORUM TRABALHISTA EM FOZ DO IGUAÇU - PR - NO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR	F	4	2	90	0	100	1.800.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15214 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIÃO - PARAÍBA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									138.000
ATIVIDADES									
02 331	0571 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							25.000
02 331	0571 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	25.000
02 128	0571 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS							50.000
02 128	0571 4091 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	50.000
02 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							63.000
02 061	0571 4224 0025	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DA PARAÍBA	F	3	2	90	0	100	63.000
TOTAL - FISCAL									138.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									138.000

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO - GOIAS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.819.605
PROJETOS									
02 122	0571 11EV	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIAO EM GOIANIA - GO							1.619.605
02 122	0571 11EV 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIAO EM GOIANIA - GO - NO MUNICIPIO DE GOIANIA - GO	F	4	2	90	0	100	1.619.605
ATIVIDADES									
02 128	0571 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS							200.000
02 128	0571 4091 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									1.819.605
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.819.605

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
 UNIDADE : 15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO - PIAUI

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									33.000
ATIVIDADES									
02 365	0571 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							33.000
02 365	0571 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	33.000
TOTAL - FISCAL									33.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0752 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO									3.790.000
ATIVIDADES									
04 131	0752 2017	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							3.790.000
04 131	0752 2017 0001	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NACIONAL	F	3	2	90	0	100	3.790.000
TOTAL - FISCAL									3.790.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.790.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1087 INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA DAS MULHERES NO MUNICÍPIO DO TRABALHO									162.500
OPERACOES ESPECIAIS									
11 422	1087 098V	APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA DAS MULHERES							162.500
11 422	1087 098V 0060	APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO A AUTONOMIA ECONOMICA DAS MULHERES - EM MUNICIPIOS DA REGIAO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	99	0	100	162.500
TOTAL - FISCAL									162.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									162.500

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34102 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	L	F	VALOR
			F	S	D	P	O	U	T	
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA										450.000
PROJETOS										
03 122	0581 11UL	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA MILITAR EM BELEM - PA								358.000
03 122	0581 11UL 0101	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA MILITAR EM BELEM - PA - NO MUNICÍPIO DE BELEM - PA	F	S		2	90	0	100	350.000
03 122	0581 5277	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM MANAUS - AM								100.000
03 122	0581 5277 0101	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM MANAUS - AM - NO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM	F	S		2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL										450.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										450.000

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34103 - MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	L	F	VALOR
			F	S	D	P	O	U	T	
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA										159.500
ATIVIDADES										
03 365	0581 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS								65.500
03 365	0581 2010 0621	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EM BRASLIA - DF	F	S		2	90	0	100	65.500
03 320	0581 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS								94.000
03 128	0581 4091 0101	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - EM BRASLIA - DF	F	S		2	90	0	100	94.000
TOTAL - FISCAL										159.500
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										159.500

ORÇAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
 UNIDADE : 34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	M P D	F O D	T E	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA								709.000
PROJETOS								
03 122	0581 12BQ	AQUISICAO DE EDIFICIOS-SEDE PARA IMPLANTACAO DE						155.000
03 122	0581 12BQ 0215	OFICIOS JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO						155.000
		AQUISICAO DE EDIFICIOS-SEDE PARA IMPLANTACAO DE						
		OFICIOS JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO - NO						
		MUNICIPIO DE SINOP - MT	F	5	2	90	0	100
								155.000
03 122	0581 3E94	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE PARA INSTALACAO DE						150.000
03 122	0581 3E94 0074	OFICIO JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO						150.000
		CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE PARA INSTALACAO DE						
		OFICIO JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO - NO						
		MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE	F	4	2	90	0	100
								150.000
ATIVIDADES								
03 062	0581 4262	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO						404.000
03 062	0581 4262 0001	JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO						404.000
		DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO						
		JUDICIARIO - PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO -						
		NACIONAL	F	4	2	90	0	100
								404.000
TOTAL - FISCAL								709.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								709.000

Mensagem nº 592

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.472.929,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 24 de julho de 2006.

EM nº 00124/2006/MP

Brasília, 12 de julho de 2006.

000/1.107194/2006-68

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 15 maio de 2006), em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar, no valor global de R\$ 97.472.929,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais), conforme discriminação a seguir:

	R\$ 1,00	
<u>Órgão</u>	<u>Suplementação</u>	<u>Origem dos recursos</u>
Câmara dos Deputados - CD	700.000	700.000
Senado Federal - SF	229.980	229.980
Tribunal de Contas da União - TCU	600.000	600.000
Supremo Tribunal Federal - STF	6.419.400	6.419.400
Superior Tribunal de Justiça - STJ	1.344.000	1.344.000
Justiça Federal - JF	45.956.315	42.456.315
Justiça Militar da União - JMU	2.017.420	1.550.000
Justiça Eleitoral - JE	12.552.310	12.552.310
Justiça do Trabalho - JT	4.017.470	4.017.470
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT	7.000.000	0
Presidência da República - PR	12.552.500	3.952.500
Ministério Público da União - MPU	4.083.534	1.318.500
Superávit Financeiro		22.332.454
Total	97.472.929	97.472.929

2. Segundo informações dos Órgãos envolvidos, a proposição destina-se às seguintes finalidades:

- Câmara dos Deputados - retomada e finalização das obras de construção do Centro de Treinamento e Formação - CEFOR;

- Senado Federal - continuidade das ações voltadas à instalação do Posto Avançado do Instituto do Coração - INCOR em Brasília;

- Tribunal de Contas da União - finalização da obra de construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins;

- Supremo Tribunal Federal - contratação de serviços de telejornalismo, com vistas à implantação do Canal de Televisão Internacional e à comunicação e divulgação dos atos do Poder Judiciário, aquisição de equipamentos de informática, bem como a concessão de auxílio-transporte aos seus servidores e empregados;

- Superior Tribunal de Justiça - concessão de auxílio-transporte aos servidores e empregados e contratação de serviços técnicos especializados com vistas à divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça - TV Justiça;

- Justiça Federal - concessão de benefícios assistenciais aos servidores, empregados e seus dependentes, continuidade ou conclusão de obras de construção e reforma de imóveis para a instalação de sedes e de juizados especiais em diversos municípios brasileiros, aquisição de edifício-sede da Subseção de São Bernardo do Campo - SP, reaparelhamento e manutenção de atividades voltadas ao trâmite processual, divulgação dos atos do Poder Judiciário e continuidade da prestação de assistência jurídica às pessoas carentes e dos serviços essenciais à Justiça;

- Justiça Militar da União - custeio do plano de assistência médica e odontológica prestada aos servidores, empregados e seus dependentes, envolvendo a correção da meta física e de valor constantes da Lei Orçamentária, com a inserção de 2.014 beneficiários;

- Justiça Eleitoral - continuidade na execução de obras relativas à construção de cartórios, fóruns eleitorais e do Anexo II do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul e concessão de benefícios assistenciais a servidores, empregados e dependentes;

- Justiça do Trabalho - cumprimento dos compromissos com a concessão de benefícios assistenciais a seus servidores e dependentes, continuidade e/ou conclusão de diversas obras de construção de edifício-sede, de fóruns trabalhistas e de varas do trabalho, instalação de depósito e arquivo público, aquisição de mobiliário, funcionamento das atividades de prestação jurisdicional e capacitação de servidores e magistrados;

- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - complementação de recursos para realização da reforma do Bloco "A" do Fórum Milton Sebastião Barbosa, interditado desde outubro de 2004, visando à correção de problemas na estrutura do prédio;

- Presidência da República - cumprimento das metas fixadas no contrato de gestão celebrado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP; cobertura de gastos decorrentes da ampliação das atividades de assessoramento jurídico e de defesa da União e do ingresso de novos servidores no âmbito da Advocacia-Geral da União; construção de obras e aquisição de equipamentos para a implantação de centro integrado para a mulher, com o objetivo de capacitar 220 mulheres em doze meses, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e pagamento de indenizações a familiares de mortos ou desaparecidos políticos, conforme estabelecido na Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, sob a responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; e

- Ministério Público da União - pagamento de auxílio-transporte a servidores e empregados; aquisição do edifício-sede para implantação de ofício junto às Varas da Justiça do Trabalho em Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso, construção de edifícios-sede para a implantação de ofício junto à

Vara da Justiça do Trabalho, em Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, para a Procuradoria Regional do Trabalho, em João Pessoa, no Estado da Paraíba, e para a Procuradoria-Geral da Justiça Militar no Distrito Federal; bem como atender à manutenção da Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

3. O reforço de dotações orçamentárias em ações de concessão de benefícios assistenciais a servidores, empregados e dependentes, à exceção da Justiça Militar, não envolve acréscimo de beneficiários e decorre de reajustes dos custos unitários.

4. A abertura do presente crédito viabilizar-se-á com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005 e de anulação parcial de dotações orçamentárias, e está em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Cabe informar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais os remanejamentos de dotações não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 - LDO-2006, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, relativo a Recursos Ordinários, utilizado parcialmente neste crédito.

7. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 2005, LDO-2006, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

- R\$ 22.332.454,00 (vinte e dois milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) referem-se à suplementação de despesas primárias à conta de receitas financeiras, as quais serão consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2006, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e

- R\$ 75.140.475,00 (setenta e cinco milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União para priorização da execução das programações suplementadas.

8. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

R\$ 1,00

<u>Fonte 00 Recursos Ordinários</u>	
Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	40.121.260.000
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (B)	311.916.708
Créditos Extraordinários abertos (C)	1.615.708.512
Créditos Suplementares e Especiais (D)	35.022.332.454
- Abertos	35.000.000.000
- Em tramitação (1)	22.332.454
Outras modificações orçamentárias publicadas (E)	306.860.661
Saldo F = (A-B-C-D-E)	2.864.441.647

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006
(1) inclui o valor dos créditos até 10.07.2006.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006.

Estima a receita e fixa a despesa da União
para o exercício financeiro de 2006.

LEI Nº 9.140, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995.

Reconhece como mortas pessoas desaparecidas
em razão de participação, ou acusação de
participação, em atividades políticas, no período
de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de
1979, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para
elaboração e controle dos orçamentos e balanços
da União, dos Estados, dos Municípios e do
Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2006.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da lei orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em *subtítulos com o identificador de resultado primário* previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 10 Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2006 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2005 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 15. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, após três dias do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação, com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 16. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001-CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 27-7-2006

Até 1º/8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 9/8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 14/8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 24/8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS**DE MINISTROS DE ESTADO**

– Nº 25 e 26/2006, de 21 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 577 e 681, de 2006, ambos do Senador Arthur Virgílio; e

– Nº 179/2006, de 21 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 336, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2005 (nº 1.803/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Ribeirão do Sul – SP, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Sul, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2005 (nº 1.605/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arealva, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 532, de 2005 (nº 1.846/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Florence, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2006 (nº 1.701/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2006 (nº 1.523/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Americana, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2006 (nº 1.781/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2006 (nº 2.060/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pirajuí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2006 (nº 2.063/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2006 (nº 2.092/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rincão, Estado de São Paulo;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2006 (nº 2.110/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Walter, Estado do Acre;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2006 (nº 2.072/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aurora do Povo – FUNCAP, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2006 (nº 2.081/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento Cultural de Viçosa do Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2006 (nº 2.085/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Jericoacoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2006 (nº 2.012/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2006 (nº 2.052/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS, Ribeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dá nova redação ao art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005); e
- Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera os arts. 125, 126, 131, II, e 132 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o seqüestro de bens provenientes de ações criminosas, acrescentando-lhe os arts. 144-A e 144-B, para introduzir a indisponibilidade dos bens no rol das medidas assecuratórias, modificando, ainda, o **caput** do art. 4º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, os Projetos de Lei do Senado nºs 116 e 258, de 2003, aprovados, vão à Câmara dos Deputados, e o nº 88, de 2005, prejudicado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, de acordo com a ordem de inscrição, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Sérgio Zambiasi, que ora preside esta sessão, em minha atividade parlamentar nesta Casa, tenho me preocupado em apresentar proposições legislativas que digam respeito aos anseios principalmente da população do meu Estado, o Acre, que tem uma tradição extrativista. Aquele estado conta com uma pecuária bem desenvolvida, mas ainda possui uma produção agrícola familiar, notadamente entre os pequenos produtores.

Considerando esses fatores, recentemente, apresentei projeto nesta Casa que propõe o aproveitamento de jovens, moças e rapazes que se encontram principalmente na zona rural do meu estado e nos demais estados, inclusive no estado de V. Exª e no estado do Senador João Batista Motta, sem perspectivas de inclusão no mercado de trabalho. O projeto é muito singelo e propõe o aproveitamento de jovens entre 16 e 24 anos de idade. Esses jovens seriam recrutados por um processo público e, após seleção, seriam capacitados e treinados para atuarem supletivamente junto aos órgãos de assistência técnica e extensão rural do nosso País.

Acredito que, com isso, acenariamos fortemente para a inclusão desses milhares, talvez milhões, de jovens brasileiros que se encontram à margem do processo produtivo no campo. Detentores do conhecimento básico das atividades nas quais suas famílias estão envolvidas, poderiam, mediante essa capacitação, esse treinamento adicional, prestar relevantes serviços ao País, adquirindo, portanto, uma perspectiva de trabalho, de renda e de cidadania.

Além disso, Senador Sérgio Zambiasi, o meu estado, talvez, seja o único que não tem, até o momento, uma escola técnica federal. Fiz uma proposição, nesta Casa, de instalação, no Acre, de uma escola técnica federal, voltada para as vicissitudes e as peculiaridades locais. Uma escola poderia formar jovens e dar-lhes conhecimento para atuarem nas atividades agrícolas, pecuárias, extrativistas, enfim, atividades de toda a sorte. Jovens que, igualmente, poderiam prestar relevantes serviços ao meu estado, depois de formados e capacitados, sendo incluídos no mercado de trabalho.

Recentemente, Senador João Batista Motta, tive o interesse despertado para examinar detidamente o mapa com a distribuição espacial dos núcleos populacionais no meu estado. Pude verificar claramente que a distribuição espacial da população acreana é determinada pelo desenho da malha hidroviária estadual e pela capacidade de navegação dos rios dentro e fora do território do meu estado. Com algum esforço, poderemos encontrar no mapa umas e outras comunidades não instaladas exatamente às margens dos rios. Mesmo aquelas que margeiam rodovias, localizam-se em pontos estrategicamente de fácil conexão à rede fluvial. Tenho o mapa em mãos – não sei se a TV Senado tem condição de colher a imagem. Trata-se de uma bela ferramenta científica, que pode ser usada para atestar a necessidade e a viabilidade de uma escola técnica naval no meu estado, que seja capaz de impulsionar, qualitativamente, a cadeia produtiva de fabricação de barcos na região, gerando alternativa de renda à produção familiar e reforçando o modo de vida amazônico.

Essa escola poderia ter, na sua estrutura, um centro de meio ambiente, que gerenciaria áreas para a implantação de planos de manejo florestal específico para a produção da matéria-prima a ser utilizada nas atividades escolares, bem como para a realização de pesquisas de espécies florestais adequadas e ideais para o aproveitamento da fabricação dos diferentes tipos de embarcação.

Senador João Batista Motta, brevemente, apresentarei a esta Casa, um projeto, logicamente autorizativo, de criação de uma escola técnica naval encarregada

da prática de construção de embarcações de micro, pequeno e grande porte. Quais seriam as justificativas para a instalação de uma escola como essa? Vejam: a bacia hidrográfica Amazônica é a maior do planeta, com milhões de quilômetros de vias navegáveis. A rede produtiva e a vida sociocultural da Amazônia ainda dependem basicamente do transporte fluvial. As populações dos países amazônicos dominam e exercitam o tradicional conhecimento milenar de construção artesanal de embarcações de transporte e pesca.

O Estado do Acre localiza-se em um eixo central entre a Amazônia brasileira, o restante do Brasil e os países amazônicos da América Latina. Posição geográfica ideal para a constituição de uma escola técnica de construção naval de referência no Brasil e na Amazônia Ocidental.

Portanto, a nossa preocupação seria com o fato de, instalada essa escola, formarmos mão-de-obra qualificada para a construção de embarcações, que seriam utilizadas não só no meu estado como em toda a Amazônia e também nos demais países que conosco dividem a região amazônica, cujas populações se movimentam, basicamente, por meio da rede hidrográfica também.

Assim, Senador Sérgio Zambiasi, voltamos ao Mercosul. Afirmo, aqui, mais uma vez, que o Mercosul não interessa tão-somente aos estados que se situam ao sul do País.

O Acre pode ser beneficiário, além de participar desse grande esforço de todos nós no sentido de integrarmos a América Latina. Aí está algo que poderá ser de vital importância para toda aquela região nesse processo de integração: uma escola naval instalada no Estado do Acre, responsável pela construção de embarcações, que seriam de extrema utilidade não só no próprio estado como em toda a Amazônia e com reflexo nos demais países que conosco fazem fronteira naquela região tão importante e tão bonita do País.

Portanto, anuncio que, muito em breve, estarei formulando e apresentando, nesta Casa, mais um projeto que diz respeito à sorte, à sobrevivência, à inclusão na nossa economia de largas parcelas da nossa população, que, hoje, por falta de opção, por falta de planejamento, encontram-se alijadas de todo o processo econômico, e por que não dizer também, até por conseqüência, do processo social, e, por vezes, do processo político.

São pessoas que, por falta de perspectivas, de horizontes, encontram-se no limiar dos que buscam a plena cidadania para ser reconhecidos integralmente como acreanos e brasileiros capazes de emprestar sua contribuição ao desenvolvimento deste País.

Senador João Batista Motta, com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo pronunciamento que V. Ex^a faz nesta tarde, podemos deduzir sua origem. Acredito que V. Ex^a seja de família humilde e de muito trabalho, porque somente as pessoas com essa origem é que adquirem a grandeza de enxergar os problemas do País e de seu Estado como tais. Também sou de uma família humilde e filho adotivo: fui criado por uma pessoa que não era meu pai e por quem tenho verdadeira admiração; já faleceu, mas nunca vi uma pessoa tão maravilhosa. Como ele era pobre, colocou-me em uma escola técnica, e ali estudei. Ora, naquela oportunidade, eu não podia ter acesso à universidade, porque não era permitido, mas, graças a Deus, apareceu um Presidente chamado Juscelino Kubitschek de Oliveira, que fez com que nós, naquela época, pudéssemos prestar vestibular na Universidade Federal, e assim o fiz. Foi assim que cursei a Universidade Federal de meu Estado, o Espírito Santo, e tenho uma experiência que V. Ex^a não pode imaginar. Todos os alunos que passaram por aquela escola só deram alegria e satisfação às famílias, à cidade, ao nosso Estado. Por ser uma escola de tempo integral, ali fazíamos ginástica pela manhã, tomávamos café, íamos aprender uma profissão, de mecânico ou marceneiro, não importa; depois, íamos fazer o ginásio e ainda à tarde jantávamos. À noite, fazíamos um estudo chamado banca e, depois, íamos para casa às 20h ou às 21h. Aquela escola é orgulho do meu Estado – Escola Técnica Federal do Espírito Santo, hoje Cefetes. Quando fui prefeito da minha cidade, era Presidente da República José Sarney, um homem até certo ponto injustiçado neste País, porque foi ele que fez com que milhares de trabalhadores rurais pudessem ter acesso a uma aposentadoria. Hoje, o brasileiro não se lembra disso, o que é uma pena. Mas o mesmo José Sarney determinou, naquela oportunidade, que se construíssem no Brasil mais 200 escolas técnicas federais. Nós, infelizmente, ficamos de fora. Mas lutamos muito para tentar conseguir. Depois, veio o Governo de Itamar Franco, com um grande Ministro da Educação, Murilo Hingel, grande Ministro, grande Presidente. Sem ser Senador, sem ser Deputado Federal, Prefeito de uma cidade do interior do meu Estado, consegui uma escola técnica federal para o Município da Serra, no Espírito Santo. Uma grande escola hoje, com mais de dois mil alunos, um exemplo de escola também. E, para aquela escola ser construída, tivemos de fazer um convênio com o Ministério, já que não era possível dentro do projeto do Governo Federal. A escola está funcionando bem hoje, graças a Deus. Posteriormente, graças

a um grande Senador que passou por aqui, João Calmon, conseguimos mais uma escola técnica federal para Colatina e outra para Cachoeiro do Itapemirim, a terra de Roberto Carlos e de Rubem Braga. Finalmente, recentemente, conseguimos mais uma extensão dos Cefetes para Linhares, São Mateus e para outro município cujo nome não recordo agora. Então, graças a Deus, estamos bem servidos desse tipo escola. V. Ex^a está tocando no ponto crucial. São de escolas assim que este País precisa, necessita. E V. Ex^a está no caminho certo ao brigar por uma. Eu não estaria brigando por uma, mas por três, Senador, porque vale a pena uma escola técnica, seja naval, seja industrial. O certo é que é uma escola de tradição, fundada por Getúlio Vargas e que continua dando frutos até hoje. Outro ponto que V. Ex^a aborda, as vias hidroviárias do seu Estado. Todos os países do mundo utilizam esse sistema viário. É o melhor, o mais barato e permite ao cidadão transportar sua produção com baixos custos, sem gastar petróleo, o que afetava até há pouco tempo a nossa balança de pagamento, e sem gastar pneumáticos, que também são de matéria-prima importada. Enfim, há uma dezena de vantagens nesse transporte. Somente um homem com a visão de V. Ex^a pode enxergar também dessa maneira que eu vejo. Infelizmente, abra V. Ex^a os olhos, porque no rio Araguaia foram construídas embarcações para transportar soja e esses pseudo-ambientalistas, a serviço do capital estrangeiro, para evitar o crescimento deste País e atrapalhar o nosso desenvolvimento econômico, impediram que as barcaças funcionassem naquele rio, que é enorme e largo. Não há motivo nem razão para isso. São barcaças construídas com dinheiro do BNDES, do povo, que estão paradas há cinco anos, porque esses tais ambientalistas não querem que o Brasil tenha esse tipo de via. Isso é uma tristeza para mim, bem como para todo brasileiro que ama esta terra. E esses bandidos, com sotaque inglês, não são daqui, muitas vezes, a serviço do capital estrangeiro, repito, ficam impedindo que este País tenha transporte viário, como estão impedindo que esse Brasil tenha mais álcool, tenha mais soja. Estão impedindo que este País tenha mais hidrelétricas. O que eles querem são usinas atômicas, é a desgraça do nosso povo, e este Governo, Senador, está cego para tudo isso. Um Ministério a serviço dessa gente. No discurso, o Presidente Lula fala como eu, mas, na prática, o seu Governo faz exatamente o contrário. Parabenizo V. Ex^a pelas duas colocações: as vias hidroviárias do seu Estado e as escolas técnicas para seus jovens. Parabéns, Senador. É assim que se constrói o Estado e o País. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador, agradeço V. Ex^a pelo aparte, rico

em informações e reflexões que só nos estimulam a prosseguir nessa linha, a perseverar, porque entendo que aí é que se faz necessária a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento de um Estado pequeno como o nosso. O surgimento dessas escolas técnicas, direcionadas para a formação de mão-de-obra especializada, rompem aquele círculo vicioso de que as coisas não se desenvolvem porque não há mão-de-obra especializada e não se forma mão-de-obra especializada porque não há processo produtivo e de desenvolvimento em curso. Então, aí eu digo que a presença e a participação do Estado se faz fundamental, pois se trata de uma área de educação que clama pela intervenção do Estado mais propriamente. Esse processo rompe um ciclo vicioso que, muitas vezes, impede o desenvolvimento das nossas regiões.

V. Ex^a tem total razão quando chama atenção para a utilização dos nossos rios. Creio que o Brasil errou, equivocou-se quando, de forma entusiasmada, não deu a plena utilização aos nossos rios no que diz respeito ao transporte.

Temos uma malha rodoviária muito tímida, e, no meu Estado, me chamavam de louco quando pregava, há muitos anos, que melhor do que construirmos estradas asfaltadas seria construirmos uma grande ferrovia ligando o Estado de ponta a ponta. Muito melhor seria, pois teríamos muito mais facilidade de darmos manutenção a uma ferrovia do que a uma rodovia asfaltada, por meio da qual, com muita luta, se tenta ligar o Estado de ponta a ponta.

Senador Motta, os resultados de iniciativas como geração de emprego e renda, incremento de atividade básica da economia regional, qualificação do transporte de cargas e passageiros e a pesca artesanal na Amazônia e no Brasil, diminuição dos impactos negativos do transporte fluvial inadequado, alcançados a médio prazo, muito valorizariam atividades como essa no meu Estado e na região.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a com nosso discurso, pois ultrapassamos o tempo normal das nossas falas, e ao Senador Motta pela intervenção muito lúcida. Sinalizo com a perspectiva de que, muito em breve, estarei propondo, mais uma vez – o Senador Motta me aconselhou a propor três –, a criação de uma escola técnica federal com características agroflorestais, a instalação também de uma escola técnica de construção naval de grandes, médias, pequenas e microembarcações, para que o Acre, que se situa numa região estratégica da Amazônia Legal, possa construir embarcações não só para a sua própria utilização, mas para todos os países limítrofes dessa bela região Amazônica.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Está inscrito para falar o Senador Heráclito Fortes, a quem concedo a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de nos fazer inveja hoje a galeria da Casa, completamente lotada, contrastando com nosso plenário. Evidentemente, alguns Parlamentares se encontram em atividade em seus Estados. Mas, de qualquer maneira, quero congratular-me com a caravana que aí se encontra, mostrando ao País interesse pelos acontecimentos do cenário político brasileiro.

Sr. Presidente, quero fazer um registro aqui da maior importância para o fortalecimento da democracia brasileira, acima de tudo para que fique claro, de uma vez por todas, quem é quem e quem anda com quem nessa campanha.

Hoje, pela manhã, o ex-Presidente da República Itamar Franco anunciou oficialmente seu apoio à candidatura de Geraldo Alckmin. Itamar Franco, o Brasil todo o conhece, e, portanto, não é preciso maiores comentários sobre sua atividade política, sobre sua postura, sobre sua dignidade de homem público e, acima de tudo, sobre sua importância na história recente do Brasil, quando, de maneira corajosa, adotou no seu Governo o Plano Real, afastando o Brasil de décadas de tormentosa convivência com a inflação. O País pôde estabilizar a moeda, num ato de coragem bancado por Itamar Franco, coordenado e capitaneado pelo seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. É esse Itamar Franco que tem história, que tem passagem pelo Governo de Minas, que honrou esta Casa como Senador da República e que foi Embaixador do Brasil em Portugal, em Washington, na OEA e, recentemente, na Itália que, depois de analisar o quadro brasileiro, de aferir os nomes na disputa, apóia a candidatura de Geraldo Alckmin.

Senador João Batista, não sei tudo que pesou para esse experiente político mineiro ao tomar essa atitude, mas fica muito claro que Itamar Franco não caberia num palanque de mensaleiros, de sanguessugas. Ele não dividiria um palanque com pessoas envolvidas recentemente em escândalos que envergonharam o Brasil.

Itamar tem uma história, tem uma tradição. Minas é exigente com o homem público. Minas é implacável com o erro e com o desrespeito do cidadão minério na gestão da coisa pública. Minas é de Tancredo, de Alckmin – que deve ser parente do Alckmin atual; o outro era José Maria – e de muitos outros brasileiros.

Não tínhamos dúvida de que a opção de Itamar seria essa. As Minas Gerais de hoje são governadas

por Aécio Neves. Em que pese sua juventude, Aécio Neves tem mostrado competência, maturidade e, acima de tudo, coragem para tomar atitudes na recuperação econômica de Minas e na condução desse processo sucessório, um dos grandes esteios da candidatura de Geraldo Alckmin.

Faço esse registro como homem público, como admirador de Itamar Franco e como cidadão preocupado com os destinos deste País.

Evidentemente, esse gesto de Itamar ecoará nas montanhas de Minas, como gostam de dizer os mineiros. Esse é um gesto histórico, Sr. Presidente, porque parte de um homem público independente, de um homem público que tem toda uma história dedicada às Minas Gerais e ao Brasil. Assim o faz exatamente, assim toma essa atitude, por saber e ter convicção de que esse gesto é o melhor para a Nação brasileira.

Portanto, aproveito a oportunidade para parabenizar Geraldo Alckmin por ter recebido hoje, nas Minas Gerais, esse apoio, esse crédito de confiança que lhe é dado por Itamar, com a certeza de que ele próprio, Geraldo Alckmin, sabe das responsabilidades que crescerão sobre seus ombros a partir de agora e de que Minas Gerais, com apoio de Aécio e de Itamar, mostrará ao Brasil que é exatamente por intermédio do ex-Governador de São Paulo que vamos recuperar a ética e a decência e que, acima de tudo, vamos fazer com que este País volte a trabalhar. O Brasil precisa de um choque de gestão e, mais do que tudo, precisa de um Presidente que trabalhe de maneira dedicada e tenha o futuro do Brasil como seu único e firme pensamento.

Geraldo Alckmin, meu caro Presidente, já mostrou sua disposição e sua competência na verdadeira escada que foi galgando, degrau a degrau, na vida pública brasileira: começou como Prefeito da sua cidade Pindamonhangaba, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Governador e Governador de São Paulo. Foi preparado pelo tempo e, acima de tudo, pela sua vocação para galgar, com o apoio do povo brasileiro, a direção maior deste País. Médico, desempenhou sua profissão sem se acidentarem nela. Ele se houve bem no exercício da sua atividade, o que fez com sucesso, atendendo aos paulistas. Hoje, percorre o Brasil, mostrando o que pode fazer pelo futuro de todos nós.

Sr. Presidente, faço o segundo registro nesta tarde: sugiro aos que ainda não tiveram a oportunidade de ver a entrevista concedida pelo Presidente da Petrobras à jornalista Miriam Leitão hoje pela manhã que o façam. O Presidente da Petrobras confundiu números, metas e objetivos e não soube responder o porquê do vexame que os brasileiros sofreram na Bolívia, humilhados que foram por um Presidente que,

dias antes, no final de sua campanha, recebeu de maneira aberta e rasgada o apoio do Presidente da República do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, a quem deu de imediato o troco, com a agressão ao trabalhador brasileiro.

E o Presidente, que, ao longo da vida, usou como bandeira o trabalhador do Brasil, não tomou nenhuma atitude mais dura para preservar o patrimônio nacional e a integridade dos trabalhadores, quando o pátio de uma refinaria da Petrobras foi invadido por tropas bolivianas de maneira arrogante e prepotente. Não havia necessidade daquilo. Naquela ocasião, havia brasileiros e bolivianos trabalhando para uma empresa brasileira, sem armas, sem nenhuma intenção que não fosse a de garantir seu ganha-pão por meio do seu trabalho diário.

A jornalista Miriam Leitão, em determinado momento, Senador Motta, perguntou ao Presidente da Petrobras se ele confirmaria declarações anteriores de que o mensalão não existia e de que as atitudes tomadas pelo Congresso com relação ao esquema seriam exageradas. Pense em um homem sem ação para responder ao ser perguntado! Ficou naquela confusão e na falta de convicção e aí passou a atacar a imprensa. Colocou a culpa na imprensa. Aliás, esta é uma das características do Partido dos Trabalhadores: coloca a culpa até na sombra dos outros, mas nunca na deles. Atacou a imprensa e, ainda hoje, acha que os fatos não estão apurados.

Sr. Presidente, por que tanta gente foi afastada pelo próprio PT? Ministros caíram, Ministros renunciaram, Parlamentares foram cassados – embora tivessem sido poucos, por causa do acordão –, Deputados renunciaram a mandatos. Por que teria acontecido tudo isso se não fossem comprovações de delitos cometidos no mensalão?

A única coisa que o Presidente tentou justificar, numa sofisticação fantástica de advogado de defesa digno de porta de cadeia, foi quando ele disse: “Não, mensalão é a caracterização de recebimento mensal de propina ou coisa que o valha”.

Sr. Presidente, é de fazer rir, se não fosse motivo de choro a vergonha que o povo brasileiro sentiu por esses episódios! O mensalão é o pagamento por alguma coisa, por mudança de Partido ou por votação em determinadas matérias. O fato de ter sido mensal, trimestral ou à vista é um detalhe.

O próprio Presidente, que lida com milhões, sabe que existem diversos tipos de pagamento: o adiantado, que se faz antes de se receber o produto, como ocorreu quando o Governo Lula pagou o Aerolula; o de longo prazo, que é o que se faz no caso das emendas parlamentares, pagando a primeira e passando calote

no resto. Há, portanto, várias maneiras de se fazer o pagamento, mas nenhuma delas livra o recebedor da responsabilidade pelo crime cometido.

Fiquei estarelecido, Sr. Presidente, porque o que me passava pela cabeça naquele instante era que aquele homem inseguro não me pareceu má pessoa – quero ser justo –, mas apenas um daqueles que querem defender o indefensável por que militaram na sigla. Tive pena. Tive preocupação, porque sei que aquele mesmo homem dirige a histórica Petrobras e que, por suas mãos, passam diariamente decisões que envolvem milhões e milhões de dólares. É lamentável!

Por isso, sugiro a quem nos estiver ouvindo que procure os horários de repetição do programa da Sr^a Miriam Leitão para ver a fragilidade dos argumentos usados pelo Presidente da Petrobras. Apenas uma coisa achei positiva: ele se mostrou constrangido, incomodado; pareceu-me desacostumado a viver nesse mundo novo em que a maioria de seus companheiros do passado começou a trafegar e a transitar depois que tiveram acesso ao Governo.

Mas, Sr. Presidente, faltou perguntar-se ao Presidente da Petrobras por que não explicava aquela campanha de R\$120 milhões, em que se anunciou nossa independência com relação ao petróleo, a auto-suficiência brasileira.

Senador João Batista Motta, uma semana depois, ao se publicar o balanço da Petrobras, os números mostraram exatamente o contrário. Embora a Petrobras esteja avançando muito na questão da prospecção de petróleo, ainda falta alguma coisa para a auto-suficiência, uma vez que importa ano a ano.

Alguns dos seus derivados temos até de sobra, mas outros, não, o que significa que a auto-suficiência, cantada em prosa e verso, não passa de uma falácia, de um factóide para enganar a Nação brasileira.

Hoje, também recebemos uma notícia fantástica, Sr. Presidente: o Coronel Chávez, da Venezuela, anunciou a compra de US\$1 bilhão em aviões de combate, de guerra, na Rússia. Um bilhão de dólares! Deve ser uma nova tecnologia a desses aviões russos, que o mundo ainda desconhece, porque, com todo o respeito que temos, o que sobrou, a parte maior da União Soviética, não é um grande exemplo em aviação. Tanto isso é verdade, que eles usam aviões da França, Airbus, e, muitas vezes, quebrando o antigo preconceito americano, usam, em suas companhias domésticas, os próprios Boeings de fabricação dos seus antigos e inconciliáveis adversários.

Aliás, estou lembrando esse fato, porque é bom que voltemos no tempo, para recordar que, no primeiro ano de governo do Presidente Lula, falou-se muito do reequipamento da nossa Aeronáutica com aviões

de combate, e, justamente, uma das opções eram os aviões russos. Será que são os aviões que não serviram para o Brasil os que a Venezuela encampa? É estranho, altamente estranho isso. Aliás, ainda não foi explicada aquela concorrência que não houve, que teve de ser cancelada. Houve aquela mudança de esquema pela Aeronáutica, que anunciou que compraria aviões usados, que recuperaria os existentes, saindo do projeto inicial de renovação da nossa frota de aviões-caça, o que, ainda hoje, não foi explicado. O Brasil ainda está curioso para saber por quê. Era um consórcio que, salvo engano, envolvia os russos, os suecos, os americanos e os franceses. Foi um tal de vendedor de avião circular por Brasília! Dizem até que o próprio Presidente soviético chegou a vir aqui para tratar do assunto, uma vez que era uma transação de grande monta. Nunca mais se falou nisso.

Agora, o Chávez, poderoso, é diferente, tem maioria absoluta. Aliás, o Congresso existe apenas de maneira formal, para não se ter de justificar que a Venezuela não esteja vivendo um regime de plena democracia. E o Sr. Chávez faz e acontece. Acho que, inclusive, é o que alguns gostariam de fazer no Brasil.

Satisfação à população: zero. Ostentação: dez. O Sr. Hugo Chávez, talvez protegido pelos seus aparatos, próprios de quem preside um país, não visita a periferia de Caracas e o interior da Venezuela, onde há fome comparável aos piores índices do Brasil.

Quanto à distorção social, V. Ex^a sabe bem melhor do que eu, porque é quase vizinho dos venezuelanos, que essa é gritante. Mas esse pessoal está fazendo escola. O Brasil empresta dinheiro, por meio do BNDES, para a Venezuela, e ninguém consegue entender esse emaranhado de troca de gentileza e de favores. Nosso País perdoa dívida da Bolívia, da África e de vários países do mundo, como se estivéssemos nadando em dinheiro.

O parceiro de lá compra; pelo menos anunciou hoje, com pompa, que vai equipar a Venezuela, para enfrentar um possível ataque americano.

O Sr. Arnaldo Jabor, que é um comentarista irônico e ferino, ontem, traçou exatamente o perfil correto e concreto do Sr. Presidente da Venezuela. É companheiro de luta, “solidário” com o Presidente Lula. Quando o Sr. Ivo Morales desacatou e agrediu o Brasil, não ouvimos a voz do Sr. Chávez em favor de Lula. Quero ser justo com Lula: no primeiro momento de seu Governo, em um momento difícil de uma crise envolvendo a Venezuela e os Estados Unidos, Lula pegou um avião e foi para lá. Pagou um preço alto, foi criticado, mas foi e não recebeu, agora, a reciprocidade.

Sr. Geraldo Alckmin, o senhor é um homem feliz. Esses candidatos a Presidente que Chávez apoiou

perderam todos. Nunca vi um apoio tão infeliz como o que Chávez vem dando. Perdeu no México, perdeu na Bolívia, desacatou no Peru o ex-Presidente, que saiu desgastado. Aí, sim, V. Ex^a, literalmente vizinho, lembre-se do episódio. Ninguém acreditava mais que o... Como se chama o ex-Presidente do Peru, que retornou agora? Lembro já o nome dele. Ninguém acreditava mais que ele voltasse. Ele era o Collor do Peru no mesmo período; era um lá e o outro aqui. Foi só o Sr. Chávez fazer declarações contra Alan García – fui socorrido pela assessoria – que este derrotou a candidata favorita, que era a esperança do povo do Peru.

Portanto, acho que o Sr. Chávez deveria vir ao Brasil para fazer comício, junto com o Sr. Morales, e para intrometer-se nas questões internas. Para que o Sr. Lula se preocupar com a soberania nacional? Não são todos amigos, camaradas? Não tiram fotografias abraçados, sem respeitar, inclusive, a liturgia do poder? Acho que deve vir e esperar as conseqüências.

Portanto, Sr. Presidente, faço dois registros: um é de alegria, que é a adesão do Sr. Itamar Franco a essa campanha de restauração brasileira por meio da candidatura de Geraldo Alckmin; outro é de tristeza, por essa panacéia montada por alguns candidatos a ditadores da nossa sofrida América Latina.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria mandar um recado para o meu Estado, o Espírito Santo: sábado, depois de amanhã, às 11h, estará chegando ao Aeroporto Eurico Salles, em Vitória, o futuro Presidente da República, Geraldo Alckmin, e de lá sairá uma carreata até a Vila Rubim.

Eu queria fazer aqui, Presidente, um comentário sobre o que setores da imprensa têm explorado como um *handicap* para a vitória do Presidente Lula. Esperam eles – o Governo que está aí e alguns setores da imprensa – ganhar a eleição porque, segundo acreditam, o ex-Prefeito de São Paulo, ex-Senador desta Casa, irá trair o ex-Governador Geraldo Alckmin. E, se o Serra não trair, quem fará a traição será o Governador Aécio Neves.

Ora, Senador Heráclito Fortes, não há, na história de José Serra nem na história desse grupo, alguém que

tenha praticado esse tipo de crime contra seus companheiros de partido, contra um semelhante seu.

Eles estão esquecendo que Serra foi um homem que esteve exilado, que Serra sempre foi um homem de esquerda, que Serra é homem dos melhores conceitos possíveis, que Serra é um homem de palavra, sério. É por isso que o povo de São Paulo o elegerá Governador com uma larga vantagem de votos. O povo sabe do seu valor, sabe o que fez como Deputado, como Senador, como Prefeito e o que fará como Governador. Tudo isso sem falar aqui no que fez como Ministro da Saúde.

Quem pensa que Aécio Neves, Governador de Minas Gerais, vai trair Geraldo Alckmin comete um engano. Minas Gerais, por si só, nunca deu homens desse tipo. Minas Gerais é a terra que deu Santos Dumont. Minas Gerais é a terra de Tiradentes, que brigou e deu a sua própria lutando contra os impostos escorchedores cobrados na época pela Coroa portuguesa. Minas Gerais é a terra de Magalhães Pinto, que, embora sendo da UDN, contra Tancredo Neves, sempre foi firme e determinado.

Minas Gerais é o Estado que produziu Juscelino Kubitschek, o maior presidente que este País teve em toda a sua história, um presidente que, em cinco anos, construiu cinquenta, o homem que nos trouxe o automóvel, a geladeira, a televisão; o homem que nos deu o vidro, o alumínio, o ferro, o aço; o homem que nos deu as estradas; o homem que nos deu Brasília; o homem que deu exemplo do que é ser democrata; o homem que, quando alguém quis tirá-lo do poder, quando as Forças Armadas o levaram para o cárcere, ele mandou soltar. É difícil que tenhamos outro Juscelino como o que tivemos.

Tenho certeza, Presidente, de que Geraldo Alckmin será o Juscelino deste século. Ele vai suplantar, em muito, o que fez Fernando Henrique. Vai suplantar em muito aquilo que fizeram até hoje, porque é diferente: é um homem de religião, é um homem de família, é um homem sério, é um homem experiente, é um homem que viveu toda a sua vida ao lado de Mário Covas; ele é incorruptível, é amigo, é homem que quer o melhor para o seu povo. Por isso temos muita esperança de que Geraldo se torne o Juscelino deste século.

Estava falando sobre Minas Gerais. Minas Gerais, além de Juscelino, de Tiradentes, de Santos Drummond, nos deu também Tancredo Neves, um grande cidadão, um grande político, um homem que morreu pobre, que nunca fez parte de sanguessugas nem de mensalões. Esse é o Estado de Minas Gerais que conheço.

Minas Gerais nos deu Itamar Franco, um homem que ficou dois anos no Governo em uma hora difícil e teve pulso para conduzir o País; teve a coragem de

trocar seis ministros da Fazenda até parar em um que acabou com a inflação deste País, o pior câncer que matava nosso povo. Por isso, Itamar Franco deve ser lembrado por nós todos, reverenciado pelo povo brasileiro. Minas nunca nos deu um traidor, Minas foi um Estado que sempre nos forneceu os melhores quadros para a nossa política.

Aécio Neves, hoje, está com 73% de preferência nas pesquisas de Minas Gerais. Geraldo Alckmin também terá 73%. Engana-se quem pensa o contrário.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Com todo o prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O discurso de V. Ex^a é muito importante sob o ponto de vista histórico, por isso quero apenas, se V. Ex^a permitir, fazer uma correção: não é que Minas não nos tenha dado traidores; até nos deu, mas nenhum sobreviveu. É diferente.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado pela participação. Faltava esse detalhe, Senador Heráclito Fortes.

Mas há quem diga ainda que o Governador Paulo Souto também não vai se empenhar, como se a Bahia não tivesse um grupo político de raça, de peito; um grupo político comandado por Antonio Carlos Magalhães, seguido por César Borges, Rodolpho Tourinho; do meu PSDB, Jutahy Magalhães e de tantos outros.

Ora, Presidente, ora, Senador Heráclito Fortes, está se enganando também quem pensa que Paulo Souto não vai dobrar voto bonitinho com Geraldo Alckmin.

Eu também quero lembrar a essas pessoas que, pelo Brasil afora, tem acontecido a mesma coisa. No Rio Grande do Sul, a eleição já virou, e o Governador Rigotto não fará nada para que este Governo que está aí fique e fará tudo para que tenhamos um Governo sério, honesto e trabalhador. Em Santa Catarina também a eleição já virou. O Governador Luiz Henrique está do lado de Geraldo Alckmin. O PSDB está do lado de Geraldo Alckmin, as maiores e melhores lideranças estão do lado de Geraldo.

V. Ex^a vai para o Paraná: a eleição também já virou, a vitória de Geraldo já é garantida.

Lá, o Governador Roberto Requião está com ele, o PSDB está com ele. Alvaro Dias, esse grande companheiro e esse grande amigo nosso, está lá, disputando voto a voto, e já estamos na frente.

Aqui em Brasília, também não temos dúvida de que Paulo Octávio, Arruda, Roriz, a Governadora Maria Abadia e tantas lideranças da Capital não vão deixar

que continuemos nesta masmorra, neste atraso de vida que estão sendo estes quatro anos de Governo Lula.

Mas, se formos mais para o norte, também não temos dúvida de que o Senador Garibaldi, no Rio Grande do Norte, será um Governador vitorioso. Não temos dúvida alguma de que Garibaldi, José Agripino e tantos outros trarão também a vitória desse candidato de que hoje o Brasil precisa.

No Rio de Janeiro, como o brasileiro pode imaginar que o candidato Geraldo perderá a eleição se Denise Frossard, do PPS, está com Geraldo, se Eduardo Paes, que também é candidato a Governador pelo PSDB, está com Geraldo e se Sérgio Cabral, do PMDB, também está com Geraldo? Será que os 17% do bispo Crivella farão a diferença? É claro que não, Presidente. Não há como.

Por último, eu queria fazer uma homenagem a um companheiro nosso que ganhou no peito e na raça a convenção do PMDB e virou candidato. Ele está onde Geraldo Alckmin estava, com 10% na pesquisa; e o atual Presidente, com 60%. Lá, a coisa já está quase empatando. Vamos virar e vamos passar na frente. Esse candidato a que quero me referir fez empolgar este País inteiro com a sua locução desta tribuna.

A esse companheiro nosso e ao povo do seu Estado, o Piauí, quero, pela TV Senado, mandar um abraço.

Parabéns, Mão Santa! Mãos dadas, para frente, vamos ganhar o governo daí, como estamos ganhando todos os governos deste País e a Presidência da República, com Geraldo Alckmin, no dia 3 de outubro.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Com a compreensão do Presidente, lembro que o Senador Mão Santa, na primeira ou segunda semana de exercício parlamentar no Senado da República, profetizou o que o Brasil depois viria a ver com uma frase antológica. Não nos podemos esquecer desses fatos. Foi de Mão Santa a frase em que dizia que três coisas o homem de bem só faz uma vez: nascer, morrer e votar no PT. Evidentemente, a natureza obriga o homem de bem e o homem que não é de bem a dois atos: o da morte e o do nascimento; o terceiro, é vontade própria. Mas é uma realidade. Eu estava prestando atenção ao pronunciamento, meu caro Presidente Geraldo, e me recordava do então virtuoso Luiz Inácio Lula da Silva, menestrel da virtude no Brasil, o puro, sem pecado, a criticar tudo e todos, nas suas caravanas da cidadania e nas suas pregações Brasil afora. Certa vez – virou *rock*, música, modinha –, ele disse que, no Congresso Nacional, havia 300 picaretas; e ele requisitou os que pôde quando chegou nesta Casa, não procurou depurar os picaretas, mas, sim, fazer uma aliança. Ele combatia

o coronelismo no interior, principal e textualmente, o do Nordeste; hoje ele nada de braçada, faz alianças. Combatia os corruptos, e foi o seu Governo cenário de todos os escândalos de mensalão, dos Correios a que o Brasil assistiu. Mas, com aquela mania de querer botar culpa nos outros, meu caro Geraldo Mesquita, ontem ele quase chega a Minas, em homenagem ao Pai da Aviação, ele quase chega ao baile da ilha fiscal, aquele último lampejo de fausto e de riqueza do Império, que ficou marcado por ter sido um cenário de luxo e de riqueza e ainda hoje uma bela paisagem do Rio de Janeiro. Ele quase culpa D. João VI pelas mazelas que seu atual Governo vem enfrentando. Seu Governo não erra em nada. Seu Governo continua errando por culpa dos outros. É este exatamente o quadro triste que vemos no Brasil: um Presidente que alicia e, quando é chamado à responsabilidade, diz que não sabia de nada, que não viu nada, sempre flutuando, no mundo da lua, preocupado com frases de efeito, sem se esquecer da pompa. Em sua cabeça, passa o filé, enquanto um percentual bem grande da população brasileira é obrigado, muitas vezes, a mergulhar um osso na água quente, para que a fervura tire dele um pouco do gosto original e para que as crianças o confundam com essa carne com a qual o Presidente se banqueteia. Vai à Inglaterra, mas não trata com a família real nem com o Primeiro-Ministro da situação do brasileiro que lá foi assassinado – e a família do brasileiro pedia providências –, trazendo para cá imagens das charretes, do luxo do Palácio, da pompa e da riqueza da família real. Agora mesmo, foi preciso que, no Senado, nos levantássemos contra a falta de sensibilidade do Governo com relação aos brasileiros que estão, ainda hoje, no Oriente, num cenário de guerra. A única providência era mandar o sucato e o sucatinha, fazendo viagens demoradas para resgatar os aflitos que se encontravam naquela área. Foi preciso que se gritasse para que providências fossem tomadas, principalmente depois que um funcionário do Governo declarou que a lei brasileira não permitia o fretamento de aviões para salvar vidas. Nunca vi nada mais estúpido, principalmente saindo de um governo de trabalhadores. Esse pessoal que está no Líbano, na região, são brasileiros que saíram do Pará, de São Paulo, enfim, que saíram do Brasil e montaram seus negócios, em busca de emprego lá. Fizeram exatamente o caminho inverso que os seus antecessores fizeram, de vir para cá pensando que o Brasil era terra prometida e que a grande oportunidade de emprego estava aqui. No momento em que estavam fazendo o caminho de volta, o retorno às origens, viram-se nesse quadro lastimável. Para o Governo tomar providências, foi preciso que o Congresso gritasse. Esse é o papel e

o dever do Congresso da República. Portanto, parabênzo V. Ex^a por esse pronunciamento, principalmente quando traz ao Senado este encontro histórico hoje entre Aécio, Itamar e Geraldo Alckmin. Minas nunca ficou contra a história do Brasil. E não seria numa hora difícil como esta que iria nos faltar. De forma que me congratulo com V. Ex^a, que é do Espírito Santo, onde o eco das Gerais chega bem mais rápido do que para mim no Estado do Piauí. Embora o grito de Minas seja ouvido em todo o Brasil. Congratulo com V. Ex^a pelo registro desta tarde. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Muito obrigado, Senador.

E, para concluir, Sr. Presidente, como V. Ex^a citou casos de corrupção no início do seu discurso, só queria acrescentar um dado: a Polícia Federal, outro dia, prendeu o proprietário de uma empresa – cujo nome não me lembro –, que distribuía dinheiro, segundo apurações, para Parlamentares, escândalo que recebeu o nome de sanguessugas. Quando a Polícia Federal prendeu esse cidadão, a primeira coisa que ele fez foi dizer para quem deu o dinheiro. E, logo, o Brasil, a CPI e a Justiça tomaram conhecimento dos nomes dos Parlamentares e de outros cidadãos que participaram do crime. Quando se prende o cabeça, é claro que o restante aparece. Mas o Governo só se interessou pela prisão daquele indivíduo porque pensou que ia alcançar apenas Parlamentares de outras legislaturas, e “deu com os burros n’água”, pois, de repente, seus Ministros, ex-Ministros e correligionários estavam outra vez nessa “canoa” de corrupção.

Eu pergunto, Senador Heráclito Fortes, por que não fizeram o mesmo no caso do mensalão? Por que não prenderam o banqueiro que tinha no seu banco R\$50 milhões para distribuir e que distribuiu dinheiro a dezenas de Parlamentares? Se esse proprietário e esses magnatas do dinheiro tivessem sido presos, por certo teriam fornecido os nomes daqueles que se locupletaram com o dinheiro do povo.

Há uma pergunta que está na cabeça de todo brasileiro sobre os R\$50 milhões, fruto de um compromisso do PT, fruto de um empréstimo que, segundo dizem os banqueiros, o PT fez. No entanto, hoje, para a campanha do Presidente, eles estão fazendo jantares e recolhendo R\$600 mil para pagar papel de campanha. Ora, que crédito tinha o PT para pegar R\$50 milhões em um banco, fora da eleição, quando está provado que parte desse dinheiro saiu para Parlamentares da base do Governo? Quem pagou esses R\$50 milhões? Continuam devendo? Que dia vão pagar? Já pagaram? Essa resposta não existe. Essa resposta não é dada ao povo brasileiro. Os brasileiros que estão me

ouvindo podem deduzir como seria fácil se chegar aos verdadeiros culpados.

Mais uma vez, concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador João Batista Motta, para que sirva para o Brasil todo que nos assiste neste momento. O Governo está em uma posição de defesa, acuado, de uma maneira tão irreversível que pequenos gestos mostram isso. Estamos aqui cumprindo a nossa missão no plenário. Os de Oposição falam contra o Governo e não aparece ninguém do Governo para se defender ou defender o Governo, ou porque não têm convicção daquilo que dizem, ou porque não querem mais perder tempo com defunto ruim. É lamentável, mas é sistemático isso aqui. Nas Comissões desta Casa, os fatos se repetem: até para aprovar assunto de interesse do Governo, é preciso que a Oposição de hoje, que é mais responsável que a de ontem, articule-se para que isso aconteça. Aí, o Presidente da República entope a nossa pauta de medida provisória e vive, a torto e a direito, dizendo que a culpa é do Congresso, só que não diz que Congresso, porque tem maioria. Na hora de obstruir matérias de interesse do Governo, como, por exemplo, apuração e fatos em CPI, o Governo se articula; na hora de votar assunto de interesse do País, o Governo se omite. Não quero nem achar que os meus companheiros que defendem o Governo estejam, neste momento, nas ante-salas dos Ministérios atrás de liberação de benefício ou de benesse. Acho que estão cuidando das suas vidas, procurando a reeleição, assuntos que consideram mais importantes, e a Oposição que fique aqui cumprindo o seu papel, que é de vigilante neste País que passa por um momento grave. O pior momento é quando o homem desesperançado perde ou começa a perder a fé nas instituições, e é isso que temos de evitar. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, aqui nesta Casa, pouco falei sobre problemas de corrupção, nunca pedi ao povo brasileiro que deixasse de votar no Lula porque o Governo é corrupto, nunca me ocupei dessa tese. Eu sempre disse ao povo brasileiro que nós não podemos mais votar no Lula pela sua incapacidade de gerenciamento, que é o que mais nos interessa hoje. O povo brasileiro não deve votar em Lula porque todo o interior do Brasil está prejudicado; todos os produtores rurais estão quebrados, falidos, sem condições de tocar seus negócios; os exportadores estão atônitos, porque não é possível se conviver com o dólar a R\$2,00. Dólar a R\$2,00 dá emprego na China, nos Estados Unidos, nos países que vendem para o Brasil. Dólar a R\$2,00 tira o emprego do País, desemprega

nossa gente, quebra a indústria calçadista, quebra a agropecuária, quebra quem exporta grãos, e, agora, está afetando a indústria. Os automóveis do Brasil não estão mais sendo exportados; não há condições, hoje, para que a indústria automobilística exporte com o dólar no preço que está. Todos nós estamos falando isso há mais de três anos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador João Batista, eu queria ter a audácia de pedir a V. Ex^a que me dê mais uma chance. V. Ex^a também quer que o Presidente Lula passe para a História como um homem que não cumpriu nenhum compromisso. Nós, da Oposição, não temos esse direito. Sei que Sua Exce^lência é um homem de muitos erros, muitos pecados, mas está honrando o compromisso que assumiu, em agosto de 2002, com os banqueiros brasileiros e internacionais. V. Ex^a se lembra, Sr. Presidente, de que, naquela época, havia uma insegurança muito grande com relação a um possível Governo do Presidente Lula, com os banqueiros assombrados, com medo de perder os seus lucros. Então, numa casa situada nos Jardins, em São Paulo, pertencente a um banqueiro brasileiro, um jantar coordenado pelo então futuro Chefe da Casa Civil, Dr. Dirceu, foi feito esse encontro e, lá, entregue aquela Carta ao Povo Brasileiro. Ele não honra nada com relação ao povo, os compromissos com o social, mas com os bancos, sim! Tanto é que os bancos brasileiros nunca lucraram tanto. Toda vez em que há uma reunião do Copom e que o setor produtivo força para que baixem os juros, ele se preocupa primeiro com o que o Banco Central americano pensa a respeito. Aí, então, ele baixa um pouquinho as taxas de juros. O Presidente Lula está se lixando para esse aspecto! Fique certo V. Ex^a de que não vamos ter o prazer de vê-lo romper com a comunidade financeira internacional. Tanto é que a primeira providência do então combatente do FMI, da política econômica do FMI, que dizia que todas as mazelas nacionais ocorreriam porque o serviço da dívida era privilegiado em detrimento do social, convidou quem para assumir o Banco Central do Brasil? Um Deputado tucano, do governo que ele combateu o tempo todo: o Dr. Meirelles. Não combato, não condeno o Dr. Meirelles. Acho a política do Dr. Meirelles muito parecida com a que defendi durante oito anos no governo passado. Mas o Presidente Lula, não. O Presidente Lula convocava o povo brasileiro para combater a Alca, dizendo que aquilo era coisa do satanás! Colocou setores da Igreja para fazer movimentos e passeatas. Antes da posse, já estava fazendo negociações e mandando representantes do PT ao Equador para negociar. V. Ex^a pode ficar certo de que, nesse capítulo de compromisso com o sistema financeiro internacional, ele será fiel até o

último momento. O resto é sonho! Daí por que, hoje, só se vê vermelho na roupa das taquígrafas e na das funcionárias do Senado. Nos militantes do PT, não se vê mais. Está tudo azul! Na semana passada, eu estava em Teresina e vi a propaganda de um deputado, candidato à reeleição, com as cores do PFL. Eu achei aquilo um absurdo, porque ele era candidato do PT! Não havia uma estrela, não havia nada! Achei que o rapaz havia endoidado, mas o doido era eu! Esta é a orientação nacional: não se pode mais usar estrela nem a cor vermelha. Essa é, mais uma vez, uma tentativa para se enganar o povo brasileiro, evidentemente porque acham que todos nós somos bestas. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– É por isso, Senador Heráclito Fortes, que, outro dia, lia-se em *outdoors* espalhados pelo interior do Brasil: “Lula, a nova praga do campo”. Hoje, já se lê em outros: “Lula, o pai dos bancos”. E não fica por aí, não, Senador Heráclito Fortes! Esta Casa votou – com meu voto contrário –, a 255, que isentou as grandes multinacionais de pagar tributo na importação. Empresas que já não pagavam na exportação agora não pagam na importação. Este é o Governo do trabalhador? O Governo do pobre? Não! É o Governo dos ricos! Pelo amor de Deus! Para pobre, aqui, só foi aprovado, para beneficiar o povo, segundo o entendimento do Governo, a taxação dos velhinhos do INSS. Essa é a obra do Governo Lula!

Como eu estava dizendo, a 255 fez com que os ricos, os importadores, as companhias grandes pudessem importar máquinas sofisticadas, locomotivas, vagões da China sem pagar nenhum tributo, gerando empregos lá fora. Além do dólar, houve a isenção de tributos na importação desses equipamentos.

Há mais, Sr. Presidente: está Casa também votou – com alguns votos contrários, como o da Senadora Heloísa Helena, o de V. Ex.^a, o do Senador Pedro Simon, o meu e o de outros – matéria que possibilita a entrega ao capital estrangeiro de todas as nossas florestas. Quem viver verá! Quem viver saberá, no futuro, para quem foram as nossas florestas.

A lei de concessões das florestas, que permite que qualquer um possa pleitear ao Governo Federal tomar conta, arrendar dois, três, dez, cem mil alqueires

de terra, traz no seu bojo que a terra pode ser dada em garantia a um banco internacional. E, daqui a 40 anos, quem pegou o dinheiro não vai pagar, e o banco estrangeiro estará aqui, executando a garantia que recebeu por ocasião do contrato firmado. Portanto, este Governo praticou um crime de lesa-pátria: entregou nossas florestas ao capital estrangeiro.

Por isso, por todas essas razões, o povo brasileiro, no dia 3 de outubro, tem de se liberar da catástrofe que foi instalada neste País e partir para sua libertação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 866, DE 2006

Sr. Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex.^a para visitar o Chile, com a finalidade de identificar a melhor forma de institucionalizar o intercâmbio e a cooperação na área do Turismo, entre o Brasil e aquele País, REQUEIRO, nos termos do art. 40, **caput**, do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar a referida missão, no período de 28-7-06 a 4-8-06.

Nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, comunico a V. Ex.^a que estarei ausente do País no período de 28-7-06 a 4-8-06.

Sala das Sessões, 27 de julho de 2006. – Senador **Paulo Octávio**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência defere o requerimento lido, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado, tendo em vista que só haverá sessão deliberativa no próximo dia 1º de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Não havendo mais oradores e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 57 minutos.*)

(OS:14573/2006)

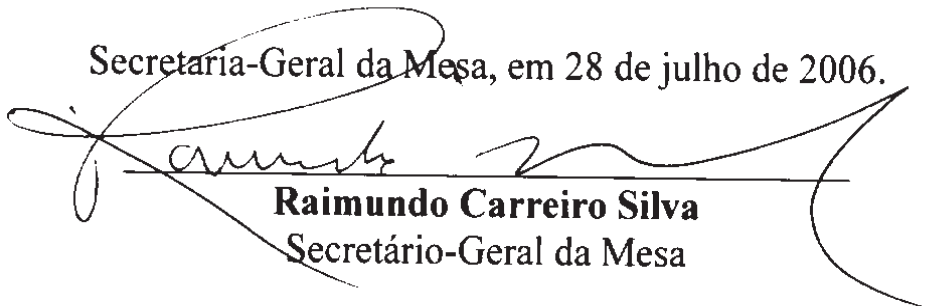
SËNADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

TERMO DE REUNIÃO

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e seis, sexta-feira, às 9 horas, deixou de ser realizada reunião do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno.

Para constar, foi lavrado o presente **TERMO**, que vai assinado por mim, Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado.

Secretaria-Geral da Mesa, em 28 de julho de 2006.



Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa

Ata da 120ª Sessão não Deliberativa, em 31 de julho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Almeida Lima, Paulo Paim,
Valdir Raupp e César Borges.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2006

(Nº 70/2003, na Casa de origem)

Dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a adição de ferro e de ácido fólico nas farinhas de trigo, de milho e de mandioca, produzidas e comercializadas em território nacional, inclusive aquelas destinadas a uso industrial.

Parágrafo único. Nas embalagens de farinha de trigo, de milho e de mandioca, deverão ser impressas informações sobre as quantidades de ferro e de ácido fólico adicionadas e sobre os efeitos decorrentes de suas propriedades.

Art. 2º O descumprimento desta lei constitui infração sanitária, sujeitando os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e suas atualizações, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Parágrafo único. Todo material apreendido será adicionado de ácido fólico e de ferro, na proporção determinada pelo órgão competente, e será distribuído a programas federais de combate à pobreza.

Art. 3º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 70, DE 2003

Dispõe sobre a adição de ácido fólico na farinha de trigo e na farinha de milho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As farinhas de trigo e de milho produzidas e comercializadas no território nacional conterão obrigatoriamente ácido fólico.

§ 1º Nas embalagens de farinha de trigo e de farinha de milho deverão ser impressas informações sobre a quantidade de ácido fólico adicionada e sobre seus efeitos.

§ 2º O percentual de ácido fólico adicionado às farinhas de trigo e de milho será estipulado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou por órgão que a substitua.

Art. 2º O descumprimento desta lei sujeita o infrator a apreensão do produto e multa de R\$15.000,00 (quinze mil reais) por tonelada ou R\$30.000,00 (trinta mil reais) se reincidente.

§ 1º Todo material apreendido será adicionado de ácido fólico na proporção determinada pela Anvisa e entregue a programas federais de combate à fome.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta dias) após sua publicação.

Justificação

A adição de ácido fólico nas farinhas é recomendada pela Organização Mundial de Saúde – OMS e pela Organização Panamericana de Saúde – Opas como forma de prevenir as malformações congênitas no ser humano e os defeitos do fechamento do tubo neural (mielomeningocele), fenda lábio-palatina, malformações cardíacas e renais.

Com base em experiência estadunidense, onde a incidência de mielomeningocele (que pode ocasionar paralisia nas pernas, bexiga, intestino e hidrocefalia) passou de 1/1000 para 1/2000, a Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD, entidade sem fins

lucrativos, solicitou que o presente projeto de lei fosse apresentado como forma de toda mulher em idade fértil fazer uso de ácido fólico, de uma maneira simples e barata, e assim prevenir, a um custo extremamente baixo, a malformação de milhares de bebês.

É neste sentido que solicito aos nobres pares o apoio incondicional a

este relevante projeto, que evitará o sofrimento de milhares de recém-nascidos e diminuirá drasticamente o montante destinado ao tratamento de doenças congênitas

Sala das Sessões, de 18 de fevereiro de 2003.
– Deputado **Luiz Antonio Fleury**, PTB – SP.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 86, DE 2006**

(Nº 1.244/2003, na casa de origem)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, modificando a denominação das medidas aplicáveis a adolescentes que tenham praticado atos infracionais.

Art. 2º A designação do Capítulo IV do Título III da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Das Medidas Psicossocioeducativas”
(NR)

Art. 3º O inciso III do **caput** do art. 180 da Lei nº 6.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 180.

III – representar à autoridade judiciária para aplicação de medida psicossocioeducativa.”(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 1.244, DE 2003

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A designação do Capítulo IV, do Título III, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Das Medidas Psico-sócio-educativas”
(NR)

Art. 2º Dê-se ao inciso III, do artigo 180, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a seguinte redação:

“Art. 180.

I –

II –

III – representar a autoridade judiciária para aplicação de medida psico-sócio-educativa.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição está embasada no fato de que a educação está intrinsecamente ligada aos aspectos afetivos e à qualidade dos vínculos que se estabelecem entre o professor e o aluno, ou entre qualquer pessoa envolvida na relação educando-educador.

Os fatores emocionais correlacionados com o dia-a-dia das pessoas, sejam eles individuais, familiares ou institucionais, interferem diretamente na formação e na qualidade do vínculo, na formação da subjetividade, da personalidade e da ética dos indivíduos, repercutindo por toda sua existência.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – Deputado **João Alfredo**, PT/CE

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
Das Medidas Sócio-Educativas

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semi-liberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacio-

nal;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 180. Adotadas as providências a que alude o artigo anterior, o representante do Ministério Público poderá:

- I – promover o arquivamento dos autos;
- II – conceder a remissão;
- III – representar à autoridade judiciária para aplicação da medida sócio-educativa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 87, DE 2006**

(Nº 3.142/2004, na Casa de origem)

Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurado à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas oriundas de procedimentos expropriatórios ou de ações discriminatórias.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 3.142, DE 2004**

Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurado à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas oriundas de processo desapropriatório ou de ações discriminatórias.

Parágrafo único Fica assegurada a participação igualitária da mulher na composição das comissões agrárias responsáveis pela instrução e encaminhamento dos pedidos de aquisição e desapropriação de terras, pelo processo de seleção dos beneficiários e pelo acompanhamento e avaliação da implementação dos Planos Regionais de Reforma Agrária.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na Legislatura Passada foi apresentado um Projeto de Lei nº 336, E 1995 pela ex-Deputada Fátima Pelaes, que pela importância do conteúdo e por tratar-se de assunto muito atual, decidimos reapresentá-lo a esta Casa, para ulterior apreciação.

Atendendo a preceito constitucionais (art. 189, parágrafo único), a proposta assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras nos programas de reforma agrária e garante a sua participação na comissões agrárias responsáveis pela instrução e encaminhamento dos pedidos de aquisição e desapropriação.

Se examinarmos a composição da população economicamente ativa (PEA), verificamos que a participação da mulher tem crescido significativamente em 1940, a economia nacional empregada 9,5 milhões de pessoas, desse total, 15,3% eram mulheres. Em 1960, este percentual já era de 17,9% elevando-se para 27,4% em 1980 e 32,3% em 1982.

Dados do IBGE revelam um aumento substancial da participação feminina no total da PEA. Se examinarmos as taxas medidas geométricas do PEA, verificamos que a participação feminina cresceu 4,22% no período e 6,92% no decênio 1970/80.

Durante muito tempo à mulher no meio rural coube tão-somente, o exercício do trabalho doméstico, o trabalho, não pago. Hoje, a situação começa a ser invertida. A introdução maciça de mulheres no processo produtivo está levando, inclusive, a nova formulação do conceito de organização familiar, a novos padrões ocupacionais.

Amplio programa de reestruturação fundiária tem um significado muito importante no desenvolvimento nacional, não podendo, ser uma tarefa exclusiva do aparelho de estado. É imprescindível a participação direta dos beneficiários do processo e, em especial da mulher trabalhadora. A garantia de sua participação na formulação da política, na implementação, acompanhamento e avaliação dos planos e programas e condição necessária para o êxito do empreendimento.

A participação nesses programas de reforma agrária não tem outro objetivo senão permitir o exercício da cidadania pela mulher trabalhadora no meio rural. Ela que já participa efetivamente do processo produtivo, requer espaço para, também, participar das decisões que envolvem o seu destino.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2004.
– Deputada **Laura Carneiro**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Agricultura e Reforma Agrária.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 88, DE 2006**

(Nº 5.136/2005, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 79.
Parágrafo único. É vedada a propaganda comercial, sob qualquer forma, em livros didáticos.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 5.136, DE 2005**

Acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 79.
Parágrafo único. É vedada a propaganda comercial, sob qualquer forma, em livros didáticos”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presença de propaganda nos livros didáticos, especialmente, os utilizados pelos estudantes do ensino médio, provoca preocupação e exige atenção imediata dos responsáveis pelas publicações oficiais e não oficiais. Há propaganda de inúmeros produtos, desde refrigerantes e marcas de café, passando por desinfetantes e remédios.

Em países como a Alemanha, os Estados Unidos e a França o uso de **merchandising** está proibido nos livros didáticos, não sendo permitida a mistura de conhecimento com publicidade.

Aqui o **merchandising** é usado sob a alegação de aproximar o conteúdo ensinado do cotidiano dos alunos. Entretanto, os recursos gráficos permitem tornar suficientemente atraente qualquer publicação.

Como o Ministério de Educação é responsável pelos livros que distribui, solicitamos a inclusão do critério de proibição de qualquer propaganda comercial nos livros didáticos. A presente iniciativa, incluindo no Estatuto da Criança e do Adolescente a mesma proibição tem o objetivo de atingir todas as publicações em território nacional.

Proposição com igual teor, de autoria do ex-Deputado Padre Roque (PT – PR), já tramitou por esta Casa, onde foi aprovada por unanimidade pela então Comissão de Educação, Cultura e Desporto. A tramitação também foi iniciada na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, onde recebeu parecer favorável, que não chegou a ser deliberado no Plenário daquele Colegiado.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2005. – Deputada **Selma Schons**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....
Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infante-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.
.....

(À Comissão de Educação.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 2006**

(Nº 5.630/2005, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Revoga o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-Lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-Lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 5.630, DE 2005**

Revoga o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-Lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-Lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 431, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Revoga o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, e o Decreto-Lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945".

Brasília, 7 de julho de 2005.



EM Nº 245/MD

Brasília, 23 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que revoga o Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, que regula os casos de invalidez e de incapacidade física, para o serviço militar, dos oficiais da reserva de 2ª classe, praças, taifeiros da Aeronáutica, grumetes e soldados, quando convocados em estágio ou incorporados às Forças Armadas ativas, cria a Comissão de Readap-

tação dos Incapazes das Forças Armadas e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 7.776, de 25 de julho de 1945, que dispõe sobre a organização da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas e dá outras providências.

A Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas foi extinta pelo Decreto nº 76.487, de 22 de outubro de 1975, tornando-se desnecessário o Decreto-Lei nº 7.776, de 1945. Atualmente, as atividades da Comissão são exercidas pela Junta Superior de Saúde de cada Força, com regulamentos próprios.

Quanto ao Decreto-Lei nº 7.270, de 1945, com o decorrer dos anos tornou-se obsoleto e inadequado diante da organização vigente, haja vista que essa matéria passou a ser regulamentada no atual Estatuto dos Militares, a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro 1980.

Diante do exposto, o Decreto-Lei nº 7.270, de 1945, e o Decreto-Lei nº 7.776, de 1945, são desnecessários, sendo conveniente revogá-los.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do anexo projeto de lei.

Respeitosamente, – **José Alencar Gomes da Silva**, Ministro de Estado da Defesa.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 7.270, DE 25
DE JANEIRO DE 1945

Regula os casos de invalidez e de incapacidade física, para o serviço militar, dos oficiais da reserva de 2ª Classe, praças, taifeiros da Aeronáutica, grumetes e soldados, quando convocados, em estágio ou incorporados às Forças Armadas ativas; cria a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, e dá outras providências.

.....
DECRETO-LEI Nº 7.776, DE 25 DE JULHO DE 1945

Dispõe sobre a organização da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA**Nº 90, DE 2006**

(Nº 6.248/2005, na Casa de origem)

Acrescenta § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para obrigar os cartórios de registros públicos a afixarem, em locais de fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo os valores atualizados das custas e emolumentos.

Art. 2º O art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigor acrescido do seguinte § 3º-C:

“Art. 30.

§ 3º-C. Ou cartórios de registros públicos deverão afixar, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo tabelas atualizadas das custas e emolumentos, além de informações claras sobre a gratuidade prevista no **caput** deste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL**Nº 6.248, DE 2005**

Acrescenta novo parágrafo ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigor acrescido do seguinte § 3º-C:

“Art.30.

§ 3º-C. Os cartórios de registros públicos deverão afixar em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo tabelas atualizadas das custas e emolumentos, além de informações claras sobre a gratuidade prevista no **caput** deste artigo, sob pena de incorrer nas sanções previstas nos arts. 32, 33 e 39, VI, da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a edição da Lei nº 9.534, em 10 de dezembro de 1997, os cartórios de registro público estão proibidos de cobrar taxas ou emolumentos pela emissão de registro civil de nascimento e por assento de óbito, bem como a primeira certidão respectiva, de pessoas reconhecidamente pobres.

Assim, por aquela determinação legal expressa, as pessoas cujo estado de pobreza seja comprovado – por declaração do próprio interessado (ou a rogo, no caso de analfabetos) – estarão isentas do pagamento de emolumentos pela primeira e demais certidões extraídas por cartório de registro civil.

Ocorre que muitos cartórios em vários Municípios do País vêm descumprindo inexplicavelmente a determinação legal, causando sérios prejuízos à cidadania dessas pessoas carentes, que são o objeto da norma editada em 1997. Tal comportamento, além de flagrantemente ilegal e abusivo, fere completamente os princípios que norteiam a delegação de uma função originariamente do Poder Público, qual seja a dos notários que dirigem os cartórios.

Diante desse inaceitável desrespeito com a legislação vigente, cabe-nos como legisladores estabelecer uma punição, também em lei, para inibir essa má conduta de alguns notários.

Neste sentido, estamos propondo a obrigatoriedade dos cartórios de registros públicos afixarem quadros com tabelas de emolumentos em local de grande visibilidade, que permitam a fácil leitura pelos usuários dos serviços, inclusive no que tange à informação da gratuidade de fornecimento das certidões para pessoas pobres.

O projeto estabelece ainda punições, constantes dos arts. 32, 33 e 39, inciso VI, que vão desde a repreensão e suspensão do oficial de registro e do notário à perda da delegação de seus cargos.

Nossa intenção é a de coibir os abusos cometidos por alguns notários e oferecer uma maior proteção aos interesses do cidadão brasileiro que é pobre e não tem condições de pagar qualquer taxa para obter seu direito constitucional à cidadania.

Assim, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares, para a rápida aprovação desta proposição, que pretende aprimorar a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2005.
– Deputada **Sandra Rosado**.

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva. (Redação dada pela Lei nº 9.534, de 1997)

§ 1º Os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelo cartório de registro civil. (Redação dada pela Lei nº 9.534, de 1997)

§ 2º O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas. (Redação dada pela Lei nº 9.534, de 1997)

§ 3º A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e criminal do interessado. (Incluído pela Lei nº 9.534, de 1997)

§ 3º-A Comprovado o descumprimento, pelos oficiais de Cartórios de Registro Civil, do disposto no caput deste artigo, aplicar-se-ão as penalidades previstas nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (Incluído pela Lei nº 9.812, de 1999)

§ 3º-B. Esgotadas as penalidades a que se refere o parágrafo anterior e verificando-se novo descumprimento, aplicar-se-á o disposto no art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 867, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2006, de minha autoria, que estabelece o fim do fator previdenciário para o cálculo do salário-de-benefício do Regime Geral de Previdência Social.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, §2º, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 868, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 675, de 2006, de minha autoria, em que requeiro seja solicitado, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma relação com a inscrição de ocupantes de áreas demarcadas como terrenos de marinha, no Estado do Amapá.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2006. – **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 869, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, licença para tratamento de saúde no período de 1º a 8 de agosto do corrente ano, conforme atestado médico em anexo.

Brasília, – Senador **José Maranhão**.

REQUERIMENTO Nº 870, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, licença para tratar de interesse particular no período de 9 de agosto a 30 de novembro de 2006.

Brasília, – Senador **José Maranhão**.

REQUERIMENTO Nº 871, DE 2006

Nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, requeiro licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 25 a 29 de julho de 2006.

Sala das Sessões, 27 de julho de 2006. – Senador **Gilvam Borges**, PMDB/AP.

REQUERIMENTO Nº 872, DE 2006

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da

Casa, pelo prazo de 118 dias, a fim de tratar de interesses particulares, a partir do dia 30 de julho de 2006.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2006. – Senador

Gilvam Borges, PMDB/AP.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

- Nº 193, de 2006 (nº 587/2006, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira, sancionado e transformado na Lei nº 11.325, de 24 de julho de 2006;
- Nº 194, de 2006 (nº 588/2006, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, sancionado e transformado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- Nº 195, de 2006 (nº 589/2006, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista, sancionado e transformado na Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006;
- Nº 196, de 2006 (nº 590/2006, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus, sancionado e transformado na Lei nº 11.328, de 24 de julho de 2006;
- Nº 197, de 2006 (nº 612/2006, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2006 (nº 6.090/2005, na Casa de origem), que dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, alterando a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sancionado e transformado na Lei nº 11.329, de 25 de julho de 2006;
- Nº 198, de 2006 (nº 613/2006, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sancionado e transformado na Lei nº 11.330, de 25 de julho de 2006;
- Nº 199, de 2006 (nº 614/2006, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação, sancionado e transformado na Lei nº 11.331, de 25 de julho de 2006;
- Nº 200, de 2006 (nº 615/2006, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano da Juventude, sancionado e transformado na Lei nº 11.332, de 25 de julho de 2006;
- Nº 201, de 2006 (nº 618/2006, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2004 (nº 6.872/2002, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 218 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, alterando os limites de velocidade para fins de enquadramentos infracionais e de penalidades, sancionado e transformado na Lei nº 11.334, de 25 de julho de 2006;
- Nº 202, de 2006 (nº 619/2006, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2006 (nº 5.610/2005, na Casa de origem), que reorganiza o Plano de Carreira da Câmara dos Deputados e aplica aos seus servidores efetivos, no que couber, Gratificação de Representação instituída pela Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal convalidada pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004, sancionado e transformado na Lei nº 11.335, de 25 de julho de 2006; e
- Nº 203, de 2006 (nº 620/2006, na origem), de 25 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.336, de 25 de julho de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 29, de 2006** (nº 304/2006, na origem), comunicando, nos termos do art. 42 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que, nos meses de abril a junho de 2006, não consta qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 15, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2005** (nº 1.906/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia da Amazônia*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2006 – Complementar**, de autoria do Senador Marco Maciel, que *estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, portadores da deficiência física conhecida como “Síndrome da Talidomida” e dá outras providências*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2006 – Complementar**, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que *dispõe sobre restrições à despedida arbitrária ou sem justa causa do empregado portador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), do Vírus HCV (Hepatite C) e de doença grave e contagiosa, e dá outras providências*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

Os Projetos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se no dia 27 último o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004**, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *permite que o trabalhador com mais de 45 anos de idade e desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2004**, de autoria do Senador Paulo Paim, que dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que *dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2006**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a redação do inciso II do art. 4º, e do inciso VI do art. 10, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2006**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 996 A 998, DE 2006,
(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sobre o Aviso nº 97, de 2001, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 337, de 2001-TCU, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, do Ministério Público de São José dos Campos – SP, a respeito de autorização concedida pela DNER à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio em Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC-014.824/2000-8)

PARECER Nº 996, DE 2006Relator: Senador **Welington Roberto****I – Relatório****I.1 – Histórico**

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 2.484-SGS-TCU, de 6 de junho de 2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 337/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

Os documentos ora apreciados foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

A auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização – SEFID/TCU teve por objeto representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São José dos Campos – SP, em virtude da autorização, supostamente em desacordo com o contrato de concessão, concedida pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DNER, à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio no Município de Jacareí/SP.

Em consonância com o Procurador da República, autor da representação, expressivo segmento da população de Jacareí – SP seria contrário à instalação da nova praça, já tendo sido instaurado inquérito civil público para a apuração do fato. Além disso, observa o Ministério Público que o TCU já se manifestou de forma negativa à instalação de novas praças de pedágio, em caso semelhante, conforme Decisão nº 228/99 – Plenário.

A Decisão em análise foi recebida neste Senado Federal, em 12 de junho de 2001, e encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle, em 13 de junho de 2001, sob o Aviso nº 97 de 2001.

I.2 – Análise da Matéria

A questão submetida ao Tribunal de Contas da União pelo Ministério Público Federal diz respeito à legalidade de instauração de mais uma praça de pedágio na Rodovia Presidente Dutra, no Município de Jacareí/SP, como desdobramento da praça de Parateí/SP

Essa ação teria por objetivos:

- a) diminuir o valor real da tarifa cobrada do usuário da rodovia em R\$0,30, fazendo

com que a soma do valor a ser pago nas duas praças seja inferior à tarifa cobrada apenas na praça de Parateí/SP (atualmente o pedágio está em R\$4,20 e, quando a praça de Jacareí entrar em operação, o valor somado das duas praças será reduzido para R\$3,90); e

- b) reduzir a consistente fuga de tráfego para vias alternativas.

A representação do Ministério Público questiona a legalidade das ações envolvendo os desmembramentos de praças e a possibilidade da criação de novos pontos de pedágio, uma vez que nas regras para a apresentação das propostas de licitação havia previsão de somente 4 (quatro) praças.

Cabe esclarecer que a iniciativa de criação de nova praça de pedágio em Jacareí, prevista para estar operando no final do 2º trimestre de 2001, partiu do Ministério dos Transportes e do DNER. O objetivo principal é prosseguir com política adotada pelo Ministério de procurar avaliar formas de redução das tarifas de pedágio e conseqüente diminuição da influência desse nos custos dos fretes, reivindicação dos caminhoneiros autônomos.

A Decisão do TCU baseou-se no exame jurídico da proposta, que se ocupou da conformidade da alteração com as normas legais e contratuais vigentes, e dos aspectos econômicos e de interesse da coletividade. Nesse sentido, procurou-se verificar, no julgamento do processo, se a modificação trouxe, para o grupo interessado, ganhos ou prejuízos, em vista do interesse público e da preservação do equilíbrio financeiro originalmente estabelecido no contrato.

O art. 65 da Lei nº 8.666/93 admite, sob específicas condições, a modificação de contratos, tanto por acordo das partes quanto unilateralmente pela Administração Pública. Somada a essa regra, o item 5, alínea a, do contrato de concessão prevê a prerrogativa de o DNER “alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público”. No entanto, o item 6 estabelece que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas, sem prévia concordância da concessionária. A Lei de Concessões – Lei nº 8.987/95, por seu lado, estipula serem cláusulas essenciais as relativas “aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações”.

Como a alteração teria sido proposta pela concessionária, em atendimento a solicitação do DNER, no sentido de encontrar alternativas para reduzir o valor do pedágio na rodovia, verifica-se, implicitamente, o seu

interesse e conformidade com as alterações propostas, cumprindo as exigências da legislação supracitada.

Nesse sentido, a Decisão do TCU considerou legal a implantação da nova praça de pedágio em Jacareí/SP, nos termos das Leis nºs 8.987/95 e 8.666/93 e do contrato de concessão. Da mesma forma, considerou legal a criação de cabines de bloqueio conjugada com a nova praça de pedágio, uma vez que o objetivo principal da operação é agregar, como pagantes, os usuários que efetivamente utilizaram a rodovia e, anteriormente, não eram tarifados, podendo, assim, diminuir o preço para os demais.

Deve-se observar, no entanto, a necessidade de manter inalteradas as cláusulas econômico-financeiras do contrato, isto é, a concessionária não deve obter ganhos injustificados com essa operação. Nesse sentido, o TCU considerou as informações prestadas pelo DNER e pela Novadutra insuficientes para certificar, com absoluta precisão, que o benefício oferecido aos usuários, na forma de redução do pedágio e de obras, foi calculado na justa e exata medida, para manter inalterado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ademais, o TCU considerou precárias as informações constantes das revisões do contrato e superficiais as análises empreendidas pela firma contratada pelo DNER. Além disso, verificou que nem mesmo o DNER tem ciência dos exatos termos em que foi pactuada a revisão.

Em face dessas limitações, o TCU julgou necessário, para embasar uma decisão definitiva, efetuar exames adicionais, no sentido de certificar-se da correção dos valores utilizados nos fluxos de caixa que fundamentam as revisões do contrato de concessão, dos parâmetros utilizados para estimar o tráfego nessa nova praça de pedágio, bem como dos custos das obras associadas às alterações.

Assim, determinou à unidade técnica que promova inspeção, a fim de verificar se o benefício oferecido aos usuários, na forma de redução do pedágio, em razão da instalação da nova praça em Jacareí/SP, foi calculado na justa medida para manter inalterado o equilíbrio financeiro do contrato, sem proporcionar ganhos injustificados à concessionária, bem como verificar se as adequações e revisões efetuadas no contrato, desde o seu início, preservaram o equilíbrio financeiro original e a modicidade das tarifas.

Em relação ao DNER, diante da precariedade das informações prestadas e do controle sobre os contratos de concessão, o TCU decidiu determinar ao órgão que:

a) celebre termo aditivo ao contrato de concessão, definindo os exatos termos do ajuste com a Novadutra para o cálculo e a destinação

das receitas apuradas nas praças de pedágio de Parateí Norte e de Jacareí;

b) formalize todos os procedimentos de aprovação de novos investimentos e seus respectivos valores efetivos, bem como as alterações no Programa de Exploração da Rodovia – PER, documentando as decisões com pareceres técnicos fundamentados e com outros necessários, os quais deverão ser juntados aos autos dos respectivos processos de acompanhamento da concessão;

c) aprimore e agilize os procedimentos de documentação dos processos de acompanhamento das concessões, principalmente em razão de que os trabalhos mais complexos são elaborados por consultores contratados;

d) em outros casos de alterações contratuais de concessões, proponha ao TCU o exame dessas alterações, sempre que houver solicitação por parte da concessionária, não servindo a decisão presente como parâmetro para casos análogos.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, opinamos, preliminarmente, pelo encaminhamento de ofício ao Tribunal de Contas da União solicitando informações sobre o cumprimento das deliberações adotadas, em face das pendências observadas, com respeito ao Processo nº TC-014.824/2000-8, que diz respeito aos levantamentos realizados no contrato de concessão firmado entre o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER e a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2002.
– **Amir Lando**, Presidente – **Wellington Roberto**, Relator – **Heloísa Helena** – **Jefferson Peres** – **Chico Sartori** – **Roberto Saturnino** – **Moreira Mendes** – **Valmir Amaral** – **Bello Parga** – **Eduardo Suplicy** – **Ney Suassuna**.

Ofício nº 47/02 – CFC

Brasília, 12 de dezembro de 2002

Exmo. Sr.
Ministro Humberto Souto
Presidente do Tribunal de Contas da União
Nesta

Senhor Presidente,

Em razão da decisão da Comissão de Fiscalização e Controle, expressa no relatório apresentado pelo Senador Wellington Roberto, vimos, por meio deste, solicitar informações sobre o resultado das determinações estabelecidas na Decisão nº 337/2001 – TCU – Plenário, que em face das pendências observadas

no processo TC-014.824/2000-8, determinou à Secretaria de Fiscalização de Desestatização – SEFID, providências para a realização de inspeção no contrato de concessão firmado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, a fim de certificar-se de que as alterações propostas no contrato foram calculadas na justa medida para manter inalterado o equilíbrio financeiro original do contrato e a modicidade das tarifas.

Segue, em anexo, cópia do referido Parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

– Senador **Amir Lando**, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.

OF. SF Nº 105 /2003

Brasília, 24 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Sr.

Ministro Valmir Campelo

Presidente do Tribunal de Contas da União

Setor de Administração Federal Sul, quadra 04, lote 01
70 042 – 900 Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do parecer da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 97, de 2001 (nº 2.484/2001, nessa Casa), solicitando informações sobre o cumprimento das deliberações referentes à Decisão nº 337/2001 desse Tribunal (TC – 014.824/2000-8).

Atenciosamente, – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Aviso nº 212 GP/TCU

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

A Sua Excelência o Senhor

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Em atenção ao expediente OF. SF Nº 105/2003 de 24-2-2003, dessa procedência, informo a Vossa Excelência que, em cumprimento a Decisão nº 337/2001 – TCU – Plenário, a Secretaria de Fiscalização de Desestatização – SEFID, deste Tribunal, realizou inspeção no contrato de concessão firmado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – NOVADUTRA – “a fim de certificar que o benefício oferecido aos usuários, na forma de redução do pedágio, em razão da instalação de nova praça em Jacareí/SP, foi calculado na justa medida para manter inaltera-

do o equilíbrio financeiro do contrato, sem proporcionar ganhos injustificados à concessionária, bem como verificar se as adequações e revisões efetuadas no contrato, desde o seu início, preservaram o equilíbrio financeiro original e a modicidade das tarifas”.

O resultado do trabalho de fiscalização foi apreciado pelo plenário deste Tribunal em sessão de 4-12-2002, tendo sido exarada a Decisão nº 1.648/2002-TCU-Plenário, cuja cópia envio em anexo, acompanhada do relatório e voto que a fundamentaram.

Ressalto, ainda, que informações relacionadas à referida Decisão foram encaminhadas ao então Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Amir Lando, mediante Aviso nº 21-GP/TCU, de 8 de janeiro de 2003, cópia anexa, em atendimento ao Ofício nº 47/02-CFC, de 12-12-2002.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

DECISÃO Nº 1.648 /2002 – TCL – PLENÁRIO

1. Processo TC-014.824/2000-8 (com 54 anexos),
Apenso: TC-019.343/1996-5 (com 6 anexos)

2. Classe de Assunto: V – Inspeção.

3. Interessado: Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São José dos Campos/SP.

4. Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. – NOVADUTRA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: SEFID.

8. Decisão: O Tribunal Pleno, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/92, Decide:

8.1. considerar corretos os valores utilizados nos fluxos de caixa que embasaram as primeiras seis revisões e seis adequações do contrato de concessão firmado com a Novadutra, à exceção da adequação 2, que autorizou o deslocamento da praça de Parateí Norte, e da adequação 5, que autorizou o desmembramento da praça de Parateí/Jacareí, relativamente à ausência de previsão do incremento do tráfego no local original da praça de Parateí ocasionado por essas alterações na configuração original;

8.2. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal/1988, fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a ANTT:

8.2.1. elabore norma reguladora da forma de cálculo e de agregação ao fluxo de caixa do adicional de tráfego gerado nas praças originais, em decorrência da mudança na configuração original, com o desmembramento, criação de novas praças ou instalação de cabines de bloqueio, de forma que garanta o repasse integral ao usuário do benefício, na forma de redução de tarifa, ressalvadas as despesas vinculadas à modificação que se implementa;

8.2.2. com base na norma elaborada em cumprimento ao subitem anterior, promova a revisão, no contrato de concessão firmado com a Novadutra, a fim de que seja incorporado ao fluxo de caixa o adicional de tráfego gerado na praça original de Parateí, em razão do deslocamento da praça de Parateí Norte, autorizado na adequação 2, e do desmembramento que originou a praça de Jacareí, autorizado na adequação 5;

8.3. determinar à ANTI que adote mecanismos apropriados para:

8.3.1. monitorar o tráfego real pedagógico na rodovia, especialmente nas praças de Parateí e Jacareí;

8.3.2. analisar os impactos de qualquer revisão ou adequação contratual no fluxo de caixa das rodovias federais concedidas, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original;

8.3.3. acompanhar e fiscalizar os investimentos alocados no fluxo de caixa da concessão, especialmente no que se refere a quantitativos de obras e serviços previstos no PER;

8.3.4. acompanhar a implementação do termo de compromisso firmado entre a Concessionária Novadutra e a Prefeitura de Jacareí, de forma que não haja alocação no fluxo de caixa da concessão de investimentos não previstos no PER ou que não se traduzam em benefícios diretos para o usuário da rodovia;

8.4. determinar à Sefid o acompanhamento das providências a serem adotadas pela ANTT;

8.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Ministério Público Federal

– Procuradoria da República em São José dos Campos, ao Presidente da Câmara Municipal de Jacareí, ao Prefeito de Jacareí, Sr. Marco Aurélio de Souza, à Deputada Federal Ângela Guadagnin, ao Deputado Federal Valdemar Costa Neto e à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. – NOVADUTRA.

9. Ata nº 46/2602 – Plenário

10. Data da Sessão: 4-12-2002 – Ordinária

11. Especificação do **quorum**:

11.1 Ministros presentes: Valmir Campelo (Vice-Presidente, no exercício da Previdência) Marcos Vinícios Vilaça, Iram Saraiva, Adylson Motta, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Guilherme Palmeira. Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler.

11.2. Auditores presentes: Lincoln Magalhães da Rocha, Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

Valmir Campelo, Vice-Presidente, no exercício da Presidência. – **Walton Alencar**, Ministro -Relator.

Aviso nº 21 – GP/TCU

Brasília, 8 de janeiro de 2003

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 47/2002-CFC, de 12-12-2002, informo a Vossa Excelência que, em cumprimento à Decisão nº 337/2001-TCU – Plenário, a Secretaria de Fiscalização de Desestatização – SEFID, deste Tribunal, realizou inspeção no contrato de concessão firmado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra “a fim de certificar que o benefício oferecido aos usuários, na forma de redução do pedágio, em razão da instalação de nova praça em Jacareí/SP, foi calculado na justa medida para manter inalterado o equilíbrio financeiro do contrato, sem proporcionar ganhos injustificados à concessionária, bem como verificar se as adequações e revisões efetuadas no contrato, desde o seu início, preservaram o equilíbrio financeiro original e a modicidade das tarifas”.

O resultado do trabalho de fiscalização foi apreciado pelo plenário deste Tribunal em sessão de 4-12-2002, tendo sido exarada a Decisão nº 1648/2002-TCU – Plenário, cuja cópia envio em anexo, acompanhada do relatório e voto que a fundamentaram.

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

GRUPO I – CLASSE V – PLENÁRIO

TC-014.824/2000-8 (com 54 anexos)

Apenso: TC-019.343/1996-5 (com 6 anexos)

NATUREZA: Relatório de Inspeção (originário de representação)

ENTIDADES: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. – Novadutra

INTERESSADO: Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São José dos Campos/SP

EMENTA: Inspeção. Correção dos valores utilizados nos fluxos de caixa que embasaram as revisões do contrato de concessão e a fixação das atuais tarifas de pedágio. Comprovação da existência de ganho pelas concessionárias, não revertido para os usuários, representado pelo adicional de tráfego, gerado na praça original de Parateí, em razão do deslocamento da praça de Parateí Norte e do desmembramento que originou a praça de Jacareí. Necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em favor dos usuários, com a apropriação desses valores no fluxo de caixa, a fim de propiciar a redução das tarifas, de forma diretamente proporcional ao valor agregado. Fixação de prazo para que a ANTT desenvolva metodologia própria disciplinando a questão e, após o estabelecimento das normas, promova revisão no contrato de concessão, firmado com a Novadutra, a fim de incorporar ao fluxo de caixa o adicional de tráfego apurado. Determinações à ANTT. Ciência ao Ministério Público Federal e a outros interessados.

Trata-se de inspeção realizada em cumprimento ao subitem 8.3 da Decisão 337/2001 – Plenário, “a fim de certificar que o benefício oferecido aos usuários, na forma de redução do pedágio, em razão da instalação de nova praça em Jacareí/SP, foi calculado na justa medida para manter inalterado o equilíbrio financeiro do contrato, sem proporcionar ganhos injustificados à concessionária, bem como verificar se as adequações e revisões efetuadas no contrato, desde o seu início, preservaram o equilíbrio financeiro original e a modicidade das tarifas”.

Nessa deliberação, o Tribunal proferiu decisão preliminar, considerando que a implantação da nova praça de pedágio em Jacareí/SP estava de acordo com as Leis 8.987/95 e 8.666/93 e com o contrato de concessão.

No entanto, naquela oportunidade, deixou assente que a decisão definitiva “sobre a correção dos valores utilizados no fluxo de caixa, que embasaram as revisões do contrato de concessão e a fixação das atuais tarifas de pedágio, sobre os parâmetros utilizados para estimar o tráfego nessa nova praça de pedágio, bem como sobre os custos das obras associadas às alterações”, seria proferida somente após a realização dessa inspeção (subitem 8.2).

Assim, a decisão definitiva a respeito da correção dos valores de pedágio, vigentes em razão da implantação da nova praça de pedágio em Jacareí/SP, estará sendo adotada nesta oportunidade, com base em dados técnicos coligidos na inspeção realizada pelos servidores José Augusto Maciel Vidigal, Adalberto Santos de Vasconcelos, Cláudio Riyudi Tanno e Paulo Henrique Nogueira, transcorrida no período de 8.10 a 14.11.01, aí englobado o planejamento e a execução em campo.

Nesse trabalho, a equipe verificou as seguintes alterações no Programa de Exploração da Rodovia até janeiro de 2001:

Nomenclatura atual	Aprovação	Alteração da tarifa	Escopo
Revisão 01	Ago 1997	Sim – R\$ 2,67608 (+ 11,97%)	<ul style="list-style-type: none"> • incremento e antecipação de investimentos obras de segurança: barreiras rígidas e metálicas, sinalização, passarelas, dispositivos, etc...
Adequação 01	Mar 1998	Não	<ul style="list-style-type: none"> • provisionamento de ISS até dez 97 • investimentos: barreiras, passarelas e dispositivos de segurança.
Adequação 02	Ago 1998	Não	<ul style="list-style-type: none"> • provisionamento de ISS de Jan98 a Jun98 • investimentos: desmembramento da praça de Paratei, melhoramentos Arujá e 3ª faixa.
Adequação 03	Nov 1998	Não	<ul style="list-style-type: none"> • cabines de bloqueio em Viúva Graça sentido RJ-SP.
Adequação 04	Jul 1999	Não	<ul style="list-style-type: none"> • prov. ISS de Jul98 a Dez98 – investimentos: viaduto de transposição Guará e Pindamonhangaba e prolongamento marginal viadutos CTA/Embraer. • CPMF de Jan97 a Dez98. • receitas alternativas até dez 98. • Antecipação Serra das Araras.
Revisão 02	Ago 1999	Sim – R\$ 2,5322 (- 5%)	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusão do ISS a partir de 1999. • redução da tarifa a partir de 18/08/1999.
Revisão 03	Dez 1999	Sim – R\$ 2,55752 (+ 1%)	<ul style="list-style-type: none"> • aumento da alíquota da Confins a partir de 18/08/1999.
Revisão 04	Dez 1999	Sim – R\$ 2,69819 (+ 5,5%)	<ul style="list-style-type: none"> • reinclusão do ISS a partir de 2000.
Revisão 05	Jul 2000	Sim – R\$ 2,6645 (-1,04%)	<ul style="list-style-type: none"> • inclusão do ISS referente ao exercício de 2000. • retirada da CPMF de Jan 97 a 31 dez 98.
Adequação 05	Ago 2000	Não	<ul style="list-style-type: none"> • saldo FAP até 31Dez99, • CPMF de Jan99 a Dez99, • receitas alternativas Jan a Dez99, • receitas com Fibra Ótica em 2000, • diferença devido congelamento da tarifa, • ajuste de tráfego adicional Paratei norte, • ajuste receita adicional cabines de bloqueio Viúva Graça, • desmembramento praça de pedágio Paratei/Jacareí.
Revisão 06	Jan 2001	Sim – R\$ 2,6832	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão do ISS de novo municípios aptos ao recebimento do imposto.
Adequação 06		Não	<ul style="list-style-type: none"> • saldo do Fap de 01/01/00 a 31/12/00 • receitas alternativas auferidas em 2000 • receitas alternativas previstas: 01/2001 a 02/2002 • passagem livre de caminhões (04/05/00 a 11/05/00 e compensações correspondentes (verba de fiscalização e receitas alternativas) • ajuste do tráfego adicional Paratei Norte • ajuste receita adicional cabines de bloqueio viúva graça • alteração da data de início da operação da praça de pedágio Paratei/Jacareí – início previsto para Set/2001 • ajuste de custo operacionais/investimentos

Todas essas revisões e adequações foram conferidas e analisadas pela equipe de inspeção (vide fls. 591/616 do volume 54), tendo sido verificado que elas observaram as disposições legais e contratuais e mantiveram inalterada a taxa interna de retorno original do empreendimento.

Ressalta a mesma equipe que as únicas incorreções observadas ocorreram nas adequações 4 e 6 e na revisão 6, as quais foram sanadas nas revisões e adequações posteriores.

Também foi avaliada a atuação do DNER no acompanhamento do contrato de concessão, tendo sido verificado que “todas as medições de tráfego ao longo da rodovia são de responsabilidade da concessionária” e o órgão “não possui controles próprios que possam aferir a correção das medições.

impossibilitando maior transparência na coleta de dados que, por sua vez, repercutem nos valores da tarifa e, conseqüentemente, na aplicação da legislação fiscal e tributária.”

De acordo com a equipe, isso demonstra a enorme fragilidade da fiscalização, pois o *“tráfego efetivo da rodovia constitui-se em risco de tráfego da concessionária, ou seja, se o tráfego real estiver abaixo do tráfego projetado no fluxo de caixa, a concessionária deve arcar com esse ônus. Entretanto, caso o tráfego efetivo total da rodovia esteja acima da projeção total de tráfego, esse ‘plus’ no tráfego deverá ser repassado para o usuário na forma de melhorias adicionais, além disso, todo o tráfego pedagiado na praça de Jacareí e o adicional de Parateí Norte são lançados no fluxo de caixa pelos valores reais pedagiados.”*

Assim, a equipe de auditoria assinala que *“é imprescindível ao poder concedente possuir meios próprios de aferição do tráfego efetivo na rodovia, ou contratá-los eventualmente, confrontando essas medições com as efetuadas pela Concessionária NovaDutra.”*

As questões atinentes à alteração da praça de pedágio de Parateí foram objeto de avaliação específica, englobando os desmembramentos que deram origem às praças de Parateí Norte e Jacareí (fls. 617/42 do volume 54).

Nesse exame, a equipe de inspeção detectou que *“as modificações na NovaDutra decorrentes do desmembramento da praça de pedágio de Parateí e da criação da nova praça de Jacareí causaram diminuição do risco de tráfego assumido pela concessionária em sua proposta à época da licitação, superiores à contrapartida oferecida aos usuários da rodovia na forma do atual desconto de 7,2% nas tarifas originárias do complexo de Parateí. Dessa forma, há indícios de que concessionária está obtendo ganhos financeiros indevidos com a redução do risco de tráfego original: 4,16% com o desmembramento de Parateí e 10,62% com a criação de Jacareí (total de 13,33%). Corrigindo-se a matriz de tráfego assumido pela concessionária na praça de Parateí (original), foi constatado que o desconto ofertado no complexo Parateí/Jacareí poderia ser superior ao concedido: em vez de se reduzir o pedágio de R\$4,50 para R\$4,20 (desconto de 7,2%), poder-se-ia implementar uma redução para, no mínimo, R\$3,90 (desconto de 13,5%). Entendemos que, a menos que a concessionária apresente estudos mais completos (detalhado de forma mais precisa a questão da diminuição do risco de tráfego), deve ser feita a correção da matriz de tráfego na forma proposta neste relatório.”*

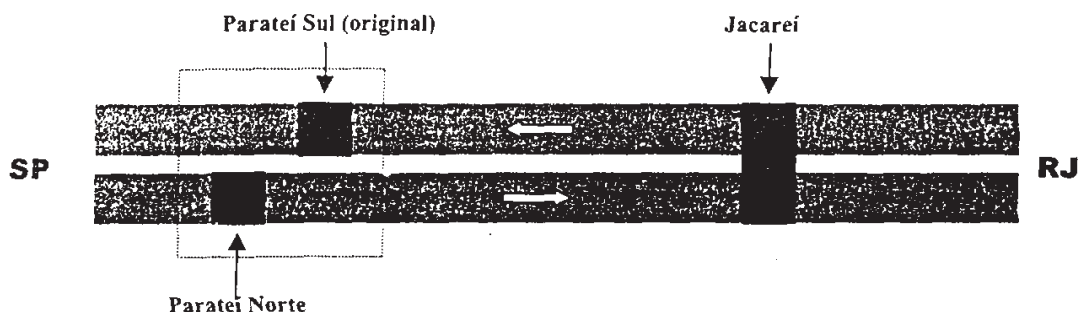
Para melhor compreender como se chegou a tal conclusão, faz-se necessário transcrever o trecho do relatório no qual é apresentada a metodologia de cálculo empregada, *in verbis* (fls. 617/56, volume 54):

5. “Alterações na praça de pedágio de Parateí

135. *A Praça de Pedágio de Parateí, localizada no município de Arujá (km 180,8 da rodovia), apresentava em sua configuração original cobrança bidirecional. Em agosto de 1998, ante a necessidade de ampliação de capacidade, foi autorizado o desmembramento em duas praças de cobrança unidirecional: Parateí Sul, na localização original, para cobrança no sentido São Paulo (denominado sentido sul) e Parateí Norte, a ser construída no km 204,7 da rodovia, para cobrança no sentido Rio de Janeiro (denominado sentido norte).*

136. *Com o intuito de se captar adicional de tráfego pedagiado, a fim de possibilitar descontos nas tarifas praticadas, foi autorizado, pelo DNER, em julho de 2000 (fl. 49), a construção da Praça de Pedágio de Jacareí (km 165). Essa nova praça foi tratada como integrante do complexo Parateí, de modo que o somatório das tarifas cobradas na Praças de Parateí Norte, Parateí Sul e Jacareí não deveriam ultrapassar as tarifas praticadas nas outras três praças de pedágio. Nesses termos, em valores à época da auditoria, eram cobradas as tarifas, no sentido Sul, de R\$ 2,20 em Parateí Norte e de R\$ 2,00 em Jacareí. No outro sentido, são R\$ 2,00 em Jacareí e R\$ 2,20 em Parateí Sul. Dessa forma, há uma redução de R\$ 0,30 nas tarifas por sentido para usuários que trafegam pelo complexo Parateí, uma vez que as demais praças mantêm a tarifa de R\$ 4,50 por sentido. A figura a seguir retrata a situação final do complexo denominado Parateí.*

Figura 3: Sistema de pedagiamento do Complexo Parateí



5.1. O desmembramento da praça de Parateí em norte e sul

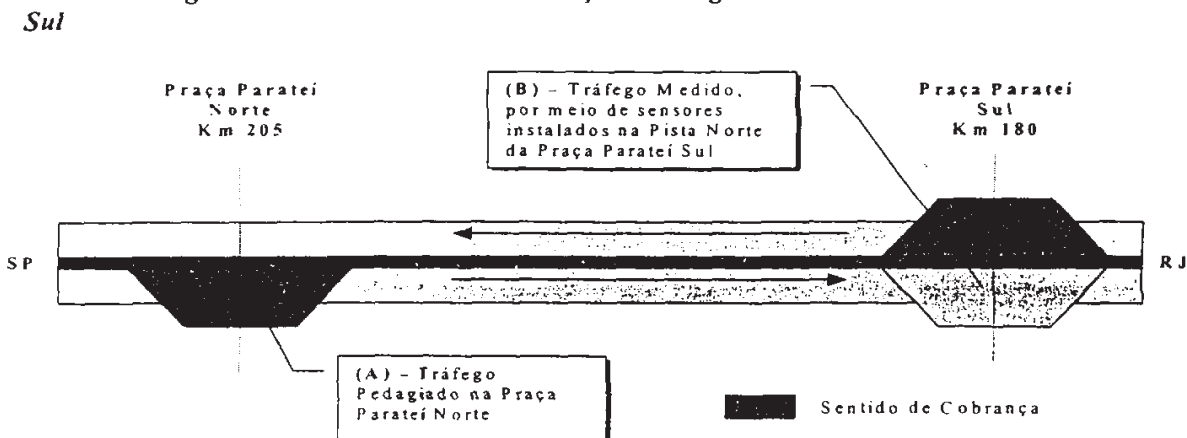
5.1.1. Justificativas para o desmembramento

137. Conforme justificado pela concessionária em entrevistas com a equipe de auditoria, argumentação corroborada pelo DNER nos presentes autos (fls.96/98), logo nos primeiros anos da concessão, a Praça de Pedágio de Parateí mostrou-se subdimensionada com suas onze (11) cabines de cobrança, vindo a ocasionar congestionamentos no local, o que justificava a necessidade de ampliação a fim de eliminar os congestionamentos nos horários de pico e nos feriados prolongados. Os estudos apresentados mostravam uma necessidade imediata de 13 cabines, a qual se ampliava gradativamente para 14 cabines no período de 1999 a 2001, 15 cabines de 2002 a 2004, 16 cabines de 2005 a 2007 e 17 cabines a partir dessa data.

138. Essa necessidade decorreu também da superação de expectativas de tráfego previstas para os dois anos iniciais de exploração. No primeiro ano completo de operação (1997), o tráfego realizado (19.770 mil veículos equivalentes) superou em 26,1% o tráfego projetado na proposta comercial (15.680 mil veículos equivalentes).

139. A época, quando das discussões das alterações na Praça de Parateí, a concessionária justificou a impossibilidade de alargamento da praça ante a presença do Rio Parateí próximo à Pista Sul (sentido São Paulo) e a existência de talude junto à Pista Norte (sentido Rio de Janeiro), formado por material instável do ponto de vista geotécnico, além de loteamento urbano em seu topo, dificultando a execução de novo corte (fl. 110). Todavia, a equipe de auditoria, contando com a participação de um ACE da SECEX/GO, especialista em obras rodoviárias, quando das verificações in loco, constatou que não se mostrou caracterizado no local a impossibilidade de corte no perfil existente, o que poderia ampliar a capacidade da praça junto à Pista Norte.

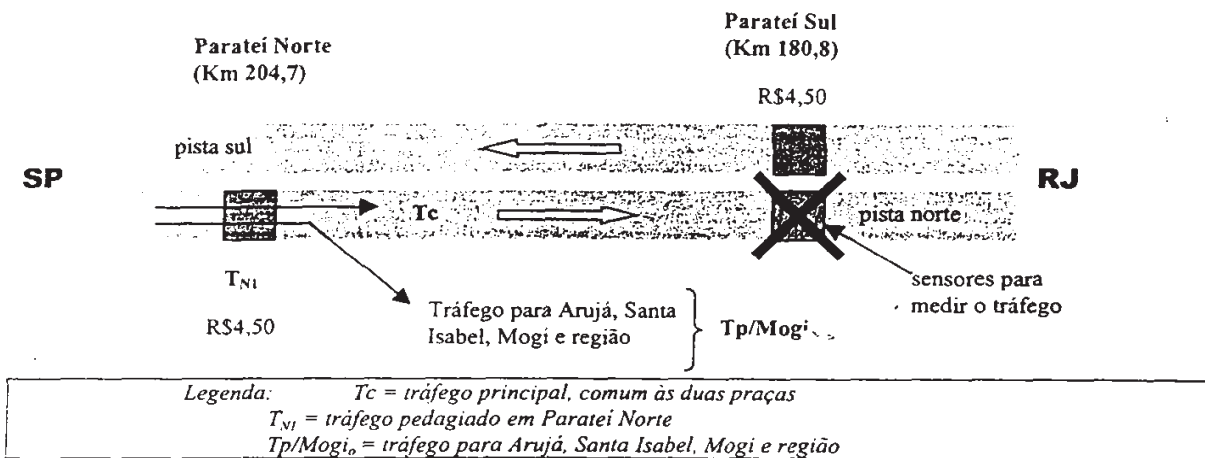
Figura 4: Desmembramento da Praça de Pedágio de Parateí em Parateí Norte e Parateí



5.1.2. O tráfego adicional captado em Paratei Norte

140. A nova localização da cobrança de pedágio no sentido Norte passou a agregar tráfego de usuários que deixavam a rodovia antes da Praça de Paratei em direção a Santa Isabel, Arujá, Mogi das Cruzes e região. Assim, como condição para que a alteração pudesse ser processada, todo o acréscimo de tráfego em Paratei Norte em relação à Praça de Paratei (sentido sul), na Pista Norte, deveria ser revertido para o fluxo de caixa.

Figura 5: Desmembramento da Praça de Paratei



141. Quando da elaboração da adequação, foi estimado o acréscimo de tráfego de aproximadamente 7,32% do tráfego total da concessão inicialmente projetado, o que representa um acréscimo 174.850 mil veículos equivalentes de um total de 2.388.006 mil veículos. No entanto, bastaria um acréscimo de tráfego de 4,94% (117.968 mil veículos) para equilibrar o fluxo de caixa do empreendimento, de modo a custear os investimentos adicionais e o acréscimo de custo operacional com a nova praça desmembrada, sem provocar acréscimo de tarifas. A Adequação 02, de agosto de 1998, contemplou as alterações propostas, incorporando ao fluxo de caixa um tráfego adicional de Paratei Norte, estimado em 4,94% do tráfego total inicialmente previsto, com projeção de crescimento ao longo da concessão igual ao adotado nas outras praças de pedágio.

142. Em termos de tráfego na Praça de Paratei (original), inicialmente projetado em 564.764 mil veículos equivalentes, os acréscimos estimados de 7,32% e 4,94% do tráfego total, representam um incremento, respectivamente, de 30,96% e 20,89% de tráfego na praça.

143. Previu-se que as projeções de tráfego adicional em Paratei Norte seriam anualmente ajustados com as medições efetivas de tráfego (tráfego real), mantendo-se nos anos subsequentes a previsão constante da Adequação 02 (tráfego incrementado em 4,94% do tráfego total com crescimento anual igual ao proposto pela concessionária na licitação). Dessa forma, havia a expectativa de que, além de custear os novos investimentos, o desmembramento poderia proporcionar descontos no valor das tarifas praticadas no complexo Paratei. Verifica-se, após três anos completos de medição, que o tráfego está aquém das expectativas iniciais em 55,8%, em relação ao acréscimo de 7,32%, e de 34,5%, em relação ao valor lançado no fluxo de caixa, que previa um acréscimo de 4,94%.

Tabela 6: Expectativas de acréscimo de tráfego em Paratei Norte em confronto com o tráfego realizado e ajustado ao ano calendário

	Previsão inicial	Necessidade	Tráfego realizado
	7,32%	4,94%	3,24%
Acréscimo de tráfego	12.909	8.712	5.709
Erro de estimativa	-55,8%	-34,5%	

Fonte: NovaDutra - Adequação 02 e posteriores

144. Como essa frustração de tráfego apresentou efeito apenas nos três primeiros anos de alteração, o impacto na elevação de tarifa não se mostrou visível, uma vez que nos demais anos são mantidas as projeções iniciais de acréscimo. Entretanto, persistindo essa diferença entre o realizado e o vislumbrado do estudo realizado pela NovaDutra, a tarifa de pedágio deverá subir, ou seja, o usuário além de não obter um desconto na praça, arcaria com parte dos custos das obras realizadas pela concessionária e não previstas no PER.

5.1.3. A medição do tráfego adicional pedagiado em Parateí Norte

145. O edital de licitação da concessão previa a cobrança de pedágio em quatro praças, em locais previamente definidos, constituindo-se em risco da concessionária o tráfego total assumido por ela em sua proposta comercial, confirmando-se ou não ao longo da execução da concessão, conforme se observa dos seguintes trechos do edital de licitação e do PER, respectivamente:

'38. Quando da elaboração da sua Proposta de Tarifa, a Licitante deve considerar que o volume máximo de tráfego a ser estimado para todo o prazo da concessão (vinte e cinco anos) **não pode ultrapassar** o limite de 2.388.700.000 (dois bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões e setecentos mil) veículos equivalentes aos veículos da Categoria 1 (definidos no item 113) e que as estimativas anuais ou a estimativa global de tráfego para o prazo da concessão previstas na 'Premissa Básicas da Proposta de Tarifa' e no 'Plano Econômico-financeiro' a que se referem o item 27 constituem meros indicadores que objetivam propiciar à Comissão o exame das Propostas de Tarifa para os fins previstos nas letras 'a' a 'c' do item 28, e que caso estas estimativas **não ocorram** – seja para mais ou para menos – daí não decorrerá qualquer revisão da Tarifa Básica de Pedágio, visto que à concessionária caberá, integralmente, o risco geral de trânsito, conforme estabelecido no item 85' (grifamos). (Seção IV – Da Elaboração da Proposta de Tarifa, item 38, volume 12 dos presentes autos).

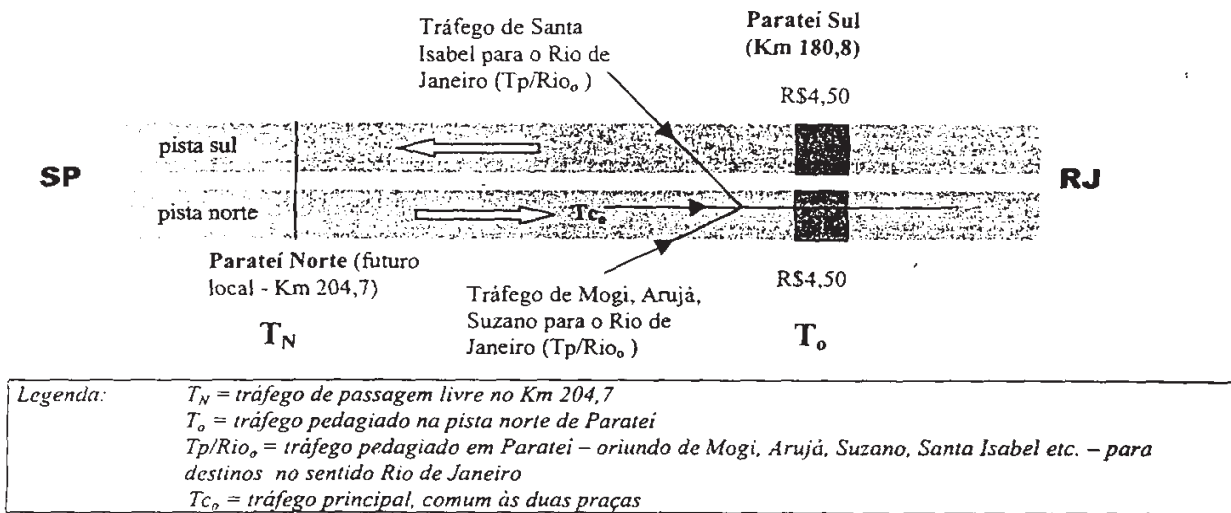
'(...) Por outro lado, constatada em qualquer época ao longo da Concessão, a ocorrência de um volume total máximo de tráfego (somatório total do número de veículos equivalentes pedagiados) superior a 2.388.700.000 veículos equivalentes, tal fato implicará na compulsória realização pela Concessionária da implantação de melhoramentos na Rodovia, adicionais aos previstos neste Programa, nas condições previstas no Edital (Fase III) – Capítulo III – seção I – subseção V'. (PER – Programa de Exploração da Rodovia, Tomo- II, Atualização, Julho/2000, fl. 137 do volume 9 dos presentes autos)

146. A adequação, que contemplou o desmembramento, buscou manter o risco inicialmente assumido na Praça de Parateí e não atribuir riscos adicionais com o acréscimo de tráfego pedagiado na nova Praça de Parateí Norte. Portanto, não há risco na projeção de tráfego adicional de 4,94% constante do fluxo de caixa, inicialmente estimado em 7,32%. Justifica-se esse tratamento pelo fato de o novo tráfego projetado não fazer parte da proposta oferecida pela concessionária na época da licitação, o que, a princípio, impossibilita atribuir a ela outros riscos que não aqueles assumidos desde o início. Assim, é premissa da modificação que a concessionária não tenha ganhos nem perdas com o novo fluxo de tráfego pedagiado.

147. O fluxo de caixa mantém a matriz de tráfego assumida nas quatro praças originais de pedágio. Na Praça original de Parateí foi assumido um tráfego total, nos dois sentidos, de 564.764 mil veículos equivalentes ao longo da concessão. Com o desmembramento da praça, a concessionária continua considerando no fluxo de caixa a mesma receita proveniente desse tráfego assumido em Parateí, mas com uma nova matriz de tráfego, tratada separadamente, denominada Adicional de Parateí Norte, ajustada anualmente pelo acréscimo real de tráfego.

148. O acréscimo real de tráfego é medido pela diferença entre o tráfego pedagiado na pista norte da nova Praça de Paratei Norte e o tráfego medido por sensores na pista norte da Praça de Paratei Sul (localização original da Praça de Paratei). Esse adicional refere-se ao tráfego pedagiado, anteriormente não existente, obtido com o desmembramento, na Praça de Paratei Norte. Busca-se, com isso, quantificar o tráfego adicional obtido pela concessionária, com a alteração, calculando-se o acréscimo do tráfego atual pedagiado (Figura 5) em relação ao tráfego que estaria sendo pedagiado, caso a praça continuasse em sua localização original (Figura 6).

Figura 6: Tráfego pedagiado antes do desmembramento



5.1.4. As condições de tráfego inicialmente existentes

149. Inicialmente, vamos analisar as condições de tráfego existentes nas imediações da Praça de Paratei, quando do pedagiamento original definido na licitação, antes de ocorrer o desmembramento da praça (Figura 6). Nessa configuração, dois fluxos de veículos são importantes para a análise: o tráfego pedagiado na Pista Norte de Paratei (T_O), existente no km 180,8 da rodovia (Posição Original), e o tráfego de passagem livre no km 204,7 (T_N), onde definiu-se que seria construída a nova Praça de Paratei Norte (Posição Norte).

150. Pode-se considerar que havia um tráfego principal de veículos, comum às duas posições (T_C). A expectativa de tráfego adicional a ser captado na Posição Norte (Paratei Norte) decorria do fluxo de veículos de São Paulo e mediações em direção a Santa Isabel, Arujá, Mogi das Cruzes e região ($T_p/Mogi_0$), conforme mostra a figura 5, cidades intermediárias às duas posições, que não incorria no pagamento de pedágio porque o acesso a essas cidades era anterior à Praça de Paratei. A projeção inicial de acréscimo de tráfego, estimado em 7,32% do tráfego total da concessão e 30,96% do tráfego em Paratei, fundamentou-se principalmente na captação desse fluxo de veículos.

151. No entanto, embora bem inferior, deve ser levado em consideração o tráfego pedagiado de usuários que se dirigiam daquelas cidades intermediárias para destinos no sentido Rio de Janeiro (T_p/Rio_0), existente somente na Posição Original. Não havendo outros fluxos parciais de veículos nessa configuração, os tráfegos na Pista Norte de Paratei (T_O) e na futura localização de Paratei Norte (T_N), podem ser expressos pela equações:

$$T_O = T_C + T_p/Rio_0 \quad (1)$$

$$T_N = T_C + T_p/Mogi_0 \quad (2)$$

152. A expectativa de captação adicional de tráfego pedagiado (Dif_0), nesse momento, pode ser quantificado como a expectativa de acréscimo do novo tráfego pedagiado (T_N) em relação ao tráfego pedagiado na configuração anterior (T_O):

$$\text{Adicional de tráfego} = T_N - T_O = Dif_0$$

$$Dif_0 = T_p/Mogi_0 - T_p/Rio_0 \quad (3)$$

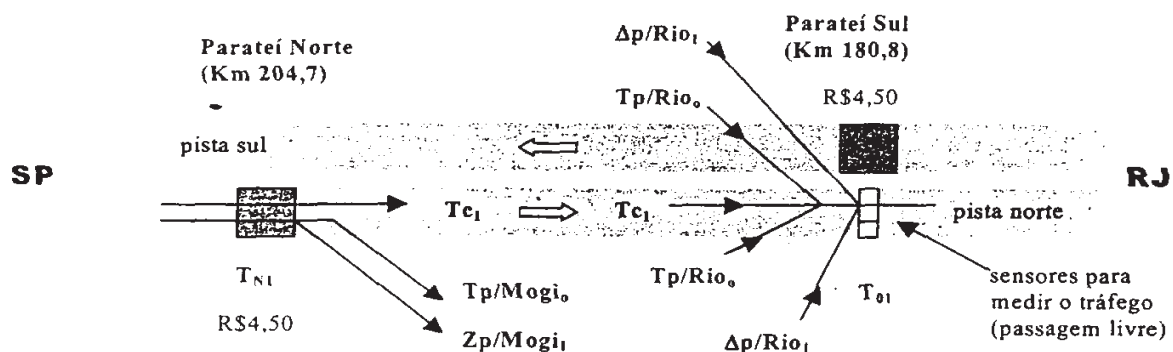
153. A equação (3) anterior indica o que vem a ser o acréscimo de tráfego a ser captado em Parateí Norte: trata-se do tráfego pedagiado exclusivamente na nova localização, decorrente do desmembramento, excluído o tráfego pedagiado exclusivamente na localização anterior, uma vez que essa receita deixou de existir. Nesses termos, atualmente, é confrontado o tráfego total pedagiado na nova praça (Posição Norte) com o tráfego medido por sensores na localização original da praça (Posição Original).

154. A sistemática, assim, expressa efetivamente o tráfego adicional captado em Parateí Norte, pois estará sempre medindo o tráfego para Santa Isabel, Arujá, Mogi das Cruzes e região, expurgado o tráfego dessas cidades em direção ao Rio de Janeiro, uma vez que o tráfego comum às duas localizações de praças (Tc_0) estará sempre eliminado da diferença calculada. Em termos de sistemática, há uma incorreção, não comprometedor, mas que necessita ser avaliada. Refere-se ao tráfego decorrente de veículos isentos, tais como ambulâncias, corpo de bombeiros, do DNER, das Forças Armadas, do Ministério Público, da NovaDutra, da Polícia Civil, Militar e Rodoviária, de prefeituras etc., além das motocicletas, que não interferem em T_N , mas são considerados como pedagiados ao passar pelos sensores, vindo a incrementar T_O , reduzindo a diferença a ser revertida ao fluxo de caixa.

5.1.5. As reais condições de medição do adicional de tráfego após o desmembramento

155. Com a implementação do desmembramento, as condições reais em que é feita a medição por sensores e a apuração da diferença (Figura 7) passaram a indicar o quanto de tráfego adicional é captado em Parateí Norte, em relação à localização original da praça, no sentido Norte, agora com passagem livre (foram disponibilizadas duas faixas - pista norte - com passagem livre em Parateí Sul). O adicional de tráfego, inicialmente estimado em 7,32% do tráfego total da concessão, não se confirmou porque os fluxos de tráfego anteriormente descritos sofreram interferências com a alteração.

Figura 7: Condições reais em que é apurado o acréscimo de tráfego após o desmembramento



Legenda:	
	T_{N1} = tráfego pedagiado em Parateí Norte após o desmembramento
	Tc_1 = tráfego principal, comum às duas praças
	$T_p/Mogi_0$ = tráfego pedagiado no sentido de São Paulo à Arujá, Santa Isabel, Mogi e região
	$Z_p/Mogi_1$ = Impedância devido à cobrança de pedágio na Praça Parateí Norte antes não existente
	T_p/Rio_0 = tráfego de Arujá, Mogi, Santa Isabel e região no sentido RJ existente à época do pedágio
	$\Delta p/Rio_1$ = acréscimo de tráfego em Parateí Sul (original) devido a não cobrança de pedágio antes existente
	T_{01} = tráfego que passará nos sensores na pista norte de Parateí Sul

156. Em Paratei Norte, pista norte, nos termos indicados na Figura 7, haverá captação de tráfego adicional em Paratei Norte, decorrente dos usuários que se dirigem à Santa Isabel, Arujá, Mogi das Cruzes e região. Entretanto, esses usuários passarão a arcar com o ônus do pagamento de pedágio, em valores à época da auditoria de R\$ 4,50, condição não existente anteriormente, o que naturalmente virá a originar impedância a esse fluxo de veículos ($Zp/Mogi_1$), ou seja, desestímulo ao citado fluxo. Assim, as expectativas iniciais de acréscimo de tráfego ($Tp/Mogi_0$) serão reduzidas com a impedância a esse tráfego, surgido com a nova configuração de pedagiamento.

157. O efeito na Posição Original é inverso. O fato de não mais haver pedagiamento na pista norte de Paratei Sul, quando, pela configuração anterior, haveria o pagamento de R\$ 4,50, estimula o incremento de tráfego dos usuários que partem daquelas cidades intermediárias em direção ao Rio de Janeiro ($\Delta p/Rio_1$) além do fluxo anteriormente existente (Tp/Rio_0).

158. O tráfego comum às duas posições está representado como Tc_1 (Tc_1 diferente Tc_0), por contemplar nova realidade (ver item 5.1.4.), diferente da existente anteriormente, mas que também não interfere no cálculo da diferença. Após o desmembramento, o novo tráfego pedagiado (T_{N1}), o tráfego que passará nos sensores na localização anterior (T_{O1}) e o adicional de tráfego (Dif_1), a ser revertido ao fluxo de caixa, podem ser expressos nessa nova configuração de pedagiamento pelas equações:

$$\text{sendo: } T_N = Tc_0 + Tp/Mogi_0 \quad \text{e} \quad T_{N1} = T_N - Zp/Mogi_1$$

$$T_0 = Tc_0 + Tp/Rio_0 \quad \text{e} \quad T_{O1} = T_0 + \Delta p/Rio_1$$

$$\text{tem-se: } T_{N1} = Tc_1 + Tp/Mogi_0 - Zp/Mogi_1 \quad (4)$$

$$T_{O1} = Tc_1 + Tp/Rio_0 + \Delta p/Rio_1 \quad (5)$$

$$\text{Adicional de tráfego} = T_{N1} - T_{O1} = Dif_1$$

$$Dif_1 = (Tp/Mogi_0 - Zp/Mogi_1) - (Tp/Rio_0 + \Delta p/Rio_1) \quad (6)$$

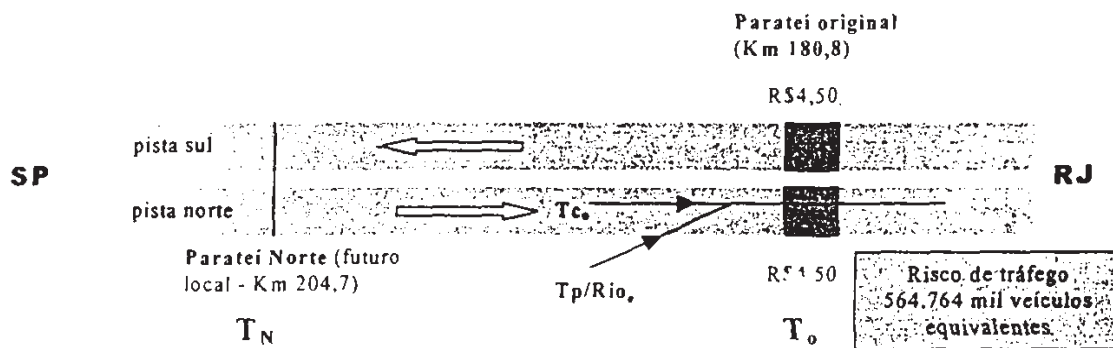
159. De acordo com a expressão anterior, que reflete as diferenças reais atualmente revertida ao fluxo de caixa, a frustração de cerca de 55% das previsões iniciais, deve-se, caso as projeções feitas pela NovaDutra estivessem certas, à existência de impedância ao fluxo de tráfego para Arujá, Santa Isabel, Mogi e região e ao acréscimo de tráfego de usuários dessas cidades em direção ao Rio de Janeiro, motivados pela passagem livre onde anteriormente localizavam-se as cabines de cobrança.

160. A diferença apurada anualmente expressa, nessa nova realidade, o quanto de tráfego adicional está sendo captado em Paratei Norte, mas em relação a uma configuração de passagem livre na Posição Original. Entendemos, assim, que não há incorreção na medição. Entretanto, o mesmo não ocorreu com o risco de tráfego assumido pela concessionária quando da licitação, ou seja, com essas modificações passou a haver uma redução do risco de tráfego inicialmente assumido na Praça de Paratei, que faz com que haja acréscimo de tráfego onde estão localizados os sensores. Nesse sentido, tendo em vista que esse acréscimo de tráfego contado pelos sensores diminui os benefícios a serem revertidos aos usuários, deve-se, portanto, buscar a correção do risco de tráfego assumido em Paratei, assunto que será abordado a seguir.

5.1.6. A redução do risco do tráfego original em Paratei com o desmembramento

161. Quando da elaboração de sua proposta comercial, a concessionária assumiu uma matriz de tráfego em Paratei, totalizando 564.764 mil veículos equivalentes até o final da concessão. Isso significa que, para efeito de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, as tarifas seriam dimensionadas de modo a manter a remuneração prevista pela taxa interna de retorno, considerada a receita gerada por esse tráfego assumido, confirmando-se ou não. Quando da configuração original de cobrança na Praça de Paratei, toda a receita pedagiada era auferida pela concessionária, assumido o risco original (Figura 8), ou seja, se fosse pedagiado menos veículos equivalentes de que o assumido pela NovaDutra em sua proposta à época da licitação, a concessionária arcaria com esse ônus, o que é plenamente coerente com os riscos assumidos por qualquer empresa privada em um

Figura 8: Configuração de risco assumido em Paratei



negócio.

Legenda: T_N = tráfego de passagem livre no Km 204,7

T_0 = tráfego pedagiado na pista norte de Paratei

$T_{p/Rio}$ = tráfego pedagiado em Paratei - oriundo de Mogi, Arujá, Suzano, Santa Isabel etc. - para destinos no sentido Rio de Janeiro

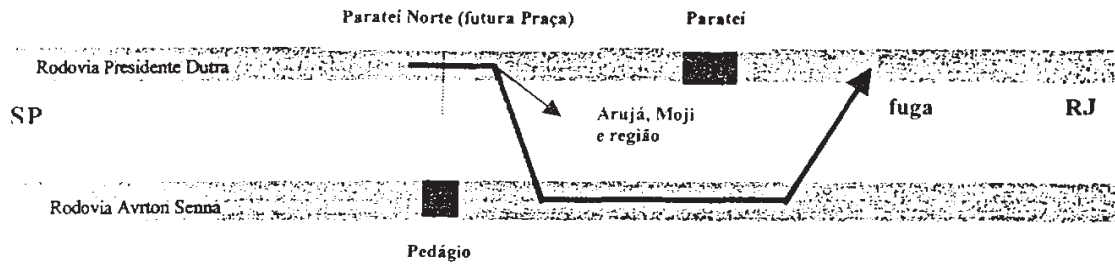
T_c = tráfego principal, comum às duas praças

162. Após o desmembramento, a concessionária passou a auferir as receitas pedagiadas em Paratei Sul e Paratei Norte (T_{NI}), conforme mostra a figura 5, desconsiderado o adicional de tráfego captado com o desmembramento (Dif_1). Portanto, a receita auferida em Paratei Norte corresponde ao tráfego $T_{NI} - Dif_1$ e, como vimos anteriormente, esse tráfego corresponde ao próprio tráfego que passará pelos sensores na localização anterior (T_{O1}).

163. Assim sendo, a concessionária aufere, nessa nova condição de desmembramento, indiretamente, todo o tráfego que passa pelos sensores (Posição Original), mantido o tráfego de risco assumido originalmente nessa posição. Esse risco está associada à configuração original de pedagiamento, cujas expectativas de tráfego correspondiam a T_0 , expresso pela equação (1). Entretanto, como já mencionado, após o desmembramento, nessa posição, houve um incremento de tráfego de usuários que partem das cidades intermediárias em direção ao Rio de Janeiro ($\Delta p/Rio_1$).

164. A alteração também eliminou tráfego de fuga anteriormente existente em Paratei, de usuários que possuíam trajeto natural pela rodovia, mas que migravam para a Rodovia Ayrton Senna, retornando à Dutra após a praça de cobrança, ou seja, havia na condição original uma fuga da praça de pedágio em Paratei (figura 9).

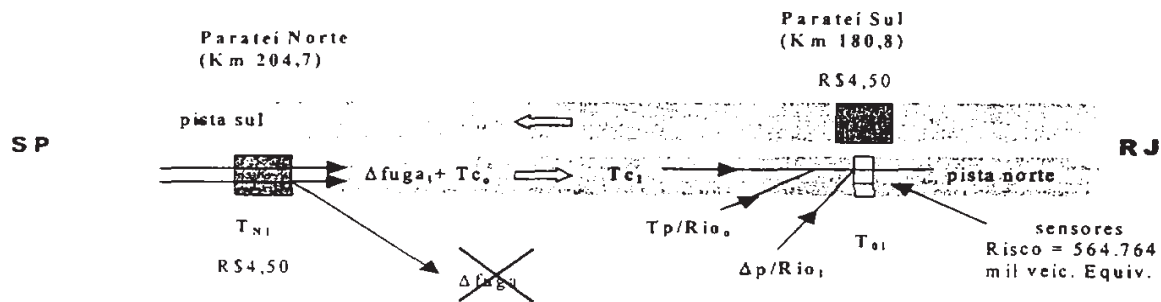
Figura 9: Fuga existente na Dutra, na região de Arujá, antes do desmembramento de Parateí



165. Entre São Paulo e Jacareí, a Rodovia Ayrton Senna é alternativa paralela à Rodovia Presidente Dutra. Considerando os dois sistemas de pedágio, a distribuição original das praças permitia a possibilidade de se evitar tanto as praças de pedágio da Rodovia Ayrton Senna quanto as da Rodovia Presidente Dutra, com um traçado em 'ziguezague' entre as praças das duas rodovias. Com a construção da Praça de Parateí Norte, na região de Arujá, os sistemas foram equilibrados, pois as praças tanto da Dutra quanto da Ayrton Senna foram alinhadas de tal maneira que não mais se permite esse trajeto em 'ziguezague', o que, a princípio, beneficiou os dois sistemas de pedágio.

166. O pedágio em Parateí Norte, antes do acesso à alternativa de fuga, recompôs parte desse fluxo, uma vez que o pagamento da tarifa tornou-se compulsório a esses usuários, vindo a desestimular sua migração para a outra rodovia, onde se submeteriam a percorrer uma distância maior, já tendo assumido o ônus da tarifa. Esse fluxo adicional captado ($\Delta fuga_1$), também aumentou o tráfego medido pelos sensores na Posição Original. Esse adicional de tráfego não interfere na medição da diferença por ser comum às duas posições de cobrança (integrante de Tc_1), por isso não foi levado em consideração anteriormente. A Figura 10 indica a nova configuração de risco, obtida após o desmembramento.

Figura 10: Configuração de risco após o desmembramento em Parateí



Legenda:	T_{N1} = tráfego pedagiado em Parateí Norte após o desmembramento
	T_{C1} = tráfego principal, comum às duas praças, após o desmembramento
	T_{C_0} = tráfego principal, comum às duas praças, antes do desmembramento
	$\Delta fuga_1$ = acréscimo de tráfego decorrente da incorporação de veículos em trajeto de fuga antes existente em Arujá (Parateí Norte)
	$\Delta fuga_0$ = fuga existente em Arujá antes do desmembramento
	T_{P/Rio_0} = tráfego de Arujá, Mogi, Santa Isabel e região no sentido RJ existente à época do pedágio
	$\Delta P/Rio_1$ = acréscimo de tráfego em Parateí Sul (original) devido a não cobrança de pedágio antes existente
	T_{01} = tráfego que passará nos sensores na pista norte de Parateí Sul

167. Indicamos os efeitos da mudança somente no sentido Norte da Posição Original, mas, ante o equilíbrio de tráfego entre os dois sentidos, os efeitos descritos também repercutem no sentido Sul da praça. Isso significa que existe a tendência natural de usuários que trafegam em um sentido utilizarem também o outro. Nos termos especificados na Figura 10, o risco original associado a T_0 foi assumido com cobrança de pedágio, em valores à época da auditoria, de R\$ 4,50. Após o desmembramento, a Posição Original passou a agregar os tráfegos adicionais $\Delta p/Rio_1$ e $\Delta fuga_1$. O tráfego original (T_0) e o tráfego após o desmembramento (T_{01}) podem ser expressos pela expressões (1) e (5) anteriormente descritas:

$$T_0 = T_{c0} + T_{p/Rio_0} \quad (1)$$

$$T_{01} = T_{c1} + T_{p/Rio_0} + \Delta p/Rio_1 \quad (5)$$

168. O tráfego comum T_{c1} , na nova configuração, é o tráfego comum existente anteriormente (T_{c0}), acrescido da recomposição do tráfego de fuga decorrente da instalação da Praça de Paratei Norte ($\Delta fuga_1$). Pode-se considerar que o tráfego T_{c0} , anteriormente existente, mantém-se porque esses usuários foram indiferentes ao desmembramento, pois pagariam R\$ 4,50 (a valores à época da auditoria) independentemente da cobrança ocorrer no km 180,8 (posição sentido original) ou no km 204,7 (Posição Norte). Substituindo T_{c1} na equação (5), obtemos o tráfego captado na Posição Original após o desmembramento:

$$T_{c1} = T_{c0} + \Delta fuga_1$$

$$T_{01} = T_{c0} + T_{p/Rio_0} + \Delta p/Rio_1 + \Delta fuga_1 \quad (7)$$

169. Comparando as equações (7) e (1), obtêm-se os fluxos de veículos que foram adicionados ao tráfego inicialmente existente na Posição Original (T_0):

$$T_{01} - T_0 = T_{c0} + T_{p/Rio_0} + \Delta p/Rio_1 + \Delta fuga_1 - (T_{c0} + T_{p/Rio_0})$$

$$T_{01} = T_0 + \Delta p/Rio_1 + \Delta fuga_1 \quad (7) - (1)$$

170. Nesses termos, o tráfego que passa pelos sensores (T_{01}), que corresponde à receita auferida pela concessionária após o desmembramento da praça, agrega tráfegos adicionais de recomposição de fuga ($\Delta fuga_1$) e de usuários das cidades intermediárias em direção ao Rio de Janeiro ($\Delta p/Rio_1$), anteriormente não existentes. Assim, a concessionária, mantendo o risco original de 564.764 mil veículos equivalentes na Posição Original (ressalte-se que o contrato de concessão, apesar de separar os tráfegos por praças de pedágio e por ano, estabelece o risco como o tráfego total na Via Dutra, durante todo o prazo de concessão), obteve ganhos adicionais de pedagiamento decorrentes de melhorias nas condições de captação de tráfego, após a modificação procedida, sem que houvesse reversão desses ganhos ao fluxo de caixa em benefício da modicidade da tarifa, em consequência, dos usuários. Certamente, se a condição à época da licitação fosse a existente após o desmembramento, a matriz de tráfego apresentada pela NovaDutra (e demais licitantes) seria bem mais otimista, fazendo com que o tráfego fosse maior, por consequência, o pedágio tivesse um valor menor se considerado a mesma TIR.

5.1.7. Estimativa de acréscimo de tráfego em Paratei com a redução de risco

171. A operação das praças de pedágio após o desmembramento iniciou-se em outubro de 1998, vindo a operar nessa condição até julho de 2001, a partir do qual houve nova alteração na configuração de pedagiamento com o início da operação da nova Praça de Jacareí no mês seguinte. Para que se pudesse estimar os efeitos do desmembramento de praças com dados reais de tráfego, consolidamos os tráfegos mensais pedagiados em Paratei, Moreira César e Itatiaia, anualizados no

período de Out/Set. Assim, pode-se obter os tráfegos totais, nos dois primeiros anos antes da alteração, e nos dois primeiros anos após a alteração.

Tabela 7: Tráfego total pedagiado em Parateí (Norte e Sul), anualizado para o período de Out/Set

Período	Parateí		Moreira César (1)		Itatiaia (2)		Total sem Parateí (1)+(2)	
1-Out96/Set97	19.842		19.473		16.541		36.013	
2-Out97/Set98	18.700	-5,76%	19.666	+0,99 %	16.285	-1,54%	35.951	-0,17%
3-Out98/Set99	21.325	+14,04%	19.475	-0,97%	15.978	-1,89%	35.453	-1,39%
4-Out99/Set00	22.680	+6,35%	19.616	+0,72 %	16.319	+2,13%	35.935	+1,36 %

Fonte: NovaDutra – Relatório Técnico-Operacional

172. Observa-se que o tráfego pedagiado em Parateí (Norte e Sul), após o desmembramento, mesmo vindo de uma tendência acentuada de redução no ano anterior de -5,76% (Período 2), cresceu 14,04% e 6,35% nos anos subsequentes (Períodos 3 e 4). Nas outras praças, nesses períodos, não houve tendências acentuadas de crescimento ou redução de tráfego. A evolução de tráfego na Praça de Viúva Graça será desconsiderada dessas projeções porque nos anos de 1999 e 2000 a concessionária obteve acréscimo de tráfego (recomposição de tráfego de fuga) decorrente da operação das cabines de bloqueio instaladas na BR465, rodovia alternativa à Via Dutra nas imediações da praça em direção ao Rio de Janeiro, o que alterou a tendência de tráfego anteriormente existente na praça.

173. Conforme descrito anteriormente, esses acréscimos decorrem da captação de tráfego adicional em Parateí Norte e da redução do risco de tráfego na localização original da Praça de Parateí. Parte desse acréscimo foi apurado e revertido ao fluxo de caixa.

174. Expurgando essas diferenças do tráfego total, obtêm-se o tráfego pedagiado corrigido em Parateí, efetivamente auferido pela concessionária, e os acréscimos anuais de 0,9% e 5,29%, respectivamente, no primeiro e no segundo ano após a modificação. Esse tráfego auferido corresponde ao tráfego considerado pela concessionária como sendo aquele que existiria na Praça de Parateí, caso o pedagiamento fosse mantido na sua localização original.

Tabela 8: Tráfego auferido em Parateí (localização original)

Período	Parateí (total)		Diferença Revertida para a concessão	Tráfego Auferido pela concessionária	
1-Out96/Set97	19.842			19.842	
2-Out97/Set98	18.700	-5,76%		18.700	-5,76%
3-Out98/Set99	21.325	14,04%	2.456	18.869	0,90%
4-Out99/Set00	22.680	6,35%	2.812	19.868	5,29%

Fonte: NovaDutra – Relatório Técnico-Operacional

175. Para que se possa estimar o acréscimo de tráfego decorrente da redução de risco na localização original da praça, devemos projetar o comportamento de tráfego em Parateí, mantidas as condições anteriores de operação. As premissas que utilizaremos são meramente indicativas, servindo unicamente para confrontar os dados de tráfego com as constatações levantadas neste relatório. Pretende-se, assim, verificar se há compatibilidade entre os fatos levantados e as medições reais de tráfego.

176. O pedagiamento na condição anterior possui dados reais apurados nos dois anos anteriores à alteração (Períodos 1 e 2). O comportamento de tráfego ao longo da rodovia é refletido nas Praças de Moreira César e Itatiaia, que não sofreram influências do desmembramento. O tráfego que existiria em Parateí será projetado tendo como base a tendência real observada nas demais praças, que deve refletir o comportamento de tráfego da rodovia nas condições originais de pedagiamento. Essa premissa justifica-se ante a evolução mensal do tráfego nas Praças de Parateí e

Moreira César com Itatiaia desde o início da concessão até o mês anterior ao desmembramento. No intuito de corroborar essa premissa, foi calculado, utilizando aplicativos de estatística do Microsoft Excell, o coeficiente de correlação entre a matriz de tráfego de Parateí e a resultante da soma de Moreira César e Itatiaia, cujo valor foi de 0,743.

Tabela 9: Crescimento mensal da tráfego pedagiado em Parateí em confronto com as Praças de Moreira César e Itatiaia (antes do desmembramento)

	Mês	Parateí		Moreira César e Itatiaia	
1	Ago/96	1.496.152		2.839.728	
2	Set/96	1.531.125	2,34%	2.864.765	0,88%
3	Out/96	1.671.737	9,18%	3.081.633	7,57%
4	Nov/96	1.625.086	-2,79%	3.059.390	-0,72%
5	Dez/96	1.718.786	5,77%	3.333.982	8,98%
6	Jan/97	1.679.206	-2,30%	3.192.569	-4,24%
7	Fev/97	1.514.564	-9,80%	2.758.876	-13,58%
8	Mar/97	1.681.827	11,04%	2.985.678	8,22%
9	Abr/97	1.679.259	-0,15%	2.897.271	-2,96%
10	Mai/97	1.687.653	0,50%	2.986.931	3,09%
11	Jun/97	1.529.977	-9,34%	2.801.202	-6,22%
12	Jul/97	1.758.229	14,92%	3.150.827	12,48%
13	Ago/97	1.657.128	-5,72%	2.912.158	-7,57%
14	Set/97	1.638.434	-1,16%	2.852.626	-2,04%
15	Out/97	1.663.900	1,55%	3.124.405	9,53%
16	Nov/97	1.598.909	-3,91%	2.993.344	-4,19%
17	Dez/97	1.680.418	5,10%	3.267.792	9,17%
18	Jan/98	1.600.342	-4,77%	3.111.803	-4,77%
19	Fev/98	1.382.462	-13,61%	2.696.124	-13,36%
20	Mar/98	1.597.956	15,59%	2.993.686	11,04%
21	Abr/98	1.532.941	-4,07%	2.889.525	-3,48%
22	Mai/98	1.547.502	0,95%	2.987.040	3,37%
23	Jun/98	1.452.563	-6,13%	2.781.437	-6,88%
24	Jul/98	1.569.917	8,08%	3.101.043	11,49%
25	Ago/98	1.547.340	-1,44%	3.006.796	-3,04%
26	Set/98	1.525.339	-1,42%	2.997.891	-0,30%
1/26		No período	1,95%	No período	5,57%

Fonte: NovaDutra – Relatório Técnico-Operacional

177. Pode-se observar que há estrita vinculação na evolução de tráfego entre as Praças comparadas, no que pertine à tendência de crescimento ou redução mensal observada. Em todos os meses essa tendência é mantida nas praças comparadas. O Gráfico 1, a seguir, compara a evolução de tráfego nas três praças individualmente até dezembro de 2001. Após o desmembramento (Out/98) houve evidente acréscimo de tráfego em Parateí e novo acréscimo após Ago/01 com a criação da Praça de Jacareí. A fim ilustrativo, com o objetivo de melhor visualizar esses fatos (informação qualitativa), buscou-se adicionar linhas de tendências lineares, nas quais os ajustes são calculados pelo método dos mínimos quadrados. Para tanto, foi utilizado aplicativos do pacote gráfico do Microsoft Excell (gráficos 2 e 3).

Gráfico 1: Evolução do tráfego pedagiado na NovaDutra

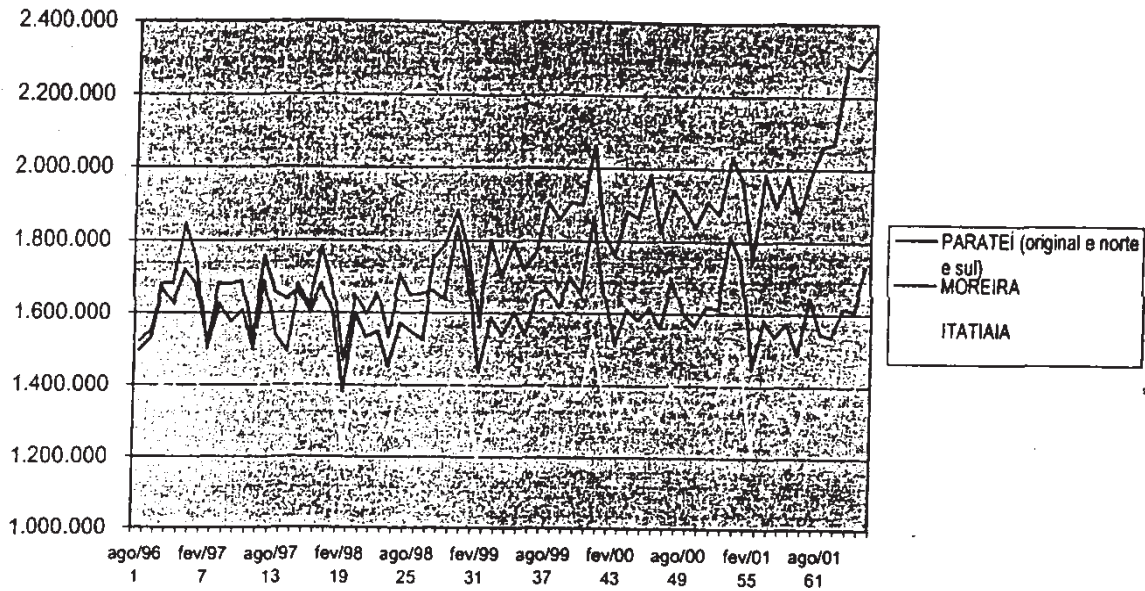
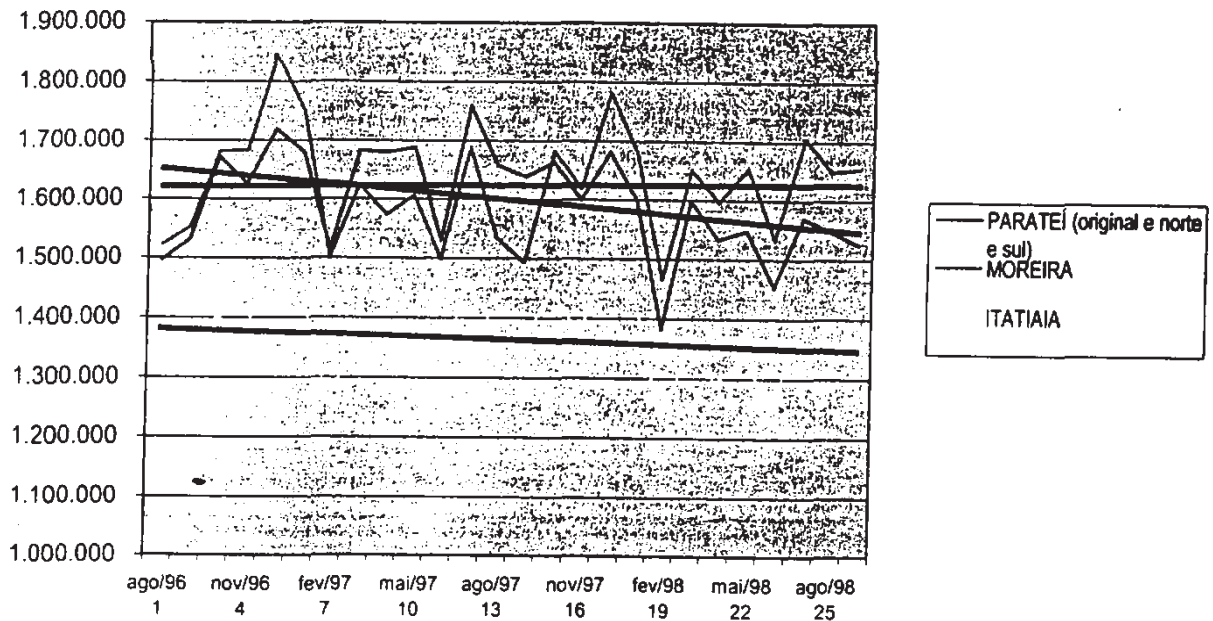
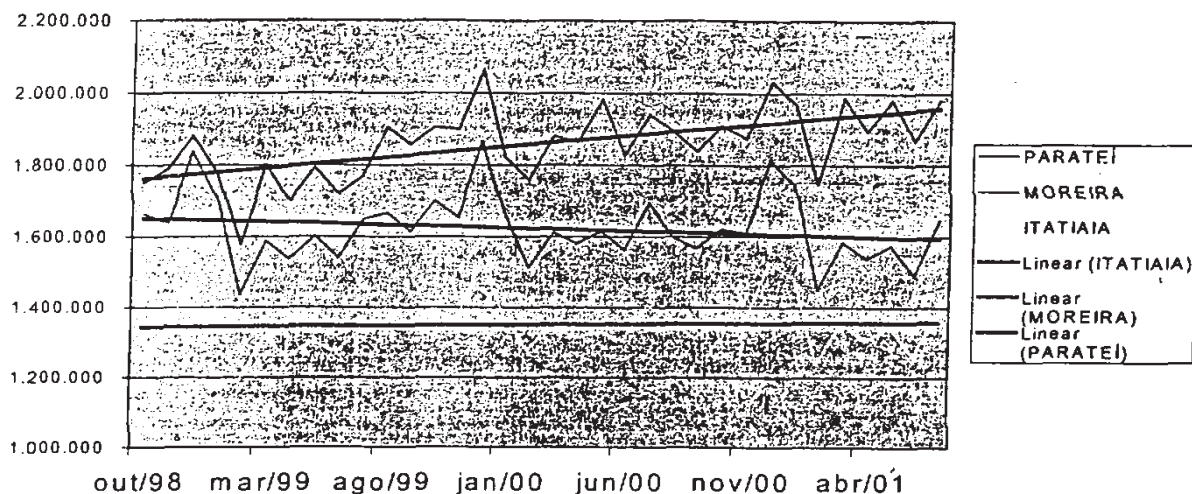


Gráfico 2: Evolução do tráfego pedagiado na NovaDutra até setembro de 98 (desmembramento de Parateí)



178. Observa-se do gráfico 2 que a Praça de Parateí antes do desmembramento apresentava decréscimo acentuado de tráfego enquanto as outras praças permaneciam com tráfego quase constantes.

Gráfico 3: Evolução do tráfego pedagiado na NovaDutra após o desmembramento de Paratei e antes de funcionamento de Jacareí



179. O gráfico 3 mostra que após o desmembramento, a Praça de Paratei inverteu sua tendência de queda no tráfego, apresentado acentuado crescimento em relação as demais praças ora comparadas.

180. Utilizaremos o crescimento de tráfego nas Praças de Moreira César e Itatiaia no período compreendido entre outubro de 1998 e setembro 2000 (3 e 4) para projetarmos o tráfego em Paratei, não deixando de ressaltar que nessa condição estamos sendo conservador, conforme pôde-se observar dos gráficos anteriores.

Tabela 10: Projeção de tráfego em Paratei (localização original)

Período	Crescimento em Paratei na condição anterior	Crescimento em Moreira César e Itatiaia	Tráfego Projetado (corrigido)
1-Out96/Set97			19.842
2-Out97/Set98	-5,76%	-0,17%	18.700
3-Out98/Set99		-1,39%	18.440
4-Out99/Set00		1,36%	18.691

Fonte: Sefid

181. O acréscimo do tráfego auferido em relação ao tráfego projetado corresponde ao ganho gerado com a redução de risco obtida com o desmembramento, que origina as receitas adicionais indevidamente auferidas pela concessionária, como se observa da tabela a seguir.

Tabela 11: Projeção de acréscimo de tráfego, obtido com o desmembramento, não revertido ao fluxo de caixa

Período	Tráfego auferido pela concessionária (pedagiado – diferença revertida p/ concessão) (1)	Tráfego projetado corrigido (2)	Acréscimo De tráfego (3)=(1)-(2)	Acréscimo de tráfego (3)/(2)
3-Out98/Set99	18.869	18.440	429	2,33%
4-Out99/Set00	19.868	18.691	1.117	5,98%
TOTAL		37.131	1.546	4,16%

Fonte: Sefid

182. Assim, pode-se estimar que o percentual de 4,16% é um indicativo de acréscimo de tráfego na Praça de Parateí em sua localização original, obtido exclusivamente com o desmembramento de praças e já expurgado o acréscimo de tráfego adicional captado em Parateí Norte, que está sendo revertido para a concessão. Ressalte-se que no 1º ano considerado registrou-se um acréscimo de 2,33% e no 2º ano o acréscimo atingiu 5,98%. Entendemos que ao se considerar a média desses dois anos, estamos sendo, mais uma vez, conservadores, pois o acréscimo de tráfego (em termos percentuais) tende a crescer com o transcorrer da concessão.

183. Posteriormente, com a implantação da Praça de Jacareí também foi originado expectativas de incremento de tráfego na Praça de Parateí Sul, ante a maior atratividade obtida pela Via Dutra numa nova configuração de competição com a Rodovia Ayrton Senna, como se observará no item a seguir.

184. Cabe acrescentar que o processo de adequação ocorrido em Parateí, com desmembramento nas praças de cobrança de sentido unidirecional, não foi ainda formalmente apreciado pelo TCU, vindo esta Corte a manifestar-se unicamente quanto à legalidade da implantação da Praça de Jacareí, integrante do complexo de Parateí.

6. A criação da praça de Jacareí

185. Trata-se de praça de pedágio não existente originalmente, com a finalidade de obter incremento para a base de usuários pagantes. Dessa forma, toda a receita apurada na Praça de Jacareí deverá ser revertida ao fluxo de caixa em benefício da modicidade da tarifa. Estima-se que será pedagiado um adicional de 802.258 mil veículos equivalentes até o final da concessão, o que representa um acréscimo de 33,6% do tráfego total projetado para as quatro praças originais. De modo análogo ao tratamento dado quando do desmembramento da Praça de Parateí, a concessionária continua considerando no fluxo de caixa a mesma receita proveniente do tráfego inicialmente assumido nas quatro praças originais, mas também com uma nova matriz de tráfego, tratada separadamente, denominada Praça Jacareí, ajustada anualmente pelo seu tráfego efetivo.

186. Isso significa que também não haverá risco de tráfego para a nova praça em operação. Apesar de estimado o tráfego a ser pedagiado no local para os anos restantes da concessão, para fins de cálculo da receita total e tarifa a ser ofertada com desconto, ao final de cada ano o fluxo de caixa do empreendimento deverá ser ajustado pelo tráfego efetivamente ocorrido de modo a não proporcionar ganhos ou perdas para a concessionária nessa nova praça. Também nessa modificação, justifica-se o tratamento pelo fato de o novo tráfego projetado não fazer parte da proposta oferecida pela concessionária, o que impossibilita atribuir a ela outros riscos que não aqueles assumidos desde o início. Todavia, a concessionária não deverá também auferir ganhos injustificados, anteriormente não previstos ante as condições existentes quando da licitação. Caso contrário, a obtenção posterior de condições que a favoreça poderia descaracterizar a competição em igualdade de condições requerida pelo certame. Como definiu-se que não haverá riscos para a concessionária, a vantagem será configurada somente se houver acréscimo de tráfego nas praças de pedágio originalmente previstas.

187. Com a criação da Praça de Jacareí, mostram-se evidentes as expectativas de incremento de tráfego na Praça de Parateí, o que viria a reduzir o risco inicialmente assumido naquela praça mais uma vez. Esse acréscimo esperado de tráfego decorre dos ganhos de atratividade aos usuários obtidos pela Via Dutra em relação às rodovias concorrentes, conforme será detalhado adiante.

6.1. Os efeitos no tráfego com os descontos ofertados

188. Após a criação da Praça de Jacareí, com a captação de tráfego adicional pedagiado, de modo global e para as tarifas praticadas à época da auditoria, foi proporcionado o desconto de 51% para usuários que utilizam o trecho entre São Paulo e imediações de Jacareí (de R\$ 4,50 para R\$ 2,20), de 6,67% no trecho entre São Paulo e imediações de Moreira César (de R\$ 4,50 para R\$ 4,20), decrescendo com a distância percorrida até o desconto global de 1,67% para a tarifa

total cobrada na rodovia (de R\$ 18,00 para R\$ 17,70). Essas reduções possibilitaram maior atratividade aos usuários da rodovia, vindo a gerar tráfego adicional de usuários, anteriormente não existente, beneficiados com a redução real de tarifas. Denominaremos esse acréscimo de veículos de $\Delta desc2$.

189. A Praça de Jacareí interferiu também no fluxo de veículos de usuários anteriormente beneficiados com a retirada da cobrança de pedágio na Pista Norte de Parateí (original), após o desmembramento. Com a modificação, aos usuários responsáveis pelo tráfego das cidades intermediárias às Posições Norte e Parateí original em direção ao Rio de Janeiro ($Tp/Rio_0 + \Delta p/Rio_1$) foi atribuído ônus não existente na condição anterior: cobrança de pedágio nesse sentido, no valor, à época, de R\$ 2,00, após 15,5 km, na Praça de Jacareí, vindo a reduzir esse fluxo de tráfego. Nos dois sentidos, esses usuários tiveram acréscimo de 37,8%, de R\$ 4,50 para R\$ 6,20 (Jacareí, nos dois sentidos, e Parateí Sul).

190. Haverá, entretanto, usuários integrantes desse fluxo que se beneficiarão com nova redução, de 51,1% (de R\$ 4,50 para 2,20), nos dois sentidos, se utilizarem a rodovia somente até imediações de Jacareí, incorrendo em pagamento de pedágio somente ao retornarem, em Parateí Sul. Essa categoria especial de usuários foi beneficiada desde o início da concessão com redução total de 75,6% (de R\$ 9,00 para 2,20) nos dois sentidos.

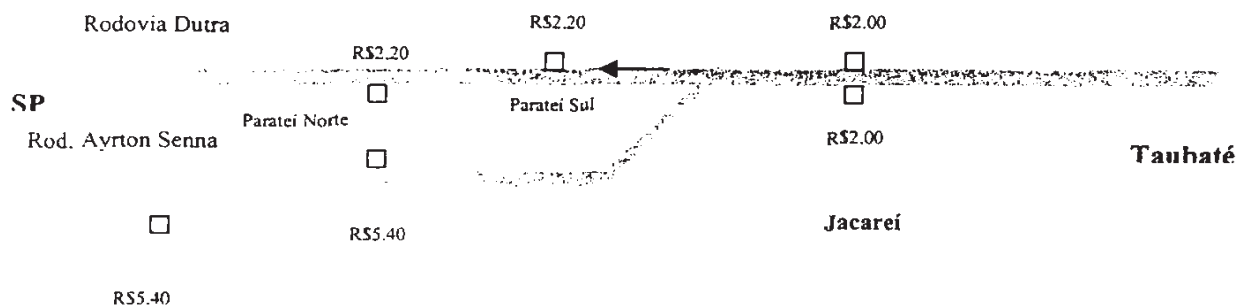
191. O fluxo adicional resultante $\Delta p/Rio_2$ – acréscimo de tráfego em Parateí Sul (original) resultante do desmembramento de Parateí e da entrada em operação de Jacareí - levando em consideração os dois efeitos, deverá ser inferior ao fluxo anterior ($\Delta p/Rio_1$), uma vez que o tráfego das cidades intermediárias (Santa Isabel, Arujá, Mogi das Cruzes e região) até imediações de Moreira César (incluindo Jacareí, São José dos Campos e Taubaté como destino), cujo pedágio foi majorado em 37,8%, é bem superior ao tráfego beneficiado com nova redução de 51,1% (somente até imediações de Jacareí).

192. De modo análogo, com a redução de tarifa na Praça de Parateí Norte, de R\$ 4,50 para R\$2,20, a impedância de usuários que se dirigem a Mogi e região ($Zp/Mogi_1$) deverá reduzir-se para $Zp/Mogi_2$, o que se reflete no acréscimo de tráfego captado exclusivamente em Parateí Norte.

6.2. A migração de usuários da Rodovia Ayrton Senna para Dutra

193. A Rodovia Presidente Dutra, que liga a região do Vale do Paraíba (Jacareí, São José dos Campos e Taubaté) a São Paulo, sofre concorrência direta das Rodovias, paralelas e pedagiadas, Carvalho Pinto (entre Taubaté e Jacareí) e Ayrton Senna (entre Jacareí e São Paulo). Com a implantação da nova praça de pedágio e a conseqüente redução do pedágio de R\$ 4,50 para R\$ 4,20, por sentido, entre Taubaté e São Paulo, há a expectativa de migração de usuários para rodovia. Entretanto, além do desconto proporcionado, a localização da Praça de Jacareí, efetivamente, fez com que essa opção pela Via Dutra tornasse mais atraente de forma acentuada (Figura 11).

Figura 11: Configuração de pedagiamento entre São Paulo e Taubaté à época da auditoria



194. Anteriormente, o usuário que vinha no sentido Rio/São Paulo pela Dutra, após Jacareí, poderia optar em continuar na rodovia e pagar R\$ 4,50 até São Paulo ou prosseguir pela Ayrton Senna pagando R\$ 5,40. Com a nova configuração, nesse mesmo trajeto, o usuário, antes de optar entre as duas rodovias, passou a pagar R\$ 2,00 na Praça de Jacareí, independentemente de utilizar uma ou outra rodovia. Nesses termos, a opção pela Via Dutra foi reduzida para R\$ 4,20 e a pela Ayrton Senna foi onerada para R\$ 7,40. Assim, anteriormente, trafegar pela Ayrton Senna representava uma opção 20,0% mais cara, enquanto que, com a alteração, esse acréscimo passou a representar 76,2%.

6.3. A redução do risco de tráfego original em Parateí com a criação da nova praça em Jacareí

195. O tráfego pedagiado em Jacareí será todo revertido para a modicidade da tarifa. Entretanto, essa nova condição aumenta as expectativas de tráfego na Praça de Parateí, vindo a reduzir o risco inicialmente assumido nesta praça, ante a maior atratividade oferecida ao usuário e obtida com a alteração. A expectativa de tráfego na localização original de Parateí, anteriormente existente com o desmembramento (T_{O1}), expresso pela equação (7), somam-se os adicionais de tráfego captado de usuários motivados pelo desconto oferecido ($\Delta desc_2$) e de usuários que migraram da Rodovia Ayrton Senna ($\Delta Senna_2$). A nova expectativa de tráfego pode ser expressa por T_{O2} :

$$T_{O1} = T_{c0} + T_{p/Rio0} + \Delta p/Rio_1 + \Delta fuga_1 \quad (7)$$

$$T_{O2} = T_{c0} + T_{p/Rio0} + \Delta p/Rio_2 + \Delta fuga_2 + \Delta desc_2 + \Delta senna_2 \quad (8)$$

196. Comparando as equações (8) com (1), obtemos os fluxos adicionais de tráfego que foram agregados à expectativa inicial de tráfego existente na Praça de Parateí (Posição Original):

$$T_{O2} = T_O + \Delta p/Rio_2 + \Delta fuga_2 + \Delta desc_2 + \Delta senna_2 \quad (8)-(1)$$

6.4. Estimativa de acréscimo de tráfego em Parateí com a redução de risco

197. Os dados de tráfego, após o início da operação da Praça de Jacareí, em 15/08/01, apontam para o acréscimo de tráfego total pedagiado (Parateí Norte e Sul) e do tráfego auferido pela concessionária (Posição Original). São disponíveis dados consolidados até dezembro de 2001. Comparamos o tráfego nos meses de Set/Dez (meses completos de operação da praça) com os mesmos meses de 1999 e 2000, anos em que o sistema de pedagiamento já contemplava o desmembramento de praças de Parateí Norte e Sul, a fim de eliminar efeitos sazonais.

Tabela 12: Tráfego auferido em Parateí, total (Norte e Sul) e em sua localização original nos meses de setembro a dezembro (em mil veículos equivalentes)

Parateí	Set/Dez/1999	Set/Dez/2000	Set/Dez/2001
Total (Norte e Sul)	7.716,2	7.645,3	8.955,2
Crescimento (tráfego total)	-	-0,92%	17,13%
Diferença revertida	404,4	719,7	1.135,3
Parateí original	7.311,8	6.935,7	7.819,8
Crescimento (tráfego auferido)	-	-5,14%	12,75%

Fonte: NovaDutra

198. Pode-se atribuir esse crescimento à criação da Praça de Jacareí, uma vez que o desmembramento já se processara desde Out/98. Para que se possa estimar o crescimento real, decorrente exclusivamente da modificação implementada, vamos proceder de modo análogo às estimativas efetuadas no estudo do desmembramento de Parateí, projetando a evolução de tráfego que

existiria em Parateí com os dados efetivos de tráfego nas Praças de Moreira César e Itatiaia. O crescimento real será calculado com base no tráfego projetado (corrigido) para o período de setembro a dezembro de 2001.

Tabela 13: Tráfego nas Praças de Moreira César e Itatiaia nos meses de setembro a dezembro, após a implantação da Praça de Jacarei (em mil veículos equivalentes)

Moreira César e Itatiaia	Set/Dez/1999	Set/Dez/2000	Set/Dez/2001
Veículos equivalentes	12.430,9	12.148,3	12.018,6
Crescimento anual	-	-2,27%	-1,07%

Fonte: NovaDutra

Tabela 14: Projeção de tráfego em Parateí (localização original) nos meses setembro a dezembro (em mil veículos equivalentes)

Período	Crescimento em Parateí na condição anterior (com desmembramento)	Crescimento em Moreira César e Itatiaia	Tráfego Projetado (corrigido)
1-Set99/Out99	-	-	7.311,8
2-Set00/Out00	-5,14%	-2,27%	7.145,8
3-Set01/Out01	12,75 %	-1,07%	7.069,381

Fonte: NovaDutra

Tabela 15: Projeção de acréscimo de tráfego, obtido com a criação da Praça de Jacarei, não revertido ao fluxo de caixa (em mil veículos equivalentes)

Período	Tráfego auferido pela concessionária (pedagiado – diferença revertida para concessão) (1)	Tráfego projetado corrigido (2)	Acréscimo de tráfego (3)=(1)-(2)	Acréscimo de tráfego (3)/(2)
3-Set01/Dez01	7.819,8	7.069,4	750,4	10,62%

Fonte: NovaDutra

199. Pode-se considerar que o percentual de 10,62% é o acréscimo de tráfego em relação à condição anteriormente existente e decorrente da criação da Praça de Jacarei. A interferência do tráfego em Parateí Norte e Sul com a implantação de Jacarei também é demonstrada com a evolução do adicional de tráfego captado em Parateí Norte (acréscimo decorrente do desmembramento e revertido ao fluxo de caixa). Os dados da Tabela 16, a seguir, demonstram que a diferença, que vinha estabilizada, evoluiu de 386.149 (set/01) para 501.512 (out/01) veículos equivalentes (acréscimo de 29,88%). Se compararmos o crescimento entre os meses de dezembro e setembro, o acréscimo foi quase de 40%. Como foi visto, essa diferença, entre o tráfego pedagiado exclusivamente em Parateí Norte e o acusado pelos sensores na pista norte de Parateí pode ser expressa pela equação (6):

$$Dif_1 = (Tp/Mogi_0 - Zp/Mogi_1) - (Tp/Rio_0 + \Delta p/Rio_1) \quad (6)$$

200. A modificação no pedagiamento, interferiu no tráfego, reduzindo a impedância para as cidades intermediárias ($Zp/Mogi_2$) e causando incremento do tráfego dessas cidades em direção ao Rio de Janeiro ($\Delta p/Rio_2$), o que repercutiu no acréscimo do adicional de tráfego apurado em Parateí Norte. A nova equação, que expressa essa diferença passa a ser:

$$Dif_2 = (Tp/Mogi_0 - Zp/Mogi_2) - (Tp/Rio_0 + \Delta p/Rio_2) \quad (9)$$

Com $Zp/Mogi_2 < Zp/Mogi_1$ e $\Delta p/Rio_2 < \Delta p/Rio_1$

Tabela 16: Tráfego em Parateí Norte em 2001

MÊS	VEÍCULOS EQUIVALENTES		DIFERENÇA
	PREVISTO	REAL	
Janeiro	782.626	1.058.561	275.943
Fevereiro	709.002	965.104	256.102
Março	786.517	1.099.810	313.293
Abril	763.335	1.059.654	296.319
Mai	791.167	1.096.723	305.557
Junho	767.925	1.032.294	264.369
Julho	795.863	1.083.957	288.094
Agosto	798.266	1.144.826	346.560
Setembro	774.780	1.160.929	386.149
Outubro	802.900	1.304.412	501.512
Novembro	779.235	1.297.674	518.439
Dezembro	807.535	1.345.108	537.573

Fonte: NovaDutra

(.....omissis.....)

9.7 Sinopse da modelagem matemática adotada

236. Podemos considerar três configurações de pedagiamento existentes na concessão da Rodovia Dutra ao longo da execução contratual: a) a inicial, com quatro praças de pedágio; b) a obtida com o desmembramento da Praça de Parateí; c) a obtida com a criação da Praça de Jacareí. Essas três configurações foram analisadas, vindo a originar a seguinte evolução de tráfego:

Configuração	Tráfego em Parateí Original		Ajuste
0-inicial	T_0	$Tc_0 + Tp/Rio_0$	
1-desmembramento	T_{01}	$Tc_0 + Tp/Rio_0 + \Delta p/Rio_1 + \Delta fuga_1$	4,16%
2-Jacareí	T_{02}	$Tc_0 + Tp/Rio_0 + \Delta p/Rio_2 + \Delta fuga_2 + \Delta desc_2 + \Delta Senna_2$	10,62%
TOTAL			13,33%

237. Nas condições em que foram estimados, os percentuais de ajuste referem-se aos acréscimos de tráfego decorrentes exclusivamente das modificações implementadas. Assim, os tráfegos em cada configuração guardam as seguintes relações:

$$\begin{aligned} T_{01} / T_0 &= 1,0416 \\ T_{02} / T_{01} &= 1,1062 \\ T_{02} / T_0 &= 1,1333'' \end{aligned}$$

Em conclusão, a Sefid apresentou a seguinte proposta de encaminhamento:

“I – Determinar à ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, sucessora do DNER na fiscalização e acompanhamento dos contratos de concessão de rodovias federais, que:

a) adote as providências cabíveis, face aos problemas detectados em algumas revisões e adequações – aprovadas pelo DNER – quanto à correta alocação de valores no fluxo de caixa da concessão, para a criação de um corpo técnico próprio, apto a proceder a análise dos impactos de qualquer revisão ou adequação contratual no fluxo de caixa das rodovias federais concedidas, visando sempre a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na forma pactuada quando da licitação do contrato (parágrafo 261);

b) promova, cautelarmente, junto a concessionária NovaDutra, a correção da matriz de tráfego referente a praça de Parateí nos moldes estipulados neste relatório, de forma a contemplar o

usuário da rodovia com um desconto na tarifa – no complexo de Parateí – ~~proporcional~~ à redução do risco de tráfego ocorrida na rodovia, devido à instalação das novas praças de Parateí Norte e Jacareí (parágrafo 265);

c) desenvolva mecanismos apropriados para o acompanhamento e fiscalização dos investimentos alocados no fluxo de caixa da concessão, especialmente no que se refere a quantitativos de obras e serviços previstos no PER (parágrafo 268);

d) desenvolva mecanismos de monitoração, contínua ou eventual, de forma a verificar o tráfego real pedagiado na rodovia, especialmente nas novas praças de Parateí Norte e Jacareí (parágrafo 269);

e) acompanhe a implementação do termo de compromisso firmado entre a Concessionária NovaDutra e a Prefeitura de Jacareí, de forma que não haja alocação no fluxo de caixa da concessão de investimentos não previstos no PER ou que não se traduzam em benefícios diretos para o usuário da rodovia (parágrafo 270);

II – Seja determinado à Secretaria Federal de Controle que faça o acompanhamento do cumprimento da decisão proferida e informe a este Tribunal das providências adotadas, em conformidade com a determinação da Presidência deste Tribunal comunicada em Plenário na Sessão de 11/04/2001, Ata n.º 13;

III – Dar ciência à Concessionária NovaDutra, ao Sr. José Guilherme Ferraz da Costa, Procurador da República em São José dos Campos/SP, ao Sr. Marco Aurélio de Souza, Prefeito Municipal de Jacareí/SP, ao Sr. Deputado Valdemar Costa Neto, líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, ao Sr. Prof. Marino Faria, Presidente da Câmara Municipal de Jacareí/SP, à Associação dos Usuários da Rodovia Presidente Dutra – USADUTRA, da decisão que vier a ser adotada, bem como do relatório e voto que a fundamentarem.”

Considerando que a questão sob análise interessa diretamente à Novadutra, determinei sua intimação para ciência do aludido relatório de inspeção e apresentação dos elementos que entendesse cabíveis (despacho fl. 660 do vol. 54).

Aproveitando a oportunidade concedida, a empresa insurgiu-se contra os fundamentos e a conclusão exposta no subitem “I-b” da proposta de encaminhamento, que trata do ajuste do risco de tráfego em razão da redução do risco observada na praça de Parateí em razão do desmembramento ocorrido.

As razões da Novadutra, acompanhadas de parecer do professor Antônio Carlos Cintra do Amaral, formam o volume 51 deste processo. Nesse documento, a Novadutra defende, em síntese, que “a mencionada proposta não encontra amparo no contrato de concessão em vigor, uma vez que pretende aferir o risco de tráfego tomando em consideração o movimento restrito a uma praça de pedágio, quando o contrato prevê que tal risco se mede em relação a toda a extensão da rodovia, e para todo o prazo da concessão”. Assim, conclui a empresa, “como o movimento de veículos, medido nestes termos, ainda está situado abaixo do limite superior estabelecido como parâmetro do risco no contrato, inexistente obrigação de redução do valor do pedágio, além do desconto já oferecido.” (fl. 666 do vol. 54).

Os argumentos oferecidos pela Novadutra foram devidamente examinados pela unidade técnica, que os refutou em sua totalidade, mantendo inalterada a proposta anterior, conforme a seguir exposto (fls. 679/90, volume 54):

“II.1 – Risco de tráfego

II.1.1 – Exposição dos argumentos da concessionária

14. A recorrente, às fls. 2/3 do volume 51, resume a situação argumentando que o limite do risco de tráfego assumido pelo Consórcio Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, que deu origem à concessionária NovaDutra, em sua proposta de tarifa correspondeu a 2.388.006.483 veículos equivalentes. Adiante, encerrando a apresentação do objeto pleiteado, a signatária ressalta que o tráfego pedagiado na rodovia ‘vem se mantendo abaixo do limite superior assumido pela Concessionária na Proposta de Tarifa após a dedução do acréscimo de veículos cujo o resultado líquido foi revertido aos usuários mediante o referido desconto’.

15. A fl. 11 do volume 51, a NovaDutra destaca em sua defesa que o 'risco de tráfego é indivisível uma vez que envolve a totalidade de tráfego projetado em todas as praças originais'.

16. Nessa mesma linha de argumentação, ao concluir (item 4.2 - fls. 26/27 do volume 51), a concessionária reforça o seu posicionamento acerca desse tema:

a) O risco de tráfego é indivisível. A Concessionária tem assim o direito comercial de gerenciar o risco de tráfego através, inclusive, da compensação de perdas de receitas entre as praças, compensando numa praça as eventuais perdas ou insuficiências ocorridas noutras praças de pedágio, na mesma rodovia, sempre que o crescimento total da receita for menor do que o limite superior do risco do tráfego assumido no Contrato. Nesse particular, é importante repetir que o tráfego realizado até a presente data é inferior ao previsto na Proposta de Tarifa, após a dedução do volume de tráfego no Complexo Parateí – Jacareí, cujo benefício reverte aos usuários sem qualquer ganho para a Concessionária em termos da recuperação do déficit acumulado em suas projeções.

b) O contrato de concessão específica que o risco do tráfego da Concessionária corresponde a um limite superior de 2.388.006.483 veículos equivalentes, em conformidade com sua Proposta de Tarifa. A Concessionária NovaDutra assume, assim, a álea ordinária ou empresarial que representa o risco associado à própria flutuação do seu mercado em decorrência de fatores tais como: variações da atividade econômica do País, a transferência de cargas entre o transporte rodoviário e as demais modalidades de transportes (ferrovias, aeroviário, dutos, navegação fluvial e cabotagem), a transferência para outras rodovias alternativas, já existentes na época da licitação, entre origens e destinos servidos pela rodovia concedida. Contudo, até por força da Cláusula IV do contrato, não se vê obrigada a aceitar um aumento no limite superior de seu risco, já estipulado em cláusula contratual que não pode ser modificada unilateralmente, em função de simulações das quais discorda.

17. Finalmente, às fls. 29/30 do volume 51, a concessionária NovaDutra esboça o seu entendimento da seguinte forma:

1º) o risco de tráfego, assumido contratualmente pela Concessionária para fins de equilíbrio econômico-financeiro, se refere ao movimento total de veículos para toda a rodovia e para todo o prazo da concessão; conforme definido no 'Plano de Exploração da Rodovia', entendimento este ratificado no anexo parecer do ilustre Professor Antonio Carlos Cintra do Amaral;

2º) o referido compromisso contratual do risco de tráfego obriga a concessionária exclusivamente a (i) aceitar a eventual redução do movimento de veículos abaixo daquele limite, sem ter o direito de alegar, por essa razão, ruptura do equilíbrio financeiro do contrato e (ii) a reverter para a concessão a receita auferida em decorrência de acréscimo ao movimento total de veículos que exceda aquele limite – sempre referido a toda a Rodovia e para todo o prazo da concessão;

3º) Como demonstra o quadro reproduzido no item 3.2 anterior (pag. 10) esse movimento total de veículos está abaixo daquele limite que define o risco de tráfego, pois o acréscimo de tráfego, projetado pela equipe de auditoria como resultado das modificações das praças de Parateí e Jacareí, está sendo deduzido do total de veículos computado para fins de limite do risco de tráfego, visto que a arrecadação adicional correspondente é revertida em benefício do usuário, conforme assinalam também os itens 1.2 e 3.2 deste documento;

4º) o risco de tráfego não sofreu portanto alteração em decorrência do aumento de movimento de veículos restrito àquelas praças pois (i) este aumento é deduzido do volume de tráfego total, computado para fins de fluxo da rodovia e (ii) este volume total permanece ainda abaixo do limite do referido risco, fixado no PER'.

18. O professor Antônio Carlos Cintra do Amaral, sobre esse tema, expõe em seu parecer (fls. 62 e 64 do volume 51):

'F - O risco da concessionária inclui-se na chamada álea ordinária. Se ela gastar mais do que o previsto, ou se os investimentos se revelarem mais caros do que o projetado quando da apresentação de sua proposta, ou, sobretudo, se ela se revelar incompetente para gerir empresarialmente a concessão (fatores endógenos), o risco é exclusivamente seu;

(...)

L - Quanto à repercussão das alterações efetuadas na equação econômica inicial do contrato, deve ela ser analisada a partir da consideração de que a concessão de utilização e controle da rodovia

como um todo, e não as praças de pedágio isoladamente. O equilíbrio econômico-financeiro inicial a ser preservado é o da concessão, tanto é que o edital fixou uma única taxa interna de retorno (17,58%), para um único fluxo de caixa'.

II.1.2 – Análise dos argumentos apresentados pela concessionária

19. O risco de tráfego indicado pela NovaDutra de 2.388.006.483 veículos equivalentes foi o mesmo utilizado pela equipe de auditoria nos trabalhos desenvolvidos, conforme se observa do relatório nos parágrafos 141 (fl. 619), 210 (fl. 640) e 265 (fl. 653), bem como da Tabela 17 (fl. 640). Deve-se, ainda, registrar que o edital de licitação não obrigou a concessionária a adotar a projeção de tráfego do poder concedente (esta serviu apenas de teto para as projeções das licitantes). Nesse sentido, o então consórcio que originaria a empresa NovaDutra assumiu uma projeção de veículos equivalentes apenas pouco inferior à indicada no edital (2.388.006.483 veículos equivalentes contra 2.388.700.000 dispostos no edital). A seguir, transcreve-se o item 38 do edital, o qual estabelece de forma clara o risco da concessionária quanto ao tráfego de veículos:

38. Quando da elaboração da sua Proposta de Tarifa, a Licitante deve considerar que o volume máximo de tráfego a ser estimado para todo o prazo da concessão (vinte e cinco anos) não pode ultrapassar o limite de 2.388.700.000 (dois bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões e setecentos mil) veículos equivalentes aos veículos da Categoria 1 (definidos no item 113) e que as estimativas anuais ou a estimativa global de tráfego para o prazo da concessão previstas na 'Premissa Básicas da Proposta de Tarifa' e no 'Plano Econômico-financeiro' a que se referem o item 27 constituem meros indicadores que objetivam propiciar à Comissão o exame das Propostas de Tarifa para os fins previstos nas letras 'a' a 'c' do item 28, e que caso estas estimativas não ocorram – seja para mais ou para menos – daí não decorrerá qualquer revisão da Tarifa Básica de Pedágio, visto que à concessionária caberá, integralmente, o risco geral de trânsito, conforme estabelecido no item 85' (grifamos). (Seção IV – Da Elaboração da Proposta de Tarifa, item 38, volume 12 dos presentes autos).

20. Quanto ao tráfego pedagiado pela NovaDutra estar se mantendo abaixo do limite superior assumido pela concessionária em sua proposta de tarifa, deve-se frisar que isso faz parte do risco avocado por ela quando da assinatura do contrato de concessão, firmado em consonância com as condições fixadas no edital. A concessionária assume a concessão por sua conta e risco, conforme estabelece o artigo 2º, inciso II, da Lei n.º 8.987/95. À concessionária não é garantido um lucro fixo, pois ela está sujeita as flutuações do mercado, ou seja, 'em princípio aceita-se que o concessionário assumira os riscos normais do mercado, como qualquer empreendedor comercial ou industrial. Conseqüentemente, se suas previsões de demanda foram mal-feitas, ou se operou o serviço com negligência ou imperícia, não pode o concessionário eximir-se de suas responsabilidades, reivindicando a restauração da equação financeira inicial'¹, ou nas palavras de Maria Sylvania Zanela Di Pietro: 'há que se ter em vista que o concessionário está sujeito a ter maior ou menor lucro, a sofrer mais ou menos prejuízo: a variação faz parte do empreendimento, pois o concessionário não têm direito a um percentual de lucro determinado'².

21. A argumentação da NovaDutra de que a equipe de auditoria dividiu o risco de tráfego nas praças de pedágio não procede. Conforme se observa do relatório de auditoria, os técnicos que o subscrevem buscaram desenvolver o trabalho da forma mais didática possível, facilitando a exposição do assunto. Nesse sentido, em algumas partes do relatório foi mencionado o tráfego assumido pela concessionária na praça de pedágio de Paratei, também denominado de 'risco de tráfego em Paratei', porém nunca ignorando que o risco de tráfego se refere ao total previsto nas quatro praças de pedágio durante o período de concessão (ver parágrafo 19 desta).

¹ Eurico de Andrade Azevedo e Maria Lúcia Mazzei de Alencar. Concessões de Serviços Públicos: Comentário às Leis 8.987 e 9.074 (Parte Geral), com as modificações introduzidas pela Lei 9.648, de 27.5.98. São Paulo, Ed. Malheiros, 1998, p.40.

² Maria Sylvania Zanella Di Pietro. O Controle Externo da Regulação de Serviços Públicos. Artigo: O Equilíbrio Econômico-financeiro e o Controle das Agências Reguladoras. Brasília, Ed. ISC-TCU, 2002, p.59.

22. *A fim de se verificar se a concessionária obteve ganhos indevidos com a nova disposição da praça de Paratei e com a criação da praça de Jacarei, era necessário isolar o trecho formado por essas praças. Assim, os estudos foram realizados objetivando identificar os efeitos e as conseqüências advindos da nova configuração do complexo Paratei-Jacarei, não se tendo como desenvolver o trabalho sem considerar o tráfego indicado, na licitação, na praça de Paratei. Os dados utilizados pela equipe foram o tráfego previsto e designado pela própria concessionária na praça de Paratei e os efetivamente realizados nas praças de Paratei, Moreira César e Itatiaia, todos também fornecidos pela NovaDutra.*

23. *Esse procedimento de isolar determinado trecho para fins de estudo é prática comum tanto por parte da concessionária quanto do então DNER (função de poder concedente). Assim, quando da proposta de implantação de cabines de bloqueio em Viúva Graça, a NovaDutra também isolou a praça para realizar seus estudos, referindo-se inclusive ao 'tráfego previsto na Praça de Viúva Graça ... era de ... veículos equivalentes' (fl. 14 do volume 24). Entretanto, deve-se citar o próprio caso de Paratei/Jacarei em que a NovaDutra, ao encaminhar esclarecimentos sobre as alterações nesse complexo, remeteu ao Tribunal o Ofício PR-055/2001 (fls. 251/256), de 4 de abril de 2001, quando, entre outras questões, ela respondeu qual foi o tráfego inicial previsto para as quatro praças de pedágio localizadas na rodovia sob sua administração.*

24. *De acordo com a concessionária 'o tráfego inicial previsto para as 4 (quatro) praças localizadas em Viúva Graça (Km 207,10), Itatiaia (Km 318,90), Moreira César (Km 87,00) e Paratei (Km 180,00), não foi alterado em relação ao Quadro 2 de Proposta de Tarifa, apresentado na licitação' (fl. 251) (grifamos). O referido quadro original encontra-se às fls. 257/258. Adiante, no mesmo expediente, pode-se verificar a seguinte assertiva: 'com isso o percentual de acréscimo de tráfego poderá variar para mais ou para menos em relação aos 4,94% inicialmente previsto, ficando mantido o risco de tráfego da Praça de Paratei em relação à Proposta de Tarifa' (grifamos) (fl. 263). Do último parágrafo dessa mesma folha transcreve-se a frase: 'com isso é mantido de acordo com o contrato, o risco de tráfego nas 4 Praças de Pedágio Originais'. Já à fl. 254 (no âmbito do citado ofício), a NovaDutra afirma que 'para a definição da tarifa a ser aplicada no estudo de desmembramento das praças Paratei x Jacarei, procedemos a um completo estudo de tráfego na região de influência do sistema'. Ora, o que se procurou fazer, conforme já dito no parágrafo 22, foi um estudo completo do sistema. Ademais, como observado, a própria concessionária já trabalhou, inclusive neste caso em apreciação, com o denominado risco de tráfego de praça de pedágio.*

25. *A fim de dirimir dúvidas porventura ainda existentes, citamos a proposta de tarifa da NovaDutra na licitação. No tomo 'II.2 – Estudo de Projeção do Tráfego' consta o quadro 1 detalhando o volume anual de tráfego, por categoria de veículo, no ano 1, por praça de pedágio e o quadro 2, onde está discriminado o número de veículos equivalentes a serem pedagiados pela concessionária por ano e por praça de pedágio (fls. 39/40 do volume 13). Por último, deve destacar a seguinte informação da NovaDutra: 'para composição da receita de pedágio foram analisados os volumes de tráfego existentes e previsíveis nos postos de cobrança a serem operados pela concessionária' (fl. 41 do volume 13).*

26. *Com essa exposição, entendemos restar claro que a equipe de auditoria utilizou-se de dados contratuais e outros aferidos ou medidos e informados pela própria concessionária para desenvolver seus estudos e concluir sobre a pertinência ou não do valor de desconto oferecido aos usuários da rodovia em virtude das modificações implementadas em relação às condições originais pactuadas no contrato de concessão. Não se pode analisar os reflexos dessas alterações contratuais sem o cuidado que o caso requer, seja pela complexidade do assunto – exigindo um exame profundo sobretudo no que se refere às conseqüências dessas alterações para os usuários e, ainda, à manutenção do contrato celebrado entre as partes, cuja a quebra do termo firmado pode inviabilizar a credibilidade dos futuros processos licitatórios –, ou seja pela apreciação pioneira da matéria, cujo resultado, em sendo favorável à concessionária, poderá criar uma jurisprudência difícil de ser administrada pelo poder concedente. Além disso, assinale-se que a NovaDutra afirma não ter reparos a fazer ao Relatório da Auditoria no que respeita aos procedimentos técnicos que a equipe do TCU utilizou para modelar o impacto sobre o tráfego do complexo de Paratei – Jacarei, e que*

chegou a valores mais elevados do que os modelados e apresentados pela Concessionária NovaDutra' (grifamos) (fl. 29 do volume 51).

27. Portanto, entendemos que para a análise das alterações apreciadas nestes autos não se deve ater exclusivamente ao jogo ou emprego de palavras, mas sim na essência dos fatos.

28. Quanto às perdas de receita devidas a insuficiência de tráfego – tomando por base a quantidade de veículos equivalentes indicada pela concessionária na licitação – , isso, como mencionado, é risco dela, assumido em contrato. Entretanto, pode ela compensar, conforme argumentado por ela mesmo, perdas de uma determinada praça de pedágio com os acréscimos de trânsito de outras, até alcançar o tráfego limite constante do termo contratual. O que não se pode é aceitar que a concessionária altere, junto ao poder concedente, a configuração original da rodovia, modificando as condições de risco pactuado, a fim de diminuí-lo, ou até mesmo eliminá-lo, em detrimento de os usuários terem acesso a uma tarifa menor e mais justa proporcionada pelas possibilidades normais de lucro ou prejuízo afetas a qualquer negócio.

29. Por último, cabe registrar que em nenhum momento a equipe de auditoria buscou alterar o risco de tráfego assumido pela NovaDutra na licitação (aumentando-o), pelo contrário, buscou-se foi manter as condições pactuadas inicialmente, evitando qualquer burla ao certame licitatório, mantendo-se a lisura do processo. Para tanto, é imprescindível a correção da matriz de tráfego, a fim de que ela reflita as modificações implementadas na rodovia. Se não se proceder dessa forma, estar-se-á dando a concessionária uma configuração de praças de pedágio não existente à época da licitação, permitindo-a captar um tráfego adicional não disponível aos licitantes no certame, já descontado a parcela revertida aos usuários em forma de desconto na tarifa do complexo Paratei-Jacarei. Ora, se todas as licitantes soubessem à época da licitação que poderiam modificar os locais onde se situavam as praças de pedágio sem ter que repassar aos usuários toda a receita advinda da alteração, certamente suas projeções de fuga e impedância seriam menores, podendo, assim, ter oferecido tarifas inferiores do que as ofertadas diante das condições preexistentes.

II.2 – Validade dos Estudos da Equipe de Auditoria

II.2.1 – Exposição dos argumentos da concessionária

30. A NovaDutra alega que 'uma simulação realizada pela Equipe de Auditoria do Tribunal de Contas da União em 2001 indicou a possibilidade de aumento de tráfego de 75.292 mil veículos equivalentes em decorrência das modificações introduzidas no sistema de cobrança no Complexo Paratei-Jacarei em acréscimo ao volume de tráfego que originou o desconto de 7.2 % já concedido na tarifa' (fl. 05 do volume 51).

31. Já no item 2.7 (fl. 8 do volume 51), a NovaDutra afirma que 'a equipe de auditoria considerou o tráfego previsto e o real como adicionais ao limite de risco originalmente assumido pela concessionária'.

II.2.2 – Análise dos argumentos apresentados pela concessionária

32. Quanto à primeira alegação (parágrafo 30), entendemos que a simples leitura do item '9.6 Estimativa de ajuste do risco de tráfego original assumido em Paratei' do relatório de auditoria (parágrafos 232 a 235; fls. 644/646) – parte do texto do qual a concessionária retirou esses termos – elucidam a questão.

33. No parágrafo 232 (fl. 644) está expresso de forma clara que foram utilizados os dados efetivos de tráfego (naquele ponto já tratado no relatório) com o objetivo de se estimar os percentuais de ajuste do risco assumido pela concessionária. Nesse mesmo trecho está enfatizado que se trata de 'estimativas' porque foram feitas de forma conservadora, nos termos dispostos no item '5.1.7 – Estimativa de acréscimo de tráfego em Paratei com redução de risco' (fls. 628/633).

34. Os gráficos 1,2 e 3 (fls. 630/631), plotados com base em dados da própria concessionária, mostram que a praça de Paratei antes do desmembramento apresentava decréscimo acentuado de tráfego enquanto as outras praças consideradas (Moreira César e Itatiaia) permaneciam com tráfego quase constantes. Assim, conforme disposto no parágrafo 180 (fl. 632), a unidade técnica utilizou o crescimento de tráfego nestas duas últimas praças, no período ali especificado, para projetar o tráfego que Paratei teria caso não houvesse o desmembramento da

praça, enfatizando que essa era uma premissa conservadora. Observa-se que o coeficiente de correlação entre a matriz de tráfego de Parateí e a resultante da soma de Moreira César e Itatiaia foi de 0,743 (parágrafo 176 do relatório, fl. 629).

35. Portanto, a equipe de auditoria utilizou-se de uma projeção conservadora, porém defensável – tanto do ponto de vista matemático e estatístico quanto da razoabilidade – para concluir sobre a majoração das tarifas cobradas no complexo de Parateí e Jacareí. Caso se projetasse o tráfego de Parateí utilizando a curva de tendência desta praça (decréscimo constante e acentuado) – demonstrada no Gráfico 2 (com dados da própria NovaDutra) – ao invés de considerar a média de crescimento de tráfego das praças de Moreira César e Itatiaia, o valor da tarifa de pedágio a ser reduzido seria ainda maior. Entretanto, conforme disposto no mencionado parágrafo 232, 'deve o poder concedente, junto à concessionária, apresentar proposta efetiva de ajuste baseada em estudos técnicos que a fundamente', o que certamente faria com a tarifa a ser cobrada do usuário fosse ainda menor.

36. Quanto à alegação descrita no parágrafo 31 – 'a equipe de auditoria considerou o tráfego previsto e o real como adicionais ao limite de risco originalmente assumido pela concessionária' –, a NovaDutra faz a afirmação sem, contudo, mencionar em que parte do relatório ou quais foram os cálculos que corroboram essa assertiva. Da leitura do item 6.4 do relatório (fls. 636/638), pode-se observar que todos os cálculos que subsidiaram a conclusão da equipe de auditoria quanto à questão da praça de Jacareí são pertinentes e justificados e, ainda, foram feitos considerando dados reais, da própria concessionária. Ademais, como se pode observar das tabelas 11 (fl. 632) e 15 (fl. 637), o acréscimo de tráfego calculado (4ª coluna) é obtido pela diferença entre o tráfego auferido pela concessionária – pedagiado menos a diferença revertida para a concessão (conforme discriminado nas respectivas tabelas) – e o tráfego projetado corrigido pelo crescimento médio das praças de Moreira César e Itatiaia.

37. Vale destacar que para se obter o crescimento de 4,16% relativo ao desmembramento da praça de Parateí (tabela 11, fl. 632), foram utilizados dados de tráfego mensais, informados pela NovaDutra, durante cada período completo de um ano em que a referida praça operou nessa condição. Já no que se refere ao impacto da entrada de operação de Jacareí (10,62%; tabela 15; fl. 637), foram utilizados períodos iguais aos disponíveis para o estudo a fim de evitar sazonalidades (setembro a dezembro de 1999, setembro a dezembro de 2000 e setembro a dezembro de 2001), haja vista a concessionária ter iniciado a operação nesta praça somente em 15 de agosto de 2001 (ver parágrafo 197 do relatório, fl. 636).

II.3 – Comprometimento da Concessionária com as projeções assumidas à época da licitação

II.3.1 – Exposição dos argumentos da concessionária

38. A NovaDutra, no item 2.3 (fl. 6 do volume 51), discorre que para elaborar as suas projeções de tráfego foram realizadas simulações considerando as hipóteses de fuga e impedância ano a ano. Afirma, ainda, que 'as metodologias disponíveis para avaliação e projeção de fugas e impedâncias carecem de precisão pela absoluta deficiência de medições a respeito. Por isso mesmo, as hipóteses não podem ser consideradas como obrigações contratuais e só serviram para fixar o nível de risco da demanda assumido pela licitante'. A concessionária prossegue relacionando, em sua visão, as dificuldades para se projetar a matriz de tráfego à época da licitação.

39. Já o professor Antônio Carlos Cintra do Amaral relaciona suas conclusões às fls. 61/64 do volume 51, entre elas:

A. Nos contratos administrativos de duração – como é o de concessão de serviço público – o sucesso do contrato depende basicamente do planejamento, etapa inicial do processo de contratação.

B. O bom planejamento da contratação depende, por sua vez, do domínio que a Administração Pública e as licitantes tenham sobre o objeto que se pretende contratar, domínio esse decorrente da experiência na execução de contratos com objeto similar.

C. As concessões de serviço público no Brasil na década de 90 ressentiram-se da falta de uma experiência adequada, não só porque foram outorgadas em uma realidade social e econômica

nova, caracterizada por uma inusitada globalização da economia e acên̄tuado desenvolvimento tecnológico, mas também porque se estava implantando um novo esquema jurídico-normativo.

D. Em conseqüência, os contratos de concessão de serviço público devem ser executados com acentuado grau de flexibilidade, não cabendo o apego, pelo menos em termos rigorosos, ao princípio 'pacta sunt servanda'.

II.3.2 – Análise dos argumentos apresentados pela concessionária

40. A dificuldade narrada pela NovaDutra para estimar a matriz de tráfego da concessão certamente estava presente nos estudos das outras licitantes, como também estaria para qualquer outra pretendente a assumir a concessão do serviço público em comento. Todo empreendimento, principalmente em fase de projeto, apresenta incertezas diversas, sobretudo quanto ao dispêndio em custos operacionais; ao valor do montante de investimentos (e quando será necessário sua realização); à garantia de que os preços dos serviços/produtos serão preservados em face da inflação; à demanda do produto/serviço; e ao retorno do investimento. Nas concessões de rodovias federais, o investidor privado praticamente não corre risco, pois somente uma dessas variáveis listadas não possui garantia no contrato de concessão.

41. custo operacional é fixado pela concessionária em sua proposta comercial e permanece constante ao longo da concessão, apesar do avanço tecnológico que proporciona a redução dele durante a exploração da rodovia. Assim, o conseqüente ganho de produtividade não é repassado aos usuários, como ocorre em outros setores (setor elétrico e de telecomunicações) e como será para as novas concessões de rodovias federais (os editais possuem cláusula que prevê o repasse do ganho de produtividade quando do reajuste anual do pedágio).

42. Nas primeiras concessões de rodovias federais, entre elas a administrada pela NovaDutra, a concessionária possui como obrigação cumprir um programa de investimento – Programa de Exploração da Rodovia (PER) – elaborado pelo poder concedente (discutido com as licitante nos termos dos respectivos editais) detalhado a nível de quantidade e ano para realização das obras. Se para a execução de determinada obra for gasto maior quantidade de insumos, os usuários – de forma direta (revisão) ou indireta (adequação) – suportarão esse ônus a mais e, ainda, se for necessário antecipar um investimento, acontece a mesma coisa, ou seja, a concessionária não possui risco quanto aos investimentos. Ressalte-se que os preços dos insumos para os investimentos são os indicados pela concessionária em sua proposta, assim sendo, quase não há risco no que se refere a preços.

43. Os contratos de concessão possuem cláusulas de reajuste de preço do pedágio. Assim, há uma neutralização da perda do valor da tarifa em relação a desvalorização da moeda nacional. No presente caso, para os reajustes, são considerados índices relativos a terraplanagem, pavimentação, obras de artes especiais e serviços de consultoria, todos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Existem, ainda, cláusulas que prevêem o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato na ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito. Como visto, aqui também não há risco para a concessionária.

44. A possibilidade de não ocorrer o tráfego previsto pela concessionária em sua proposta consiste em risco exclusivo dela nos termos previsto no contrato de concessão. Nesta instrução já foi transcrita a cláusula 38 no parágrafo 19, entretanto, a fim de restar claro que a responsabilidade do risco de tráfego cabe à concessionária, cita-se a cláusula 85 do edital: '85. A concessionária assumirá, integralmente e para todos os efeitos, o risco de trânsito inerente à exploração da Rodovia, neste se incluindo o risco de redução do volume de trânsito, inclusive em decorrência da transferência de trânsito para outras Rodovias' (fl. 182 do volume 12). (grifou-se)

45. Conforme se observa, a NovaDutra, com sua alegação, deseja amenizar o risco de tráfego (ou até mesmo se isentar dele), uma das poucas incertezas que ela gerencia em seu negócio. Qualquer empreendimento possui risco, no ramo privado o investidor arca com todos eles, já nas concessões, haja vista se tratar de prestação de um serviço público (sujeito ao princípio da continuidade da prestação), o risco é bastante atenuado para o concessionário. No entanto, ele existe, está disposto de forma clara no contrato de concessão e deve ser suportado exclusivamente pela empresa outorgada do serviço, nos termos pactuado.

46. *Ao usuário da rodovia não pode ser atribuído mais esse ônus, ou melhor, ao usuário da rodovia deve ser oferecido um desconto proporcional a todo tráfego pedagiado a mais pela NovaDutra em virtude das modificações implementadas na rodovia. Nesse sentido, o que se pretende é que seja repassado ao usuário da rodovia Presidente Dutra, além do desconto já oferecido em razão da nova praça de Jacareí (R\$ 0,30 à época da auditoria), desconto referente ao acréscimo de tráfego pedagiado pela concessionária, em Parateí, decorrente de sua nova configuração, não prevista no edital de licitação (cerca de mais R\$ 0,30). Observe que esse valor, relativo à tarifa básica de pedágio, é fixo, ou seja, somente reflete o ganho indevido da concessionária com as modificações implementadas no complexo Parateí-Jacareí. É bastante plausível que com o crescimento da atividade econômica no País em patamares superiores ao atualmente presenciado, aumente a quantidade de veículos pedagiados em Parateí. Este sim é um ganho legítimo (portanto, não precisará ser revertido aos usuários) da concessionária, pois ele é proveniente da recuperação de tráfego – cuja decréscimo provavelmente se deve a diminuição da taxa de crescimento do PIB no Brasil presenciado nos últimos anos – e não altera as condições pactuadas na licitação.*

47. *Por conseguinte, apesar de compreendermos as ponderações do professor Antônio Carlos Cintra do Amaral, somos no sentido de que a flexibilização do contrato de concessão pode ser danosa para ambas as partes, principalmente em se tratando de um contrato de longa duração. É imprescindível que tanto a concessionária quanto o poder concedente e usuários tenham clareza sobre o que foi contratado, incluindo os direitos e deveres das partes. Ademais, em nossa opinião, o referido contrato já foi bastante flexibilizado em seu nascedouro, ou seja, na própria licitação, ao minimizar os riscos do futuro concessionário, não cabendo promover alterações no único ponto de risco relacionado no parágrafo 40 a ser assumido pela concessionária.*

II.4 – O complexo Parateí-Jacareí – legalidade das alterações e correção dos valores de pedágios

II.4.1 – Exposição dos argumentos da concessionária

48. *A NovaDutra relata, no item 2.5 (fl. 7 do volume 51), que a reformulação do sistema de cobrança entre São José dos Campos e São Paulo, com suas conseqüências, foi aprovado pelo DNER e TCU e que o desconto oferecido ao usuário em Jacareí não derivou de obrigação contratual ou legal, mas antes de uma forma encontrada para evidenciar uma vantagem concreta para o usuário.*

49. *Já no item 2.6 (fls. 7/8 do volume 51), a recorrente argumenta que o acréscimo de tráfego incorporado ao fluxo de caixa, pela adequação n.º 6, decorrente das modificações implementadas no complexo Parateí-Jacareí, além de terem sido aprovadas pelo poder concedente e pelo TCU, tiveram efeito neutro em termos de ganhos para a concessionária.*

II.4.2 – Análise dos argumentos apresentados pela concessionária

50. *A assertiva da concessionária constante no parágrafo 48 (aprovação, por parte do DNER e TCU, das modificações, e também das respectivas conseqüências, implementadas no trecho da rodovia sob análise), no que diz respeito ao TCU, não procede. O Tribunal, mediante a Decisão n.º 337/2001 – Plenário – entendeu pela legalidade da implantação da nova praça de pedágio em Jacareí, frisando que 'a decisão definitiva desta Corte, sobre a correção dos valores utilizados no fluxo de caixa, que embasaram as revisões do contrato de concessão e a fixação das atuais tarifas de pedágio, sobre os parâmetros utilizados para estimar o tráfego nessa nova praça de pedágio, (...) será proferida após exames adicionais oportunamente empreendidos' (item 8.2). Ora, o relatório de auditoria em comento é o produto da unidade técnica (conforme determinado no item 8.3 da citada decisão) que auxiliará o Tribunal a concluir acerca da pertinência dos valores de pedágios praticados no referido complexo.*

51. *No que se refere à afirmação disposta no parágrafo 49, primeiramente, deve-se enfatizar que o TCU, até o momento, não apreciou as modificações ocorridas em Parateí (desmembramento da praça de pedágio), até porque essa alteração não foi submetida ao Tribunal. O relatório de auditoria, no item '5.1.1 – Justificativa para o desmembramento' (fl. 618), descreve detalhadamente como se deu o desmembramento, inclusive abordando a justificativa inverídica da concessionária para tal, corroborada pelo então DNER. Quando COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTRÔL*

loco, contando com a participação de um ACE da Secex/GO, especialista em obras rodoviárias, que os argumentos para o desmembramento não poderiam ser aceitos.

52. Em segundo lugar, esclarece-se novamente que o TCU somente pronunciou-se sobre a legalidade da praça de Jacarei, ficando para posterior apreciação a pertinência do desconto oferecido aos usuários, ou conforme estabelece a decisão desta Corte de Contas, se 'benefício oferecido aos usuários, na forma de redução do pedágio, em razão da instalação de nova praça em Jacarei/SP, foi calculado na justa medida para manter inalterado o equilíbrio financeiro do contrato, sem proporcionar ganhos injustificados à concessionária ...' (grifamos) (item 8.3 de Decisão n.º 337/2001 – Plenário).

53. Por último, o resultado dos trabalhos implementados pela equipe de auditoria na concessão demonstram que a concessionária obteve ganhos injustificados com as modificações realizadas no complexo de Paratei-Jacarei. Esses ganhos, conforme constam do mencionado relatório, foram quantificados em um acréscimo de tráfego de 75.292 mil veículos equivalentes – proporcionando uma receita adicional, com a tarifa à época na praça de Jacarei de R\$ 2,20, de R\$ 165,6 milhões – que deveriam estar sendo revertidos para o fluxo de caixa em benefício da modicidade da tarifa.

II.5 – Justificativa da legitimidade do aumento de tráfego e apropriação deste pela NovaDutra

II.5.1 – Exposição dos argumentos da concessionária

54. A fim de justificar a legitimidade do aumento de tráfego captado por ela e não revertido aos usuários, a NovaDutra, à fl. 16 do volume 51, transcreve a cláusula 43 do contrato de concessão, que estabelece que a concessionária, 'ao seu único e exclusivo critério e responsabilidade, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem assim realizar promoções tarifárias, inclusive procedendo reduções sazonais em dias e horas de baixa demanda, sem que isto, todavia, possa gerar qualquer direito de a mesma solicitar compensação nos valores das tarifas'.

55. Adiante, a recorrente, após citar cláusulas contratuais que versam sobre o serviço adequado e sobre a forma de interpretação do contrato de concessão, conclui à fl. 20 do volume 51 que constam de seu contrato deveres e direitos de concessionário que 'tomam precedência sobre a Proposta de Tarifa e as projeções de tráfego', entre os quais: defesa dos usuários buscando a prestação do serviço adequado mediante a implantação de soluções que atendam aos objetivos de redução da tarifa; defesa de sua viabilidade empresarial, buscando impedir que usuários se aproveitem dos serviços da concessionária e se furtem ao pagamento do pedágio; e manutenção de seu poder de concorrência com outras rodovias pedagiadas.

56. Já às fls. 27/28 do volume 51, a concessionária resume o seu posicionamento acerca deste tema:

(...)

c) É dever do Poder Público usar a faculdade que a Lei lhe confere para preservar a segurança dos cidadãos e a eficiência do uso dos recursos públicos. Mas, são direitos da concessionária, que não contrariam esse dever, e até contribuem para seu cumprimento: (i) proteger-se contra os usuários que aproveitam de seus serviços e que fogem do pagamento do pedágio, da mesma forma que uma concessionária do setor elétrico tem o direito de se proteger contra ligações clandestinas; (ii) competir com outras rotas alternativas ou meios de transportes mediante a flexibilidade tarifária sujeita, sempre, ao teto do valor contratual; e (iii) estimular o uso mais intensivo da rodovia por usuários marginais. Face à dinâmica e crescente urbanização da região atravessada, a curto prazo a concessão se tornaria inviável caso a Concessionária NovaDutra fosse obrigada a absorver o ônus da ociosidade dos investimentos e da capacidade da Rodovia colocada à disposição dos usuários, sem ter o direito de gerenciar seu risco mediante legítimas práticas comerciais.

d) O princípio facultativo de oferecimento de descontos, previstos na antes transcrita Cláusula 43 do contrato de concessão, reforça esta idéia, uma vez que qualquer desconto vai modificar os fatores, previstos no PER, de impedância, fugas e as condições de concorrência com outras rotas ou sistemas de transporte.

e) *Acima de tudo, deve prevalecer a necessidade de prestação de serviço adequado para o usuário, que nesse caso envolve maior justiça tarifária, novas obras (desmembramento e realocações de praças) e modicidade tarifária;*

f) *Os concessionários devem ser estimulados a adotar medidas voltadas para a descoberta de novas formas de implantar maior justiça tarifária com mais usuários pagando, conforme previsto no próprio PER, quando ali se estabeleceu o objetivo de transformar a rodovia em via expressa. Cabe frisar que nesses casos a Concessionária normalmente enfrenta os riscos inerentes à construção de uma nova praça de pedágio e à reação negativa de usuários que em nada contribuíram no passado para o uso da rodovia;*

g) *Devem ser evitadas medidas restritivas às iniciativas das concessionárias, na busca de elevar o número de pagantes e, assim, fazer justiça tarifária, com o objetivo de se evitar o risco de se repetir o que tantas vezes aconteceu no passado, aqui e no exterior:*

- *concede-se;*

- *a concessionária, ou por causa da excessiva rigidez da disciplina tarifária, inclusive no que concerne às limitações aos meios de cobrança, ou por outras razões cujo exame não cabe aqui efetuar, deixa de satisfazer as exigências necessárias ao bom funcionamento dos serviços;*

- *o Poder Concedente é obrigado a retomar sua prestação direta, suportando, com isso, pesados ônus.*

Mais tarde vem o Poder Concedente, novamente, a ser obrigado a recorrer à concessão. Esse círculo vicioso precisa de ser evitado, mediante a lúcida compreensão das peculiaridades do contrato de concessão de serviços públicos'.

57. *Finalmente, no item 4.4 (fl. 30 do volume 51), a NovaDutra expõe a conclusão de seu entendimento acerca desse tema:*

5º) *o contrato de concessão, em pleno vigor, confere à Concessionária o direito de auferir toda a receita gerada pelo movimento de veículos situado abaixo daquele limite, pois este é o parâmetro do equilíbrio econômico-financeiro nos termos estabelecidos contratualmente. Assim, não tem amparo contratual a proposta de reduzir o valor de pedágio em razão do aumento de movimento de veículos verificado em uma determinada praça e que não resulta em acréscimo que exceda volume total de tráfego'.*

58. *O professor Antônio Carlos Cintra do Amaral, em seu parecer, esboçou sua conclusão nos termos expostos pela NovaDutra (letras E, F e G; fls. 62/63 do volume 51).*

II.5.2 – Análise dos argumentos apresentados pela concessionária

59. *A concessionária, conforme dispõe o artigo 43 do contrato de concessão (transcrito no parágrafo 54 desta), poderá conceder isenções e desconto tarifários, entre outras promoções relacionadas no citado artigo, a seu único e exclusivo critério e responsabilidade. Agindo assim, a NovaDutra estará exercendo sua competência de empresa privada, almejando possivelmente, com essa atitude, obter uma maior receita, apesar do desconto ofertado, em virtude do aumento de demanda. Dessa forma, a concessionária, a seu livre critério, sacrifica um direito, sem contudo ter, posteriormente, a prerrogativa de buscar a reparação, por parte do poder concedente ou pelos usuários, devido a diferença de tarifa cobrada a menor. Por isso se fala, na referida cláusula, em responsabilidade da concessionária. Observe-se o citado artigo (parte final), no qual tal entendimento é reforçado: '...sem que isto, todavia, possa gerar qualquer direito de a mesma solicitar compensação nos valores das tarifas' (grifamos).*

60. *No presente caso, a concessionária não se utilizou da prerrogativa exposta no mencionado artigo 43 do contrato para aumentar o tráfego pedagiado. Conforme exhaustivamente explicado no relatório de auditoria e nesta instrução, o aludido aumento é decorrente de alterações na configuração original de cobrança de pedágio da rodovia.*

61. *No que se refere à busca pela NovaDutra da prestação de serviço adequado (conforme definido na Lei n.º 8.987/95) no sentido de implantar soluções que objetivem redução da tarifa, entendemos ser isso plenamente legítimo e necessário, até porque os valores de pedágio não*

parecem estar módicos em virtude das revisões e dos reajustes tarifários implementados (veja no quadro a seguir comparação entre os valores de tarifa básica de pedágio da NovaDutra – data base de maio de 1995 – e o valores das tarifas revisadas, reajustadas pela forma paramétrica contratual e pela inflação). Foi nesse sentido (busca da modicidade tarifária) que o Tribunal entendeu pela legalidade da implantação da praça de pedágio em Jacareí, não deixando de considerar, também, a maior justiça tarifária que essa alteração iria acarretar. Coube à Sefid (Decisão n.º 337/2001 – TCU – Plenário, item 8.3) avaliar tecnicamente se o desconto oferecido aos usuários da rodovia foi calculado na justa medida para manter inalterado o equilíbrio financeiro do contrato, sem proporcionar ganhos injustificados à concessionária. A equipe de auditoria constatou que – devido às alterações implementadas na rodovia e considerando as condições assumidas pela concessionária na licitação – o desconto deve ser maior, ou seja, diante das mudanças implementadas no complexo Parateí-Jacareí e do atual desconto ofertado aos usuários, a tarifa de pedágio cobrada nesse trecho não está módica.

62. *Portanto, somos do entendimento que o concessionário, assim como o poder concedente, deve procurar formas de alcançar a modicidade tarifária, a fim de oferecer aos usuários valores de pedágios menores aos praticados. Entretanto, as alternativas encontradas não podem causar desequilíbrio no contrato firmado para nenhuma das partes. Assim, todo tráfego captado decorrente das alterações sofridas na rodovia em relação às condições acordadas originalmente na licitação, seja direto (pedagiado, por exemplo, em praça de pedágio nova) ou seja indiretamente (refletido em outras praças influenciadas), deve ser revertido para modicidade das tarifas.*

63. *Conclui-se, por conseguinte, que o contrato de concessão confere à concessionária o direito de auferir toda a receita gerada pelo movimento de veículos situado abaixo do limite acordado contratualmente, desde que seja decorrente de atos não contrários ao contrato e não provenientes de alterações na configuração original da rodovia, sob cuja condição inicial foi pactuado o risco de tráfego na concessão. Caso se pense de forma diferente, nada impedirá que a concessionária implante quantas praças de pedágio novas que desejar, bem como instale cabines de bloqueio em qualquer saída da rodovia, sem que essa possibilidade esteja prevista no contrato de concessão. Agindo assim a concessionária (sem a coibição do poder concedente), numa extrapolação ao limite, todo o risco de tráfego pactuado seria eliminado, assegurando, portanto, à empresa administradora da rodovia a garantia de lucro líquido e certo e sem o diminuto risco que é inerente à concessão em comento.*

III – CONCLUSÃO

64. *A NovaDutra, à fl. 30 do volume 51 expõe o seu pleito no sentido de que o Tribunal considere que 'os resultados positivos obtidos com a instalação da nova praça de pedágio de Jacareí e com as modificações da praça de Parateí, já tendo revertido aos usuários, nas formas antes expostas, não proporcionaram ganhos adicionais indevidos à Concessionária e portanto não justificam nem requerem novos ajustes nos valores do pedágio daquelas praças'. Entretanto, conforme entendemos restar claro do relatório de auditoria e da análise realizada no documento constante do volume 51 dos presentes autos, o qual apresentou os argumentos da concessionária para esse pedido, a recorrente, em virtude das alterações implementadas na configuração original da rodovia, obteve ganhos injustificados e indevidos, os quais devem ser repassados integralmente aos usuários conforme disposto no mencionado relatório da unidade técnica.*

65. *Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo a manutenção integral da proposta de encaminhamento do relatório de auditoria constante às fls. 655/656."*

É o relatório.

VOTO

Superada a questão relativa à possibilidade jurídica de instalação de mais uma praça de pedágio na Rodovia Presidente Dutra, no Município de Jacareí/SP, como desdobramento da praça de Parateí/SP, desde que mantida a equação econômico-financeira inicial do contrato de concessão, com a preservação das características do objeto licitado, conforme assentado na Decisão 337/2001 – Plenário, resta agora examinar a exatidão dos valores de pedágio vigentes, que refletem as diversas revisões e adequações ocorridas desde o início do contrato de concessão, com ênfase especial na revisão que estabeleceu a implantação da nova praça.

Para tanto, foi necessário examinar todas as alterações contratuais ocorridas desde a assinatura do contrato de concessão, tendo sido elaboradas planilhas de fluxo de caixa específicas para cada revisão ou adequação contratual implementada desde o início da concessão.

Com base nesses dados, a equipe da Sefid verificou que, de forma geral, as alterações contratuais mantiveram inalterada a taxa interna de retorno original, ou seja, foi preservado o equilíbrio econômico-financeiro original.

Os problemas observados nas adequações 4 e 6 e na revisão 6, não possuem maior gravidade e foram resolvidos a contento.

De acordo com a Sefid, *“na adequação 04 houve a incidência do fundo de apoio à pesquisa (FAP) sobre as receitas acessórias, contrariando previsão contratual, ainda, houve erro na alocação dos tributos na planilha de fluxo de caixa da concessionária, esses fatos levaram a adequação 04 a apresentar uma TIR real de 17,55%, abaixo da TIR contratual de 17,58%, significando uma pequena perda de lucratividade por parte da concessionária quando da aprovação dessa adequação.”*

Em relação à adequação 06 e à revisão 06, assinala a equipe de inspeção que *“houve inversão dos tráfegos originais propostos na licitação, ou seja, o tráfego apresentado como de Parateí na verdade era o de Viúva Graça e vice-versa, também o tráfego de Moreira César estava invertido com o de Itatiaia. Como a partir dessa adequação começaram a incidir os descontos na praça de Parateí em função da criação da nova praça de Jacareí, esses descontos passaram a incidir sobre o tráfego apurado em Viúva Graça e não em Parateí, essa falha comprometeu completamente a revisão 06 e adequação 06. Porém, qualquer inconsistência ou erro apresentado no fluxo de caixa das alterações no contrato poderão ser corrigidas em futuras revisões e adequações contratuais sem prejuízo do usuário da rodovia ou do interesse público, haja vista a dinâmica da metodologia empregada para equilibrar econômico-financeiramente o contrato. Devido a essa peculiaridade do modelo de fluxo de caixa, essas incoerências foram corrigidas em revisões e adequações posteriores.”*

Também foi verificado que a concessionária incluiu as receitas alternativas obtidas com passagem de fibra ótica e publicidade no fluxo de caixa, a fim de contribuir para a modicidade das tarifas, afastando a preocupação que motivou a instauração do TC-014.811/2000-0, já apreciado por esta Corte.

Assim, resta examinar a questão referente ao deslocamento da praça de pedágio de Parateí Norte e ao desmembramento da praça de Parateí, com a criação da praça de Jacareí, autorizadas nas adequações 2 e 5, respectivamente, com o conseqüente impacto sobre a tarifa de pedágio.

Verificou-se que apenas parte das receitas adicionais arrecadadas nas novas praças de Parateí Norte e Jacareí estão sendo efetivamente revertidas ao fluxo de caixa do empreendimento, contribuindo, por tal forma, para a modicidade da tarifa. Ocorre que a forma de cálculo adotada pela concessionária para medir o tráfego adicional e, conseqüentemente, a receita adicional, capta apenas parte desse tráfego adicional. Outra parte, igualmente expressiva, resulta oculta e está de fato sendo indevidamente apropriada pela concessionária.

O atual modelo de cálculo compara o tráfego atual, submetido a pedágio nas novas praças de Jacareí e Parateí Norte, com o que efetivamente transita no local da praça original de Parateí, medido por meio de sensores, no caso de Parateí Norte, ou pelo próprio pedágio arrecadado em Parateí Sul.

Entretanto, o tráfego atual no local da praça original foi afetado, para maior, em decorrência da alteração da configuração das praças de pedágio. Isso faz com que o acréscimo de tráfego seja aparentemente muito menor do que o realmente ocorrido.

A forma correta de efetuar o cálculo do adicional de tráfego produzido pela mudança na configuração das praças é comparar o tráfego atual, pedagiado, nas novas praças, com o que seria pedagiado se a configuração da praça não tivesse sido alterada.

Exatamente isso foi o que fez a unidade técnica, em criterioso estudo, que se pode considerar até muito conservador. Tal estudo identificou que além dos trinta centavos de redução da tarifa do complexo Jacareí-Parateí, outros trinta centavos deveriam ser concedidos. O desconto deveria ser, em cálculos muito conservadores, no mínimo o dobro do que foi concedido.

A equipe de inspeção identificou que, além da receita provinda das novas praças, da forma atualmente calculada, a concessionária está obtendo ganho que não está sendo revertido para a modicidade da tarifa, **representado pelo acréscimo de tráfego na praça original de Parateí estimado em 13,33%**. Com isso, aponta que, em vez do desconto de 7,2% atualmente praticado, deveria estar vigorando um desconto de 13,5%, o que se traduziria, em moeda corrente, em desconto adicional em torno de R\$ 0,30 (trinta centavos).

Essa distorção foi observada pela equipe da Sefid após deparar com o fato de que o acréscimo de tráfego, que se esperava obter a partir do deslocamento da praça de Parateí Norte, conforme os estudos prévios realizados pela concessionária, necessário para custear os investimentos incorridos nessa nova praça e, até mesmo, proporcionar descontos nas tarifas, não se vinha concretizando nos números captados após o deslocamento da praça.

Esse resultado inesperado e não desejado levou a equipe a questionar as razões do descompasso da previsão inicial com os números medidos posteriormente.

Verificou-se que, após três anos completos de medição, o acréscimo de tráfego medido está muito aquém das expectativas iniciais, isto é, para uma previsão de 7,32% de incremento do tráfego total e de uma necessidade de 4,94% de aumento para custear os investimentos realizados, o aumento de tráfego, da forma como medido, alcançava somente o percentual de 3,24%.

A persistir essa diferença entre o realizado e o projetado, a tarifa de pedágio terá de subir para fazer face às despesas incorridas. Com isso, em vez de o usuário obter desconto em razão do deslocamento da praça de Parateí Norte e do esperado incremento de tráfego, ele terá de arcar com parte dos custos das obras realizadas, por meio de aumento de tarifa.

Essa situação esdrúxula ainda não se materializou na tarifa somente porque a frustração de tráfego foi registrada nos três primeiros anos de alteração, permanecendo, contudo, inalteradas no fluxo de caixa as projeções iniciais de acréscimo para os demais anos.

Isto significa que o fluxo de caixa da concessão, que serve de base para o cálculo da tarifa, registrou a frustração de tráfego nos três primeiros anos após a alteração, o que pressiona a tarifa para cima, mas ainda mantém as projeções iniciais para os demais anos da concessão, o que a pressiona para baixo, a explicar o fato de a aparente frustração de tráfego não haver impactado, ainda, a tarifa de pedágio para cima.

Procurando encontrar as causas para tal insucesso, observou a equipe que a alteração da localização do posto de pedágio provocou mudanças expressivas no comportamento dos motoristas que utilizam esse trecho da rodovia.

Os usuários que se dirigiam habitualmente de São Paulo para Santa Isabel, Arujá, Mogi das Cruzes e região e, na antiga configuração, saíam da rodovia antes da praça de pedágio original de Parateí, agora, com o deslocamento do posto de pedágio para Parateí Norte, passaram a arcar com o pagamento de pedágio. Com isso, originou-se a impedância sobre esse fluxo de veículos, ou seja, o desestímulo para o tráfego naquele ponto da rodovia, em virtude da cobrança da tarifa.

Contrariamente, houve estímulo para o tráfego dos usuários que partiam dessas cidades em direção ao Rio de Janeiro, pois na configuração inicial eles pagavam pedágio em Parateí original e, agora, na nova configuração, já não o pagam.

Além disso, houve a eliminação da fuga de veículos que ocorria por meio dos acessos para Arujá e Mogi das Cruzes. Com efeito, muito usuários utilizavam os acessos de Arujá e Mogi para alcançar a rodovia Ayrton Senna, que corre paralela à Via Dutra, retornando à Dutra após a praça original de Parateí.

Eliminando-se essa rota de fuga, com o deslocamento da praça, esses usuários, já tendo pago o pedágio na praça de Parateí Norte, permanecem na rodovia, aumentando o tráfego medido no local original da praça.

Idêntica situação ocorreu com a criação da praça de Jacareí.

Muitos usuários que vinham pela Dutra, no sentido Rio/São Paulo, após Jacareí, poderiam optar por prosseguir pela Rodovia Ayrton Senna, sem ter pago nenhum pedágio desde a praça de Moreira César.

Com a nova configuração, essa opção passou a não ser economicamente interessante, haja vista que ela só se apresenta para o usuário após o pagamento do pedágio na praça de Jacareí. Em valores percentuais, isso significa que, antes, optar pela Ayrton Senna era a opção 20% mais cara e, agora, com a criação da praça de Jacareí, passou a ser 76,2% mais dispendioso.

Com o desmembramento da praça de Parateí, em Parateí/Jacareí, e a redução de tarifa aplicada, também foi possível reduzir a impedância dos usuários que transitam pela praça original de Parateí, aumentando o tráfego no local pelo desestímulo da adoção de rotas de fuga.

Portanto, o incremento de tráfego, ocorrido no local da praça original de Parateí, é decorrência direta dos desmembramentos efetuados na praça original de Parateí, com o deslocamento de Parateí Norte e a criação de Jacareí.

Isso propiciou, conforme revelou o cuidadoso estudo empreendido pela equipe de inspeção, o acréscimo de, no mínimo, 13,33% no tráfego na praça original de Parateí, sendo que o deslocamento de Parateí Norte estaria contribuindo com um aumento de tráfego da ordem de 4,16%, e a criação de Jacareí estaria contribuindo com o aumento de 10,62%.

A concessionária Novadutra não contestou a metodologia empregada pela equipe de inspeção, para medir o acréscimo de tráfego na praça original de Parateí, em razão das modificações implementadas.

A empresa somente observou que os resultados do modelo poderiam ser aprimorados com a utilização de uma série de dados maior e, *“para maior solidez das conclusões, o trabalho teria de se embasar em pesquisas de origem-destino, de preferência realizadas antes e após as mudanças estabelecidas”* (fls. 15 e 24 do vol. 51).

Como se vê, a própria interessada reconhece que o deslocamento da praça de Parateí Norte e a criação da praça de Jacareí contribuíram para aumentar o fluxo de veículos que passam pelo local da praça original de Parateí.

No entanto, sustenta a concessionária que essa situação não é bastante para justificar a providência sugerida pela Sefid, no sentido de corrigir a matriz de tráfego referente à praça de Parateí, a fim de contemplar o usuário com um desconto na tarifa proporcional à redução do risco de tráfego apurada pelo modelo estatístico.

Nesse ponto reside, então, a divergência.

Contrariamente à unidade técnica, a Novadutra entende legítima a apropriação do incremento de tráfego medido pela equipe de inspeção, fundamentando-se, em síntese, nos seguintes argumentos:

- a) o risco de tráfego é indivisível, não podendo ser particularizado para determinada praça de pedágio;
- b) o risco total de tráfego ainda não foi ultrapassado;
- c) é direito da concessionária adotar todas as providências para aumentar o número de usuários pagantes, restringindo e impedindo as rotas de fuga, tornando-se mais competitiva com outras rotas alternativas; e estimulando o uso intensivo da rodovia;
- d) o oferecimento de descontos é prática optativa; e
- e) está estabelecido no PER o objetivo de transformar a rodovia em via expressa, bloqueando-se todos os seus acessos.

A par disso, também foi juntado parecer emitido pelo professor Antônio Carlos Cintra do Amaral, no qual defende a legalidade do desmembramento nos termos pactuados, haja vista que o risco de tráfego deve ser tomado, em conjunto, para toda a rodovia e não para uma praça isoladamente.

Nada se tem que objetar quanto ao argumento da empresa, no sentido de que o risco de tráfego é indivisível, devendo ser tomado para a rodovia como um todo e não isoladamente para cada praça de pedágio.

No entanto, isso não interfere, de nenhum modo, nas conclusões a que chegou a equipe de inspeção.

A utilização de dados individualizados de cada praça de pedágio, para fins de apuração do incremento de tráfego na praça original de Parateí, não significa desconhecer que o risco de tráfego engloba toda a rodovia.

Esse procedimento foi adotado apenas para isolar o trecho formado pelas praças de Parateí e Jacareí, a fim de comparar o comportamento do seu tráfego, com o comportamento do tráfego nas outras praças, antes e após as mudanças, e, a partir daí, medir o impacto no fluxo de veículos que passam pela praça original de Parateí, gerado após as mudanças na configuração original das praças de pedágio.

Deve ser enfatizado, ainda, que os dados individualizados por praça de pedágio, utilizados pela equipe de inspeção, foram todos fornecidos pela própria empresa, sejam os dados reais de tráfego sejam aqueles fixados na proposta apresentada por ocasião da licitação.

Ora, se houve sensível modificação na configuração das praças de pedágio, para atender interesse empresarial da concessionária, bem como para melhor viabilizar a operação da rodovia, que alterou substancialmente o fluxo de veículos que por ela transitam, particularmente nos locais originais das praças de pedágio, definidas na licitação e no contrato, gerando ganhos adicionais consistentes ou mesmo prejuízos para a concessionária, é necessário que haja o conseqüente ajuste no fluxo de caixa, a fim de manter inalterado o equilíbrio econômico-financeiro inicial, que não opera sempre em desfavor do usuário, mas eventualmente em seu benefício.

Com efeito, em nenhum momento se questiona a observância inflexível da premissa de que nenhuma modificação implementada no contrato de concessão pode gerar ganhos ou perdas para a concessionária.

Se, como estimado pela equipe de inspeção, e até reconhecido pela Novadutra, o deslocamento da praça de Parateí Norte e a criação da praça de Jacareí, acarretaram expressivo aumento do fluxo de veículos na praça original de Parateí, é obrigação legal e contratual o ajuste proporcional no fluxo de caixa, a fim de restabelecer a taxa interna de retorno original.

A alegação de estar a concessionária abaixo do limite superior do risco de tráfego por ela mesmo proposto não pode servir de justificativa para ela se apropriar de um incremento de tráfego ocasionado por alteração na configuração original das praças de pedágio.

Nos termos do contrato de concessão, o risco de tráfego contratual, proposto pela concessionária, é global, para todo o período de concessão. Sua divisão, ano a ano, é operação feita pela concessionária para fins meramente informativos, sem nenhuma conseqüência jurídico-contratual.

Ainda que não fosse global, mas dividido ano a ano e praça a praça, o risco de tráfego, definido contratualmente, configura a álea ordinária do negócio, não podendo a concessionária pretender alterar o contrato em razão do inadimplemento das metas por ela mesma fixadas. Além disso, toda a alteração decorre da criação extraordinária da nova praça de pedágio, por alteração de cláusulas contratuais fundamentais, e não da operação normal da rodovia.

Ademais, como já asseverado por ocasião da sessão Plenária de 6.6.01, quando foi proferida a Decisão 337/2001, da minha relatoria, as alterações na configuração original das praças de pedágio são juridicamente possíveis, desde que implementadas visando ao interesse público, traduzido pela obtenção de efetivos ganhos para os usuários, preferencialmente na forma de redução de tarifa, de forma a concretizar o princípio da modicidade.

Afirma-se aqui, peremptoriamente, que a modificação da configuração original das praças de pedágio não tem nem pode ter como objetivo proporcionar novos ganhos à concessionária, ou compensar a não consecução do volume de tráfego projetado pela própria concessionária.

Todas essas circunstâncias desfavoráveis enfrentadas pela concessionária são parte integrante e inafastável do risco do negócio, não gerando, de forma nenhuma, direito a compensações pelo poder público.

Quanto ao fato de que a incorporação ao fluxo de caixa do adicional de tráfego gerado na praça original de Parateí, em razão do deslocamento da praça de Parateí Norte, e do desmembramento que

originou a praça de Jacareí, implicará a redução da tarifa atual, argumenta a concessionária que, de acordo com o contrato, a concessão de desconto seria facultativo.

Não assiste razão à concessionária.

A concessão de desconto, de ordinário, configuraria mera liberalidade da concessionária e, nesses termos, é prática que se circunscreve ao seu exclusivo discernimento empresarial. No entanto, no caso concreto, não se trata de desconto propriamente dito, na sua verdadeira acepção, mas, sim, de redução do valor da tarifa, como medida de manutenção da equação econômico-financeira do contrato.

A adequação do montante de redução da tarifa, inicialmente fixada em R\$ 0,30 (trinta centavos), deve ampliar-se, conforme os aprofundados estudos integrantes do processo, e não se confunde, absolutamente, com descontos eventuais, no verdadeiro sentido, que venham a ser praticados no âmbito da política comercial da concessionária.

No caso concreto, a redução da tarifa é decorrente de imposição legal e contratual que obriga a manutenção do inicial equilíbrio econômico-financeiro. Com efeito, se implementada radical modificação contratual que permitiu ampliar o universo de usuários pagantes, o volume adicional de tráfego pedagiado tem de ser obrigatoriamente revertido para o usuário, na forma de desconto do pedágio ou de realização de obras adicionais, não podendo ser apropriado pela concessionária, sob pena de burla a todo o procedimento licitatório realizado, cujas cláusulas financeiras e econômicas estariam fundamentalmente alteradas em favor da concessionária, vencedora da licitação, em antagonismo com a formulação das propostas de todos os antigos licitantes, cujos termos seriam de todo diversos nesta atual situação.

A propósito, no correr do processo licitatório, diversos consórcios participantes fizeram consultas formais ao DNER, indagando da possibilidade da construção de novas praças de pedágio durante o prazo de vigência da concessão. A resposta do poder concedente foi peremptória no sentido da impossibilidade de novas praças.

Na ocasião da licitação para exploração da Rodovia Presidente Dutra, o objeto da licitação resultou muito bem delineado. Licitou-se a exploração da rodovia por 25 anos com somente aquelas praças de pedágio e o conjunto das obras a serem executadas.

Com base nessa negativa explícita de novas praças de pedágio do poder concedente é que todas as licitantes, incluída a NovaDutra, elaboraram suas propostas e participaram da licitação. Admitir *a posteriori* a criação de novas praças, em proveito econômico exclusivo da concessionária, ainda que parcial, constitui flagrante afronta aos princípios que regem a licitação e a Administração Pública.

Assim, a criação de nova praça ou a alteração das condições das praças existentes só pode ser feita para atender ao interesse público, materializado no interesse dos usuários, e não para gerar ganhos extraordinários para a concessionária, mediante a redução das condições reais de risco da exploração da rodovia.

Da mesma forma, o objetivo programático, inserido pela concessionária no Programa de Exploração da Rodovia, voltado a transformá-la em via expressa, com o bloqueio de todos os seus acessos, em nada interfere no princípio maior de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro que impera nos contratos de concessão.

Se a alteração acarretar elevação do tráfego pedagiado, esse ganho adicional deverá ser revertido para o usuário, de forma que a concessionária permaneça com a taxa interna de retorno original. Da mesma forma, se houver alteração imposta pelo Poder Público, que resulte em perda para a concessionária, terá ela direito à manutenção da equação econômico-financeira.

Quanto ao alegado direito de a concessionária adotar todas as providências para aumentar o número de usuários pagantes, esse direito cessa no momento em que a providência ultrapassa os termos fixados no contrato, alterando suas condições originais. Ela pode fazer tudo para aumentar o número de usuários pagantes, mantidas as condições originais da exploração da rodovia e do contrato, resultante de processo de licitação.

Fossem outras as condições de exploração da rodovia, certamente as propostas para sua exploração seriam diferentes e talvez outro consórcio tivesse sido o vencedor com condições mais vantajosas para os usuários. Não se pode, após o fim do certame e o início da exploração, promover alterações radicais das condições de exploração da rodovia, nem para beneficiar, nem para prejudicar a licitante vencedora.

Por essas razões é que o Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo sobre os atos praticados pelo poder concedente, que autorizaram a mudança da configuração da praça original de Parateí, decidiu que tais mudanças somente se afiguram lícitas e possíveis se realizadas no exclusivo interesse público, com todo e qualquer ganho de receita delas advindo revertido integralmente para a modicidade da tarifa.

Sem embargo, é importante ressaltar que a metodologia empregada pela equipe de inspeção e os quantitativos de incremento de tráfego por ela estimados não podem ser tomados como definitivos, mas, apenas, comprobatórios de que ocorreu aumento efetivo de tráfego na praça original de Parateí em razão da alteração da configuração original.

Cabe ao poder concedente, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres, aprofundar a questão e definir, não apenas para o caso particular da Novadutra, mas em caráter geral, a forma de cálculo e de agregação ao fluxo de caixa do adicional de tráfego gerado nas praças originais, em decorrência de mudanças em sua configuração original, com o desmembramento, criação de novas praças ou instalação de cabines de bloqueio, de forma que garanta ao usuário o repasse do benefício proporcionado, por meio da redução da tarifa, podendo a ANTT utilizar, como ponto de partida, se entender conveniente, os criteriosos estudos realizados pela Sefid.

Por todas essas razões, resulta que todo o incremento de tráfego gerado por alterações na configuração original das praças de pedágio deve ser revertido em benefício do usuário, a fim de realizar o princípio da modicidade, devendo a ANTT desenvolver metodologia própria que discipline a questão, contemplando forma de cálculo que assegure o repasse integral para a modicidade da tarifa dos ganhos de tráfego, resultantes da modificação ou da criação de praças de pedágio.

Deve a Agência estar atenta, ainda, aos princípios que norteiam as concessões públicas, estabelecidos na Lei 8.987/95, aplicando-a a este caso concreto e aos demais que se apresentarem.

Por fim, é importante ressaltar a gravidade da situação, observada pela equipe de auditoria, no sentido da ausência de controle do tráfego ao longo da rodovia por parte do Poder Público. Informa a equipe que, atualmente, todas as medições são efetuadas exclusivamente pela concessionária, sem nenhuma crítica por parte da ANTT.

Esse fato inviabiliza a fiscalização, pois não tendo como certificar qual o tráfego real da rodovia, o Poder Público não pode saber, com absoluta certeza, se a concessionária está atingindo ou superando o tráfego projetado contratualmente, para fins de repassar para o usuário, na forma de melhorias adicionais, os valores arrecadados com o tráfego que supera o fluxo máximo de veículos projetado, conforme determina o contrato de concessão.

Essa deficiência torna-se ainda mais grave, no caso do desmembramento da praça de Parateí, pois os tráfegos pedagiados na praça de Parateí Norte e Jacareí são lançados no fluxo de caixa pelos valores reais pedagiados e eventuais distorções para menor nas medições do tráfego pedagiado vão implicar diretamente o aumento da tarifa de pedágio ou a redução do desconto.

Portanto, é totalmente pertinente a proposta da Sefid de determinar à ANTT que adote mecanismos *“próprios de aferição do tráfego efetivo na rodovia, ou contratá-los eventualmente, confrontando essas medições com as efetuadas pela Concessionária NovaDutra.”*

Ante o exposto, VOTO por que o Tribunal adote a DECISÃO que ora submeto a este Plenário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2002.


Walton Alencar Rodrigues
Ministro-Relator

PARECER Nº 997, DE 2006Relator: Senador **Amir Lando**Relator **ad hoc**: Senador **Valdir Raupp**

O Aviso (AVS) nº 97, de 2001, contém duas Decisões exaradas pelo TCU, de nº 337, de 2001 (nº 2484-SGS-TCU, de 6 de junho de 2001, na origem), ambos acompanhadas dos seus respectivos voto e relatório que as fundamentam e referem-se à “representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São José dos Campos – SP, em virtude da autorização, concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC – Nº 014.824/2000-8)”.

A Decisão nº 337, de 2001, já foi analisada na antiga Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que precedeu esta CMA. Em 27 de novembro de 2002, a CFC aprovou Relatório do Senador Wellington Roberto, que concluía pelo encaminhamento de ofício ao TCU solicitando informações sobre o cumprimento das deliberações contidas na decisão analisada. Em cumprimento ao encaminhamento adotado na CFC, a Presidência do Senado Federal encaminhou o Ofício nº 105, de 2003, dirigido ao Presidente do TCU.

Em atendimento ao ofício do Senado Federal, a Presidência do TCU respondeu com o Aviso nº 212-GP-TCU (na origem), que encaminhou a Decisão nº 1648, de 2002, que trata dos desdobramentos do processo que ora analisamos.

Resumidamente, a decisão citada assim deliberou:

a) considerou corretos os valores utilizados nos fluxos de caixa que embasaram as primeiras seis revisões e seis adequações do contrato de concessão firmado com a Novadutra, à exceção da adequação 2, que autorizou o deslocamento da praça de Parateí Norte, e da adequação 5, que autorizou o desmembramento da praça de Parateí/Jacareí, relativamente à ausência de previsão do incremento do tráfego no local original da praça de Parateí ocasionado por essas alterações na configuração original;

b) determinou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT):

b.1) elaborasse norma reguladora da forma de cálculo e de agregação ao fluxo de caixa do adicional de tráfego gerado nas praças originais, em decorrência da mudança na configuração original, com o desmembramento, criação de novas praças ou instalação de cabines de bloqueio, de forma a garantir repasse integral ao usuário do benefício, na forma de redução de tarifa, ressalvadas as despesas vinculadas à modificação que se implementava;

b.2) com base na norma elaborada em cumprimento ao subitem anterior, promovesse a revisão, no contrato de concessão firmado com a Novadutra, a fim de que fosse incorporado ao fluxo de caixa o adicional de tráfego gerado na praça original de Parateí, em razão do deslocamento da praça de Parateí Norte, autorizado na adequação 2, e do desmembramento que originou a praça de Jacareí, autorizado na adequação 5;

b.3) monitorasse o tráfego real pedagiado na rodovia, especialmente nas praças de Parateí e Jacareí;

b.4) analisasse os impactos de qualquer revisão ou adequação contratual no fluxo de caixa das rodovias federais concedidas, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original;

b.5) acompanhasse e fiscalizasse os investimentos alocados no fluxo de caixa da concessão;

b.6) acompanhasse a implementação do termo de compromisso firmado entre a Concessionária Novadutra e a Prefeitura de Jacareí, de forma a que não houvesse alocação no fluxo de caixa da concessão de investimentos não previstos no plano original ou que não se traduzissem em benefícios diretos para o usuário da rodovia;

Em face do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria do âmbito das competências do TCU, manifestamo-nos para que a CMA dela tome conhecimento e envie ofício ao Presidente do TCU para que esta Comissão seja informada quanto ao cumprimento das deliberações contidas na Decisão nº 1.648, de 2002.

Sala da Comissão, 4 de outubro de 2005.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 97 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/10/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>R. Quintanilha</i>	
RELATOR: <i>SEN VALDIR RAUPP</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
GILBERTO GOELLNER – PFL	3- VAGO
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-VAGO
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO – PL	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

Ofício nº 123/2005-CMA

Brasília, 4 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Ministro Adylson Motta
DD. Presidente do Tribunal de Contas da União
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o Parecer ao Aviso nº 97/2001, proveniente dessa Corte de Contas, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 337, de 2001, TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São José dos Campos – SP, em virtude da autorização, concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC – 014.824/2000-8)”.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência cópia da matéria para as providências cabíveis.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos do mais alto apreço e distinta consideração.

Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da CMA.

Aviso nº 6818-GP/TCU

Brasília, 17 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Leomar Quintanilha
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 123/2005-CMA, de 4-10-2005, mediante o qual Vossa Excelência comunica que essa Comissão aprovou o “Parecer ao Aviso nº 97/2001”, relativo às Decisões nº 337/2001 e no 1.648/2002, proferidas pelo TCU no processo TC-014.824/2000-8, e encaminha cópia do referido documento.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente – autuado neste Tribunal como

processo de nº TC-017.983/2005-9 – foi remetido ao Relator, Senhor Ministro Augusto Sherman Cavalcanti.
Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

Aviso nº 2.257-SGS-TCU-Plenário

Brasília-DF, 30 de novembro de 2005

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Leomar Quintanilha
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Nilo Coelho, Sala 4B
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Parecer s/nº/2005 proferido sobre o Aviso nº 97/2001-SE aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, encaminhado a este Tribunal pelo Ofício nº 123 de 4-10-2005, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 017.983/2005-9, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 30-11-2005, bem como do Relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ACÓRDÃO Nº 2.078/2005 – TCU – Plenário

1. Processo TC-017.983/2005-9
2. Grupo I – Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.
4. Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (extinto).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Sefid.
8. Advogado constituído nos autos: não atuou.
9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, sob a forma de Parecer aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, encaminhado por intermédio do ofício 123/2005 – CMA, de 4-10-2005, em que são requeridas informações acerca do cumprimento das providências determinadas no âmbito da Decisão 1.648/2002 – TCU – Plenário, proferida no TC-014.824/2000-8, atinente a representação formulada pela Procuradoria da República em São José dos Campos/SP, acerca da autorização, concedida pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão,

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação efetivada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com fulcro nos arts. 1º, inc. II, e 38, inc. II, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 232 do Regimento Interno desta Corte de Contas e com os arts. 41 e 45 a 47 da Resolução TCU 136/2000;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do relatório e da proposta que o fundamentam, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informando-lhe que:

9.2.1. contra a Decisão 1.648/2002 – TCU – Plenário, prolatada sobre o TC-014.824/2000-8, a empresa Novadutra – Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. interpôs pedido de reexame, modalidade de recurso com efeito suspensivo, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/92 e do art. 286 do Regimento Interno do TCU;

9.2.2. referida peça recursal já havia sido objeto de análise e, na sessão de 18-5-2005, o processo foi submetido ao descortino do Plenário, oportunidade em que, proferido o voto deste Relator e apresentada minuta de acórdão, foi adiada a votação em decorrência de pedido de vista formulado pelo eminente Ministro Benjamin Zymler;

9.2.3. encerrada a vista, o Ministro Benjamin Zymler restituiu o processo ao Gabinete deste Relator;

9.2.4. durante o período em que o TC-014.824/2000-8 esteve sob vista, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, parte naquele processo, a ele acostou novos elementos;

9.2.5. considerando a natureza da documentação aportada pela ANTT que poderia modificar o entendimento sobre a matéria, os autos em questão foram encaminhados por este Relator à área técnica deste Tribunal para nova análise, com a urgência requerida pelo caso, estágio em que se encontra o processo, atualmente;

9.3. determinar, com fulcro no caput do art. 27 da Resolução TCU 136/2000, o apensamento destes autos ao TC-014.824/2000-8, com vistas a agilizar o encaminhamento de informações ao interessado, quando nova deliberação vier a ser adotada.

10. Ata nº 47/2005 – Plenário

11. Data da Sessão: 30-11-2005 – Ordinária

12. Especificação do **quórum**:

12.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Augusto Nardes.

12.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

12.3. Auditor presente: Marcos Bemquerer Costa.

Adylson Motta, Presidente – **Augusto Sherman Cavalcanti**, Relator

Fui presente: – **Lucas Rocha Furtado**, Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC-017.983/2005-9

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional

Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (extinto)

Interessado: Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

Advogado constituído nos autos: não atuou.

Sumário: Solicitação de informações acerca do cumprimento das providências determinadas por intermédio da Decisão 1.648/2002 – TCU – Plenário, proferida sobre o TC-014.824/2000-8. Conhecimento. Remessa de cópia do Acórdão, bem como do Relatório

e Voto que o fundamentam, à Comissão solicitante, informando-lhe que: contra a Decisão mencionada, foi interposto pedido de reexame, com efeito suspensivo. A peça recursal já havia sido analisada pelo Relator e objeto de proposta de deliberação, sendo o julgamento suspenso em função de pedido de vista; encerrada a vista, mas tendo em conta novos elementos aportados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, os autos foram encaminhados à área técnica do TCU, para nova análise, com a urgência requerida pelo caso. Apensamento destes autos ao TC-014.824/2000-8, com vistas a agilizar o encaminhamento de informações ao interessado, quando nova deliberação vier a ser adotada.

Relatório

Tratam os autos de Solicitação do Congresso Nacional, sob a forma de Parecer aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal (fls. 2/5), encaminhado por intermédio do ofício 123/2005 – CMA, de 4-10-2005 (fl. 1), em que são requeridas informações acerca do cumprimento das providências determinadas no âmbito da Decisão 1.648/2002 – TCU – Plenário, proferida sobre o TC-014.824/2000-8, atinente a representação formulada pela Procuradoria da República em São José dos Campos/SP, acerca da autorização, concedida pelo extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão.

2. Pelo despacho acostado às fls. 8, encaminhei estes autos à Secretaria de Fiscalização de Desestatização – SEFID para instrução, com a urgência requerida pelo caso.

3. A instrução às fls. 9, após considerar que, nos termos do inciso III do art. 47 da Resolução TCU 136/2000, os presidentes das comissões técnicas e de inquérito do Congresso Nacional são competentes para solicitar informações a esta Corte de Contas, concluiu apresentando proposta de encaminhamento, devidamente endossada pela Diretora da Área (fls. 9) e pelo Secretário Substituto da Sefid (fls. 10-verso), no sentido de:

“a) com fulcro no inciso II do art. 40 da Resolução TCU 136, encaminhar os autos ao gabinete do Sr. Ministro-Relator para que seja informado ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Leomar Quintanilha, que contra a Decisão nº 1.648/2002 – Plenário, proferida nos autos do TC-014.824/2000-8, foi interposto recurso, que se encontra em fase de análise;

b) com fundamento no caput do art. 2º da Resolução TCU 136, apensar os presentes autos ao TC-014.824/2000-8, com vistas a agilizar o encaminhamento de informações ao interessado, quando nova deliberação vier a ser adotada”.

É o relatório.

Voto

Tendo em vista o requerimento de informações sob exame, acerca de resultados de trabalhos de fiscalização realizados por este Tribunal, haver sido formulado por presidente de comissão técnica do Senado Federal, autoridade competente para tanto, considero que deva o Tribunal dele conhecer como Solicitação do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 1º, inciso II, e 38, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 232 do Regimento Interno e com os arts. 41 e 45 a 47 da Resolução TCU nº 136/2000.

2. No que tange ao encaminhamento a ser dado ao feito, embora concordando com a proposição apresentada pelo órgão instrutivo quanto a informar-se acerca da interposição de recurso contra a Decisão nº 1.648 – TCU – Plenário, acerca da qual a solicitação de informações em tela busca conhecer o estágio de cumprimento das deliberações ali contidas, entendo necessário o acréscimo de alguns esclarecimentos.

3. Com efeito, contra a Decisão nº 1.648/2002 – TCU – Plenário, prolatada no TC-014.824/2000-8, a empresa Novadutra – Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., interpôs pedido de reexame, modalidade de recurso com efeito suspensivo, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/92 e do art. 286 do Regimento Interno desse Tribunal.

4. Referida peça recursal já havia sido por mim analisada e, na sessão de 18-5-2005, o processo foi submetido ao descortino do Plenário desta Corte de Contas, oportunidade em que, proferido o voto deste Relator e apresentada minuta de acórdão, foi adiada a votação em decorrência de pedido de

vista formulado pelo eminente Ministro Benjamin Zymler, nos termos do art. 119 do RI/TCU.

5. Encenada a vista, o Ministro Benjamin Zymler restituiu o processo ao Gabinete deste Relator em outubro próximo-passado.

6. Ocorre, no entanto, que durante o período em que o TC-014.824/2000-8 esteve sob vista, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, parte no processo, acostou novos elementos, consistentes no posicionamento da Agência sobre os fatos ali tratados, haja vista ser destinatária direta da deliberação que vier a ser adotada por este Tribunal.

7. Considerando que a natureza da novel documentação aportada pela ANTT poderia modificar o entendimento sobre a matéria, determinei o encaminhamento daqueles autos à área técnica deste Tribunal para nova análise, com a urgência requerida pelo caso, estágio em que se encontra o processo, atualmente.

8. Por fim, consigno julgar adequado, com fulcro no caput do art. 27 da Resolução TCU nº 136/2000, o apensamento destes autos ao TC-014.824/2000-8, com vistas a agilizar o encaminhamento de informações ao interessado, quando nova deliberação acerca da matéria vier a ser adotada.

Diante do exposto, acompanhando no essencial o parecer da unidade técnica, com os acréscimos mencionados e os ajustes considerados necessários, voto por que o Tribunal aprove o Acórdão que ora submeto à apreciação deste Plenário.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2005.
– **Augusto Sherman Cavalcanti**, Relator.

PARECER Nº 998, DE 2006

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Retoma, para exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Aviso (AVS) nº 97, de 2001, (na origem, nº 2.484-SGS-TCU, de 6 de junho de 2001, nº 212-GP-TCU, de 26 de fevereiro de 2003 e nº 6.818-GP/TCU, de 17 de outubro de 2005), que

refere-se à “representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal-Procuradoria da República em São José dos Campos – SP, em virtude da autorização, concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no Município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC – nº 014.824/2000-8)”.

No dia 4 de outubro do ano de 2005, apresentamos relatório ao Aviso ora analisado que concluía com a recomendação de que a CMA tomasse conhecimento do teor da Decisão nº 1.648, de 2002, do TCU, que determinara uma série de medidas a serem tomadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e que o Presidente do TCU fosse oficiado para que esta Comissão fosse informada quanto ao cumprimento das deliberações contidas na Decisão nº 1.648/2002.

Em atendimento a tal solicitação, o Ministro Adylson Motta, Presidente do TCU, enviou, no dia 30 de novembro de 2005, o Aviso nº 2.257-SGS-TCU-Plenário, que, ao chegar ao Senado, foi juntado ao processado ora analisado.

Em síntese, o Ministro informa que:

a) a empresa Novadutra interpôs pedido de reexame, na modalidade de recurso suspensivo, contra a Decisão nº 1.648, de 2002;

b) a ANTT acostou novos elementos ao processo TC—nº 014.824/2000-8;

c) as informações repassadas pela ANTT se encontravam então sob análise da área técnica do TCU;

d) aquela Corte encaminharia informações adicionais a esta Comissão, tão logo nova deliberação viesse a ser adotada.

Assim sendo, manifestamo-nos para que, após tomar conhecimento da resposta contida no Aviso nº 2.257-SGS-TCU-Plenário, a Comissão proceda ao arquivamento do AVS nº 97, de 2001.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 97 DE 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/07/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>L. Quintanilha</i>	
RELATOR : <i>[Signature]</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
VAGO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

PARECER Nº 999, DE 2006

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso (nº 32/2002 nº 822-sgs-TCU) do Tribunal de Contas da União e Controle, que encaminha cópia da Decisão nº 367, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a informações solicitadas pela Câmara dos Deputados, encaminhadas por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas (TC – 002.059/2002-3).

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relator *ad hoc*: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

A fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União é tratada nos artigos 70 a 75 da Constituição. De acordo com o caput do art. 71 e com o inciso VII do mesmo artigo:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....
 VII – prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

Tendo por base esses dispositivos, o TCU encaminhou ao Congresso Nacional, por meio do Aviso nº 32, de 2002, informações solicitadas pela Câmara dos Deputados acerca de providências porventura cabíveis no âmbito daquela Corte constantes do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas. Tal CPI, instalada na Câmara dos Deputados em 16 de maio de 2001, foi aprovada em 7 de novembro do mesmo ano, concluindo por uma série de recomendações endereçadas a órgãos de governo. No que diz respeito ao TCU, as recomendações, de acordo com o relatório final¹, foram as seguintes (a numeração é a constante do relatório):

13 – Proceder (sic) estudos tendentes a identificar as necessidades de recursos necessários a (sic) dinamização dos trabalhos de fiscalização e controle

externo, de modo a ampliar o número de órgãos e entidades fiscalizados num determinado período.

14 – Intensificar a prática de controles preventivos.

15 – Introduzir meios de divulgação de resultados de inspeções e decisões de interesse comum a grupos de órgãos e entidades sujeita à fiscalização do TCU.

16 – Prestar à Câmara dos Deputados as informações relativas ao saneamento das irregularidades constatadas nas obras com irregularidades graves em 2000 e 2001, em especial as referidas a págs. (sic) 33 e 34 deste Relatório, bem como as pertinentes às seguintes obras, mesmo que ali não incluídas:

- a) Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, em Salvador;
- b) Anel viário sudoeste, em Aparecida de Goiânia;
- c) Banco Central, Delegacia Regional de Curitiba;
- d) BR 386, no Rio Grande do Sul;
- e) Complexo penitenciário de Goiás, em Aparecida de Goiânia;
- f) Construção de contornos rodoviários no corredor Araguaia–Tocantins BR-060/go. – em Goiânia (noroeste);
- g) Construção de dique em Cachoeirinha – RS;
- h) Contorno leste da BR 116, em Curitiba;
- i) Duplicação de trechos rodoviários no corredor transmetropolitano BR-116/SP – São Paulo – divisa SP/PR;
- j) Duplicação de trechos rodoviários no corredor transmetropolitano BR-381/SP-divisa MG/SP – entroncamento BR-116;
- k) Escola técnica agrícola de Hidrolândia, Goiás;
- l) Metropolitano de Salvador;
- m) Penitenciária da Grande Florianópolis/SC;
- n) Penitenciária estadual de Piraquara/PR;
- o) Recuperação da infra-estrutura portuária – porto de Santos (SP);
- p) Recuperação das instalações do porto de Laguna, no Estado de Santa Catarina;
- q) Recuperação e ampliação dos molhes do porto de Rio Grande – RS;
- r) Universidade Federal da Bahia, em Salvador;
- s) Usina termoeletrica Candiota 3;
- t) Via Expressa Sul/SC.

O TCU, a respeito das recomendações feitas pela citada CPI, informa, no Aviso nº 32, de 2002, que enviara ao Congresso Nacional, em 1997, projeto de lei dispondo sobre a criação de novos cargos de Analista de Controle Externo (ACE), de modo a aumentar a ação de fiscalização do Tribunal. Tal pretensão foi atendida pela Lei nº 10.799, de 2003, que criou 600 (seiscentos) desses cargos, a serem preenchidos na razão de até

um sexto a cada ano, a partir da vigência da Lei. Cabe ressaltar que, de lá para cá, o TCU já realizou três concursos com oferta total de 241 (duzentos e quarenta e uma) vagas, de acordo com os editais pesquisados, para provimento de cargos de ACE.

Outra medida que já era levada a cabo pelo TCU à época da CPI e que, segundo o Aviso nº 32, de 2002, atende às recomendações desta era o “aumento siste-

mático, desde 1997, no número de obras fiscalizadas por exercício”. De acordo com o relatório que acompanha o Aviso e com levantamentos efetuados nos relatórios anuais do TCU disponíveis em sua página na internet, as auditorias em obras públicas realizadas de 1997 a 2005 montaram aos números evidenciados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Número de fiscalizações feitas pelo TCU em obras públicas de 1997 a 2005

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Fiscalizações em obras públicas	96	110	135	197	319	435	421	414	415

Fonte: Relatório que acompanha o Aviso nº 32, de 2002, e relatórios anuais do TCU, disponíveis no endereço http://www2.tcu.gov.br/portal/page?_pageid=33.494484&_dad=portal&_schema=PORTAL (acesso em 10/5/2006).

A tabela 1 mostra que, a partir de 2002 e em relação a 1997, o número de fiscalizações em obras públicas aumentou em mais de quatro vezes. Deve ter contribuído para isso um ganho de eficiência, no que diz respeito aos procedimentos utilizados pelo Tribunal em seus trabalhos. É provável, ademais, que tenha contribuído a introdução nas leis de diretrizes orçamentárias (LDO), a partir de 1997, de regra que prevê o encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), pelo TCU, de informações sobre obras em que tenham sido identificados indícios de irregularidades.

É interessante mencionar, nesse ponto, que as LDO evoluíram no sentido de que as obras em que se tenham identificado indícios de irregularidades graves: (a) constem de anexo específico da lei orçamentária; e (b) fiquem paralisadas até que deliberação parlamentar, baseada em informações prestadas pelo TCU, decida pela sua continuidade.

A intensificação da prática de controles preventivos, de acordo com o Aviso nº 32, de 2002, já era praticada pelo TCU por meio da “seleção de empreendimentos a serem fiscalizados com base na dotação orçamentária prevista para o exercício”. A importância do controle preventivo decorre da dificuldade que impõe ao desvio de recursos ou ao desperdício. A execução de obras e a oferta de serviços pelo setor público são necessárias para o atendimento às necessidades que, por algum motivo, não possam ser satisfeitas pelo mecanismo de mercado. Ocorre, porém, que os recursos são escassos e, nesse sentido, não pode o Governo se dar ao luxo de pagar além do preço justo por qualquer empreendimento, sob pena de não poder realizar outros, deixando parcela da população

desassistida. Ao mesmo tempo, a paralisação de uma obra em que se tenha verificado alguma irregularidade, se por um lado é necessária no intuito de que eventuais valores desviados sejam reavidos, priva a população dos benefícios desejados. Nesse ponto é que reside a importância do controle preventivo. Ao atuar antes que irregularidades ocorram, tal controle evita duplo mal: o desvio de recursos, com todas as dificuldades naturais à tentativa de recuperação: e o adiamento de realizações que tanto podem melhorar a vida de uma comunidade.

Quanto às obras listadas no item 16, o TCU informou, no relatório que acompanha o Aviso nº 32, de 2002, que apenas quatro delas não era, à época, objeto de procedimentos de fiscalização, mas que o seriam no ano de 2002. As leis de diretrizes orçamentárias, já se disse, estabelecem que o Tribunal encaminhe ao Congresso informações sobre obras que tenham sido objeto de fiscalização. Mais do que isso, determina que as obras com indícios de irregularidades graves permaneçam paralisadas até que haja deliberação parlamentar sobre elas. Dessa forma, já era exigência legal que os resultados das auditorias realizadas nas obras listadas no item 16 fossem, quando oportuno, submetidos ao exame do Congresso Nacional, sob pena de restarem prejudicadas as execuções físicas e financeiras das obras em questão.

II – Voto

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tomem conhecimento do Aviso nº 32, de 2002, e o remeta ao arquivo.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 32 DE 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/07/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i>	
RELATOR: <i>Leomar Quintanilha</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
VAGO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP <i>Relator "ad hoc"</i>	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

PARECER Nº 1.000, DE 2006

Da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2006, (nº 962/2006/SGM/P, de 27-4-2006), do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país (CPI da Biopirataria), criada na Câmara dos Deputados.

Relator: Senador **Sibá Machado**

Relatora **ad hoc**: Senadora **Serys Sihessa-renko**.

A Câmara dos Deputados, por meio do Ofício nº 962/2006/SGM/P, de 27 de abril de 2006, encaminhou, ao Senado Federal, “para conhecimento e providências porventura cabíveis”, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada naquela Casa, para “investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País (CPI da Biopirataria)”.

No Senado Federal, a matéria foi autuada como Ofício “S” nº 6, de 2006, e encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a título de subsidio, conforme Ofício. SF nº 733, de 2006.

Consta do processado o Ofício nº 281/2006-P, do Presidente da CPI da Biopirataria, ao Presidente do Senado Federal, com as recomendações do Relatório Final dirigidas ao Poder Legislativo.

De acordo com essas recomendações, o Poder Legislativo deve envidar esforços no sentido de aprovar as seguintes proposições:

1. Proposta de Emenda à Constituição (PFC) nº 618, de 1998, que acresce inciso ao art. 20 da Constituição. (Consagra o patrimônio genético, exceto o humano, como bem da União.)

2. Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 12, de 2003, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios, no que se refere às competências comuns previstas nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição Federal.

3. Projeto de Lei nº 7.211, de 2002, que acrescenta artigos à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. (Prevê o tipo penal da biopirataria.)

4. Projeto de Lei nº 347, de 2003, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. (Tipifica como crime a venda, a exportação, a aquisição e a guarda de espécimes da fauna silvestre.)

5. Projeto de Lei nº 1.090, de 2003, que altera o artigo 29 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. (Agrava penalidade para os crimes contra a fauna silvestre.)

6. Projeto de Lei nº 3.240, de 2004, que dá nova redação aos artigos 29 e 30 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando as penas cominadas aos crimes contra a fauna e acrescentando a figura delituosa do tráfico internacional de animais silvestres.

7. Projeto de Lei nº 4.184, de 2004, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para incluir o crime de tráfico de organismo vivo.

8. Projeto de Lei nº 4.225, de 2004, que inclui paragrafo ao art. 29 e art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

(Agrava a pena para o cidadão estrangeiro que comete crime de biopirataria contra a fauna silvestre.)

O Relatório também recomenda que sejam aprovadas, com a maior brevidade, a Medida Provisória (MPV) nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001 (nº 1.511, de 1996, na edição original), que altera dispositivos do Código Florestal, e a MPV nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (nº 2.052, de 29 de julho de 2000, na edição original), que disciplina o acesso ao patrimônio genético nacional.

Além disso, o documento desaconselha o apoio a iniciativas legislativas que visam a alterar o art. 10, IX, da Lei de Propriedade Industrial – Lei nº 9.274, de 14 de maio de 1996 (Projeto de Lei nº 2.695, de 2003, e outros). Esse dispositivo legal estabelece que não se considere invenção, não sendo, portanto, patenteável “o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos naturais”.

Primeiramente, expressamos louvor ao árduo trabalho conduzido no âmbito da referida CPI da Biopirataria. Observe-se, no entanto, que as proposições legislativas mencionadas tramitam, ainda, na Câmara dos Deputados. O Senado Federal certamente adotará as ações pertinentes para a apreciação da matéria tão logo os projetos lhe sejam encaminhados.

Cabe ressaltar, também, que as MPV foram editadas em data pretérita à promulgação da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, a qual alterou o art. 62 da Constituição Federal, que dispõe sobre a edição e a tramitação das medidas provisórias. Assim, esses diplomas legais permanecem em vigor e assim continuarão até que sejam revogados por lei subsequente ou rejeitados pelo Congresso Nacional.

Em face do exposto, manifestamo-nos pelo arquivamento do processado do Ofício “S” nº 6, de 2006.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2006.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: OFs "S" Nº 06 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/07/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Relatora "ad hoc" <i>[Assinatura]</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL <i>[Assinatura]</i>	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB <i>[Assinatura]</i>	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO <i>[Assinatura]</i>	2-ROMERO JUCÁ
VAGO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA <i>[Assinatura]</i>	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL <i>[Assinatura]</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT <i>[Assinatura]</i>	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
JOÃO RIBEIRO - PL <i>[Assinatura]</i>	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT <i>[Assinatura]</i> Relatora "ad hoc" <i>[Assinatura]</i>	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

PARECER Nº 1.001, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005 de auditoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”.

Relator: Senador **José Maranhão**

Relator **ad doc**: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 69, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, altera dois dispositivos da Lei nº 8.313, de 1991 – o inciso IV do art. 1º e a alínea c do inciso IV do art. 3º, no intuito de incluir as crenças entre as expressões culturais brasileiras, e de canalizar recursos do

Fundo Nacional de Cultura (FNC) para as fundações culturais de qualquer natureza e para os templos, considerados entidades de caráter cultural pela proposição, tal como os museus, as bibliotecas e os arquivos.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, para decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

A primeira alteração à Lei nº 8.313, de 1991, proposta pelo projeto em exame incide sobre a redação do inciso IV do art. 1º, que dispõe sobre os objetivos do Pronac e sobre os beneficiários dos recursos captados pelo programa.

A Lei nº 8.313, de 1991, conhecida como Lei Rouanet, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), implementado por intermédio do Fundo Nacional de Cultura (FNC), pelos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e pelo incentivo fiscal a projetos culturais.

Entre os objetivos do Pronac, mencionados no art. 1º da Lei Rouanet, encontra-se o de proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional. O projeto de lei em exame propõe que as crenças sejam incluídas entre as formas de expressão cultural.

A inclusão é bastante oportuna. A definição de identidade nacional não prescinde das diferentes crenças da sociedade brasileira, formas de reafir-

mação de nossas raízes étnicas de extração plural. Além disso, a inclusão em nada altera a intenção e muito menos o princípio que norteia a destinação de recursos do Pronac, princípio regido pelos ditames constitucionais insculpidos nos arts. 215 e 216 da Carta Magna.

A segunda alteração proposta pelo projeto de lei incide sobre a redação do inciso IV do art. 3º da Lei Rouanet, que trata dos objetivos a serem atingidos pelos projetos culturais para que se habilitem a receber recursos ou captar patrocínio por intermédio do Pronac.

A nova redação intenta incluir entre os beneficiários as fundações culturais de qualquer natureza (em substituição às fundações culturais com fins específicos), bem como os templos, entendidos como entidades de caráter cultural, tais como museus, arquivos e bibliotecas.

Do ponto de vista antropológico, os rituais religiosos são indicadores da identidade cultural e contribuem, de maneira inegável, para a definição do perfil da Nação. A partir dessa premissa, os ritos religiosos podem ser considerados manifestações culturais, com base nos preceitos constitucionais expressos, em particular, pelos arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

A proposição em comento entende que, por consequência, os templos que abrigam essas manifestações assumem a mesma natureza das entidades culturais tradicionais, cujo escopo é o de abrigar e disponibilizar acervos culturais, como museus, bibliotecas e arquivos. Dessa forma, o projeto de lei propõe que, a exemplo dessas instituições, apoiadas financeiramente nos termos da alínea c do inciso IV do art. 3º da Lei nº 8.313, de 1991, os templos também passem a ser subvencionados pelos recursos provenientes do FNC.

A partir das razões expostas, entendemos que a pertinência do projeto está amplamente justificada.

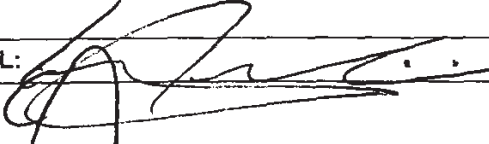
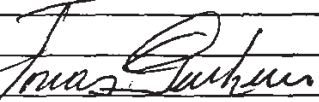


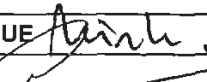

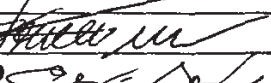
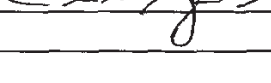
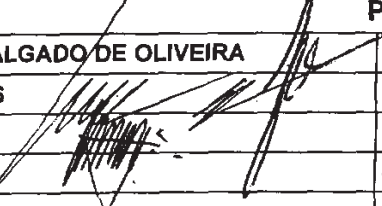

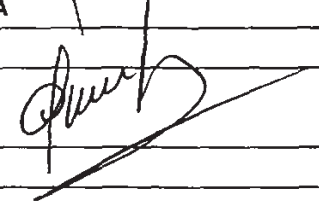


III – Voto

Nesse sentido, examinado o mérito, e por não haver óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 069/05 NA REUNIÃO DE 04/07/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:			Senador Sérgio Zambiasi
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES		1- ROSEANA SARNEY	
JORGE BORNHAUSEN		2- JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE		3- CÉSAR BORGES	
MARIA DO CARMO ALVES		4- CRISTOVAM BUARQUE	
EDISON LOBÃO		5- MARCO MACIEL	
MARCELO CRIVELLA		6- ROMEU TUMA	
MARCOS GUERRA		7- EDUARDO AZEREDO	
JUVÊNCIO DA FONSECA		8- SÉRGIO GUERRA	
LEONEL PAVAN		9- LÚCIA VÂNIA	
(VAGO)		10- JOÃO BATISTA MOTTA	
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1- AMIR LANDO	
GILVAM BORGES		2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP		3- (VAGO)	
ÍRIS DE ARAÚJO		4- GERALDO MESQUITA	
SÉRGIO CABRAL		5- MÃO SANTA	
JOSÉ MARANHÃO		6- LUIZ OTÁVIO	
RELATOR		7- ROMERO JUCÁ	
NEY SUASSUNA		8- (VAGO)	
GILBERTO MESTRINHO			
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)			
AELTON FREITAS		1- SIBÁ MACHADO	
PAULO PAIM		2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE		3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS		4- ANTONIO JOAO	
IDELI SALVATTI		5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
ROBERTO SATURNINO		6- MAGNO MALTA	
MOZARILDO CAVALCANTI		7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
SÉRGIO ZAMBIASI		8- JOÃO RIBEIRO	
PDT			
AUGUSTO BOTELHO		1- (VAGO)	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 69105

TITULARES - BLOCO DE MINORIA (PE, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO DE MINORIA (PE, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA			X		ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PFL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PFL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/07/2006


 SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
 Presidente Eventual da CE

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2005**Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º e a alínea c do inciso IV, do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

IV – proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da sua cultura, crenças, tradições e memória.

.....
Art. 3º

IV –

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais de qualquer natureza ou para museus, templos, bibliotecas, arquivos e outras entidades de caráter cultural.

.....

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, de 2006. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação – Senador **Paulo Paim**, Relator, *ad hoc*.

Of. nº CE/091/2006

Brasília, 4 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marcelo Crivella que, “Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”.

Atenciosamente, Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.002, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado aos valores éticos e de cidadania.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 63, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, visa a incluir, na base nacional comum do ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania dos educandos.

Pelo art. 2º da proposição, as diretrizes para o desenvolvimento do componente curricular em comento incluem, entre outras presentes na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a defesa do pluralismo; a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação; e o estímulo à ação comunitária.

O art. 3º do projeto estabelece a competência dos sistemas de ensino para definir a carga horária a ser reservada à temática, além de indicar atividades pedagógicas supostamente relevantes na formação ética dos alunos, tais como visitas, conferências e palestras.

O art. 4º, por sua vez, presta-se a obrigar a oferta do componente em trato na formação dos profissionais da educação, para o que atribui ao Conselho Nacional de Educação a incumbência de estabelecer diretrizes orientadoras dos respectivos currículos.

Por fim, o art. 5º da proposição prevê a vigência da lei a partir do ano subsequente ao de sua publicação.

Segundo o autor, a medida já foi intentada anteriormente e arquivada, mas remanesce atual e urgente, comportando a mesma justificativa da proposição original. Para ele, o tratamento diferenciado para as atividades de uma formação crítica e cidadã, pautada em valores éticos, é necessário para romper com a visão instrumental da escola, ora concebida como centro de preparação para o trabalho ou para o ensino superior.

II – Análise

O intento maior do PLS nº 63, de 2006, é assegurar, aos alunos da educação básica, formação plena voltada para o exercício da cidadania, mediante a instituição, no ensino médio e fundamental, de componente curricular específico para o desenvolvimento de valores éticos e democráticos.

Como se sabe, a escolarização não constitui mero somatório dos programas oficiais de estudo. Ela perpassa conteúdos, alcançando práticas e atitudes de todos os envolvidos com o processo educacional. Daí a relevância da preparação dos profissionais da educação para que o intento da formação cidadã seja concretizado ao longo da educação básica.

Assim, para que o objetivo da proposição não sofra redução ou desvirtuação, o autor do PLS nº 63, de 2006, sugere a inclusão do mesmo componente curricular como elemento básico de formação dos professores da educação básica.

Com efeito, no que concerne à relevância social, a medida apresenta potencial de contribuição signifi-

cativa para a elevação da formação cidadã e para a melhoria de qualidade do ensino como um todo, quer de professores, quer de alunos. Trata-se, pois, de preocupação contemplada na Carta Magna e na própria LDB, a configurar-se como uma das grandes emergências dos dias atuais.

No que respeita aos aspectos de constitucionalidade e de juridicidade, impende lembrar que a atribuição de incumbência ao Conselho Nacional de Educação, órgão da estrutura do Poder Executivo, refoge à competência do Legislativo, sendo de bom alvitre a sua expunção do PLS nº 63, de 2006. No mais, nada há a obstar o prosseguimento do projeto, uma vez que o Congresso Nacional, nos termos do art. 48, caput, combinado com os arts. 22, inciso XXIV, e 24, inciso IX, e § 1º, todos da Constituição Federal, tem legitimidade para dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa, impõe-se lembrar que o assunto da proposição em exame encontra-se já disciplinado na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Parece-nos, assim, que a edição de lei extravagante para tratar do mesmo assunto, além da dispersão que acarretará à legislação educacional, não se coaduna com as recomendações dispostas na Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ainda que a LC nº 95, de 1998, comporte exceção para situações em que nova lei se destine a complementar lei básica anterior, o assunto em trato pode, perfeitamente, ser carreado à citada Lei nº 9.394, de 1996, pelo que nos permitimos apresentar emendas com esse fim.

III – Voto

Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, com emendas:

EMENDA Nº 1–CE

Dê-se à ementa do PLS nº 63, de 2006, a seguinte redação:

“Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.”

EMENDA Nº 2-CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 63, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.
.....

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, além do estudo da ética e da cidadania. (NR)”

EMENDA Nº 3–CE

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 63, de 2006, a seguinte redação:

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 27-A:

“Art. 27-A. Os conteúdos curriculares do estudo de ética e de cidadania incluirão como diretrizes adicionais:

I – difusão de valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – estudo dos direitos e deveres do cidadão;

III – defesa do pluralismo e rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

IV – estímulo à ação comunitária.

Parágrafo único. No desenvolvimento das diretrizes dispostas neste artigo deve ser dado destaque a fatos da atualidade, de ordem local, regional, nacional ou internacional. (NR)”

EMENDA Nº 4–CE

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 63, de 2006, a seguinte redação:

Art. 3º O art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 62.
.....

Parágrafo único. A base nacional comum do currículo dos cursos tratados no caput incluirá, obrigatoriamente, componente destinado ao estudo de ética e de cidadania. (NR)”

EMENDA Nº 5–CE

Dê-se ao art. 4º do PLS nº 63, de 2006, a seguinte redação:

Art. 4º Esta lei entra em vigor no ano seguinte ao de sua publicação.

EMENDA Nº 6–CE

Suprima-se o art. 5º

Sala da Comissão, 4 de julho de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 063/06 NA REUNIÃO DE 04/07/06
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE EVENTUAL:

(Eduador Sérgio Lambiasi)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	RELATOR
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
(VAGO)	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOAO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

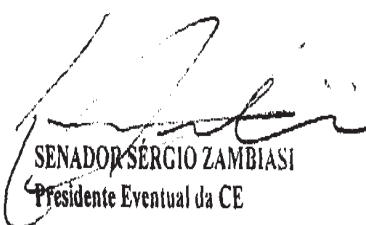
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 63106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)					SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)				
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
				DEMÓSTENES TORRES				ROSEANA SARNEY	
				JORGE BORNHAUSEN	X			JONAS PINHEIRO	
X				JOSÉ JORGE				CÉSAR BORGES	
X				MARIA DO CARMO ALVES	X			CRISTOVAM BUARQUE	
X				EDISON LOBÃO				MARCO MACIEL	
X				MARCELO CRIVELLA	X			ROMEU TUMA	
X				MARCOS GUERRA	X			EDUARDO AZEREDO	
				JUVÊNCIO DA FONSECA				SÉRGIO GUERRA	
				LEONEL PAVAN				LÚCIA VÂNIA	
				VAGO				JOÃO BATISTA MÓTTA	
TITULARES - PMDB					SUPLENTE - PMDB				
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
X				WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				AMIR LANDO	
X				GILVAM BORGES	X			GARIBALDI ALVES FILHO	
				VALDIR RAUPP				VAGO	
				ÍRIS DE ARAÚJO				GERALDO MESQUITA	
				SÉRGIO CABRAL				MÃO SANTA	
				JOSÉ MARANHÃO				LUIZ OTÁVIO	
				NEY SUASSUNA	X			ROMERO JUCA	
X				GILBERTO MESTRINHO				VAGO	
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)					SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)				
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
X				AELTON FREITAS				SIBA MACHADO	
X				PAULO PAIM				ALOIZIO MERCADANTE	
				FÁTIMA CLEIDE				FERNANDO BEZERRA	
				FLÁVIO ARNS				ANTONIO JOÃO	
				IDELI SALVATTI				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
				ROBERTO SATURNINO				MAGNO MALTA	
				MOZARILDO CAVALCANTI				PATRICIA SABOYA GOMES	
				SÉRGIO ZAMBIASI				JOÃO RIBEIRO	
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
				AUGUSTO BOTELHO				VAGO	

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/07/2006


 SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
 Presidente Eventual da CE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NO. 100

PLS 63/06 EMENDAS
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
GILVAM BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
IRIS DE ARAÚJO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					ANTONIO JOÃO				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/07/2006



SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
Presidente Eventual da CE

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2006

Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, além do estudo da ética e da cidadania.

..... (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 27-A:

“Art. 27-A. Os conteúdos curriculares do estudo de ética e de cidadania incluirão como diretrizes adicionais:

I – difusão de valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – estudo dos direitos e deveres do cidadão;

III – defesa do pluralismo e rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

IV – estímulo à ação comunitária.

Parágrafo único. No desenvolvimento das diretrizes dispostas neste artigo deve ser dado destaque a fatos da atualidade, de ordem local, regional, nacional ou internacional. (NR)”

Art. 3º O art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 62.....

Parágrafo único. A base nacional comum do currículo dos cursos tratados no **caput** incluirá, obrigatoriamente, componente destinado ao estudo de ética e de cidadania. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no ano seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2006. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual – Senador **Cristovam Buarque**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
IV – custas dos serviços forenses;

.....
§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI Nº 9.394. DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.
.....

Of. nº CE/90/2006

Brasília, 4 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data,

pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 063, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Pedro Simon que, “Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Nº CE/90/2006

Brasília, 4 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Pedro Simon que, “Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação

Of. Nº CE/91/2006

Brasília, 4 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marcelo Crivella que, “Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com relação aos **Pareceres nºs 996 a 1000, de 2006**, lidos anteriormente, referentes aos **Avisos nºs 97, de 2001, e 32, de 2002, e do Ofício nº S/6, de 2006**, a Presidência, em observância às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – SF – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 629

Brasília, 19 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Herculano Anghinetti – PP/MG, como titular, em substituição ao Deputado Nelson Meurer – PP/PR, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Negromonte**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 630

Brasília, 19 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Nelson Meurer – PP/PR, como Suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava

na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Negromonte** Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, um esclarecimento. Quanto ao requerimento que V. Ex^a leu, trata-se da retirada de um projeto semelhante a outro, de minha autoria, que já foi aprovado em todas as Comissões. Por entender que o segundo é desnecessário, eu o estou retirando.

Em relação ao fator previdenciário por mim apresentado e aprovado nas Comissões, houve recurso que será debatido e – creio – aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Com certeza, Sr. Presidente, haverá um longo debate, neste ano e no próximo, sobre a reforma da previdência.

Não tenho dúvida de que, na reforma da previdência, o fator previdenciário deverá desaparecer. Preocupa-me a forma como isso está sendo encaminhado: retiram o fator previdenciário e vão querer que o trabalhador do Regime Geral da Previdência tenha um tempo de idade para efeito de aposentadoria maior do que aquele que foi assegurado, inclusive, ao servidor público.

O que muitas pessoas não sabem é que a lei do fator previdenciário aprovada diz também que é optativo aposentar por idade – no caso, com 60 anos, 65 anos. Não é justo que aquele que está no Regime Geral da Previdência fique com 60 e 65 anos, para efeito de idade para aposentadoria, e o servidor, com 55 anos e 60 anos. Considero justo o estipulado para o servidor, tanto que não quero que a idade para o Regime Geral da Previdência, em hipótese nenhuma, seja maior do que 55 anos e 60 anos.

E vou além: se avançarmos na reforma da previdência, teremos de ter um sistema atual de aposentadoria por tempo de contribuição, com 30 anos para a mulher e 35 anos para o homem, sem vinculação da idade. Aqueles que entrarem no sistema depois de aprovada a lei seguirão o que foi determinado para o servidor: 55 anos para a mulher e 60 para o homem. Aí existirá uma regra de transição.

Discutiu-se tanto a reforma da previdência, Sr. Presidente! Eu queria fazer uma síntese, porque o assunto tem sido abordado em muitos programas de

debate e consta das propostas dos candidatos à Presidência da República. A reforma da previdência que teríamos de fazer é a seguinte: assegurar a todos, via cálculo atuarial, o princípio da aposentadoria integral, tanto na área pública, como também na área privada, e as partes pagariam o correspondente para manter o benefício pelo tempo adequado à realidade de cada um.

Quem ganha três salários mínimos se aposentaria com três salários mínimos; quem ganha dez salários mínimos se aposentaria com dez salários mínimos, pagando, é claro, sobre esse valor. Esse é o princípio que existe para o serviço público. Por que não haver o mesmo para a área privada? Essa é a aposentadoria universal. Não é justo que um cidadão pague sobre oito salários e aposente-se com cinco, como ocorre hoje, devido ao fator previdenciário; ou que pague sobre dez salários e aposente-se com sete salários. Quero que a pessoa pague sobre um montante “x” e aposente-se ganhando esse montante “x”. Cálculo atuarial, e cada um paga a sua parte. É simples a explicação a ser dada. E não há erro, porque a previdência privada usa esse princípio, que dá certo.

Sr. Presidente, estarei amanhã na reunião da Cobap, em sua sede, ao meio-dia, para discutir o encaminhamento do veto aos 16,7%, a que têm direito os aposentados e pensionistas. O Congresso aprovou por unanimidade. Agora, vamos mostrar que essa votação é para valer. Como foi para valer a votação, é fundamental que tenhamos uma estratégia para a derrubada do veto.

Quero, ainda, demonstrar, Sr. Presidente, a minha indignação quanto à questão da Varig. Coordenei um grupo, junto com o Senador Heráclito Fortes, no sentido de que efetivamente buscássemos uma saída para a Varig. Isso foi feito, e felizmente não houve a falência. Surpreendo-me, ao ver o anúncio de que o primeiro ato da nova administração da Varig será a demissão de cinco mil trabalhadores, sem o pagamento das verbas rescisórias devidas. Dizem que pagarão os salários atrasados para aqueles que ficarem, dando a impressão de que os que forem demitidos devem procurar seus direitos na Justiça. Isso é um absurdo, é inaceitável. Também não estão respondendo sobre a situação constrangedora dos aposentados e pensionistas da Varig relacionada ao fundo de pensão Aerus.

Por isso tudo, Sr. Presidente, entrarei amanhã com um pedido de audiência pública, de convocação da nova direção da Varig para que explique isso. A Varig, que veio tantas vezes aqui no Congresso, e teve e vai ter em mim um defensor, vai ter que explicar essa situação. Defender a Varig, eu defendo e vou continuar defendendo – sou o autor, inclusive, de um voto de

congratulações para a Varig –, mas não vou admitir em hipótese nenhuma, não vou passar recibo para a demissão de trabalhadores, para o não pagamento das verbas rescisórias e para a situação dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, eu queria hoje, na verdade, voltar a falar, na tribuna, sobre drogas. Todos sabem que eu sou um inimigo das drogas – e falo isso com muito orgulho. Eu já falei sobre esse assunto diversas vezes e, nas viagens que fiz (fui à Bahia, fui a Goiás, fui a Belo Horizonte), nessa caminhada do debate político, pediram que eu voltasse a falar sobre as drogas. E disseram para mim: Paim, você falou das tais drogas ilícitas, parabéns pelo pronunciamento! Mas fale de uma outra, que não é considerada ilícita e é tão perversa para o nosso povo e, principalmente, para a juventude, que é o álcool.

Por isso, venho falar hoje sobre essa droga. Alguns poderiam me perguntar, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, se eu não tomo de vez em quando um copinho de vinho, já que venho de Caxias do Sul, terra do vinho, ou mesmo um copinho de cerveja. Tomar um copinho de vinho, durante a semana, é uma coisa; tomar uma cervejinha, na beira da praia ou mesmo num bar, de vez em quando, é uma coisa. Agora beber sem limite é suicídio. Por isso, sou contra o álcool também.

Levanto aqui, Senador Papaléo Paes – V. Ex^a que é médico –, alguns argumentos demonstrando o quanto o álcool faz mal à nossa gente.

Começo dizendo que as bebidas a base de álcool têm diversos efeitos em nosso organismo. Efeitos que variam de acordo com a quantidade e com o tipo de bebida ingerida, o organismo de quem consome e a constância desse consumo que agrava e causa doenças que levam à morte. Por isso, podem gerar desde um leve mal-estar até à falência múltipla de órgãos e à própria morte.

A mistura de bebidas, fermentadas com destiladas, contribui para potencializar os efeitos do álcool. Em um primeiro momento, o consumo dessa bebida leva até à euforia, mas depois, aos poucos, os efeitos passam a ser mais depressivos, causando falta de coordenação motora, diminuição sensitiva, descontrole, sono e até uma espécie de coma, denominado coma alcoólico.

O álcool pode deixar também o consumidor com o rosto vermelho, causar dor de cabeça, dificuldade de falar e mal-estar seguido de vômito.

O consumo contínuo de bebidas alcoólicas traz conseqüências graves, como doenças em todos os órgãos do corpo humano, em especial o estômago, o fígado, o coração e o cérebro.

O álcool está intimamente ligado ao aparecimento de certas doenças – sei que V. Ex^a, Sr. Presidente, me faria um aparte se estivesse na tribuna, mas com um gesto, com a cabeça está concordando comigo – como cirrose, gastrite, polineurite, anemia, pelagra e úlceras cutâneas. Além disso, causa deficiência de vitaminas B1, B2, B6, B12 e C. O álcool afeta também a parte do cérebro que controla a frequência respiratória e cardíaca.

Durante a gravidez, o álcool pode causar sérias deficiências físicas ou mentais no feto, assim como uma predisposição ao consumo de álcool na vida adulta. Uma mãe que está gerando uma criança, se continuar bebendo – peço-lhe que não faça isso –, além de causar uma série de prejuízos físicos para a criança, ela também está gerando uma criança com um potencial enorme de ser um alcoólatra no futuro.

Um dos grandes problemas, dentre os muitos causados pelo álcool, é a combinação bebida e direção. Por afetar consideravelmente a coordenação motora e o tempo de reação do alcoolizado, muitos acidentes fatais ocorrem devido ao fato de o motorista estar sob o efeito do álcool.

Como podemos verificar, as bebidas alcoólicas sejam elas quais forem, têm uma série de implicações para quem as ingere e, é importante ressaltar, também para os outros, no caso de acidentes.

Por exemplo, quantas famílias são desfeitas em conseqüência do uso do álcool? Quantos jovens são levados a usar outras drogas, lícitas e ilícitas, em razão das bebidas? Quantos acidentes de trânsito poderiam ser evitados se os motoristas não dirigissem embriagados?

Estudo realizado nos Estados Unidos demonstra que a propaganda eleva o consumo do álcool entre os jovens. Segundo os cientistas das universidades, o aumento seria de mais de 1%.

Por isso, este meu pronunciamento visa a que o Senado aprove inúmeros projetos da Casa de diferentes Senadores que têm como objetivo proibir a propaganda dessa droga, que é a bebida alcoólica.

No ano passado, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) divulgou dados que apontam que, para os paulistas, o consumo do álcool é uma das principais causas de conflitos familiares. Segundo o estudo, 45% dos entrevistados, na Grande São Paulo, relacionam problemas conjugais e familiares aos hábitos de beber.

Outra pesquisa realizada pelo Cebrid, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, nos traz dados referentes ao uso de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino. De acordo com o le-

vantamento, 44,3% dos estudantes brasileiros bebem mensalmente. Desses, 11,7% fazem uso freqüente, e 6,7%, uso pesado.

Das pessoas entrevistadas que fazem uso de álcool, 64,5% são mulheres, e 66,3% são homens. Em relação às idades, 80,8% estão na faixa entre 16 e 18 anos. Isso é gravíssimo! Ainda entre os mais jovens, de 13 a 15 anos, eles representam 69,5%, e os entre 10 e 12 anos, 41,2%.

Como podemos ver, os números são assustadores.

O Senado possui outro levantamento, de 2001, o qual nos mostra que o Brasil tem cerca de 11,2% de pessoas dependentes de álcool. A maioria dessas pessoas está no Nordeste, seguidas do Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Um outro ponto que nos espanta é o número de acidentes de trânsito. Na cidade de São Paulo, por exemplo, no segundo semestre de 2004, das pessoas que morreram em acidente de trânsito, 42,7% tinham bebido. Em nosso País, como sabemos, dirigir sob o efeito de álcool é proibido por lei, mas a maioria das pessoas não cumpre isso.

A nosso ver, são basicamente duas coisas que faltam: consciência e mais rigor na punição dos infratores. Mais do que isso, temos de olhar para as nossas crianças e jovens, para nossos trabalhadores. Por que muitos se refugiam no álcool?

Precisamos de campanhas que alertem a população para os danos que o álcool pode causar. Precisamos de políticas públicas voltadas aos dependentes e, principalmente, àqueles que podem ser dependentes no futuro.

Já existem inúmeros movimentos que trabalham com crianças, jovens, adultos e idosos na questão do álcool. São ações louváveis que merecem o nosso reconhecimento. Mas destaco a importância de fazermos mais. E, quando digo fazermos mais, refiro-me a cada um de nós, a cada brasileiro que pode se somar a essa cruzada contra as bebidas alcoólicas.

Necessitamos de um trabalho que se inicie por nós, passe por nossas casas, nossas comunidades, nossos ambientes de trabalho, nossas famílias, e por aí em diante.

Uma corrente para o bem de todos deve ser a corrente contra a bebida alcoólica.

Enquanto estávamos construindo este pronunciamento, Sr. Presidente, recebi um texto que conta a história de uma jovem – e é um texto muito triste –, que resolvi ler rapidamente.

Diz o texto:

Mãe! Fui a uma festa, e me lembrei do que você me disse. Você me pediu que eu não tomasse álco-

ol... Então, ao invés disso, tomei um refrigerante. Senti orgulho de mim mesma e do modo como você disse que eu me sentiria e que não deveria beber e dirigir. Fiz isso. Não bebi.

Ao contrário do que alguns amigos me disseram, fiz uma escolha saudável e seu conselho foi correto. E quando a festa finalmente acabou, e o pessoal começou a dirigir sem condições...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como hoje é segunda-feira, peço a V. Ex^a que me conceda mais cinco minutos, apenas para concluir. Prometo concluir antes dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Fique à vontade, nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Ao contrário do que alguns amigos me disseram, fiz uma escolha saudável e seu conselho foi correto. E quando a festa finalmente acabou, e o pessoal começou a dirigir sem condições, fui para o meu carro na certeza de que iria para casa em paz...

Eu nunca poderia imaginar o que estava me aguardando, mãe... Algo que eu não poderia esperar... Agora estou jogada na rua, e ouvi o policial dizer: “O rapaz que causou este acidente estava bêbado!”.

Mãe, sua voz parecia tão distante... Meu sangue está escorrido por todos os lados e eu estou tentando com todas as minhas forças, não chorar. Posso ouvir os paramédicos dizerem: “A garota vai morrer”.

Tenho certeza de que o garoto não tinha a menor idéia, enquanto ele estava a toda velocidade, afinal, ele decidiu beber e dirigir, e agora tenho de morrer. Então por que as pessoas fazem isso, mãe? Sabendo que isto vai arruinar vidas? Mãe, eu sei que você não pode me responder.

E agora a dor está me cortando como uma centena de facas afiadas. Diga a minha irmã para não ficar assustada, mãe! Diga ao papai que ele seja forte. E quando eu for para o céu, escreva “Garotinha do Papai” na minha sepultura...

Alguém deveria ter dito àquele garoto que é errado beber e dirigir. Talvez, se seus pais tivessem dito, eu ainda estaria com possibilidades de continuar viva.

Minha respiração está ficando mais fraca, mãe, e estou realmente ficando com medo... Estes são meus momentos finais e me sinto tão despreparada! Eu gostaria que você pudesse me abraçar, mãe...

Enquanto estou estirada aqui, morrendo, eu gostaria de poder dizer que te amo, mãe! Então: Te amo e adeus!.

Li esta carta – não sei quem escreveu – porque ela me tocou muito. Essa jovem morria e lembrava o quanto seria importante se aquele jovem que causou o acidente não estivesse bêbado, e ela não tivesse perdido a vida.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e encerro meu texto fazendo um apelo a todos.

Li, no texto, pesquisas que demonstram que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos não devem beber. É uma droga que leva à morte você mesmo, a família e aqueles que nada têm a ver com isso e que, em situações como a que relatei, perdem também a vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no fim do mês passado viemos até esta tribuna para falar a respeito das drogas e seus efeitos. Lemos aqui o depoimento de um rapaz que sofreu e ainda sofre os malefícios que elas causam.

Hoje voltamos aqui para falar de drogas novamente, mas não as ilícitas. Vamos falar da que mais atinge o povo: o álcool.

Alguns podem se perguntar: mas será que o Paim não toma um vinho, uma cerveja? A questão não é beber moderadamente, mas sim em demasia.

Bem, vejamos algumas especificidades das bebidas a base de álcool:

- têm diversos efeitos em nossos organismos. Efeitos que variam de acordo com a quantidade e tipo de bebida ingeridas, o organismo de quem consome e a constância desse consumo;

- podem gerar desde um leve mal-estar até a falência múltipla dos órgãos e a morte;

- a mistura de bebidas – fermentadas com destiladas – contribui para potencializar os efeitos do álcool;

- em um primeiro momento, o consumo dessas bebidas causa euforia, desinibição e sociabilidade. Aos poucos os efeitos passam ser mais depressivos, causando falta de coordenação motora, diminuição sensitiva, descontrole, sono e até uma espécie de coma, denominado coma alcoólico;

- o álcool pode deixar também o consumidor com o rosto vermelho, causar dor de cabeça, dificuldade de falar e mal-estar seguido de vômito;

- o consumo contínuo de bebidas alcoólicas traz conseqüências graves, como doenças em todos os órgãos do corpo humano, em especial o estômago, o fígado, o coração e o cérebro;

- o álcool está intimamente ligado ao aparecimento de certas doenças como a cirrose, gastrite, polineurite, anemia, pelagra e úlceras cutâneas. Além disso, ele causa deficiência de vitaminas B1, B2, B6, B12 e C. O álcool afeta também a parte do cérebro que controla a frequência respiratória e cardíaca;

- durante a gravidez, o álcool pode causar sérias deficiências físicas ou mentais no feto, assim como uma predisposição ao consumo de álcool na vida adulta;

- um dos grandes problemas, dentre os muitos causados pelo álcool, é a combinação bebida e direção. Por afetar consideravelmente a coordenação motora e o tempo de reação do alcoolizado, muitos acidentes fatais ocorrem devido ao motorista estar sob o efeito do álcool.

Como podemos verificar, as bebidas alcoólicas, sejam elas quais forem, têm uma série de implicações para quem as ingere e, é importante ressaltarmos, também para os outros.

Por exemplo, quantas famílias são desfeitas em conseqüência do uso do álcool? Quantos jovens são levados a usar outras drogas, lícitas e ilícitas, em razão das bebidas alcoólicas? Quantos acidentes de trânsito poderiam ser evitados se os motoristas não dirigissem embriagados?

Estudo realizado nos Estados Unidos demonstra que a propaganda eleva o consumo de álcool entre os jovens. Segundo os cientistas da Universidade de Connecticut, o aumento seria de 1%.

No ano passado a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) divulgou dados que apontam que, para os paulistas, o consumo do álcool é uma das principais causas de conflitos familiares.

Segundo o estudo, 45% dos entrevistados na Grande São Paulo, relacionam problemas conjugais e familiares aos hábitos de beber de um dos integrantes da família.

Uma outra pesquisa, realizada pela Senad e o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), nos traz dados referentes ao uso de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino.

De acordo com o levantamento, 44,3% dos estudantes brasileiros bebem mensalmente. Desses, 11,7% fazem uso freqüente e 6,7% uso pesado.

Das pessoas entrevistadas e que fazem uso do álcool, 64,5% são mulheres e 66,3% dos homens. Em relação às idades, 80,8% estão na faixa entre 16 e 18 anos. Aqueles entre 13 e 15 anos representam 69,5% e os entre 10 e 12 anos, 41,2%.

Como podemos ver, números bastante expressivos.

A Senad possui outro levantamento, de 2001, o qual nos mostra que o Brasil tem cerca de 11,2% de pessoas dependentes de álcool. A maioria dessas pessoas está no Nordeste (16,9%), seguida de Norte (16,3%), Centro-Oeste (10,4%), Sul (9,5%) e Sudeste (9,2%).

Um outro ponto que nos espanta é o número de acidentes de trânsito e de mortes violentas causadas em razão do consumo de bebidas alcoólicas.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, no segundo semestre de 2004, das pessoas que morreram em acidentes de trânsito, 42,7% tinham bebido além do permitido. Isso sem contarmos as pessoas que morrem em razão de acidentes provocados por pessoas alcoolizadas.

Em nosso País, como sabemos, dirigir sob efeito de álcool é proibido por lei. Mas, a maioria das pessoas não cumpre essa determinação.

O que falta? A nosso ver são basicamente duas coisas: consciência e mais rigor na punição dos infratores.

Mais que isso, temos de olhar para as nossas crianças e jovens, para nossos trabalhadores. Por que muitos se refugiam no álcool?

Precisamos de campanhas que alertem a população para os danos que o álcool pode causar. Precisamos de políticas públicas voltadas aos dependentes e, principalmente, àqueles que podem ser dependentes no futuro.

Já existem muitas associações que trabalham no tratamento do alcoolismo. São ações louváveis e que merecem nosso reconhecimento.

Mas destaco a importância de fazermos mais. E quando digo fazermos, refiro-me a cada um de nós, cidadãos brasileiros.

Necessitamos de um trabalho que inicie por nós, passe por nossas casas, nossas comunidades, nossos ambientes de trabalho e por aí adiante.

Uma corrente para que o bem de todos seja alcançado.

Quando estávamos construindo este pronunciamento me apresentaram um texto que conta sobre a história de uma jovem. Diz o texto:

“Mãe! Fui a uma festa, e me lembrei do que você me disse. Você me pediu que eu não tomasse álcool... Então, ao invés disso, tomei um refrigerante. Senti orgulho de mim mesma

e do modo como você disse que eu me sentiria e que não deveria beber e dirigir.

Ao contrário do que alguns amigos me disseram, fiz uma escolha saudável e seu conselho foi correto. E quando a festa finalmente acabou, e o pessoal começou a dirigir sem condições, fui para o meu carro na certeza de que iria para casa em paz...

Eu nunca poderia imaginar o que estava me aguardando, mãe ... Algo que eu não poderia esperar ... Agora estou jogada na rua, e ouvi o policial dizer: “O rapaz que causou este acidente estava bêbado!”

Mãe, sua voz parecia tão distante.. Meu sangue está escorrido por todos os lados e eu estou tentando com todas as minhas forças, não chorar. Posso ouvir os paramédicos dizerem: “A garota vai morrer”.

Tenho certeza de que o garoto não tinha a menor idéia, enquanto ele estava a toda velocidade, afinal, ele decidiu beber e dirigir, e agora tenho de morrer. Então por que as pessoas fazem isso, mãe? Sabendo que isto vai arruinar vidas?

E agora a dor está me cortando como uma centena de facas afiadas. Diga a minha irmã para não ficar assustada, mãe! Diga ao papai que ele seja forte. E quando eu for para o céu, escreva “Garotinha do Papai” na minha sepultura...

Alguém deveria ter dito aquele garoto que é errado beber e dirigir. Talvez, se seus pais tivessem dito, eu ainda estaria com possibilidades de continuar viva.

Minha respiração está ficando mais fraca, mãe, e estou realmente ficando com medo... Estes são meus momentos finais e me sinto tão despreparada! Eu gostaria que você pudesse me abraçar, mãe...

Enquanto estou estirada aqui, morrendo, eu gostaria de poder dizer que te amo, mãe! Então: Te amo e adeus!”

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, com o tempo necessário para seu pronunciamento. Desejo que, quando na Presidência se encontrar, V.

Ex^a me dê tratamento recíproco, para usar um bom tempo na tribuna.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Não saberei retribuir tanta gentileza, mas farei o possível para conseguir chegar próximo da gentileza e da atenção que V. Ex^a tem para com os colegas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciou, há alguns dias, os resultados da Prova Brasil, realizada de 16 a 30 de novembro de 2005, em todo o território nacional. Foi o maior exame feito no ensino fundamental do nosso País.

Não podemos deixar de reconhecer que foi um grande avanço para a avaliação da educação básica brasileira. O exame proporcionou uma radiografia ampliada dos nossos cursos iniciais. Envolveu escolas urbanas públicas da rede de ensino fundamental e serviu para apontar novos caminhos e para alertar as autoridades para a necessidade da formulação de políticas governamentais que tenham como objetivo melhorar a qualidade da educação.

Mais de três milhões de matriculados na 4^a e na 8^a série da rede nacional pública fizeram o exame em 5.398 Municípios. As provas foram aplicadas em 160 mil turmas de 41 mil escolas urbanas.

Basicamente, foram avaliados os conhecimentos dos alunos em Língua Portuguesa, com foco principal em leitura. No caso da Matemática, o destaque foi dado à solução de problemas. É importante salientar que foi a primeira vez que o Ministério da Educação realizou uma avaliação tão ampla de estudantes do ensino fundamental.

Lamentavelmente, os resultados não foram os melhores. Para os alunos da 4^a série, foi registrada uma ligeira melhora em leitura e em Matemática. Mas, em relação aos alunos da 8^a série, foi constatada uma piora em leitura e nenhum progresso em Matemática.

Em dezesseis Estados, os alunos da 4^a série apresentaram rendimentos pouco satisfatórios nas disciplinas de Português e de Matemática. Os resultados mostraram que as crianças dessas séries não sabem fazer divisões simples e multiplicações com números de dois algarismos. Infelizmente, como era de se esperar, em virtude das grandes dificuldades econômicas e sociais do País, o Norte e o Nordeste aparecem com a menor pontuação.

Em síntese, segundo os especialistas em educação básica, as crianças e os adolescentes brasileiros que estão matriculados nessas séries ainda se deparam com grandes dificuldades para interpretar textos, para fazer cálculos simples, para ver as horas e até mesmo para contar. O próprio Ministro da Educação reconhece

a dimensão do problema e preconiza: só um grande esforço e uma grande vontade política serão capazes de reverter o quadro atual nos próximos dez anos.

Segundo o Relatório de 2006 do Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal), em matéria de educação de base, o Brasil está apenas em uma posição mediana no contexto da América do Sul. Em termos de investimentos, nosso ensino superior recebe a maior parte das verbas e o ensino básico fica relegado a um segundo plano. O Chile é o país da América do Sul que apresenta o maior investimento em educação fundamental, com US\$1,4 mil por aluno. Em toda a região, os gastos médios com estudantes de universidades são três vezes maiores do que com os alunos cursando o nível básico.

Cálculos feitos pelo economista Marcelo Néri, Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), revelam que 15% dos jovens que entram no mercado de trabalho sem completar o ensino fundamental estão desempregados e que 30% têm emprego sem carteira assinada. Para ele, sem quantidade e qualidade de educação, não há nem quantidade nem qualidade de emprego.

Por sua vez, na opinião do economista Fernando Veloso, Professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), se o Brasil tivesse hoje a mesma escolaridade média da Coreia do Sul – 10,9 anos –, a nossa renda nacional seria equivalente a 74% da renda daquele país asiático. Infelizmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os brasileiros de 15 anos ou mais têm, em média, 6,8 anos de estudo.

A partir de agora, a grande esperança de aumento de investimentos em educação básica no Brasil está no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que foi aprovado recentemente neste plenário. Entre seus objetivos mais importantes, o novo Fundo prevê repasses maiores da União e pretende financiar não apenas o ensino fundamental, mas também o ensino médio, pré-escolas e creches.

Sr. Presidente, acredito que se trata de um desafio que precisamos acompanhar para podermos exigir o seu integral cumprimento em futuro próximo. Estamos todos acostumados a lidar com a descontinuidade das políticas públicas. Por outro lado, desvios de verbas da educação não são novidade no Brasil. A título de exemplo, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao analisar as contas do Governo Lula referentes ao exercício de 2005, constatou que a União destinou apenas 25,2% dos recursos para a erradicação do analfabetismo e para o ensino fundamental, menos do que os 30% previstos em lei.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em teoria, nossas leis professam que todos os nossos professores devem ser

bem formados. Evidentemente, essa é uma das maiores exigências para o pleno exercício da educação em todos os níveis. Há muito, a função do educador deixou de ser unicamente a de acompanhar a criança na sala de aula e passou a ser igualmente a de favorecer seu pleno desenvolvimento. Nossa legislação estabelece que, até o final de 2007, todos os professores tenham formação em nível superior ou, no mínimo, magistério. Custa a acreditar que essa meta venha a ser cumprida, porque as estatísticas do próprio MEC informam que mais de 230 mil docentes ainda atuam na rede pública de ensino sem a devida formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Até agora, para melhorar a qualificação dos professores, o MEC acena com vários programas de capacitação que, na verdade, não foram totalmente viabilizados. Entre eles, podemos destacar o Pró-Licenciatura, o Pró-Letramento, o Pró-Infantil, o Pró-Formação, o Programa de Formação Continuada de Professores, o Programa Universidade Século XXI e o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação. Teoricamente, todos esses projetos têm como objetivo elevar a qualificação dos nossos professores e prepará-los adequadamente para o exercício da profissão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, é preciso deixar claro que não adianta mais alardear em discursos vazios, sejam eles oficiais ou eleitores, que alcançamos a plena democratização do acesso ao ensino fundamental em nosso País. Aliás, não significa muita coisa continuar dizendo que, hoje, mais de 97% de nossas crianças entre 7 e 14 anos estão matriculadas nas escolas, quando sabemos perfeitamente que a qualidade do ensino está longe de ser pelo menos aceitável. Lamentavelmente, a propaganda governamental costuma enaltecer os percentuais, mas esquece de dizer que, em Língua Portuguesa e em Matemática, nem 10% dos estudantes atingem o desempenho adequado ao seu nível de escolaridade. Ao mesmo tempo, evita comentar que, de cada 100 estudantes, apenas 31 terminam a 8ª série e avançam para o ensino médio.

Enfim, não fala que, na educação infantil, das 22 milhões de crianças do País com até seis anos de idade, mais de nove milhões não freqüentam as instituições de ensino. Infelizmente, Sr. Presidente, esse é o grande descompasso que existe entre o discurso retórico e a realidade. Dessa forma, para progredirmos nos próximos dez anos, precisamos acabar de vez com a demagogia na educação. A sociedade brasileira exige das autoridades medidas concretas e seriedade para vencer os grandes desafios da educação e não

precisa de pronunciamentos de indisfarçável conteúdo eleitoral.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Almeida Lima, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Passamos a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para saber qual é a ordem da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Pela ordem, Senador Almeida Lima, Senador Heráclito Fortes e Senador Ney Suassuna. O Senador Heráclito Fortes não está, então V. Ex^a deve ser o próximo, logo após o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lastimo constatar que o nosso querido povo brasileiro, que exerce o direito de eleger os governos e seus representantes no Parlamento, nos três níveis – municipal, estadual e federal –, não exerça da mesma forma o direito de acompanhar as suas ações e, o mais importante, não exerça o direito de cobrar atitudes que criem o bem-estar social, traduzido em segurança, em emprego, em saúde e em demais carências sociais.

Lamento, repito, constatar esse fato, pois para mim esta tem sido a realidade do nosso povo. Exerce o direito de votar, mas não exerce o direito de cobrar. A apatia do nosso povo é muito grande e as razões para este comportamento são diversas: vão desde a falta de consciência cidadã até à postura egoísta por já terem suas demandas atendidas e por entenderem que não podem viver independentemente das ações do Estado e de seus eventuais governos.

Se convivemos com problemas tão graves a exemplo da corrupção generalizada, da criminalidade, da concentração de renda, da destruição do meio-ambiente, por que a sociedade brasileira é tão passiva diante de tanta omissão dos governos e dos seus representantes no Parlamento? Por que a sociedade brasileira, depois de eleger os seus representantes dá-lhes as costas até a eleição seguinte, na esperança de que o sucessor chegue para resolver os mesmos problemas não resolvidos pelos antecessores e assim se suceda nesse ciclo vicioso eterno?

Será que essa questão não merecia um tratado de Antropologia, de Sociologia e até mesmo de Psicologia?

Ora, a sociedade que delega poderes ao eleger representantes tem a obrigação de, por si ou por suas entidades empresariais de trabalhadores, pelos órgãos de classe, as próprias igrejas, a imprensa, os estudantes, os intelectuais, os artistas e tantos outros segmentos, exigir alternativas, estabelecendo uma interação permanente com os eleitos e uma ampla cobrança de soluções para tão graves problemas.

Srs. Senadores, trato, neste momento, especificamente, da corrupção, por considerá-la grave questão social e de Estado e, como tal, é base causadora de inúmeros outros problemas que infelicitam a vida do povo brasileiro.

Sem descer a detalhes ou relacionar os inúmeros escândalos, uma vez que a imprensa cumpriu esse papel, lembro, apenas como referência, os acontecidos dentro do período que se iniciou com os anos do Orçamento até este último, o dos sanguessugas. Foram inúmeros os escândalos de corrupção praticados por setores expressivos dos governos federais que se sucederam, em conluio com inúmeros parlamentares do Congresso Nacional e com a participação de empresários, administradores públicos municipais e administradores estaduais, além de organizações não-governamentais.

Em toda essa história de corrupção, uma coisa é certa, indiscutível e inquestionável: o Orçamento da União é a fonte inesgotável e causadora de parcela expressiva da corrupção praticada neste País pela capacidade que tem de irrigar todas as artérias que formam essa grande cadeia de nulidades disseminada por todo o Brasil.

Abro um parêntesis para dizer que não venham apontar o Orçamento como a causa principal da grande corrupção neste País, apenas neste momento, porque estamos diante do escândalo dos sanguessugas e porque a imprensa, como a última edição da revista **Veja**, traz matéria mostrando que o Orçamento deve ser alterado na sua confecção.

Já vim a esta tribuna por diversas vezes para dizer a esta Casa que deixei a Comissão do Orçamento, da qual era membro, porque ali é um antro de corrupção. Já trouxe para esta Casa alternativas de formas e de modelos para alterar a confecção do Orçamento. Mas não somos ouvidos nem pela imprensa, inclusive pela **Veja**, que, no final de semana, publicou uma reportagem como se tivesse descoberto a pólvora, porque só tratam desses assuntos quando os escândalos estouram. Não dão importância quando parlamentares desejam, de forma prévia, pensada, estabelecer, por antecipação, a previsibilidade de tudo isso. Estou aqui apenas repetindo pronunciamentos que já fiz. E vou continuar.

Portanto, é neste ponto, Orçamento da União, que a sociedade precisa se deter para analisar, conhecer, discutir, apresentar e exigir soluções. Deixar essa tarefa apenas para o Governo e para a maioria deste Parlamento é continuar permitindo que os macacos continuem tomando conta das bananas, ou é permitir às raposas a administração do galinheiro.

Quem não já sabe, por exemplo, que parcela do crime organizado se estabelece com a participação e convivência de policiais que têm a função de combater o crime? Ora, se sabemos – e provado está – que é na classe política que se situa grande parte deste cancro que é a corrupção, cujos fatos se sucedem em velocidade nunca vista, como então a sociedade se omitir, não dar importância e permitir que apenas este corpo doentio, que é a classe política, estabeleça a profilaxia, sem a participação de uma ação de cobrança externa, por meio de organizações da própria sociedade? A sociedade vir apenas por intermédio da imprensa, de intelectuais e de juristas dar os seus palpites no instante em que estamos diante da crise?

Não importa, não adianta, não leva a nada. Passado aquele escândalo, passarão as revistas, os telejornais, os senhores jornalistas a abandonar o tema. Mas aqueles senhores não se preocupam quando Senadores, Deputados, isolados, chegam à tribuna para tratar de um assunto de tão grande envergadura sem que, naquele instante, o País e o povo estejam passando por problema grave a se referir nos seus pronunciamentos.

Será que a sociedade não já percebeu que o Governo, em combinação com setores políticos do Congresso Nacional, não tem condições, por múltiplas causas e interesses escusos, de promover a profilaxia nesse ambiente de corrupção que tanto mal tem causado à sociedade e que é ela própria que precisa intervir?

Diante de catástrofes e turbulências que infelicitam a vida do povo, nesta Casa e no Executivo surgem sempre as ações paliativas, superficiais, emergenciais e até mesmo ilusórias, apenas para abrandar a dor, o sofrimento, o clamor e a desesperança do povo. Quando passa o momento mais grave da tempestade, esquece-se de tudo e nenhuma atitude ampla e profunda se efetiva para que possa estabelecer um norte que traduza vida digna para o povo e respeito para a Nação diante do mundo.

No presente momento, discutem-se no Congresso Nacional algumas alterações nas regras para elaboração do Orçamento da União. Os escândalos apontam que ele só tem servido para barganhas e corrupção, a exemplo da imoralidade praticada pelo Governo Lula da Silva, que não libera os recursos das emen-

das de autoria de Parlamentares que não lhes são obedientes, bem assim, da imoralidade da ação dos sanguessugas.

Eu não lhe sou obediente. Voto aqui em vários e vários projetos de autoria do Poder Executivo sem precisar me vender nem precisar de cargos. Agora, voto contra, e sempre votei contra, até mesmo sozinho neste plenário, para registrar um único voto contra esse Governo, porque não lhe devo obediência. Devo obediência ao povo brasileiro, em especial ao povo de Sergipe, que me mandou para esta Casa.

Portanto, ousou afirmar que nenhuma das propostas ora em discussão, acerca do Orçamento da União, traz a possibilidade de estancar ou diminuir a corrupção. Estou cometendo a ousadia de afirmar que nenhuma dessas medidas que se discutem hoje seria capaz de estancar ou diminuir a corrupção, da mesma forma que o Senado Federal, ao deliberar emergencialmente, às pressas, diante do vexame nacional, novas leis criminais, não estabeleceu condições de conter a escalada de violência, pois ninguém é ingênuo a ponto de imaginar que, se tais leis já estivessem em vigor, a última escalada de violência ocorrida em São Paulo não teria acontecido. É preciso ser muito ingênuo para imaginar que, se aquelas leis já tivessem sido votadas, não teríamos a escalada de violência em São Paulo e em todo o País.

Assim, uma das medidas discutidas no momento é a do “Orçamento Impositivo”, ou seja, uma lei de aplicação obrigatória e não apenas uma lei de previsão de receitas e de estimativa de despesas, sem o caráter da obrigatoriedade, como é hoje, cujo orçamento não pode ser contingenciado e alterado por decreto presidencial.

Mais uma vez ousou afirmar que as medidas hoje discutidas, inclusive esta do caráter impositivo, embora importantes, não promoverão as mudanças que visam a impedir que a execução orçamentária se torne moeda de troca para todos os tipos de negociatas e barganhas entre governos, parlamentares e empresários, além de objeto para a larga prática da corrupção.

Se o orçamento é impositivo poderá acabar a negociata entre o parlamentar e o Governo Federal, mas continuará a negociata do Parlamento com o Governo estadual e continuará a negociata dos parlamentares com as administrações municipais e as próprias Organizações Não-Governamentais – ONGs.

Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, em vários artigos que escrevi e em vários pronunciamentos que fiz da tribuna do Senado Federal, tenho feito severas críticas às atitudes do atual Governo e de tantos quanto têm contribuído para o estado de degradação ética e

moral em que se encontram as nossas instituições, a sociedade e, sobretudo, a própria classe política.

Agora eu quero reapresentar ao debate uma proposta. Insisto com essa sugestão e farei ampla distribuição à sociedade por não ter tido nesta Casa a receptividade necessária, o que me fez acreditar que decorre do fato de que ela fere os interesses daqueles que preferem que a situação continue como se encontra, ou, no máximo, como na expressão de Tomasi di Lampedusa, “que ela mude para continuar como está”.

A minha defesa é para que a sociedade brasileira saia do comodismo, do imobilismo em que se encontra e passe a conhecer em profundidade essas questões para que possa intervir, e que essa intervenção não se limite apenas e tão-somente ao exercício do voto de quatro em quatro anos. Se assim for, continuaremos no mesmo estado de pobreza geral, pobreza de espírito, pobreza moral e pobreza material.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, a alternativa que apresento trata-se do que poderemos chamar de “Orçamento Exclusivo da União”, no qual se estabelece a proibição de locação de dotação orçamentária que importe em transferência de recursos financeiros para Estados e Municípios, acabando-se de vez toda e qualquer possibilidade de emenda parlamentar, seja individual ou de bancada, de comissão ou até mesmo dotação originada da própria mensagem do Executivo para tal fim.

Em outras palavras, é preciso que se acabe de uma vez por todas com a figura da emenda parlamentar individual ou coletiva, de bancada ou de comissão, até mesmo de iniciativa do Executivo, que vise alocação de recursos no Orçamento da União para ser executado por Estado ou por Município.

Alguém poderá questionar que haverá prejuízo para Estados e Municípios. Aguardem, por gentileza. Ou seja, explicando melhor, a União estaria impedida de promover a transferência de recursos para Estados e Municípios, salvo em casos de comprovada calamidade pública, ocorrida em qualquer desses entes federados, após comprovada a sua incapacidade – a incapacidade do Estado ou do Município – de, com recursos próprios, acudir a população e resolver os seus problemas, mesmo assim **ad referendum** do Senado.

Socorrem-se o Estado e o Município pela urgência que se tem, pelas provas de antemão que aquele ente da federação não tem condições de resolver a calamidade e, posteriormente, o Governo presta contas à Casa da Federação, que é o Senado, para que o Senado venha aprovar ou não a atitude do Governo da União no repasse daqueles recursos.

De logo, no entanto, deve-se esclarecer que o montante de recursos que anualmente a União vem transferindo voluntariamente, por intermédio das dotações constantes em seu orçamento para Estados e municípios, apurada a média anual em moeda estável de 1989 (primeiro exercício financeiro após a promulgação da atual Constituição), até o último exercício financeiro – digamos 2006 –, deve ser transformado em receita tributária para os entes federados, e o aporte deve ser traduzido em aumento de percentual dos atuais Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM), o que resultaria, de logo, na ausência de qualquer prejuízo para essas entidades da Federação, além de representar o primeiro e grande benefício que essa mudança representa, que é o de se estabelecer tratamento equânime entre todos os Estados e Municípios, independentemente de possuírem força política ou não, serem grandes ou pequenos, serem do Sul, do Norte, do Centro-Oeste ou do Nordeste.

Tenho consciência de que se trata de uma proposta de mudança radical, mas é exatamente por ter essa consciência que estou a apresentá-la. Essa proposta é radical e deve ser radical, porque se propõe a resolver um problema de raiz e, a partir da raiz, um problema estrutural, como devem ser resolvidos todos os problemas estruturais, sejam eles de uma edificação, ou sociais que resultem graves e tormentosos problemas para o povo, como vem acontecendo com a corrupção neste País e com o seu irmão gêmeo que é o desperdício do dinheiro público pela sua má aplicação.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, povo brasileiro a cada novo dia de experiência que me ocorre, conscientizo-me cada vez mais de que a solução, senão definitiva, mas duradoura e eficaz para os problemas que enfrentamos em nosso País, decorre de decisões que promovam mudanças radicais, mudanças que alterem a estrutura do Estado brasileiro e, com ela, suas instituições.

Da mesma forma, tenho convicções profundas de que a classe política deste País jamais promoverá as mudanças com esse perfil sem que a sociedade, consciente e participativa, interfira diretamente no processo de decisões. Por isso, diante da oportunidade estabelecida pelo Congresso Nacional que inicia um processo de discussão para criação de uma nova estrutura para o Orçamento da União e, sendo este, uma das grandes fontes que irriga a corrupção no País, deve a sociedade se engajar nesse debate, na certeza de que debelar ou reprimir a corrupção representa uma grande vitória contra a fome, contra o desemprego, contra o analfabetismo, contra a criminalidade, que são os grandes males que afetam a nossa sociedade, somados ao abandono de nossas crianças que perambulam pelas

ruas de nosso País, o que sintetiza a ausência de um futuro promissor para a nossa gente.

Portanto, ao apresentar, a proposta de um Orçamento que seja exclusivo da União sem a contemplação de recursos para Estados e Municípios, acabando com as emendas de parlamentares que têm esse objetivo, por si só já se evita que mais de seis mil agentes públicos entre prefeitos, governadores e parlamentares metam a mão nesse dinheiro público para “administrá-lo”. O Orçamento da União é uma fonte que não pode secar, mas as artérias que se ligam a essa fonte e que irrigam a corrupção precisam ser obstruídas, e essa é uma de suas formas.

Com o reordenamento do Estado brasileiro, necessário se torna a adequação das funções de cada ente federado, a fim de prevenir responsabilidades e eliminar a superposição de funções que geram despesas desnecessárias e a não-otimização na aplicação dos recursos públicos. A divisão da arrecadação tributária deve corresponder a essas expectativas, pois não se pode conceber, por exemplo, que deva ser competência do Governo da União a liberação de recursos para um Município a fim de que este possa comprar uma ambulância, construir um posto de saúde ou mesmo uma escola.

A estrutura atual do Estado brasileiro predispõe-se à prática de corrupção pela relação promíscua que se estabelece entre o Governo da União e parlamentares, entre esses prefeitos, governadores e organizações não-governamentais – aí incluídos os empresários.

Essas são as artérias que precisam ser obstruídas, até porque captação de recursos não deve ser função parlamentar. Seria irracional, caso não fosse uma vontade deliberada voltada para o cometimento de uma ilegalidade ou à prática de barganha, o fato que importa na liberação de recursos do Orçamento da União para a simples construção de um posto de saúde, em um povoado de um Município distante de qualquer Estado da Federação.

Gera-se, com um ato dessa natureza, todo um processo de dependência e promiscuidade com o prefeito que precisa relacionar-se com o parlamentar, deputado ou senador, para que este apresente uma emenda ao Orçamento da União, seja ela aprovada e, no ano seguinte, este mesmo prefeito tenha de se deslocar até Brasília, com passagens aéreas e diárias pagas com o dinheiro do povo, a fim de diligenciar, junto aos órgãos federais, a liberação dos recursos. Para que tal aconteça, é necessário que o parlamentar venda a sua alma ao Poder Executivo, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje está de plantão na Presidência da República, e aos seus sucessores, se continuar essa mesma regra – como já empenharam

a alma aos antecessores de Lula –, a fim de que a dita emenda seja liberada.

No procedimento final, os gestores dos recursos se encarregam de superfaturar a compra das ambulâncias ou de outros bens e serviços para que as chamadas comissões sejam pagas a todos que se envolverem nesse tipo de operação promíscua.

Essa é uma prática corrupta histórica e, portanto, de conhecimento de todos os agentes públicos e políticos; de conhecimento de toda a sociedade; de conhecimento dos intelectuais e da imprensa, da maior e da menor, de São Paulo, do Rio ou de Sergipe; é de conhecimento de todas as instituições, inclusive das igrejas, inclusive da Católica; é de conhecimento da universidade e dos intelectuais; é de conhecimento do povo brasileiro. Essa é uma prática corrupta histórica e, portanto, de conhecimento de todos, tanto que já criaram uma superestrutura nos Estados para a sua fiscalização.

Se isso não acaba no Brasil é porque este é um País corrupto, este é um País miserável, é um País maldito, é um País que nasceu para não desenvolver seu Estado nem seu povo. É um País para se viver.

Quantos anos já se passaram depois da independência? Ela ocorreu em 1822, portanto, 170 anos. E o País ainda vive na condição de colônia.

Os Estados Unidos, 200 anos depois, deixaram de ser colônia e tornaram-se a maior potência do Planeta.

Este é um País miserável! Este é um País cuja sociedade conhece tudo isso.

Em todas as instituições – em todas, sem exceção –, o que existe é omissão, o que existe é covardia, o que existe é conivência, o que existe é negligência. O Poder Judiciário sabe disso, o Poder Legislativo participa disso. O Ministério Público sabe muito bem como tudo isso funciona, e todos sabem perfeitamente como isso acaba. Não acaba porque não há interesse.

Como Parlamentar, eu gostaria de reafirmar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...como reafirmada está, na tarde de hoje, a proposta, que é exatamente a do Orçamento exclusivo da União sem prejuízo para Estados e Municípios. Ao contrário, Estados e Municípios não precisariam mais estar com o pires na mão, pedindo a Deputado e a Senador, comprometendo-se pela inclusão de verba no Orçamento da União.

Também não precisava vir gastar dinheiro em Brasília, munido de diárias, passagens, hotéis e assessores para a liberação dos recursos. Não precisava vender sua alma a deputado nem a senador para garantir os

votos na eleição seguinte, diante da necessidade da liberação de recursos.

Parlamentar, em Brasília, não seria assistente social de prefeito nem de governador, mas estaria aqui se preocupando com a legislação brasileira, preocupando-se em modernizar o Estado, preocupando-se em fiscalizar as ações do Judiciário, do Executivo e de todos os setores.

É essa a função do Parlamento. Não conheço outra função nem quando ele foi concebido, nos idos históricos da Antigüidade, nem quando Montesquieu e John Locke estabeleceram a teoria da Tripartição dos Poderes, extinguindo a idéia do absolutismo, do governo por um só, mas do governo por três poderes interdependentes e harmônicos entre si. Nunca conheci outra função do Parlamento senão essa.

A função de deputado e senador não é liberar recursos, viver em ministérios. As emendas dos parlamentares, sim, seriam possíveis e verdadeiras, mas para projetos...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ... Vou concluir, Sr. Presidente. Projetos para serem executados pelo Governo da União.

É preciso fazer a ferrovia Norte-Sul. É uma obra do Governo Federal? Sim. Aí o Parlamentar se encarregaria de melhorar a dotação orçamentária para esse projeto. Precisamos estabelecer uma política de fiscalização de fronteiras no Centro-Oeste, no Norte do País, para a preservação do meio ambiente, para que não haja o tráfego dos nossos minerais etc? Sim. Dotação para isso, para que o Governo da União pudesse executar, mas envolvimento de deputado e senador – não importa se emenda individual ou coletiva – só leva à corrupção.

Por essa razão, senti-me envergonhado – aqui já disse algumas vezes e vou repetir – em 2003, quando o meu então Partido me indicou para integrar a Comissão Mista do Orçamento. Depois de três meses, agradei e pedi para sair. Não é lugar para se ficar.

Portanto, que se promovam mudanças dentro de um critério radical se desejam resolver o problema. No entanto, como diz o literato italiano Tomasi di Lampedusa, se é para continuar como está, também promoveremos as mudanças, que, no caso, serão aquelas que não mudam, ou seja, mudaremos para continuar da mesma forma. Também se faz. Só que essa proposta não contará, jamais, com a minha aquiescência; não contará, jamais, com a minha participação.

Eu gostaria de ver companheiros Senadores e Deputados Federais, no plenário e nos corredores da

Casa, participando dos debates e da deliberação com as suas frentes erguidas, sem precisar dobrar o espinhaço para o Presidente de plantão, sem precisar estar vendendo suas almas, sem precisar estar-se corrompendo. E o Município, por menor que seja, lá do meu querido Estado de Sergipe, recebendo o que deveria sem precisar da interferência de ninguém, como hoje ocorre com o Fundo de Participação dos Municípios. A nossa proposta é agregar percentual ao FPM e ao FPE e eliminar todas as dotações do Orçamento da União para os Estados e Municípios, salvo em caso de calamidade pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por permuta com o Senador Heráclito Fortes. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Paulo Paim, e prezados Senadores e Senadoras presentes, em especial nosso querido Senador Ramez Tebet, que nos honra com sua presença no dia de hoje, estive, há poucos dias, em Córdoba, na Argentina, participando da reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e tive oportunidade de conversar com pessoas daquela cidade agradável e bonita, que tem um povo afável. Perguntei a uma senhora, advogada de um órgão que corresponde ao Crea em nosso País, a que se devia o fato de a Argentina, em razoável curto espaço de tempo, ter superado uma crise brutal vivida há quatro ou cinco anos. Ela me respondeu que, entre outros fatores, aquele que ela entendia preponderante era o nível cultural e educacional do povo da Argentina.

Trago esse gancho para dizer que a revista **Is-toé**, em sua edição desta semana, prestou, a meu ver, relevante serviço ao País ao publicar entrevista com a Sr^a Viviane Senna, Presidente do Instituto Ayrton Senna, em que ela faz um diagnóstico ao mesmo tempo trágico e assustador do ensino público fundamental deste País.

Requeiro, Sr. Presidente, a transcrição dessa entrevista, na íntegra, nos Anais da Casa, mas me vou permitir, rapidamente, destacar alguns de seus pontos que me chamaram muito a atenção.

O repórter indaga: “A senhora defende a tese de que o grande problema da educação são os altíssimos índices de repetência e o inchaço da rede pública? (...)”. Ela responde, serenamente: “Sem dúvida. Você sabe quantos alunos temos no ensino fundamental? São 34 milhões, ou seja, praticamente uma Espanha

só de crianças da primeira à oitava série. Destes, quase dez milhões estão a mais no sistema. (...)”. Ela fala da repetência.

O repórter pergunta: “Quantas vezes eles repetem?” Ela diz: “Em média, duas vezes. As crianças, normalmente, levam dois anos para fazer cada série no Brasil”.

Ela afirma que nós, brasileiros, construímos um País para poucos e cita o saudoso Professor Darcy Ribeiro, quando ele dizia qual seria a grande tarefa da intelectualidade brasileira. Ele cobrava que deveriam ser respondidas apenas duas perguntas: por que o Brasil ainda não deu certo? O que cada um precisa fazer para o Brasil dar certo?

O repórter pergunta: “E por que o Brasil não deu certo?”. A Sr^a Viviane responde:

Porque a gente construiu um País para poucos. É um País de exceções em matéria de oportunidade. Como a elite latino-americana, tudo o que a elite brasileira faz é para poucos. É um capitalismo para poucos. Essa massa de 97% de crianças, mesmo na escola, é uma massa de excluídos, porque eles não estão aprendendo, ou seja, é uma inclusão pela metade. O aluno sai despreparado para o mercado de trabalho e para a vida.

Senador Ney Suassuna, sei que essa matéria foi lida por muita gente, mas o povo brasileiro não tem sequer acesso a essa revista. Portanto, permito-me, da tribuna do Senado, falar para quem nos está ouvindo e declinar esse diagnóstico trágico que faz a Sr^a Viviane Senna a respeito da educação pública fundamental do nosso País.

O repórter pergunta, à certa altura: “Mas não é melhor a criança estar na escola...” Ela diz:

Melhor do que nada. Você não pensaria assim em relação a seu filho. No entanto, com o filho do pobre você pensa assim: é melhor estar na escola do que na rua. Até porque você sabe que, se seu filho não tiver uma escola boa, ele não vai dar certo na vida.

O repórter pergunta: “É uma educação de fachada?” Ela responde:

Sim, porque não cumpre o seu papel sequer em funções básicas, como, por exemplo, domínio do idioma, da escrita, da fala e das operações básicas de matemática. Não tem a qualidade necessária para essas pessoas terem uma oportunidade, ainda que remota, de inclusão. O drama é este: aparentemente se está incluindo, mas na verdade, não está.

O repórter pergunta: “A elite se interessa por essa situação?” Ela responde:

Historicamente, a elite brasileira, como a sul americana, é absolutamente rasa, desconectada do próprio País. É uma herança da maneira como fomos

colonizados. Nós fomos colonizados por pessoas que vieram sacar coisas do País. Reproduzimos essa atitude e pensamos em construir um país para nós próprios.

É um quadro preocupante, Senador Almeida Lima.

Continua a entrevista:

Viviane – Dos cinco milhões e meio de crianças que ingressam todos os anos na primeira série no País, apenas cerca de dois milhões concluem a oitava série. Ou seja, perdemos a metade das crianças no trajeto entre a primeira e a oitava série.

Istoé – *E desta metade que consegue chegar, quantos passam sem repetir?*

Viviane – Apenas 4% fazem as oito séries nos oito anos regulamentares no País, ou seja, sem repetir nenhum. Em números, menos de 100 mil crianças concluem o ensino fundamental na idade correta, isto é, 14 anos.

Istoé – *Qual o custo deste estrago?*

Viviane – Temos um custo pessoal, o comprometimento da auto-estima da criança, que ela leva para o resto da vida. Há também o custo econômico: R\$8 bilhões são gastos em repetência, no País, por ano. O terceiro é social, pois boa parte das crianças que repetem séries sai da escola despreparada e acaba indo para o tráfico, para a prostituição ou, na melhor das hipóteses, o mercado informal. E o último custo é o político: são mais brasileiros despreparados para votar [jogados nesse mundão, nesse mercado, inclusive fora dele].

Istoé – *Como a escola justifica este fracasso em massa?*

Viviane – Existem vários mitos que naturalizam o fenômeno de repetência e o fracasso maciço das crianças. Alguns deles: “Ela não aprende porque é subnutrida, “a criança é pobre e subestimada” ou “ela vem de famílias desestruturadas”.

Diz Viviane sobre a experiência desenvolvida no Instituto Ayrton Senna:

A nossa experiência no Instituto prova que estas mesmas crianças aprendem se a escola ensinar de verdade. Além do mais, existe um absurdo lógico em afirmar que a criança, por ser pobre, não aprende. Isso equivale a dizer que primeiro a criança tem que ficar rica para a escola conseguir cumprir o seu papel de ensinar. É um sistema que funciona como

um verdadeiro exterminador do futuro de milhões de crianças.

Ela tece considerações acerca de como se comporta o chamado terceiro setor – no qual se inclui –, para dizer como as coisas andam por lá, para dizer que, lá, há qualidade, mas não há quantidade e que, no ensino fundamental público brasileiro, há quantidade, mas não há qualidade.

A frase “é um sistema que funciona como um verdadeiro exterminador do futuro de milhões de crianças”, dita por Viviane, remete-nos para a responsabilidade que temos com esses milhões de crianças. Aqui, cabem todas as reflexões possíveis, principalmente ações no sentido do aperfeiçoamento do ensino fundamental público.

Este dado é assustador: a repetência consome R\$8 bilhões por ano! São crianças que, a rigor, deveriam estar passando, de ano em ano, com aproveitamento, mas que levam, em média, segundo a Sr^a Viviane Senna, dois anos para fazer cada série escolar.

Portanto, requeiro, Sr. Presidente, a transcrição, nos Anais desta Casa, do teor da entrevista dada pela Sr^a Viviane Senna, por se tratar de um dos diagnósticos mais interessantes que já vi ser feito ultimamente, no que diz respeito ao ensino fundamental neste País. Apesar de trágico, trata-se de algo que deve ser do conhecimento de todos nós, de toda a população brasileira, para que nos conscientizemos, cada vez mais, da necessidade de mudarmos esse quadro.

Aqui, fica o alerta de quem, no terceiro setor, por iniciativa própria, cuida de levar experimentos bem-sucedidos, Senador Ney Suassuna, experimentos que o Poder Público poderia muito bem trazer como experiência. O Poder Público poderia incorporar as práticas levadas a efeito no ensino fundamental público neste País, para que afastássemos, por completo, o fantasma da exclusão de milhões e milhões de crianças, hoje, e, amanhã, de adultos, que, por falta de uma boa formação escolar básica, vêem-se excluídos hoje, amanhã e depois neste País.

Espero que mais e mais pessoas brasileiras tenham a oportunidade de refletir sobre esse diagnóstico feito pela Sr^a Viviane Senna. É um diagnóstico frio, emocionante e, ao mesmo tempo, trágico, Senador Ney Suassuna.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FUTURO EXTERMINADO

Presidente do Instituto Ayrton Senna faz diagnóstico assustador da educação e mostra como enfrentar o problema

Por **CELSON FONSECA**

Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, está indignada. Sem oscilar o tom de voz ou se alterar, ela traduz a revolta com a ineficácia do sistema educacional público do País. Suas armas são estatísticas alarmantes que revelam uma realidade surpreendente mesmo para quem está cansado de saber que o ensino brasileiro deixa muito a desejar. Na sua avaliação, o problema principal não são as crianças ainda sem vaga nas escolas, mas sim o inchaço destes espaços e sobretudo o enorme contingente de repetentes, este o maior e mais cruel desestímulo à continuidade dos estudos.

“Grande parte das escolas virou estacionamento de crianças”, adverte. Entre os 34 milhões de alunos que ingressam no ensino fundamental, menos da metade dos que entram na primeira série conclui a oitava. E apenas 100 mil completarão o ensino fundamental em oito anos, sem repetir um sequer. Já na primeira série, o índice de repetência é bem alto. Um fracasso que produz gerações de cidadãos de segunda classe, com níveis baixíssimos de conhecimento. O Instituto Montenegro, por exemplo, aponta que três em cada quatro brasileiros têm dificuldade na assimilação e na interpretação de textos. Viviane e seus parceiros de trabalho combatem o problema com um eficaz programa de gestão do sistema educacional em todo o País. Nesta entrevista, ela mostra os caminhos que levaram a essa situação “desastrosa” e, com certo ar de tristeza, reconhece: “O sistema educacional é um verdadeiro exterminador do futuro de milhões de crianças.”

ISTOÉ – A sra. defende a tese de que o grande problema da educação são os altíssimos índices de repetência, e o inchaço da rede pública? São esses mesmos os pontos centrais da questão?

Viviane Senna – Sem dúvida. Você sabe quantos alunos temos no ensino fundamental? São 34 milhões, ou seja, praticamente uma Espanha só de crianças da primeira à oitava série. Destes, quase dez milhões estão a mais no sistema. São jovens

entre 15 e 20 anos ainda dentro do ensino fundamental. É o que a gente chama de defasado, gente com idade incompatível com a série cursada. Eles estão atrasados porque repetiram inúmeras vezes. E ficam patinando dentro do sistema, sem conseguir avançar.

ISTOÉ – *Quantas vezes eles repetem?*

Viviane – Em média duas vezes. As crianças normalmente levam dois anos para fazer cada série no Brasil.

ISTOÉ – *A repetência excessiva é o grande mal da educação no Brasil?*

Viviane – O problema é que, no Brasil, a gente não consegue colocar qualidade e quantidade juntas na educação. Você sempre tem uma sem a outra. O que é quantidade sem qualidade? Pois é isso que o Estado oferece em suas políticas públicas de educação, saúde e de outros setores. No caso da educação, temos uma grande cobertura quantitativa, mas sem atendimento qualificado.

ISTOÉ – *Não é para comemorar que mais de 97% das crianças entre sete e 14 anos estejam matriculadas no ensino fundamental?*

Viviane – Pois é, um índice de Primeiro Mundo, mas um exemplo típico do que chamo de quantidade sem qualidade. Enquanto isso, o terceiro setor oferece qualidade sem quantidade. Nenhuma das duas maneiras resolve de verdade o problema da inclusão. No terceiro setor, infelizmente, você atende poucos privilegiados, dá oportunidade para poucos e continua reproduzindo a idéia de um país para poucos.

ISTOÉ – *Como assim?*

Viviane – Nós construímos um país para poucos. Perguntaram ao professor Darcy Ribeiro, antes de ele morrer, qual seria a grande tarefa da intelectualidade brasileira. Ele respondeu que era só responder duas perguntas: por que o Brasil

ainda não deu certo e o que cada um precisa fazer para o Brasil dar certo. Segundo ele, o que excedesse isso era pura vadiagem acadêmica.

ISTOÉ – *E por que o Brasil não deu certo?*

Viviane – Porque a gente construiu um país para poucos. É um país de exceções em matéria de oportunidade. Como a elite latino-americana, tudo que a elite brasileira faz é para poucos. É um capitalismo para poucos. Essa massa de 97% de crianças, mesmo na escola, é uma massa de excluídos, porque eles não estão aprendendo, ou seja, é uma inclusão pela metade. O aluno sai despreparado para o mercado de trabalho e para a vida.

ISTOÉ – *Mas não é melhor a criança estar na escola...*

Viviane – Melhor do que nada. Você não pensaria assim em relação a seu filho. No entanto, com o filho do pobre você pensa assim: é melhor estar na escola do que na rua. Até porque você sabe que, se seu filho não tiver uma escola boa, ele não vai dar certo na vida.

ISTOÉ – *É uma educação de fachada?*

Viviane – Sim, porque não cumpre o seu papel sequer em funções básicas como, por exemplo, domínio do idioma, da escrita, da fala e das operações básicas de matemática. Não tem a qualidade necessária para essas pessoas terem uma oportunidade, ainda que remota, de inclu-

Na escola pública há quantidade sem qualidade. No terceiro setor é o contrário. O desafio é ter as duas coisas”

são. O drama é esse: aparentemente se está incluindo, mas na verdade não está.

ISTOÉ – *Por que a escola pública piorou tanto?*

Viviane – Seus pais e seus avós estudaram em escola pública. Antes era o máximo, hoje é um desastre. Enquanto a escola pública foi para uma elite, ela foi de qualidade. Apenas 20% da população tinha acesso a escola na década de 50. Era oficialmente para poucos. Na hora em que começaram a entrar muitos alunos pela porta da frente, a verdadeira massa de carentes do País, a qualidade passou a sair pela porta dos fundos.

ISTOÉ – *A elite se interessa por essa situação?*

Viviane – Historicamente, a elite brasileira, como a sul-americana, é absolutamente rasa. Desconectada do próprio País. É uma herança da maneira como fomos colonizados. Nós fomos colonizados por pessoas que vieram sacar coisas do País. Reproduzimos essa atitude e pensamos em construir um país para nós próprios.

ISTOÉ – *Qual é o grande desafio?*

Viviane – No Brasil, levamos três minutos para ir da Palestina ao Canadá. É só ir, por exemplo, da Rocinha à Gávea, no Rio de Janeiro. Os brasileiros não moram no mesmo país. E a maior parte não mora no Canadá, mas no Brasil-Palestina. Temos um desafio em larga es-

cala. Só passaremos as pessoas para o Brasil-Canadá desenvolvendo suas capacidades. Não há mágica. Se você der comida e renda, garante sobrevivência, mas não o desenvolvimento dos potenciais. E é isso o que dá autonomia e condições de viver. Só uma educação de verdade pode fazer isso, não uma educação de faz-de-conta.

ISTOÉ – *Um quadro preocupante...*

Viviane – Dos cinco milhões e meio de crianças que ingressam todos os anos na primeira série no País, apenas cerca de dois milhões concluem a oitava série. Ou seja, perdemos a metade das crianças no trajeto entre a primeira e a oitava série.

ISTOÉ – *E desta metade que consegue chegar, quantos passam sem repetir?*

Viviane – Apenas 4% fazem as oito séries nos oito anos regulamentares no País, ou seja, sem repetir nenhum. Em números, menos de 100 mil crianças concluem o ensino fundamental na idade correta, isto é, 14 anos.

ISTOÉ – *Qual o custo deste estrago?*

Viviane – Temos um custo pessoal, o comprometimento da auto-estima da criança, que ela leva para o resto da vida. Há também o custo econômico: R\$ 8 bilhões gastos em repetência no País por ano. O terceiro é social, pois boa parte das crianças que repetem séries sai da escola despreparada e acaba indo para o tráfico, a prostituição ou, na melhor das hipóteses, o mercado informal. E o último custo é o político: são mais brasileiros despreparados para votar.

ISTOÉ – *Como a escola justifica este fracasso em massa?*

Viviane – Existem vários mitos que naturalizam o fenômeno de repetência e o fracasso massivo das crianças. Alguns deles: “Ela não aprende

de porque é subnutrida”, “a criança é pobre e subestimada” ou “ela vem de famílias desestruturadas”. A nossa experiência no instituto prova que estas mesmas crianças aprendem se a escola ensinar de verdade. Além do mais, existe um absurdo lógico em afirmar que a criança, por ser pobre, não aprende. Isso equivale a dizer que primeiro a criança tem que ficar rica para a escola conseguir cumprir seu papel de ensinar. É um sistema que funciona como um verdadeiro exterminador do futuro de milhões de crianças.

ISTOÉ – *E esse pensamento pode mudar?*

Viviane – Nos últimos dez anos está havendo uma mudança profunda na maneira de a elite cultural, social e econômica pensar. Ela está percebendo que, além de anti-ética, essa visão não é inteligente, porque não há negócios que dêem certo num país para poucos.

ISTOÉ – *E o que o Instituto Ayrton Sena está fazendo contra isso?*

Viviane – A gente está trabalhando 1,3 milhão de crianças por ano em 1,2 mil cidades de 24 Estados, com grandes resultados. No Brasil, o terceiro setor tem que enfrentar problemas em larga escala. Há 12 anos, quando comecei, o instituto atendia 40 mil crianças. Mas o que adianta atender 40 mil num universo tão grande?

ISTOÉ – *A sra. não estava satisfeita?*

Viviane – Não conseguia ficar satisfeita. Por isso, mudei o posicionamento estratégico do instituto para desenvolver soluções a serem aplicadas em larga escala. É como se tivéssemos transformado o instituto em laboratório que desenvolve “vacinas” para diversos “males sociais”.

ISTOÉ – *De que forma isso ocorre?*

Viviane – Um exemplo dessas soluções educacionais foi desenvolvido em redes públicas, para combater este verdadeiro exterminador do futuro de milhões de crianças que é a má qualidade do ensino.

ISTOÉ – *Onde este projeto está sendo aplicado?*

Viviane – Em cinco estados, com resultado de 98% de sucesso. Através delas, as crianças recuperam os vários anos perdidos em repetência. Vão para séries corretas em relação à sua idade cronológica e prosseguem com sucesso nos estudos. Alguns já estão na universidade. É possível ensinar em larga escala e com qualidade. Assim, vamos incluir as pessoas deste país. Elas vão sair preparadas para a vida.

ISTOÉ – *É a implantação de uma cultura gerencial?*

Viviane – Exatamente. A escola agora trabalha com metas. É possível colocar quantidade e qualidade na mesma equação e construir um país para todos. ■

“Dizem que elas não aprendem porque são desnutridas, com problemas em casa. Temos 98% de sucesso com as mesmas crianças”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a será atendido na forma regimental ao pedir o registro do artigo veiculado pela revista **Istoé**.

Passamos a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com mais cinco minutos, além da tolerância da Mesa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em campanha, no meu querido Estado da Paraíba, tenho ouvido, com frequência, qual o motivo de as pessoas se lançarem na vida pública sabendo que ficarão expostas, que poderão ser caluniadas, que poderão enfrentar o ódio dos adversários, que não param de maquinizar contra. No entanto, por que essas pessoas aceitam passar por todos esses sacrifícios, por todos esses vexames?

Fiquei analisando o porquê disso e concluí que um pouco é vaidade – não resta dúvida –, mas que a grande maioria está aqui, nesta Casa, por ideal e por uma razão simples. Poderíamos viver tranquilamente, de forma mais calma. Vejamos meu caso. Terminei o curso de Ciências Econômicas na Paraíba e fui para São Paulo em busca de emprego. No dia em que saí de lá, outros 48 jovens também saíram da minha cidade por não existir emprego na Paraíba. A cada ano, 40 mil jovens completam 18 anos na Paraíba – essa é a média –, e não há empregos. Saímos – lembro-me como se fosse hoje – todos os que se haviam formado na mesma universidade em busca de emprego. Inicialmente, fui para São Paulo, onde trabalhei com o Prefeito Faria Lima. Posteriormente, fui para o Rio de Janeiro, porque não havia gostado muito de São Paulo. No Rio, fiz concurso para a Federal do Rio de Janeiro e para o Ministério do Planejamento, ingressando em ambos. Permaneci cinco anos no Ministério, até que, um dia, após alguns meses de férias nos Estados Unidos, tomei conhecimento do mundo do computador e resolvi abrir uma faculdade de Computação. A partir daí, não quis mais voltar ao serviço público. Pedi demissão e fui cuidar das faculdades. Comprei alguns colégios – eu os tenho em vários lugares no Brasil e no exterior; hoje, há alunos em 48 países – e vi que precisava ajudar a evitar que outros jovens não passassem pelo mesmo sacrifício por que passei. Quem quiser saber o que é isso saia do seu Estado, deixe seus amigos e vá para outra cultura, onde até nosso sotaque é motivo de gozação. Nós, do Nordeste, somos vistos no sul como cidadãos de segunda categoria. Porteiro, guarda, trabalhador de construção civil, são poucos os que escapam a essa sina. Depois de tudo isso, ainda fiz Administração de Empresas, Pedagogia

e duas pós-graduações. Foi, então, que cheguei à conclusão de que era hora de entrar para a vida pública, para prestar serviço, ajudando por ideal.

Vejam só: não entrei como Deputado ou como Prefeito, mas como Senador. Primeiramente, fui suplente de Antônio Mariz e, depois, enfrentei um dos mitos do meu Estado, Tarcísio Burity, Governador eleito por duas vezes. Comecei com 3%, e ele, com 46%, e estou aqui com o mandato de Senador. Não foi a vez dele naquela época.

Quando fazemos novamente um périplo pela Paraíba, verificamos que conseguimos mudar muito pouco em nosso Estado. Verificamos que os outros Estados estão crescendo com mais rapidez que o nosso. Pernambuco, por exemplo, além do Porto de Suape e de muitos empreendimentos, está construindo uma refinaria; o Ceará, além de um poço importante, está fazendo uma siderúrgica; o Rio Grande do Norte, por sorte, está construindo o maior aeroporto de carga do País e ainda tem petróleo, sal e camarão.

O meu Estado não tem tido essa sorte e, embora seja o ponto mais oriental do País, o que nos traz algumas vantagens relativas, continua precisando de obras estruturais. Estamos lutando, eu e o Senado Maranhão, para levarmos para lá um pequeno pólo petroquímico. Já que vai haver uma refinaria no Estado vizinho, que, na Paraíba, pelo menos possamos ter um pólo petroquímico!

Sonhamos todos, Sr. Presidente, que a Paraíba dê sorte na exploração do petróleo. As pesquisas já foram feitas, e, em 5 de novembro agora, vai haver leilão na área de Sousa. Tenho certeza de que vamos conseguir iniciar a exploração de petróleo na Paraíba com sucesso, seja em Sousa, seja na costa.

Mas existem muitas coisas para se fazer. A área mineral precisa ser urgentemente incentivada. Lá, inclusive, há pedras preciosas, como é o caso da turmalina paraíba, que é até mais cara do que diamante – só existe lá e, por isso, tem esse nome. É uma pedra diferenciada, cujo grama custa US\$30 mil quando é inteiramente limpa.

Precisamos investir também na exploração do caulim e de vários minerais, o que nos permitirá, com toda certeza, produzir muita cerâmica. Já temos várias indústrias de cerâmica, mas precisamos implementar muitas outras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são muitas as nossas vulnerabilidade na saúde, na segurança, na educação, porque não há investimentos de vulto acompanhando o pouco desenvolvimento do Nordeste e o grande crescimento populacional. É necessária uma política racional de planejamento do País e da região para investimentos no Nordeste, a fim de se diminuir a

diferença entre Sul, Sudeste e Nordeste. Do contrário, vamos alavancar, cada vez mais, essa diferença entre as Regiões e aumentar o fosso entre elas.

O Nordeste tem muitas potencialidades, seja turística, seja – como disse – mineral, seja na área de indústrias, porque a mão-de-obra é muita e barata. Temos matéria-prima para muitos setores, mas, infelizmente não temos obtido os investimentos necessários.

Quando chega a época de campanha, tudo isso é revisado, tudo isso é falado, mas, depois, pouco disso se consegue. Nos doze anos em que estou nesta Casa, todos os dias presto contas ao meu Estado por meio das rádios e das TVs. Todos os dias, Sr. Presidente, presto contas do que fiz no dia anterior, dizendo a que Ministérios fui, onde procurei arrumar recursos, para que prefeituras consegui recursos. Acho que cumpro minha missão com uma boa parcela de sucesso, mas isso não basta para resolver o problema de toda uma Região que abrange mais de um terço da população brasileira. Os investimentos não são suficientes, e estamos perdendo mais espaço, embora haja a garantia constitucional de se investir mais no Nordeste. Mas isso fica só na Constituição, pois não tem funcionado nem para o Nordeste nem para o Centro-Oeste.

Diante desse quadro, pergunta-se insistentemente a todos os homens públicos: por que continuar numa profissão tão complicada, tão difícil e, às vezes, com tão poucos sucessos? Por que tanta insistência para conseguir esses sucessos?

Ouvi, há pouco, o discurso do companheiro que me antecedeu, quando ele falava de Orçamento. Realmente, o Orçamento tem de ser impositivo, as emendas de bancada não devem ficar à mercê de serem elas a favor ou contra o Governo. Isso deveria deixar de existir. Deveria haver um Orçamento impositivo, sim, em que estabelecêssemos que ele teria de ser cumprido pelo Governo, nem que fosse por meio de um processo gradual, em que pelo menos uma parte do Orçamento fosse cumprida. Como está hoje, isso é apenas um faz-de-conta, em que o Governo diz que pretende cumprir e em que a gente faz de conta que acredita, porque, quando chega a hora, vemos que não acontece a obra nem o desenvolvimento. Com relação ao Nordeste, estamos muito prejudicados.

Não é diferente no Estado de V. Ex^a, um dos mais prejudicados pela República no ano passado, pois houve quebra no preço do arroz, da soja, do trigo, além de problemas de seca. Ainda perdeu muito por ser um Estado exportador, e os recursos não entram, pois não cumpriram também a lei como deviam.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Ney Suassuna, permita-me um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Vejo V. Ex^a falar sobre a agricultura em nosso País, sobre a queda de preço dos produtos agrícolas. Mas a quem devemos responsabilizar? Tenho percorrido – até farei um pronunciamento sobre isso, daqui a pouco – meu Estado, Santa Catarina, e tenho visto os agricultores desesperados em alguns lugares, por causa da seca; em outros, por causa da geada; em outros, por causa da estiagem. Quem deve socorrer os agricultores, principalmente o agricultor familiar? Eles plantam arroz, milho e feijão e dependem exclusivamente da agricultura para sobreviver. Percorri o oeste de Santa Catarina, neste final de semana, na região serrana, no meio-oeste e no oeste, regiões que vivem da agricultura, principalmente da agricultura familiar. Há desespero, há tristeza no semblante dos agricultores. Há tristeza, porque não há ninguém para socorrê-los. O Governo prometeu milhões de reais, aprovados aqui no Congresso, mas exige uma papelada, uma burocracia enorme, e não libera os recursos. Além de não receberem os recursos, de não serem atendidos, eles estão vendo seus filhos desesperados, por causa das dificuldades por que passam seus pais. Eles, sem terem o que fazer, estão indo embora do campo, abandonando as terras. Estão indo para as cidades grandes, pois vêem pela televisão, todos os dias, coisas bonitas: praias, empregos, negócios, imagens lindas, propagandas fantásticas. Eles deixam o campo e, ao chegarem às grandes cidades, Senador Ney Suassuna – sei que V. Ex^a é muito sensível a essas questões –, deparam-se com outra dificuldade. Eles são agricultores e entendem de terra, sabem como manusear a terra, como cuidar das galinhas, dos suínos, da vaca, que sustenta a família com a produção do leite. Eles entendem de enxada, porque trabalham manualmente para produzirem batata, feijão, assim por diante. Eles não são profissionais das grandes cidades, como balconistas, secretários, carpinteiros, pedreiros, motoristas. Eles não têm a experiência da grande cidade. E, muitas vezes, Senador Ney Suassuna, o desespero leva essas pessoas à criminalidade, à marginalidade. Precisa o Governo ter muito cuidado com a falta de atenção aos agricultores do nosso País.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a está coberto de razão. Mas, quando falava da agricultura no Estado do nobre Presidente, eu dizia que mesmo um Estado desenvolvido, como é o Rio Grande do Sul, que não sofre os problemas do Nordeste, também tem passado dificuldades. As dificuldades são muitas em todo o País. Mas, na minha região, no meu Estado, a carência é muito maior, porque não só

a agricultura é muito mais difícil, como também não há uma política agrícola e as obras estruturais inexistem. Assim, terminamos sendo um grande fornecedor de mão-de-obra para o Sul, para o Sudeste e até para o Centro-Oeste. São as famílias se despedaçando, para que seus filhos saiam em busca de emprego, quando estes deveriam estar fixados lá, quando deveria haver um planejamento que nos permitisse, Senador, fazer uma administração mais racional.

Continuo, com tristeza, afirmando que, embora existam tantas carências, não temos conseguido fazer, na velocidade que queremos, atendimento a todo esse elenco de necessidades insatisfeitas. Isso tem deixado aflitos todos os que têm obrigação ou compromisso com o crescimento do Nordeste. Não há mais Sude- ne, o Banco do Nordeste praticamente exauriu seus recursos com a aplicação que foi bastante. Estamos com dificuldades, sim.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria trazer na tarde de hoje. Os desafios são ainda muito grandes, e quem tem o ideal de servir, com toda a certeza, vai ficar nessa angústia, clamando por soluções que possam aliviar essa Região que tanto já deu ao Brasil e que tanto tem perdido em relação ao que precisaria receber de investimento!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, por dez minutos, com a tolerância de mais cinco, e, em seguida, à Senadora Iris de Araújo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu havia preparado um pronunciamento sobre a agricultura do nosso Estado. O Presidente Lula esteve em Santa Catarina neste final de semana. Tenho dito que o Governo Lula não quer ou finge não enxergar o óbvio. Repete que a economia brasileira está bem, anunciando números, planilhas, estatísticas que não correspondem à realidade do País. É um alheamento absurdo para alguém como o Presidente, que se dizia um homem do povo, que, tendo viajado Brasil a fora, tinha visto as dificuldades e seguidamente mantido contato com a população brasileira.

Querida que o Presidente, nessa viagem ao meu Estado de Santa Catarina, tivesse conversado com as pessoas da região e perguntado aos agricultores como estão os negócios por lá, como está a agricultura do nosso Estado. Se o tivesse feito, ele veria que não é o conto de fadas que a propaganda do Governo quer vender aos brasileiros, não é toda aquela fantasia que dizem por meio da imprensa, da mídia.

No meu Estado, Santa Catarina, como em todo o Brasil, agricultores e pecuaristas enfrentam uma crise sem precedentes. Lá só se vêem quebras de safras, quedas de preços e retornos cada vez menores. O drama dos fruticultores de Santa Catarina é um retrato cruel desse calvário. Eles têm tido problemas com o clima, que não foi um aliado nos últimos três anos. É verdade, houve muitos castigos, como o do granizo, que maltratou os pomares da região. No ano passado, uma geada tardia frustrou planos e prejudicou a safra. Neste ano, tudo junto: pomares foram atingidos por chuvas de granizo, houve geada nas terras baixas e excesso de chuvas no período de floração. O resultado foi uma queda de 40% da produção de frutas, o que arruinou uma das principais atividades econômicas do nosso Estado.

A esperança dos fruticultores era de que os preços melhorassem e de que minorassem os prejuízos. Mas, na combinação maligna da política econômica de juros altíssimos, o dólar baixo está castigando mais a agricultura que qualquer geada ou chuva de granizo. As 160 mil toneladas de maçã que o Brasil exportou em 2005 não se repetirão este ano por conta da queda do câmbio. O mesmo acontecerá com outras frutas brasileiras, que enfrentam a poderosa concorrência internacional. Sem ter como colocar os produtos no exterior, os fruticultores não têm alternativa, a não ser desovar o estoque no mercado interno e derrubar as cotações dos produtos. Essas dificuldades, Sr. Presidente, já estão bastante conhecidas da população brasileira.

Das questões climáticas ninguém é culpado, mas o Governo tem de estar preparado para atender aos agricultores nessas dificuldades, oferecendo-lhes linhas de crédito sem juros, subsidiando-lhes os produtos – como fazem alguns países, para torná-los mais baratos e possibilitar a concorrência com os nossos. Não queremos que o produto brasileiro seja caro. O que queremos é que o Governo Federal dê condições aos nossos agricultores para concorrer com os produtos de outros países.

Queremos, Senador Paulo Paim, independentemente de cores partidárias ou de quem venha a governar o País, que se atenda aos nossos agricultores, que são os principais geradores de empregos, os que movimentam a principal economia do País, os que trabalham no Brasil de ponta a ponta, as pessoas que colocam a mão na terra, mão calejada, de sol a sol. Não há tempo para esse povo! Queremos que o Governo dê-lhes assistência, condições de concorrerem com produtos que vêm do exterior.

Ora, não há mais condições. Eles tentam proteger sua plantação, mas aquilo que têm de comprar para

isso, como telas e outros produtos e equipamentos, é caríssimo. O imposto é muito caro. De todo produto que se compra, 50%, 60%, 65% do valor são impostos para o Governo Federal, enquanto outros países não cobram nada ou estipulam percentuais bem inferiores aos do Brasil. Aqui a situação é diferente.

Claro que não queremos que os produtos brasileiros tenham preços elevadíssimos. O que queremos, Senador Valdir Raupp, é que o Governo Federal cumpra sua missão e seu compromisso de atender às famílias dos agricultores, ou seja, o que está sendo divulgado na imprensa, nas propagandas do Governo ou nos discursos do Presidente.

Sua Excelência fala para os agricultores como se nada disso existisse, como se tudo estivesse bem neste País, como se os agricultores estivessem bem, produzindo, vendendo, colhendo. Não! Isso não acontece porque estão sem ânimo. Além de serem castigados pelas questões climáticas, são castigados pela falta do cumprimento de compromissos por parte do Governo Federal com trabalhadores que são do PT, do PMDB, do PSDB, do PFL, do PPS, do PDT. Trabalhadores que sequer têm cores partidárias, mas que têm a cor da vida, a cor do campo, do trabalho e que não estão sendo assistidos.

Senador Valdir Raupp, vou conceder o aparte a V. Ex^a, mas antes quero dizer que, neste fim de semana, percorri diversas cidades, cumprimentando os agricultores, aquelas mãos calejadas. Eu via no semblante daquelas pessoas a tristeza. Eles choravam, dizendo: “A quem vamos pedir socorro? Estão pedindo votos, mas e quem nos atende?”. É preciso que o Governo Federal distribua a riqueza nacional, a riqueza do Governo, dos impostos, que distribua corretamente, atendendo a quem realmente necessita; não concedendo privilégios aos banqueiros, mas atendendo aos verdadeiros homens do trabalho, que sofrem no dia-a-dia.

Estou preocupado, Senador Valdir Raupp – já vou lhe conceder um aparte –, com o êxodo rural. Há 30 anos, 80% da população vivia no interior. Hoje, apenas 20% vivem no campo e os 80% estão nas grandes cidades. Por quê? Porque não há vontade política para realizar e concretizar os sonhos dos agricultores e atender aos seus direitos. Porque não há a reforma agrária tão prometida por este Governo e que foi bandeira de campanha.

É preciso que tenhamos todos a missão maior de cobrar do atual Governo ou de qualquer outro que venha – espero que mude o atual Governo – que atenda aos agricultores e à Nação brasileira sem discriminar ninguém. Só porque não é do partido “a” se discrimina. Que se eleja alguém para atender aos sonhos e direitos daqueles que fazem a nossa Nação: os agricultores.

Concedo um aparte, com muita alegria e com muita honra, ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem absoluta razão. O campo está empobrecendo. O pacote agrícola lançado há poucos dias foi insuficiente para resolver o problema do campo. Os agricultores do meu Estado estão pensando e desestimulados a produzir mais. Eu vejo que deve haver um equilíbrio. É claro que é importante que o arroz, o feijão, o trigo, a carne e o leite cheguem barato na mesa do consumidor que mora nos grandes centros, mas é necessário um equilíbrio. A Europa e os Estados Unidos fazem uma compensação para quem produz; porque, se continuar do jeito que está indo, nobre Senador, daqui a alguns anos, o povo brasileiro vai estar comendo o que vem de outros países e não mais o que é produzido no Brasil. E hoje está generalizado em todo o Brasil. Esse socorro tem de acontecer o mais rápido possível, em uma intensidade maior do que o Governo tem lançado até agora, sob pena de extinguir a classe produtiva do País. Eu falo aqui porque tenho também andado por todos os municípios do meu Estado e vejo que o grito é muito grande, o desestímulo é geral. Então se faz necessário, com urgência, um aporte maior de recursos do Governo Federal, um incentivo maior para que os nossos produtores rurais continuem produzindo para que não haja, mais do que já houve até agora, o êxodo rural, como V. Ex^a bem se referiu até agora. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, o Governo estava destinando R\$10 milhões, apenas míseros R\$10 milhões, para a agricultura familiar de Santa Catarina. E a burocracia não permite que esses recursos ínfimos cheguem às mãos dos agricultores. São apenas R\$10 milhões! Mais da metade do ano já se passou, já passamos pelas questões do plantio, da colheita, e os recursos até agora não foram liberados. A burocracia é enorme! Isso é ruim para o nosso País.

Concedo um aparte ao nobre Senador César Borges, da nossa Bahia.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a, sempre preciso, muito bem aplicado nos seus pronunciamentos, suscita esta questão da crise que vive a agricultura; e eu diria que também a pecuária vive uma crise profunda. Acho que o Senador Valdir Raupp, que fez esse aparte tão brilhante ao pronunciamento de V. Ex^a, traz uma preocupação: da forma como vamos com relação à agricultura e à pecuária no Brasil, esses efeitos se farão sentir dentro em breve, até com o desabastecimento, porque há desestímulo completo a essas atividades. O Governo Federal, além desses falsos pacotes que não atendem

à população, ainda deixa pesar sobre a cabeça dos produtores brasileiros a questão dos índices de produtividade; um jogo político lamentável que o Presidente está fazendo com a relação aos índices de produtividade do Incra, o que está gerando inquietação imensa no campo. O agricultor convive com o problema de ver sua propriedade invadida ou desapropriada, sem a indenização devida; vê o seu produto desvalorizado – quando a produção cresce um pouco, o preço fica totalmente depreciado; não há nenhuma segurança, não há preço mínimo; quando recorre ao crédito, os juros são absurdamente altos, não tem condição de pagá-lo; quando há intempéries climáticas – como no Nordeste brasileiro, particularmente na Bahia –, fica impossibilitado de pagar e o Governo transforma sua dívida rural em dívida fiscal, cobrando-a por meio de uma ação de execução. Veja o caso do cacau. Lamentavelmente, a Bahia vive sob suspeição forte de terrorismo biológico, praticado por pessoas do PT que hoje estão na direção da Ceplac – isso foi dito por um réu confesso que participou dessa ação. O cacau está com preços irrisórios, quase a metade do que estava há três anos. Já tivemos uma média de R\$70,00 a arroba; hoje custa R\$47,00 uma arroba. Na pecuária, da mesma forma. O preço da arroba do boi não passa de R\$50,00. É daí para baixo. Enquanto isso, todos os custos estão subindo. Parece-me que ocorre também com o arroz e com a soja. E aonde é que vamos chegar? É natural, como disse V. Ex^a com precisão, que o consumidor queira produto barato, mas a custa de quebrar os que produzem no dia-a-dia para abastecer a nossa população, não. O Governo tinha de ter uma política mais consistente. Em lugar disso, um homem sério como era o Ministro da Agricultura precisou sair por discordar da política do Governo em vários aspectos, inclusive com relação a esses índices de produtividade. Portanto, quero, com isso, contribuir com o seu pronunciamento – espero contribuir com alguma coisa – para dizer que V. Ex^a está certíssimo. A crise no campo do Brasil é algo muito sério, e os reflexos danosos virão muito brevemente. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte do Senador César Borges.

Senador, o prejuízo do campo está provocando o prejuízo nas cidades. Há um inchaço, nas grandes cidades, de filhos de agricultores e de agricultores que estão indo a busca de novos caminhos, de novos meios de sobrevivência. São pessoas da pecuária ou da agricultura, de produções pequenas, que não têm mais como fazer e estão procurando outra forma de viver. E, ao chegarem nas grandes cidades, como não têm capacitação profissional para determinadas áreas,

muitos, infelizmente, para tentar sobreviver, acabam indo para o caminho da marginalidade.

É preciso haver uma ação mais concreta, algo que proporcione resultados positivos e imediatos por parte do Governo Federal.

Eu falava com Geraldo Alckmin a respeito dessa questão e também de outros assuntos e ele dizia que as coisas estão muito centralizadas, tudo se define em Brasília. As ações precisam ser descentralizadas. O Governo do Estado, a própria Assembléia Legislativa ou a Associação de Prefeitos têm de criar um conselho em cada Estado a fim de encontrar soluções e apenas encaminhar a documentação, mostrando os problemas do Estado, para que os recursos sejam enviados urgentemente.

As ações do Governo Federal têm de ser descentralizadas. O Governo centraliza tudo aqui e, em razão de questões políticas – porque é do partido, porque elogia ou critica etc. –, busca as soluções dançando. O Governo atende a este, atende àquele, não há uma linha, um cumprimento, uma decisão, um rigor na distribuição de recursos e no atendimento à população.

Sr. Presidente, quando falamos em agricultura, falamos em segurança, quando falamos em família, em saúde, em educação, falamos em segurança.

Eu estava lendo o jornal da agência de **O Estado de S. Paulo** de hoje, divulgado às 9 horas e 22 minutos, que diz o seguinte:

Caíram de R\$ 181 milhões em 2001 para R\$ 27 milhões em 2005 os valores repassados pela União para a Segurança Pública do Estado de São Paulo por meio do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A queda de 85% nos repasses ao governo paulista foi constatada por levantamento realizado pelos economistas José Roberto Afonso e Julio Kogut.

Está ocorrendo toda aquela violência em São Paulo, e a imprensa a comenta, mas está aqui registrado: os recursos para a segurança, em 2005, foram 85% menores dos que em 2001. Foram liberados R\$181 milhões, em 2001; e, em 2005, apenas R\$27 milhões. Essa burocracia, essa falta de responsabilidade, essa falta de sensibilidade, essa incompetência, esse desperdício do dinheiro público, com apadrinhados daqui e dali, está levando a questão da segurança do País para um dos piores momentos da nossa história.

Voltarei ao assunto em outra ocasião. Buscarei mais dados a fim de que possamos dizer ao povo brasileiro...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) –... finalizando, Sr. Presidente, de quem é a verdadeira responsabilidade no que diz respeito à falta de segurança

por que estamos passando, na questão da segurança pessoal, da família, de seus bens, assim como na da segurança daqueles que produzem para o País, daqueles que realmente trabalham, colocam a mão na terra e que têm as mãos calejadas, que são os nossos agricultores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo.

Senadora Iris de Araújo, gostaria de dizer a V. Ex^a que o Senado perderá uma grande Senadora, mas a Câmara dos Deputados ganhará uma grande Deputada Federal.

V. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Agradeço, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, andando por esse Estado de Goiás afora, tenho constatado com as pessoas com quem tenho conversado, e agora, mais recentemente, um detalhe de recente pesquisa da CNT/Sensus, que passou praticamente à margem do debate político: algumas revelações, que são de tal forma preocupantes, que eu não poderia deixar de difundir-las, no sentido da reflexão e análise. Estas evidências também servirão de suporte para a defesa de uma proposta que considero fundamental, tendo em vista o atual estágio da sociedade brasileira.

Segundo o constatado, grande parte da população não quer se envolver nas eleições. Eis os números: nada menos que 39,8% dos consultados não se interessam pela eleição presidencial; 44,3% não ligam para a escolha do Governador; e, pior ainda, 50,9% se omitem ante a escolher Senadores e Deputados.

O desinteresse pelo exercício democrático do voto é acompanhado de outra revelação igualmente importante na pesquisa: as Forças Armadas conseguiram aumentar de maneira significativa o seu prestígio nos últimos anos. Em 2003, somente 13,9% dos entrevistados destacavam a confiança no segmento – não que eu tenha nada contra a existência dessa confiança, acredito que tem que existir, só que essa pesquisa nos remete a uma outra leitura. Agora, o índice atingiu os 17% – crescimento substancial que, penso, sinaliza a tendência da busca por sistemas de poder que tenham como suporte a força e, portanto, transmitam a sensação de segurança.

A pesquisa também mostra que os programas sociais do Governo Federal influenciam o voto de 58,7% dos eleitores.

Já no momento de escolher um candidato, eis as propostas que mais atraem o eleitor: a promessa de

combate à criminalidade; o compromisso com o desenvolvimento do País; a urgência na melhora da escola pública e da saúde; e a prioridade quanto à erradicação da corrupção e ao controle do custo de vida.

O capítulo mais contundente do levantamento mostra, de maneira cristalina, a perda sistemática da confiança da sociedade nas suas principais instituições: apenas 11,9% dos brasileiros confiariam na Justiça; somente 10,3% acreditam nos meios de comunicação; só 3,9% crêem no Governo Federal; enquanto que a polícia tem a confiança de apenas 3,4%.

E o que é ainda mais grave: a credibilidade do Congresso Nacional praticamente inexistente. Apenas o míngua percentual de 0,4% dos consultados acredita no Parlamento! Um dado devastador, que nos leva ao urgente exame de consciência sobre a gravidade dos últimos acontecimentos, que destruíram a imagem do Poder Legislativo – a grande pilastra da verdadeira democracia.

O sentimento captado pela pesquisa CNT/Sensus revela o que pode ser qualificado como a dor na alma de um povo que se sente traído, ultrajado: quem deveria servir de exemplo expôs práticas completamente dissociadas das exigências de uma Nação que clama pelos princípios essenciais da ética e do amor às causas maiores da sociedade.

Não se trata, Sr^{es} e Srs. Senadores, do desgaste de um partido ou de um conjunto de lideranças. O que está em jogo é, sobretudo, a sobrevivência de instituições completamente fragilizadas pela seqüência ininterrupta de escândalos – o que cria uma espécie de vazio do Poder. E esse vazio de Poder encoraja ainda mais as ações dos que sobrevivem na ilegalidade – essa legião de criminosos que semeia o pânico em nossas ruas.

Não adianta que tapem os ouvidos como se nada estivesse acontecendo! O brasileiro está atordoado: a intensidade dos acontecimentos é muito maior do que a que estava acostumado a suportar. Antes, era o domínio da inflação, da carestia, do apagão... Agora, são os mensalões, pizzas e sanguessugas, conjugados com o terror calculado para incutir no povo a sensação de que o Brasil já não mais nos pertence...

Desculpem se estou sendo muito dura nas minhas colocações, mas tenho que refletir aqui aquilo que estou ouvindo nas ruas e o que uma pesquisa séria feita há 15 dias nos mostra.

Restaurar o sentido da autoridade é o primeiro caminho para que possamos pensar na reforma institucional que resgate o emblema da paz. Só que, para isso, é imprescindível a disposição para o recomeço, para a recomposição verdadeira das práticas e condutas.

Percebe-se que um país não está seguro quanto à estrutura institucional quando se processam reformas sobre reformas – umas sobre as outras – sem que nenhuma seja suficiente ao menos para amenizar as distorções. Nos últimos anos, tem sido assim neste País, Sr^{as} e Srs. Senadores... Usando o velho clichê, a Constituição brasileira realmente se transformou numa colcha de retalhos, completamente desfigurada – mostrengo maquiado e retocado, mas cuja alma permanece torta, porque assim foi originada.

Reconheçamos: o problema central do Brasil está muito mais nas pessoas, nos dirigentes, nos eleitos do que na parafernália das leis. E cabe a nós tentar alternativas: essa é a nossa obrigação.

A reforma política não solucionaria os problemas nacionais. As mudanças na previdência foram apenas arremedos. O sistema tributário é ineficiente e injusto. Nosso aparato de normas trabalhistas está superado. Todo esse estrangulamento chegou a um ponto de exaustão. É começar de novo ou sermos tragados pela barbárie.

Precisamos de transformações incisivas, o que penso só ser possível a partir da iniciativa da sociedade. Daí por que abraço, com entusiasmo, a causa lançada por um conjunto de importantes entidades nacionais – em especial, a Ordem dos Advogados do Brasil —, para se convocar uma Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva, especialmente para discutir e votar, com prazo determinado, as imprescindíveis reformas. Seria uma Constituinte exclusiva, justamente para que seus integrantes decidam de maneira imparcial, independente, sem o costumeiro jogo das pressões, sem o benefício a grupos – de forma que unicamente prevaleçam os interesses maiores de um País que precisa ser passado a limpo urgentemente.

A eleição para esta Constituinte poderia ser realizada já em 2007, a partir de uma decisão soberana do novo Congresso. A meta: reunir, nesse fórum livre, mulheres e homens idealistas, pessoas sem ambições políticas, que concorreriam unicamente para produzir a Lei Maior e, cumprida a grande tarefa, voltariam às suas atividades.

Como muito bem disse o Presidente Nacional da OAB, Roberto Busato, este é o momento de buscar saídas mais agudas para uma “refundação” da República. Segundo ele, as experiências anteriores de Congresso-Constituinte se mostram nefastas: não fundam uma nova ordem, apenas remendam a anterior. Assim foi com as Constituintes de 1891, 1934, 1946 e 1988, que foram congressuais. Tanto que a atual Carta vem sendo seguidamente emendada, até chegar ao deprimente estágio atual. Existem hoje mais de 700 propostas de emendas tramitando no Congresso.

Um país digno e grande começa a construir a sua história de glórias quando se propõe verdadeiramente a uma ruptura longe dos interesses imediatos de suas elites, mas uma Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva somente se tornará realidade se o povo, de fato, for às ruas para exigí-la. Diante do desastre moral e ético que atinge a Nação, é hora de dar fim aos privilégios dos poderosos por meio de um fórum que, inclusive, tenha liberdade para discutir a própria estrutura do Poder Legislativo.

Basta de mudanças superficiais, periféricas. Este é o momento para o verdadeiro debate que faça fluírem teses, princípios e compromissos voltados para o bem comum, para a construção do Brasil da paz, o Brasil da justiça, o Brasil do crescimento, o Brasil da esperança.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos, ex-Presidente desta Casa.

S. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos com mais cinco de tolerância que lhe é devida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de pronunciar este discurso na abertura dos trabalhos amanhã. Entretanto, não vou perder a oportunidade que V. Ex^a me oferece, mesmo com o plenário vazio, para falar sobre um erro que tem sido cometido nesta Casa, não por V. Ex^a, mas por muitos dos Senadores que devem ver que é esta Casa que pode, no momento, segurar as instituições nacionais.

A minha afirmativa inicial é que o Governo apodreceu. Estamos diante de um Governo podre, presidido pelo Presidente Lula. E o Governo apodreceu da maneira mais cínica possível.

Quando o Presidente foi ao Estado de V. Ex^a, teve o cinismo de dizer e mandar a sua Chefe de Gabinete, hoje um José Dirceu mais ou menos de saia – até tenho respeito por ela, mas está mandando mais do que José Dirceu –, dizer que o Presidente vai levar um pacote de dinheiro para o Rio Grande do Sul. Disse isso para melhorar a sua situação, que é gravíssima no Sul e o será no Nordeste, quando o Estado conhecer melhor quem é o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Disse isso como se fosse possível comprar a consciência do povo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, como se fosse possível, depois do desastre que ele provocou na agricultura e na pecuária brasileira, como bem salientou o ilustre Parlamentar neste instante.

Não é comprando consciências com remédio ineficaz e financiamentos que não correspondem a

uma realidade que o Presidente vai melhorar a sua situação no Rio Grande do Sul. Um povo que tem demonstrado a este País a sua coragem de luta e tem tido representantes de grande valor, inclusive nesta Casa – como, no passado, houve Pinheiro Machado –, evidentemente não se vai dobrar, até porque não se dobrou, de modo algum, àqueles que quiseram pisar ou comprar a consciência dos brasileiros nascidos no Rio Grande do Sul.

Portanto, peço a transcrição, pelo menos, de parte desta matéria: “Governo casa liberação de verbas com a viagem de Lula”. É a **Folha de S. Paulo** que diz isso. Conseqüentemente – é matéria de sábado –, isso foi repetido ontem. Esse é um ponto que deve ser abordado.

Outro aspecto é quando o Presidente tenta ridicularizar a figura do ex-Presidente Itamar Franco – de quem até divergi muitas vezes, mas temos hoje um respeito mútuo e uma admiração profunda –, como se ele fosse um alienado porque tem 75 anos. Será que ele quis dizer isso com relação ao Presidente José Sarney, que já passou dos 75? Será que ele não conhece nem a recente história do Brasil, que registra Miguel Real, com uma lucidez notável, falecendo aos 93 anos, como o maior filósofo do Direito no Brasil enquanto vivo? Será que ele desconhece que Eugênio Gudin – isso eu sei que desconhece, ele nem sabe quem é Gudin – morreu aos 98 anos sendo um dos melhores economistas? Será que ele desconhece que John Kenneth Galbraith morreu aos 93 anos como uma das maiores figuras da economia mundial? Será que ele desconhece – e desconhece mesmo – que De Gaulle comandou a França até os 83 anos? Será que ele desconhece seus companheiros, que têm mais idade do que ele, homens como Florestan Fernandes, homens que fizeram o PT, que ele decepcionou com as roubalheiras existentes hoje?

Será, afinal de contas, que ele quer, mais uma vez, castigar os idosos do Brasil, que V. Ex^a tem sempre ajudado, Sr. Presidente? E vou dizer seu nome, para que todos que me ouçam saibam: estamos sendo presididos, neste instante, pelo Senador Paulo Paim. Será que ele quer castigar qualquer idoso, desconhecendo que esses idosos não são como ele, esclerosados? E ele está esclerosado, embora seja conservado a álcool. Veja V. Ex^a que mesmo a conserva de álcool não dá lucidez ao Presidente, que agride o Dr. Itamar Franco, até agora seu Embaixador em Roma, Embaixada importante.

Ó, Sr. Presidente, que tempos estamos vivendo! É o tempo do valerioduto, do mensalão, dos Sanguessugas – que, hoje, está tendo uma importância maior, embora não tenha o valor de um valerioduto.

Ainda hoje, um ex-ministro me telefonava dizendo que estava sendo injustiçado. Vou ouvi-lo para saber se sim ou não, mas muitos já foram injustiçados como o Deputado Aroldo Cedraz, que redigiu uma carta à Controladoria-Geral da União e vai processar o Controlador-Geral da União pela leviandade de colocá-lo como desonesto. Outros tantos farão certamente o mesmo.

Embora não se possa negar que devem punir sanguessugas, não se deve permitir a ousadia desse Verdoim que, tendo recebido uma premiação para acusar os envolvidos, chegou ao ponto de dizer em manchetes de jornais – ainda há pouco o ilustre Senador César Borges me mostrava – que 70% do Congresso é comprável. Isso exige não de V. Ex^a, que não tem esse poder, mas sim do Senador Renan Calheiros uma ação imediata. Amanhã, estarei levantando essa questão de ordem para o Presidente Renan Calheiros interpelar essa figura, porque nós – eu, V. Ex^a e muitos outros – não podemos ser acusados em razão de um ou dois, se é verdade que eles existem.

Então chegamos a esse ponto. O que se quer? O Governo vai desmoralizar a instituição, quando sabe quem é o responsável? Quem não sabe que o pai disso tudo é Humberto Costa, candidato em Pernambuco? Está prestes a renunciar à candidatura em virtude do seu nome ter aparecido nesse problema. Não posso afirmar que seja verdadeiro, mas ele tem precedentes de vampiro no Ministério da Saúde, onde a roubalheira foi por mim clamada e reclamada muitas vezes desta tribuna, sem que houvesse providências do Governo.

Ah, Sr. Presidente, a nossa situação é realmente grave! É tão grave que gostaria de dizer algo e pedir a transcrição. Não se trata de ACM, César Borges ou V. Ex^a; trata-se de um cardeal de Santa Catarina, hoje cardeal do Rio de Janeiro, que diz palavras como as que vou ler, principalmente estas – são tantas que peço a transcrição completa: “É inadmissível que uma pessoa séria permaneça no PT depois de tudo o que aconteceu. A possibilidade de contestar, saindo do Partido, é saudável”.

Não sei se penso assim como ele, porque acho que a presença de V. Ex^a no Partido é saudável, porque o que se precisa é de mais Paulo Paim no Partido dos Trabalhadores.

Diz ainda o Cardeal: “Ou o Lula não vive o que o Partido quer, ou o Partido é completamente nulo para ele, algo que não é admissível. Parece uma grande palhaçada!”

O Cardeal, que ainda não chegou, portanto, aos 75 anos – e Lula acha que pode dizer o que quiser – diz ainda: “Passar por uma situação dessas e pesso-

as serem novamente apresentadas como candidatas parece até uma ofensa ao eleitorado.”

Diz ainda coisas gravíssimas sobre o Governo do Presidente Lula – está aqui, no **Jornal do Brasil** de ontem – como “Lula tem uma capa impermeável para fazer o que quer, inclusive as roubalheiras.”

Peço que a transcrição seja feita completa, porque, se muitas pessoas não tomaram conhecimento, milhares vão tomar com o meu discurso de agora e vão procurar saber e felicitar o Cardeal do Rio de Janeiro pelas declarações que fez em favor do Brasil.

Achei isso da maior gravidade, Sr. Presidente. Não conheço pessoalmente o Cardeal do Rio de Janeiro. Conheço muito o seu antecessor, meu amigo pessoal, Eugênio Sales, e posso dizer que não tenho dúvida de que, embora com temperamento diferente, Dom Eugênio Sales fica muito triste com a situação por que o Brasil atravessa hoje.

Portanto, assim também deve ser o pensamento de Dom Geraldo Agnelo, que, este, sim, eu conheço, e é um homem de bem a toda prova, um homem sério e digno, como são todos os Cardeais do nosso País, graças a Deus.

Graças a Deus o Santo Padre tem escolhido pessoas corajosas e que podem enfrentar, inclusive, o Governo Lula e até mesmo alguns bispos que se aliaram no passado ao PT e que hoje se arrependem.

Como salientou há pouco o Senador Pavan, os recursos para a segurança pública no Brasil minguaram. O PCC cresce e os recursos diminuem. Lamento dizer isso de uma Pasta presidida pelo meu amigo Márcio Thomaz Bastos. Mas o Dr. Márcio devia ter – e tem – autoridade para exigir do Presidente Lula e do seu Governo, do Ministério do Planejamento ou do Ministério da Fazenda, que os recursos, pelo menos agora, quando o Brasil atravessa a sua pior crise em relação ao crime, sejam, evidentemente, liberados.

Aliás, o Dr. Márcio, manda a verdade que diga, comunicou-me que a Bahia iria ter um presídio, com 13 milhões. Acho muito pouco para a situação que atravessamos. Mas, seja como for, esperamos esses recursos. Que não venham a minguar como os de São Paulo, onde se prometeu milhares e milhares de reais e 87% não foram entregues. Essa é uma situação calamitosa, como calamitoso também é o que se diz aqui: “Para atingir a meta de benefícios, o valor do Bolsa-Família caiu 19%”. Diminuiu!

O desemprego aumenta, e o Governo mente com fórmulas irreais, dizendo que está empregando e que chegará a 9,2 milhões. Ele está brincando, porque ele próprio, há menos de um mês, informou que, mesmo passando os informais para a formalidade, foram 4,7 milhões de empregos e não os 10 milhões que ele pro-

meteu. Mas ninguém leva a sério as suas promessas porque ele não cumpre.

Sr. Presidente, pior do que isso, é a engrenagem que cerca o Presidente; são os métodos que cercam o Presidente; são os mensalões que vão continuar e estão continuando nas eleições. É uma coisa inacreditável, mas verdadeira. Fico triste quando amigos meus, seus, nossos estão metidos nessa divisão de cargos que realmente desonra a nação.

Vão olhar o DNIT para ver se não está pior do que o Ministério da Saúde, com os sanguessugas de lá. Há sanguessugas em todos os Ministérios, porque há também empresários ladrões em muitas partes do Brasil. Colocá-los na cadeia é o desejo do povo. O Congresso, inclusive, necessita fazer isso.

Vamos fazer isso com imparcialidade, senso de justiça, dentro de um clima que possa, realmente, reabilitar o Congresso Nacional e, em particular, a Câmara dos Deputados. Não vamos injustiçar ninguém para favorecer o Governo, porque o Governo quer tirar de si a culpa dos sanguessugas.

Quem paga é o Ministério da Saúde. Quem fez acordo foi o Ministério da Saúde. Os ladrões estavam no Ministério da Saúde. Conseqüentemente, cabe ao Senhor Presidente da República a responsabilidade sobre o mensalão, sobre o valerioduto, sobre os sanguessugas e sobre muitas outras operações, cujos nomes vamos ver dentro de pouco tempo.

Sr. Presidente, fico satisfeito que V. Ex^a esteja presidindo, hoje, esta sessão, porque V. Ex^a tem dado provas de que o seu Partido é importante, mas mais importante do que o seu Partido é o povo. É isso de que precisamos. Pouco importa o problema de Lula querer fatiar o seu Governo com o PMDB ou com quem quer que seja, mas procure gente honesta. Não deixe que os ladrões continuem pululando no seu Partido e sendo seus aliados.

Vejam o que foi feito com os R\$898 milhões, a que me referi aqui, do Ministério das Cidades. Vejam o que foi feito no Ministério da Saúde há muito tempo. Vejam o que foi feito, inclusive, no próprio Ministério da Integração Nacional, no Ministério da Reforma Agrária, o dinheiro que foi dado a Bruno Maranhão para invadir a Câmara dos Deputados e ele ainda é figura de destaque no Palácio do Planalto.

A situação é triste, Sr. Presidente! Higienicamente, nós precisamos trabalhar para limpar o Brasil. Inegavelmente, cumpre-me terminar como comecei: o Governo apodreceu!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Lula tem capa impermeável”

Eusébio Oscar Scheid: Aos 73 anos, nasceu em Jacaré, Santa Catarina. Foi orneado padre em 1960 e nomeado arcebispo de Florianópolis em 1991. A morte do arqui-diocese do Rio de Janeiro desde 2001. O religioso é conhecido por uma personalidade forte. Às vezes polémica.

Paula Barzotto

Sem usar reticências, o cardeal Eusébio Oscar Scheid não restringe os momentos de pregação e reflexão a missas e outras cerimônias religiosas. O arcebispo do Rio de Janeiro ultrapassa os limites da igreja e do altar para ir de encontro ao povo. Seja católico ou não. Em ano de eleição, ainda mais depois de uma série de escândalos detonados em Brasília, a atuação do prelado não poderia ser di-

ferente: por meio de uma espécie de cartilha (Scheid faz restrições ao termo mas não encontrou definição melhor), intitulada *Voto consciente*, leva o seu pensamento a comunidades e paróquias do Rio. Objetivo: preparar melhor o eleitor para a escolha dos candidatos. É tarefa árdua, que enfrenta problemas como o analfabetismo, o desconhecimento político e a descrença no sistema eleitoral brasileiro. Mas nada que desanime o pastor que veio de Santa Catarina. Pelo contrário. A

cada pergunta sobre política, apresenta-se mais fiel a suas crenças:

— Não se pode votar em candidatos desconhecidos. Só porque foi sindicalista, *foi eleito com ênfase e repetidas vezes* trabalhador e sabe falar em palanques, não significa um bom candidato. Parece que político bom é aquele que está na frente, seja com que princípio ético e moral for. Não é assim — alertou, em um fim de tarde, na sua sala, no Edifício João Paulo II, na Glória.

Quais as expectativas para as eleições em meio a forte crise moral e institucional do Congresso?

Sabemos que a situação é perturbada. No Brasil, os fatores de conturbação estão especialmente em âmbito social. Não foram cumpridas promessas, a não ser as que favoreceram a ressonância política. O que me parece mais difícil são certas premissas subjacentes ao que se quer apresentar. Por exemplo, a própria corrupção que ocupou e ainda ocupa tanto tempo na discussão das diversas CPIs. Nesse processo, o voto é secreto e o parlamentar não mostra sua verdadeira fisionomia. É um dos males graves.

Seria uma forma de distanciar os eleitores dos candidatos que elegerem?

Passar por uma situação dessas e pessoas serem novamente apresentadas como candidatos parece até uma ofensa ao eleito. Se as pessoas cometeram atos completamente contrários à ética, como podem ser reapresentadas? Essa é uma situação de fundo que torna praticamente impossível qualquer eleição mais consciente.

O que fazer para atipias a consciência?

A nossa arquidiocese apresenta uma síntese para ajudar o voto consciente. O ponto de saída é a estrada para a paz. No Brasil temos uma situação insustentável, com dois poderes paralelos: um ataca o outro, e o outro tem medo de um. Já nem sei mais como vamos caminhar com liberdade. O pior mal que existe é a falta de formação política. Não há muito tempo para um aprendizado mais profundo. O meu grande desejo é criar escolas de formação política em três níveis: popular, médio e superior.

Quais os aspectos que os eleitores devem levar em conta antes de decidir o voto?

O povo deve saber da história dos candidatos, em que se baseia sua condição política. A vida do candidato é muito importante. É preciso examinar o partido. Porque se ele tiver princípios que não são aceitáveis, o candidato também não os terá. Um dos grandes problemas dos partidos é que não há uma política clara, bem definida.

A grande quantidade de legendas no Brasil provoca uma crise de representatividade? Os partidos, até por meio de sobrevivência, não acabam

“ É inadmissível que uma pessoa séria permaneça no PT depois de tudo o que aconteceu. A possibilidade de contestar saindo do partido é saudável

tendo a identidade abalada e até corrompida?

Os países mais avançados em seriedade partidária têm poucos partidos. O número partidário gera confusão. Delimitar uma filosofia, uma didática das propostas para cada partido é muito questionável. Precisa ser um artista ou um grande pensador para conseguir fazer uma síntese. Há um partido — que não vou citar — que seria o ideal, mas ainda é muito pequeno no Brasil.

Muitos candidatos mudam de legenda logo depois de assumirem o cargo. O senhor acredita que o partido ainda decide o voto?

Se um partido trai princípios fundamentais, como o respeito à vida, é digno de o político troque de legenda? Se o ex-deputado Hélio Bicudo e o ex-governador Franco Montoro, por exemplo, trocaram de partido, é porque eles tinham razões muito graves. E

“ Ou o Lula não vive o que o partido quer, ou o partido é completamente nulo para ele, algo que não é admissível. Parece uma grande palhaçada

eu também não ficaria num partido desses. A possibilidade de se poder contestar saindo de um partido, desde que não seja para outra pior, é saudável.

O troca-troca de partido estimula um voto mais pessoalista? Como justificar a fidelância do presidente Lula nas pesquisas de intenção de voto, mesmo depois dos escândalos envolvendo o PT?

Há duas possibilidades: ou Lula não vive o que o partido quer, ou o partido é completamente nulo para ele, algo que não é admissível. Parece uma grande palhaçada. Prefiro optar pela segunda teoria. É como estar no meio da chuva sem se molhar. Parece que tem uma capa impermeável que o torna imune a todas as coisas. Estou criticando, quero deixar claro. Toda a situação, não esse ou aquele político específico.

“ Passar por uma situação dessas e pessoas serem novamente apresentadas como candidatos parece até uma ofensa ao eleitorado

O que representaria a reeleição do Lula?

Penso que o PT tentava quase uma ditadura partidária. Todos os postos estavam ocupados por pessoas do PT. Competentes ou incompetentes, estavam lá. E claro que se essa situação continuar vai ser impossível sustentá-la.

A ascensão da ex-petista Heloisa Helena (PSOL-AL) na corrida presidencial é um sinal de descrença em relação ao PT?

É uma nova ilusão. Como foi o Lula. Dizem que ela vai dar jeito. É o mito do salvador da pátria. Tem ainda um apelo feminista no meio. Ela é respaldada nas suas posições. Mas não tenho dado objetivos para julgar.

A desilusão com a política aumenta os votos nulos?

Sei que há uma grande decepção pelo que houve na corrup-

ção, porque o PT se apresentou como representante da moralidade e da ética e provou bem que era oético de maneira escandalosa, embora alguns não queiram por isso, acham tudo jogo político.

Mas a religião também está presente no jogo político, não?

Religião não é política. Mas política contra religião ou até não é política também. Mas não se pode jamais confundir — e há partidos que confundem — e fazer da religião um trampolim de lance político e vender o sagrado como proposta política. Isto é crime contra a consciência.

Então o senhor é contra a candidatura de religiosos?

Quem é bispo é pastor, se for realmente um chamado de Deus, e não só uma proposta para se encontrar ocupação de vida. Isso é mais que suficiente para cumprir sua missão, não precisa de cargo político. Dá uma confusão de trabalhos que vai terminar numa balbúrdia.

Mas a confusão também é oriunda do fato de parlamentares serem grandes empresários ou terem influência direta em estatais, não? Esse não seria um dos incentivos à corrupção?

O perigo é que a corrupção está cheirando a um cataclisma cada vez maior. E perpetuar o poder e a situação disso tudo é perda de perspectiva. E, quando o povo perde a perspectiva, tende a ser reivindicativo pelas próprias forças. Não dá para entender como o Brasil chegou a esse grau de violência, de pânico, de medo, sem culpar o governo. E não é só governo estadual ou local, é o governo federal como responsável pelo todo. Os legisladores e o Executivo ficam em discussões balofas enquanto o problema fundamental não é atingido.

Em síntese, como encara a situação pré-eleitoral brasileira?

Temos uma situação bem clara. Duas posições: ou você opta por aquilo que lhe interessa ou você quer realmente melhorar a situação. Um candidato tem toda uma demagogia popular e também populista. O outro luta com princípios que são realmente válidos e serão de grande utilidade para o país. Ai está o binômio da dúvida na votação a que estamos obrigados.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO: 29 jul. 06	EDITÓRIA: Brasil	CADERNO: Internet	PÁGINA:
<p>Turbinado. Pela estratégia petista, os eventos de Lula passarão a ser acompanhados de mobilizações de militantes pelo país. No dia 12, quando o presidente deve desembarcar na Bahia, a sigla comandará manifestações de movimentos negros pró-reeleição também em outros Estados.</p> <p>Troco. Em resposta aos petistas, a Força Sindical lança amanhã um núcleo de sindicalistas apoiadores de Alckmin. O grupo será coordenado por Miguel Torres, dos metalúrgicos de São Paulo.</p> <p>Ansioso. Alckmin, que adora repetir receitas de vida saudável, tem se alimentado à base de fast food. Na quinta, almoçou pizza e comeu hambúrguer no lanche e no jantar. Nos intervalos, entupiu-se de bombons, Coca-Cola e café.</p> <p>Passivo. Prefeitos do interior têm cobrado de José Serra promessas não-cumpridas de liberação de verbas feitas por Alckmin no início do ano.</p> <p>Tiroteio</p> <p><i>"A única coisa que os europeus podem ensinar ao presidente da Funai é como conseguiram exterminar os povos indígenas da América."</i></p> <p>Do deputado federal ORLANDO FANTAZZINI (PSOL-SP), sobre o fato de Mércio Pereira Gomes, presidente da Funai, ter viajado mais para a Europa do que para Estados do Norte do país, onde se concentra a maior parte das tribos brasileiras.</p> <p>Contraponto</p> <p>Imperdível</p> <p>Apreciador de longa data das cigarrilhas, Lula evita aparecer em público fumando, por questão de imagem, mas ignorou a cautela durante recente viagem oficial à Argentina. O presidente saía do hotel onde estava hospedado, em Córdoba, quando foi abordado por um homem que manifestou o desejo de cumprimentá-lo. Lula deu ao fã uma recepção calorosa e, ao ver que ele carregava uma carteira repleta de cigarrilhas argentinas, saiu logo pedindo uma, no que foi atendido prontamente. O presidente justificou: -Esta aqui eu conheço. É chique e poderosa!</p>	<p>ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA DOCUMENTO A QUE SE REFERE Governo casa liberação de verbas com viagens de Lula</p> <p>Na véspera de ida de presidente ao Sul, União anuncia repasse de R\$ 612 mi à região</p> <p>Empate mostrado pelo Datafolha com Alckmin na região alertou coordenação da campanha de petista, que fará comícios em SC e RS</p> <p>MALU DELGADO DA REPORTAGEM LOCAL</p> <p>Um dia antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajar em campanha pelo sul do país, o governo federal anunciou ontem a liberação de recursos que beneficiarão os três Estados da região. Serão injetados R\$ 600 milhões nos setores de movelaria, máquinas e implementos agrícolas -recursos do FAT/giro setorial, administrado pelo Banco do Brasil- e R\$ 12,4 milhões do Funpen (Fundo Penitenciário Nacional) no Rio Grande do Sul.</p> <p>Hoje, Lula fará dois comícios no Estado, em São Leopoldo, e em Porto Alegre. Amanhã, participa de comício no centro de Florianópolis. Em seguida, almoça com empresários da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc).</p> <p>O pior desempenho eleitoral de Lula é na região Sul, onde está empatado com o candidato do PSDB Geraldo Alckmin. Conforme a última pesquisa Datafolha, ambos têm 31% das intenções de voto. O tucano, em maio, chegou a liderar na região, por 37% a 30%.</p> <p>A destinação de verbas para programas federais não é vedada pela legislação eleitoral. Os ministros que anunciaram a liberação dos recursos negam qualquer conotação eleitoral.</p> <p>A Folha apurou que, na quinta-feira, o próprio Lula solicitou ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que viajasse às pressas para Florianópolis para anunciar a liberação de verbas a setores moveleiro e madeireiro. Bernardo participou de encontro com empresários na Fiesc ontem.</p> <p>"Estamos anunciando essas medidas em resposta a reivindicações que nos foram levadas por esses setores. Eles foram a Brasília há um mês e meio, fizeram audiências, reivindicaram, cobraram, mostraram os problemas. E nós estamos anunciando. Não vejo problema nenhum", disse o ministro.</p> <p>Ação de governo Segundo Bernardo, os ministros foram orientados a separar ação de governo de campanha. "Essas medidas</p>			

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental quanto às matérias lidas parcialmente da tribuna, para que constem dos Anais do Senado e sejam divulgadas pelos órgãos da Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obrigado a V. Ex^a

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, com a tolerância que lhe é devida por esta Presidência.

Em seguida, falarão o Senador César Borges e a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo fazer um alerta sobre o risco a que o Estado de Rondônia está sendo exposto e dos prejuízos suportados pelo Brasil.

Ocorre que, diariamente, há mais de cinco anos, a Petrobras queima ou reinjeta em seus postos, em nossa região, mais de sete milhões de metros cúbicos de gás por dia – fato inconteste e público, conforme relatórios da ANP. Registre-se que esse volume de gás corresponde a 30% do volume importado da Bolívia, corresponde também ao volume de gás que poderia gerar 1,3 Gwh de energia elétrica, potência equivalente ao que se projeta para a usina nuclear de Angra III.

Diariamente também o Brasil importa óleo diesel. Neste ano de 2006, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior), o Brasil importou US\$300 milhões, combustível usado em nossa região para a geração de energia elétrica.

Por informação prestada em audiência pública por meio da Aneel, o volume de recursos destinados à geração térmica chega a R\$1 bilhão por ano – somente para o sistema Acre/Rondônia.

Também nessa audiência, ocorrida em Brasília, na Câmara dos Deputados, no último dia 25 de abril, a estimativa da Aneel foi de que esse volume de recursos seria reduzido à metade com o uso de gás natural em Porto Velho, gás natural oriundo da bacia de Urucu, Amazonas.

Na audiência citada, a Eletrobrás anunciou obra de interligação elétrica do nosso Estado ao Estado do Mato Grosso. Em seguida, a Eletronorte divulgou, por meio da imprensa, o planejamento de “apagar” as usinas térmicas do sistema isolado, fato este possível em decorrência da interligação Jauru, no Estado do Mato Grosso, a Vilhena, no Estado de Rondônia.

A interligação significa que o Sistema Interligação Nacional, que hoje depende do gás natural da Bolívia para gerar energia térmica e que apresenta um déficit previsto da ordem de 1,3Gwh, será nossa garantia de

suprimento energético. Significa também que Rondônia não demandará mais por combustível para geração. Se não há combustível, não há razão para se construir o gasoduto ligando Urucu a Porto Velho, pois não haverá consumo para viabilizar o investimento.

Registramos que o gás natural, em Porto Velho, viabiliza-se pelo consumo que as usinas termoeletricas terão deste energético; que este combustível não se presta apenas à substituição do óleo diesel, ele será fator decisivo em nosso desenvolvimento.

Estamos na Amazônia Legal, portanto somos beneficiários dos fundos constitucionais e das isenções destinadas a fomentar o desenvolvimento e a reduzir as desigualdades regionais. Temos vias para escoar nossa produção, tanto para o mercado interno, por meio da BR-364, quanto ao mercado externo, por meio da hidrovía do Madeira; realizamos treinamentos e contamos hoje com profissionais de nível superior, residentes em Porto Velho, aptos a desenvolver o mercado de gás natural; temos produtos agroflorestais sendo exportados sem industrialização.

Rondônia não aceita ser refém de países que não cumprem com seus tratados; Rondônia não aceita ver seu povo sem trabalho, sem expectativa de desenvolvimento, ser tolhida em seus recursos. Com a interligação e sem consumo de combustível em nossas usinas, deixaremos de arrecadar R\$160 milhões por ano de ICMS e passaremos a pagar ICMS sobre a energia que será importada do Sistema Interligado – e com gás vindo da Bolívia a peso de dólar, talvez muito mais caro do que o que poderíamos gerar em Porto Velho com o gás natural da bacia de Urucu.

Rondônia entende que aqueles responsáveis pelo zelo da coisa pública e comprometidos com os interesses do Brasil não podem deixar de ver o óbvio. Enterremos ou queimemos nossas riquezas para importar, ao custo das nossas escassas divisas, combustível gasoso ou líquido de outros países; planejamos aumentar as diferenças regionais, impedindo que o único projeto destinado a dotar Rondônia de condições equivalentes aos demais Estados da Federação, ou seja, Estado ofertante de uma energia limpa e competitiva, realize essa oportunidade.

Não somos diferentes dos demais Estados brasileiros ou Estados Nações. Também queremos melhorar nossa qualidade de vida.

Sabemos que essa é uma decisão de governo, uma vez que a Petrobrás, como dona do gás de Urucu, presente desde a prospecção até a distribuição, e que hoje é remunerada pela venda de óleo no sistema isolado, perderá fluxo de caixa pelo uso de um combustível mais barato.

Na outra extremidade dessa cadeia, está a Eletrobrás, como compradora desse combustível líquido financiado por subsídio de todos os brasileiros, que reduziria o custo de geração se o combustível custasse metade do que hoje custa. Ambas as empresas estão sob o controle do Ministério de Minas e Energia, mas não chegam a um entendimento quanto às condições que viabilizem a efetiva contratação desse empreendimento.

Rondônia não pede tratamento diferenciado, pede que os acordos de implementação dessa obra, em que foram signatários o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras e a Eletrobrás, tornem-se realidade. Pede que projetos que comprometem frontalmente nossa economia, no caso a interligação com o Mato Grosso, sejam viabilizados com critérios sociais. Vamos primeiro dotar Rondônia de capacidade para competir em igualdade de condições, instalando o gasoduto, construindo as usinas do Madeira e, depois, abrimos o mercado. Abrir nosso mercado antes de nos dotar de condições para competir não contribui com Rondônia e pode comprometer os interesses do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trabalhamos por mais de cinco anos – por que não dizer, quase dez anos. Quando fui Governador do meu Estado, por iniciativa ou por sugestão da Petrobras – porque ela é parceira no projeto –, criamos a Companhia de Gás de Rondônia chamada Rongas, que está lá, aberta até hoje, esperando a construção do gasoduto.

A Petrobras é sócia dessa empresa com 50%.

O projeto do gasoduto foi elaborado. Levamos mais de três anos para aprovar a licença ambiental e conseguimos aprová-la. Nós a aprovamos no início deste ano, depois de muita luta, de muita pendenga, de muita demanda com o Ministério Público Federal, com organizações não-governamentais, enfim, com toda a sorte de problemas e de obstáculos. E, agora, vêm-nos dizer que o gasoduto não pode mais ser construído, porque ele vai interligar o sistema Mato Grosso/Rondônia?

Essa obra, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 10 anos, era muito importante para Rondônia. Mas não foi construída. Construíram uma termoeletrica que gera 360 megawatts de energia e que queima um milhão e meio de litros de óleo diesel por dia. Há mais de dois anos isso ocorre, que se espera a vinda do gás da bacia de Urucu. Agora, falam em interligar o sistema nacional com Rondônia e Acre?

Não precisamos mais disso. Desta tribuna, tenho coragem de dizer: “Não precisamos mais dessa obra!” Precisamos da construção do gasoduto porque implantaram uma termoeletrica em Porto Velho. Por sinal, essa termoeletrica será desativada, vai virar sucata.

Acredito que o Ministério das Minas e Energia, a Eletrobrás, a Eletronorte e a Petrobras não podem cometer mais esse erro no nosso País. Muitos erros já foram cometidos no passado, não podemos mais cometer esse erro, principalmente em uma região pobre, como é o Norte do Brasil.

Espero respeito dos órgãos governamentais. Que construam o gasoduto Urucu/Porto Velho; que coloquem gás na termoeletrica de Porto Velho. Não ligando o sistema agora para se levar energia elétrica, talvez daqui a três ou quatro anos poderá haver apagão novamente. E estamos muito bem, até com sobra de geração de energia. Repito que se fosse há 10 anos, não teríamos isso. Hoje, há sobra de energia elétrica porque foi construída a térmica no sistema isolado. Agora, querem interligar o sistema sem construir o gasoduto para, daqui a três ou quatro anos, ocorrer um apagão novamente. Aí, vamos sofrer o que os outros Estados já sofreram.

Se acontecer um apagão no Brasil daqui a três ou quatro anos, se não tivermos o gasoduto e a térmica for desativada, onde a energia será cortada primeiro? Será que vai ser no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo ou em outros Estados do Brasil? Não, será cortada no Acre e em Rondônia, que sofrerão o apagão com o sistema nacional interligado.

Então, exijo respeito do Ministério das Minas e Energia, da Eletrobrás, da Eletronorte e da Petrobras para que saia do papel e seja colocada logo em prática a construção do gasoduto Urucu/Porto Velho. Quando as usinas do Madeira estiverem construídas, talvez daqui a quatro ou cinco anos, poderemos interligar o sistema. Por que construir uma rede cara agora, gastando milhões, talvez bilhões de reais, se daqui a três ou quatro anos as usinas do Madeira vão estar construídas? E será necessária a construção de outras linhas, porque essa, Senador César Borges, não vai comportar, de maneira alguma, o escoamento da energia das usinas do Madeira. Então, deverão ser construídas outras redes mais fortes. Aí, sim, Rondônia poderá ser interligada ao sistema nacional definitivamente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por dez minutos mais cinco de prorrogação, com a tolerância necessária quanto ao tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^a Senadora e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos veio a esta tribuna e abordou um assunto da maior importância. Para que tenhamos um

pleito limpo, em que possa o eleitorado brasileiro tomar a decisão sobre o futuro do nosso País nos próximos quatro anos, devemos exigir uma postura ética do Senhor Presidente da República e do Governo Federal.

O Tribunal Superior Eleitoral tem um papel muito importante: o de acompanhar as ações do Governo Federal que estão destinadas a desvirtuar inteiramente as eleições, sob o ponto de vista da cooptação que se faz com recursos públicos, à custa, inclusive, de um equilíbrio fiscal que o País construiu ao longo dos últimos 12 anos.

O Senador Antonio Carlos Magalhães falou sobre uma matéria que foi publicada na **Folha de S. Paulo**, e o assunto se encontra também num jornal da Bahia, cujo título é “Governo casa liberação de verbas com viagens do Presidente Lula”.

Isso aconteceu agora, quando o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez campanha no Sul do País e anunciou que o Governo Federal vai liberar, para os setores de movelaria, máquinas e implementos agrícolas dos três Estados da Região, R\$600 milhões – recursos do FAT, administrados pelo Banco do Brasil –, e R\$12 milhões do FUNPEN (Fundo Penitenciário Nacional) no Rio Grande do Sul.

Nesses três anos e meio de desgoverno, o Presidente era candidato. Agora, resolveu ser Presidente.

Ao lado dessa matéria, há outra dizendo que os Ministros intensificam viagens para colaborar com a reeleição. Sob o argumento de que não estão em campanha e, sim, divulgando ações do Governo e administrando normalmente o País, os Ministros intensificaram, nas últimas semanas, a atuação pró-reeleição. Isso é uso da máquina para subverter o processo eleitoral.

O Ministro Marco Aurélio, do Tribunal Superior Eleitoral, deve olhar para o assunto com a atenção devida, porque não adianta simplesmente reduzir-se propagandas e “showmícios” se há utilização da máquina pública federal e de recursos públicos por um Governo que se está exaurindo nas denúncias sucessivas das CPIs e no tempo físico de apenas mais cinco meses que tem pela frente. Essas ações estão coordenadas para quê? Para tentar cooptar o eleitorado de última hora e as lideranças políticas de cada Estado.

Sr. Presidente, esse é um crime eleitoral e de lesa-pátria, porque vai-se desestruturar o ajuste fiscal que estamos fazendo há 12 anos.

Vou ler uma matéria publicada no **Correio Brasileiro**, de autoria do jornalista Ricardo Allan, sob o título “Doze anos em risco”:

O próximo presidente da República, seja ele quem for, deverá ter pulso forte para não pôr a perder 12 anos de um lento e penoso avanço no ajuste das contas públicas. De olho nos planos de ganhar nas urnas um segundo mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

tomou diversas medidas que vão criar uma conta estimada em R\$13 bilhões a ser paga em 2007. [...]

O jornalista cita José Matias Pereira, professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília, que diz:

“O quadro atual é muito preocupante. O governo abriu a porteira para a boiada passar. Por causa do aumento de gastos correntes, quem quer que seja eleito terá uma enorme dificuldade para governar.” [...]

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, critica principalmente a política de pessoal de Lula, que vai inchar a folha de pagamentos dos servidores: “O Governo contratou como louco. A bomba vai estourar no ano que vem”, aposta.

As despesas extras no ano que vem, R\$5,5 bilhões serão com reajuste salarial dos servidores do Poder Executivo, tradicional reduzido eleitoral de Lula. As despesas com pessoal estão hoje em 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) e devem ultrapassar 5,2% do PIB nas projeções de Velloso. Segundo o Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, o impacto dos aumentos neste ano será de R\$1,591 bilhão a mais do que o previsto no Orçamento, elevando os gastos com a folha de R\$105,060 bilhões para R\$106,651 bilhões.

Sr. Presidente, será que isso não é uso da máquina pública, de última hora, para subverter a escolha livre e consciente do eleitor brasileiro, que teve uma decepção muito grande porque este Governo traiu a sua confiança?

Mais uma vez, tenho de concordar com as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, que disse que o Executivo procura tirar o foco do outro lado da rua, do Palácio do Planalto, para trazê-lo para o Congresso Nacional, muitas vezes com o acordo e a convivência, é lamentável dizê-lo, daqueles que o comandam, em especial do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, que, sabemos, faz exatamente o que quer o Palácio do Planalto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em dezembro do ano passado começou esse movimento de desmoralização do Congresso Nacional, que é a desmoralização da democracia.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Devo dizer a V. Ex^a que, realmente, o Severino Cavalcanti foi uma lástima! Não pensei que o Aldo Rebelo, que conheci e achei um homem decente, viesse

a fazer coisas que nem o Severino faria, como esse problema de segurar as medidas provisórias, de querer fazer maioria para o Governo às custas de benesses! Por tudo isso, também o Sr. Aldo Rebelo está responsável. E o Congresso Nacional fica todo enxovalhado quando, na realidade, o Presidente Renan Calheiros, se tem culpa, não tem tanta – V. Ex^a o disse bem. O Presidente Renan Calheiros, quando necessário, mostra coragem ao presidir o Senado Federal. Mas não adianta, porque a outra Casa não deixa votar nada em favor do povo brasileiro! Tem de se votar de acordo com a vontade do ditador, o Dr. Lula.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a faz um retrato fiel do que tem ocorrido – e que nós temos assistido – na Câmara dos Deputados. Ali, há um Presidente a serviço do Palácio do Planalto contra a instituição. Não há a defesa da instituição. O Senador Renan Calheiros, muitas vezes, se posiciona ao não aceitar as imposições do Palácio do Planalto. No entanto, a Câmara dos Deputados tem sido uma aliada à essa política nefasta tanto para o Congresso Nacional quanto para a democracia brasileira. O foco, a partir de dezembro de 2005, deixou de ser o mensalão, deixou de ser o valerioduto e passou a ser o Congresso Nacional. A CPI dos Sanguessugas, efetivamente, tem de ir às últimas instâncias.

Sem sombra de dúvida, o foco de toda essa corrupção lamentável a que o País tem assistido nasceu no Executivo e contaminou o Legislativo. Essa é a realidade! E o Senhor Lula posa de bom-moço ao dizer que devemos nivelar por baixo. Segundo Sua Excelência, todos estão envolvidos ou dela participaram, afirma usando de um cinismo inaceitável – como disse V. Ex^a, Senador Antonio Carlos – e lança um desafio à Oposição.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato da Coligação A Força do Povo (...) à reeleição, decidiu ontem desafiar a Oposição no campo da ética, principal mote dos adversários na campanha presidencial, e sustentou, em Florianópolis, que os governos anteriores cometeram erros maiores que os dele.

Sua Excelência se dá por satisfeito aos dizer “que os governos anteriores cometeram erros maiores que os dele”.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Pode roubar do Dnit... V. Ex^a sabe, veja o Dnit, na Bahia, como gastou e está gastando, e procure ver se isso não é sanguessuga!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, sanguessuga nasce dentro do Executivo – no Dnit e em diversos órgãos do Governo Federal – e trazem-no para dentro do Congresso, porque utilizam recursos públicos para cooptar a consciência de parlamentares. Isso aconteceu no mensalão, isso acontece nas emendas individuais, porque aqueles que têm emendas liberadas – vejam as estatísticas – são principalmente Deputados que compõem a base de apoio do Governo, porque a liberação das emendas individuais é seletiva. No mensalão, o Sr. Marcos Valério captava recursos utilizando-se do tráfico de influência junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, fazendo favores, **lobby**, intermediação para os empréstimos “nunca pagos” pelo PT, junto ao BMG e ao Banco Rural. Há que se perguntar ao Brasil inteiro: o PT pagou esses empréstimos? Não pagou nem pagará nunca, Sr. Presidente, porque estavam pagos antecipadamente! Esse dinheiro era para o quê? Para comprar a consciência de parlamentares no Congresso Nacional. O Presidente Lula diz não ter nada com isso, mesmo ao cair o “capitão do time”, o Ministro José Dirceu; mesmo ao cair o Ministro da Fazenda, o todo-poderoso Antonio Palocci; mesmo que o Presidente do PT esteja arrolado nessas questões e que o Tesoureiro Delúbio esteja por trás de todas essas ações! E o Governo diz que não permite impunidade. E, nas palavras do Presidente, “as falhas e os erros cometidos em governos anteriores são bem maiores”. Quer dizer, os erros, a corrupção no Governo de Sua Excelência estão perdoados porque, segundo Sua Excelência, também houve erros nos governos anteriores. Ora, meu Deus, é isto que se quer para o País? Comparar quem errou mais com quem errou menos? Não se pode admitir erro na ética, Sr. Presidente! É isto que o Presidente quer passar para a Nação: a imagem de que Sua Excelência errou menos, de que o seu Governo foi menos corrupto do que os governos a, b ou c? É lamentável que essa seja a argumentação de um Presidente da República! Sua Excelência deveria ir às últimas instâncias para verificar essas corrupções dentro do seu Governo, já que a Controladoria-Geral da União só denuncia e apresenta nomes quando é do interesse político dela, como aconteceu no lamentável e recente caso em que se procurou arrolar Deputados do PFL e do PSDB. A própria mídia viu que havia um equívoco, um interesse político, uma ação nefasta da Controladoria-Geral da União ao arrolar pessoas de Partidos de Oposição,

oportunidade em que o Sr. Jorge Hage, conhecidíssimo na Bahia por esse tipo de ação, recuou.

Sr. Presidente, é preciso, para que essas eleições não sejam mascaradas com o uso espúrio da máquina pública federal, que o Tribunal Superior Eleitoral acompanhe de perto tudo isso, porque a imprensa nacional está cumprindo o seu papel democraticamente.

Sr. Presidente, aqui está, de um lado a outro do jornal a matéria intitulada “Governo casa a liberação de verbas com viagens do Presidente Lula”. Ministros intensificam viagens para colaborar com a reeleição. Isso é uso da máquina pública! Isso é antidemocrático! Isso é corrupção eleitoral e com dinheiro público! Contra isso é preciso que as instituições do Brasil, com o Judiciário, ajam; mas ajam rapidamente; ajam com eficiência e com eficácia, dentro da lei, porque não adianta deixar isso para depois. Isso tem de ser coibido agora, sob pena de termos um pleito ilegítimo, com o uso da máquina pública pelo Senhor Presidente da República, e que pode levar ao descontrole, inclusive fiscal, do País, seja quem for o próximo Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, do PSDB do Estado de Goiás.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, para o seu pronunciamento.

A SRA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o crescimento da candidatura de Geraldo Alckmin à presidência da República tem sido motivo de entusiasmo para todos nós que estamos comprometidos com sua campanha.

A última pesquisa do Ibope, divulgada na semana passada, mostrou o crescimento de Geraldo Alckmin – de 19% para 27% em um mês e meio –, e a queda do Presidente Lula – de 48% para 44%.

O entusiasmo, no entanto, não nos tira a racionalidade na hora de fazermos uma análise criteriosa dos motivos para essa inversão de números. Entre outros dados que nos permitem concluir que a tendência de crescimento de nosso candidato é persistente, um deles se destaca: a população começa a responder, de forma contundente, aos quatro anos do atual Gover-

no, no qual grande parte das promessas não passou disso: promessas.

O Governo mesclou vários Programas sociais, criados anteriormente, em um só, o Bolsa-Família, que abrange, hoje, mais de 10 milhões de famílias em todo o País.

Esses são números importantes, que não quero aqui contestar, porque sei o quanto esses recursos são valiosos para milhares de famílias que se beneficiam deles a cada mês.

Mas é preciso ir adiante e perguntar: além do Bolsa-Família, um programa em andamento, o que mais o Governo ofereceu para modificar a situação de pobreza da nossa população? Onde estão o programa Primeiro Emprego, a qualificação de mão-de-obra, as oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho? Onde está o Plano de Segurança Pública para garantir que as famílias possam dormir tranquilas e sem medo de que seus filhos sejam aliciados pelo crime e o tráfico de drogas?

Ao subestimar a capacidade crítica da população para avaliar o que foi e não foi feito em seus quatro anos de Governo, o Presidente Lula apenas confirma o que disse no mês de junho ao se referir à parcela mais humilde da população: “Seria tão mais fácil governar se tivesse de cuidar só dos pobres, porque eles não dão trabalho. Eles querem apenas um pouco de pão.” Essa foi uma das pérolas proferidas pelo Presidente Lula na semana passada.

Ocorre que 68% dessa mesma população já informou que sua prioridade é a educação, enquanto somente 19% considera importantes os programas de transferência de renda.

Esses dados mostram que o Presidente não sabe o que diz. Essa parcela da população a que ele se refere não quer apenas um pedaço de pão. Ela quer dignidade, respeito, trabalho, e começa a mostrar isso nas pesquisas de intenção de voto.

Lula é o candidato com maior índice de rejeição: 32% dos eleitores não votariam nele de jeito nenhum. Tem que haver um motivo para tanta rejeição. Ela não vem de graça.

Ao rejeitar um presidente que passou quatro anos afirmando que governava para os pobres, a população dá um recado certo: não quer mais ser enganada. Quer resultados concretos, está cansada de promessas.

A população está dizendo que esperava muito mais do Presidente Lula, que, hoje, destaca os feitos de

seu Governo na área econômica, mas não conseguiu oferecer nem a metade dos 10 milhões de empregos que prometeu quando assumiu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre tantas promessas não cumpridas, uma precisa ser destacada, por que trata do presente e do futuro de nossa população. Em especial, das nossas crianças e jovens, e, por conseqüência, do desenvolvimento e do progresso do nosso País. Trata-se da educação brasileira, um setor que mereceu tanto empenho do Governo passado sem a continuidade necessária.

Prova disso foram as palavras do próprio Presidente Lula no lançamento oficial de sua campanha, no dia 14 deste mês. Em pleno palanque, ele prometeu que, se for reeleito, vai começar – é bom frisar – a se preocupar com a educação.

Foi exatamente isto que o Presidente afirmou: que a partir do ano que vem, se for reeleito, vai fazer da educação uma prioridade em seu Governo. Confesso que, quando li essas palavras do Presidente Lula na imprensa, não quis acreditar. O próprio Presidente Lula admitia para todo o País que não tinha feito o que deveria para dar prosseguimento à agenda nacional pela educação, que já existia no Brasil quando assumiu o Governo.

No dia anterior ao seu discurso, haviam sido divulgados os resultados da Prova Brasil. O exame foi aplicado há oito meses em 3,3 milhões de alunos da 4^a a 8^a séries do ensino fundamental em 43 mil escolas de 5.418 municípios.

A Prova Brasil foi criada pelo Ministério da Educação, com testes de matemática e leitura, para identificar as experiências positivas e as dificuldades de aprendizado enfrentadas por escolas, alunos e professores.

Os seus resultados foram avaliados pelo SAEB, Sistema de Avaliação do Ensino Básico, e mostrou que mais de 50% das crianças que estão na 4^a série mal decifram textos simples nem conseguem lidar corretamente com números, não realizando sequer uma simples divisão.

De cada 100 alunos que completaram o ensino fundamental, só 59 chegaram à 8^a série e 40, ao fim do ensino médio.

Os dados que deveriam deixar qualquer governante em estado de alerta não parecem ter assustado o Presidente Lula.

As taxas de reprovação e evasão se mantêm altíssimas, estimadas em 30% na 1^a série do ensino fundamental e 40% na 1^a série do ensino médio.

Somente nessa etapa, a evasão diária alcança 744 adolescentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quatro anos já estão perdidos! Quatro anos já estão terminando, e o quadro que se desenha do nosso ensino público é de retrocesso.

Ao final de 2002, tínhamos 97% das crianças na escola, dentro de uma política que priorizava uma agenda transformadora da educação brasileira.

Não quero que os múltiplos interesses em jogo – como é natural em processos eleitorais – transformem a questão educacional em mero objeto de debate entre candidatos.

Nunca foi esse o nosso propósito. Ao contrário, durante os oito anos em que foi governo, para o PSDB a questão educacional sempre esteve acima dos interesses partidários.

Algumas questões, no entanto, devem ser esclarecidas, para que não parem dúvidas sobre as responsabilidades de cada agente público.

Por que o Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, só foi encaminhado ao Congresso, no último ano do Governo Lula?

Três anos de Governo foram perdidos. Três Ministros diferentes, a começar por nosso colega Cristovam Buarque, tiveram que lutar para que a tese do Fundeb fosse apoiada. Finalmente, às vésperas da eleição, a proposta veio ao Congresso e já foi aprovada no Senado.

O que não se disse, em momento algum, é que a idéia do Fundeb existe e é acalentada há anos.

Ele seria o natural prolongamento do Fundef, decisão pioneira tomada pelo Governo anterior, cujos bons resultados são por todos reconhecidos.

O atual Ministro da Educação, Fernando Haddad, publicou artigo, recentemente, mencionando o reajuste do investimento mínimo por aluno do ensino fundamental. Mas seria possível tal reajuste sem a existência do Fundef, que o Governo anterior criou?

E a merenda escolar? Como seria possível reajustar o seu valor, estendendo-a à educação infantil, se o Ministro Paulo Renato não tivesse aprofundado o processo de descentralização da merenda escolar que seu antecessor Murílio Hingel já iniciara no Governo Itamar Franco?

O programa dos livros didáticos oferecidos aos alunos do ensino médio foi iniciado nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique, que moralizaram

esse programa e estabeleceram critérios objetivos para a aquisição dos livros.

A ampliação dos repasses da União aos Estados e Municípios também foi decorrência das medidas tomadas pelos Ministros Hingel e Paulo Renato, no sentido de eliminar o deslavado clientelismo e o autêntico balcão de projetos em que se transformara o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE.

Em seu artigo, o Ministro Fernando Haddad afirma que o Bolsa-Família universalizou o atendimento às crianças pobres e garantiu sua permanência na escola.

Mas esse programa é decorrência do anterior Bolsa-Escola, que conseguiu, juntamente com o Fundef, colocar 97% das crianças nas escolas.

O Plano Decenal de Educação para Todos, aprovado em 1994, apontava para o indispensável pacto federativo como condição para a efetiva universalização, com qualidade, da educação básica.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em dezembro de 1996, surgiram reais possibilidades de inovação pedagógica, a exemplo da ampliação do ensino fundamental, do piso salarial para o magistério e da autonomia escolar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante lembrar todo esse processo por que passou a educação, o qual avançou não em função deste ou daquele Governo. Existe, naturalmente, uma mão muito mais forte do Governo anterior, e isso pode ser visto pela preocupação que a educação representou para aquele Governo. É preciso frisar que nenhum processo educacional se dá em um único Governo e que não podemos conviver com a idéia e com o discurso do Presidente Lula de que o Brasil foi descoberto após seu Governo. Na verdade, todas as conquistas são cumulativas, principalmente em se tratando dos programas sociais.

Todos sabemos da importância dos programas sociais para expressiva parcela de nossa população. Mas é preciso que, ao lado deles, existam outros programas capazes de oferecer às famílias a chance de acreditarem num futuro melhor para seus filhos.

Creio que é urgente e necessário que se faça uma profunda reflexão sobre as palavras do Presidente Lula. Ele ainda pretende fazer da educação uma prioridade do Governo. Mas é bom que os pais de família, os educadores e as pessoas que têm responsabilidade com esse País prestem bastante atenção a esta frase: não podemos esperar por mais quatro anos, para que o Brasil

apresse o passo na marcha por um futuro promissor, ao lado de países como Coréia, Estados Unidos e Japão. Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Lúcia Vânia, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Eu é que lhe agradeço, Senadora Lúcia Vânia. Parabéns V. Ex^a pelo excelente pronunciamento!

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

Nº 204, de 2006 (nº 645/2006, na origem), de 28 do corrente, através da qual o Presidente da República, solicita seja autorizado o limite de endividamento da Petrobrás Transparente S. A. – Transpetro, no valor de cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, a fim de que possa ser implementado o programa estratégico daquela Empresa, destinado à renovação e expansão de sua frota de navios.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Carga tributária atinge 38,8% do PIB”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 12 de julho do corrente.

A matéria mostra que “a carga tributária extraída da economia brasileira subiu 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado”. Com isso, o bolo tributário cresceu 2,3 pontos nos três anos de governo Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FINANÇAS PÚBLICAS

Carga tributária atinge 38,8% do PIB

Em 2005, União, Estados e municípios sugaram, de forma compulsória, cerca de R\$ 751,7 bi da sociedade

Sérgio Gobetti
BRASILIA

A carga tributária extraída da economia brasileira subiu 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado. Ao todo, União, Estados e municípios sugaram de forma compulsória da sociedade cerca de R\$ 751,7 bilhões, ou 38,8% do PIB. É o que mostram os dados publicados na semana passada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referentes à consolidação das contas públicas de 2006.

O número é muito próximo da estimativa preliminar apresentada há dois meses pelos economistas José Roberto Afonso e Beatriz Meirelles, que chegaram a um valor de R\$ 754,4 bilhões, ou 38,9% do PIB. Os dados divulgados pela STN englobam as receitas do governo federal, de 26 dos 27 governos estaduais e de 67,6% das prefeituras do País, incluindo todas as grandes cidades. Ou seja, o total de R\$ 751,7 bilhões ainda é preliminar, pois não inclui a arrecadação de 1.801 pequenos municípios.

Fazem parte desse cálculo da carga tributária todas as receitas de impostos, taxas, contribuições e as chamadas "outras receitas correntes", como juros e multas sobre dívidas tributárias, além da arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e as contribuições ao chamado "sistema

S" (um conjunto de 11 instituições, entre elas o Sesi, o Senai e o Sesc). Entre 2000 e 2005 esse bolo tributário cresceu cerca de 4,4 pontos percentuais do PIB, sendo 2,3 pontos nos três anos de governo Lula.

TEMA DE CAMPANHA

Os recortes na carga tributária já viraram tema da campanha eleitoral. Antontem, o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, prometeu trabalhar com uma meta de redução da carga tributária da ordem de 10 pontos porcen-

De 2000 a 2005, bolo tributário cresceu 4,4 pontos percentuais do PIB

tuais do PIB. "A tributação está funcionando como uma bola de chumbo que prende e freia o crescimento de nossa economia", avalia Afonso, um dos economistas do PSDB com mais experiência em contas públicas.

Segundo Afonso, o peso dos tributos ajuda a entender por que, no ano passado, a taxa de crescimento econômico do Brasil foi a segunda menor da América Latina, só perdendo para o Haiti. "A prática é bem diferente do discurso oficial. Estamos descobrindo que, quanto mais o

governo promete baixar a carga, mais ela tem subido." O item da receita que mais cresceu nos últimos anos, segundo dados do Tesouro, foi o proveniente das contribuições, como CPMP, Confins e CSLL, que passaram de 12,8% do PIB em 2000 para 17% em 2005. Não por acaso, grande parte dessas contribuições não entra na estimativa de carga tributária feita pela Receita Federal, que deverá ser anunciada "em breve", de acordo com a assessoria do órgão.

A SRF também exclui dos seus cálculos os acréscimos legais referentes às dívidas tributárias e à maioria das taxas recolhidas pela União, como as pagas pelas empresas do setor de telecomunicações. As taxas, por exemplo, já dobraram de tamanho como proporção do PIB nos últimos seis anos, passando de 0,3% para 0,6%, mas a Receita só computa uma mínima parte delas nos seus estudos.

De acordo com dados do Tesouro, a carga decorrente de impostos tradicionais, como IR, IPI, IPTU, ISS e ICMS, cresceu pouco nos últimos anos: de 16,5% do PIB para 17,3%. Essa pequena diferença, entretanto, pode estar relacionada às mudanças de contabilização adotadas pelo Tesouro. Em 2005, a STN passou a contabilizar em separado as receitas de impostos pagos dentro dos programas de refinanciamento de débitos tributários, como o Refis. •

CARGA PESADA

A evolução das receitas recolhidas dos brasileiros

EM PORCENTAGEM DO PIB

ITEM	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Impostos	16,5	17,2	16,8	16,7	16,5	17,3
Taxas	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
Contribuições	12,8	14,2	15,2	15,5	16,6	17,0
FGTS+Sistema S	1,3	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0
Juros e Multas + Dívida Ativa + Outras (E)	1,1	1,6	1,7	1,7	1,5	2,0
Carga Restrita (sem E)	11,9	13,4	13,0	13,5	13,5	13,8
Carga Ampla (com E)	24,6	29,6	30,6	31,3	31,7	31,8

Fonte: STN (CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS - CF, FCFE E PREVIDÊNCIA (SISTEMAS) INFORMÁTICA



A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem aparelhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Agricultura ameaçada”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de São Paulo** em sua edição de 30 de junho do corrente.

O artigo trata da decisão do ex-ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, de deixar o governo do Presidente Lula. Segundo o artigo, o êxito do ministro “foi limitado por um governo incapaz de escolher, de forma conseqüente, entre modernidade e atraso”.

Ainda segundo o artigo, o ex-ministro teve que enfrentar três tipos de obstáculos criados pelo próprio governo: a incapacidade do governo de fixar priorida-

des de ação, a tentativa petista de aparelhamento do ministério e a guerra permanente contra o agronegócio, com o Presidente Lula dando seu apoio explícito às invasões de terra e à violência.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho de Administração:

Presidente
Roberto C. Mesquita
Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
Nara Cecília V.C. Mesquita
Patrícia Vânia Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita Neto (1959-1993)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Pinto Barreto (1927-1958)

Julio Mesquita (1891-1927)
Luiz Mesquita Filho (1927-1963)
Francisco Mesquita (1927-1968)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1980)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 - CEP 01060-970-SP
Tel. 3656-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3656-2940

Agricultura ameaçada

A renúncia do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, priva o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de uma de suas últimas reservas de credibilidade. Todos os temas quanto ao futuro do setor são justificáveis, neste momento. Um duro esforço de modernização, realizado nos últimos 30 anos, converteu a agropecuária brasileira numa das mais eficientes e mais competitivas do mundo. Mais do que nunca, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará sujeito, a partir de agora, a pressões para renegar esse esforço e tomar o caminho do retrocesso.

Ao anunciar publicamente sua saída, o ministro afirmou haver cotulhado sua missão. Ele estava se esforçando para ser delicado. A decisão foi tomada depois de muitos conflitos, dificuldades e frustrações confessadas, sempre de forma reservada, em diversas ocasiões. Seu trabalho poderia ter sido mais frutífero. Seu êxito foi limitado por um governo incapaz de escolher, de forma conseqüente, entre modernidade e atraso.

Muito mais do que outros ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues foi obrigado

a gastar tempo e energia para enfrentar três tipos de obstáculos.

Em primeiro lugar, o Palácio do Planalto foi incapaz de fixar prioridades de ação. O presidente aceitou o custo político das metas fiscais de seu primeiro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e da política antiinflacionária do Banco Central. Isso garantiu a credibilidade financeira de seu governo. O presidente soube, além disso, capitalizar os benefícios políticos da exportação do sucesso internacional do agronegócio, mas não deu ao setor o apoio necessário nem diante dos estragos causados por dois anos de estagase e de perda de renda. Foi negligente quando precisou intervir para dar sustentação aos preços e abandonar os produtores nos piores momentos. Não entendeu sequer a importância do controle sanitário, indispensável a quem pretende conquistar e manter a liderança internacional no mercado de carnes.

Em segundo lugar, Roberto Rodrigues foi o único ministro a resistir à tentativa petista de aparelhamento de toda a administração federal. Nem a Embraer, um dos principais motor-

es da modernização da agropecuária brasileira, foi poupada. O ministro gastou parte de seu capital político procurando evitar a invasão e tentando reconquistar o terreno, quando ocorria a ocupação. Com persistência, conseguiu manter o padrão profissional do seu ministério e dos organismos subordinados.

Em terceiro lugar, foi preciso enfrentar a guerra permanente contra o agronegócio. O presidente não apenas tolerou a campanha ininterrupta contra um dos setores mais eficientes e mais competitivos da economia brasileira. Deu seu apoio explícito às invasões de terra e a violência.

Reuniu-se mais de uma vez com representantes do Movimento dos Sem-Terra e de suas dissidências. Recebeu em seu gabinete os invasores do Ministério da Fazenda. Deixou-se fotografar usando o boné desses movimentos. Permitiu a ocupação do Instituto Nacional da Reforma Agrária por pessoas vinculadas a esses grupos. Apoiou ministros empenhados em revogar a lei que proibiu a inspeção, para fins de reforma, de terras imatadas.

Em seu governo, todos esses grupos foram

fortemente subsidiados. Receberam dinheiro do governo para tornar insegura a produção agrícola, enquanto os concorrentes da agropecuária brasileira, no mundo rico, eram subvencionados para ganhar competitividade.

Quem desconhece o assunto pode acreditar na oposição entre agricultura familiar e agronegócio. Mas a diferença relevante é entre a produção moderna e competitiva e a atividade ineficiente e atrasada. Há no Brasil uma agricultura familiar de classe internacional. É aquela vinculada ao sistema do agronegócio, voltada para o mercado e aberta à inovação.

O resto é impostura. Sem essa inovação, tanto na produção de grande escala quanto na atividade familiar, o custo dos alimentos não teria caído tanto quanto caiu nas últimas duas décadas, nem o País teria laturado tantos dólares. É isso que o governo põe em risco, ao favorecer as forças do atraso. Resta esperar que o sucessor de Rodrigues saiba resistir às pressões contra a modernidade, mesmo que seja um ex-presidente da Associação Brasileira da Reforma Agrária, como o secretário-executivo do Ministério, Luiz Carlos Guedes Pinto.



O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PT confirma candidatura de mensaleiros”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 6 de julho de 2006.

Segundo a matéria, além dos deputados do PT e da base aliada do governo acusados de fazerem parte do esquema do mensalão, os envolvidos em outros escândalos, como o ex-ministro Palocci, também vão concorrer.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT confirma candidatura de mensaleiros

Envolvidos em outros escândalos, como Palocci, também vão concorrer

O PT paulista confirmou ontem a candidatura de vários personagens envolvidos no escândalo do mensalão ou na crise política que se sucedeu. Entre os 58 nomes de candidatos a deputado federal estão os do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e do ex-presidente do PT José Genoíno. Todos os deputados petistas que se beneficiaram do valerioduto, enfrentaram processo de cassação na Câmara e foram absolvidos disputarão a reeleição: o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, José Mentor e Professor Luizinho.

A deputada Angela Guadagnin, defensora ferrenha do deputado cassado José Dirceu no Conselho de Ética, que ganhou fama com a “dança da pizza”

após a absolvição do colega João Magno (PT-MG), também tentará renovar seu mandato. Dirceu é hoje um de seus principais cabos eleitorais.

Todos os deputados federais petistas tentarão a reeleição, como o presidente do partido, Ricardo Berzoini. Uma das novidades prometidas pelo partido, a vereadora Sonia Francine, a Soninha, ficou de fora da lista. Deve ser incluída posteriormente, driblando a proibição para que candidatos apresentem programas de TV fora do horário gratuito. Soninha é comentarista da ESPN e acompanha a Copa do Mundo.

Afastado após a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo, Palocci tem buscado votos espe-

cialmente fora de Ribeirão Preto, seu berço político. Genoíno ainda investe no chamado “voto de opinião” e tem recebido ajuda da juventude petista.

A campanha proporcional do PT será feita em coligação com o PC do B, que lançará à Câmara seu atual presidente, Aldo Rebelo, e o deputado Jamil Murad. Na corrida por uma das 94 vagas da Assembleia Legislativa, o PT inscreveu 113 nomes, que incluem a reeleição da maior parte da atual bancada e novidades como a líder sem-terra Diolinda Alves de Souza.

A direção do PT já avisou que não deverá repassar recursos para financiar as campanhas proporcionais. Acertou apenas distribuir um panfleto padronizado, para cada candi-

dato, com menção à disputa majoritária. Ao contrário da eleição passada, quando o partido deu destaque no horário eleitoral gratuito a seus puxadores de voto, o tempo de rádio e televisão deverá ser dividido de modo equânime. Parte do horário será reservado somente para a propaganda institucional, com foco no voto de legenda.

“Recebemos a promessa de que não haverá favorecimento de nenhum concorrente”, afirmou um candidato petista. “Nem para o presidente Berzoini”. Cada candidato a deputado poderá gastar até R\$ 2,5 milhões (federal) e R\$ 1,5 milhão (estadual). ● MARIANA CAETANO

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, ten-

do como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR (Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual*.

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990* (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Parecer sob nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº

141, de 1999, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

10

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 174, DE 2000**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde*.

11

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do *Apartheid* na África do Sul.

Parecer favorável, sob nº 992, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 23 minutos.)

(OS Nº 14612/06)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/07/2006)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS:

1 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À
PROMULGAÇÃO:

Total 3

Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Sessão: 04.07.2006

Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.

Sessão: 04.07.2006

Medida Provisória nº 290, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.

Sessão: 04.07.2006

2- APROVADAS NA FORMA DE PROJETOS DE LEI DE CONVERSÃO OFERECIDOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total	2
--------------------	----------

Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006, e estende a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social o mesmo percentual aplicado ao Salário Mínimo; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Sessão: 04.07.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara.....	17
De iniciativa do Presidente da República ..	3
De iniciativa do Senado	1
Total.....	21

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2004 (nº 6.872/2002, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 218 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, alterando os limites de velocidade para fins de enquadramentos infracionais e de penalidades.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005 (nº 3.969/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2006 (nº 3.952/2004, na Casa de origem), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2006 (nº 5.451/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; altera os valores dos salários dos empregos públicos criados pela Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, no Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo; e dá outras providências.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2006 (nº /200, na Casa de origem), que reorganiza o Plano de Carreira da Câmara dos Deputados e aplica aos seus servidores efetivos, no que couber, Gratificação de Representação instituída pela Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, convalidada pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2006 (nº /200, na Casa de origem), que dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, alterando a Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2006 (nº 4.559/2004, na Casa de origem), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e dá outras providências.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2001 (nº 2.589/2000, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial, para os fins do artigo 105, III, “c”, da Constituição Federal.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2006 (nº 6.864/2002, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarém – PA.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2006 (nº 953/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Biomédico.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006 (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai.

Sessão: 12.07.2006

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2002 (nº 7.134/2002, naquela Casa), que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Sessão: 12.07.2006

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	33
Da Câmara dos Deputados.....	5
Total.....	38

Substitutivo do Senado à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que dá nova redação ao art. 149 da Consolidação das Leis do Trabalho.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica - "Poupança Escola" e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para suprimir a exigência de curso de direção defensiva e de primeiros socorros por ocasião da renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 32 e 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o acesso do empregado às informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que modifica a Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, para dispor sobre a concessão de medida liminar em mandados de segurança contra atos do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República ou das Mesas ou Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e para estabelecer o cabimento de agravo contra a decisão do relator concessiva de liminar.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 04.07.2006

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.

Sessão: 04.07.2006

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

Sessão: 04.07.2006

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006 (nº 3.248/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que inclui o inciso X ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2006, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jarí e Amapá, no Estado do Amapá.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional Brasileiro nas contracapas de cadernos e livros.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, de autoria do Senador Edison Lobão, que denomina "Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho" o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2006, de autoria do Sérgio Guerra, que denomina "Rodovia Pintor Cícero Dias" o trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Palmares, em Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002 (nº 4.827/1998, na Casa de origem), que institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, no que concerne ao salário-maternidade devido à segurada especial.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Lei do Senado 219, de 2006, da Comissão Mista, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional da Mamografia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 19.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que institui o Dia Nacional de Defesa da Vida.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2000, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 24.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que *dispõe sobre o processo de fabricação da cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 24.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta inciso ao art. 157 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 24.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 24.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2006, de autoria do Senador Gerson Camata, que *denomina “Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua” o trecho da rodovia BR-482 entre o entroncamento com a BR-101, no Espírito Santo, e a divisa com Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *disciplina os alimentos gravídicos e a forma como será exercido e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania)

Sessão: 25.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, concedendo adicional de periculosidade aos eletricitários.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 25.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre utilização de mão de obra de menores de dezesseis anos).*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 25.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *dá nova redação ao art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005).*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *altera os arts. 125, 126, 131, II, e 132 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o seqüestro de bens provenientes de ações criminosas, acrescentando-lhe os arts. 144-A e 144-B, para introduzir a indisponibilidade dos bens no rol das medidas assecuratórias, modificando, ainda, o caput do art. 4º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 31.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a redação do inciso II do art. 4º, e do inciso VI do art. 10, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 31.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *permite que o trabalhador com mais de 45 anos de idade e desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 31.07.2006

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	125
De iniciativa do Senado Federal	15
Total.....	140

Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2006 (nº 2.068/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural José Onilson Lima para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2005 (nº 1.741/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária João Carlos Zoby a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2006 (nº 1.866/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Locutores Aperibeenses – Accla a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aperibé, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2006 (nº 1.892/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canindé do São Francisco, Estado de Sergipe.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2006 (nº 1.951/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2006 (nº 1.959/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2006 (nº 1.963/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural “Sebastião Cândido Rios” de Trindade-Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2006 (nº 1.867/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Jitaúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jitaúna, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2006 (nº 1.993/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Cohab Massangano – Petrolina (PE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2006 (nº 1.866/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão - Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2006 (nº 2.021/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira - Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godoy Moreira, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2006 (nº 2.026/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2006 (nº 2.121/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salinópolis, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 23, de 2006, de iniciativa da Senadora Patrícia Gomes e outras Senhoras Senadoras, que acrescenta parágrafos ao art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as licenças à gestante, ao adotante e paternidade.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 35, de 2006, de autoria da Senadora Iris de Araújo, que altera os arts. 16 e 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para estabelecer que a partir de 1º de janeiro de 2007 as verificações de adimplência e certidões exigidas por aqueles dispositivos devem referir-se ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades do ente público ao qual está vinculado o tomador da operação de crédito.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 33, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancario, no valor de até US\$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 34, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de até US\$ 28,000,000.00 (vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 36, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p.A Capitalia Gruppo Bancario, no valor de até US\$ 42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 37, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 12,000,000,000.00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROMOSEFAZ II.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 41, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 37,500,000.00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 42, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com a empresa MLW Intermed Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits - und Bildungswesens mbH, no valor total de US\$ 16,250,000.00 (dezesseis milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 43, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 44, de 2006, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 45, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a elevação temporária do endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A. para até novecentos milhões de reais, de maneira a lhe permitir concretizar a operação de empréstimo junto ao BNDS.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2006 (nº 1.064/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Kiev, em 18 de novembro de 1999.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Resolução nº 27, de 2006, de iniciativa da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças.

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2006 (nº 2.041/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “Pérola do Triângulo” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2006 (nº 2.047/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2006 (nº 1.880/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Sales, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2006 (nº 2.054/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa "João Henrique Dantas" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 05.07.2006

Projeto de Resolução nº 47, de 2006, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a redação do art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006 (nº 733/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2006 (nº 1.375/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2006 (nº 1.380/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2006 (nº 119/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2006 (nº 1.424/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2006 (nº 1.548/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate ao HIV/SIDA, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2006 (nº 1.558/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim, em 24 de maio de 2004.

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2006 (nº 1.572/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2006 (nº 1.731/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco, em 14 de abril de 2004.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2006 (nº 1.758/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2006 (nº 1.799/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2006 (nº 1.839/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2006 (nº 1.897/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2006 (nº 1.913/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2006 (nº 1.942/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2006 (nº 1.976/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2006 (nº 1.068/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2006 (apresentado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como conclusão do seu Parecer nº 292, de 2006, Relator: Senador Eduardo Azeredo), que autoriza o envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais à República do Haiti, com o objetivo de promover a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências.

Sessão: 12.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2006 (nº 2.053/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada a Empreendimento de Radiodifusão Embalo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2006 (nº 2.065/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Evangélica Cristã para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2006 (nº 2.070/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artístico e Cultural de Campo Florido a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Florido, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2006 (nº 2.078/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marilena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marilena, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2006 (nº 2.091/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rádio Provisão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2006 (nº 2.096/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*

sonora em frequência modulada na cidade de Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2006 (nº 2.097/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Bela Vista - ABBV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cláudio, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2006 (nº 2.059/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Moxotó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2006 (nº 1.901/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jambeiro, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2006 (nº 2.105/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sorriso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2006 (nº 2.112/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarantã do Norte, Estado do Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2006 (nº 2.131/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária Cultural Garças a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Garças, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2006 (nº 1.995/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Radialistas Comunitários do Paruá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2006 (nº 2.095/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a SBR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Peabiru, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2006 (nº 2.119/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração (PI) Adere a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Regeneração, Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2006 (nº 2.109/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Difusão Comunitária “Rádio Consciência Rural do Marajó – FM de São Sebastião da Boa Vista – Pará – Arcrruraldomarajó/FM” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2006 (nº 2.124/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2006 (nº 2.129/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e

Movimento Comunitário Estandarte do Imbaú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbaú, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 14.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2005 (nº 1.770/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 74.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2006 (nº 1.809/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2006 (nº 2.055/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Caxitoré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2006 (nº 2.087/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2006 (nº 2.058/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa Evangélica Congregacional de Boa Viagem para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 272, de 2006 (nº 2.062/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Lajes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Acopiara, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 17.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2006 (nº 2.064/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 17.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2006 (nº 2.083/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos dos Bairros Casa Grande I e II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Morato, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 17.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2006 (nº 2.088/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente Comunitária de Caucaia do Alto - ACBC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 17.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2006 (nº 2.090/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marcelândia, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 17.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2006 (nº 2.018/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária 97 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 17.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2006 (nº 2.017/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços da Comunidade de Perdizes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 17.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2006 (nº 2.118/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2006 (nº 2.125/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2006 (nº 1.346/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2006 (nº 2.013/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Araçuaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2006 (nº 2.168/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2006 (nº 2.123/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à G .C. Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 19.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.493, de 2004 (nº 1.220/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 20.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2006 (nº 2.035/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radiodifusão de Itumirim/MG - Acreditar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 20.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2006 (nº 1.948/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de José Bonifácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 20.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2006 (nº 1.646/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 20.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2006 (nº 1.812/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária José Joaquim da Silva de Vila Nova - Quixeré - Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeré, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 20.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2006 (nº 2.000/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete – RNB – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bofete, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2006 (nº 2.003/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Areia Branca - Acab a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicuitinga, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2006 (nº 2.019/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2006 (nº 2.077/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Granja a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Granja, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2006 (nº 2.079/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Mestre Álvaro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viana, Estado do Espírito Santo;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2006 (nº 2.034/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Serra Caiada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Juscelino, atual Serra Caiada, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2006 (nº 2.002/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Ação Social Comunitária de Baixo Guandu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2006 (nº 2.016/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2006 (nº 2.107/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Portal do Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2006 (nº 2.130/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2006 (nº 2.106/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2006 (nº 1.925/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2006 (nº 1.985/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Bonanza II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moreno, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 20.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2006 (nº 2.082/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 20.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2006 (nº 1.586/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de José Boiteux, Estado de Santa Catarina;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2006 (nº 1.857/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade do Vale do Itajaí para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2006 (nº 2.084/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Vale das Esmeraldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pontalina, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2006 (nº 2.010/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale do Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2006 (nº 2.113/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Britto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anicuns, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2006 (nº 2.117/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Erval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erval Velho, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2006 (nº 2.128/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Minaçu, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2006 (nº 2.008/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural União Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2006 (nº 2.046/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Asa Branca Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2006 (nº 2.024/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Transversal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2006 (nº 2.043/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Carmanhães & Ferreira – Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2006 (nº 2.103/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação

Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2006 (nº 2.116/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Virginius da Gama e Melo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2006 (nº 1.965/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Colinas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2006 (nº 1.982/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Integrada Conhecer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2006 (nº 1.990/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2006 (nº 2.020/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Aurora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Caxias, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2006 (nº 2.027/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunidade Porciúncula a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2006 (nº 1.991/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2006 (nº 2.094/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 26.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2005 (nº 1.803/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Ribeirão do Sul – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão do Sul, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2005 (nº 1.605/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arealva, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 532, de 2005 (nº 1.846/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Florence, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2006 (nº 1.701/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 27.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2006 (nº 1.523/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 27.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2006 (nº 1.781/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brodowski, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 27.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2006 (nº 2.060/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pirajuí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 27.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2006 (nº 2.063/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 27.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2006 (nº 2.092/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rincão, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 27.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2006 (nº 2.110/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Walter, Estado do Acre.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão: 27.07.2006**

Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2006 (nº 2.072/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Aurora do Povo - Funcap para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2006 (nº 2.081/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento Cultural de Viçosa do Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2006 (nº 2.085/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Jericoacoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2006 (nº 2.012/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2006 (nº 2.052/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira - ADS Ribeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 27.07.2006

V - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	7
--------------------	----------

Mensagem nº 104, de 2006 (nº 167/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Frederico Salomão Duque Estrada Meyer*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Sessão: 11.07.2006

Mensagem nº 172, de 2006 (nº 465/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Georges Lamazière*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Lituânia, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Sessão: 11.07.2006

Mensagem nº 99, de 2006 (nº 127/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora *Renate Stille*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

Sessão: 11.07.2006

Mensagem nº 149, de 2006 (nº 369/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Pedro Motta Pinto Coelho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Sessão: 11.07.2006

Mensagem nº 11, de 2006 (nº 860/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Paulo Dyrceu Pinheiro*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Sessão: 11.07.2006

Mensagem nº 159, de 2006 (nº 419/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

Sessão: 11.07.2006

Mensagem nº 17, de 2006 (nº 13/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Bernardo de Azevedo Brito, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iraque, com sede em Amã.

Sessão: 11.07.2006

VI – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total 7

Parecer nº 106, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 76, de 2006 (nº 44/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Vice-Almirante *Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Sessão: 11.07.2006

Parecer nº 873, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 167, de 2006 (nº 460/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Josef Barat* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Sessão: 11.07.2006

Parecer nº 636, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 143, de 2006 (nº 366/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 11.07.2006

Parecer nº 107, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 77, de 2006 (nº 366/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Décio Mauro Rodrigues da Cunha para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Sessão: 11.07.2006

Parecer nº 635, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 142, de 2006 (nº 365/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcelos, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 11.07.2006

Parecer nº 491, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 125, de 2006 (nº 299/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Eduardo Marcelo de Lima Sales para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Sessão: 11.07.2006

Parecer nº 420, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 118, de 2006 (nº 241/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes De Santana para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Sessão: 11.07.2006

VII - REQUERIMENTO DE AUDITORIA DO TCU:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Requerimento nº 802, de 2006, Nº 802, de 2006, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando ao Tribunal de Contas da União a remessa dos resultados conclusivos ou preliminares de auditorias e inspeções realizadas na Fundação Banco do Brasil (FBB), no período de 1998 até a presente data.

Sessão: 11.07.2006

VIII - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....9

Requerimento nº 1.047, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, a fim de aguardar o envio de nova Lei de Estrangeiros que daria tratamento mais amplo ao tema.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 676, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2001, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 690, de 2006, do Senador Leonel Pavan, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 694, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, e 263, de 2003, a fim de retomar sua tramitação autônoma.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 695, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 149 e 162, de 2005; e 42, de 2006, a fim de retomar sua tramitação autônoma

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 701, de 2006, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 703, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223, e 356, de 1999; 73, 203 e 245, de 2000; 101 e 185, de 2001; 95, 113 e 124, de 2002; 319, de 2003; e do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, a fim de que tenha tramitação autônoma.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 704, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73, 203 e 245, de 2000; 101 e 185, de 2001; 95, 113 e 124, de 2002; 319, de 2003, e do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002; a fim de que tenha tramitação autônoma.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 591, de 2006, do Senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 1999; 137 e 167, de 2001; e 216, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 11.07.2006

IX – MATÉRIA RETIRADA:

De iniciativa do Presidente da República	1
Total.....	1

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2354/200, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado do Rondônia.

(Retirada pela Mensagem nº 169, de 2006)

Sessão: 11.07.2006

X – MATÉRIAS REJEITADAS

De iniciativa do Senado Federal	2
Total.....	2

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, de autoria do Senador Marcos Guerra, que *concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos*.

(Rejeitado por decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 04.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos, tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais.

(Rejeitado por decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 12.07.2006

XI – MATÉRIAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal	3
Total.....	3

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000). **(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC 22, de 2000, com qual tramita em conjunto).**

Sessão: 11.07.2006

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais) (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000). **(Prejudicada em virtude da aprovação da PEC 22, de 2000, com qual tramita em conjunto).**

Sessão: 11.07.2006

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que *revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (extingue a proibição de concessão de férias, e dá outras providências)* **(Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2003, com o qual tramita em conjunto)**

Sessão: 11.07.2006

XII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	
Total.....	

Requerimento nº 723, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso a equipe de futebol da Tupy Fundições, de Joinville/SC, por ter conquistado no dia 3 do corrente, em Salzburgo, Áustria, o título do Mundial de Futebol do Trabalhador.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 764, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao desportista amazonense Amadeu Teixeira Alves, veterano técnico de futebol, que completou, no dia 30 de junho de 2006, 80 anos de um existência construtiva.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 765 de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Escola Superior de Ciências da Saúde, da UEAM, pela iniciativa de promover em Manaus o I Simpósio de Cirurgia Cardiorácica.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 766, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas – ADVAM, pela firme atuação em defesa do cumprimento dos direitos estabelecidos em lei aos deficientes visuais.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 767, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Deputado Estadual Arthur Bisneto, pelos primeiros resultados da Lei que apresentou quando era Vereador, tornando obrigatória a reserva de vagas para deficientes nos Gabinetes da Câmara Municipal de Manaus.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 768, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Escola Estadual Brasileiro Pedro Silvestre, de Manaus, pela passagem de seu 25ª aniversário de fundação.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 769, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Centro de Informações Toxicológicas de Manaus, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pelos relevantes serviços que presta à população durante as 24 horas do dia.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 770, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Juiz de Direito Jorsenildo Dourado do Nascimento, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 771, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 772, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Juiz de Direito George Hamilton Lins Barroso, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 773, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Juíza de Direito Patrícia Macedo de Campos, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 774, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Juiz de Direito Antonio Itamar de Souza Gonzaga, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 775, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Juíza de Direito Núbia Maria Barros Valcacio, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 776, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Juíza de Direito Suzi Irlanda Araújo de Souza

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 777, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Juíza de Direito Ana Paula de Medeiros Braga, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 778, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Juíza de Direito Sheila Jordana de Sales, pela sua posse no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 779, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Lembrança pelo centenário de nascimento, que ocorreria este ano se vivo ainda fosse, do empresário Joaquim Francisco Corrêa.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 780, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pela morte do radialista Edilson Oliveira Castro, o Ed Castro da rádio e da TV do Amazonas, ocorrido em 28 de junho de 2006.

Sessão: 04.07.2006

Requerimento nº 784, de 2006, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros, solicitando voto de aplauso ao cirurgião plástico Dr. Ivo Pitanguy.

Sessão: 05.07.2006

Requerimento nº 785, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso ao Município de São João do Piauí, no Estado do Piauí, que hoje, dia 5, comemora o centenário de sua emancipação política.

Sessão: 05.07.2006

Requerimento nº 786, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Cel. José Cândido Mães Barbosa, ocorrido no dia 3 de julho, na cidade do Rio de Janeiro.

Sessão: 05.07.2006

Requerimento nº 787, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor à Federation Internationale de Football Association-FIFA.

Sessão: 05.07.2006

Requerimento nº 788, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e ao Ministério Público por assinarem um termo de cooperação par a campanha de conscientização contra o racismo.

Sessão: 05.07.2006

Requerimento nº 789, de 2006, de autoria da Senadora Roseana Sarney e do Senador José Sarney, solicitando voto de solidariedade à população rural da Região Sul do Maranhão, que vem sendo acometida por doença desconhecida.

Sessão: 06.07.2006

Requerimento nº 791, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Siba Machado e Paulo Paim, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Dante de Oliveira, notável político e homem público brasileiro, artífice do movimento Diretas Já, criado durante a luta em favor do restabelecimento do Estado de Direito Democrático no Brasil.

Sessão: 07.07.2006

Requerimento nº 792, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao enxadrista amazonense Renan Reis, pela conquista do 5º lugar no Campeonato Brasileiro Juvenil de Xadrez, realizado em junho de 2006 na cidade de Taubaté, SP.

Sessão: 07.07.2006

Requerimento nº 793, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Mestre brasileiro de Jiu-Jitsu Reyson Gracie, pelo notável trabalho de divulgação que faz, na França, da chamada “arte suave”, e conseqüentemente do Brasil, que ele tão bem representa.

Sessão: 07.07.2006

Requerimento nº 794, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental e à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, pela participação na pesquisa conjunta realizada pela Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, que resultou no mapeamento parcial do DNA do Guaraná.

Sessão: 07.07.2006

Requerimento nº 795, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado, ex-Ministro e ex-Governador Dante Martins de Oliveira, ocorrido dia 6 do corrente. Usa da palavra o autor.

Sessão: 07.07.2006

Requerimento nº 796, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, ocorrido ontem, em Cuiabá.

Sessão: 07.07.2006

Requerimento nº 797, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para os organizadores da primeira Parada da Diversidade—Orgulho GLBTS.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 798, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cosima Laurelli Cypriano, ocorrido hoje, em São Paulo.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 799, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Fundação Paulo Feitoza, de Manaus, pelo seu notável trabalho na área de Educação.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 800, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Conselho Regional de Odontologia do Amazonas, pelo transcurso de seu 40º aniversário de criação.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 801, de 2006, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando voto de louvor em homenagem aos 60 anos do sistema CNC/SESC/SENAC.

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 807, de 2006, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja homenageado o centenário de nascimento do ex-Deputado Federal Jader Silva de Medeiros, representante do Estado da Paraíba

Sessão: 11.07.2006

Requerimento nº 808, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Ordem dos Padres Franciscanos no Brasil, pelo lançamento de CD em homenagem ao Centenário da Catequese.

Sessão: 12.07.2006

Requerimento nº 809, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à primeira Igreja Batista da Restauração de Manaus, pelo transcurso do seu 14 aniversário de implantação no Amazonas.

Sessão: 12.07.2006

Requerimento nº 811, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Orquestra Sinfônica de Manaus, que ontem, em seu concerto mensal oficial, incluiu a participação de 70 jovens músicos, todos bolsistas do programa Meu Primeiro Emprego.

Sessão: 12.07.2006

Requerimento nº 812, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ap Governo do Estado de São Paulo, pela firme atuação na repressão ao crime organizado.

Sessão: 12.07.2006

Requerimento nº 826, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortes, ocorrido dia 18 de julho de 2006.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 827, de 2006, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 828, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador João de Paiva Menezes.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 829, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do amazonólogo Raimar da Silva Aguiar.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 837, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à equipe de paradesportistas do Amazonas, pela brilhante participação na competição “Circuito Caixa Brasil Paraolímpico de Natação e Atletismo”, realizada em Belém.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 838, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Nacional Fast Clube, pelo transcurso do 76ª aniversário de sua criação.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 839, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor João Paulo de Souza, de apenas três anos, vítima de negligência de clube aquático.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 840, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso ao povo de Parintins, pelos festejos em honra de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Município.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 841, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez, ocorrido em São Paulo.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 842, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Bolsa de Mercadorias & Futuros pelos 20 anos de contribuição para a economia do Brasil.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 843, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos enxadristas vitoriosos no “Torneio Início” da 2ª Olimpíada de Xadrez, realizada no dia 15 do corrente, em Manaus.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 844, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Seleção Amazonense de Judô, pela brilhante participação no Campeonato Brasileiro da categoria.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 845, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Humberto Silva, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 846, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez.

Sessão: 19.07.2006

Requerimento nº 850, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 18 do corrente, do ator Raul Cortez.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 851, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 22 do corrente, do ator Gian

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 852, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, ocorrido no dia 24 do corrente, no município de Guapimirim-RJ.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 853, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, carateca amazonense.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 854, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de jiu-jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu, inclusive, uma pequena deficiência física.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 855, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 856, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, no dia 13 do corrente, do Sr. Jorge Antonio Seffair Bulbol.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 857, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao fotógrafo Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro *Árvores da Amazônia*, publicado pela Editora Empresa das Artes.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 858, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-volante Dunga, por ter aceitado o convite para o cargo de técnico da Seleção Brasileira de Futebol.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 859, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à pesquisadora Noemi Vianna e ao jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 860, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Ministro Celso Laffer, por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, como sucessor do jurista Miguel Reale.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 861, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sr. João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 862, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 863, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à estudante Suene Moraes.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 864, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sr. Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.

Sessão: 26.07.2006

Requerimento nº 865, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado José Wagner do Amaral, ocorrido em 24 de julho de 2006.

Sessão: 26.07.2006

XIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....	3
-------------------	----------

Ato nº 27, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de julho de 2006, a **Medida Provisória nº 293, de 8 de maio de 2006**, que “dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2006, seção I)

Ato nº 28, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de julho de 2006, a **Medida Provisória nº 294, de 8 de maio 2006**, que “cria o Conselho nacional de Relações do Trabalho – CNRT e dá outras providências”

(Publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2006, seção I)

Ato nº 29, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de julho de 2006, a **Medida Provisória nº 295, de 29 de maio 2006**, que “dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de magistério de 1º e 2º Graus e dá remuneração dessas carreiras, das carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da Área de Apoio à Fiscalização Federal Agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS, e dá outras providências”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS	
(1º a 31 de julho de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	5
Não Deliberativas	14
Extraordinárias	08
Reunião	1
Total	27

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de julho de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS	228
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	5
1 – Aprovadas na íntegra e encaminhadas à promulgação.....	3
2 – Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão oferecido pela Câmara dos Deputados e enviado à sanção.....	2
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....	21
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	39
1 – Em decisão terminativa.....	31
1.1 – Proposições do Senado.....	31
2 – Por decisão do Plenário.....	7
2.1 – Proposições da Câmara dos Deputados	5
2.2 – Proposições do Senado Federal.....	2
2.3 – Proposições de Comissão Mista.....	1
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....	139
1 – Concessões e telecomunicações.....	125
2 – Operações de Crédito.....	12
3 – Alterações do Regimento Interno	2
V – Escolha de chefes de Missões Diplomáticas.....	7
VI – Escolha de autoridades	7
VII – Requerimento de Auditoria do TCU	1
VIII – Requerimentos diversos.....	9
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	6
IX – Matérias retiradas.....	1
X – Matérias rejeitadas.....	2
IX – Matérias prejudicadas.....	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	234
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	3

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE JULHO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de julho de 2006)

Deliberativas Ordinárias.....	56
Não Deliberativas	50
Especiais	6
Extraordinárias	8
Reunião.....	1
Total	120

MATÉRIAS APROVADAS **665**

I – Medidas Provisórias aprovadas.....	22
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....	7
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....	8
3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados	5
4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados	2
II - Projetos aprovados e enviados à sanção	35
III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	95
1 - Em Decisão terminativa	80
1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....	80
2 - Por Decisão de Plenário	15
2.1 – Do Senado Federal.....	5
2.2 – Da Câmara dos Deputados.....	8
2.3 – de Comissão Mista.....	2
IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação	395
1 - Acordos Internacionais.....	53
2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais...7	
3 – Operações de Crédito.....	16
4 – Concessões de telecomunicações.....	317
5 – Alterações do Regimento Interno	2
V – Escolha de chefes de Missão Diplomática.....	17
VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade	16
VII – Requerimento de informações sigilosas.....	1
VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante	6
IX – Requerimento de Auditoria do TCU	1
X – Indicação.....	1
XI – Requerimentos Diversos	76
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	20
XII - Matérias prejudicadas	5
XIII - Matérias rejeitadas.....	11
XIV – Matérias retiradas.....	4
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	685
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	25

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALMEIDA LIMA			
A corrupção no país, destacando o Orçamento como uma de suas causas principais. Proposta de um Orçamento exclusivo da União, sem prejuízo para Estados e Municípios.	371	Parecer nº 997 de 2006, (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 97, de 2001, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 337, de 2001-TCU, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, do Ministério Público de São José dos Campos – SP, a respeito de autorização concedida pela DNER à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio em Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC-014.824/2000-8).	343
ALVARO DIAS			
Revolta em razão da invasão de privacidade de que estão sendo vítimas o Senador José Sarney e a Senadora Roseana Sarney. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	111		
Transcrição do artigo intitulado “Vale nada, a vida”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição do dia 25 de julho de 2006.	117	ANTERO PAES DE BARROS	
Alerta sobre a aplicação de recursos em infraestrutura pelo governo Lula. Comentários sobre a situação da infra-estrutura no Estado do Paraná.	117	Registro da matéria intitulada “Um tesoureiro encrocado demais”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 12 de julho de 2006.	144
Registro do editorial intitulado “Discriminação oficial”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006. Registro da matéria intitulada “BNDES oferece crédito à Bolívia”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de julho de 2006.	138	Críticas aos gastos excessivos do governo com o programa Bolsa Família e com publicidade. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	150
Críticas aos gastos excessivos do governo com o programa Bolsa Família e com publicidade.	149	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Críticas à política agrícola “inexistente”, do Governo Lula.	151	Referências às palavras da Senadora Ideli Salvatti a respeito da inclusão do nome do Deputado Paulo Magalhães entre os “Sanguessugas”.	209
Lamento pela interrupção da rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio.	151	Críticas ao Presidente Lula pela desmoralização das instituições nacionais.	387
Ênfase ao tom que os candidatos à Presidência da República vêm dando durante a campanha eleitoral.	151	Transcrição da matéria intitulada “Governo casa liberação de verbas com a viagem de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> do dia 29 de julho de 2006.	387
AMIR LANDO			
		Alerta para o uso da máquina federal e de recursos públicos com vistas à reeleição do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges.	394

	Pág.		Pág.
ANTÔNIO JOÃO			
Questionamentos e considerações sobre a CPI dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora He-loísa Helena.	186	Requerimento nº 863, de 2006, que requer voto de aplauso para a estudante Suenne Moraes.	170
ARTHUR VIRGÍLIO			
Requerimento nº 852, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ajuricaba Monassa de Paula, ocorrido no dia 24 de julho de 2006, no Município de Guapimirim - RJ.	166	Requerimento nº 864, de 2006, que requer Voto de Aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.	170
Requerimento nº 853, de 2006, que requer voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova promissora revelação do Caratê no Amazonas.	166	Requerimento nº 865, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do advogado José Wagner do Amaral, ocorrido em 24 de julho de 2006.	170
Requerimento nº 854, de 2006, que requer voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu inclusive uma pequena deficiência física.	167	Considerações sobre a guerra no Líbano e a importância de que o governo brasileiro se empenhe na busca de esforços para o fim do conflito naquela região. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	194
Requerimento nº 855, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do ator e dramaturgo Giafrancesco Guarnieri, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de julho de 2006.	167	Referências às palavras da Senadora Ideli Salvatti a respeito da inclusão do nome do Deputado Paulo Magalhães entre os “Sanguessugas”. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	213
Requerimento nº 856, de 2006, que requer voto de pesar pela morte, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, de Jorge Antonio Seffair Bulbol, mais uma vítima da violência no País.	167	CÉSAR BORGES	
Requerimento nº 857, de 2006, que requer voto de aplauso ao fotógrafo Silvestre Silva, pelo lançamento de seu novo livro “Árvores da Amazônia”, publicado pela Editora Empresa das Artes. ..	167	Questionamentos à falta de incentivos governamentais à agricultura e pecuária. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	384
Requerimento nº 858, de 2006, que requer voto de aplauso ao ex-volante Dunga, por ter aceitado o convite para assumir o cargo de Técnico da Seleção Brasileira de Futebol.	168	Alerta para o uso da máquina federal e de recursos públicos com vistas à reeleição do Presidente Lula.	393
Requerimento nº 859, de 2006, que requer voto de aplauso para a pesquisadora Noemi Viana e ao jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.	168	CRISTOVAM BUARQUE	
Requerimento nº 860, de 2006, que requer voto de aplauso para o ex-Ministro Celso Lafer, por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, como sucessor do jurista Miguel Reale.	169	Parecer nº 1.002, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado aos valores éticos e de cidadania.	358
Requerimento nº 861, de 2006, que requer voto de aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.	169	EDUARDO SUP LICY	
Requerimento nº 862, de 2006, que requer voto de aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas.	169	Requerimento nº 850, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 18 de julho de 2006, do ator Raul Cortez, bem como apresentação de condolências às suas filhas Ligia e Maria e às netas Vitória e Clara.	164
		Requerimento nº 851, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 22 de julho de 2006, do ator Gianfrancesco Guarnieri, bem como apresentação de condolências aos seus familiares.	165
		Considerações sobre o sistema educacional brasileiro. Aparte ao Senador Marco Maciel.	176
		Questionamentos e considerações sobre a CPI dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora He-loísa Helena.	187
		Comentários sobre os debates entre o PT e o PFL. Aparte ao Senador José Jorge.	191

	Pág.	III	Pág.
Considerações sobre a guerra no Líbano e a importância de que o governo brasileiro se empenhe na busca de esforços para o fim do conflito naquela região.	193	Comentários sobre o editorial intitulado "O PT apresenta aos eleitores uma lista de 'mensaleiros'", publicado no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 19 de julho de 2006.	148
Apelo em favor das medidas necessárias para o fim da "guerra civil" que reina no Brasil, especialmente em São Paulo.	193	Registro da matéria intitulada "Supersafra de derrotas", publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 5 de julho de 2006.	229
Registro de carta da Senhora Ana Maria Bucini Rose e do artigo intitulado "A travessia do Jordão", de autoria do Frei Betto, sobre a adoção de um novo critério para a fila de transplantes de órgãos humanos.	197	Registro da matéria intitulada "Carga tributária atinge 38,8% do PIB", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 12 de julho de 2006.	398
Defesa do Governo Federal contra as acusações do Senador Antonio Carlos Magalhães. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	210	GARIBALDI ALVES FILHO	
Informação de que nunca soube de qualquer ação do PT para retirá-lo do partido. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	219	Preocupação com o ocorrido no superávit primário do primeiro trimestre de 2006, reduzindo a qualidade da gestão pública.	223
Justificação de requerimentos apresentados, de votos de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez e do ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarneri.	224	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
EFRAIM MORAIS		Interação entre o Estado do Acre e o MERCOSUL. Expectativa com a instalação do Parlamento do MERCOSUL.	126
Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, que altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios.	9	Defesa da aprovação da PEC 25/2006, de autoria de S.Exa., que propõe a contratação, através de processo seletivo público, de jovens entre 16 e 24 anos, para auxiliar na assistência técnica e extensão rural em comunidades rurais. Anúncio da intenção da apresentação de um projeto, visando a instalação de uma Escola Técnica de Construção Naval no Estado do Acre.	280
Apelo a favor do perdão das dívidas dos pequenos e micro produtores rurais do Brasil, sobretudo os do Nordeste, ameaçados de perder suas terras. Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, de autoria de S.Exa., que trata do perdão das dívidas de pequenos agricultores.	129	Relato da participação na Reunião Conjunta Parlamentar do MERCOSUL, na cidade de Córdoba, Argentina.	376
Relato dos avanços alcançados pelo programa Interlegis. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. ...	137	Destaque para alguns pontos da entrevista concedida pela Sra. Viviane Senna, à revista <i>IstoÉ</i> , da semana do dia 31 de julho de 2006, sobre o ensino fundamental e o alto índice de repetência. ...	376
FLEXA RIBEIRO		GILVAM BORGES	
Preocupação com as ações de campanha do presidente Lula, que S.Exa. compara ao Decálogo de Lênin.	27	Requerimento nº 871, de 2006, que requer licença para tratamento de saúde, no período de 25 a 29 de julho de 2006.	298
Considerações sobre as eleições 2006. Aparte ao Senador Luiz Otávio.	123	Requerimento nº 872, de 2006, que requer licença dos trabalhos da Casa, pelo prazo de 118 dias, a fim de tratar de interesses particulares, a partir do dia 30 de julho de 2006.	298
Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, que trata do perdão das dívidas de pequenos agricultores. Aparte ao Senador Efraim Morais.	132	HELOÍSA HELENA	
		Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessa- renko, contra as acusações que insistem em envol-	

IV

	Pág.		Pág.
vê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	33	a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL.	34
Ausência de propostas concretas, de parte dos candidatos aos principais cargos da República, para melhorar a segurança no País. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	112	Observações relativas à ética na política e o combate efetivo à corrupção, através do fortalecimento das instituições. Elogios à ação da Polícia Federal.	170
Considerações sobre as eleições 2006. Aparte ao Senador Luiz Otávio.	124	Considerações sobre o sistema educacional brasileiro. Aparte ao Senador Marco Maciel.	176
Apresentação de dados sobre a execução orçamentária e questionamentos sobre a CPI dos “Sanguessugas”.	184	Transcrição da entrevista concedida pelo professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o Senhor Carlos Roberto Jamil Cury, publicada na revista <i>CartaCapital</i> do dia 23 de julho de 2007.	178
HERÁCLITO FORTES		Impacto dos pronunciamentos de parlamentares na sociedade. Aparte ao Senador José Jorge.	192
A recuperação das instalações do antigo Ginásio Pernambucano. Aparte ao Senador Marco Maciel.	175	IRIS DE ARAÚJO	
Questionamentos e considerações sobre a CPI dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	185	Comentários sobre a pesquisa realizada pela CNT/Sensus, acerca da credibilidade da população nas instituições brasileiras.	386
Exaltação do candidato ao governo do Estado de São Paulo, José Serra, pela sua nobre conduta em relação às eleições. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	212	Apoio à proposta da Ordem dos Advogados do Brasil para a implantação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para a votação das reformas necessárias ao País.	386
Referências elogiosas à Senadora Heloísa Helena, candidata que vem surpreendendo na disputa pela Presidência da República; alerta à Senadora com relação aos marqueteiros. Questionamentos sobre a presença do Presidente Lula nos debates com os candidatos à Presidência da República. ..	219	JOÃO BATISTA MOTTA	
Registro do apoio do ex-Presidente Itamar Franco à candidatura de Geraldo Alckmin, para a Presidência da República.	283	Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	34
Questionamentos sobre a fragilidade dos argumentos usados pelo Presidente da PETROBRÁS, na entrevista do dia 27 de julho de 2006, concedida à jornalista Miriam Leitão.	283	Registro de viagem feita em 2005 por S.Exa. a Taiwan. Sugestão de parcerias comerciais bilaterais do Brasil com o governo daquele país.	37
Crítica às mudanças no discurso do Presidente Lula, ocorridas após sua eleição em 2002. Aparte ao Senador João Batista Motta.	287	Suporte às propostas elaboradas pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior sobre programas de primeiro emprego. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	282
IDELI SALVATTI		Registro da visita do candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, no dia 29 de julho de 2006, ao Espírito Santo. Críticas às notícias que alguns setores da imprensa têm explorado, sobre a possibilidade de que José Serra ou Aécio Neves traíam Alckmin.	286
Relato dos problemas que estão ocorrendo com os repasses do Pronaf, que dependem da entrega de projetos pelos governos estaduais.	25	JOÃO TENÓRIO	
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	30	Comentários sobre a matéria intitulada “Boas idéias superam as divergências”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 22 de junho de 2006.	142
Encaminhamento à Mesa de pronunciamento registrando que o Senador Sérgio Zambiasi assumiu			

	Pág.		Pág.
JOSÉ AGRIPINO		LEONEL PAVAN	
Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, que trata do perdão das dívidas de pequenos agricultores. Aparte ao Senador Efraim Morais.	130	Alerta sobre o risco que ronda a agricultura familiar, especialmente no Estado de Santa Catarina. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	382
Considerações a respeito da produção de barrilha no Brasil.	132	Desaprovação às declarações do Governo Lula de que houve melhora na economia nacional.	383
JOSÉ JORGE		Considerações sobre a crise da agricultura brasileira, em particular no Estado de Santa Catarina.	383
Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , intitulada “PCC manda matar políticos do PFL e PSDB mostra escuta”.	190	LÚCIA VÂNIA	
JOSÉ MARANHÃO		Registro da matéria intitulada “Sem diretores, agência reguladora bloqueia licitação de portos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 18 de julho de 2006.	146
Requerimento nº 869, de 2006, que requer licença para tratamento de saúde no período de 1º a 8 de agosto de 2006.	298	Comentários sobre a matéria intitulada “TCU questiona dados federais”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 17 de julho de 2006.	226
Requerimento nº 870, de 2006, que requer licença para tratar de interesse particular no período de 9 de agosto a 30 de novembro de 2006.	298	Comentário sobre o crescimento nas pesquisas eleitorais do candidato Geraldo Alckmin, à Presidência da República.	396
Parecer nº 1.001, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2005 de auditoria do Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”.	355	Comentários sobre o artigo intitulado “Agricultura ameaçada”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 30 de julho de 2006.	400
JOSÉ SARNEY		LUIZ OTÁVIO	
Agradecimentos aos seus pares pelas referências a respeito de S.Exa.	115	Registro da participação de S.Exa. em audiência pública com o Ministro da Justiça e representantes das empresas da Amazônia que detêm o controle da distribuição e abastecimento de combustíveis, que estão sendo vitimados por constantes assaltos.	122
Repúdio ante o uso da polícia política para a invasão da privacidade dos cidadãos e à espionagem de estado.	115	Considerações sobre as eleições 2006.	122
Registro da comemoração do sexagésimo primeiro aniversário da Associação Comercial do Estado do Amapá.	188	Registro da atuação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com relação à crise no Líbano.	207
Requerimento nº 868, de 2006, que requer a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 675, de 2006, de autoria do requerente, no qual é solicitado, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma relação com a inscrição de ocupantes de áreas demarcadas como terrenos de marinha, no Estado do Amapá.	298	Elogios à TV Globo por imparcialidade no noticiário eleitoral.	207
		LUIZ PONTES	
		Comentários sobre a matéria intitulada “Selvagens”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 22 de junho de 2006.	140

	Pág.		Pág.
MARCO MACIEL			
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	30	Requerimento nº 866, de 2006, que requer autorização para visitar o Chile, com a finalidade de identificar a melhor forma de institucionalizar o intercâmbio e a cooperação na área do Turismo, entre o Brasil e aquele País. Comunica ainda que estará ausente do Brasil no período de 28 de julho a 4 de agosto de 2006.	290
Registro do cinquentenário do poema Morte e Vida Severina, da autoria de João Cabral de Melo Neto. Homenagem ao Doutor Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores, pela posse na Academia Brasileira de Letras.	38	PAULO PAIM	
Considerações sobre o sistema educacional brasileiro, grande problema estrutural ainda não resolvido. Destaque para a criação do Fundef, que teve grande importância no alavancamento do ensino básico no País. Os Centros Experimentais de Ensino no Estado de Pernambuco. A recuperação das instalações do antigo Ginásio Pernambucano.	173	Requerimento nº 867, de 2006, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2006, que estabelece o fim do fator previdenciário para o cálculo do salário-de-benefício do Regime Geral de Previdência Social.	298
NEY SUASSUNA			
Parecer nº 999, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso (nº 32/2002 nº 822-sgs-TCU) do Tribunal de Contas da União e Controle, que encaminha cópia da Decisão nº 367, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a informações solicitadas pela Câmara dos Deputados, encaminhadas por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas (TC – 002.059/2002-3).	350	Alerta para o perigo das drogas não consideradas ilícitas, como o álcool.	365
Reflexão sobre a motivação que levam as pessoas a se engajarem na vida pública.	381	Indignação com a demissão em massa de funcionários da Varig.	365
PAPALÉO PAES			
Análise do resultado da “Prova Brasil”, o maior exame realizado no país para avaliar o ensino fundamental do Brasil.	370	Expectativas da queda do denominado “fator previdenciário”, na reforma previdenciária. Registro de comparecimento à reunião da Cobap, a fim de instruir a derrubada do veto presidencial ao reajuste dos aposentados e pensionistas.	365
PAULO OCTÁVIO			
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	112	ROBERTO SATURNINO	
Considerações sobre o Manifesto dos Senadores pela Educação, seus objetivos, e destaque para a necessidade de se converter a educação em prioridade.	121	Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	31
PAULO OCTÁVIO			
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	112	Registro do cinquentenário do poema Morte e Vida Severina, da autoria de João Cabral de Melo Neto. Aparte ao Senador Marco Maciel.	39
PAULO OCTÁVIO			
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113	Registro do pleno êxito alcançado na realização da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, na cidade argentina de Córdoba, com a participação de seu mais novo sócio, a Venezuela.	52
PAULO OCTÁVIO			
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113	Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113
PAULO OCTÁVIO			
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113	ROMEU TUMA	
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113	Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2006, que altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal”, para que seja disciplinada a interceptação de comunicações de qualquer natureza.	1
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113	Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, que altera a redação da alínea g	1

Pág.	Pág.
do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.	4
Apoio à defesa da Senadora Serys Slhessarenko, contra as acusações que insistem em envolvê-la com os “sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	31
Homenagem ao Doutor Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores, pela posse na Academia Brasileira de Letras.	40
Ausência de propostas concretas, de parte dos candidatos aos principais cargos da República, para melhorar a segurança no País.	110
Revolta em razão da invasão de privacidade de que estão sendo vítimas o Senador José Sarney e a Senadora Roseana Sarney.	110
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil.	110
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113
Considerações acerca da interação entre o Estado do Acre e o MERCOSUL. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	129
SÉRGIO GUERRA	
Registro da matéria intitulada “Tio Mário pagou dívida, diz tesoureiro de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de julho de 2006.	145
Registro da matéria intitulada “Lula dobra patrimônio em 4 anos”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de julho de 2006.	228
Registro da matéria intitulada “PT confirma candidatura de mensaleiros”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de julho de 2006.	401
SÉRGIO ZAMBIASI	
Preocupação com as famílias brasileiras que ainda se encontram no Oriente Médio e desejam retornar ao Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	113
Comentários sobre a ampliação do MERCOSUL, com a finalidade de criar um único bloco sul-americano. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	128
Relato da vigésima sétima Reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, realizada em Córdoba, Argentina. Expectativa com a instalação do Parlamento do MERCOSUL até o final de 2006.	134
SERYS SLHESSARENKO	
Contrariedade em razão das tentativas constantes de envolverem S.Exa. com a máfia dos sanguessugas.	29
SIBÁ MACHADO	
Parecer nº 1.000, de 2006, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2006, (nº 962/2006/SGM/P, de 27-4-2006), do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país (CPI da Biopirataria), criada na Câmara dos Deputados. ..	353
VALDIR RAUPP	
Parecer nº 998 de 2006, (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 97, de 2001, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 337, de 2001-TCU, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, do Ministério Público de São José dos Campos – SP, a respeito de autorização concedida pela DNER à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio em Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC-014.824/2000-8).	348
Defesa de um equilíbrio no preço de produtos agrícolas. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	384
Alerta ao fato de até o momento não ter sido dado início à construção do gasoduto Urucu/Porto Velho.	392
WELLINGTON ROBERTO	
Parecer nº 996 de 2006, (da Comissão de Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 97, de 2001, do Tribunal de Contas da União, encaminhando	

VIII

	Pág.		Pág.
do cópia da Decisão nº 337, de 2001-TCU, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, do Ministério Público de São José dos Campos – SP, a respeito de au-		torização concedida pela DNER à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio em Jacareí/ SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC-014.824/2000-8).	301